



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1581

Segunda-feira - 29 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	8
Água Doce .....	17
Alto Bela Vista .....	32
Antônio Carlos .....	33
Ascurra .....	44
Barra Velha .....	44
Biguaçu .....	45
Bom Jesus do Oeste .....	93
Braço do Trombudo .....	93
Brunópolis .....	94
Brusque .....	94
Caçador .....	121
Camboriú .....	128
Campo Alegre .....	132
Campos Novos .....	193
Canelinha .....	219
Canoinhas .....	222
Capinzal .....	258
Catanduvas .....	259
Caxambu do Sul .....	270
Chapadão do Lageado .....	271
Concórdia .....	273
Corupá .....	275
Forquilha .....	276
Fraiburgo .....	277
Garopaba .....	283
Garuva .....	285
Gaspar .....	285
Governador Celso Ramos .....	330
Grão Pará .....	330
Guaramirim .....	332
Herval d'Oeste .....	344
Ilhota .....	345
Imarui .....	346
Imbituba .....	348
Irineópolis .....	358
Itapiranga .....	359
Itapoá .....	361
Jacinto Machado .....	364
Joaçaba .....	370
Lages .....	395
Lauro Muller .....	404
Lebon Régis .....	422
Lindóia do Sul .....	423
Luzerna .....	425
Macieira .....	429
Mafra .....	430
Marema .....	430
Massaranduba .....	435

Meleiro .....	437
Morro da Fumaça .....	439
Navegantes .....	442
Nova Trento .....	469
Orleans .....	475
Ouro Verde .....	476
Palhoça .....	477
Palmitos .....	481
Papanduva .....	482
Passos Maia .....	483
Paulo Lopes .....	483
Penha .....	485
Pinheiro Preto .....	490
Pomerode .....	491
Ponte Serrada .....	492
Porto Belo .....	492
Porto União .....	493
Rio do Sul .....	494
Salto Veloso .....	495
Santa Terezinha do Progresso .....	496
São Bento do Sul .....	496
São Domingos .....	541
São João do Sul .....	541
São José .....	544
São José do Cedro .....	550
São Lourenço do Oeste .....	551
São Pedro de Alcântara .....	553
Schroeder .....	553
Serra Alta .....	603
Timbé do Sul .....	614
Timbó .....	614
Três Barras .....	628
Treze Tílias .....	628
Tunápolis .....	629
Videira .....	629
Vitor Meireles .....	637
Xavantina .....	638
Xaxim .....	638

### Associações

EGEM .....	639
------------	-----

### Consórcios

CIGA .....	639
CIS/AMURES .....	639

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 29 DE SETEMBRO

### Parabéns, Bandeirante, por seus 19 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 29 DE SETEMBRO

Parabéns, Capão Alto,  
por seus 20 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 29 DE SETEMBRO

Parabéns, Cunhataí,  
por seus 19 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 29 DE SETEMBRO

### Parabéns, Flor do Sertão, por seus 19 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 29 DE SETEMBRO

### Parabéns, Princesa, por seus 19 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





## 29 DE SETEMBRO

### Parabéns, Tigrinhos, por seus 19 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PROCESSO 136/2014 PP 120/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 136/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 120/2014

Objeto: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIGILANCIA, SEGURANÇA E SOM AMBIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 13/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 19 de setembro de 2014.  
Lucimar Antônio Salmoria                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal                                  Pregoeiro

### PROCESSO 15/2014 PP 13/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 13/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REVESTIMENTO DE SALA DE RAO X DA UNIDADE BASICA DE SAUDE JOSE MOCELIN.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 10/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 19 de setembro de 2014.  
Lucimar Antônio Salmoria                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal                                  Pregoeiro

### PROCESSO 134/2014 PP 118/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 134/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 118/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO EM CONTROLE INTERNO, COM EDIÇÃO DE PLANO DE TRABALHO E MANUAIS DE AUDITORIA, NORMAS E PROCEDIMENTOS E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA-SC NOS TERMOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 09/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 19 de setembro de 2014.  
Lucimar Antônio Salmoria                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal                                  Pregoeiro

### PROCESSO 135/2014 PP 119/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 135/2014  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 119/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS PARA PROFESSORES E ALUNOS PARA MONTAGEM SALA INTELIGENTE NO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO LUIZ ZANCHETT CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 09/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 19 de setembro de 2014.  
Lucimar Antônio Salmoria                      Luciano Hermes  
Prefeito Municipal                                  Pregoeiro

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>2.643.661,13</b>	<b>13,15</b>	<b>10.211.638,60</b>	<b>50,79</b>	<b>9.893.823,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.564.461,62	13.564.461,62	2.643.661,13	19,49	9.720.438,60	71,66	3.844.023,02
IMPOSTOS	3.446.128,87	3.446.128,87	647.699,05	18,79	1.728.602,53	50,16	1.717.526,34
TAXAS	3.429.878,82	3.429.878,82	646.359,71	18,84	1.722.086,23	50,21	1.707.792,59
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	8.750,05	8.750,05	1.339,34	15,31	6.516,30	74,47	2.233,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	86.626,96	86.626,96	13.296,13	15,35	61.549,26	71,05	25.077,70
RECEITA PATRIMONIAL	86.626,96	86.626,96	13.296,13	15,35	61.549,26	71,05	25.077,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.970,09	91.970,09	67.824,96	73,75	265.220,08	288,38	-173.249,99
RECEITA AGROPECUÁRIA	91.970,09	91.970,09	67.824,96	73,75	265.220,08	288,38	-173.249,99
Outras Receitas Agropecuárias	500,00	500,00	0,00	0,00	238,00	47,60	262,00
RECEITA DE SERVIÇOS	500,00	500,00	0,00	0,00	238,00	47,60	262,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	167.652,05	167.652,05	21.984,50	13,11	80.677,02	48,12	86.975,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.749.728,33	9.749.728,33	1.887.237,43	19,36	7.551.766,50	77,46	2.197.961,83
Transf. de Instituições Privadas	9.719.728,33	9.719.728,33	1.887.237,43	19,42	7.485.766,50	77,02	2.233.961,83
Transf. de Conv.	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	-66.000,00
Multas e Juros de Mora	21.855,32	21.855,32	5.619,06	25,71	32.385,21	148,18	-10.529,89
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.064,88	4.064,88	831,11	20,45	1.399,35	34,43	2.665,53
RECEITAS DIVERSAS	17.711,14	17.711,14	2.707,65	15,29	16.614,24	93,81	1.096,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>79,30</b>	<b>6.541.000,00</b>	<b>2.080,30</b>	<b>623,33</b>	<b>14.371,62</b>	<b>123,10</b>	<b>-14.292,32</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.541.000,00	6.541.000,00	0,00	0,00	491.200,00	7,51	6.049.800,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.841.000,00	3.841.000,00	0,00	0,00	491.200,00	12,79	3.349.800,00
Transf. de Instituições Privadas	3.476.000,00	3.476.000,00	0,00	0,00	491.200,00	14,13	2.984.800,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>2.643.661,13</b>	<b>13,15</b>	<b>10.211.638,60</b>	<b>50,79</b>	<b>9.893.823,02</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.105.461,62	20.105.461,62	2.643.661,13	13,15	10.211.638,60	50,79	9.893.823,02
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	536.932,64	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.105.461,62	20.105.461,62	2.643.661,13	13,15	10.748.571,24	50,79	9.893.823,02
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.213.034,09	—	—	1.685.195,78	—	—
Superávit Financeiro	—	4.213.034,09	—	—	1.685.195,78	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>9.299.722,42</b>	<b>29.405.184,04</b>	<b>3.671.204,94</b>	<b>13.021.010,33</b>	<b>3.791.971,29</b>	<b>10.748.571,24</b>	<b>18.656.612,80</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>20.105.461,62</b>	<b>9.299.722,42</b>	<b>29.405.184,04</b>	<b>3.671.204,94</b>	<b>13.021.010,33</b>	<b>3.791.971,29</b>	<b>10.748.571,24</b>	<b>18.656.612,80</b>

FONTE:

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.436.560,60	3.436.560,60	667.742,27	1.751.307,70	50,96
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.970,02	16.970,02	10.348,37	21.662,90	127,65
1.1.1- IPTU	14.397,92	14.397,92	10.154,98	21.295,34	147,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.822,10	1.822,10	193,39	367,56	20,17
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.198,68	202.198,68	45.832,20	156.586,22	77,44
1.2.1- ITBI	200.948,68	200.948,68	45.832,20	156.586,22	77,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.991.327,42	2.991.327,42	580.558,78	1.446.312,42	48,35
1.3.1- ISS	2.988.467,74	2.988.467,74	580.558,78	1.438.977,31	48,15
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.109,68	2.109,68	0,00	7.308,62	346,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	250,00	250,00	0,00	26,49	10,60
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	226.064,48	226.064,48	31.002,92	126.746,16	56,07
1.4.1- IRRF	226.064,48	226.064,48	31.002,92	126.746,16	56,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.038.147,75	8.038.147,75	1.309.034,86	5.858.395,88	72,88
2.1- Cota-Parte FPM	5.471.323,60	5.471.323,60	817.552,68	3.857.285,62	70,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.471.323,60	5.471.323,60	817.552,68	3.857.285,62	70,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.364.193,26	2.364.193,26	439.768,07	1.819.308,96	76,95
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.140,94	12.140,94	1.965,84	6.949,74	57,24
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	38.004,64	38.004,64	7.319,51	27.944,30	73,53
2.5- Cota-Parte ITR	8.322,45	8.322,45	0,00	153,89	1,85
2.6- Cota-Parte IPVA	144.162,86	144.162,86	42.408,95	146.753,47	101,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	11.474.708,35	11.474.708,35	1.976.777,13	7.609.703,58	66,32
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	178.897,78	178.897,78	17.617,14	47.235,57	26,40
5.1- Transferências do Salário-Educação	91.686,16	91.686,16	0,00	840,00	0,92
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	26.595,18	26.595,18	5.966,00	17.028,00	64,03
5.4- Transferências Diretas - PNATE	57.360,55	57.360,55	11.368,94	28.422,35	49,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	755,89	755,89	292,20	945,22	125,05
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	160,13	516,72	1.072,28	669,63
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	160,13	160,13	516,72	1.072,28	669,63
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	140.438,73	140.438,73	12.473,95	175.075,76	124,66
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	319.496,64	319.496,64	30.607,42	223.383,61	69,92
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.607.629,55	1.607.629,55	261.776,78	1.171.647,87	72,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.094.264,72	1.094.264,72	163.510,49	771.456,92	70,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	472.838,65	472.838,65	87.953,42	363.861,13	76,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.428,19	2.428,19	397,12	1.389,92	57,24
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	7.600,93	7.600,93	1.463,89	5.588,81	73,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.664,49	1.664,49	0,00	30,74	1,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	28.832,57	28.832,57	8.451,86	29.320,35	101,69
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	873.296,58	873.296,58	177.964,51	742.905,71	85,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	869.586,11	869.586,11	177.266,95	740.023,12	85,10
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.710,47	3.710,47	697,56	2.882,59	77,69
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	-738.043,44	-738.043,44	-84.509,83	-431.624,75	58,48
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	523.977,95	562.116,37	6.271,64	542.470,17	96,50
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	523.977,95	562.116,37	6.271,64	542.470,17	96,50
14- OUTRAS DESPESAS	349.318,63	349.318,63	188.967,26	188.967,26	54,10
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	349.318,63	349.318,63	188.967,26	188.967,26	54,10
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	873.296,58	911.435,00	195.238,90	731.437,43	80,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 80%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					731.437,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					73,02
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					25,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.868.677,09	2.868.677,09	494.194,28	1.902.425,90	66,32
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	622.286,88	622.286,88	18.462,33	97.454,76	15,66
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.670.380,78	2.667.499,20	416.462,55	1.446.482,55	54,23
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	873.296,58	911.435,00	195.238,90	731.437,43	80,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.797.084,20	1.756.064,20	221.223,65	715.045,12	40,72
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.292.647,66	3.289.786,08	434.924,88	1.543.947,31	46,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-431.624,75
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					2.882,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-428.742,16
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.972.689,47
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					25,92
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	96.137,33	96.137,33	0,00	196,00	0,20
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	705.830,21	956.318,39	42.323,45	94.449,41	9,88
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	801.967,54	1.052.455,72	42.323,45	94.645,41	8,99
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.094.615,20	4.342.241,80	477.248,33	1.638.592,72	37,74

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		740.023,12	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.882,58	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		742.905,71	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# **DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/S UBFUNÇÃO JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.105.461,62	29.405.184,04	3.671.204,94	13.021.010,33	3.791.971,29	10.748.571,24	100,00	36,55	18.656.612,80
Legislativa	842.500,00	842.500,00	89.484,20	332.178,14	87.974,01	326.718,14	3,04	38,78	515.781,86
Ação Legislativa	842.500,00	842.500,00	89.484,20	332.178,14	87.974,01	326.718,14	3,04	38,78	515.781,86
Administração	1.176.213,45	2.473.744,49	563.253,76	2.157.739,00	348.590,21	1.504.524,11	14,00	60,82	969.220,38
Administração Geral	1.176.213,45	2.473.744,49	563.253,76	2.157.739,00	348.590,21	1.504.524,11	14,00	60,82	969.220,38
Assistência Social	1.046.389,19	1.150.422,78	129.487,36	526.373,78	129.836,29	476.775,31	4,44	41,44	673.647,47
Assistência ao Idoso	218.459,14	218.459,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	218.459,14
Assistência ao Portador de Deficiência	2.940,37	2.940,37	590,16	2.007,71	928,89	1.716,41	0,02	58,37	1.223,96
Assistência à Criança e ao Adolescente	392.203,03	432.058,29	76.401,17	262.816,93	76.401,17	262.816,93	2,45	60,83	169.241,36
Assistência Comunitária	432.786,65	496.964,98	52.496,03	261.549,14	52.506,23	212.241,97	1,97	42,71	284.723,01
Saúde	2.706.623,56	3.451.937,77	542.240,55	2.767.690,84	578.374,85	2.491.689,52	23,18	72,18	960.248,25
Atenção Básica	2.706.623,56	3.451.937,77	542.240,55	2.767.690,84	578.374,85	2.491.689,52	23,18	72,18	960.248,25
Educação	4.210.796,64	4.508.423,24	684.059,04	2.181.600,84	503.225,68	1.726.842,19	16,07	38,30	2.781.581,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	95.683,56	157.073,78	34.561,76	112.253,21	32.466,25	98.259,11	0,91	62,56	58.814,67
Ensino Fundamental	3.367.291,12	3.583.589,54	627.236,41	1.906.367,94	439.445,10	1.498.207,35	13,94	41,81	2.085.382,19
Ensino Médio	25.040,04	25.040,04	2.965,00	15.766,47	2.641,50	15.410,47	0,14	61,54	9.629,57
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	690.403,32	710.341,28	19.295,87	147.213,22	28.672,83	114.965,26	1,07	16,18	595.376,02
Educação de Jovens e Adultos	22.378,60	22.378,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.378,60
Cultura	2.300.000,00	2.660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.660.000,00
Turismo	2.300.000,00	2.660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.660.000,00
Urbanismo	754.531,26	1.719.931,26	833.009,32	1.298.574,97	731.570,59	1.049.092,65	9,76	61,00	670.838,61
Policimento	2.063,97	3.463,97	1.787,00	3.224,50	0,00	1.437,50	0,01	41,50	2.026,47
Infra-Estrutura Urbana	33.000,00	728.000,00	686.598,89	721.481,42	650.000,00	684.882,53	6,37	94,08	43.117,47
Serviços Urbanos	306.228,72	306.228,72	65.206,76	150.816,96	12.949,16	97.695,46	0,91	31,90	208.533,26
Saneamento Básico Urbano	363.238,57	632.238,57	79.416,67	423.052,09	68.621,43	265.077,16	2,47	41,93	367.161,41
Transporte Rodoviário	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação	7.000,00	10.000,00	1.787,87	2.121,87	1.625,87	1.959,87	0,02	19,60	8.040,13
Habitação Rural	1.000,00	4.000,00	1.787,87	2.121,87	1.625,87	1.959,87	0,02	49,00	2.040,13
Habitação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.105.461,62	29.405.184,04	3.671.204,94	13.021.010,33	3.791.971,29	10.748.571,24	100,00	36,55
Saneamento	55.102,53	3.568.579,51	60.682,26	73.182,26	60.682,26	73.182,26	0,68	2,05
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	3.563.476,98	60.682,26	73.182,26	60.682,26	73.182,26	0,68	2,05
Controle Ambiental	5.102,53	5.102,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.150.591,19	1.553.131,19	75.989,20	797.228,07	297.307,36	707.803,27	6,59	45,57
Promoção da Produção Agropecuária	1.150.591,19	1.553.131,19	75.989,20	797.228,07	297.307,36	707.803,27	6,59	45,57
Comércio e Serviços	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	5.002.623,88	5.788.423,88	681.942,06	2.437.400,56	988.610,92	2.101.834,86	19,55	36,31
Transporte Rodoviário	5.002.623,88	5.788.423,88	681.942,06	2.437.400,56	988.610,92	2.101.834,86	19,55	36,31
Desporto e Lazer	74.089,92	899.089,92	9.269,32	38.657,64	565,50	29.577,57	0,28	3,29
Lazer	74.089,92	899.089,92	9.269,32	38.657,64	565,50	29.577,57	0,28	3,29
Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	0,00	408.262,36	63.607,75	258.571,49	2,41	37,75
Outros Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	0,00	408.262,36	63.607,75	258.571,49	2,41	37,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.105.461,62	29.405.184,04	3.671.204,94	13.021.010,33	3.791.971,29	10.748.571,24	100,00	36,55

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Água Doce

## CÂMARA MUNICIPAL

### Balancete Financeiro Agosto 2014

**Santa Catarina**

**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	35.336,19
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	35.336,19
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.669,77
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.801,42
		INVESTIMENTOS	2.865,00
Receita Extra - Orçamentária	104.357,80	Despesa Extra - Orçamentária	35.522,55
DEPOSITOS	3.612,03	DEPOSITOS	186,36
CONSIGNACOES	3.509,86	CONSIGNACOES	186,36
PREVIDENCIA SOCIAL	2.906,03	PENSAO ALIMENTICIA	186,36
PENSAO ALIMENTICIA	186,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	35.336,19
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	417,47	OBRIGACOES A PAGAR	35.336,19
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	102,17	FORNECEDORES	5.666,42
PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA	102,17	PESSOAL A PAGAR	29.669,77
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	35.336,19		
OBRIGACOES A PAGAR	35.336,19		
FORNECEDORES	5.666,42		
PESSOAL A PAGAR	29.669,77		
INTERFERENCIAS ATIVAS	65.409,58		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	65.409,58		
REPASSE RECEBIDO	65.409,58		
Saldos anteriores	166.094,78	Saldos atuais	199.593,84
BANCO C/ MOVIMENTO	166.094,78	BANCO C/ MOVIMENTO	199.593,84
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	270.452,58	Total	270.452,58

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DE DESPESAS 2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Agosto

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data : 31/08/2014

Conta	Especificação	Saldo Exerc. Anterior	Retenção Acum. Mês Anterior	Pagamento Acum. Mês Anterior	Saldo Mês Anterior	Retenção no Mês	Pagamento no Mês	Saldo Atual
72763	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	1.118,16	1.118,16	0,00	186,36	186,36	0,00
72776	PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA DOCE :	0,00	0,00	0,00	0,00	102,17	0,00	102,17 C
73128	INSS	0,00	20.564,91	20.564,91	0,00	2.906,03	0,00	2.906,03 C
73136	I.R.R.F	0,00	3.310,21	3.310,21	0,00	417,47	0,00	417,47 C
73138	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	279,96	279,96	0,00	0,00	0,00	0,00
76852	CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	19.986,45	19.986,45	0,00	3.428,69	3.428,69	0,00
TOTAL :		0,00	45.259,69	45.259,69	0,00	7.040,72	3.615,05	3.425,67 C

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - ANEXO TC 08

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Período: Agosto  
Página 1 de 2

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE		Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
Códigos	Especificações		Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.01	Ação Legislativa		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.01.031	PROCESSO LEGISLATIVO		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.031.0001.2.001	DESENV. DE ATIVIDADES P/ MANUT. DO TRABALHO LEGISLATIVO		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	549.440,53	0,00	0,00	549.440,53	29.669,77	286.338,34
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					29.669,77	247.683,76
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos e salários	0000					29.669,77	241.874,65
3.1.90.11.01.00.00.00	13º salário	0000					0,00	5.809,11
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					0,00	38.654,58
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					0,00	38.654,58
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - PLANO UNIMED	0000	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	230.474,47	0,00	11.500,00	218.974,47	7.901,42	36.500,84
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0000					0,00	6.388,20
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0000					0,00	6.388,20
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					254,07	2.521,12
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0000					0,00	362,24
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					0,00	488,74
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	0000					254,07	1.470,87
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0000					0,00	12,98
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0000					0,00	186,29
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					7.122,35	26.042,77
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					1.367,07	10.570,96
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	0000					0,00	2.850,00
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0000					5.100,00	5.420,00
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços de Processamento de Dados	0000					0,00	604,00
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					606,68	3.376,61
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					48,60	279,00
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					0,00	2.942,20
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentacao	0000					525,00	1.548,75
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0000					525,00	1.548,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000					2.885,00	10.623,80
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0000					2.885,00	10.623,80
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	0000					2.397,00	4.875,80
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	0000					0,00	480,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0000					488,00	5.268,00

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Período: Agosto  
Página 2 de 2

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.01	Legislativa		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.01.031	Ação Legislativa		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.01.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
01.031.0001.2.001	DESENV. DE ATIVIDADES P/ MANUT. DO TRABALHO LEGISLATIVO		784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0000					468,00	5.268,00
		Total por Entidade :	784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98
		Total Geral :	784.915,00	11.500,00	11.500,00	784.915,00	40.436,19	333.462,98

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DO SALDO DE CAIXA - ANEXO TC 04****Santa Catarina**

Mês de Agosto de 2014

**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Agosto do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade☐ B - Irregularidades apuradas☐ Falta de numerário☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Agosto o qual importava em ,00  
( ) e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

AGUA DOCE, 31/08/2014

\_\_\_\_\_  
VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

\_\_\_\_\_  
NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

\_\_\_\_\_  
ODIN G.M.C.ROCHA  
TESOUREIRO CPF Nº 01510130985

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS REPASSES RECEBIDOS 2014

Betha Sistemas  
Exercício de 2014  
Página: 1/1

Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE  
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos  
Período de 01/08/2014 a 31/08/2014

Data	Entidade Repassadora	Valor	Finalidade	Fundamento Legal
19/08/2014	TRANSFERENCIA DA PM PARA A CÂMARA DE VEREAL	65.409,58	VALOR REFERENTE REPASSE FINANCEIROS DA PMAD PARA A CMAD	

# Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada) 2014

## Santa Catarina

**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada)

Administração Direta

## Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Página 1 / 1

Orçamento				Despesa Empenhada				Saldo Da Dotação	Despesa Realizada		Despesa A Realizar		
Classificação	Dotação Inicial	Suplementação		Anulação		Dotação Atualizada	No Mês		No Exercício				
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês		Empenho	Anulação		No Mês	Até Mês		
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE													
Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC													
Unidade Orçamentária : 01 CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC													
01.031.0001													
2.001.3.1.90.00.00.00.00.00.00	549.440,53	0,00	0,00	0,00	0,00	549.440,53	29.669,77	0,00	286.338,34	263.102,19	29.669,77	286.338,34	0,00
2.001.3.1.90.11.01.00.00.00.00							29.669,77	0,00	241.874,65		29.669,77	241.874,65	-0,00
2.001.3.1.90.11.43.00.00.00.00							0,00	0,00	5.809,11		0,00	5.809,11	0,00
2.001.3.1.90.13.02.00.00.00.00							0,00	0,00	38.654,58		0,00	38.654,58	0,00
2.001.3.1.91.00.00.00.00.00.00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
2.001.3.3.50.00.00.00.00.00.00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00
2.001.3.3.90.00.00.00.00.00.00	230.474,47	0,00	0,00	1.500,00	0,00	218.974,47	7.901,42	0,00	36.500,84	182.473,63	2.801,42	31.400,84	5.100,00
2.001.3.3.90.14.14.00.00.00.00							0,00	0,00	6.388,20		0,00	6.388,20	0,00
2.001.3.3.90.30.07.00.00.00.00							0,00	0,00	362,24		0,00	362,24	0,00
2.001.3.3.90.30.16.00.00.00.00							0,00	0,00	488,74		0,00	488,74	0,00
2.001.3.3.90.30.17.00.00.00.00							254,07	0,00	1.470,87		254,07	1.470,87	0,00
2.001.3.3.90.30.22.00.00.00.00							0,00	0,00	12,98		0,00	12,98	0,00
2.001.3.3.90.30.99.00.00.00.00							0,00	0,00	186,29		0,00	186,29	0,00
2.001.3.3.90.38.11.00.00.00.00							1.367,07	0,00	10.570,96		1.367,07	10.570,96	0,00
2.001.3.3.90.39.17.00.00.00.00							0,00	0,00	2.850,00		0,00	2.850,00	0,00
2.001.3.3.90.39.47.00.00.00.00							5.100,00	0,00	5.420,00		0,00	320,00	5.100,00
2.001.3.3.90.39.57.00.00.00.00							0,00	0,00	604,00		0,00	604,00	0,00
2.001.3.3.90.39.58.00.00.00.00							606,68	0,00	3.376,61		606,68	3.376,61	0,00
2.001.3.3.90.39.81.00.00.00.00							48,60	0,00	279,00		48,60	279,00	0,00
2.001.3.3.90.39.98.00.00.00.00							0,00	0,00	2.942,20		0,00	2.942,20	0,00
2.001.3.3.90.46.01.00.00.00.00							525,00	0,00	1.548,75		525,00	1.548,75	0,00
2.001.4.4.90.00.00.00.00.00.00	1.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	11.000,00	2.865,00	0,00	10.623,80	376,20	2.865,00	10.623,80	0,00
2.001.4.4.90.52.35.00.00.00.00							2.397,00	0,00	4.875,80		2.397,00	4.875,80	0,00
2.001.4.4.90.52.36.00.00.00.00							0,00	0,00	480,00		0,00	480,00	0,00
2.001.4.4.90.52.42.00.00.00.00							468,00	0,00	5.268,00		468,00	5.268,00	0,00
Total da Unidade :	784.915,00	1.500,00	11.500,00	1.500,00	0,00	784.915,00	40.436,19	0,00	333.462,98	451.452,02	35.336,19	328.362,98	5.100,00
Total da Entidade :	784.915,00	1.500,00	11.500,00	1.500,00	0,00	784.915,00	40.436,19	0,00	333.462,98	451.452,02	35.336,19	0,00	333.462,98
Total Geral :	784.915,00	1.500,00	11.500,00	1.500,00	0,00	784.915,00	40.436,19	0,00	333.462,98	451.452,02	35.336,19	0,00	333.462,98

AGUADOCE, 31/08/2014

**VILSON ANTONIO VERONA**  
**PRESIDENTE CPF N° 42567491953**

**NILZA APARECIDA MENDES**  
**CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7**

**DEMONSTRATIVO DAS CONTAS BANCO - ANEXO TC 02**

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO				166.094,78			199.593,84
1	1	207	79170 - BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	166.094,78	65.409,58	31.910,52	199.593,84
BANCOS CONTA VINCULADA				0,00			0,00
2	1	207	7859-X - CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	3.428,69	3.428,69	0,00
Total da Entidade:				166.094,78	68.838,27	35.339,21	199.593,84
Totais:				166.094,78	68.838,27	35.339,21	199.593,84

**DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO - ANEXO TC 06 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA****Santa Catarina**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Exercício de 2014

Agosto

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	<b>72.450,30</b>	<b>576.831,56</b>
72763 PENSÃO ALIMENTÍCIA	0000	186,36	1.304,52
72776 PLANO UNIMED - SIMA PREFEIT.MUN.AGUA DOCE SC		102,17	102,17
73128 INSS	0000	2.906,03	23.470,94
73136 I.R.R.F	0000	417,47	3.727,68
73138 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		0,00	279,96
73331 RESTOS A PAGAR		0,00	1.254,51
73933 TRANSFERENCIA DA PM PARA A CÂMARA DE VEREADORES	0000	65.409,58	523.276,64
76852 CONSIGNAÇÃO BANCO DO BRASIL SA	0000	3.428,69	23.415,14
<b>Total Geral :</b>		<b>72.450,30</b>	<b>576.831,56</b>

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2014

Mês: Agosto

Mes	COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO			COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro
			Valor	Acumulado		
Janairo		36.521,10	36.521,10 D	36.521,10 D	43.991,93	15.103,45
Fevereiro		38.142,22	38.142,22 D	74.663,32 D	57.410,35	0,00
Marco		38.266,64	38.266,64 D	112.929,96 D	91.166,94	6.613,65
Abril		38.223,28	38.223,28 D	151.153,24 D	118.454,07	6.714,48
Maiio		44.530,06	44.530,06 D	195.683,30 D	133.099,11	480,00
Junho		55.785,33	55.785,33 D	251.468,63 D	144.722,16	2.478,80
Julho		41.558,16	41.558,16 D	293.026,79 D	166.094,78	0,00
Agosto		40.436,19	40.436,19 D	333.462,98 D	199.593,84	3.425,67
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
TOTAL	0,00	333.462,98	333.462,98 D	333.462,98 D	199.593,84	3.425,67

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA

PRESIDENTE CPF N° 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

**QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Órgão	Descrição	Empenhado no Mês	Empenhado no Ano	Pago no Mês	Pago no Ano
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE					
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA	29.669,77	286.338,34	29.669,77	286.338,34
	Total da Entidade:	29.669,77	286.338,34	29.669,77	286.338,34
	Total Geral :	29.669,77	286.338,34	29.669,77	286.338,34

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**QUADRO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria

Mês/Ano : Agosto/2014

Administração Direta

Débito			Crédito		
Saldo Exercício Anterior:			Despesa Orçamentária:		
		2.000,00	No Mês	35.336,19	
			Até o Mês		328.362,98
Receita Extra-Orçamentaria			Despesa Extra Orçamentária:		
No Mês:	72.450,30		No Mês	3.615,05	
Até o Mês:		576.777,05	Até o Mês		50.074,74
Total do Mês	72.450,30		Total do Mês	38.951,24	
<b>Total:</b>		<b>578.777,05</b>			
Créditos Adicionais - No Exercício			Movimento de Banco ( Disponível )		
Título	Aprovado	Dispendido	Título	Débito	Crédito
Suplementares:	784.915,00	11.500,00	Saldo do Mês Anterior :	166.094,78	
Especiais:	-	0,00	Retirado no Mês :		38.951,24
Extraordinários:	-	0,00	Depósitos do Mês :	72.450,30	
<b>Diferença ( a - d ) :</b>		<b>773.415,00</b>	Saldo :		199.593,84
			<b>Total:</b>	<b>238.545,08</b>	<b>238.545,08</b>

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**RELAÇÃO DOS SUPRIMENTOS CONCEDIDOS 2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Relação dos Suprimentos Concedidos

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Mês de Agosto

Unidade Receptora	Valor		
	Até o Mês Anterior	No Mês	Total
Em espécie			
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	0,00	0,00	0,00
DEVOLUÇÃO REF.SUBSIDIOS TCE/SC A PMAD	1.200,00	0,00	1.200,00
Totais (1):	1.200,00	0,00	1.200,00
Por Regularização Orcamentária			
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	0,00	0,00	0,00
DEVOLUÇÃO REF.SUBSIDIOS TCE/SC A PMAD	1.200,00	0,00	1.200,00
Totais (2):	1.200,00	0,00	1.200,00
Diferença (1-2):			0,00

AGUA DOCE, 31/08/2014

VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

**TERMO GERAL DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2014**

**Santa Catarina**  
**CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**  
 Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Betha Sistemas  
 Ano de 2014

Ao(s) Trinta e Um dias do mês de Dezembro de 2014, a(o) CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

Código	Conta	Título da Conta	Fonte	Agência	Banco	Saldo Ant.	Débitos	Créditos	Saldo Atu.
<b>Outros</b>									
73869	79170	BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	0000	207	BANCO DO BRASIL	2.000,00	523.276,64	350.490,19	174.786,45
<b>Total Outros:</b>						2.000,00	523.276,64	350.490,19	174.786,45
<b>TOTAL GERAL:</b>						2.000,00	523.276,64	350.490,19	174.786,45

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 174.786,45 (cento e setenta e quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) , que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

**Resumo das Fontes de Recurso**

Aplicação	Valor Estimado
<b>Entidade:</b> 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE	
0000 Recursos Ordinários	174.786,45
<b>Total da Entidade:</b>	174.786,45
<b>Total da Geral:</b>	174.786,45

**BALANCETE DA RAZÃO 2014****Santa Catarina  
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	46.825,06	2.307.661,50	207.530,87	2.515.192,37	1.559.929,69
	0,00	895.864,98	106.222,76	1.002.087,74	0,00
PASSIVO	0,00	1.231.366,85	151.559,81	1.382.926,66	0,00
	46.825,06	2.472.148,91	220.395,06	2.692.543,97	1.356.442,37
DESPESA	0,00	293.026,79	35.336,19	328.362,98	328.362,98
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	44.825,06	2.839,12	465,53	3.304,65	48.129,71
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	44.825,06	466.880,37	68.274,58	535.154,95	579.980,01
Totais	91.650,12	3.834.894,26	394.892,40	4.229.786,66	1.936.422,38
	91.650,12	3.834.894,26	394.892,40	4.229.786,66	1.936.422,38

AGUA DOCE, 31/08/2014

\_\_\_\_\_  
VILSON ANTONIO VERONA  
PRESIDENTE CPF Nº 42567491953

\_\_\_\_\_  
NILZA APARECIDA MENDES  
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### Processo de Licitação Nº048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2014

Modalidade: PREGÃO nº 035/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a aquisição de agasalhos e camisetas destinados aos projetos atendidos pela Assistência Social do Município, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50 horas, do dia 13 de outubro de 2014, em sessão pública, com abertura para as 09h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista, em 25 de setembro de 2014.

Décio Grätner

Prefeito Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

RREO - Balanço Orçamentário Janeiro A Agosto 2014/Bimestre Julho - Agosto



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RR-EO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
				No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)			
				% (b/a)	% (c/a)				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA Outras Receitas Agropecuárias RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Conv. OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	30.801.000,00 23.376.000,00 2.062.000,00 1.858.000,00 204.000,00 725.000,00 458.000,00 267.000,00 1.802.000,00 1.000,00 1.801.000,00 8.000,00 8.000,00 69.000,00 18.535.000,00 17.980.000,00 555.000,00 175.000,00 79.000,00 22.000,00 74.000,00 0,00 7.425.000,00 4.150.000,00 4.150.000,00 10.000,00 10.000,00 1.000,00 3.264.000,00 3.264.000,00	30.801.000,00 23.376.000,00 2.062.000,00 1.858.000,00 204.000,00 725.000,00 458.000,00 267.000,00 1.802.000,00 1.000,00 1.801.000,00 8.000,00 8.000,00 69.000,00 18.535.000,00 17.980.000,00 555.000,00 175.000,00 79.000,00 22.000,00 74.000,00 0,00 7.425.000,00 4.150.000,00 4.150.000,00 10.000,00 10.000,00 1.000,00 3.264.000,00 3.264.000,00	4.848.637,52 4.200.075,89 331.829,16 302.922,74 28.906,42 96.141,02 71.796,81 24.344,21 270.488,09 0,00 270.488,09 1.107,20 1.107,20 108.524,13 3.107.144,76 3.018.608,76 88.536,00 284.841,53 20.348,30 253.418,30 11.074,93 0,00 648.561,63 0,00 0,00 0,00 0,00 210,92 648.350,71 648.350,71	15,74 17,97 16,09 16,30 14,17 13,26 15,68 9,12 15,01 0,00 15,02 13,84 13,84 157,28 16,76 16,79 15,95 162,77 25,76 151,90 14,97 0,00 8,73 0,00 0,00 0,00 0,00 21,09 19,86 19,86	17.413.830,96 16.590.310,63 1.670.997,22 1.484.337,51 186.659,71 443.481,10 243.297,49 200.183,61 1.010.059,79 0,00 1.010.059,79 4.465,20 4.465,20 144.652,39 12.934.251,64 12.648.641,64 285.610,00 382.403,29 62.720,23 275.686,96 38.996,10 5.000,00 823.520,33 0,00 0,00 0,00 0,00 714,92 822.805,41 822.805,41	56,54 70,97 81,04 79,89 91,50 61,17 53,12 74,98 56,05 0,00 56,08 55,81 55,81 209,64 69,78 70,35 51,46 218,52 79,39 253,12 52,70 0,00 11,09 0,00 0,00 0,00 0,00 71,49 25,21 25,21	13.387.169,04 6.785.689,37 391.002,78 373.662,49 17.340,29 281.518,90 214.702,51 66.816,39 791.940,21 1.000,00 790.940,21 3.534,80 3.534,80 -75.652,39 5.600.748,36 5.331.358,36 269.390,00 -207.403,29 16.279,77 -253.686,96 35.003,90 -5.000,00 6.601.479,67 4.150.000,00 4.150.000,00 10.000,00 10.000,00 285,08 2.441.194,59 2.441.194,59		
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.082.000,00 1.082.000,00 902.000,00 902.000,00 180.000,00	1.082.000,00 1.082.000,00 902.000,00 902.000,00 180.000,00	182.307,90 182.307,90 139.393,73 139.393,73 42.914,17	16,85 16,85 15,45 15,45 23,84	599.896,51 599.896,51 470.127,43 470.127,43 129.769,08	55,44 55,44 52,12 52,12 72,09	482.103,49 482.103,49 431.872,57 431.872,57 50.230,92	

Continua 1/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>182.307,90</b>	<b>16,85</b>	<b>599.896,51</b>	<b>55,44</b>
Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	180.000,00	180.000,00	42.914,17	23,84	129.769,08	72,09
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>5.030.945,42</b>	<b>15,78</b>	<b>18.013.727,47</b>	<b>56,50</b>
<b>OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>5.030.945,42</b>	<b>15,78</b>	<b>18.013.727,47</b>	<b>56,50</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>5.030.945,42</b>	<b>15,78</b>	<b>18.013.727,47</b>	<b>56,50</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.794.452,51</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.099.665,46</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.794.452,51	—	—	1.099.665,46	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>30.801.000,00</b>	<b>3.186.635,53</b>	<b>33.987.635,53</b>	<b>3.096.532,57</b>	<b>17.991.270,56</b>	<b>3.644.602,98</b>	<b>14.661.809,42</b>	<b>43,20</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>19.580.400,00</b>	<b>1.968.246,47</b>	<b>21.548.646,47</b>	<b>2.931.701,01</b>	<b>14.951.952,79</b>	<b>3.413.008,02</b>	<b>13.144.754,83</b>	<b>61,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.655.200,00	-104.107,42	12.551.092,58	1.939.081,43	7.824.876,35	1.939.979,93	7.822.269,35	62,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	137.800,00	0,00	137.800,00	14.740,48	66.648,63	14.740,48	66.648,63	48,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.787.400,00	2.072.353,89	8.859.753,89	977.879,10	7.060.427,81	1.458.287,61	5.255.836,85	59,32
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.105.160,00</b>	<b>1.218.389,06</b>	<b>10.323.549,06</b>	<b>164.831,56</b>	<b>3.039.317,77</b>	<b>231.594,96</b>	<b>1.537.054,59</b>	<b>14,89</b>
INVESTIMENTOS	8.726.960,00	1.218.389,06	9.945.349,06	104.602,20	2.794.740,43	171.365,60	1.292.477,25	13,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	378.200,00	0,00	378.200,00	60.229,36	244.577,34	60.229,36	244.577,34	64,67

Continua 2/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>30.801.000,00</b>	<b>3.186.635,53</b>	<b>33.987.635,53</b>	<b>3.096.532,57</b>	<b>17.991.270,56</b>	<b>3.644.602,98</b>	<b>14.681.809,42</b>	<b>43,20</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	128.440,00	0,00	128.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.987.000,00	0,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.082.000,00</b>	<b>43.046,93</b>	<b>1.125.046,93</b>	<b>182.307,90</b>	<b>585.844,58</b>	<b>182.307,90</b>	<b>585.844,58</b>	<b>52,07</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	902.000,00	43.046,93	945.046,93	139.393,73	470.127,43	139.393,73	470.127,43	49,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	180.000,00	0,00	180.000,00	42.914,17	115.717,15	42.914,17	115.717,15	64,29
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>3.229.682,46</b>	<b>35.112.682,46</b>	<b>3.278.840,47</b>	<b>18.577.115,14</b>	<b>3.826.910,88</b>	<b>15.267.654,00</b>	<b>43,48</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>3.229.682,46</b>	<b>35.112.682,46</b>	<b>3.278.840,47</b>	<b>18.577.115,14</b>	<b>3.826.910,88</b>	<b>15.267.654,00</b>	<b>43,48</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.746.073,47</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>31.883.000,00</b>	<b>3.229.682,46</b>	<b>35.112.682,46</b>	<b>3.278.840,47</b>	<b>18.577.115,14</b>	<b>3.826.910,88</b>	<b>18.013.727,47</b>	<b>51,30</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.315.620,28

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 26/09/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR Prefeito Municipal	CARLICE B. SCHMITZ Contador CRC/SC - 14636	ANA CARLA PRIM Controle Interno
---	---	------------------------------------

RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.801.000,00	33.987.635,53	3.096.532,57	17.991.270,56	3.644.602,98	14.681.809,42	96,16	43,20	19.305.826,11
	Legislativa	1.380.000,00	159.529,21	617.704,91	159.529,21	617.704,91	4,05	44,76	762.295,09
Ação Legislativa	1.380.000,00	1.380.000,00	159.529,21	617.704,91	159.529,21	617.704,91	4,05	44,76	762.295,09
Administração	2.310.300,00	2.489.791,47	328.114,02	1.718.391,29	381.325,38	1.466.419,00	9,60	58,90	1.023.372,47
Planejamento e Orçamento	485.000,00	489.200,00	35.692,17	264.031,63	52.166,67	217.751,26	1,43	44,51	271.448,74
Administração Geral	1.813.300,00	1.988.591,47	292.421,85	1.454.359,66	329.158,71	1.248.667,74	8,18	62,79	739.923,73
Defesa Civil	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Segurança Pública	102.000,00	111.495,57	10.111,28	46.027,89	10.681,63	37.700,96	0,25	33,81	73.794,61
Policimento	46.000,00	55.495,57	10.111,28	40.771,83	10.529,22	32.775,87	0,21	59,06	22.719,70
Assistência Comunitária	56.000,00	56.000,00	0,00	5.256,06	152,41	4.925,09	0,03	8,79	51.074,91
Assistência Social	349.000,00	364.118,62	57.352,92	222.077,57	54.412,04	194.446,51	1,27	53,40	169.672,11
Assistência ao Idoso	55.000,00	57.000,00	11.395,85	37.992,51	9.889,91	32.934,29	0,22	57,78	24.065,71
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	65,00	2.535,11	0,00	115,03	0,00	1,05	10.884,97
Assistência Comunitária	283.000,00	296.118,62	45.892,07	181.549,95	44.522,13	161.397,19	1,06	54,50	134.721,43
Previdência Social	1.520.000,00	1.520.000,00	206.454,56	821.357,72	206.454,56	821.357,72	5,38	54,04	698.642,28
Previdência do Regime Estatutário	1.520.000,00	1.520.000,00	206.454,56	821.357,72	206.454,56	821.357,72	5,38	54,04	698.642,28
Saude	5.060.200,00	6.235.846,49	695.115,20	4.666.128,20	870.996,32	3.679.730,79	24,10	59,01	2.556.115,70
Atenção Básica	4.775.200,00	5.897.140,99	682.425,25	4.366.285,54	826.236,06	3.464.727,12	22,69	58,75	2.432.413,87
Vigilância Sanitária	67.000,00	98.727,88	11.158,82	66.113,16	16.200,70	54.281,15	0,36	54,98	44.446,73
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	46.977,62	1.531,13	41.211,80	3.000,85	34.354,22	0,23	73,13	12.623,40
Alimentação e Nutrição	193.000,00	193.000,00	0,00	192.517,70	25.558,71	126.368,30	0,83	65,48	66.631,70
Educação	5.183.060,00	6.223.448,46	702.051,36	4.227.863,51	836.849,50	3.026.490,00	19,82	48,63	3.196.958,46
Ensino Fundamental	3.186.560,00	3.493.088,02	502.656,52	2.252.159,09	558.236,41	2.015.481,79	13,20	57,70	1.477.606,23
Ensino Médio	160.000,00	197.659,80	3.286,90	119.639,80	23.239,70	95.906,80	0,63	48,52	101.753,00
Ensino Superior	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	15.915,00	57.335,00	0,38	71,67	22.665,00
Educação Infantil	1.736.500,00	2.432.700,64	196.107,94	1.776.064,62	239.458,39	857.766,41	5,62	35,26	1.574.934,23
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Cultura	333.000,00	456.387,00	50.026,50	219.666,87	62.261,02	176.768,10	1,16	38,73	279.618,90
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	20.000,00	120.260,00	0,00	29.049,94	10.000,00	10.000,00	0,07	8,32	110.260,00
Difusão Cultural	313.000,00	336.127,00	50.026,50	190.616,93	52.261,02	166.768,10	1,09	49,61	169.358,90

Continua 1/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC

Continuação 2/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	30.801.000,00	33.987.635,53	3.096.532,57	17.991.270,56	3.644.602,98	14.681.809,42	96,16	19.305.826,11
Infra-Estrutura Urbana	7.473.000,00	8.064.240,66	480.886,00	2.883.492,01	598.696,34	2.368.162,62	15,51	5.696.078,04
Serviços Urbanos	4.731.000,00	4.767.288,25	0,00	136.288,25	0,00	136.288,25	0,89	4.631.000,00
Saneamento	2.742.000,00	3.296.952,41	480.886,00	2.747.203,76	598.696,34	2.231.874,37	14,62	1.065.078,04
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Agricultura	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Extensão Rural	2.704.000,00	2.648.750,00	211.278,54	1.462.658,07	238.544,05	1.265.294,68	8,29	1.383.455,32
Comércio e Serviços	2.704.000,00	2.648.750,00	211.278,54	1.462.658,07	238.544,05	1.265.294,68	8,29	1.383.455,32
Turismo	145.000,00	154.900,00	15.973,58	36.101,69	15.973,58	36.101,69	0,24	118.798,31
Transporte	145.000,00	154.900,00	15.973,58	36.101,69	15.973,58	36.101,69	0,24	118.798,31
Transporte Rodoviário	101.000,00	51.000,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00	0,31	3.000,00
Desporto e Lazer	101.000,00	51.000,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00	0,31	3.000,00
Desporto Comunitário	1.100.000,00	1.217.067,26	59.476,96	472.330,99	77.322,62	408.978,03	2,68	808.089,23
Encargos Especiais	1.100.000,00	1.217.067,26	59.476,96	472.330,99	77.322,62	408.978,03	2,68	808.089,23
Serviço da Dívida Interna	825.000,00	855.150,00	120.162,44	549.469,84	131.556,73	534.654,41	3,50	320.495,59
Outras Transferências	485.000,00	485.000,00	72.609,92	294.343,06	72.609,92	294.343,06	1,93	190.656,94
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	340.000,00	370.150,00	47.552,52	255.126,78	58.946,81	240.311,35	1,57	129.838,65
	128.440,00	128.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.440,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	1.987.000,00	1.987.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.082.000,00	1.125.046,93	182.307,90	585.844,58	182.307,90	585.844,58	3,84	539.202,35
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	1.616,30	5.795,41	1.616,30	5.795,41	0,04	14.204,59
Planejamento e Orçamento	20.000,00	20.000,00	1.616,30	5.795,41	1.616,30	5.795,41	0,04	14.204,59
Administração	298.000,00	298.000,00	61.401,75	178.376,01	61.401,75	178.376,01	1,17	119.623,99
Planejamento e Orçamento	18.000,00	18.000,00	1.858,72	6.238,74	1.858,72	6.238,74	0,04	11.761,26
Administração Geral	280.000,00	280.000,00	59.543,03	172.137,27	59.543,03	172.137,27	1,13	107.862,73
Assistência Social	5.000,00	5.000,00	658,22	2.292,98	658,22	2.292,98	0,02	2.707,02
Assistência ao Idoso	4.000,00	4.000,00	658,22	2.292,98	658,22	2.292,98	0,02	1.707,02
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Saúde	163.000,00	164.500,00	26.106,74	89.815,50	26.106,74	89.815,50	0,59	74.684,50
Atenção Básica	152.000,00	152.000,00	24.308,79	83.728,85	24.308,79	83.728,85	0,55	68.271,15

Continua 2/3



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	1.082.000,00	1.125.046,93	182.307,90	585.844,58	182.307,90	585.844,58	3,84	52,07
Vigilância Sanitária	163.000,00	164.500,00	26.106,74	89.815,50	26.106,74	89.815,50	0,59	54,60
Educação	11.000,00	12.500,00	1.797,95	6.086,65	1.797,95	6.086,65	0,04	48,69
Ensino Fundamental	393.000,00	448.000,00	63.534,07	212.720,15	63.534,07	212.720,15	1,39	47,48
Educação Infantil	242.000,00	272.000,00	36.151,33	128.333,13	36.151,33	128.333,13	0,84	47,18
Cultura	151.000,00	176.000,00	27.382,74	84.387,02	27.382,74	84.387,02	0,55	47,95
Difusão Cultural	35.000,00	35.000,00	4.056,77	13.974,15	4.056,77	13.974,15	0,09	39,93
Urbanismo	35.000,00	35.000,00	4.056,77	13.974,15	4.056,77	13.974,15	0,09	39,93
Serviços Urbanos	110.000,00	96.546,93	14.787,97	50.522,66	14.787,97	50.522,66	0,33	52,33
Agricultura	110.000,00	96.546,93	14.787,97	50.522,66	14.787,97	50.522,66	0,33	52,33
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	8.867,72	28.127,76	8.867,72	28.127,76	0,18	56,26
Desporto e Lazer	50.000,00	50.000,00	8.867,72	28.127,76	8.867,72	28.127,76	0,18	56,26
Desporto Comunitário	8.000,00	8.000,00	1.278,36	4.219,96	1.278,36	4.219,96	0,03	52,75
TOTAL (III) = (I + II)	31.883.000,00	35.112.682,46	3.278.840,47	18.577.115,14	3.826.910,88	15.267.654,00	100,00	43,48

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 26/09/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR Prefeito Municipal	CARLICE B. SCHMITZ Contador CRC/SC - 14636	ANA CARLA PRIM Controle Interno
---	---	------------------------------------

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# RREO - DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO - REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2014.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

### DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2014.

#### 1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS

1.1. Receitas Oriundas de Impostos	Realizada até o mês
IPTU	717.675,57
ITBI	88.982,36
ISS	512.394,47
IRRF	305.336,90
Receita da Dívida Ativa de Impostos	31.091,95
Multas e Juros de Mora de Impostos	26.181,91
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-140.051,79
<b>SOMA</b>	<b>1.541.611,37</b>
1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB	
Cota-Parte do FPM	3.857.285,62
Cota-Parte do ICMS Exportação	26.584,25
Cota-Parte do ICMS	6.951.693,70
Cota-Parte do IPI	106.793,64
Cota-Parte do ITR	2.270,53
Cota-Parte do IPVA	846.010,59
<b>SOMA</b>	<b>11.790.638,33</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>13.332.249,70</b>

#### 2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO D.R.	Especificação Das Fontes de Recursos	Valor até o Mês
2.1	0.1.01	Receitas oriundas de Impostos - 26%	3.466.384,92
2.2	0.1.18	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	1.094.382,82
2.3	0.1.19	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	725.871,99
2.4	0.3.19	Superávit Financeiro do FUNDEB	70.900,18
2.5	0.1.58	Cota-Parte do Salário Educação	207.593,56
2.6	0.3.58	Superávit Financeiro do Salário Educação	36.526,56
2.7	0.1.22.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	145.101,74
2.8	0.3.22.5	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual	5.009,06
2.9	0.1.24.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	106.409,03
2.10	0.3.24.6	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual E. Médio	37.659,80
2.11	0.1.59	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	13.132,11
2.12	0.1.61	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	62.505,91
2.13	0.3.61	Superávit Financeiro do PNATE	551,22
2.14	0.1.62	Outras Transferências do FNDE	129.172,41
2.15	0.3.62	Superávit Financeiro - Outras Transferências do FNDE	10.443,54
2.16	0.1.60	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	53.258,29
2.17	0.1.22.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	10.932,33
2.18	0.3.22.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	192.501,17
2.19	0.1.22.74	Convênio Quadra Esportiva	122.469,58
<b>TOTAL</b>			<b>6.490.806,22</b>

**3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

	CÓDIGO F.R.	SUB-FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizada até o mês	Diferença
3.1	0.1.01	361	Ensino Fundamental 70,18%	777.774,93	630.493,38	-147.281,55
3.2	0.1.01		Contribuição ao FUNDEB	2.358.127,67	2.358.126,14	-1,53
3.3	0.1.01	365	Educação Infantil 29,82%	330.482,32	152.772,25	-177.710,07
3.4	0.1.18	361	Ensino Fundamental 56,94%	623.141,58	693.717,68	70.576,10
3.5	0.1.18	365	Educação Infantil 43,06%	471.241,24	603.875,61	132.634,37
3.6	0.1.19	361	Ensino Fundamental 63,41%	460.275,43	343.890,38	-116.385,05
3.7	0.1.19	365	Educação Infantil 36,59%	265.596,56	146.555,34	-119.041,22
3.8	0.3.19	361	Ensino Fundamental	70.900,18	70.900,18	0,00
3.9	0.1.58	361	Ensino Fundamental 52,94%	109.900,03	124.440,53	14.540,50
3.10	0.1.58	365	Educação Infantil 47,06%	97.693,53	34.600,23	-63.093,30
3.11	0.3.58	361	Ensino Fundamental	36.526,56	3.080,00	-33.446,56
3.12	0.1.22.5	361	Ensino Fundamental	145.101,74	156.777,65	11.675,91
3.13	0.3.22.5	361	Ensino Fundamental	5.009,06	5.009,06	0,00
3.14	0.1.24.6	362	Ensino Médio	106.409,03	64.220,00	-42.189,03
3.15	0.3.24.6	362	Ensino Médio	37.659,80	31.686,80	-5.973,00
3.16	0.1.59	361	Ensino Fundamental	8.791,95	7.590,00	-1.201,95
3.17	0.1.59	365	Educação Infantil	4.340,16	4.350,00	9,84
3.18	0.1.61	361	Ensino Fundamental	62.505,91	65.084,84	2.578,93
3.19	0.3.61	361	Ensino Fundamental	551,22	551,22	0,00
3.20	0.1.62	361	Ensino Fundamental	129.172,41	42.280,00	-86.892,41
3.21	0.3.62	361	Ensino Fundamental	10.443,54	0,00	-10.443,54
3.22	0.1.60	361	Ensino Fundamental	53.258,29	53.197,51	-60,78
3.24	0.1.22.71	365	Educação Infantil	10.932,33	2.497,00	-8.435,33
2.25	0.3.22.71	365	Educação Infantil	192.501,17	0,00	-192.501,17
3.26	0.1.22.74	365	Ensino Fundamental	122.469,58	140.020,97	17.551,39
<b>TOTAL</b>				<b>6.490.806,22</b>	<b>5.735.716,77</b>	<b>-755.089,45</b>

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	23,56%	-1,44
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	71,29%	11,29

Memória de Cálculo:  $4.1 = (3.1 + 3.2 + 3.3) / 1.3$

$4.2 = (3.4 + 3.5) / (2.2 + 2.3)$

Antônio Carlos, em 26 de Setembro de 2014.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
Prefeito Municipal

**CARLICE B. SCHMITZ**  
Contador

**ALTAMIRO ANTONIO KRETZER**  
Secretário M. de Educação

**RREO - CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - AGOSTO DE 2014****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE***Mês de Agosto de 2014***1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadado até o mês
IPTU	717.675,57
ITBI	88.982,36
ISS	512.394,47
FPM	3.857.285,62
IRRF	305.336,90
ICMS	6.951.693,70
IPI	106.793,64
IPVA	846.010,59
ITR	2.270,53
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	26.584,25
Receita da Dívida Ativa de Impostos	31.091,95
Multas e Juros de Mora de Impostos	26.181,91
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-140.051,79
<b>TOTAL</b>	<b>13.332.249,70</b>

**2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE**

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.1.002	Recursos Oriundos de Impostos - 20%	2.666.449,94
0.6.002	Superávit de exercício Anterior	328.879,91
0.2.002	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	12.459,14
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	32.043,75
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	7.320,61
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	117.864,66
0.6.064.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	35.201,49
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	14.049,11
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	707,27
0.2.067.34	Farmácia Básica	29.147,77
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	7.945,36
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	27.459,33
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	16.677,62
0.2.064.36	PACS	127.644,80
0.6.064.36	Superávit - PACS	43.391,53
0.2.064.37	PSF	150.311,56
0.6.064.37	Superávit - PSF	21.479,65
0.2.064.38	Saúde Bucal	15.804,84
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	12.484,41
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	38.246,91
0.6.064.39	Superávit - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	20.194,04
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	17.272,80
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	6.642,12
0.2.064.76	PMAQ	192.062,54
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	11.222,60

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.2.064.42	NASF Estadual	22,18
0.6.064.42	Superávit - NASF Estadual	1.800,48
0.2.065.77	Teto Municipal Rede Cegonha	1.149,94
0.6.065.77	Superávit Teto Municipal Rede Cegonha	708,14
0.2.023.43	Convênio - Ampliação UBS	3.678,66
0.6.023.43	Superávit Convênio - Ampliação USB	133.449,13
0.2.064.78	PSE	2.468,55
0.6.064.78	Superávit - PSE	600,00
	<b>TOTAL</b>	<b>4.096.840,84</b>

**3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE**

Código das Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.002	20% das Receitas oriundas de Impostos	2.666.449,94	2.489.687,85	-176.762,09
0.6.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	328.879,91	259.382,99	-69.496,92
0.2.002	Rend. de Aplicação de Rendimentos Próprios	12.459,14	7.547,82	-4.911,32
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	32.043,75	21.302,58	-10.741,17
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	7.320,61	4.619,45	-2.701,16
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	117.864,66	100.907,48	-16.957,18
0.6.064.32	Superávit - Piso Atenção Básica - PAB Fixo	35.201,49	0,00	-35.201,49
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	14.049,11	1.384,98	-12.664,13
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	707,27	423,25	-284,02
0.2.067.34	Farmácia Básica	29.147,77	14.785,13	-14.362,64
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	7.945,36	7.298,50	-646,86
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	27.459,33	16.744,47	-10.714,86
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	16.677,62	16.667,86	-9,76
0.2.064.36	PACS	127.644,80	146.708,36	19.063,56
0.6.064.36	Superávit - PACS	43.391,53	28.840,00	-14.551,53
0.2.064.37	PSF	150.311,56	153.398,64	3.087,08
0.6.064.37	Superávit - PSF	21.479,65	0,00	-21.479,65
0.2.064.38	Saúde Bucal	15.804,84	24.791,06	8.986,22
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	12.484,41	1.500,00	-10.984,41
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	38.246,91	43.233,71	4.986,80
0.6.064.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	20.194,04	0,00	-20.194,04
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	17.272,80	10.147,95	-7.124,85
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	6.642,12	5.924,70	-717,42
0.2.064.76	PMAQ	192.062,54	146.110,29	-45.952,25
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	11.222,60	9.169,22	-2.053,38
0.2.064.42	NASF Estadual	22,18	1.500,00	1.477,82
0.6.064.42	Superávit - NASF Estadual	1.800,48	285,80	-1.514,68
0.2.065.77	Teto Municipal Rede Cegonha	1.149,94	412,02	-737,92
0.6.065.77	Superávit Teto Municipal Rede Cegonha	708,14	610,85	-97,29
0.2.023.43	Convênio - Ampliação UBS	3.678,66	0,00	-3.678,66
0.6.023.43	Superávit Convênio - Ampliação USB	133.449,13	128.454,90	-4.994,23
0.2.064.78	PSE	2.468,55	879,13	-1.589,42
0.6.064.78	Superávit - PSE	600,00	459,00	-141,00
	<b>TOTAL</b>	<b>4.096.840,84</b>	<b>3.643.177,99</b>	<b>-453.521,85</b>

Despesas de Saúde com recursos de Impostos - 20,68%

Antônio Carlos, em 26 de Setembro de 2014.

**ANTONIO PAULO REMOR**  
Prefeito em Exercício

**CARLICE B SCHMITZ**  
Contador

**LUCIDE MARIA S. KREFF**  
Secretária de Saúde

**Ascurra****PREFEITURA****Decreto Nº 2630, de 25 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 2630, de 25 de setembro de 2014.

“Dispõe sobre a regulamentação da interrupção parcial do trânsito na Rua Hermenegildo Poffo, nos termos do § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 88, de 12 de novembro de 2008, Código de Posturas”

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV, do Art. 72 da Lei Orgânica do Município de Ascurra/SC e, CONSIDERANDO, o § 1º do art. 33 da Lei Complementar nº 88, de 12 de novembro de 2008 - Código de Posturas, que disciplina as interrupções totais e parciais de trânsito, provenientes da execução de obras na via pública ou qualquer solicitação de alteração temporária de trânsito;

CONSIDERANDO, que a presente Rua liga as Ruas Benjamin Constant e a Rua Mamãe Margarida, abrangendo toda a Lateral da Praça Poeta Vicente Cechelero;

CONSIDERANDO, que aos finais de semana a grande concentração de famílias com crianças, que utilizam a Praça e conseqüentemente a Rua Hermenegildo Poffo;

CONSIDERANDO, que a interrupção parcial não acarreta prejuízo ao tráfego e ao fluxo normal do trânsito na área central do Município;

CONSIDERANDO, que haverá sinalização informando a interrupção nos termos do § 1º do Art. 33, da já citada Lei:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica interrompido o tráfego na Rua Hermenegildo Poffo todos os finais de semanas, no período compreendido das 16h00min horas do Sábado até as 06h00min horas da Segunda-feira subsequente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 25 de setembro de 2014.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**Barra Velha****PREFEITURA****Lei Nº 1393, de 24 de Setembro de 2014**

LEI Nº 1393, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

“Denomina de RUA VALTER VIERO, a Rua 1969 (código 988), localizada no Bairro Los Angeles, neste Município”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA VALTER VIERO, a Rua 1969 (Código 988), localizada no Bairro Los Angeles, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 24 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria Nº 2277/2014

PORTARIA Nº 2277/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FLARES ROBERTO MAURICIO, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8421/2014 em anexo no período de 17/09/2014 a 26/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2276/2014

PORTARIA Nº 2276/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANESSA DA SILVA THIVES, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8406/2014 em anexo no período de 19/09/2014 a 19/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2275/2014

PORTARIA Nº 2275/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EVELINE LOPES ALBANO, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8242/2014 em anexo no período de 15/09/2014 a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2274/2014

PORTARIA Nº 2274/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MANOEL DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8153/2014 em anexo no período de 12/09/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2273/2014

PORTARIA Nº 2273/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IONE IRANI DE AMORIM, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8422/2014 em anexo no período de 19/09/2014 a 28/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2272/2014

PORTARIA Nº 2272/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8229/2014 em anexo no período de 17/09/2014 a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 2271/2014

PORTARIA Nº 2271/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), MARIZA RUTH VICENTE CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 8368/2014 no período de 22/09/2014 a 21/10/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2270/2014**

PORTARIA Nº 2270/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA GARCIA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8343/2014 em anexo no período de 23/09/2014 a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2269/2014**

PORTARIA Nº 2269/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8401/2014 em anexo no período de 22/09/2014 a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2268/2014**

PORTARIA Nº 2268/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DO CARMO FERREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8280/2014 em anexo no período de 17/09/2014 a 26/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2267/2014**

PORTARIA Nº 2267/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), CLEONICE MORESCHI, ocupante do Cargo Efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 8297/2014 no período de 16/09/2014 a 11/12/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **GASTOS COM SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RREO - Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS.  
REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2014

1. Receita produto de Impostos.	56.777.352,16	
1.1. Receita de Impostos	12.380.420,19	
1.1. Receita de IPTU	2.875.432,52	
1.2. Receita de ITBI	1.400.800,47	
1.3. Receita de ISS	6.049.192,39	
1.4. Receita de IRRF	1.200.962,66	
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	150.240,05	
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	14.059,67	
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	691.486,46	
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-1.754,03	
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	44.396.931,97	
2.1. Cota-Parte do FPM - Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	15.429.142,53	
2.2. Cota-Parte do ITR	1.890,10	
2.3. Cota-Parte do ICMS	24.996.274,51	
2.4. ICMS - Desoneração - LC nº 87/1996	96.855,15	
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação	389.080,26	
2.6. Cota-Parte do IPVA	3.483.689,42	
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00	
2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (21,53% do item 1, conforme LOA)	12.224.163,92
0.1.02.000000	Déficit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	-720.070,13
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	32.457,19
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	25.046,44
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	137.751,80
0.2.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	378,70
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	28.264,67

0.2.28.000015	Manutenção da UPA	1.530.000,00
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	1.035.424,00
0.2.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar	4.662,00
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	15.095,22
0.2.28.000108	Vigilância Sanitária	97.230,89
0.6.28.000108	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	16.791,85
0.2.28.000044	Assistência Farmacêutica Básica	225.618,06
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Assistência Farmacêutica Básica	74.148,90
0.2.28.000045	Ações de Vigilância Sanitária	16.855,46
0.2.28.000109	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	160.516,57
0.6.28.000109	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	30.994,81
0.6.28.000109	Cancelamento de Restos a Pagar	656,00
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	739.712,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	67.454,82
0.2.28.000047	Saúde da Família	813.180,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	28.162,04
0.2.28.000120	Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	50.166,62
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	60.350,45
0.2.28.000048	SAMU	105.000,00
0.6.28.000048	Superávit Financeiro SAMU	8.596,69
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	99.000,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas - MAC/CEO	7.498,10
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	260.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	1.104,77
0.2.28.000056	Ações de Atenção Básica	250.000,00
0.2.28.000057	Ações de Atenção Básica	30.000,00
0.2.28.000104	Biguaçu sem Miséria	45.000,00
0.2.28.000106	Manutenção das Ações de MAC	0,00
0.2.28.000119	Produção Hospitalar e Ambulatorial	1.122.495,14
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	54.425,39
0.2.28.000179	Programa Melhoria Acesso da Qualidade - PAB Variável	1.047.900,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Programa Melhoria Acesso da Qualidade	173.921,45
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	0,00
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	-108.348,22
0.2.28.000184	Saúde Bucal	84.740,00
0.2.28.000185	Polos de Academia de Saúde	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	-148.101,58
0.2.28.000187	Centro Psico-Social	254.745,00
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Centro Psico-Social	83.046,26
0.2.28.000193	Saúde na Escola	0,00
0.6.28.000193	Superávit Financeiro Saúde na Escola	11.400,00
0.2.28.000203	Compensação de Especificidades Regionais	0,00
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	4.625,00
0.2.28.000205	MAC por Demandas Judiciais	0,00

0.2.28.000206	Rede viver sem Limites	0,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro Rede viver sem Limites	4.950,00
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	39,04
0.2.29.000052	Assistência Farmacêutica Básica	204.397,20
0.6.29.000052	Superávit Financeiro Assistência Farmacêutica Básica	11,59
0.2.29.000053	Centro de Especialidades Odontológicas	24.750,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro de Especialidades Odontológicas	6.105,28
0.2.29.000171	Produção Hospitalar e Ambulatorial	0,00
0.6.29.000171	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	16.683,53
0.2.29.000054	Co-Financiamento	241.440,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento	142.643,20
0.6.29.000232	Superávit Financeiro Emergências de Enchentes	6.960,00
0.2.29.000155	Incentivo p/ Operacionalização da Port. GM 2588/2008	0,00
0.2.29.000188	Produção Hospitalar e Ambulatorial/CAPS	0,00
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	137.144,50
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	7.455,00
0.6.30.000000	Superávit Financeiro Transf. Mun. Gover. Celso Ramos e Antônio Carlos	1.149,64
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde - UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde - UPA	7.316,98
0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde - UBS Centro	-20.833,71
0.2.70.000126	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde - UBS Centro	0,00
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde - UBS Fundos	-86.701,15
0.2.70.000176	Construção de UBS do Prado	0,00
0.2.70.000191	Convênio Ministério da Saúde Ampliação de Unidade Básica de Saúde	0,00
0.6.70.000192	Superávit Financeiro Convênio MS Ampliação Unidade Básica de Saúde	160.203,19
0.2.70.000192	Convênio MS Programa de Requalificação UBS	0,00
0.2.70.000197	Construção de UBS - Prado	0,00
0.6.70.000197	Superávit Financeiro Construção de UBS - Prado	131.800,00
0.2.70.000208	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	48.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR - Construção Hospital Regional	3.066.666,67
0.2.71.000178	Convênio SDR - Aquisição de Veículo	0,00
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	104.732,41
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	31.102,23
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	21.200,00
	TOTAL	24.341.458,13

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			11.504.093,79	11.579.527,80	75.434,01		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	7.659.373,19	7.014.737,07	-644.636,12		
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. E Ambul.	4.297.289,77	4.297.289,77	0,00		
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	39.504,52	39.504,52	0,00		
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	227.996,44	227.996,44	0,00		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	-720.070,13	0,00	720.070,13		
(+ ) Cancelamento de Restos a Pagar			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(- ) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes			12.837.364,34	9.642.537,35	-3.194.826,99		
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00		
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	32.457,19	0,00	-32.457,19		
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	25.046,44	1.450,40	-23.596,04		
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	137.751,80	100.776,41	-36.975,39		
0.2.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		378,70	0,00	-378,70		
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	28.264,67	530,84	-27.733,83		
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	1.530.000,00	1.336.483,53	-193.516,47		
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	1.035.424,00	718.779,25	-316.644,75		
0.2.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar		4.662,00	0,00	-4.662,00		
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	15.095,22	7.131,73	-7.963,49		
0.2.28.000108	304	Vigilância Sanitária	97.230,89	1.815,85	-95.415,04		
0.6.28.000108	304	Vigilância Sanitária	16.791,85	150,00	-16.641,85		
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	225.618,06	176.962,80	-48.655,26		
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	74.148,90	33.660,20	-40.488,70		
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	16.855,46	0,00	-16.855,46		
0.2.28.000109	305	Vigilância Epidemiológica	160.516,57	103.157,87	-57.358,70		
0.2.28.000109	Cancelamento de Restos a Pagar		30.994,81	0,00	-30.994,81		
0.6.28.000109	305	Vigilância Epidemiológica	656,00	0,00	-656,00		
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	739.712,00	786.147,47	46.435,47		
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	67.454,82	0,00	-67.454,82		
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	813.180,00	972.338,93	159.158,93		
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	28.162,04	28.162,04	0,00		
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	50.166,62	3.930,00	-46.236,62		
0.6.28.000120	301	Atenção Básica	60.350,45	7.678,00	-52.672,45		
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	105.000,00	158.302,61	53.302,61		
0.6.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	8.596,69	8.596,69	0,00		
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	99.000,00	62.104,43	-36.895,57		
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	7.498,10	518,21	-6.979,89		
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	260.000,00	330.042,74	70.042,74		
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	1.104,77	596,90	-507,87		
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	250.000,00	216.747,60	-33.252,40		
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	30.000,00	0,00	-30.000,00		
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	45.000,00	9.009,00	-35.991,00		
0.2.28.000106	302	Assistência Hosp. E Ambul.	0,00	19.952,64	19.952,64		
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	1.122.495,14	623.312,82	-499.182,32		
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	54.425,39	36.470,01	-17.955,38		
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	1.047.900,00	248.401,06	-799.498,94		
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	173.921,45	87.099,93	-86.821,52		
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	-108.348,22	0,00	108.348,22		

0.2.28.000184	301	Atenção Básica	84.740,00	79.174,18	-5.565,82		
0.2.28.000185	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	-148.101,58	0,00	148.101,58		
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	254.745,00	148.935,02	-105.809,98		
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	83.046,26	57.926,70	-25.119,56		
0.2.28.000193	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000193	301	Atenção Básica	11.400,00	0,00	-11.400,00		
0.2.28.000203	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	4.625,00	1.850,00	-2.775,00		
0.2.28.000205	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.28.000206	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	4.950,00	1.193,67	-3.756,33		
0.6.29.000051	301	Atenção Básica	39,04	0,00	-39,04		
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	204.397,20	143.332,03	-61.065,17		
0.6.29.000052	301	Atenção Básica	11,59	0,00	-11,59		
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	24.750,00	9.850,29	-14.899,71		
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	6.105,28	5.845,00	-260,28		
0.2.29.000171	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.29.000171	301	Atenção Básica	16.683,53	0,00	-16.683,53		
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	241.440,00	204.345,29	-37.094,71		
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	142.643,20	70.618,24	-72.024,96		
0.6.29.000232	301	Atenção Básica	6.960,00	0,00	-6.960,00		
0.2.29.000155	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.29.000188	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	137.144,50	0,00	-137.144,50		
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	7.455,00	4.814,36	-2.640,64		
0.6.30.000000	301	Atenção Básica	1.149,64	1.149,64	0,00		
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7.316,98		
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	-20.833,71	0,00	20.833,71		
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	-86.701,15	0,00	86.701,15		
0.2.70.000176	301	Atenção Básica	0,00	6.800,00	6.800,00		
0.2.70.000191	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000192	301	Atenção Básica	160.203,19	36.568,56	-123.634,63		
0.2.70.000192	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.2.70.000197	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.70.000197	301	Atenção Básica	131.800,00	96.326,00	-35.474,00		
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	48.000,00	33.056,60	-14.943,40		
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	3.066.666,67	2.607.003,64	-459.663,03		
0.2.71.000178	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21		
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	104.732,41	53.164,15	-51.568,26		
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	31.102,23	274,02	-30.828,21		
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04		
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
0.6.85.000101	301	Atenção Básica	21.200,00	0,00	-21.200,00		
TOTAL			24.341.458,13	21.222.065,15	-3.119.392,98		

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	20,39%	5,39%

## 5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = 11.579.527,80x100/56.777.352,16=20,39%

Biguaçu, 09 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER	LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Prefeito Municipal em Exercício	Secretario Municipal de Saúde

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora - CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

**GASTOS COM EDUCAÇÃO**

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.  
REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2014

1. Receita produto de Impostos.	56.777.352,16
1.1. Receita de Impostos	12.380.420,19
1.1.1. Receita de IPTU	2.875.432,52
1.2. Receita de ITBI	1.400.800,47
1.3. Receita de ISS	6.049.192,39
1.4. Receita de IRRF	1.200.962,66
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	150.240,05
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	14.059,67
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	691.486,46
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-1.754,03
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	44.396.931,97
2.1. Cota-Parte do FPM - Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	15.429.142,53
2.2. Cota-Parte do FPM - Parcela referente à CF, art. 159, alínea "d".	0,00
2.3. Cota-Parte do ITR	1.890,10
2.4. Cota-Parte do ICMS	24.996.274,51
2.5. ICMS - Desoneração - LC nº 87/1996	96.855,15
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	389.080,26
2.7. Cota-Parte do IPVA	3.483.689,42
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

## 2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB

CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (26,37% do item 1, conforme LOA)	14.972.187,76
0.1.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	5.328,03
0.3.01.000000	Superávit Financeiro de Recursos de Impostos para MDEB	0,00
0.3.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	1.367,01
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	974.149,78

0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	3.370,44
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	87.597,24
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar - PNATE	29.920,93
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	7.846,15
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	0,00
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	27.534,47
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 91,75%	9.169.823,22
0.3.12.000000	Superávit Financeiro das Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 8,25%	822.001,09
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	16.951,47
0.1.70.000127	Convênio com o MEC/FNDE - Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.70.000139	Convênio MEC - Ampliação de Rede Física de Ensino Fundamental	0,00
0.3.70.000139	Superávit financeiro Conv. MEC - Ampl. Rede Física de Ens Fund.	47.483,75
0.1.70.000140	Convênio MEC - Ampliação de Rede Física de Ensino Infantil	370.549,64
0.3.70.000140	Superávit Financeiro Conv. MEC - Ampl. Rede Fís. Ensino Infantil	118.362,45
0.1.70.000201	Convênio MEC - Construção de Cobertura de Quadra em Escola	0,00
0.3.70.000201	Superávit Financeiro Construção Cobertura de Quadra em Escola	35.752,99
0.1.70.000206	Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	101.998,47
0.1.71.000012	Convênio SDR - Transporte Escolar	626.702,00
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR - Transporte Escolar	1.930,79
0.1.71.000177	Convênio SDR - Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário - FUNDEB	51.261,67
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB - FUNDEB	1.955,40
0.1.81.000002	RDB - Salário Educação	25.688,61
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB - Salário Educação	31.427,01
0.1.81.000006	RDB - PNATE	596,55
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB - PNATE	198,27
0.1.81.000011	RDB - Convênio SDR - Transporte Escolar.	4.506,25
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR - Transporte Escolar	651,96
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	15.683,38
	TOTAL	27.554.050,06

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB						
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA	
3.1. Receita de Impostos			14.978.882,80	14.088.892,92	-889.989,88	
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	3.403.033,80	2.519.738,96	-883.294,84	
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	2.634.012,85	2.634.012,85	0,00	
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	56.885,44	56.885,44	0,00	
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	8.878.255,67	8.878.255,67	0,00	
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
(+ ) Cancelamento de Restos a Pagar			6.695,04	0,00	-6.695,04	0,00 -6.695,04
(- ) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
3.2. Receita do Fundeb e de RDB			10.043.085,98	10.313.857,40	270.771,42	
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	3.019.974,84	3.294.084,99	274.110,15	
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	6.149.848,38	6.149.848,38	0,00	
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	772.631,09	820.554,03	47.922,94	
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	49.370,00	49.370,00	0,00	
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	51.261,67	0,00	-51.261,67	
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013			18.906,87	18.906,87	0,00	
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	16.951,47	16.951,47	0,00	
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	1.955,40	1.955,40	0,00	
3.4. Receita de Outras Fontes			2.513.174,41	1.758.841,00	-754.333,41	
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	794.999,09	601.936,97	-193.062,12	
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	179.150,69	179.150,69	0,00	
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		3.370,44	0,00	-3.370,44	
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	87.597,24	24.053,01	-63.544,23	
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28	
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	29.920,93	22.215,00	-7.705,93	
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	7.846,15	7.654,00	-192,15	
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	27.534,47	0,00	-27.534,47	
0.1.70.000127	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	
0.1.70.000139	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	
0.3.70.000139	361	Ensino Fundamental	47.483,75	0,00	-47.483,75	
0.1.70.000140	365	Educação Infantil	370.549,64	442.823,63	72.273,99	
0.3.70.000140	365	Educação Infantil	118.362,45	0,00	-118.362,45	
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	0,00	36.135,18	36.135,18	
0.3.70.000201	361	Ensino Fundamental	35.752,99	0,00	-35.752,99	
0.1.70.000206	361	Ensino Fundamental	101.998,47	0,00	-101.998,47	
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	626.702,00	442.480,32	-184.221,68	
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	1.930,79	1.652,20	-278,59	
0.1.71.000177	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	25.688,61	0,00	-25.688,61	
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	31.427,01	0,00	-31.427,01	
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	596,55	0,00	-596,55	
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	198,27	0,00	-198,27	
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	4.506,25	88,04	-4.418,21	
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	651,96	651,96	0,00	
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	15.683,38	0,00	-15.683,38	
TOTAL			27.554.050,06	26.180.498,19	-1.373.551,87	

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA		
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% do item 1	24,81%	-0,19%		
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60% do Fundeb	94,03%	34,03%		
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício	95%	102,70%	7,70%		

## 5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 =  $14.088.892,92 \times 100 / 56.777.352,16 = 24,81\%$ 4.2 =  $3.294.084,99 + 6.149.848,38 \times 100 / 10.043.085,98 = 94,03\%$ 4.3 =  $10.313.857,40 \times 100 / 10.043.085,98 = 102,70\%$ 

Biguaçu, 09 de setembro de 2014

RAMON WOLLINGER	KÁTIA ROUSSENQ BICHELS
Prefeito Municipal em Exercício	Secretária Municipal da Educação
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	JOHN KENNEDY LARA DA COSTA
Contadora - CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda

**LEI Nº 3506/2014**

LEI Nº 3506/2014 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA PAULO FRANCISCO DE ANDRADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Paulo Francisco de Andrade, a via pública que inicia a primeira à esquerda, em direção a São Mateus partindo da Estrada Geral de Canudos, vindo da Estrada Geral de Três Riachos, latitude 27º26'02.00" Sul e longitude 48º45'13.09" O e finaliza na entrada da rua a ser denominada Dona Vica, ponto final do ônibus de Três Riachos, latitude 27º25'26.77" Sul e longitude 48º46'48.57" Oeste, na localidade de São Mateus, Três Riachos - Biguaçu-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3506/2014, de 26/09/2014

Promulgada em 26/09/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

**Decreto Nº 139/2014**

DECRETO Nº 139/2014 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

**01. CAMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

0101.01.031.0001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	75.000,00
	ANULA:	
3.2.90.00/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	25.000,00
4.6.90.00/0.1.00.000000	Amortização da Dívida	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	75.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**Decreto Nº 140/2014**

DECRETO Nº 140/2014 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 21.177,07 (Vinte e um mil, cento e setenta e sete reais e sete centavos) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2013, apurado em fontes de recursos:

**11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	2.719,76
3.3.90.00/0.3.37.000032	Outras Despesas Correntes	2.719,76

**19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênios	18.457,31
3.3.20.00/0.1.81.000118	Outras Despesas Correntes	18.457,31

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**Portaria Nº 2285/2014**

PORTARIA nº 2285 de 26 de setembro de 2014

Designa o (a) Servidor (a) Manoel Custódio, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Manoel Custódio, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I, detentor da matrícula 7235, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal da Fazenda de 24/09/2014 a 22/11/2014, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA Nº 2284/2014**

PORTARIA nº 2284 de 26 de setembro de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Ricardo Braglia Pacheco, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ricardo Braglia Pacheco, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2283/2014**

PORTARIA nº 2283 de 26 de setembro de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Ricardo Braglia Pacheco, ocupante do cargo temporário de Professor III (Educação Física), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ricardo Braglia Pacheco, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2282/2014**

PORTARIA nº 2282 de 26 de setembro de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Marilene da Silva, ocupante do cargo temporário de Professor III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marilene da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2281/2014**

PORTARIA nº 2281 de 26 de setembro de 2014  
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Fabíola Correia Soares, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Fabíola Correia Soares, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2280/2014**

PORTARIA nº 2280 de 26 de setembro 2014  
Admitir o (a) Servidor (a) BRUNA MANES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA EM DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA MANES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 29/09/2014 a 29/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2279/2014**

PORTARIA nº 2279 de 26 de setembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANA PAULA SANHUDO PALMEZAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA EM DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA PAULA SANHUDO PALMEZAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 18/09/2014 a 18/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2014.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2278/2014**

PORTARIA nº 2278 de 26 de setembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CECILIA ADAMI TANAKA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ARQUITETO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CECILIA ADAMI TANAKA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ARQUITETO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 29/09/2014 a 29/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 26 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)</b>	55.736.862,74	0,00
2	Pessoal Ativo	52.367.021,62	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	3.271.862,82	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	97.978,30	0,00
5	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)</b>	4.239.978,25	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	965.992,87	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.030,35	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.269.955,03	0,00
10	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	51.496.884,49	0,00
11	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		51.496.884,49

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	119.086.695,50
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,24
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - ( 54,00%)	64.306.815,57
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	61.091.474,79
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - ( 48,60%)	57.876.134,01

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	24/09/2014	MURAL PUBLICO
----	---	------------	---------------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
TRAJETÓRIA DE RETORNO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092611375300102996

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte	
1									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes	
3									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)
4		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC: 028726/O-6

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	12.889.136,48	12.435.800,15	17.673.847,32
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	12.889.136,48	12.435.800,15	17.673.847,32
4	Interna	12.889.136,48	12.435.800,15	17.673.847,32
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)' = (9+10-11)	5.548.061,45	14.809.588,55	15.580.646,81
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	8.396.167,67	18.140.363,28	18.435.117,58
10	Demais Haveres Financeiros	138.871,43	149.658,90	166.537,78
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.986.977,65	3.480.433,63	3.021.008,55
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	7.341.075,03	-2.373.788,40	2.093.200,51
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	107.133.535,66	115.186.404,77	119.086.695,50
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	12,03	10,80	14,84
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	6,85	-2,06	1,76
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			142.904.034,60
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%			128.613.631,14

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	12.889.136,48	12.435.800,15	17.673.847,32
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	475.377,05	475.377,05	475.377,05
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	475.377,05	475.377,05	475.377,05
23	Previdenciárias	475.377,05	475.377,05	475.377,05
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	12.413.759,43	11.960.423,10	17.198.470,27

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
33	DEPÓSITOS	772.475,95	890.973,98	900.837,02
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.673.526,88	21.402.175,77	21.249.802,70
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
37	Passivo Atuarial	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup> = (40+41+42-43)	44.803.022,95	48.343.041,97	52.813.979,97
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	502,74	15.870,34	61.272,10
41	Investimentos	44.802.520,21	48.327.171,63	52.752.707,87
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	233.294,86	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	2.480.008,96	-1.060.010,06	-5.530.948,06

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
CAMPO	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite		Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e - g)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a) - j
1											
CAMPO											
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
CAMPO	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite		Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e - g)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a) - j
3											
CAMPO											
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTÁBIL  
Nota:

BIGUAÇU, 26/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 728.20233953

PRISCILA RAMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 0287260-6

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**TRAJETÓRIA DE AJUSTE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

CAMPO	Exercício Financeiro	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO					
		2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

<sup>1</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: SETOR CONTABIL.

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	107.133.535,66	115.186.404,77	119.086.695,50
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	23.569.377,85	25.341.009,05	26.199.073,01
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	21.212.440,06	22.806.908,14	23.579.165,71

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)</b>	5.233.560,34	6.431.325,94
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	5.233.560,34	6.431.325,94
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	5.233.560,34	6.431.325,94
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	5.233.560,34	6.431.325,94
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)</b>	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	119.086.695,50	-
35	<b>OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)</b>	0,00	0,00
36	<b>Do Período de Referência (III)</b>	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	6.431.325,94	5,40

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS</b>	19.053.871,28	16,00
40	<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	17.148.484,15	14,40
41	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00
42	<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	8.336.068,69	7,00
43	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	6.431.325,94	5,40

1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 2014092611375300102996

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	51.496.884,49	43,24
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	64.306.815,57	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	61.091.474,79	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	2.093.200,51	1,76
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	142.904.034,60	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.199.073,01	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	6.431.325,94	5,40
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	19.053.871,28	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	8.336.068,69	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	181.015.000,00	181.015.000,00	22.433.367,18	12,39	89.793.473,21	91.221.526,79
2	RECEITAS CORRENTES	139.225.000,00	139.225.000,00	20.102.354,25	14,44	83.604.761,05	55.620.238,95
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.093.000,00	25.093.000,00	2.718.182,97	10,83	13.367.701,82	11.725.298,18
4	Impostos	20.867.000,00	20.867.000,00	2.773.940,59	11,38	11.524.634,01	9.342.365,99
5	Taxas	3.726.000,00	3.726.000,00	344.242,38	9,24	1.843.067,81	1.882.932,19
6	Contribuição de Melhoria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.896.000,00	5.896.000,00	1.074.656,75	18,23	4.373.436,33	1.522.563,67
8	Contribuições Sociais	2.596.000,00	2.596.000,00	348.923,67	13,44	1.401.867,44	1.194.132,56
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	3.300.000,00	3.300.000,00	725.733,08	21,99	2.971.568,89	328.431,11
11	RECEITA PATRIMONIAL	13.627.000,00	13.627.000,00	1.601.497,20	11,75	6.315.974,00	7.311.026,00
12	Receitas Imobiliárias	19.000,00	19.000,00	1.258,10	6,62	5.741,55	13.258,45
13	Receitas de Valores Mobiliários	13.608.000,00	13.608.000,00	1.600.117,85	11,76	6.304.840,97	7.303.159,03
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	121,25	0,00	5.391,48	-5.391,48
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	453.000,00	453.000,00	66.743,82	14,73	296.098,09	156.901,91
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91.119.000,00	91.119.000,00	14.049.873,38	15,42	57.281.418,28	33.837.581,72
30	Transferências Intergovernamentais	88.450.000,00	88.450.000,00	13.840.715,38	15,65	56.495.588,49	31.954.411,51
31	Transferências de Instituições Privadas	1.936.000,00	1.936.000,00	0,00	0,00	75.777,79	1.860.222,21
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	260,00	6,50	1.000,00	3.000,00
34	Transferências de Convênios	729.000,00	729.000,00	208.898,00	28,66	709.052,00	19.948,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.037.000,00	3.037.000,00	591.400,13	19.47	1.970.132,53	64,87	1.066.867,47	275.913,52	275.913,52	0,00
37	Multas e Juros de Mora	959.000,00	959.000,00	131.505,56	13,71	683.086,48	71,23	275.913,52	27.567,69	27.567,69	0,00
38	Indenizações e Restituições	124.000,00	124.000,00	11.482,80	9,26	96.432,31	77,77	27.567,69	781.264,63	781.264,63	0,00
39	Receita da Dívida Ativa	1.597.000,00	1.597.000,00	343.117,18	21,49	815.735,37	51,08	781.264,63	0,00	0,00	0,00
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	357.000,00	357.000,00	105.294,59	29,49	374.878,37	105,01	-17.878,37	35.601.287,84	35.601.287,84	0,00
42	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	41.790.000,00	41.790.000,00	2.331.012,93	5,58	6.188.712,16	14,81	17.88	8.376.361,40	8.376.361,40	0,00
43	OPERACÕES DE CRÉDITO	10.200.000,00	10.200.000,00	355.475,13	3,49	1.823.638,60	17,88	8.376.361,40	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	10.200.000,00	10.200.000,00	355.475,13	3,49	1.823.638,60	17,88	8.376.361,40	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	45.000,00	42,86	60.000,00	60.000,00	60.000,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	45.000,00	42,86	60.000,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	31.485.000,00	31.485.000,00	1.975.537,80	6,27	4.320.073,56	13,72	27.164.926,44	1.137.000,00	1.137.000,00	0,00
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	1.185.000,00	1.185.000,00	0,00	0,00	48.000,00	4,05	1.137.000,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	30.300.000,00	30.300.000,00	1.975.537,80	6,52	4.272.073,56	14,10	26.027.926,44	0,00	0,00	0,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	6.243.000,00	6.243.000,00	806.448,56	12,92	3.246.503,71	52,00	2.996.496,29	2.980.864,71	2.980.864,71	0,00
63	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.813.000,00	5.813.000,00	694.429,53	11,95	2.832.135,29	48,72	2.980.864,71	15.631,58	15.631,58	0,00
64	REC.DECORRENTE APORTES PERIOD.P/AMORT.DÉFICIT	430.000,00	430.000,00	112.019,03	26,05	414.368,42	96,36	49.69	94.218.023,08	94.218.023,08	0,00
65	<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>	187.258.000,00	187.258.000,00	23.239.815,74	12,41	93.039.976,92	49,69	0,00	0,00	0,00	0,00
66	<b>OPERACÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pag. 2/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

68	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III-IV)</b>	187.258.000,00	187.258.000,00	23.239.815,74	12,41	93.039.976,92	49,69								94.218.023,08
74	<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
75	<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	187.258.000,00	187.258.000,00	23.239.815,74	12,41	93.039.976,92	-								-
76	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.661.192,97	-	-	898.743,25	-								-
77	Superávit Financeiro	-	2.661.192,97	-	-	898.743,25	-								-
78	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-								-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)	
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre.		
79	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	181.015.000,00	14.001.033,43	195.016.033,43	18.536.025,02	89.866.209,35	19.757.191,67	69.792.825,95	35,79	125.223.207,48
80	DESPESAS CORRENTES	105.737.000,00	2.964.086,09	108.701.086,09	13.830.922,68	71.324.107,16	15.874.339,14	59.500.394,81	54,74	49.200.691,28
81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.204.000,00	-7.098.767,20	56.105.232,80	8.343.236,82	35.121.605,06	8.333.051,96	35.102.668,91	62,57	21.002.563,89
82	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.787.000,00	-770.000,00	1.017.000,00	0,00	603.067,37	95.361,93	500.483,56	49,21	516.516,44
83	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.746.000,00	10.832.853,29	51.578.853,29	5.487.685,86	35.599.434,73	7.445.925,25	23.897.242,34	46,33	27.681.610,95
84	DESPESAS DE CAPITAL	56.802.000,00	11.036.947,34	67.838.947,34	4.705.102,34	18.542.102,19	3.882.852,53	10.292.431,14	15,17	57.546.516,20
85	INVESTIMENTOS	52.995.000,00	10.155.947,34	63.150.947,34	3.925.102,34	14.396.448,80	2.802.406,38	6.506.319,10	10,30	56.644.628,24
86	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.807.000,00	881.000,00	4.688.000,00	780.000,00	4.145.253,39	1.080.446,15	3.786.112,04	80,76	901.887.96
88	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	0,00	400.000,00	-	-	-	-	-	-
89	RESERVA DO RPPS	18.076.000,00	0,00	18.076.000,00	-	-	-	-	-	-
90	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	6.243.000,00	113.136,95	6.356.136,95	751.211,69	3.195.116,82	751.211,69	3.195.116,82	0,00	3.161.020,13
91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.813.000,00	113.136,95	5.926.136,95	694.898,67	2.780.748,40	694.898,67	2.780.748,40	46,92	3.145.388,55
92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	430.000,00	0,00	430.000,00	56.313,02	414.368,42	56.313,02	414.368,42	96,36	15.631,58
93	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	187.258.000,00	14.114.170,38	201.372.170,38	19.287.236,71	93.061.326,17	20.508.403,36	72.987.942,77	36,25	128.384.227,61
94	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 1 (LRF - Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

	100	Outras Dividas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 1,00
101	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) =		187.258.000,00	14.114.170,38	201.372.170,38	19.287.236,71	93.061.326,17	20.508.403,36	72.987.942,77	36,25	128.384.227,61					
102	SUPERÁVIT (XIII)		-	-	-	-	-	-	20.052.034,15	-	-					
103	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)		187.258.000,00	14.114.170,38	201.372.170,38	19.287.236,71	93.061.326,17	20.508.403,36	93.039.976,92	-	-					

CAMPO	ATO DECLATORIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
104	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	19/09/2014	MURAL PÚBLICO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	181.015.000,00	195.016.033,43	18.536.025,02	89.866.209,35	19.757.191,67	69.792.825,95	95,62	35,79
2	00001	<b>Legislativa</b>	5.292.000,00	5.292.000,00	749.357,69	3.551.407,14	780.428,56	3.280.401,18	4,49	61,99
3	01031	Ação Legislativa	5.292.000,00	5.292.000,00	749.357,69	3.551.407,14	780.428,56	3.280.401,18	4,49	61,99
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	<b>Judiciária</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	<b>Essencial à Justiça</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	<b>Administração</b>	15.119.000,00	14.493.182,80	1.458.734,45	8.200.198,92	1.932.677,66	6.679.652,93	9,15	46,09
12	04121	Planejamento e Orçamento	2.874.000,00	1.674.000,00	215.175,95	966.023,37	218.916,71	874.244,65	1,20	52,22
13	04122	Administração Geral	7.883.000,00	7.863.000,00	511.438,77	3.801.641,35	778.106,55	3.077.225,69	4,22	39,14
14	04123	Administração Financeira	2.611.000,00	2.765.000,00	392.239,66	2.021.895,17	429.137,13	1.720.801,49	2,36	62,01
15	04124	Controle Interno	113.000,00	163.000,00	19.222,91	91.963,60	20.171,29	87.470,09	0,12	53,66
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	883.000,00	1.063.182,80	215.892,00	632.815,13	268.834,65	346.793,01	0,48	32,62
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	29.000,00	29.000,00	1.400,00	8.560,00	1.400,00	8.560,00	0,01	29,52
20	04129	Administração de Receitas	186.000,00	186.000,00	0,00	60.000,00	0,00	45.000,00	0,06	24,19
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	740.000,00	740.000,00	103.365,16	617.300,30	216.111,33	519.558,00	0,71	70,21
23	00005	<b>Defesa Nacional</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	<b>Segurança Pública</b>	10.084.000,00	10.042.966,02	51.334,57	429.445,54	33.749,44	237.233,77	0,33	2,36
28	06181	Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	10.084.000,00	10.042.966,02	51.334,57	429.445,54	33.749,44	237.233,77	0,33	2,36
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	<b>Relações Exteriores</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	<b>Assistência Social</b>	5.572.000,00	6.013.601,35	538.956,23	2.951.703,23	631.773,70	2.471.498,20	3,39	41,10
35	08241	Assistência ao Idoso	1.266.000,00	1.298.000,00	34.802,24	209.182,36	44.834,20	136.036,72	0,19	10,48
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.097.000,00	1.747.099,08	216.446,04	1.031.643,52	238.163,04	927.078,29	1,27	53,06
38	08244	Assistência Comunitária	3.209.000,00	2.968.502,27	287.707,95	1.710.877,35	348.776,46	1.408.383,19	1,93	47,44

Pag. 5/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

		3.651.000,00	3.651.000,00	530.175,65	2.179.598,33	530.175,65	2.179.598,33	2,99	59,70	1.471.401,67
39	<b>00009</b>	<b>Previdência Social</b>								
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.651.000,00	3.651.000,00	530.175,65	2.179.598,33	2.179.598,33	2,99	59,70	1.471.401,67
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	<b>00010</b>	<b>Saúde</b>	34.387.000,00	43.000.551,26	7.751.737,54	25.661.905,84	5.981.998,23	20,47	47,61	22.527.830,32
45	10301	Atenção Básica	20.450.000,00	29.188.845,70	6.130.289,10	17.089.027,00	3.789.040,37	18,67	46,68	15.563.427,28
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.731.000,00	12.481.587,15	1.519.787,46	7.927.700,77	2.075.646,25	8,76	51,25	6.085.139,44
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	353.000,00	431.080,94	36.114,43	184.290,19	35.779,36	0,19	31,66	294.598,82
49	10305	Vigilância Epidemiológica	751.000,00	797.037,47	65.546,55	411.387,88	72.532,25	0,42	38,31	491.673,78
50	10306	Alimentação e Nutrição	102.000,00	102.000,00	0,00	49.500,00	9.009,00	0,01	8,83	92.991,00
51	<b>00011</b>	<b>Trabalho</b>	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
56	<b>00012</b>	<b>Educação</b>	30.346.000,00	32.840.953,04	4.591.951,74	21.489.528,74	5.265.135,44	24,05	53,45	15.288.274,55
57	12361	Ensino Fundamental	11.107.000,00	15.028.208,34	2.036.420,41	9.420.459,66	2.170.909,83	10,08	48,93	7.674.209,90
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	210.000,00	132.000,00	9.436,24	121.730,19	26.801,55	0,11	59,38	53.614,61
60	12364	Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
61	12365	Educação Infantil	16.694.000,00	15.161.588,69	2.381.174,99	10.251.063,74	2.655.228,41	11,83	56,94	6.528.608,01
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	207.000,00	67.000,00	17.183,72	57.590,47	18.165,43	0,08	84,90	10.114,56
63	12367	Educação Especial	290.000,00	290.000,00	58.320,00	230.880,00	58.320,00	0,32	79,61	59.120,00
64	12306	Alimentação e Nutrição	1.813.000,00	2.137.156,01	89.416,38	1.407.804,68	335.710,22	1,64	56,13	937.607,47
65	<b>00013</b>	<b>Cultura</b>	682.000,00	485.000,00	1.065,00	22.919,24	3.963,93	0,02	3,22	469.393,24
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
67	13392	Diffusão Cultural	82.000,00	35.000,00	1.065,00	22.919,24	3.963,93	0,02	44,59	19.393,24
68	<b>00014</b>	<b>Direitos da Cidadania</b>	265.000,00	279.000,00	39.476,08	137.272,00	8.976,08	0,15	38,27	172.228,00
69	14421	Custódia e Reinserção Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	61.000,00	75.000,00	8.976,08	39.672,00	8.976,08	0,05	52,90	35.328,00
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14453	Transportes Coletivos Urbanos	204.000,00	204.000,00	30.500,00	97.600,00	0,00	0,09	32,89	136.900,00
73	<b>00015</b>	<b>Urbanismo</b>	32.469.000,00	33.930.383,01	1.112.945,36	12.812.495,77	2.059.907,67	9,79	21,06	26.785.316,44
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	20.920.000,00	21.063.000,00	250.902,48	4.105.331,19	590.614,32	1,98	6,88	19.614.815,85
75	15452	Serviços Urbanos	11.549.000,00	12.867.383,01	862.042,88	8.707.164,58	1.469.293,35	7,81	44,27	7.170.500,59
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	<b>00016</b>	<b>Habituação</b>	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	88.647,00	0,33	10,91	1.959.889,52
78	16481	Habituação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	16482	Habituação Urbana	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	88.647,00	0,33	10,91	1.959.889,52
80	<b>00017</b>	<b>Saneamento</b>	19.000,00	19.000,00	0,00	7.337,64	1.222,94	0,01	38,62	11.662,36

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17511	Saneamento Básico Rural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	17512	Saneamento Básico Urbano		19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	7.337,64	1.222,94	7.337,64	0,00	38,62	11.662,36	0,00	0,00
83	00018	Gestão Ambiental		1.964.000,00	2.010.770,00	87.284,58	415.869,19	415.869,19	94.520,69	372.870,00	0,51	18,54	1.637.900,00	0,00	0,00
84	18541	Preservação e Conservação Ambiental		1.506.000,00	1.532.770,00	87.284,58	415.869,19	415.869,19	94.520,69	372.870,00	0,51	24,01	1.179.900,00	0,00	0,00
85	18542	Controle Ambiental		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18543	Recuperação de Áreas Degradadas		458.000,00	458.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458.000,00	0,00	0,00
87	18544	Recursos Hídricos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	18545	Meteorologia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	00019	Ciência e Tecnologia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19571	Desenvolvimento Científico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	19573	Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	00020	Agricultura		3.118.000,00	3.160.645,63	269.142,73	1.305.655,41	302.986,18	1.095.438,19	1.50	34,66	2.065.207,44	0,00	0,00	0,00
94	20601	Promoção da Produção Vegetal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20602	Promoção da Produção Animal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20603	Defesa Sanitária Vegetal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20604	Defesa Sanitária Animal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20605	Abastecimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20606	Extensão Rural		3.118.000,00	3.160.645,63	269.142,73	1.305.655,41	302.986,18	1.095.438,19	1.50	34,66	2.065.207,44	0,00	0,00	0,00
100	20607	Irrigação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00021	Organização Agrária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria		812.000,00	868.448,00	45.457,70	531.616,18	53.530,64	497.268,71	0,68	57,26	371.179,29	0,00	0,00	0,00
105	22661	Promoção Industrial		812.000,00	868.448,00	45.457,70	531.616,18	53.530,64	497.268,71	0,68	57,26	371.179,29	0,00	0,00	0,00
106	22662	Produção Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços		590.000,00	590.000,00	-100,00	151.734,16	0,00	151.734,16	0,21	25,72	438.265,84	0,00	0,00	0,00
111	23691	Promoção Comercial		438.000,00	438.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.000,00	0,00	0,00
112	23692	Comercialização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo		152.000,00	152.000,00	-100,00	151.734,16	0,00	151.734,16	0,21	99,83	265,84	0,00	0,00	0,00
116	00024	Comunicações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24721	Comunicações Postais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24722	Telecomunicações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00025	Energia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25751	Conservação de Energia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25752	Energia Elétrica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25753	Combustíveis Minerais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

		1.714.000,00	1.832.791,95	186.918,46	749.344,21	186.928,46	749.344,21	1,03	268,53	1.083.447,74
165	00010	Saúde								
166	10301	Atenção Básica	329.000,00	462.791,95	72.270,02	408.864,01	72.270,02	0,56	88,35	53.927,94
167	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.374.000,00	1.319.000,00	104.090,54	296.786,08	104.090,54	0,41	22,50	1.022.213,92
168	10304	Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	1.553,60	6.145,50	1.553,60	0,01	68,28	2.854,50
169	10305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	42.000,00	9.004,30	37.548,62	9.004,30	0,05	89,40	4.451,38
170	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00012	Educação	2.569.000,00	2.472.330,00	321.184,90	1.285.820,21	321.184,90	1,77	173,46	1.186.509,79
172	12306	Alimentação e Nutrição	65.000,00	53.000,00	5.962,20	25.869,49	5.962,20	0,04	48,81	27.130,51
173	12361	Ensino Fundamental	848.000,00	767.000,00	109.866,21	436.153,09	109.866,21	0,60	56,86	330.846,91
174	12363	Ensino Profissional	9.000,00	9.000,00	397,60	1.572,76	397,60	0,00	17,48	7.427,24
175	12365	Educação Infantil	1.638.000,00	1.634.330,00	204.958,89	822.224,87	204.958,89	1,13	50,31	812.105,13
176	12366	Educação de Jovens e Adultos	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
177	00013	Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
178	13392	Diffusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
179	00014	Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
180	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
181	00015	Urbanismo	200.000,00	200.000,00	25.293,22	102.880,65	25.293,22	0,14	51,44	97.119,35
182	15452	Serviços Urbanos	200.000,00	200.000,00	25.293,22	102.880,65	25.293,22	0,14	51,44	97.119,35
183	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00018	Gestão Ambiental	49.000,00	49.000,00	8.155,10	31.907,44	8.155,10	0,04	65,12	17.092,56
186	18541	Preservação e Conservação Ambiental	49.000,00	49.000,00	8.155,10	31.907,44	8.155,10	0,04	65,12	17.092,56
187	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
188	00020	Agricultura	96.000,00	96.000,00	16.074,57	65.239,68	16.074,57	0,09	67,96	30.760,32
189	20606	Extensão Rural	96.000,00	96.000,00	16.074,57	65.239,68	16.074,57	0,09	67,96	30.760,32
190	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	00022	Indústria	8.000,00	8.000,00	397,60	1.572,76	397,60	0,00	19,66	6.427,24
192	22661	Promoção Industrial	8.000,00	8.000,00	397,60	1.572,76	397,60	0,00	19,66	6.427,24
193	00023	Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
194	23691	Promoção Comercial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
195	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00026	Transporte	83.000,00	83.000,00	9.412,77	32.200,76	9.412,77	0,04	38,80	50.799,24
198	26782	Transporte Rodoviário	83.000,00	83.000,00	9.412,77	32.200,76	9.412,77	0,04	38,80	50.799,24
199	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
200	00028	Encargos Especiais	63.000,00	63.000,00	6.778,85	28.626,40	6.778,85	0,04	45,44	34.373,60

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 2 (LRF - Art. 52, inciso II, alínea "c")

201	28122	Administração Geral	63.000,00	63.000,00	6.778,85	28.626,40	6.778,85	28.626,40	0,04	45,44	34.373,60
202		TOTAL (III) = (I + II)	187.258.000,00	201.372.170,38	19.287.236,71	93.061.326,17	20.508.403,36	72.987.942,77	100,00	86,06	128.384.227,61

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADOR(A)  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	<b>RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)</b>	10.120.867,53	10.090.644,62	10.175.316,73	11.717.305,61	10.836.905,40	12.057.020,50	13.065.653,93
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.004.417,65	1.117.250,40	1.084.964,53	1.478.673,99	1.034.566,52	1.479.604,62	3.995.520,34
3	IPTU	30.841,34	81.247,21	28.929,66	23.858,23	1.909,32	129.168,83	2.296.732,27
4	ISS	532.333,39	930.528,82	844.900,58	675.888,08	601.274,47	763.597,58	951.342,23
5	ITBI	157.089,60	114.470,98	127.542,25	276.843,21	89.023,17	184.917,02	154.343,14
6	IRRF	176.141,29	183.203,34	172.992,48	478.029,85	148.134,84	183.907,82	165.314,60
7	Outras Receitas Tributárias	108.012,03	-192.199,95	-89.400,44	24.054,62	194.224,72	218.013,37	427.788,10
8	Receita de Contribuições	477.631,25	545.488,70	539.068,69	689.931,58	435.297,22	646.943,65	553.160,66
9	Receita Patrimonial	334.430,40	524.750,36	162.875,38	433.710,03	56.822,81	1.417.532,57	414.527,13
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	24.162,73	30.778,93	19.519,02	26.733,42	18.533,22	41.585,47	45.862,44
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	8.136.905,78	7.719.346,04	8.218.453,38	8.912.393,60	9.099.012,99	8.301.033,73	7.836.275,23
14	Cota-Parte do FPM	1.293.133,71	1.293.173,59	1.798.778,20	2.713.668,45	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15
15	Cota-Parte do ICMS	3.333.066,23	3.240.535,90	3.558.587,32	3.543.497,30	2.921.179,33	3.115.970,63	3.161.065,35
16	Cota-Parte do IPV/A	398.916,98	336.364,31	225.226,65	161.832,13	631.276,16	356.591,74	439.705,31
17	Cota-Parte do ITR	4.213,60	26.389,39	1.273,23	239,43	136,63	160,72	87,86
18	Transferências da LC 87/1996	46.752,79	49.979,08	55.439,79	59.253,16	52.360,53	44.329,71	43.315,86
19	Transferências da LC 61/1989	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	13.836,45	13.836,45	0,00
20	Transferências do FUNDEB	1.164.936,84	1.131.993,07	1.222.449,37	1.267.661,46	1.329.865,42	1.298.449,98	1.198.578,21
21	Outras Transferências Correntes	1.881.136,21	1.626.181,28	1.341.969,40	1.151.512,25	1.771.033,01	930.922,91	1.486.349,49
22	Outras Receitas Correntes	143.319,72	153.030,19	150.435,73	175.862,99	192.672,64	170.320,46	220.308,13
23	<b>DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)</b>	1.197.657,53	1.171.334,13	1.310.194,97	1.465.242,82	1.376.652,30	1.390.076,71	1.221.378,80
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	179.477,48	179.100,01	179.388,30	338.258,77	177.029,59	175.911,32	175.554,56
25	Compensação Finance. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.870,34
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.018.180,05	992.234,12	1.130.806,67	1.126.984,05	1.199.622,71	1.214.165,39	1.029.953,90
27	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)</b>	8.923.210,00	8.919.310,49	8.865.121,76	10.252.062,79	9.460.253,10	10.666.943,79	11.844.275,13

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maió 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------	----------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 11/ 26

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Pag. 12/ 26

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 82.892.308/0001-53  
Exercício: 2014  
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014  
CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 3 (LRF - Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.065.375,62	1.192.340,27	1.082.041,74	1.006.127,86	1.088.628,18	13.146.460,56	13.999.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	10.398.178,55	10.717.851,60	9.309.450,99	9.375.730,23	10.354.307,07	119.086.695,50	136.529.000,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS		
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	15.107.000,00	15.107.000,00	1.731.187,69	7.045.781,15	2.772.361,67
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	15.107.000,00	15.107.000,00	1.731.187,69	7.047.947,98	4.447.962,01
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	2.596.000,00	2.596.000,00	348.923,67	1.401.867,44	1.470.345,10
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	2.596.000,00	2.596.000,00	348.923,67	1.401.867,44	1.470.345,10
5	Ativo	2.574.000,00	2.574.000,00	347.217,56	1.395.531,07	1.461.308,46
6	Inativo	22.000,00	22.000,00	1.706,11	6.336,37	9.036,64
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	12.411.000,00	12.411.000,00	1.372.921,48	5.587.032,85	2.977.616,91
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	12.411.000,00	12.411.000,00	1.372.921,48	5.587.032,85	2.977.616,91
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	100.000,00	100.000,00	9.342,54	59.047,69	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	9.342,54	59.047,69	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	2.166,83	1.675.600,34
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.243.000,00	6.243.000,00	806.448,56	3.246.503,71	3.203.992,30
27	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)</b>	<b>21.350.000,00</b>	<b>21.350.000,00</b>	<b>2.537.636,25</b>	<b>10.292.284,86</b>	<b>5.976.353,97</b>

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	20.000,00	20.000,00	1.527,00	2.026,80	2.051.988,20
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	20.000,00	20.000,00	1.527,00	2.026,80	157.046,18
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	157.046,18
31	Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	1.527,00	2.026,80	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.894.942,02
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.894.942,02
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	1.780.269,40
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	114.672,62
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
45	<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)</b>	<b>23.000,00</b>	<b>23.000,00</b>	<b>1.527,00</b>	<b>2.026,80</b>	<b>2.051.988,20</b>
46	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)</b>	<b>21.327.000,00</b>	<b>21.327.000,00</b>	<b>2.536.109,25</b>	<b>10.290.258,06</b>	<b>3.924.365,77</b>

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	164.257,75	689.005,23	1.005.504,26
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	164.257,75	689.005,23	1.005.504,26
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	164.257,75	689.005,23	1.005.504,26

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	18.076.000,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	60.275,88	61.272,10	5.183,83
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	51.525.293,66	52.752.707,87	42.568.278,53
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	6.243.000,00	6.243.000,00	806.448,56	3.246.503,71	3.203.992,30
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	5.813.000,00	5.813.000,00	694.429,53	2.832.135,29	2.922.592,51
63	Patronal = (64+68)	5.813.000,00	5.813.000,00	694.429,53	2.832.135,29	2.922.592,51
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	5.813.000,00	5.813.000,00	694.429,53	2.832.135,29	2.922.592,51
65	Ativo	5.380.000,00	5.380.000,00	694.429,53	2.832.135,29	2.922.592,51
66	Inativo	433.000,00	433.000,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	430.000,00	430.000,00	112.019,03	414.368,42	281.399,79
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	6.243.000,00	6.243.000,00	806.448,56	3.246.503,71	3.203.992,30

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.238.190,73	16.865.695,05	20.759.036,26
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	5.540.661,45	14.952.992,50	15.580.646,81
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	8.396.167,67	18.691.471,81	18.435.117,58
4	Demais Haveres Financeiros	138.871,43	158.754,93	166.537,78
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.994.377,65	3.897.234,24	3.021.008,55
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.697.529,28	1.912.702,55	5.178.389,45
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.822.160,28	4.608.487,63	8.966.785,85
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	7.875.369,00	-2.695.785,08	-3.788.396,40

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-1.092.611,32	-11.663.765,40

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	7.643.000,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
13	Passivo Atuarial	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	44.803.022,95	50.694.156,62	52.813.979,97
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	502,74	50.630,17	61.272,10
17	Investimentos	44.802.520,21	50.643.526,45	52.752.707,87
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.480.008,96	-3.411.124,71	-5.530.948,06
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.480.008,96	-3.411.124,71	-5.530.948,06

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	131.862.000,00	19.308.684,96	80.546.423,79	73.144.504,86
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	25.093.000,00	2.718.182,97	13.367.701,82	12.032.442,18
3	IPU	2.730.000,00	116.901,83	2.874.887,26	1.904.761,26
4	ISS	13.580.000,00	1.533.394,04	6.049.037,81	6.080.119,90
5	ITBI	2.395.000,00	414.682,84	1.399.746,28	2.039.924,15
6	IRRF	2.162.000,00	308.961,88	1.200.962,66	1.392.350,76
7	Outras Receitas Tributárias	4.226.000,00	344.242,38	1.843.067,81	615.286,11
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	11.709.000,00	1.769.086,28	7.205.571,62	6.465.067,07
9	Receitas Previdenciárias	8.409.000,00	1.043.353,20	4.234.002,73	4.392.937,61
10	Outras Receitas de Contribuições	3.300.000,00	725.733,08	2.971.568,89	2.072.129,46
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	21.000,00	1.379,35	11.133,03	30.294,77
12	Receita Patrimonial	13.627.000,00	1.601.497,20	6.315.974,00	1.733.957,93
13	(-) Aplicações Financeiras	13.606.000,00	1.600.117,85	6.304.840,97	1.703.663,16
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	91.119.000,00	14.049.873,38	57.281.418,28	52.600.660,87
15	FPM	17.547.000,00	2.616.168,64	12.343.314,22	10.480.475,54
16	ICMS	33.466.000,00	4.839.428,42	20.069.048,00	20.182.915,83
17	Convênios	729.000,00	208.898,00	709.052,00	454.455,00
18	Outras Transferências Correntes	39.377.000,00	6.385.378,32	24.160.004,06	21.482.814,50
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	3.920.000,00	770.162,98	2.680.599,04	2.016.039,97
20	Dívida Ativa	1.597.000,00	343.117,18	815.735,37	794.006,88
21	Diversas Receitas Correntes	2.323.000,00	427.045,80	1.864.863,67	1.222.033,09
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	41.790.000,00	2.331.012,93	6.188.712,16	10.634.199,71
23	Operações de Crédito (III)	10.200.000,00	355.475,13	1.823.638,60	2.734.126,34
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	105.000,00	0,00	45.000,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	31.485.000,00	1.975.537,80	4.320.073,56	7.900.073,37
27	Convênios	30.300.000,00	1.975.537,80	4.272.073,56	7.676.702,25
28	Outras Transferências de Capital	1.185.000,00	0,00	48.000,00	223.371,12
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	31.485.000,00	1.975.537,80	4.320.073,56	7.900.073,37
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	163.347.000,00	21.284.222,76	84.866.497,35	81.044.578,23

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	115.057.223,04	16.625.550,83	62.695.511,63	65.502.100,29
33	Pessoal e Encargos Sociais	62.031.369,75	9.027.950,63	37.883.417,31	42.335.181,89
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.017.000,00	95.361,93	500.483,56	826.715,10
35	Outras Despesas Correntes	52.008.853,29	7.502.238,27	24.311.610,76	22.340.203,30
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	114.040.223,04	16.530.188,90	62.195.028,07	64.675.385,19
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	67.838.947,34	3.882.852,53	10.292.431,14	19.536.984,74
38	Investimentos	63.150.947,34	2.802.406,38	6.506.319,10	17.170.149,40
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	4.688.000,00	1.080.446,15	3.786.112,04	2.366.835,34
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	63.150.947,34	2.802.406,38	6.506.319,10	17.170.149,40
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	18.076.000,00	0,00	0,00	0,00



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	67.541,07	2.555.811,41	2.122.089,95	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.434.155,17	1.264.386,07	1.250.253,60
2	EXECUTIVO	67.541,07	2.488.312,74	2.054.591,28	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.372.503,50	1.244.877,45	1.230.744,98
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	67.541,07	2.488.312,74	2.054.591,28	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.372.503,50	1.244.877,45	1.230.744,98
4	LEGISLATIVO	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	19.508,62	19.508,62
5	CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	19.508,62	19.508,62
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	371.025,17	371.025,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I + II)	67.541,07	2.926.836,58	2.493.115,12	3.261,65	498.000,88	256.267,65	2.434.155,17	1.264.386,07	1.250.253,60

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUAÇU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	107.133.535,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = ( IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estadais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= ( IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO  
CPF.: 019.850.619-88

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO  
CONTADORA  
CRC.: 028726/O-6

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	187.258.000,00
3	Previsão Atualizada	-	187.258.000,00
4	Receitas Realizadas	23.239.815,74	93.039.976,92
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	898.743,25
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	187.258.000,00
9	Créditos Adicionais	-	14.114.170,38
10	Dotação Atualizada	-	201.372.170,38
11	Despesas Empenhadas	19.287.236,71	93.061.326,17
12	Despesas Liquidadas	20.508.403,36	72.987.942,77
13	Superávit Orçamentário	-	20.052.034,15

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	19.287.236,71	93.061.326,17
15	Despesas Liquidadas	20.508.403,36	72.987.942,77

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	119.086.695,50

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	2.537.636,25	10.292.284,86
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	1.527,00	2.026,80
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	2.536.109,25	10.290.258,06
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	7.643.000,00	-11.663.765,40	-152,61
31	Resultado Primário	-18.319.000,00	16.165.150,18	-88,24

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.994.377,65	3.261,65	2.493.115,12	498.000,88
33	Poder Executivo	2.926.878,98	3.261,65	2.425.616,45	498.000,88
34	Poder Legislativo	67.498,67	0,00	67.498,67	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.690.422,82	106.708,15	1.250.253,60	1.333.461,07
36	Poder Executivo.	2.628.771,15	106.708,15	1.230.744,98	1.291.318,02
37	Poder Legislativo.	61.651,67	0,00	19.508,62	42.143,05
38	TOTAL	5.684.800,47	109.969,80	3.743.368,72	1.831.461,95

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	14.088.892,92	25%	24,81
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	10.313.857,40	60%	102,70
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	11.579.527,80	15,00	20,39

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	---	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014091717112600504796

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

<sup>1</sup>Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 17/09/2014

\_\_\_\_\_  
RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO

CONTADORA

CRC.: 028726/O-6

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### **Chamamento Publico Para Contratação Emergencial**

Chamamento de INSEMINADOR (A)

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste

CHAMAMENTO PUBLICO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE INSEMINADOR(A)

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC) torna público que, devido ao período de férias dos servidores efetivos no Município a partir dos meses de outubro e novembro de 2014, necessita contratar com URGENCIA 01(um) Inseminador (a) para exercer as funções inerentes ao cargo junto ao Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, em caráter temporário, até o encerramento das férias dos servidores efetivos, com previsão de 02 (dois) meses (outubro e novembro de 2014); Remuneração: R\$ 1.053,36, insalubridade 20% sobre o salário mínimo; Carga Horária de 20 horas semanais, sendo do horário das 07:30 às 11:30 (01 mês) e das 13:30 às 17:30 horas (01 mês) ; contrato (aproximado): 02 meses ; Regime Jurídico: Estatutário; Regime Previdenciário: Regime Geral de Previdência Social; Forma de Seleção: Certificado de qualificação para função, maior tempo de serviço comprovado nesta atividade e Entrevista.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 10:00 horas do dia 01/10/2014, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário de Administração. Informações pelo fone: 049 3363 0200, ou comparecer ao Departamento de Administração/Recursos Humanos junto a Prefeitura Municipal.

Bom Jesus do Oeste (24) de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

ANTONIO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### **Portaria 0152/2014**

PORTARIA 0152/2014

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Albina Tomaz Berto Payerl para exercer o cargo de Professor, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16.09.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 16.09.2014.

Braço do Trombudo, em 25 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### Lei Mun. Nº 813

LEI Nº 813, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A EFETUAR GASTOS COM PARTICIPANTES DA XXX FEIRA DE MATEMÁTICA QUE ACONTECERÁ NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado efetuar gastos com despesas de hospedagem e alimentação dos alunos (a) ANA BARBARA SOBIEZACK, ROBERTA FONTANA DEMENECK, THIAGO DA SILVA E VITOR RODRIGUES, classificados para participarem da fase estadual da XXX Feira Catarinense de Matemática no Município de Jaraguá do Sul-SC.

Art. 2º. A XXX Feira Catarinense acontece na cidade de Jaraguá do Sul - SC, entre os dias 22, 23 e 24 de outubro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Art.4º O valor a ser investido com os alunos será de R\$ 860,00 repassado a Secretária de Educação que acompanhará os alunos em viagem.

Parágrafo único. A prestação de contas dos recursos repassados será feito no prazo de 30 dias após a liberação dos recursos, devendo a referida prestação de consta ser instruída com notas fiscais das despesas efetuadas ou documento equivalente.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, em 25 de setembro de 2014.

ADEMIL ANOTNIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM.

# Brusque

## PREFEITURA

### Portaria Nº 2009/2014

PORTARIA Nº 2009/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor GILMAR HILLESHEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período compreendido entre 15/09/2014 a 14/10/2014, referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva

Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### Portaria Nº 1959/2014

PORTARIA Nº 1959/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

MÊS DE FRUIÇÃO: SETEMBRO/2014

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
AMERICO KORCHAK	SECRETARIA TRÂNSITO	08/09/2014 a 17/09/2014
ANTONIO MACHADO	SECRETARIA OBRAS	11/09/2014 A 30/09/2014
CALVIN E. B. MAFRA	SECRETARIA ORÇAMENTO	08/09/2014 a 17/09/2014
ILZA BARRETO DOS SANTOS	SECRETARIA OBRAS	11/09/2014 A 20/09/2014
MAICON JULIANO HEIL	CONTROLADORIA	09/09/2014 A 18/09/2014
MARCELO ANDRE BERNDT	SECRETARIA TRÂNSITO	08/09/2014 a 27/09/2014
NORBERTO BOOS	SECRETRIA ASSITÊNCIA	09/09/2014 A 15/09/2014
VALMIR JESKE	SECRETRIA OBRAS	10/09/2014 A 19/09/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de setembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humano

### Portaria Nº 2001/2014

PORTARIA Nº 2001/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

MÊS DE FRUIÇÃO: SETEMBRO/2014

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
SILVANA ROCHA MESCH	FÓRUM	15/09/2014 A 04/10/2014
VALMOR TODT	SECRETARIA DE OBRAS	15/09/2014 A 08/10/2014
JOSE CARLOS DA SILVA	SECRETARIA DE OBRAS	15/09/2014 A 24/09/2014
GOMERCINDO M. BATISTA	SECRETARIA DE OBRAS	15/09/2014 A 24/09/2014
ACIR FERNANDES	SECRETARIA DE OBRAS	16/09/2014 A 05/10/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de setembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humano

### Portaria Nº 2079/2014

PORTARIA Nº 2079/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

MÊS DE FRUIÇÃO: SETEMBRO/2014

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
MANOELA KRIEGER	SECRETARIA ASSITÊNCIA	22/09/2014 A 02/10/2014
GILSON RODRIGUES DOS SANTOS	SINE	22/09/2014 A 10/10/2014
ADALBERTO ZANON	PROCURADORIA	24/09/2014 A 03/10/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de setembro de 2014.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

DANIEL FELÍCIO  
Diretor de Recursos Humano

### Portaria Nº 9.328, de 02 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9.328, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF, nomeado por meio da Portaria n.º 9.007/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular representante das Pessoas com Deficiência Mental no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nominado no art. 1º da Portaria n.º 9.007/14, conforme segue:

Art. 1º (...)

- Pessoas com Deficiência Mental:

Titular: Cristiane Schlindwein

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.329, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.329, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, nomeados por meio da Portaria n.º 8.840/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Conselho Municipal de Saúde - COMUSA, nominados no item III, "b" da Portaria n.º 8.840/13, conforme segue:

III - Representantes do Executivo Municipal e dos prestadores de serviços:

(...)

b) Representante das entidades filantrópicas prestadoras de serviços de saúde:

b.1) Valdete Batistti Archer - representante titular da APAE.  
Carla Gabriela Dutra Lopes - representante suplente da APAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.330, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.330, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia membros representantes de entidade não governamental no Conselho Municipal de Esporte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 3.523/2012 e Lei n.º 3.741/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, para integrar o Conselho Municipal de Esporte, nos termos da Lei n.º 3.523/2012, alterada pela Lei n.º 3.741/2014, os membros titular e suplente, escolhidos pelo órgão que o compõe, conforme segue:

Art. 3º (...)

II - Entidades não Governamentais

(...)

g) 01 (um) representante de entidades de grupos de idosos e/ou do Conselho Municipal do Idoso.

Titular: Matilde Orlanda Teixeira Pozzi (Conselho Municipal do Idoso)

Suplente: Elias Inácio Kohler (Conselho Municipal do Idoso)

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.331, de 03 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 9.331, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante no Conselho Municipal de Educação - COMED, nomeado por meio da Portaria n.º 9.088/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.312/98, alterada pelas Leis n.ºs 2.424/00, 2.726/03 e 3.114/08,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir o membro titular do Conselho Municipal de Educação - COMED, nomeado por meio da Portaria n.º 9.088/14, conforme segue:

Representante dos Professores da Educação Especial da Rede Municipal de Educação:

Titular: Adriana dos Santos

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.332, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.332, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeado por meio da Portaria n.º 8.667/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir o membro titular do Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nominado no item IX, do art. 1º da Portaria n.º 8.667/2013, conforme segue:

Art. 1º (...)

IX - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):

Titular: Bento Ademir Vogel

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.333, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.333, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais na Comissão Permanente de avaliação funcional dos servidores públicos municipais do Quadro de Magistério, instituída pela Portaria n.º 7.481/11 e alterada pela Portaria n.º 8.147/12.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, considerando a solicitação da Secretaria de Orçamento e Gestão, por meio do memorando n.º 618/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir Andrea de Souza Sgrott por Miriam Leda Soares na Comissão Permanente para proceder a avaliação funcional dos servidores públicos municipais do Quadro de Magistério, instituída pela Portaria n.º 7.481/11 e alterada pela Portaria n.º 8.147/12, como membro representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº 9.334, de 04 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 9.334, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nomeado por meio da Portaria n.º 8.580/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular do Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, nominado no item I - a, da Portaria n. 8.580/13, conforme segue:

I - (...)

a) um representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Marciel Grimm

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº 9.335, de 05 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 9.335, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante das empresas de Diversão, Promotoras e Organizadoras de Eventos de Brusque no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro suplente das empresas de Diversão, Promotoras e Organizadoras de Eventos de Brusque no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme segue:

- Suplente: OSCAR CAMPI

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.336, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.336, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Nelita Kirschner, matrícula 718.8, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora da Escola de Ensino Fundamental Carlos Moritz, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.337, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.337, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ana Maria Basso dos Santos, matrícula 68187.3, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora da Escola de Ensino Fundamental Rio Branco, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.338, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.338, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia membros representantes de entidade governamental no Conselho Municipal de Esporte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 3.523/2012 e Lei n.º 3.741/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, para integrar o Conselho Municipal de Esporte, nos termos da Lei nº 3.523/2012, alterada pela Lei nº 3.741/2014, os membros titular e suplente, escolhidos pelo órgão que o compõe, conforme segue:

Art. 3º (...)

I - Entidades Governamentais

(...)

c) 02 (dois) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação, sendo um deles representante do órgão que presta atendimento aos idosos;

Titular: Daniel Pavesi

Suplente: Christiani Kempt

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.340, de 09 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 9.340, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nomeados por meio da Portaria n.º 8.868/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nominados no art. 1º da Portaria n.º 8.868/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

Titular: Rogério Ristow

Suplente: Leandro Bolognini

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.341, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.341, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona, por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em razão de sua aposentadoria, o servidor Hilário Zorrer, matrícula 62383-1, lotado na Secretaria de Obras, no cargo de agente de serviços especiais.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.342, de 10 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 9.342, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel, matrícula 1017977-0, ocupante do cargo efetivo de agente administrativo, lotado na Secretaria de Fazenda, a partir de 02/09/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.343, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.343, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09, alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Raquel Hoffmann, para responder pela direção dos Centros de Educação Infantil Tia Lourdes e Tia Lisa, no período de licença-prêmio da Diretora Ivani Maria Merisio Noldin.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.348, de 12 de Setembro de 2014.**

PORTARIA Nº 9.348, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal de Esporte, nomeado por meio da Portaria n.º 8.570/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 3.523/2012 e Lei n.º 3.741/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir o membro suplente do Conselho Municipal de Esporte, nominado no item I, "c", do artigo 3º, da Portaria n.º 8.570/13, conforme segue:

Art. 3º (...)

I - Entidades Governamentais  
(...)

c) 02 (dois) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação, sendo um deles representante do órgão que presta atendimento aos idosos;

Suplente: Thais Pereira Souza da Costa

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

### **Portaria Nº 9.349, de 15 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 9.349, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Breno Nunes Neves para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 9.351, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014**

PORTARIA nº 9.351, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora Dóris Teresinha Battisti Archer, matrícula nº 18.503, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde do Município, para executar ações de auditoria dos procedimentos do SUS no município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de setembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014 - AD01.2014  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 02/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CONSUL CARLOS RENAUX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

#### **PRÉAMBULO**

1. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 11.188.015/0001-41, vinculado ao Município de Brusque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, 77, em Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CONSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, 1.089, Bairro Azambuja, em Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, brasileiro, portador do RG n. 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 093.550.819-7, abaixo assinado,

Considerando, que no Contrato n. 02/2014 celebrado entre os contratantes em 01/07/2014, previa a adesão ao programa de recebimento do recurso financeiro previsto na Portaria n. 142, de 27 de janeiro de 2014, emitida pelo Ministério da Saúde, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH), de que trata a Portaria GM/MS n. 3.410, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS, em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP);

Considerando, que no Anexo I - Plano Operativo Anual do referido Contrato, em sua TABELA VII constou o pagamento do Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), previsto na Portaria GM/MS n. 2.035, de 17 de setembro de 2013, referente às parcelas de competência de junho e julho de 2014, somente;

Considerando, que a partir do mês de agosto de 2014, o IAC seria substituído pelos recursos do IGH, sendo que tal previsão constou-se na TABELA VIII do Anexo I do Contrato n. 02/2014;

Considerando, que até o presente momento o Ministério da Saúde não publicou os valores referentes ao recurso do IGH, bem como a sua forma de pagamento aos hospitais que aderiram ao programa;

Considerando, que em consonância com os valores informados que seriam transferidos por adesão ao Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH), o Ministério da Saúde publicou em 04 de setembro de 2014 a Portaria n. 1.858, de 4 de setembro de 2014, que deduz recursos estabelecidos pela Portaria nº 3.166/

GM/MS, de 20 de dezembro de 2013, nº 807/GM/MS, de 08 de maio de 2014 e a nº 175/GM/MS, de 29 de janeiro de 2014 e remaneja recursos do Bloco de atenção de Média e Alta Complexidade incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, portanto, fazendo menção ainda ao IAC;

Considerando, que os pagamentos das duas adesões são incompatíveis entre si;

Considerando, que para a competência de agosto de 2014, já foi creditado na conta do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 260.797,27 (duzentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), referente à adesão ao IAC pelo Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux;

Considerando, que para os próximos meses (a partir da competência setembro de 2014), os recursos do IAC sofrerão a dedução imposta na já mencionada Portaria n. 1.858, de 4 de setembro de 2014, passando-se o repasse mensal para R\$ 220.733,16 (duzentos e vinte mil, setecentos e trinta e três reais e dezesseis centavos); e

Considerando, que não se pode estimar o tempo que o Ministério da Saúde levará para publicar os valores referentes ao IGH, ou ainda, se referido incentivo persistirá;

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 01/07/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal o artigo 65, §1º e 2º, II da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93, a fim de estender por mais um mês o valor repassado referente ao Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), previsto na Portaria GM/MS n. 2.035 de 17 de setembro de 2013 e estabelecido na Tabela VII do Contrato n. 02/2014, bem como a incorporação a partir da referência setembro/2014 da Portaria n. 1.858, de 04 de setembro de 2014, que deduz recursos estabelecidos pela Portaria nº 3.166/GM/MS, de 20 de dezembro de 2013, nº 807/GM/MS, de 8 de maio de 2014 e a nº 175/GM/MS, de 29 de janeiro de 2014 e remaneja recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, sistematizado de acordo com a Tabela I abaixo:

TABELA I - PORTARIA GM/MS n. 1.858/2014

PORTARIA GM/MS n. 1.858/2014	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Portaria GM/MS n. 1.858/2014	220.733,16	2.648.798,01
TOTAL		2.648.798,01

1.1.1. Os valores definidos na Tabela I do presente Termo Aditivo, estão definidos em conformidade com o previsto no Anexo I da Portaria n. 1.858, de 04 de setembro de 2014.

1.1.2. Os valores constantes na Tabela I serão repassados ao CONTRATADO após o envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

1.2. O presente Termo Aditivo também visa a supressão da TABELA

VIII do Contrato n. 02/2014, cujo objeto consiste no Incentivo a Qualificação da Gestão Hospitalar (MAC), previsto na Portaria GM/MS n. 142, de 27 de janeiro de 2014, conforme Tabela de Supressão abaixo:

INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
PORTARIA GM/MS 142	220.733,18	2.648.798,16
TOTAL		2.648.798,16

#### CLÁUSULA SEGUNDA VALOR CONTRATUAL

2.0. O valor anual do total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2014 quanto ao acréscimo de quantitativo é de R\$ 2.909.595,28 (dois milhões, novecentos e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos).

2.1. O valor anual do total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2014 quanto à supressão é de R\$ 2.648.798,16 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16.500

#### CLÁUSULA QUARTA DISPOSIÇÕES GERAIS

4.0. A Portaria GM/MS n. 142, referente ao incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) poderá ser restabelecida ao Contrato n. 02/2014, em havendo novas orientações do Ministério da Saúde e mediante prévio ajuste dos contratantes.

4.1. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 01/07/2014.

4.2. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 19 de setembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX

CONTRATADO

Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE

**Segundo Termo Aditivo ao Contrato 02/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2014 - AD02.2014  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 02/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

**PREÂMBULO**

1. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 11.188.015/0001-41, vinculado ao Município de Brusque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, 77, em Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, 1.089, Bairro Azambuja, em Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, brasileiro, portador do RG n. 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 093.550.819-7, abaixo assinado,

Considerando, que a Portaria GM/MS n. 237, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), publicada em fevereiro de 2014, determinou o pagamento de 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 11.206,81 (onze mil, duzentos e seis reais e oitenta e um centavos) cada, ao Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux;

Considerando, que as parcelas retroativas concedidas pela referida Portaria, para as competências de janeiro, fevereiro e março/2014, bem como as parcelas referentes às competências de abril e maio/2014 já foram pagas ao Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux por meio do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n. 04/2013;

Considerando, que já estão creditados no Fundo Municipal de Saúde os valores referentes às competências de junho, julho e agosto/2014;

Considerando, que ainda resta o pagamento de 4 (quatro) parcelas;

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 01/07/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal o artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
OBJETO**

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, §1º, da Lei 8666/93, para a inclusão dos valores da Portaria GM/MS n. 237, de 14 de fevereiro de 2014, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde

(SUS), conforme forma de pagamento descrito na referida Portaria.

1.1. A forma de pagamento dos valores ocorrerá conforme descrito na Portaria GM/MS n. 237, de 14 de fevereiro de 2014, observando-se:

a) Os valores já creditados no Fundo Municipal de Saúde, correspondentes a 03 (três) parcelas retroativas aos meses de junho, julho e agosto de 2014 serão pagas após a assinatura do presente termo aditivo, ressalvado o período necessário aos tramites legais junto ao setor financeiro do CONTRATANTE.

b) Os restantes dos valores serão pagos mensalmente, sistematizado de acordo com a Tabela I abaixo:

**TABELA I - RECURSOS DO BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR**

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE (MENSAL)	VALOR UNITÁRIO DA PARCELA (R\$)	VALOR GLOBAL RESTANTE (R\$) 7 MESES
Portaria GM/MS n. 237/2014	1	11.206,81	78.447,67
<b>TOTAL</b>		<b>11.206,81</b>	<b>78.447,67</b>

1.1.1. Os valores constantes na Tabela I serão repassados ao CONTRATADO após o envio do montante pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
VALOR CONTRATUAL**

2.0. O valor anual do total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2014 é de R\$ 78.447,67 (setenta e oito mil reais, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos), para pagamentos pós-fixados do item acima citado.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: 2501.2273.33903950/16.500

**CLÁUSULA QUARTA  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 01/07/2014.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 19 de setembro de 2014.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
CONTRATANTE  
ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX  
CONTRATADO  
Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE

**Quarto Termo Aditivo ao Contrato 01/2014**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2014 - AD04.2014  
TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 01/2014 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

**PREÂMBULO**

1. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 11.188.015/0001-41, neste ato representado pela Secretária de Saúde ANA BEATRIZ BARON LUDVIG, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Botuverá, n. 202, Bairro Dom Joaquim, em Brusque/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 82.991.860/0001-07, neste ato representado por seu Presidente em exercício, Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH, brasileiro, portador do RG n. 890.177-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 504.930.279-04, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 14/03/2014, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA****OBJETO**

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8666/93 e com a cláusula primeira, item 1.1, do contrato n. 01/2014 - SMS/FMS, a fim de incorporar o pagamento de mais 08 (oito) parcelas referente ao Incentivo a Contratação Hospitalar, com recurso da Média e Alta Complexidade (MAC) e de acordo com a Portaria GM n. 1.634/2013, sistematizado de acordo com a Tabela I.

**TABELA I - INCENTIVO A CONTRATUALIZAÇÃO HOSPITALAR (MAC)**

INCENTIVO A CONTRA- TUALIZAÇÃO HOSPI- TALAR	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 08 MESES
Portaria GM n. 1.634 de 13 de agosto 2013	11.630,76	93.046,08
TOTAL	11.630,76	93.046,08

1.1. Os valores definidos na Tabela I do presente Termo Aditivo estão em conformidade com os requisitos previstos na Tabela SIG-TAP/SUS, os quais devem ser cumpridos efetivamente pelo CONTRATADO.

1.2. O pagamento se dará em 08 (oito) parcelas, com início do repasse financeiro em agosto/2014 e término em março/2015. O repasse financeiro referente ao mês de agosto/2014, ocorrerá de forma retroativa, após a assinatura do presente termo, ressalvado o período necessário aos trâmites legais junto ao setor financeiro do CONTRATANTE.

1.3. O montante definido na Tabela I do presente Termo Aditivo será repassado pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, após repasse dos valores ao Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA****VALOR CONTRATUAL**

2.0. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2014 é de R\$ 93.046,08 (noventa e três mil, quarenta e seis

reais e oito centavos), para pagamentos pós-fixados, do item citado na tabela I, referente ao recurso de Média e Alta Complexidade (MAC).

**CLÁUSULA TERCEIRA****DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta do seguinte recurso financeiro: DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500 (MAC).

**CLÁUSULA QUARTA****DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 14/03/2014.

4.1. E por estarem justa e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque, em 12 de setembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM

CONTRATADO

Pe. TIMÓTEO JOSÉ STEINBACH

**Lei Complementar Nº 223, de 19 de Setembro de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR nº 223, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a criação dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, institui o seu vencimento básico, em conformidade com a Lei Federal nº 12.994/14, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, os cargos de Agente Comunitário de Saúde - ACS e de Agente de Combate às Endemias - ACE, integrantes do Grupo Ocupacional Operacional, categoria 15, faixa de vencimento I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. Os cargos de Agente Comunitário de Saúde - ACS e de Agente de Combate às Endemias - ACE tem exercício exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e lotação na Secretaria de Saúde do Município, nos termos da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal nº 11.350/2006 e suas alterações.

Art. 2º O vencimento básico dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, para jornada de 40 (quarenta) horas semanais, é fixado no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais, em conformidade com a Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

Parágrafo único. Os quantitativos, requisitos e atribuições dos cargos de Agente Comunitário de Saúde - ACS e de Agente de Combate às Endemias - ACE são definidos nos anexos I e II desta Lei.

Art. 3º As contratações serão feitas pelo Regime Estatutário, estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009, obedecendo também ao disposto na Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 e suas alterações, no que couber.

§ 1º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Brusque.

§ 2º Os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são de dedicação integral, com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, conforme escala de serviço.

§ 3º É vedado o desvio de função dos ocupantes dos cargos descritos no caput do art. 1º desta Lei, bem como, a cumulação de outros cargos públicos.

Art. 4º A investidura nos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias depende de aprovação prévia em concurso público, de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício de suas atividades, observada as restrições de que trata a Lei Federal nº 11.350/06 e suas alterações.

§ 1º O edital do concurso público deverá ser divulgado, pelo menos uma vez e com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da realização das provas, em jornal de circulação local e regional, na imprensa oficial do Município, bem como em outros meios que ampliem a publicidade do certame.

§ 2º O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

§ 3º O edital do concurso público para provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde, deverá estabelecer a inscrição por área de abrangência, previamente definida pela Secretaria de Saúde do Município e o candidato deverá residir na área da comunidade em que atuar, atendendo às legislações vigentes, observando-se o seguinte:

I - a classificação dos aprovados, no concurso público, deverá ser feita por Área de Abrangência;

II - a admissão dos aprovados deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação por Área de Abrangência.

§ 4º Se adotada no concurso público a modalidade de provas e títulos, essa deverá guardar pertinência com as atividades desempenhadas e terá caráter meramente classificatório.

Art. 5º No caso de convocação de todos os aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde em determinada Área de Abrangência, poderá ser realizado novo concurso público para recomposição da reserva técnica.

Art. 6º. Será aplicada a penalidade de demissão do cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nas seguintes hipóteses:

I - na ocorrência de prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 188, da Lei Complementar nº 147/09;

II - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegure pelo menos um recurso hierárquico, dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso específico do Agente Comunitário de Saúde, este também poderá ser demitido, nas seguintes hipóteses:

I - não atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 11.350/06, em razão da apresentação de declaração falsa de residência;

II - deixar de residir, a qualquer tempo, na Área de Abrangência de sua atuação, na qual está lotado.

Art. 7º Poderá ocorrer a dispensa unilateral do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias quando

caracterizada a necessidade de redução do quadro de pessoal, por excessos de despesa, nos termos da Lei Federal nº 9.801, de 14 de junho de 1999.

Art. 8º O Processo Administrativo Disciplinar para a demissão dos ocupantes dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, nas hipóteses previstas no artigo 6º desta Lei Complementar, será instaurado de imediato, pela autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço, devendo ser julgado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, por uma Comissão Especial de Inquérito designada especificamente para tal, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 9º Os contratos temporários em vigor, para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias serão automaticamente rescindidos com a homologação do Concurso Público e nomeação de servidores para os cargos criados por esta Lei Complementar.

Art. 10. Para a cobertura das despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais de natureza suplementar ou especiais, no Orçamento anual do Município.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea c do art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 218/2013, para cumprimento do disposto no inciso I do art. 9º-G da Lei Federal nº 11.350/06, alterada pela Lei nº 12.994/14.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de junho de 2014, em relação ao disposto em seu art. 2º.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Publique-se e registre-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

#### ANEXO I

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS

Quantitativo: 200 (duzentas) vagas.

#### Requisitos:

1 - Residir na área de abrangência estabelecida pela Secretaria de Saúde do Município;

2 - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

3 - Haver concluído o ensino fundamental.\*

(\*) dispensado o requisito para os que, na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 11.350/06, já estiverem desempenhando as respectivas funções.

#### Atribuições:

1 - Exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

2 - Utilização de instrumentos de diagnósticos demográficos e sócio-cultural da comunidade;

3 - Promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva;

4 - O registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

5 - O estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

6 - A realização de visitas domiciliares periódicas para

monitoramento de situações de risco à família;  
7 - Participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;  
8 - Outras que a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006 e legislações futuras determinarem.

## ANEXO II AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Quantitativo: 10 (dez) vagas.

Requisitos:

1 - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

2 - Haver concluído o ensino fundamental.\*

(\*) dispensado o requisito para os que, na data de entrada em vigor da Lei Federal nº 11.350/06, já estiverem desempenhando as respectivas funções.

Atribuições:

1 - Exercício de atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde;  
2 - Prevenção da malária e da dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde;

3 - Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe;

4 - Outras que a Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006 e legislações futuras determinarem.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 224, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Institui o Código Sanitário Municipal, estabelece penalidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Brusque regem-se pela presente lei, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

### CAPÍTULO I PRINCÍPIOS

Art. 2º A presente lei está fundamentada nos seguintes princípios:

I - universalização da assistência com igual qualidade e acesso da população urbana e rural a todos os níveis dos serviços de saúde;

II - articulação intra e interinstitucional, mediante o trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde;

III - publicidade, para garantir o direito à informação, facilitando seu acesso mediante sistematização, divulgação ampla e motivação dos atos;

IV - privacidade, devendo as ações de vigilância sanitária preservar este direito do cidadão, salvo quando não existir outra maneira de evitar perigo atual ou iminente para a saúde pública;

V - cobertura e atendimento integral, priorizando as atividades preventivas, sem prejuízo das demais;

VI - gestão única, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com descentralização de ações, de acordo com a estrutura administrativa do Executivo;

VII - democratização, com participação da sociedade, por meio do

Conselho e Conferência Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO II OBJETIVOS

Art. 3º Constituem-se objetivos desta Lei:

I - assegurar condições adequadas à saúde, à educação, à moradia, ao transporte, ao lazer e ao trabalho;

II - assegurar e promover ações visando o controle de doenças, agravos ou fatores de risco de interesse à saúde;

III - promover a melhoria da qualidade do ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

IV - garantir condições de segurança sanitária no estabelecimento industrial, comercial, de saúde, de interesse da saúde e consumo de bens e serviços de interesse da saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetem;

V - assegurar e promover a participação da comunidade nas ações de saúde.

### CAPÍTULO III CAMPO DE ABRANGÊNCIA E DEFINIÇÕES LEGAIS

Art. 4º As ações de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador são tratadas neste Código como vigilância em saúde, em função da interdependência do seu conteúdo e do desenvolvimento de suas ações, implicando compromisso do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral na proteção e defesa da qualidade de vida.

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;

III - o controle e avaliação das condições ambientais que possam indicar riscos e agravos potenciais à saúde.

§ 2º Entende-se por vigilância epidemiológica o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§ 3º Entende-se por saúde do trabalhador, para os fins desta Lei, o conjunto de atividades destinadas à prevenção de riscos e agravos à saúde advindos das condições de trabalho, e à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores, abrangendo normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.

§ 4º Entende-se por vigilância em saúde ambiental um conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e entidades públicas e privadas, visando o conhecimento e a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, adotando medidas de promoção da saúde ambiental, prevenção e controle de fatores de riscos relacionados às doenças e outros agravos à saúde, em especial: água para consumo humano; ar; solo; contaminantes ambientais e substâncias químicas; desastres naturais; acidentes com produtos perigosos; fatores físicos e ambiente de trabalho.

### CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, através da

**Vigilância Sanitária:**

I - promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município;

II - planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o fator de risco sanitário;

III - promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;

IV - assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

V - assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;

VI - promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;

VII - organizar atendimento de reclamações e denúncias;

VIII - notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária.

Parágrafo único. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária e promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços.

Art. 6º Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à aprovação de projetos arquitetônicos e hidrossanitários, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, abrangendo:

I - a inspeção e orientação;

II - a fiscalização;

III - a lavratura de termos e autos;

IV - aplicação de sanções;

V - a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento industrial, comercial (de qualquer espécie), estabelecimento de saúde e de interesse da saúde;

VI - análise de projetos hidrossanitários das construções e concessão de Habite-se Sanitário;

VII - o registro de antecedentes relativos às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 7º São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I - drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos, correlatos e produtos para saúde;

II - sangue, hemocomponentes e hemoderivados;

III - produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes;

IV - alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;

V - produtos tóxicos e radioativos;

VI - estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada;

VII - resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde e sua destinação;

VIII - esgotamento sanitário;

IX - água distribuída para consumo humano;

X - veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas vigentes;

XI - outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que

possam provocar danos à saúde.

Art. 8º Os servidores públicos lotados na Vigilância Sanitária, ou outro profissional eventualmente designado pela Secretaria Municipal de Saúde e credenciados para vigilância sanitária têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância, orientação e fiscalização sanitárias, em caráter permanente, no Município de Brusque, de conformidade com as Leis, Decretos e Regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir, para tanto, termo de orientação e vistoria, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

§ 1º Para o exercício de suas atividades fiscalizadoras, os referidos profissionais, pertencentes ao quadro de servidores efetivos do Município, serão designados mediante portaria do Prefeito ou do Secretário municipal de saúde.

§ 2º Os profissionais competentes portarão credencial expedida pelo Poder Executivo Municipal e deverão apresentá-la sempre que estiverem no exercício de suas funções.

§ 3º Os profissionais acima designados serão considerados, para todos os efeitos, autoridade sanitária e exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como:

I - inspeção e fiscalização sanitária;

II - expedição de termo de orientação e vistoria;

III - lavratura de auto de infração sanitária;

IV - instauração de processo administrativo sanitário;

V - interdição cautelar de estabelecimento;

VI - interdição e apreensão cautelar de produtos;

VII - fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e, VIII - outras atividades estabelecidas para esse fim.

§ 4º Os profissionais investidos na função fiscalizadora terão poder de polícia administrativa, adotando a legislação sanitária federal, estadual e municipal e as demais normas que se referem à proteção da saúde, no que couber.

§ 5º As autoridades fiscalizadoras mencionadas, quando do exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os locais do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações sigilosas.

§ 6º Quando necessário, a autoridade policial será solicitada para garantir a inspeção, prestando à autoridade sanitária o auxílio necessário ao regular desempenho de suas atividades.

§ 7º Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exhibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

§ 8º O Secretário Municipal de Saúde poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente Lei às autoridades sanitárias.

Art. 9º O coordenador e/ou responsável técnico da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria de Saúde do Município compete:

I - processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária;

II - instruir o processo sanitário, mediante juntada dos documentos pertinentes;

III - elaborar os relatórios referentes ao processo sanitário;

IV - emitir autos de imposição de penalidade;

V - orientar os fiscais referentes as atividades do órgão;

VI - promover o atendimento das demandas dos serviços de vigilância sanitária;

VII - auxiliar nas pesquisas quanto a legislação pertinente ao serviço fiscal de vigilância sanitária;

VIII - prestar informações a quem necessitar quanto as ações de fiscalização, emissão de autos de intimação, autos de infração, observando-se o direito da privacidade dos envolvidos;

IX - planejar estratégias para melhor atender a população garantindo a qualidade dos produtos e serviços ofertados aos cidadãos.  
Art. 10. O Secretário Municipal da Saúde é a autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do coordenador e/ou responsável técnico da Vigilância Sanitária - VISA da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 11. A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:  
I - constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;

II - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

Art. 12. A autoridade de saúde pode, cautelarmente, apreender ou sustar a distribuição, venda ou consumo de qualquer produto, interditar estabelecimentos industrial, comercial, de interesse da saúde e de saúde, bem como tomar quaisquer outras medidas, sempre que a defesa da saúde pública assim exigir.

## CAPÍTULO V DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 13. Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante licença sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade de um ano, renovável por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º A concessão ou renovação da licença sanitária será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente.

§ 2º A licença sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde, através de regulamentos técnicos específicos, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta Lei.

§ 4º Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão sanitário qualquer alteração e/ou encerramento de atividades.

§ 5º A Licença Sanitária será emitida, específica e independente para:

I - cada estabelecimento, de acordo com a atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade;

II - cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação;

III - cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação.

## TÍTULO II DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

### CAPÍTULO I DEVERES DA PESSOA

#### Seção I Disposições gerais

Art. 14. Toda pessoa que tenha domicílio ou realize atividades no Município de Brusque, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se a pessoa física, ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e

avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realização a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 4º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

Art. 15. Toda pessoa tem o direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção de sua saúde e a de seus dependentes, devendo para tanto, cumprir, cuidadosamente as instruções, normas, ordens, avisos e medidas prescritos por profissional de ciência da saúde, autoridade de vigilância sanitária e ou serviço de saúde de que se utilize.

Art. 16. Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes que atente contra a própria saúde, a de sua família e a de terceiros, devendo consequentemente, cumprir as exigências da autoridade sanitária, seguir as advertências que acompanham os produtos ou os objetos considerados perigosos e cumprir as normas de segurança.

Art. 17. Toda pessoa tem o direito de obter do serviço de saúde competente a informação e/ou a orientação indispensáveis à promoção e defesa da saúde, principalmente a respeito de doenças transmissíveis e evitáveis do bem-estar físico, mental e social, da dependência de drogas e dos perigos da poluição e contaminação do ambiente.

Art. 18. Toda a pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial e estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de qualquer natureza, deve cumprir exigências regulamentares para que, por sua localização, acessibilidade, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

Art. 19. Toda pessoa deve preservar o ambiente, evitando, por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, que se agrave a poluição ou a contaminação existente.

Art. 20. Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos ou gasosos, que não tenham recebido adequado tratamento, determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

#### Seção II Saneamento Básico

Art. 21. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - água bruta: água de mananciais antes de receber qualquer tratamento;

II - água pluvial (água de chuva): proveniente de precipitações atmosféricas que poderão ser captadas (canalizada ou não) para o sistema público de água pluvial (galeria ou sarjeta);

III - água potável: água para consumo humano, cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde;

IV - caixa de gordura: dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede de esgotos sanitários;

V - caixa de inspeção: caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações;

VI - consumo de água: é todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período;

VII - despejo: refugo líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino final;

VIII - despejo industrial: efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas;

IX - esgoto ou despejo: efluente líquido dos prédios, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino adequado;

X - esgoto pluvial: resíduo líquido proveniente de precipitações atmosféricas ("água de chuva"), que não se enquadra como esgoto industrial ou sanitário;

XI - esgoto sanitário: efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene;

XII - esgoto tratado: esgoto submetido a tratamento parcial ou completo, para a remoção de substâncias indesejáveis e a mineralização de matéria orgânica;

XIII - fossa séptica ou tanque séptico: tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas;

XIV - fossa absorvente ou sumidouro: unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos;

XV - instalação predial de água: conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água;

XVI - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o poço de inspeção e limpeza (TIL), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto;

XVII - ligação: derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário;

XVIII - manancial: corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público, para consumo humano;

XIX - padrão de potabilidade: conjunto de valores máximos permitíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano;

XX - rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgotos;

XXI - rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água;

XXII - reservatório domiciliar (caixa d'água): depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água;

XXIII - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

XXIV - sistema de abastecimento de água: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;

XXV - sistema de esgoto: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar

destino final adequado às águas residuárias ou servidas;  
XXVI - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente Regulamento.

#### Subseção I

##### Disposição de Resíduos e Dejetos

Art. 22. Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamentos, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo único. A pessoa é proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde e demais órgãos competentes.

Art. 23. A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino de resíduos sólidos urbanos mantidos pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

§ 1º Enquanto não for implantado o serviço público, a pessoa deve dispor os resíduos sólidos conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

§ 2º O serviço público urbano de coleta e remoção do lixo - onde não houver incineração ou tratamento adequado - depositá-lo-á em aterros sanitários ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

§ 3º Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criação ou abrigo de animais sinantrópicos.

#### Subseção II

##### Abastecimento de água

Art. 24. Toda pessoa proprietária ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de aparelhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água conforme Portaria nº 2.914/2011 e suas atualizações.

Art. 25. Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais de superfície e subterrâneo, ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 26. Toda pessoa responsável por sistema de abastecimento público de água deve proceder conforme as normas técnicas à flutuação e outros procedimentos conforme Portaria nº 2.914/2011 e suas atualizações.

Art. 27. A pessoa proprietária e/ou usuária, responsável por edificações residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouro público, localizados em áreas servidas por abastecimento de água, será obrigada a fazer as respectivas ligações ao sistema.

Art. 28. A pessoa proprietária e/ou responsável por edificação construirá os reservatórios de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. A limpeza e desinfecção dos reservatórios serão efetuadas obrigatoriamente uma vez por ano de acordo com a

técnica prescrita pela autoridade de saúde, podendo o prazo ser alterado a critério da autoridade de saúde.

### Subseção III

#### Águas Residuárias e Pluviais (esgotamento sanitário)

Art. 29. Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como em lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º A pessoa é proibida de estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

§ 3º A pessoa proprietária de imóveis construídos em locais servidos por coletores públicos de esgotos é obrigada a usá-los, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e complementares.

§ 4º É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto para águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

§ 5º A pessoa que instalar sistema coletivo ou individual de tratamento de esgoto (fossas sépticas e filtro anaeróbio) deverá deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde quando da concessão do alvará de habite-se, e seguir determinações das normas brasileiras regulamentadoras para o dimensionamento e localização, definidas em decreto..

§ 6º A autoridade de saúde negará a licença de habite-se sanitário se não for cumprido o disposto no parágrafo 5º e intimará o proprietário do imóvel a fazê-lo imediatamente.

## CAPÍTULO II

### DA SAÚDE DE TERCEIROS

#### Seção I

##### Disposição Geral

Art. 30. Toda a pessoa deve zelar para não causar dano à saúde de terceiros, por ação ou omissão, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

#### Seção II

##### Atividades Diretamente Relacionadas com a Saúde de Terceiros

#### Subseção I

##### Dos Profissionais de Ciência da Saúde

Art. 31. A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais, regulamentares e as de ética.

§ 1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º Presume-se no exercício ilegal da profissão a pessoa que,

sem ter a respectiva habilitação, anuncie e/ou execute serviços por qualquer meio ou instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 32. O profissional de ciência da saúde deve:

I - colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II - cientificar sempre a autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declaradas de notificação compulsória;

III - comunicar a Vigilância Sanitária a ocorrência de doenças de interesse sanitário.

Art. 33. O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 34. A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiência clínica no ser humano, de acordo com a legislação em vigor, sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

#### Subseção II

##### Dos Métodos de Controle das Doenças Transmissíveis

Art. 35. Toda pessoa tem o direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 36. Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis.

§ 1º Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

§ 2º A pessoa apresentará atestado de vacina nas circunstâncias especiais previstas em regulamento.

§ 3º Atestado de vacina e carteiras de saúde não serão retidos, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada ou por pessoa física.

Art. 37. Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos devem cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescrevem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela Autoridade de Saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo único. A pessoa deve permitir o acesso à habitação, de agente de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 38. Toda pessoa deve comunicar à autoridade de saúde competente qualquer caso de doença de notificação compulsória, do qual tenha conhecimento.

§ 1º Consideram-se, como objeto de notificação compulsória, as doenças previstas na legislação federal, podendo a Secretaria da Saúde tornar obrigatória a notificação de outras doenças.

§ 2º A forma de notificação compulsória, que pode ter caráter sigiloso, define-se em regulamento.

Art. 39. Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pela autoridade de saúde, dentre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em regulamento.

§ 2º A pessoa, criadora, proprietária ou que comercialize animais,

deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

### Subseção III

#### Dos Estabelecimentos de Saúde

Art. 40. Toda pessoa poderá instalar, alterar a destinação ou local de estabelecimento de saúde, no território municipal, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, nos termos da lei e dos regulamentos.

Art. 41. Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de saúde:

I - hospital: lugar onde se realizam ações objetivando a promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa, em regime de internação, tais como hospitais gerais, hospitais especializados, maternidade, clínicas e casas de saúde congêneres;

II - laboratório: onde se realizam análises e/ou pesquisas necessárias ao diagnóstico e/ou tratamento de pacientes ou para determinar condições ou estados de saúde individual e coletiva, bem como o que produz drogas, medicamentos, produtos de higiene, toucador, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos;

III - unidade de hemoterapia: aquele com o objetivo de coleta e análise de sangue, classificação e controle, armazenagem e distribuição, conservação, transfusão e preparação de sangue, de plasma, de produtos derivados de sangue e de soros padrões;

IV - farmácia: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

V - drogaria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

VI - posto de Medicamentos e Unidade Volante: estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos industrializados em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento à localidade desprovida de farmácia ou drogaria;

VII - dispensário de medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

VIII - distribuidor, representantes, importador e exportador; empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos;

IX - ambulatório, pronto-socorro, policlínica, unidade de emergência, consultório e/ou clínica médica, odontológica, fisioterapia e demais locais onde se realizam diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.

§ 1º Os estabelecimentos a que referem este artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desinsetização e desratização, limpeza de caixa de água e manutenções periódicas.

§ 2º A pessoa deve, para obter autorização, registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, cumprir a legislação sanitária, normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e pelos órgãos estaduais e municipais de saúde e outras disposições legais e regulamentares pertinentes em vigor.

§ 3º Os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alteração e rescisão, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto e encaminhá-los à Vigilância Sanitária municipal.

Art. 42. Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir responsável técnico legalmente habilitado, sempre que a

legislação em vigor ou norma técnica o exigir.

§ 1º Os contratos de constituição, inclusão e alteração de responsabilidade técnica deverão ser submetidos previamente aos respectivos conselhos de classe, com a aposição de seu visto.

§ 2º Sempre que o responsável técnico por estabelecimento deixar a função deverá requerer na Vigilância Sanitária a baixa de sua responsabilidade técnica, a qual emitirá a respectiva certidão, mediante a apresentação dos documentos solicitados.

Art. 43. Toda pessoa, para fechar estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, de acordo com as normas regulamentares.

Art. 44. Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde.

Parágrafo único. É de responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho.

Art. 45. Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de paciente deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observados as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária.

Art. 46. Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final e demais questões relacionadas a resíduos de serviço de saúde, conforme RDC 306/04 e suas atualizações.

Art. 47. Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com sua finalidade e em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, de acordo com as normas técnicas específicas.

Art. 48. Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas.

### Seção III

#### Atividades Indiretamente relacionadas com a Saúde de Terceiros

##### Subseção I

##### Disposições Gerais

Art. 49. Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§ 1º A pessoa, para construir ou reformar edificação ou parte desta, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a aprovação do respectivo projeto arquitetônico e hidrossanitário por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

§ 3º Os projetos hidrossanitários previstos no §1º deverão estar de acordo com as normas brasileiras regulamentadoras e em caso de edificações destinadas ao serviço de saúde deverão estar de acordo com as normas da ANVISA, conforme regulamentação por decreto.

§ 4º O responsável pela execução da obra deverá ter em mãos o projeto aprovado pela Autoridade Sanitária para conferência no momento da vistoria.

§ 5º O sistema de tratamento de efluentes e/ou conexão à rede coletora deverá estar totalmente aberto para conferência e vistoria.

**Subseção II****Habitação Urbana e Rural**

Art. 50. Toda a pessoa proprietária ou usuária de construção destinada a habitação unifamiliar ou multifamiliar deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada a habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

§ 3º A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deverá acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias à adequação da edificação às normas vigentes.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, estabelecimentos de longa permanência, cárcere, quartel, convento e similares.

§ 5º A pessoa proprietária de/ou responsável por edifícios de apartamentos deverá provê-los de compartimento para o depósito de lixo com acesso para o logradouro e com capacidade suficiente para 24 horas no mínimo, atendendo ao código de obras:

I - o compartimento destinado ao depósito de lixo terá paredes revestidas por material liso, resistente, impermeável e lavável;

II - no compartimento destinado ao depósito do lixo é obrigatória a existência de uma torneira para a lavagem do compartimento e de um ralo para o escoamento das águas oriundas da lavagem;

III - às pessoas que habitam prédio de apartamentos, conjuntos residenciais ou residências unifamiliares, não será permitido depositar materiais ou exercer atividades que, pela sua natureza, constituam perigo ou sejam prejudiciais à saúde e ao bem-estar dos moradores vizinhos.

Art. 51. Toda pessoa proprietária e/ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros, de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 e suas atualizações.

§ 2º A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgoto sanitário, caso contrário deverá dispor do sistema de tratamento de efluente coletivo ou individual: tanque séptico e filtro anaeróbio, conforme as normas brasileiras regulamentadoras, definidas em decreto.

§ 3º A pessoa proprietária e/ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana, é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

**Subseção III****Dos Estabelecimentos de Interesse da Saúde**

Art. 52. Toda pessoa poderá instalar, alterar a destinação ou local de estabelecimento de interesse da saúde, no território municipal, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, nos termos da lei e dos regulamentos.

Art. 53. Para os efeitos desta Lei, entende-se por estabelecimento de interesse da saúde:

I - os de produção, acondicionamento, fracionamento, comercialização, dispensação, armazenamento, manipulação, beneficiamento, análise e distribuição de cosméticos; saneantes domésticos; produtos tóxicos e radioativos; alimentos e bebidas; qualquer substância que possa causar dano à saúde;

II - outras unidades e estabelecimentos de interesse da saúde:

a) instituições de longa permanência de idosos, orfanatos e

estabelecimentos congêneres;

b) estabelecimentos de hospedagem tais como, hotel, motel, camping, albergue, pensões, pousada e estabelecimentos congêneres;

c) estabelecimentos de ensino, tais como, creches, escolas de ensino fundamental, médio e superior, escolas técnicas, profissionalizantes, de idiomas e estabelecimentos congêneres;

d) estabelecimentos de lazer e diversão, tais como, cinema, teatro, parques, clubes, associações, salões de festa e estabelecimentos congêneres;

e) estabelecimentos de estética e cosmética, tais como, de beleza, estética, massoterapia, podologia, tatuagem, piercing e estabelecimentos congêneres;

f) estabelecimentos de prestação de serviços de desinsetização, de desinfecção, de desinfestação e de desratização de ambientes;

g) estabelecimentos de lavanderia;

h) terminais e veículos de transporte de passageiros;

i) estabelecimentos de criação de animais, biotérios, canis, consultórios e/ou clínicas veterinárias, petshop e estabelecimentos congêneres;

j) de prestação de serviços de saneamento, tais como, estações de tratamento de efluentes, estações de tratamento de água, aterros sanitários, empresas de limpa-fossa, empresas de carros-pipa, estabelecimentos que produzem e comercializam sistemas de tratamento de esgoto (fossa e filtro) pré-moldados e estabelecimentos congêneres;

k) estabelecimentos de funerária, necrotério, crematório, casa mortuária, instituto médico legal, cemitérios e estabelecimentos congêneres;

l) estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em geral;

m) estabelecimentos de segurança pública, tais como, delegacia, penitenciária e estabelecimentos congêneres;

n) garagens, oficinas e postos de serviço de abastecimento de veículos;

o) outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou coletiva.

§ 1º Os estabelecimentos a que referem este artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desinsetização e desratização, limpeza de caixa de água e manutenções periódicas.

§ 2º Fica proibido a utilização de estufa nos processos de esterilização de materiais podendo somente ser utilizado autoclave.

Art. 54. Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta Lei, a Legislação Federal e Estadual no que couber.

Art. 55. O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo.

Parágrafo único. Toda pessoa que transporte produtos de interesse da saúde deverá fazê-lo somente com a autorização da autoridade sanitária através da licença de transporte que deverá ser atualizada, renovada anualmente.

Art. 56. No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação própria.

§ 1º A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise.

§ 2º Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas.

§ 3º A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial para análise fiscal.

§ 4º Os produtos de interesse da saúde que estiverem com as características organolépticas em desacordo com os padrões de identidade, qualidade e segurança deverão ser apreendidos e inutilizados.

Art. 57. É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde.

Art. 58. A autoridade de saúde pode, cautelarmente, apreender, sustar a distribuição, venda, consumo dos produtos de interesse da saúde, interditar estabelecimentos relacionados com os mesmos, bem como tomar quaisquer outras medidas, sempre que a defesa da saúde pública assim exigir.

Art. 59. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que nele estudem ou trabalhem nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo único. A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em regulamento.

Art. 60. Os estabelecimentos de ensino deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo.

§ 1º É obrigatória a existência de instalações sanitárias nas áreas de recreação.

§ 2º Em todas as escolas é obrigatória a existência de bebedouros higiênicos nos corredores e nas áreas de recreação.

Art. 61. Nos estabelecimentos de ensino, as cozinhas e copas, quando houver, deverão satisfazer as exigências mínimas estabelecidas para tais compartimentos, concernentes a restaurantes, porém atendidas as peculiaridades escolares.

Art. 62. Nos internatos serão observadas as disposições referentes às habitações em geral e às de fins especiais, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 63. Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento ou local para lazer, deve contar, para construção, instalação, funcionamento ou utilização dele, com a aprovação do serviço de saúde competente, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o ambiente.

§ 1º Para os efeitos desta lei, a expressão "lugar" ou "estabelecimento para lazer" inclui, entre outros: aeródromo, autódromo, balneário, boate, camping, campo e centro esportivo, cinema, circo, clube, colônia de férias, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, jardim público, jardim zoológico, locais de amostras, kartódromo, museu, parque, piscina, pista de corridas, pista de patinação, praça, praia, sauna, teatro e termas.

§ 2º A pessoa usuária de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 3º As águas das piscinas públicas e privadas, exceto as residenciais, deverão sofrer controle físico-químico e bacteriológico com a periodicidade estabelecida pela autoridade sanitária, obedecendo às exigências estabelecidas em regulamento no que diz respeito à sua qualidade.

Art. 64. Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

§ 1º A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, independentemente da sua categoria profissional, é obrigada, para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde fornecida gratuitamente pela rede de serviço básico de saúde, a qual deve ser exigida pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º As carteiras de saúde devem ser mantidas atualizadas anualmente; os tipos de exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 3º A obrigatoriedade de que trata o parágrafo primeiro é

extensiva aos proprietários e/ou responsáveis que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 4º Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

§ 5º Todo veículo utilizado para transporte de alimentos deverá ser de uso exclusivo e possuir Licença de Transporte.

Art. 65. É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 66. A concessão de fiscalização por parte do Governo Federal ou Estadual isenta o estabelecimento ou entreposto da fiscalização municipal, ficando, porém obrigado ao prévio licenciamento no que tange às instalações físico sanitária e pessoal no serviço de vigilância sanitária municipal.

Parágrafo único. A fiscalização de abate de animais e da industrialização de produtos de origem animal é de competência dos órgãos de agricultura, na esfera federal, estadual ou municipal, cabendo à Vigilância Sanitária a fiscalização da comercialização e transporte dos produtos de origem animal.

Art. 67. Toda pessoa poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercialize, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro no serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes à projetos de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

Art. 68. Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercialize ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa ou de terceiros, em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º Consideram-se agrotóxicas as substâncias ou misturas de substâncias e/ou processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

Art. 69. Toda pessoa proprietária de ou responsável por cemitério, crematório, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º Para os efeitos desta lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º Para os efeitos desta lei, crematório local destinado à queima de cadáveres ou de partes amputadas de corpos humanos.

§ 3º Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 70. Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário de qualquer natureza deve cumprir as exigências regulamentares para que, por

sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

§ 1º O estabelecimento industrial obedecerá às exigências sanitárias regulamentares no que concerne a:

I - projeto de construção;

II - localização, mediante os seguintes critérios:

a) distância do perímetro urbano para a instalação de indústrias insalubres, ruidosas ou perigosas;

b) preferência em zona industrial;

c) acessibilidade de vias de tráfego e trânsito;

d) ocupação de área disponível;

e) drenagem natural;

f) lançamento ou destino final de despejos industriais;

g) disponibilidade de abastecimento d'água, sistema de esgoto sanitário, remoção e destino final de lixo e ventilação de matérias-primas;

h) urbanismo e áreas verdes;

i) segurança do trabalho;

j) aprovação pelo órgão de controle ambiental do Município.

III - outros critérios estabelecidos pela autoridade competente, inclusive atendendo a peculiaridades locais e regionais.

§ 2º O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário que utiliza substância radioativa deve obter permissão prévia e especial do serviço competente para seu funcionamento e reunir condições de segurança adequada à proteção de seu pessoal, de terceiros e do ambiente.

Art. 71. Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de saúde.

Parágrafo único. O profissional em comunicação deverá solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa causar atitudes enganosas ou reações de pânico na população.

### CAPÍTULO III

#### SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 72. Nos estabelecimentos de trabalho que venham oferecer perigo à saúde dos funcionários e da população, a juízo da autoridade de saúde, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos necessários, a remover ou fechar estabelecimentos, quando não forem saneáveis.

§ 1º Na hipótese de remoção ou fechamento, será concedido o prazo máximo de 06 (seis) meses.

§ 2º Os estabelecimentos deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e proporcionais ao número de trabalhadores.

§ 3º Os estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde deverão cumprir as determinações das NRs (Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e emprego).

Art. 73. Os responsáveis pelos locais de trabalho deverão auxiliar a educação higiênica do trabalhador, facilitar a realização de conferências, fazer campanha intensiva de propaganda e educação contra os infortúnios do trabalho e afixar, em locais apropriados, cartazes e boletins fornecidos pelas autoridades de saúde.

Art. 74. Todos os locais de trabalho, inclusive corredores, passagens, escadas e demais dependências devem ter iluminação e ventilação adequada, conforme disposto em Lei, regulamentos e normas técnicas.

Art. 75. A autoridade de saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, poderá tornar obrigatório o uso de protetores, sistema de revezamento, pequenas pausas para descanso, a redução do tempo de trabalho e a realização de exames médicos periódicos para os trabalhadores.

### CAPÍTULO IV

#### DOS LOCAIS PARA ABRIGO OU CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 76. É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 77. Será permitida a criação ou conservação de animais domésticos, em zona urbana e residencial, desde que sejam observadas e respeitadas as regras de vigilância sanitária e epidemiológicas vigentes e não sejam consideradas causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

§ 1º Fica proibida a utilização de qualquer compartimento de uma habitação, inclusive porões e sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 2º Vetado.

§ 3º Se houver resistência por parte da pessoa proprietária de/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade policial para a adoção das medidas cabíveis, correndo as despesas à conta da pessoa que deu causa à diligência.

§ 4º Vetado.

Art. 78. No caso das propriedades situadas na zona rural e urbana do Município, a pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e equinos, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres obedeçam as exigências de normas regulamentares específicas em vigor, e:

I - as pocilgas deverão estar localizadas a uma distância de 50 metros, no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos, fonte de água e das margens das estradas;

II - os estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres deverão estar localizadas a uma distância de 20 metros, no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos, fontes de água e das margens das estradas;

III - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

Parágrafo único. No caso específico de aviários, fica dispensada a distância mínima exigida no inciso II, apenas para a habitação do proprietário do aviário, desde que sejam mantidas as condições de higiene e limpeza.

### CAPÍTULO V

#### NOTIFICAÇÃO

Art. 79. Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de termo de orientação e vistoria ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

§ 1º Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências será de até 30 (trinta) dias,

podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do prazo inicialmente concedido e devidamente fundamentado.

§ 2º Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida a exigência será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

### TÍTULO III

#### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80. Para os efeitos desta lei complementar, considera-se a infração, a desobediência ou a inobservância desse código e demais normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, destinam-se à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 1º Responde pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou emissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 81. Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitária comunicará o fato:

- I - à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possam configurar ilícitos penais;
- II - aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional.

##### Seção I

##### Graduação das Infrações

Art. 82. As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

- I - leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II - graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssimas: aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 83. Para a graduação e a imposição de pena, a autoridade de Saúde levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 84. São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública

que lhe for imputado;

IV - ter, o infrator, sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;

V - ser, o infrator, primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 85. São circunstâncias agravantes:

I - ser, o infrator, reincidente;

II - ter, o infrator, cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado, em contrário ao disposto na legislação sanitária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter, a infração, consequências calamitosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter, o infrator, agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 86. Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

##### Seção II

##### Especificação das Penalidades

Art. 87. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do produto;

IV - inutilização de produto;

V - interdição de produto;

VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;

VII - cancelamento de registro de produto;

VIII - interdição parcial ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

§ 1º Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante.

§ 2º Aplicada a penalidade de interdição, essa vigorará até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada.

Art. 88. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de 300,00 (trezentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

II - nas infrações graves, de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º Sem prejuízo do disposto nos artigos 83 e 84 desta lei complementar, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de Saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 2º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado

para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil, sob pena de cobrança judicial.

§ 3º No momento da lavratura do auto de infração, quando o autuado tratar-se de pessoa jurídica, o autuante notificará o autuado para no prazo de defesa prévia (10 dias), apresentar cópia dos balancetes mensais de movimentação financeira ou declaração do imposto de renda do primeiro exercício anterior a do cometimento da infração, sendo que, no caso da negativa em apresentar a referida documentação, poderá o autuante determinar o valor da infração na forma prevista nesta lei.

Art. 89. A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei complementar e de seus regulamentos e normas técnicas, ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

Art. 90. As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% ( vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 91. O pagamento da multa em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação a sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas acumulativamente.

Art. 92. Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de cobrança judicial.

Art. 93. Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículo, máquinas, assim como suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão na aplicação de penalidades sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública.

§ 1º Concomitantemente à medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, a autoridade sanitária deverá lavrar o auto de infração.

§ 2º As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias.

### Seção III

#### Caracterização das Infrações e suas penalidades

Art. 94. A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem

registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes: pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;  
II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção, e recuperação da saúde, estabelecimentos de ensino, público ou privado, de qualquer fim, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes: pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes: pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação sanitária: pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que dispõem as normas legais ou regulamentares vigentes: pena - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias: pena - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias: pena - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em Lei e normas regulamentares: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a

medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares: pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmáfereze ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano ou utiliza-os, contrariando as disposições legais e regulamentares: pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares: pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente: pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes: pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo produtos de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha expirado ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação: pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais: pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros: pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário ou detenha legalmente a sua posse: pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde das pessoas sem a necessária habilitação legal: pena - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal: pena - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres ou utiliza-os, contrariando as normas sanitárias pertinentes: pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - frauda, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública: pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde: pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXI - expõe, ou entrega ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto: pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XXXII - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente: pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento; proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIII - transgredir normas legais e regulamentares pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações: pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXIV - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamento, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização: pena - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXV - atribuir a alimento e medicamento ou qualquer produto que interesse à saúde, através de alguma forma de divulgação, qualidade nutricional, medicamentosa, terapêutica ou de favorecimento à saúde, superior a que realmente possuir, assim, como, divulgar informação que possa induzir o consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem, qualidade e identidade do produto: pena - advertência e/ou multa, apreensão dos produtos, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXVI - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, alimento interditado ou apreendido por autoridade de saúde: pena - multa, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou a cassação da licença para funcionamento;

XXXVII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, ou em situação que induza a venda para consumo humano, tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, com exceção dos produtos destinados ao plantio, sendo que para isso, deverá constar do invólucro esta indicação: pena - advertência, apreensão dos produtos, e/ou multa;

XXXVIII - contrariar, omitir e/ou negligenciar no cumprimento das

normas pertinentes à proteção da flora e da fauna: pena - advertência e/ou multa;

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente: pena - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

§ 1º Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, e à assistência e responsabilidade técnicas.

§ 2º O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

#### Seção IV

##### Caracterização básica do processo

Art. 95. O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta lei e seus regulamentos.

Art. 96. O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, bem como os demais elementos conhecidos à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo único. Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 97. O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio ou via postal;

III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a examinar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 96.

§ 2º O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§ 3º Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir,

ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido Edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no § 3º deste artigo, além de sua execução forçada, acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 98. As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 99. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação.

§ 1º Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, poderá, a autoridade julgadora, ouvir o servidor autuante, que terá prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 100. A apuração do ilícito, em se tratando de produto ou substância referidos no inciso V do artigo 94, far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo único. Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal e à estadual para a execução do previsto no presente artigo.

Art.101. Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 102. O infrator poderá recorrer das decisões condenatórias dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias de sua ciência ou publicação nas penalidades pecuniárias que ultrapassem o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 2º Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º, do artigo 97.

Art. 103. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso.

Art. 104. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua apuração e consequente imposição da pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

#### Seção V

#### Das disposições gerais e transitórias

Art. 105. Lei específica disciplinará sobre a taxa dos atos de vigilância sanitária municipal, sem prejuízo da aplicação das disposições vigentes.

Art. 106. A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora, mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das normas sanitárias em vigor.

§ 1º Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade de saúde lavrará auto de infração e intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores a facilitar a visita, imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2º Persistindo o embaraço, a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial civil, militar ou judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 107. Os recursos provenientes das penalidades de multas previstas nesta lei complementar, serão depositados e centralizados em conta especial do Fundo Municipal de Saúde - FMS e revertidos exclusivamente para a Vigilância Sanitária, sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos financeiros previstos neste artigo têm por finalidade a obtenção supletiva de recursos destinados à melhoria dos serviços relacionados com a vigilância sanitária municipal como o custeio e manutenção da estrutura do serviço de vigilância sanitária, aquisição de equipamentos, móveis, veículos, confecção de material didático e outros inerentes ao serviço, capacitações, cursos, construção de sede própria.

Art. 108. O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta lei complementar.

Art. 109. Os termos técnicos que se empregam nesta lei complementar e nela não se encontram definidos explicitamente serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação federal e estadual, e na ausência desta, o constante das regulamentações decorrentes da presente lei complementar.

Art. 110. Toda pessoa, física ou jurídica, ao encerrar ou suspender as atividades de qualquer estabelecimento ou prestador de serviço, deverá requerer cancelamento do respectivo registro no órgão fazendário municipal, caso contrário continuarão a incorrer as taxas devidas anualmente à Vigilância Sanitária, até a efetiva baixa de sua inscrição.

Art. 111. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 112. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 107/2014.**

Processo licitatório n. 107/2014. Pregão n. 061/2014. Extrato de despacho de anulação. Fundamento legal: art. 49 da lei 8.666/93; Súmulas 346 e 473 do STF. Resultado: anulação dos itens 05, 14, 15, 17, 18, 28, 29 e 30 do processo licitatório n. 107/2014, modalidade pregão n. 061/2014, cujo objeto resume-se na aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Administração Municipal. Considerando que vige na administração pública os princípios da economia processual e eficiência (art. 37, caput da constituição federal) e que o critério de julgamento do certame dar-se-á pelo menor preço por item (cláusula 8.1 do instrumento convocatório), a licitação prossegue em relação aos demais itens.

Brusque (SC), 25 de setembro de 2014.

Signatário: Rafael Luiz Pinto, Diretor Geral de Licitações.

**LRF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE**
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014**  
**2º QUADRIMESTRE DE 2014**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	
	<b>SET 2013 A AGO 2014</b>	
	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>3.425.428,45</b>	<b>0,00</b>
Pessoal Ativo (Vereadores)	1.602.509,77	
Pessoal Ativo (Servidores)	1.822.918,68	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>4.319,08</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.319,08	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>3.421.109,37</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>3.421.109,37</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>262.700.154,04</b>
<b>% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>1,30</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%</b>		<b>15.762.009,24</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%</b>		<b>14.973.908,78</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,40%</b>		<b>14.185.808,32</b>

Câmara Municipal de Brusque, em 29 de setembro de 2014.

**Guilherme Marchewsky**  
**Presidente**
**Valmir Coelho Ludvig**  
**Vice-Presidente**
**André Rezini**  
**2º Secretário**

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS SET 2013 A AGO 2014													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14		
260.429,82	259.828,00	259.828,00	332.789,17	270.077,04	274.035,63	275.372,94	291.446,45	296.064,63	346.125,19	284.319,82	275.111,76	3.425.428,45	
130.134,85	130.134,85	130.134,85	130.134,85	130.134,85	130.134,85	137.136,18	136.019,81	137.136,17	137.136,17	137.136,17	137.136,17	1.602.509,77	
130.294,97	129.693,15	129.693,15	202.654,32	139.942,19	143.900,78	138.236,76	155.426,64	158.928,46	208.989,02	147.183,65	137.975,59	1.822.918,68	
0,00	0,00	0,00	1.761,52	0,00	0,00	1.023,03	1.534,53	0,00	0,00	0,00	0,00	4.319,08	
			1.761,52			1.023,03	1.534,53					4.319,08	
260.429,82	259.828,00	259.828,00	331.027,65	270.077,04	274.035,63	274.349,91	289.911,92	296.064,63	346.125,19	284.319,82	275.111,76	3.421.109,37	0,00
3.421.109,37													
VALOR													
262.700.154,04													
1,30													
15.762.009,24													
14.973.908,78													
14.185.808,32													

Valmir Coelho Ludvig  
Vice-Presidente

André Rezini  
2º Secretário

# Caçador

## PREFEITURA

### Portaria Nº 24.081

PORTARIA Nº 24.081, de 24 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal JANETE TARNIOWCZ, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, lotada na EMEB Nossa Senhora Salete 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Pierina Santin Perret e desta para aquela a Servidora Pública Municipal IDALCI SAMPAIO COLLA, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 24 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 103-2014 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 103/2014 EDITAL: CREDENCIAMENTO Nº 10/2014, OBJETO CREDENCIAMENTO DE IMOBILIÁRIAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE TERRENOS RURAIS, URBANOS E IMÓVEIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO até as: 14h00min do dia 01/09/2014

, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. MOTIVO - TENDO EM VISTA QUE O ÚNICO PROPONENTE NÃO APRESENTOU O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JUNTO AO CRECI, DOCUMENTO NECESSÁRIO EXIGIDO NO EDITAL..

Caçador, 01 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 24.082

PORTARIA Nº 24.082, de 24 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 60, da Lei Complementar nº 56 de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

REMOVER por permuta a Servidora Pública Municipal CIZETE CATELLAN, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, lotada na EMEB Esperança 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Pierina Santin Perret e desta para aquela a Servidora Pública Municipal IDALCI SAMPAIO COLLA, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 17 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 24.158

PORTARIA Nº 24.158, de 07 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 23.544, de 12 de Fevereiro de 2014, com relação a Servidora Pública Municipal ELIANE TEREZINHA PELIZZARO, designada para exercer a Função de Confiança de Diretora de Escola, na EMEB Henrique Julio Berger, somente no que se refere ao local de trabalho que passa a ser EMEB Hilda Granemann de Sousa, com efeitos a contar de 07 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
07 de Julho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.159

PORTARIA Nº 24.159, de 07 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 23.676, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal PATRICIA GONÇALVES, somente no que se refere ao tipo de vaga, que passa a ser Vaga Transitória, alterando a carga horária de 20(vinte) horas para 40(quarenta) horas, para atuar junto ao Projeto Mais Educação, na EMEB Alto Bonito, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2014 até 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
07 de Julho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.160

PORTARIA Nº 24.160, de 07 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 23.676, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, com relação ao Servidor Público Municipal DIEGO BRAZ DE CAMARGO, somente no que se refere ao tipo de vaga, que passa a ser Vaga Transitória, alterando a carga horária de 20(vinte) horas para 40(quarenta) horas, para atuar junto ao Projeto Mais Educação, na EMEB Morada do Sol, com efeitos a contar de 02 de Julho de 2014 até 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
07 de Julho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.161

PORTARIA Nº 24.161, de 07 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 23.563, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, com relação a Servidora Pública Municipal ANA PAULA ANTUNES DA COSTA FEIX, no que se refere ao tipo de vaga, que passa a ser Vaga Transitória, e ao local de trabalho, que passa a ser 40(quarenta) horas, para atuar junto ao Projeto Mais Educação, na EMEB Irmão Venâncio José, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2014 até 19 de Dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
07 de Julho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.291

PORTARIA Nº 24.291, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei

Complementar nº 137, de 24/11/2008,

#### RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, abaixo relacionadas, lotadas junto à Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, escola de atuação e período de afastamento da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Período
12897	Daiane Xumadelo de Sousa Leal	Professora	EMEB Alto Bonito e EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	04/08/2014 a 30/01/2015
12997	Tathiana dos Santos	Professora	EMEB Padre José Chamot	24/03/2014 a 19/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.292

PORTARIA Nº 24.292, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.585, de 17 de Abril de 2013, que colocou diversos servidores à disposição da Secretaria Municipal de Educação, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal ELISABETE APARECIDA MARINI BORTOLINI, código nº 9073, ocupante do cargo de Professora, 20 (vinte) horas, sendo que a mesma retorna ao local de trabalho, na EMEB Henrique Julio Berger, a contar de 01 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 24.293

PORTARIA Nº 24.293, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 17/12/99, e ainda na Lei Complementar nº 22, de 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA nº 22.374, de 19 de Fevereiro de 2013, que

designou diversos Servidores Públicos Municipais para exercerem Função Gratificada, somente no que se refere a Servidora LUIZA SAMIRA FLORES ALVES, ocupante do cargo de Professora, atualmente à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com relação a porcentagem da Função Gratificada, que passa a ser de 50% (cinquenta), a contar de 01 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.294**

PORTARIA Nº 24.294, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 17/12/99, e ainda na Lei Complementar nº 22, de 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, para exercerem Função Gratificada, por desempenharem atividades de maior responsabilidade além das previstas no seus cargos efetivo, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo, porcentagem da função gratificada e início da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FG %	Início
148	Itamara de Oliveira	Professora	30%	01/08/2014
10539	Lucimar Aparecida Appi	Secretária Escolar	30%	01/08/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.298**

PORTARIA Nº 24.298, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a

contar de 01 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **PORTARIA Nº 24.300**

PORTARIA Nº 24.300, de 01 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais, lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionadas, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola da Função	A contar de:
12946	Alexandra Balbinot	Professora	24	15	EMEB Caste-Ihano	01/08/2014
12898	Maria Odete Padilha	Professora	39	18	EMEB Henrique Julio Berger	01/08/2014
12896	Rose Mari Lemos	Professora	39	24	EMEB Morada do Sol	01/08/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 01 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### **Portaria Nº 24.304**

PORTARIA Nº 24.304, de 04 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal JOÃO AUGUSTO SEGAT, ocupante do cargo de Professor, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 02 de Agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA N º 24.309

PORTARIA Nº 24.309, de 05 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
617	Atanil Ribeiro da Silva	Padeiro	Secretaria Municipal de Educação	30	06/08/2014 a 04/09/2014
10430	Bruna Regina Garcia	Auxiliar de Creche	CMEI Pierina Adami	14	05/08/2014 a 19/08/2014
6833	Cassia Regina Garcia Maciel	Servente	EMEB Irmão Venâncio José	45	08/08/2014 a 21/09/2014
875	Elisabet Stofelshaus	Servente	Secretaria Municipal de Educação	90	01/08/2014 a 05/11/2014
2017 3321	Fátima Hammes	Professora	EMEB Castelhano	15	11/08/2014 a 25/08/2014
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	Servente	EMEB Henrique Julio Berger	60	04/08/2014 a 02/10/2014
1318	Maria Geni Huçulak	Servente	EMEB Nossa Senhora da Salete	45	01/08/2014 a 14/09/2014
10535	Marisa Aparecida Alves Moreira Paes	Professora (Atualmente exercendo a função de Diretora)	EMEB Hilda Granemann de Sousa	120	24/07/2014 a 20/11/2014
824	Marlene Baziuk	Professora	EMEB Irmão Venâncio José	60	01/08/2014 a 29/09/2014
833	Marli Terezinha Wojeicowski	Professora	EMEB Irmão Venâncio José	30	06/08/2014 a 04/09/2014 - (Licença Tratamento Saúde Familiar)
859	Teresa Eclair Cardoso	Servente	EMEB Henrique Julio Berger	60	08/08/2014 a 06/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.310

PORTARIA Nº 24.310, de 05 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lançados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
13019	Ana Maria Proença Negretti	Professora	30	15	04/08/2014 a 18/08/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
13011	Elisangela Cristina Kviatkovski	Professora	30	15	06/08/2014 a 21/08/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
12912	Marisa Salete Ribeiro Borges Zotto	Auxiliar de Creche	15	15	08/08/2014 a 22/08/2014
13394	Neide Maria Rodrigues	Servente	15	15	21/04/2014 a 05/05/2014
12310	Patricia Cristina Lemos	Professora	15	15	04/08/2014 a 18/08/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**Portaria Nº 24.312**

PORTARIA Nº 24.312, de 06 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
280	Claudio Granja	Professor	EMEB Henrique Julio Berger	20	14/08/2014 a 02/09/2014
10526	Marizete Zago	Professora	EMEB Morada do Sol	15	19/08/2014 a 02/09/2014
1165	Nilce Baseggio Frizon	Servente	EMEB Tabajara	60	26/06/2014 a 24/08/2014
1079	Sebastiana Maceno Domingues	Servente	EMEB Castelhanos	30	27/07/2014 a 25/08/2014
1019	Sirlei Carlin da Silva	Merendeira	EMEB Walsin Nunes Garcia	15	18/08/2014 a 01/09/2014
6945	Zeli Moraes de Souza	Auxiliar de Creche Berçário	CMEI Pierina Adami	180	02/08/2014 a 29/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**Portaria Nº 24.313**

PORTARIA Nº 24.313, de 06 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 163, da Lei Complementar de 24/02/2010, que dispõe sobre a Contratação de Servidores Públicos Municipais em Caráter Temporário, e art. 60, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome das servidoras, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Dias Lancados	Licença Tratamento Saúde a contar de:
13155	Eliane Scotti Alvarenga	Servente	15	15	18/08/2014 a 01/09/2014
13092	Gislaine Aparecida Batista	Professora	14	14	11/08/2014 a 24/08/2014
13180	Marizete Zago	Professora	30	15	19/08/2014 a 02/09/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
13394	Neide Maria Rodrigues	Merendeira	30	15	16/08/2014 a 30/08/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS
13157	Rosecléia Spader	Professora	30	15	12/08/2014 a 26/08/2014, após Regime Geral de Previdência Social - INSS

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**Portaria Nº 24.414**

PORTARIA Nº 24.414, de 26 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 13/07/2014 a 12/08/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
10319	Adelina Salete Kowalczyk	CMEI Pierina Adami	04 dias
10078	Andreia Dellai	CMEI Sonho Encantado	04 dias
13428	Camila Lenardt Pereira	EMEB Esperança EMEB Hilda Granemann de Souza	09 dias
13085	Eliane Salete Peretti	CMEI Pierina Adami	05 dias
2017	Fatima Hammes	EMEB Castelhanos	09 dias
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	CMEI Pierina Adami	04 dias

3378	Iliane Silvia Pagotto Santos	EMEB Ulysses Guimarães	05 dias
10428	Karla Mary Beckert	CMEI Educar é Tudo	07 dias
10825	Kerolin Cristina Coronado	CMEI Sininho	05 dias
13272	Laurici Terezinha de Paulo	EMEB Profª Maria Luiza Barbosa	04 dias
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	05 dias
2443	Marcia Regina Caregnato Colpini	EMEB Profª Maria Luiza M. Barbosa	05 dias
1318	Maria Geni Huçulak	EMEB Nossa Senhora Salete	07 dias
13048	Mariana Susin Frigotto	CMEI Pierina Adami	05 dias
13394	Neide Maria Rodrigues	CMEI Sonho Encantado	06 dias
3357	Nilza de Souza Carvalho	EMEB Henrique Julio Berger	05 dias
2410	Olinda Susin Parizotto	EMEB Pierina Santin Perret	04 dias
13136	Romy Cristine Schneider Franceschetto	CMEI Educar é Tudo	06 dias
1019	Sirlei Carlin da Silva	EMEB Walsin Nunes Garcia	07 dias
9875	Terezinha Andrighetti Nava	CMEI Sonho Encantado	10 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 26 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 24.415

PORTARIA Nº 24.415, de 26 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas injustificadas referente ao período de 13/07/2014 a 12/08/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
13071	Alessandra de Oliveira Matos	CMEI Sonho Encantado	01 dia
13067	Claudio Fernando Costa	EMEB Morada do Sol	½ dia
13456	Jeana Zago	EMEB Pierina Santin Perret	½ dia
13425	Keila Cristina de Oliveira Lima	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
12979	Maria da Gloria Gomes Pereira	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
13353	Marisa Aparecida de Castilho	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
13336	Silmara Margarete da Costa Matos	EMEB Morada do Sol	01 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 26 de Agosto de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.311

PORTARIA Nº 24.311, de 06 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria de Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13000	Dayane da Silva Queiroz Martins	Professora	25	28	EMEB Vereda dos Trevos, V.V. Anna Paula Luz, Licença Tratamento de Saúde	02/08/2014 a 04/09/2014
13456	Jeana Zago	Professora	15	30	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Eliane Castilho, Licença Prêmio	04/08/2014 a 01/11/2014
13382	Josiane Carneiro	Professora	12	20	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Ana Maria Proença, Licença Tratamento de Saúde	05/08/2014 a 26/09/2014
13405	Karina Rodrigues de França	Professora	18	33	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Eliane Cavilion, Licença Tratamento de Saúde	06/08/2014 a 22/09/2014
13002	Keller Castilho Passos Angeli	Professora	14	19	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Anna Paul Luz, Licença Tratamento de Saúde	02/08/2014 a 04/09/2014
13514	Luana Kelli de Liz Pereria	Professora	16	31	EMEB Alto Bonito (13horas) EMEB Vereda dos Trevos (02horas)	08/08/2014 a 02/10/2014

13478	Neusa Aparecida Gonçalves da Silva	Professora	20	24	EMEB Vereda dos Trevos, V.V. Ana Maria Proença, Licença Tratamento de Saúde	13/08/2014 26/09/2014
-------	------------------------------------	------------	----	----	---	--------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### Portaria Nº 24.382

PORTARIA Nº 24.382, de 20 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, lotados junto a Secretaria de Municipal de Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, carga horária antiga, carga horária atual, escola da função e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo Efetivo	De	Para	Escola	A contar de:
13390	Arielli Pacztuch	Professora de Educação Infantil	20	40	EMEB Nossa Sra. da Salete, V.V. Eliane Scotti de Alvarenga, Licença Tratamento de Saúde	20/08/2014 01/09/2014
13488	Maria de Lourdes Cassol	Professora	20	40	EMEB Hilda Grammann de Sousa, V.V. Marizete Zago, Licença Tratamento de Saúde	21/08/2014 08/10/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

## IPASC

### Portaria N.º 751, de 24 de Setembro de 2014.

PORTARIA n.º 751, de 24 de setembro de 2014.

Concede auxílio natalidade à Servidora  
Karen Fernanda Ribeiro.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de acordo com art. 166, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

#### RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder auxílio natalidade à Servidora KAREN FERNANDA RIBEIRO, ocupante do cargo de Contador, Matrícula nº 3028, correspondente a um piso municipal, no valor de R\$ 838,37 (oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), em razão do nascimento de seu filho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 24 de setembro de 2014.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº 041, de 24 de Setembro de 2014.

PORTARIA nº 041, de 24 de setembro de 2014.

Autoriza a conversão de 2/3 de licença-prêmio em pecúnia, à servidora Ilvaita Baron.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 124 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004  
RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 2/3 da licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 06/01/2009 a 05/01/2014 em pecúnia, à servidora ILVAITA BARON, ocupante do cargo de contadora, do quadro permanente da Câmara Municipal, conforme despacho da Presidência, a serem pagos em 26/09/2014, conforme solicitado pela servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 24 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,  
VICE-PRESIDENTE

Carlos Evandro Luz,  
PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos  
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur  
2ª SECRETÁRIA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### Resumo Convênio 35/14 - FMAS

RESUMO DE CONVÊNIO  
FMAS

Convênio nº 035/2014

Entidade conveniada: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 25/09/2014

Prazo: 60 (sessenta) dias

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto conceder auxílio financeiro à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de custear parte das despesas com a ampliação da Instituição, por meio do repasse de recurso destinado a aquisição de estrutura de ferro a ser utilizada na construção de novo piso que abrigará um almoxarifado e um salão de festas para utilização dos idosos que residem na Instituição.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

### Decreto N.º 1.921/2014

DECRETO N.º 1.921/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0009 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.034 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0002 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos

Código Reduzido: 40

VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do exercício corrente da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17

de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 11 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 1.928/2014

DECRETO N.º 1.928/2014

Altera o Decreto Municipal n.º 1.907, de 18 de agosto de 2014.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79 inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.907/2014, de 18 de agosto de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 477.000,00 (quatrocentos e setenta e sete mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.004 - Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 78

VALOR: R\$ 230.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 1.004 - Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0089 - Alienação de bens destinados a outros programas

Código Reduzido: 110

VALOR: R\$ 247.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 22 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.929/2014**

DECRETO N.º 1.929/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.960.000,00 (dois milhões novecentos e sessenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos  
Código Reduzido: 07  
VALOR: R\$ 150.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%  
Código Reduzido: 08  
VALOR: R\$ 1.000.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias  
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos  
Código Reduzido: 10  
VALOR: R\$ 15.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias  
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%  
Código Reduzido: 11  
VALOR: R\$ 390.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias  
Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB 40%  
Código Reduzido: 12  
VALOR: R\$ 15.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 365 - Educação Infantil  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.037 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos  
Código Reduzido: 21  
VALOR: R\$ 220.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 365 - Educação Infantil  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.037 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%  
Código Reduzido: 22  
VALOR: R\$ 1.000.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 - Educação  
Sub-função: 365 - Educação Infantil  
Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade  
Atividade: 2.037 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias  
Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB 60%  
Código Reduzido: 25  
VALOR: R\$ 170.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos próprios do Fundo Municipal de Educação, no valor de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais) e R\$ 2.575.000,00 (dois milhões quinhentos e setenta e cinco mil) de recursos do FUNDEB, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei

Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 23 de setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.930/2014**

DECRETO N.º 1.930/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana  
Atividade: 2.019 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 83  
VALOR: R\$ 600.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú do exercício corrente, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 23 de setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### **DECRETO N.º 1.931/2014**

DECRETO N.º 1.931/2014

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área a área de terras de 255,60 m² (duzentos e cinquenta e cinco vírgula sessenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 46, situado na Rua Monte Serra Negra, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú/SC, sob a Matrícula de n.º 77893, Livro n.º 2, fls. 1 e 1-v, conforme planta anexa ao presente Decreto.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao LESTE com a Rua Monte Serra Negra, onde mede 14,20m (catorze vírgula vinte metros); fundos ao OESTE com parte do Lote 47, onde mede 14,20 (catorze vírgula vinte metros); estrema ao NORTE com a Rua Paraná, onde medem 17,50 (dezesete vírgula cinquenta metros); estrema ao SUL com o Lote 45, onde mede 18,50 (dezoito vírgula cinquenta metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º do da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Célia Antonechen Kusse, portadora do RG n.º 3.642.009-3 e inscrita no CPF sob o n.º 027.658.919-07 e de Carlos Sérgio Ferreira, portador do RG n.º 1.203.853-9 e inscrito no CPF sob o n.º 538.909.069-15, ambos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 25 de setembro de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

**DECRETO N.º 1.933/2014**

DECRETO N.º 1.933/2014

Altera o Decreto Municipal n.º 1.721, de 24 de setembro de 2013.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterada a alínea "a" do inciso V do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.721/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

V - (...)

a) Caren Elisabeth da Silva Bezerra;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 26 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.718/2014**

LEI N.º 2.718/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO BELO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada G", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7406, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.719/2014**

LEI N.º 2.719/2014

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO FORMOSO", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada H", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7407, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.720/2014**

LEI N.º 2.720/2014

Institui a "Campanha Calçada Limpa" no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, através da presente Lei no Município de Camboriú, a "Campanha Calçada limpa", a ser realizada anualmente, preferencialmente na semana do dia 05 de junho, data comemorativa do Dia Nacional do Meio Ambiente.

Art. 2º Durante a campanha calçada limpa deverão ser realizados mutirões de limpeza, palestras de conscientização, campanhas educativas por meios de folhetos, cartilhas explicativas, rádios e outros meios de comunicação, com o objetivo de mobilizar e conscientizar a população sobre a importância de preservar a limpeza das calçadas do Município.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber no prazo de noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.721/2014**

LEI N.º 2.721/2014

Dispõe sobre isenção parcial da Taxa de Abastecimento de Água Potável.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a isenção de 80% (oitenta por cento) da Taxa de Abastecimento de Água Potável, prevista na Lei Complementar Municipal n.º 025/2009, limitada ao consumo de 1.000m³ (um mil metros cúbicos) por mês, ao Instituto Federal Catarinense - IFC, Campus Camboriú, pessoa jurídica de direito público interno, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 10.635.424/0004-29, situado na Rua Joaquim Garcia, s/n.º, Centro, Camboriú/SC.

§ 1º A isenção de que trata o caput desde artigo será concedida como forma de contrapartida, em razão de 02 (duas) adutoras em ferro fundido, uma de 600mm (seiscentos milímetros) já existente, e outra de 800mm (oitocentos milímetros) a ser implantada, as quais passam pela área de terras de propriedade do Instituto Federal Catarinense - IFC, Campus Camboriú, em uma extensão aproximada de 1,5Km.

§ 2º A isenção prevista nesta Lei será concedida pelo período de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogada por meio de termo(s) aditivo(s), enquanto ocorrer à utilização da área de terras de propriedade do Instituto Federal Catarinense - IFC.

§ 3º Caso o Instituto Federal Catarinense - IFC ultrapasse o consumo de 1.000m³ (um mil metros cúbicos) por mês, sobre o excedente não será aplicada a isenção prevista no caput deste artigo.

Art. 2º A presente Lei poderá ser regulamentada, por meio de Decreto, no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 26 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**Campo Alegre****PREFEITURA****Lei Nº 936 de 12 de Maio de 1986**

LEI Nº 0936

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de maio de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 935 DE 12 DE MAIO DE 1986**

LEI Nº 0935

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SETOR RO-DOVIÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de maio de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 934 DE 12 DE MAIO DE 1986**

LEI Nº 0934

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRAIR EMPRÉSTIMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de maio de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 933 DE 12 DE MAIO DE 1986**

LEI Nº 0933

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de maio de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 932 DE 12 DE MAIO DE 1986**

LEI Nº 932 DE 12 DE MAIO DE 1986

AUTORIZA A INSTITUIÇÃO DA "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE" E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A Câmara Municipal de Campo Alegre autorizada a criar e a instituir, com sede nesta cidade, a "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE", entidade de Direito Privado, que se regerá por Estatutos aprovados em Decreto do Poder Executivo.

Art.2º) A Fundação adquirirá personalidade jurídica pela inscrição no Registro Civil das pessoas jurídicas do seu ato constitutivo e de seus direitos discriminados no estatuto.

Art.3º) A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE, observadas as normas e condições estabelecidos na legislação Federal competente, terá por objetivo principal criar, instalar e manter escolas e cursos de ensino educacionais e profissionais, em todos os seus graus, conceder bolsas de estudo, estimular e executar quaisquer outras atividades em prol da educação do município, da região e do país.

Art.4º) Fica a Prefeitura Municipal igualmente autorizada a destinar á "FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE", para constituição de seu patrimônio a importância de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzados).

Art.5º) Fica a Prefeitura Municipal igualmente autorizada a destinar á Fundação Educacional de Campo Alegre, mensalmente, para sua manutenção, através de transferências operacionais, importância de CR\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzados) até dezembro de 1986.

Art. 6º) Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o governo do estado ou da União, ou com entidades privadas, objetivando a manutenção da fundação e de escolas por elas mantidos.

Art.7º) Fica revogada em todo o seu teor a lei de nº 716/84 de 17 de fevereiro de 1984.

Art.8º) O Poder Executivo baixará os demais atos necessários ao cumprimento desta lei:

Art.9º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de maio de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos 12 de

maio de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 931 DE 28 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 0931

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DEFLACIONAR O ORÇAMENTO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 930 DE 28 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 0930

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 416 DE 31 DE MARÇO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 929 DE 28 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 0929

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 415 DE 21 DE MARÇO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 928 DE 28 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 0928

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 414 DE 20 DE MARÇO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 927 DE 21 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 927 DE 21 DE ABRIL DE 1986

CRIA PONTO DE TÁXI.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar um Ponto de Táxi, na localidade de Avenquinha.

Art.2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos vinte e um dias do mês de abril do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOSIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**Lei Complementar Nº 108 de 25 de Setembro de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 108 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

CRIA CARGO DE MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica criado na Estrutura de Cargos Efetivos, prevista no Estatuto do Servidor Público Municipal, o cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS.

Parágrafo único. A nomenclatura, requisitos, funções, atribuições e responsabilidades do cargo de Motorista de Transporte Escolar, estão definidos nos Anexos I; I-A e IV da Lei Complementar Municipal nº 006.

Art.2º Fica incluído o cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS (cód.87) no quadro ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS da Lei Complementar Municipal nº 006, com a seguinte

redação:

**ANEXO I****ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS**

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIORES	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	ANS	6	Advogado	40 horas	01	00	01
02	ANS	6	Assistente Social	40 horas	02	02	03
03	ANS	6	Bibliotecário	40 horas	01	00	01
04	ANS	6	Contador	40 horas	01	01	02
05	ANS	6	Enfermeiro	40 horas	04	04	06
06	ANS	6	Engenheiro	40 horas	03	02	03
07	ANS	6	Farmacêutico	40 horas	01	01	01
08	ANS	6	Fisioterapeuta	30 horas	01	01	01
09	ANS	6	Fonoaudiólogo	30 horas	01	01	01
10	ANS	6	Médico I	20 horas	06	01	06
11	ANS	6	Médico II	40 horas	04	04	05
12	ANS	6	Médico Veterinário	40 horas	02	02	02
13	ANS	6	Nutricionista	30 horas	01	01	01
14	ANS	6	Odontólogo I	20 horas	06	04	06
15	ANS	6	Odontólogo II	40 horas	02	01	02
16	ANS	6	Psicólogo	40 horas	02	01	02
17	ANS	6	Terapeuta Ocupacional	40 horas	01	01	01
18	ANI	5	Técnico em Nível Médio	40 horas	14	11	14
19	ANI	5	Fiscal	40 horas	10	04	10
20	ANI	4	Agente Administrativo II	40 horas	23	23	25
21	ANI	4	Auxiliar de Enfermagem	40 horas	09	04	Em extinção
22	ANI	4	Instrutor de Música	Por Hora Aula	06	04	06
23	ANB	3	Agente Administrativo I	40 horas	11	02	Em extinção
24	ANB	3	Agente Operacional III	40 horas	23	19	23
25	ANB	3	Motorista	40 horas	15	15	21
26	ANB	2	Auxiliar de Educador	40 horas	10	04	10
27	ANB	2	Agente Operacional II	40 horas	07	06	07
28	ANB	2	Auxiliar de Odontologia	40 horas	04	04	04

29	ANB	1	Agente Operacional I	40 horas	81	72	81
30	ANS	6	Médico III	10 horas	04	02	04
31	ANIS	5A	Agente Administrativo III	40 horas	07	06	07
32	ANIS	6	Médico IV (Médico Plantonista)	Até 60 horas Plantão	10	06	10
33	ANI	4	Agente Operacional IV	40 horas	06	06	07
34	ANB	2	Agente Comunitário de Saúde	40 horas	16	16	16
35	ANI	4	Instrutor de Informática	40 horas	02	02	02
36	ANIS	5A	Instrutor de Educação Física	40 horas	02	01	02
37	ANB	3A	Agente Operacional V	40 horas	11	11	11
84	ANI	4	Atendente de Sala	40 horas	12	26	26
85	ANI	5	Técnico em Edificações	40 horas	01	00	01
86	ANS	6	Arquiteto	40 horas	01	01	01
87	ANB	3	Motorista de Transporte de Pessoas	40 horas	00	00	06

Art.3º Fica incluído o cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS (cód. 87) no quadro ANEXO I - A - TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com a seguinte redação:

**ANEXO I - A**  
**TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE**

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Advogado	Formação Superior em Direito
02	ANS	Assistente Social	Formação Superior em Assistência Social
03	ANS	Bibliotecário	Formação Superior em Biblioteconomia
04	ANS	Contador	Formação Superior em Contabilidade
05	ANS	Enfermeiro	Formação Superior em Enfermagem
06	ANS	Engenheiro	Formação Superior em Engenharia
07	ANS	Farmacêutico	Formação Superior em Farmácia
08	ANS	Fisioterapeuta	Formação Superior em Fisioterapia
09	ANS	Fonoaudiólogo	Formação Superior em Fonoaudiologia
10	ANS	Médico I	Formação Superior em Medicina
11	ANS	Médico II	Formação Superior em Medicina

12	ANS	Médico Veterinário	Formação Superior em Medicina Veterinária
13	ANS	Nutricionista	Formação Superior em Nutrição
14	ANS	Odontólogo I	Formação Superior em Odontologia
15	ANS	Odontólogo II	Formação Superior em Odontologia
16	ANS	Psicólogo	Formação Superior em Psicologia
17	ANS	Terapeuta Ocupacional	Formação Superior em Terapia Ocupacional
18	ANI	Técnico em Nível Médio	Ensino Médio e Curso Técnico na área de atuação
19	ANI	Fiscal	Ensino Médio e Curso Técnico Contábil
20	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
21	ANI	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio e Curso de Auxiliar de Enfermagem
22	ANI	Instrutor de Música	Ensino Médio e curso na área de atuação
23	ANB	Agente Administrativo I	Ensino Fundamental e/ou Curso de Auxiliar
24	ANB	Agente Operacional III	Ensino Fundamental
25	ANB	Auxiliar de Educador	Ensino Fundamental
26	ANB	Auxiliar de Odontologia	Ensino Fundamental
27	ANB	Motorista	4º série do Ensino Fundamental
28	ANB	Agente Operacional II	Alfabetizado
29	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado
30	ANS	Médico III	Formação Superior em Medicina
31	ANIS	Agente Administrativo III	Formação Superior
32	ANIS	Médico IV Plantonista	Formação Superior em Medicina/ Especialidade
33	ANB	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental
34	ANI	Agente Operacional IV	Ensino Médio
35	ANI	Instrutor de Informática	Ensino Médio
36	ANIS	Instrutor de Educação Física	Formação Superior/Educação Física
37	ANB	Agente Operacional V	Ensino Fundamental
84	ANI	Atendente de Sala	Ensino Médio
85	ANI	Técnico em Edificações	Ensino Médio/Técnico na Área
86	ANS	Arquiteto	Formação Superior/Arquitetura
87	ANB	Motorista de Transporte de Pessoas	Ensino Fundamental

Art.4º Fica incluído o cargo de Motorista de Transporte de Pessoas no quadro ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES da Lei Complementar Municipal nº 006, com a seguinte redação:

## ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANB - Atividades de Nível Básico

Nível: 3

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS	Motorista de Transporte de Pessoas	<p>1 Conduzir veículos de Transporte Escolar, tais como ônibus, microônibus, vans, dentre outros, seguindo o itinerário conforme solicitado, zelando pela sua segurança das pessoas transportadas, respeitando e cumprindo a legislação de trânsito e recomendações de direção defensiva;</p> <p>2 Conduzir os veículos, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior;</p> <p>3 Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção;</p> <p>4 Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pára-brisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores, dentre outros;</p> <p>5 Verificar periodicamente o funcionamento do disco do tacógrafo e substituir quando for necessário;</p> <p>6 Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre;</p> <p>7- Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação e higienização;</p> <p>8 Levar o veículo à manutenção sempre que solicitado;</p> <p>9 Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas da administração;</p> <p>10- Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo;</p> <p>11 Ser responsável pelo itinerário determinado, respeitando os horários e acompanhando o embarque e desembarque dos alunos (nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Educação), zelando pela segurança dos passageiros;</p> <p>12- Manter disciplina no transporte, desempenhando a função de fiscal quando o veículo não tiver quem exerça tal função, encarregando-se da organização dos passageiros;</p> <p>13 Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos;</p> <p>14 Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, deixando-o corretamente estacionado e fechado;</p> <p>15 Pagar as multas obtidas na condução do veículo;</p> <p>16 Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, comunicando ao responsável;</p> <p>17 Comportar-se com educação e respeito;</p> <p>18 Auxiliar na Carga e descarga de Mercadorias e Materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;</p> <p>19 Entrega de documentos oficiais da administração pública em geral "protocolo";</p> <p>20 Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho;</p> <p>21 Executar outras atividades compatíveis com a função.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Ensino Fundamental completo com CNH Categoria "D";</p> <p>- Curso de condutor de veículo de Transporte Escolar e,</p> <p>- Aprovação em prova prática.</p>

Número de Vagas: 06

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 25 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 4.191 de 25 de Setembro de 2014****GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 4.191 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE O MOVIMENTO OUTUBRO ROSA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Durante o mês de outubro, no Município de Campo Alegre/SC, será realizado o Movimento Outubro Rosa.

Art.2º O Movimento terá por objetivo conscientizar a população sobre o câncer de mama e a importância do seu diagnóstico precoce.

§ 1º Para os fins do caput deste artigo, serão iluminados de rosa, quando possível, monumentos, prédios, residências, pontos turísticos e afins, no âmbito municipal.

§ 2º Durante todo o mês, serão promovidas palestras educacionais sobre o tema nas instituições de ensino, observada a faixa etária dos alunos.

Art.3º Caberá ao Município escolher o local a ser iluminado, bem como reunir os diversos segmentos da sociedade para desenvolver atividades de conscientização à população.

Art.4º Para a execução do referido projeto, poderão contribuir todos os órgãos da administração pública municipal e a iniciativa privada em especial empresas, clubes, associações, fundações e veículos de comunicação.

Art.5º Essa Lei será regulamentada no que couber por Decreto.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 25/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.583 de 26 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 8.583 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte Dotação no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 90.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
08.03 -	Serviço de Controle Fazendário	
15.451.0048.2.025 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.168 -	Despesas Correntes	
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.168 -	Aplicações Diretas	
339030.00.168 -	Material de Consumo	R\$ 90.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 26 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 926 de 14 de Abril de 1986**

LEI Nº 0926

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 411 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de abril de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 925 DE 14 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 0925

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 410 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de abril de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 924 DE 14 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 924 DE 14 DE ABRIL DE 1986

AUTORIZA ALIENAR TERRENO E CASA DA ESCOLA DE RIBEIRÃO DAS PEDRAS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar o imóvel correspondente ao terreno e CASA DA ESCOLA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS PEDRAS, neste Município.

Art.2º) Autoriza também o chefe do Poder Executivo a escriturar o imóvel, sito no artigo anterior.

Art.3º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos quatorze dias do mês de abril do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 923 DE 14 DE ABRIL DE 1986**

LEI Nº 923 DE 14 DE ABRIL DE 1986

AUTORIZA DOAR ÁREA DE TERRA COM EDIFICAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Educação, um a área de terra com área de 2.032,50m², sito loteamento Scheide nesta cidade, no qual encontra-se edificado o prédio da ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO DOMINGOS CORREIA.

Art.2º) Fica também autorizado a doar a secretaria sito no artigo

1º desta lei a escola Antonio Domingos Correia.

Art.3º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos quatorze dias do mês de abril do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 922 DE 31 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 0922

AUTORIZA PAGAMENTO DE COMBUSTÍVEL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**Lei Nº 921 de 24 de Março de 1986**

LEI Nº 924 DE 14 DE ABRIL DE 1986

AUTORIZA ALIENAR TERRENO E CASA DA ESCOLA DE RIBEIRÃO DAS PEDRAS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar o imóvel correspondente ao terreno e CASA DA ESCOLA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS PEDRAS, neste Município.

Art.2º) Autoriza também o chefe do Poder Executivo a escriturar o imóvel, sito no artigo anterior.

Art.3º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de abril de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos quatorze dias do mês de abril do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 920 DE 24 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 920 DE 24 DE MARÇO DE 1986

AUTORIZA DOAR ÁREA DE TERRA ONDE ENCONTRA-SE O PRÉDIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fazer doação ao Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Segurança Pública, de um terreno com área de 900m², (novecentos metros quadrados).

Art.2º) Fica também autorizado a doar a Secretaria citada no artigo 1º desta lei, a Delegacia de Polícia Civil construída pelo Poder Executivo Municipal.

Art.3º) O valor dos materiais e serviços empregados na construção da delegacia foi de CZ\$ 32.836,39 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta e seis cruzados e trinta e nove centavos).

Art.4º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/sc, 24 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 919 DE 24 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 919 DE 24 DE MARÇO DE 1986

AUTORIZA DOAR PRÉDIO DO POSTO DE SAÚDE DE SANTANA À SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fazer doação ao Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Saúde, o POSTO DE SAÚDE construído pelo Poder Executivo do Município, na localidade de Santana.

Art.2º) Esta lei servirá de documento de transferência tendo em vista, que a construção, citada no Artigo 1º desta Lei, está ligada a Escola ao terreno do próprio Estado.

Art.3º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**Lei Nº 918 de 24 de Março de 1986**

LEI Nº 0918

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR DE ÁREA PÚBLICA PARA ÁREA DE LIVRE DISPOSIÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 24 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 917 DE 18 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 0917

AUTORIZA FIRMAR CONTRATO COM DER.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de março de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 916 DE 10 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 0916

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR DESPESAS COM A ELABORAÇÃO DE UM SUPLEMENTO DE JORNAL RELATIVO AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 915 DE 10 DE MARÇO DE 1986**

LEI Nº 0915

AUTORIZA PAGAMENTO DAS DESPESAS PARA AS FESTIVIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de março de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **LEI Nº 914 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0914

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 395 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **LEI Nº 913 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0913

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 396 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **LEI Nº 912 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0912

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 397 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **LEI Nº 911 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0911

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 399 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **LEI Nº 910 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0910

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 402 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

#### **DECISÃO TP 67/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
MANUTENÇÃO DE DECISÃO  
(Processo Licitatório n.º 67/2014)

RECORRENTE: INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA -  
CNPJ:11.1114.924/0001-35  
RECORRIDO(S): ATO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Administração,

Trata-se de processo licitatório cujo objeto resume-se na execução dos serviços de para a modernização e aumento da eficiência da iluminação pública no município de Campo Alegre/SC, através da instalação de luminárias de alto rendimento e da extensão da rede, incluindo a montagem eletromecânica e demais serviços especificados.

A modalidade adotada foi Tomada de Preços, onde participaram 02 (duas) empresas, a INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA e ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.

A Comissão julgou a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA inabilitada, pelo motivo da mesma não apresentar ART que deveria acompanhar o Atestado de Capacidade Técnica e a Certidão de Acervo Técnico, conforme exigência do Item 6.3.3 do Edital, e julgou a empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, habilitada.

Foi concedido, conforme prevê o art. 109 da Lei de Licitações,

o prazo para recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação.

Então, a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA recorreu da decisão da Comissão em relação a sua inabilitação, e a licitante ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA apresentou as contrarrazões (fls. 383/396).

Juntados nos prazos legais os recursos e as respectivas contrarrazões por parte das licitantes, e a ainda, o Parecer Jurídico 010/2014, cumpre à Comissão de Licitação reconsiderar sua decisão ou fazer subir os recursos devidamente informados a Autoridade Superior, neste caso, a Secretária Municipal de Administração.

Abaixo segue resumo do recurso interposto pela recorrente Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda e das contrarrazões apresentadas pela empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA:

a. Recurso da Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda

- Irresignada com a decisão da Comissão, a licitante interpôs recurso administrativo contra a mesma, nos termos do art. 109, I, "a" da Lei Federal nº 8.666/93, com as seguintes alegações: (i) Não ser necessária a apresentação da ART; (ii) ser o seu objeto social compatível com o certame; e igualmente postula a inabilitação da licitante Energiluz por (iii) não possuir na certidão simplificada o objeto do certame; e por (iv) possuir preço desleal na formulação de sua proposta.

b. Contrarrazões ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

- Intimada da interposição do Recurso, a licitante Energiluz apresentou contrarrazões com os seguintes fundamentos: (i) a manutenção da inabilitação da licitante Guaramirim pela não apresentação do documento presente no item 6.3.3 do Edital; e (ii) a irregularidade do contrato social da empresa Guaramirim; bem como se defendendo das alegações de (iii) não possuir na certidão simplificada o objeto do certame e (iv) quanto ao aviltamento do preço.

#### DA DECISÃO

Após análise, tendo por base o Parecer Jurídico 010/2014, que na íntegra foi acolhido pela Comissão, o considerando como sua própria fundamentação, a Comissão de Licitação DECIDE manter sua decisão de INABILITAÇÃO da Recorrente (Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda).

Estando devidamente prestadas as informações, subam os autos à apreciação e julgamento pela Autoridade Superior, em homenagem ao §4º do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93.

Campo Alegre, 24 de setembro de 2014

Maria Cristina Marciniak Munhoz Presidente da Comissão de Licitação	Irineu Woitskovski Junior Secretário
Lilian Terezinha Bartsch Membro	

#### DECISÃO FINAL EM JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

(Processo Licitatório n.º 67/2014)

Face o exposto, DECIDO acolher o explicitado na análise da Comissão de Licitações e acato o parecer jurídico — que utilizo como minhas próprias razões de decidir — para conhecer do recurso interposto pela licitante INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume a decisão que julgou a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA, INABILITADA no processo licitatório TP 67/2014. Cumpra-se, Intime-se e Publique-se.

Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

#### PARECER JURIDICO - TP 67/2014

LobDe: Jeison Maikel Kwitschal - Assessor Jurídico	Data: 23/09/2014
Para: Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC	
Assunto: Recurso Processo Licitatório nº 067/2014	

PARECER JURÍDICO Nº 000/2014

EMENTA: CONSULTA FORMULADA PELO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA DE CAMPO ALEGRE/SC QUANTO A RECURSO INTERPOSTO POR EMPRESA INABILITADA.

#### RELATÓRIO

O Município de Campo Alegre/SC promoveu a abertura de certame licitatório visando a contratação de empresa para a realização de serviços de iluminação pública, conforme objeto do Edital do Processo Licitatório nº 067/2014 (Tomada de Preços) ora analisado. Na sessão de abertura dos envelopes de habitação, fez-se verificar a presença de duas empresas e, após a constatação pela Comissão de Licitações, uma das licitantes (Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda) restou inabilitada por não apresentar o documento constante no item 6.3.3 do Edital (Anotação de Responsabilidade Técnica - ART), o que se fez constar em ata própria.

Não obstante, a licitante então habilitada (Eletro Comercial Energiluz Ltda) alegou que o contrato social da empresa inabilitada também não era compatível ao objeto da licitação.

Irresignada com a decisão da Comissão, a licitante interpôs recurso administrativo contra a mesma, nos termos do art. 109, I, "a" da Lei Federal nº 8.666/93, com as seguintes alegações: (i) Não ser necessária a apresentação da ART; (ii) ser o seu objeto social compatível com o certame; e igualmente postula a inabilitação da licitante Energiluz por (iii) não possuir na certidão simplificada o objeto do certame; e por (iv) possuir preço desleal na formulação de sua proposta.

Intimada da interposição do Recurso, a licitante Energiluz apresentou contrarrazões com os seguintes fundamentos: (i) a manutenção da inabilitação da licitante Guaramirim pela não apresentação do documento presente no item 6.3.3 do Edital; e (ii) a irregularidade do contrato social da empresa Guaramirim; bem como se defendendo das alegações de (iii) não possuir na certidão simplificada o objeto do certame e (iv) quanto ao aviltamento do preço.

Desta feita, visando o regular andamento do procedimento licitatório, o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, encaminhou consulta a esta Assessoria Jurídica acerca do Recursos interpostos, o que se faz nos seguintes termos.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A análise da solicitação se dará em observância a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, bem como a legislação, doutrina e jurisprudência que se fizer pertinente.

#### ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO

A Lei Federal nº 8.666/93, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros e explicita, ainda, em seu artigo 3º, caput, que: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Não obstante, o direito pátrio traz à tona a aplicação de outros inúmeros princípios norteadores das licitações, como o da vinculação

ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, além é claro, de ser regulado em regra, pela Lei Federal nº 8.666/93. Desta feita, passa-se a análise específica dos pontos recursais das empresas licitantes.

1. Da inabilitação pela não apresentação da ART, conforme Item 6.3.3 do Edital.

Principal foco da discussão recursal, a inabilitação da empresa Instaladora Guaramirim se deu pelo não cumprimento integral do item 6.3.3 do Edital, que dispunha:

“6 - DA HABILITAÇÃO.

O ENVELOPE Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) deverá conter os documentos abaixo relacionados:

[...]

6.3.3. Atestado de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico e ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, devidamente registrada no CREA, atestando que a empresa (em nome da proponente) e o profissional (que será responsável técnico da obra/serviço) já executaram obra similar ao objeto desta licitação.” (grifo nosso)

Conforme denota-se na previsão editalícia, dentre os documentos habilitatórios era previsto a entrega do Atestado de Capacidade Técnica, o qual deveria estar acompanhado da respectiva Certidão e ART, o que não fora cumprido pela licitante inabilitada (Instaladora Guaramirim).

Em sede de recurso, a licitante aduz que a exigência do edital teria sido cumprida apenas com o atestado e a Certidão, nos moldes do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, contudo, sorte não lhe assiste. Em leitura do art. 30 da Lei de Licitações, verifica-se “in verbis” que

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;” (grifo nosso)

Dentro deste contexto, tenta a empresa licitante ora inabilitada, reproduzir o texto legal de forma a refletir seu interesse, contudo, conforme o inciso I do §1º do art. 30, a comprovação da capacidade técnica se dá através da presença de profissional detentor de ART de execução de obra/serviço similar, ou seja, há previsão legal quanto ao item editalícia ora ensejador da inabilitação.

Ademais, cabe a ressalva que o Edital sequer foi matéria de impugnação anterior a abertura dos envelopes, não persistindo sequer, pedido de informações.

Lembramos que “o descumprimento de um único item do edital é suficiente para a não habilitação da empresa no certame”, motivo

pelo qual agiu a Comissão de forma correta.

Aliás, muito embora não seja obrigatória tal atitude, a Comissão visando resguardar o interesse público do certame chegou a realizar a conferência da numeração das ART's constantes nas Certidões, o que para sua surpresa restaram com a expressão “nula por substituição”.

Independentemente da possibilidade editalícia - o que já se vislumbrou possível - a empresa inabilitada aduz que a emissão da Certidão pelo CREA é vinculativa, e de impossível emissão sem a ART. Alega que o fato de persistir uma Resolução (nº 1.025/2009 - CONFEA) que obriga a existência de ART para a emissão da Certidão, estaria se fazendo cumprir a obrigação do Edital, porém, há de se aplicar o Princípio da Vinculação, onde Administração pública se encontra vinculada a ele, sendo assim a lei interna daquele processo, não podendo ser exigido, nada mais do que consta no edital, o que também ocorre com as empresas licitantes, as quais devem seguir os ditames do Edital.

E nesse sentido, a jurisprudência tem sido incisiva:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO.

1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640/DF)“

Na mesma esteira, o STJ decidiu

“ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), “a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa”, este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. (Resp 1178657)“

Além disso, a Resolução ora trazida como matéria recursal versa apenas como matéria interna, não servindo para desconstituir a exigência editalícia (item 6.3.3.) ou a obrigatoriedade legal (Art. 30, §1º, I da Lei Federal nº 8.666/93), o que não foi cumprido pela empresa licitante (Instaladora Guaramirim), motivo pelo qual deve a inabilitação ser mantida.

2. Do Contrato Social da Empresa Instaladora Guaramirim.

Aduz a empresa licitante Energiluz que a empresa Instaladora Guaramirim possuiu objeto social difuso do objeto ora licitado,

devendo portanto ser inabilitada para o certame, contudo razão não assiste a licitante (Energiluz).

Ocorre que "no Direito Brasileiro não vigora o princípio da especialidade da pessoa jurídica, de tal modo que o contrato social não confere "poderes" para a pessoa jurídica praticar atos dentro de limites precisos. A pessoa jurídica tem personalidade jurídica ilimitada" e portanto, não pode a Administração pública se ater única e exclusivamente ao descrito no contrato social, já que a fixação do objeto social destina-se, tão somente, a produzir efeitos de fiscalização da atividade dos administradores da sociedade. Lógico é claro, que não se pode admitir que empresas gênero que se dedica exclusivamente a prestação de serviços pretenda participar de um certame no qual o objeto é o fornecimento de mercadorias que exigiria a natureza jurídica de sociedade comercial, por exemplo, o que inclusive não é o caso.

Ademais, a jurisprudência já é pacífica neste caso, principalmente no TJSC:

"Agravado de Instrumento. Administrativo. Licitação. Concorrência Pública. Serviços de manutenção e operação do sistema de rede de água tratada do município. Empresa desclassificada em face da suposta impertinência do contrato social com o objeto licitado. Ilegalidade do ato. O simples fato de o contrato social da empresa não coincidir precisamente com o objeto central da licitação não é motivo para a sua inabilitação. Apresentação de atestado de capacidade técnica firmado por pessoa física e não jurídica. Irrelevância. Empresa licitante que atingiu a finalidade visada pelo edital. Participação garantida nas demais fases do certame. Recurso provido. Verificado que a empresa licitante atingiu a finalidade visada pelos requisitos estabelecidos no edital, é de ser garantida a sua participação em todas as etapas do certame. 'O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação (STJ, MS n. 5.693/DFR, Min. Nilton Luiz Pereira)". (ACMS n. 2003.015947-9, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. em 19/04/2005).

Além disso, vê-se que a empresa já executa atividade afim do objeto licitado, não havendo óbice quanto a possibilidade desta executar os serviços, desde que devidamente habilitada. Desta feita, não procede a alegação de que o objeto social da empresa Instaladora Guaramirim seria motivo de inabilitação.

3. Da ausência de previsão do objeto licitado na Certidão Simplificada da Empresa Energiluz.  
Tal matéria já foi esgotada no "item 2" deste parecer, não devendo esta alegação prosperar.

#### 4. Do Aviltamento de Preço.

Alega a empresa Instaladora Guaramirim que a empresa Energiluz "teria apresentado proposta desleal, contudo, o presente certame encontra-se na fase habilitatória, não sendo possível conhecer ainda a proposta comercial da empresa, motivo pelo qual deixou de analisar o mérito da questão.

#### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e em verificação a matéria jurídica analisada, esta Assessoria Jurídica OPINA pela manutenção da inabilitação da empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda, ante o não atendimento do item 6.3.3 do Edital, em consonância com o art. 30, §1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93. Quanto aos demais pedidos das empresas licitantes, não se vislumbrou qualquer ilicitude capaz de ensejar mudança no atual quadro do certame.

Este é o Parecer, s.m.j.

Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2014

JEISON MAIKEL KWITSCHAL

Assessor Jurídico

OAB/SC 31.463

### Lei Nº 909 de 17 de Fevereiro de 1986

LEI Nº 0909

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ABASTECIMENTO PARA A AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE ESTEIRA ATRAVÉS DO FUNDO AGROPECUÁRIO - FAP.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

### LEI Nº 908 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986

LEI Nº 0908

AUTORIZA A FIRMAR CONTRATO COM A XEROX DO BRASIL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

### LEI Nº 907 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986

LEI Nº 0907

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSÉ ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 906 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0906

AUTORIZA FIRMAR CONTRATO COM A RÁDIO SÃO BENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 905 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0905

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS, OPERÁRIOS, OPERADORES DE MÁQUINAS, ZELADORAS, PROFESSORAS E ESTAGIÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 904 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0904

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 903 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0903

AUTORIZA PAGAMENTO Á NOTÍCIA S/A. EMPRESA JORNALÍSTICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 902 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986**

LEI Nº 0902

AUTORIZA CONTABILIZAR E EFETUAR PAGAMENTO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1986.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de fevereiro de 1986.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 901 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0901

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 900 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0900

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 899 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0899

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 898 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0898

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 897 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0897

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 896 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0896

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 895 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0895

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 894 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0894

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 893 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0893

REAJUSTE DE SALÁRIO FAMÍLIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 892 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0892

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 891 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0891

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 890 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0890

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1986.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 889 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0899

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 888 DE 29 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0888

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EFETUAR CONTRATO DE LOCAÇÃO COM O DEPARTAMENTO REGIONAL DO "SESI" EM SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 887 DE 29 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0887

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PORVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 886 DE 29 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0886

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 885 DE 29 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0885

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 884 DE 29 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0884

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CASA CIVIL, ATRAVÉS DA LADESC LIGA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL CATARINENSE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 883 DE 14 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0883

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 882 DE 14 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0882

IMPLANTA O SERVIÇO DE DIÁRIA NO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos

quatorze dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 881 DE 07 DE OUTUBRO DE 1985**

LEI Nº 0881

CONCEDE ALVARÁ DE LICENÇA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de outubro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de outubro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 880 DE 30 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 880 DE 30 DE SETEMBRO DE 1985

DA DENOMINAÇÃO DE RUAS A LOCALIDADE DE FRAGOSOS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) As ruas da localidade de Fragosos, serão denominadas de acordo com a descrição do artigo 3º desta lei.

Art.2º) As ruas sitas no artigo 1º desta lei terão de largura as medidas que esta estipulada ao lado do nome das mesmas, conforme levantamento semicadastral da localidade de Fragosos, anexo.

Art.3º) Laurindo Machado; Max Rudnick; Paulo Schultz; Alvino Neumann; Raimundo Pereira de Lima; Roberto Koenig; Maria Lang; Francisco Dranca; Estanislau Cavalheiro; Bernardo Mareth; Emilia Froehner; Germano Schroth; Antonio Brasília da Rocha; Walter Hümelgen; As ruas a cima terão a largura de 8,00m (oito metros) com mais de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros), para cada lado. Carlos Brandes; Germano Neumann; Generoso Frago; Ferdinando Jung; Max Otto Beckert; Francisco Rudnick e Victor Stachon, terão a largura de 9,00 (nove metros), com 1,5m (um metro e cinquenta centímetros), para cada lado.

Art.4º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos 30 dias de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 879 DE 30 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0879

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 878 DE 23 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0878

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 877 DE 23 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 877 DE 23 DE SETEMBRO DE 1985

CRIA PONTO DE TAXI.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar um Ponto de Táxi, na localidade de Bateias de Baixo.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos vinte e três dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOSIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 876 DE 16 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0876

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 875 DE 09 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0875

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 874 DE 09 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0874

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 372 DE 28 DE AGOSTO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de setembro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 873 DE 26 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0873

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 872 DE 26 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0872  
EXTINÇÃO DE PORTÕES DAS ESTRADAS MUNICIPAIS.  
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 871 DE 26 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0871  
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 870 DE 26 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0870  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 365 DE 24 DE JULHO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 869 DE 26 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0869  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO HOMOLOGAR O DECRETO Nº 364 DE 10 DE JULHO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 868 DE 19 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0868  
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 867 DE 09 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0867  
AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 866 DE 09 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 866 DE 09 DE AGOSTO DE 1985  
AUTORIZA PERMUTA DE TERRAS.

JOSÉ ERNESTO FROHENER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar com José Lourival Amorim e Luiz Carlos Amorim, um terreno em forma irregular com área de 862,50 m<sup>2</sup> (oitocentos e sessenta e dois vírgula cinquenta centímetros), sito na Rua Cel. Raymundo Munhoz, com 8,16 metros, confinando de um lado com 40,03 metros e fundos com 35,15 metros ambos com terras da Municipalidade, e outro lado com 51,00 metros com terras dos mesmos permutados, por outro terreno sito aos fundos da Rua Cel. Raymundo Munhoz, com área de 2.311,71 m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e onze vírgula setenta e um centímetros) também de forma irregular, confinando de um lado com 53,70 metros com terras da Prefeitura e de Arno Duvoisin, outro lado com 42,25 metros com terras de Terezinha de Jesus Camargo fazendo ângulo outra linha de 6,23 metros e novo ângulo nova linha com 15,00 metros dividindo com terras de Pedro Fuckner, outro lado com uma linha reta de 41,48 metros dividido com terras de Pedro Idalêncio e outro lado

paralelo a Rua Cel. Raymundo Munhoz, com uma linha de 17,21 metros com terras dos mesmos permutantes, fazendo ângulo com uma linha de 9,40, e novo ângulo e uma linha reta de 25,00 metros ambas dividindo com terras da municipalidade.

Art.2º- Como diferença de valor dos terrenos permutados a municipalidade pagará aos permutantes mencionados no Artigo 1º a quantia de CR\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

Art.3º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito necessário para as despesas constantes no Artigo 2º.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria, aos nove dias do mês de agosto de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### **Lei Nº 865 de 29 de Junho de 1985**

LEI Nº 0865

OFERECE TRATAMENTO DIFERENCIADO SIMPLIFICADO E FAVORECIDO ÀS MICRO-EMPRESAS NO CAMPO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de junho de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 864 DE 29 DE JUNHO DE 1985**

LEI Nº 0864

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de junho de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 863 DE 29 DE JUNHO DE 1985**

LEI Nº 0863

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de junho de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 862 DE 24 DE JUNHO DE 1985**

LEI Nº 862 DE 24 DE JUNHO DE 1985

CRIA A OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE MELHORIA.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Todos os proprietários com frente para as ruas: Cel. Bento d' Amorim, trecho entre o Trevo da SC-280 e Avenida Dr. Getúlio Vargas; Avenida Dr. Getúlio Vargas trecho entre a Rua Nereu Ramos e a ponte do Rio Turvo; Rua Cel. Bueno Franco, entre Avenida Dr. Getúlio Vargas e Rua da Cascata; Rua Benjamin Constant entre Avenida Dr. Getúlio Vargas e Rua João Pessoa; Rua João Pessoa entre a Rua Benjamin Constant e a Rua Pe. Luiz Gilg e Rua Pe. Luiz Gilg até o Trevo da SC-280 até a Rua João Pessoa que ainda não fizeram calçada e Muro, deverão fazê-lo no prazo de 60 dias após a publicação desta Lei.

Art.2º) A construção deverá seguir a orientação conforme Projeto de Arborização para as referidas Ruas.

Art.3º) O proprietário que não realizar a construção no prazo acima estabelecido será feita a calçada e muro, pela Prefeitura Municipal, cobrando-se o custo correspondentes acrescidos de 20% de despesas de administração.

Art.4º) Fica aprovado o Projeto de arborização das referidas ruas, correndo as despesas de aquisição dos arbustos por conta dos proprietários e as despesas de plantação por conta da Prefeitura Municipal.

Art.5º)A Prefeitura responsabilizar-se-á também por todos os consertos e reformas a serem executadas nas calçadas existentes, provenientes dos serviços a serem executados para a plantação das árvores.

Art.6º) Os proprietários das demais Ruas que desejarem fazer o calçamento deverão requerer a respectiva licença ao Prefeito Municipal, tendo em vista o Projeto de asfaltamento de novas ruas da cidade.

Art.7º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de junho de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

**Lei Nº 861 de 24 de Junho de 1985**

LEI Nº 0861

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 24 de junho de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 860 de 10 de Junho de 1985**

LEI Nº 0860

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de junho de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 859 de 10 de Junho de 1985**

LEI Nº 0860

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 10 de junho de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 858 de 03 de Junho de 1985**

LEI Nº 0858

ISENÇÃO DE IMPOSTO TERRITORIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de junho de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 857 de 27 de Maio de 1985**

LEI Nº 0857

ALTERA A TABELA DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 691 DE 13 DE SETEMBRO DE 1983 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 856 de 27 de Maio de 1985**

LEI Nº 0856

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**Lei Nº 855 de 27 de Maio de 1985**

LEI Nº 0855

ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITÓRIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 854 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0854  
ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 853 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0853  
ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 852 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0852  
ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 851 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0851  
ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 850 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0850  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO A LADESC - LIGA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL CATARINENSE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 849 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0849  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS (FEAR) FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 848 DE 27 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0848  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A LADESC - LIGA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CATARINENSE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de maio de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 847 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0847

CONCEDE AUMENTO SALARIAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 846 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0846

REAJUSTA SALÁRIO FAMÍLIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 845 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0845

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 844 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0844

ANULA A LEI MUNICIPAL Nº 597.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 843 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0843

AUTORIZA MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA A AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 842 DE 20 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0842

AUTORIZA MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA A AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA NOVA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 841 DE 13 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0841

AUTORIZA DOAR TERRENO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 840 DE 13 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0840

AUTORIZA DOAR TERRENO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de maio de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 839 DE 13 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 0839

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 838 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 838 DE 06 DE MAIO DE 1985

CRIA JARDIM DE INFÂNCIA.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado nesta cidade um Pré-Escolar sob a denominação de "Pré-Escolar Nosso Cantinho".

Art 2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 837 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 837 DE 06 DE MAIO DE 1985

CRIA ESCOLA MISTA MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada na localidade de Rio Represo, neste município uma ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**Lei Nº 836 de 06 de Maio de 1985**

LEI Nº 836 DE 06 DE MAIO DE 1985

CRIA ESCOLA MISTA MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada na localidade de Lageado, neste Município uma ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 835 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 835 DE 06 DE MAIO DE 1985

CRIA ESCOLA MISTA MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada na localidade de Papanduvinha, neste Município uma ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 834 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 834 DE 06 DE MAIO DE 1985  
CRIA ESCOLA MISTA MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada nesta Cidade de Campo Alegre/SC., uma ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**LEI Nº 833 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 833 DE 06 DE MAIO DE 1985  
CRIA JARDIM DE INFÂNCIA.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado nesta cidade um Jardim de Infância sob a denominação de "Jardim de Infância Estrelinha do Céu".

Art 2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**LEI Nº 832 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 835 DE 06 DE MAIO DE 1985  
CRIA ESCOLA MISTA MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada na localidade de Corredeiras, neste Município uma ESCOLA MISTA MUNICIPAL.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**LEI Nº 835 DE 06 DE MAIO DE 1985**

LEI Nº 831 DE 06 DE MAIO DE 1985  
CRIA CRECHE MUNICIPAL

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criada na cidade de Campo Alegre/SC., uma Creche com a seguinte denominação: "CRECHE ALEGRE INFÂNCIA".

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de maio de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco.

SARAH TEREZINHA D. MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**LEI Nº 830 DE 29 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 0830  
AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 829 DE 23 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 0829  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A CELEBRAR CONVÊNIO TERMOS DE RETIFICAÇÃO E TERMOS ADITIVOS COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 828 DE 23 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 0828

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A CELEBRAR CONVÊNIO TERMOS DE RETIFICAÇÃO E TERMOS ADITIVOS COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 827 DE 23 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 827 DE 15 DE ABRIL DE 1985

DA DENOMINAÇÃO AO GINÁSIO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) O Ginásio de Esportes em construção nesta cidade terá a denominação de "GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ERICO HERBST".

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/sc, 15 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos quinze dias do mês de abril do ano de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **LEI Nº 826 DE 15 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 826 DE 15 DE ABRIL DE 1985

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRA PARA A CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos habitantes

deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica o Município autorizado a adquirir de Dejair Herbst e outros, uma área de terra com mais ou menos 8.000 (oito mil) metros quadrados, fazendo frente as ruas Altamiro Lobo Guimarães e Paulo Schroeder, pelo preço de trinta e três milhões de cruzeiros(CR\$33.000.000).

Art.2º) As despesas decorrentes da execução esta lei, correrão por conta das dotações previstas no orçamento vigente.

Art 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos quinze dias do mês de abril do ano de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **LEI Nº 825 DE 08 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 0825

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 824 DE 15 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 824 DE 08 DE ABRIL DE 1985

AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir por compra ou qualquer outra forma legal, uma área de terra.

Art. 2º) O terreno a que se refere o artigo anterior será destinado á ampliação do Cemitério Público Municipal.

Art. 3º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 08 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos oito dias do mês de abril do ano de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **Lei Nº 823 de 01 de Abril de 1985**

LEI Nº 0823

AUTORIZA MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA A ALIENAÇÃO DE UM VEÍCULO DESTA PREFEITURA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 822 DE 01 DE ABRIL DE 1985**

LEI Nº 0822

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de abril de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 821 DE 25 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0821

CONCEDE REAJUSTE SALARIAL A FUNCIONÁRIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 25 de março de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 820 DE 25 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0820

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 25 de março de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 819 DE 16 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0819

AUTORIZA PAGAMENTO POR OCASIÃO FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de março de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 818 DE 16 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0818

AUTORIZA PAGAMENTO PARA CURSOS DE ARTESANATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de março de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 817 DE 16 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0817

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de março de 1985.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos

dezesesseis dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 816 DE 16 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0816

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS (FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA) - FEAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de março de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesesseis dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 815 DE 11 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0815

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO COM A FIRMA XEROX DO BRASIL S/A.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de março de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 814 DE 11 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 814 DE 11 DE MARÇO DE 1985  
DA DENOMINAÇÃO A ESCOLA MUNICIPAL DA LOCALIDADE DE RIO REPRESO NESTE MUNICÍPIO.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) A Escola Pública Municipal da localidade de Rio Represo, neste município terá a denominação de "ESCOLA MUNICIPAL WILLY FRANZ".

Art.2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 11 de março de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos onze

dias do mês de março do ano de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **LEI Nº 813 DE 11 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 813 DE 11 DE MARÇO DE 1985

AUTORIZA INDENIZAR TERRENO DO  
Sr. ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todo habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a indenizar o Sr. Antonio Alfredo dos Santos, pela desapropriação amigável de um lote com área de 759,20 m<sup>2</sup> e uma casa com benfeitoria, sito na Rua Waldomiro Schroeder, nesta cidade.

Art.2º- O valor da indenização sito no artigo 1º desta Lei será de CR\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros).

Art.3º- As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta do Orçamento vigente da Dotação 4.1.1.0 - Obras e Instalações.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de março de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria, aos onze dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### **LEI Nº 812 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0812

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO COM A EMPRESA DE RÁDIO SÃO BENTO LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 811 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0811

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 319 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 810 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0810

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 316 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 809 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0809

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 320 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 808 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0808

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 321 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 807 DE 04 DE MARÇO DE 1985**

LEI Nº 0807

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 323 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de março de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 806 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1985**

LEI Nº 0806

AUTORIZA MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA A ALIENAÇÃO DE UM VEÍCULO DA PREFEITURA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 805 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1985**

LEI Nº 0805

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 804 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1985**

LEI Nº 0804

AUTORIZA O PAGAMENTO A NOTÍCIA S/A EMPRESA JORNALÍSTICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 803 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1985**

LEI Nº 0803

AUTORIZA O PAGAMENTO A CELESC - CENTRAIS ELÉTRICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 1985.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de fevereiro de 1985.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 802 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0802

ATUALIZA O SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 801 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0801

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três

dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 800 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0800

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 315 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 799 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0799

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 798 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0798

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONSTRUIR UMA UNIDADE SANITÁRIA NA LOCALIDADE DE SANTANA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 797 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0797

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR UM VEÍCULO USADO (CAMINHÃO).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 796 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0796

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 313 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 795 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0795

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 312 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 794 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0794

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 311 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de dezembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 793 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0793

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 792 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0792

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 310 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 791 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0791

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 790 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0790

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS DESTA PREFEITURA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 789 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0789

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 299/84.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 788 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0788

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 787 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0788

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 786 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 0786

AUTORIZA O CHEFE PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 305/84.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 785 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1984**

LEI Nº 785 DE 05 DE NOVEMBRO DE 1984

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal Campo Alegre, faz saber que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, visando a construção de Delegacia de Polícia e anexos nesta cidade.

Art.2º) A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 05 de novembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**LEI Nº 784 DE 29 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0784

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 304/84.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 783 DE 29 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0783

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS (FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA) FEAR-SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 782 DE 29 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0782

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 781 DE 22 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0781

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ABAIXO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 780 DE 22 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0780

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA LBA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 779 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0779

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OS SERVIÇOS DE UM PROFESSOR DE VIOLÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 778 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0778

AUTORIZA A AQUISIÇÃO E DOAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA TRECHO BATEIAS DO MEIO À CUBATÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 777 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0777

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CRIAR NO ORÇAMENTO VIGENTE AS DIVISÕES COM OS RESPECTIVOS SETORES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 776 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0776  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS  
DOTAÇÕES SEGUINTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 774 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0774  
AUTORIZA PAGAMENTO À RÁDIO CULTURA DE JOINVILLE LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 773 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0773  
FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CANCELAR POR ES-  
TAREM INSCRITOS INDEVIDAMENTE EM DÍVIDA ATIVA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 772 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0772  
FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EFETUAR  
PAGAMENTO A CIA. CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO RE-  
FERENTE A DIVULGAÇÃO DA FESTA DO PINHÃO TRADICIONAL  
NO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 771 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0771  
FICA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE AUTORIZADA  
NOS TERMOS DESTA LEI A CELEBRAR CONVÊNIO COM INSTITU-  
TO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC,  
PARA A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE SERVIÇO DAQUELA AU-  
TARQUIA, NESTA CIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 770 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0770  
FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A APLICAR  
NO MERCADO FINANCEIRO (OPEN MARKET E OVERNIGHT OS  
RECURSOS PRÓPRIOS DISPONÍVEIS).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 769 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0769

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONCEDER NO EXERCÍCIO UMA GRATIFICAÇÃO DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, PERTENCENTES AO REGIME ESTABUTÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 768 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 768

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR UMA ÁREA DE TERRA DESTINADA AO PARQUE INDUSTRIAL E CONSTRUÇÃO DE CASAS DA COHAB.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.

EUGÊNIO JOÃO HERBST

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 767 DE 15 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0767

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO Nº 300 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 15 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 766 DE 08 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0766

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER SUBVENÇÃO AO INSTITUTO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS - IBAM NO EXERCÍCIO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 765 DE 08 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0765

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO OU TERMO ADITIVO COMA EMATER - ACADESC NO EXERCÍCIO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 764 DE 08 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 764 DE 08 DE OUTUBRO DE 1984

AUTORIZA O MUNICÍPIO CONTRIBUIR ANUALMENTE COM 1% DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir anualmente, com o percentual de 1% (um por cento) da Receita Orçamentária prevista para cada exercício, em favor da Associação de Município do Nordeste de Santa Catarina AMUNESC, conforme consta no Estatuto da Associação.

Art.2º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta do item abaixo descrito:

3200 - Transferências Correntes  
3230 - Transferências à Instituições Privadas  
3231 - Subvenções Sociais

Art.3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos oito dias do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

**Lei Nº 763 de 01 de Outubro de 1984**

LEI Nº 0763

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 762 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0762

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 761 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 0761

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIOS COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 760 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 760 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIOS COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios com a Secretaria de Segurança Pública, visando a construção ou ampliação da Delegacia de Polícia e dependências anexas nesta cidade.

Art.2º) Esta autorização é válida até o final do exercício de 1985 (hum mil novecentos e oitenta e cinco).

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 01 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria ao 1º dia do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

**LEI Nº 759 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984**

LEI Nº 759 DE 01 DE OUTUBRO DE 1985

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR UMA ÁREA DE TERRA À FIRMA MABETI INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA, NA LOCALIDADE DE FRAGOSOS.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir e ou doar uma área de terra a firma Mabeti Indústria de Móveis Ltda, para instalação da referida firma na localidade de Fragosos, neste Município.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, poderão alcançar até o valor de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), e correrão por conta da Dotação específica constante do Orçamento vigente.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 01 de outubro de 1984.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, ao primeiro dia do mês de outubro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

**LEI Nº 758 DE 17 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0758

OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO FICAM REAJUSTADOS NOS TERMOS DESTA LEI A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1984.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 757 DE 17 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0757

PROMOVE JUNTO COM A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE O CONCURSO SOBRE O TEMA "O MEU MUNICÍPIO".

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 756 DE 17 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0756

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO Nº 297 DE 03 DE SETEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 755 DE 03 DE SETEMBRO DE 1985**

LEI Nº 0755

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de setembro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de setembro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 754 DE 13 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0754

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 753 DE 13 DE AGOSTO DE 1985**

LEI Nº 0753

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 752 DE 02 DE JULHO DE 1985**

LEI Nº 0752

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de julho de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de julho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 751 DE 02 DE JULHO DE 1984**

LEI Nº 751 DE 02 DE JULHO DE 1984

AUTORIZAÇÃO O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A NEGOCIAR POR COMPRA OU OUTRA FORMA LEGAL, ÁREA DE TERRA DOS HERDEIROS DE JOSÉ CARDOSO DE LIMA.

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir por compra ou outra forma legal uma área de terra com

mais ou menos 24.000 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil metros quadrados) de propriedade de Alcídio Dums e esposa, Eloi Cardoso de Lima e esposa e Lúcia Koenig Cardoso de Lima.

Art.2º) O terreno a que se refere o artigo anterior será destinado á ampliação do cemitério local, e construção do ginásio de esportes.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogado as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 02 de julho de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos dois dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e quatro.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

### **LEI Nº 750 DE 18 DE JULHO DE 1984**

LEI Nº 0750

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de junho de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 749 DE 18 DE JUNHO DE 1984**

LEI Nº 749 DE 18 DE JUNHO DE 1984

AUTORIZA COMPRA MATÉRIAS DE CONSTRUÇÃO

José Ernesto Froehner, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, ele sanciona a seguinte lei.

Art.1º) Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a comprar materiais de construção para o prédio, onde será instalado o Posto Policial Municipal, na localidade de Bateias de Baixo.

Art.2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 18 de junho de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e quatro.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

### **LEI Nº 748 DE 01 DE JUNHO DE 1984**

LEI Nº 0748

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de junho de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de junho de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 747 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0747

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR PAGAMENTO Á A NOTÍCIA REFERENTE A DIVULGAÇÃO DO MUNICÍPIO PELA PASSAGEM DO 87º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 746 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0746

FICA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR CONTRATO COM A INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E PUBLICITÁRIA PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 745 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0745

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 744 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0744

CONCEDE INDENIZAÇÃO A PROTÁZIO TELMA, CONFORME AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO Nº 60184, HOMOLOGADA PELO MM. JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 743 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0743

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 742 DE 28 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 742 DE 28 DE MAIO DE 1984

AUTORIZO O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA SAÚDE.

JOSÉ ERNESTO FROEHNER, Prefeito Municipal Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Saúde, tendo como objetivo a contratação de dois funcionários, para prestar serviços junto as Unidades Sanitárias nas localidades de Fragosos e Bateias de Baixo.

Art.2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **Lei Nº 741 de 18 de Maio de 1984**

LEI Nº 0741

REAJUSTA VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS REGIDOS PELO REGIME ESTATUTÁRIO A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 740 DE 14 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0740

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A EFETUAR PAGAMENTO COM DESPESA PELA PASSAGEM DO 87º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 739 DE 14 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0739

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELA FORMA ABAIXO AS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de maio de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 738 DE 14 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 0738

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de maio de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 737 DE 07 DE MAIO DE 1984**

LEI Nº 737 DE 07 DE MAIO DE 1984

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UM TERRENO A SER CEDIDO À COOPERNORTE, NA LOCALIDADE DE BATEIAS DE BAIXO.

JOSÉ ERNESTO FROHENER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir uma área de terra na localidade de Bateias de Baixo, neste Município.

Art.2º) O terreno adquirido ou parte dele, poderá ser cedido sem ônus à COOPERATIVA REGIONAL AGRÍCOLA NORTE CATARINENSE COOPERNORTE.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 07 de maio de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos sete dias do mês de maio de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

**Lei Nº 736 de 30 de Abril de 1984**

LEI Nº 0736

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de abril de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 735 DE 30 DE ABRIL DE 1984**

LEI Nº 0735

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de abril de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 734 DE 16 DE ABRIL DE 1984**

LEI Nº 0734

FICAM REAJUSTADOS OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NOS TERMOS DESTA LEI A PARTIR DE 1º DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de abril de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 733 DE 13 DE ABRIL DE 1984**

LEI Nº 0733

FICA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de abril de 1984.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 732 DE 23 DE MARÇO DE 1984**

LEI Nº 0732

CONCEDE INDENIZAÇÃO A BARBARA BRUSKE CONFORME AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO Nº 61/84, HOMOLOGADA PELO MM. JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de março de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de março de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 731 DE 23 DE MARÇO DE 1984**

LEI Nº 0731  
AUTORIZA MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA A ALIENAÇÃO DE UM VEÍCULO DA PREFEITURA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de março de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de março de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 730 DE 22 DE MARÇO DE 1984**

LEI Nº 0730  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA - FEAR).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de março de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 729 DE 02 DE MARÇO DE 1984**

LEI Nº 0729  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de março de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de março de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 728 DE 02 DE MARÇO DE 1984**

LEI Nº 0728  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de março de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de março de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 727 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0727  
AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 726 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0726  
HOMOLOGA O DECRETO Nº 257 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 725 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0725  
HOMOLOGA O DECRETO Nº 254 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 724 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0724

HOMOLOGA O DECRETO Nº 253 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 723 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0723

HOMOLOGA O DECRETO Nº 252 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 722 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0722

HOMOLOGA O DECRETO Nº 249 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 721 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0721

HOMOLOGA O DECRETO Nº 245 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 720 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0720

HOMOLOGA O DECRETO Nº 242 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **Lei Nº 719 de 17 de Fevereiro de 1984**

LEI Nº 0719

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES DAS DESPESAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1983 QUE NÃO FORAM EMPENHADAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 718 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0718

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EMPENHAR DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

### **LEI Nº 717 DE 17 DE JANEIRO DE 1984**

LEI Nº 717 DE 17 DE JANEIRO DE 1984  
AUTORIZA O CHEFE PERMUTAR DE ÁREA DE  
TERRA DA PREFEITURA MUNICIPAL  
PARA SR. ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS.

JOSÉ ERNESTO FROHENER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal votou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por utilidade Pública, comprar, doação, permutar ou qualquer outra forma legal de aquisição de uma área de terra com 759,20 de propriedade de ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, cujo imóvel está matriculado no livro 2 RG. Sob nº 2.855 de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º) Fica também autorizado o Chefe do Poder Executivo a permutar, ceder, vender, ou qualquer outra forma legal de cessão, ao cidadão mencionado no Artigo 1º, uma área de terra de propriedade do Município, com área aproximadamente de 350m², situada na Rua Cel. Raymundo Munhoz nesta cidade.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de janeiro de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos dezesseis dias do mês de janeiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

### **LEI Nº 716 DE 17 DE JANEIRO DE 1984**

LEI Nº 716 DE 17 DE JANEIRO DE 1984  
CRIA A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE  
CAMPO ALEGRE - FECAMPO.

JOSÉ ERNESTO FROHENER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO, Entidade sem fins lucrativos, com personalidade Jurídica própria, destinada a desenvolver um trabalho amplo de formação de recursos humanos compreendendo a promoção educacional, social e cultural da população e se regerá por Estatutos aprovados por Decretos do Poder Executivo Municipal e demais legislação a ela aplicável.

Art.2º - Defini-se como atividades principais da Fundação:

- a) promoção da formação profissional;
- b) incentivar, difundir, promover as práticas educacionais, culturais, e sociais complementares e formação dos seus alunos;
- c) propiciar, fomentar o desenvolvimento de atividades educacionais, sociais e ou comunitárias em colaboração com os Órgãos

Municipais que orientam essas funções;

- d) promoção de programas e atividades específicas de acordo o planejamento Municipal;
- e) incentivar a prática e o desenvolvimento de atividades cultural e artística;
- f) conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural, social e artístico do Município;
- g) administrar, organizar, enriquecer o patrimônio cultural histórico do Município;
- h) administrar mediante Convênio as escolas de arte, e ofício, e promover cursos de diversos ramos de arte, cultura, profissionalizante, em todos os graus;
- i) promover e patrocinar pesquisas;
- j) receber e conceder bolsa de estudo;
- k) instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município.

Art.3º - A Fundação Educacional de Campo Alegre terá personalidade Jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, não distribuirá lucros nem dividendos, nem proporcionará qualquer forma de participação em seus rendimentos.

Art. 4º - A Fundação Educacional de Campo Alegre, terá Jurisdição em todo o território, deste Município, sede nesta cidade e se regerá por Estatuto Próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, respeitadas as limitações e em posições desta Lei, devendo ser inscrito no ofício privativo das pessoas jurídicas desta Comarca.

Art.5º A Fundação Educacional de Campo Alegre terá duração indeterminada ficando sua extinção em caso de se impossível sua continuidade ou inconveniente sua manutenção subordinada a proposição do Conselho Curador, homologação do Prefeito Municipal e aprovação do Legislativo Municipal.

Parágrafo único - Em caso de extinção da Fundação Educacional de Campo Alegre, todos os seus bens, direitos e ações reverterão ao Patrimônio do Município de Campo Alegre, salvo as que resultarem de Convênio que obrigue a transferência para outra Entidade.

Art.6º - O patrimônio da Fundação será constituído de:

I - Acervo inalienável, móveis, objetos, utensílios, livros, revistas, jornais, documentos e todo o patrimônio cultural, didático, artístico e histórico dos órgãos que façam ou venham a fazer parte da Fundação;

II - Acervo imobiliário: todos os imóveis que venham a possuir e que mesmo não sofrendo o gravame de inalienabilidade, somente poderão ser alienados por solicitação do Conselho Curador, ao Poder Executivo com anuência do Poder Legislativo.

III - Bens Patrimoniais: diversos, móveis de uso, veículos semoventes, aparelhos, instalações, materiais de consumo e as rendas.

Parágrafo único - Integrarão ainda o patrimônio da Fundação, devendo ser classificado em conformidade com o Artigo 6º, os imóveis que lhe forem transferidos pela Prefeitura Municipal e aqueles adquiridos por compra, doação ou legado, as Dotações Orçamentárias, as subvenções o Município, do Estado ou da União, as dotações auxílio ou doações, prêmios legados ou qualquer outra forma de contribuição ou resultado de acompanhar sorteios legais, a renda líquida de suas promoções, cursos, escolas, serviços e bens.

Art.7º - O produto das rendas, bens doações legadas e serviços da Fundação será integralmente aplicado no país, bem como os resultados de dotação orçamentária, subvenção e auxílios.

Parágrafo único - A Fundação poderá firmar Convênios com Entidades Particulares ou Governamentais, Nacionais ou Estrangeiras.

Art.8º - A Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO compor-se-á de:

- I - Conselho curador;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

Art.9º - O Conselho curador será formado por cinco membros à saber:

- I - Prefeito Municipal;
- II - Departamento de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura;
- III - Representante do Poder Legislativo;
- IV - Representante do Lions Club local;
- V - Representante do Colégio Estadual Lebon Régis;

Parágrafo 1º - O Prefeito Municipal de Campo Alegre e o Diretor do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura serão membros natos do Conselho Curador, na condição de Presidente e Vice-Presidente respectivamente.

Parágrafo 2º - As Entidades mencionadas no caput deste Artigo procederão a indicação de seus representantes até 30 dias antes da data do término do mandato.

Parágrafo 3º - O exercício do mandato dos membros do Conselho Curador será gratuito e nenhum de seus integrantes poderá exercer o cargo ou função remunerada da Fundação.

Art.10 - Compete ao Conselho Curador:

- a) Apreciar o plano de ação anual da Fundação, apresentado pela Diretoria, dando sugestões, zelando pela sua execução;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre a proposta de orçamento anual da Fundação;
- c) Analisar e dar parecer sobre acordos, contratos e convênios firmados pela Fundação que somente terão validade depois de aprovados pelo Conselho Curador;
- d) Pronunciar-se sobre atos relativos ao patrimônio da Fundação em especial sobre alienação aquisição de bens para o acervo e edificação, itens que deverão merecer aprovação do Conselho Curador.
- e) Emitir parecer sobre os balanços anuais da Fundação, antes de sua remessa ao Prefeito Municipal, bem como aprovar o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas da Fundação.
- f) Apresentar sugestões para o constante aperfeiçoamento da Fundação de seus órgãos, departamentos, divisões e projetos, bem como incentivar e apoiar a execução desses projetos.
- g) Exercer outros encargos que lhe forem definidos pelo Estatuto ou Regimento da Fundação.

Art.11 - A direção da Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO será composta por um Diretor Presidente nomeado pelo Prefeito Municipal, um Diretor Administrativo, e um Diretor Técnico.

Art.12 - O Diretor Presidente designará ouvido o Prefeito Municipal, ou Diretores que comporão a Diretoria.

Art.13 - Competirá à Diretoria:

- a - Representar a Fundação em todos os seus atos;
- b - Elaborar anualmente o Plano de ação a ser apreciado pelo Conselho Curador;
- c) Elaborar o Plano Financeiro e o Orçamento da Fundação devendo este ser encaminhado ao Executivo Municipal até o mês de Julho de cada ano.
- d) Prestar contas ao Conselho Fiscal e ao Conselho Curador;
- e) Levantar o Balanço Anual e Balanços Mensais;

- f) Administra a Fundação, promovendo todas as medidas necessárias ao perfeito funcionamento de todos os órgãos, departamentos, divisões bem como supervisionar os centros sociais e de treinamento;
- h) exercer outros cargos que lhe forem atribuídos por Estatutos, Regulamentos, Leis ou Decretos.

Art.14 - O Conselho Fiscal compor-se-á de três membros efetivos e três suplentes nomeados por Decreto do Prefeito Municipal sendo:

- I - Um representante do Poder Executivo;
- II - Um representante do Poder Legislativo;
- III - Um Técnico em Contabilidade indicado pelo Conselho Curador.

Art.15 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Examinar os Balancetes mensais e as contas emitindo parecer a respeito;
- b) Examinar os Balanços e contas anuais, emitindo parecer a respeito;
- c) Pronunciar-se sobre despesas extraordinárias, autorizadas pelo Conselho Curador;
- d) Propor ao Conselho Curador, medidas que julgar conveniente.

Art.16 - Os centros sociais, escola de arte e ofício os centros de treinamento, e quaisquer outros órgãos da Fundação, serão administrados pela Diretoria.

Art.17 - O pessoal a serviço da Fundação organizada em quadro próprio será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elaborado pela Diretoria a quem competirá estabelecer as atividades níveis de remuneração cargos de confiança e funções gratificados, mediante aprovação do Conselho Curador.

Art.18 - Os bens e a renda e os serviços da Fundação ficam isentos de quaisquer tributos Municipais.

Art.19 - A Diretoria mediante aprovação do Chefe do Executivo, de conformidade com as possibilidades e recursos da Fundação criará e instalará centros sociais ou de treinamento nos bairros ou em qualquer localidade do Município.

Art.20 - O orçamento municipal consignará verbas e dotações específicas para instalação e manutenção da Fundação com seus respectivos centros sociais, escolas de arte e ofício, centros de treinamentos bem como à aquisição de bens, material didático, acervo cultural e artístico.

Art.21 - A Fundação poderá firmar acordos Convênios com a União, Estados e Municípios, Governos de outros países, com Entidades Públicas ou Privadas, com Pessoas Jurídicas ou Físicas, tanto nacionais como estrangeiras, devendo tais atos serem submetidos a apreciação do Conselho Curador e somente após sua aprovação e que terão vigência.

Art.22 - Todos os imóveis que vieram a ser transferidos pela Prefeitura Municipal ao patrimônio da Fundação, serão com a cláusula de inalienabilidade.

Art.23 - O Estatuto da Fundação Educacional de Campo Alegre, será submetido à apreciação do Executivo Municipal, pela Diretoria e aprovado por Decreto no prazo máximo de 90 (noventa) dias da aprovação.

Art.24 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de janeiro de 1984.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos dezesseis dias do mês de janeiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

#### **Lei Nº 715 de 09 de Fevereiro de 1984**

LEI Nº 0715  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR UM VEÍCULO USADO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 714 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 714 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1984  
RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL  
A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica o reconhecida de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO, Sociedade Civil, com sede e estabelecimento e foro na cidade de Joinville - SC.

Art.2º) A referida entidade ficam asseguradas as prerrogativas e os benefícios decorrentes deste reconhecimento.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos nove dias do mês de fevereiro do ano de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora de Finanças

#### **LEI Nº 713 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1984**

LEI Nº 0713  
CRIAR VAGAS DE ESTAGIÁRIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de fevereiro de 1984.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de fevereiro de 1984.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 712 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0712  
HOMOLOGA O DECRETO Nº 245 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 711 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0711  
HOMOLOGA O DECRETO Nº 244 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

#### **LEI Nº 710 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0710  
HOMOLOGA O DECRETO Nº 242 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 709 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0709

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 708 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0708

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA A MUNICIPALIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 707 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0707

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 706 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0706

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de dezembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 705 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0705

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 704 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0704

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES REGIDOS PELO REGIME ESTATUTÁRIO E COMISSIONADOS APARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 703 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0703

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO TOTAL E PARCIAL DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 702 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0702

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 701 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0701

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 700 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0700

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 699 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0699

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTACÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 698 DE 24 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 0698

REAJUSTA OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO APARTIR DE 1º DE OUTUBRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 24 de outubro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 697 DE 24 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 0697

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 24 de outubro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 696 DE 17 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 0696

CONCEDE AUXÍLIO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA LINHA DE LEITE NO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 695 DE 17 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 695 DE 17 DE OUTUBRO DE 1983  
INCLUI TRECHO DE ESTRADA NO PLANO  
RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica incluído no plano rodoviário do município o trecho de mais ou menos 5.000 metros, compreendendo a estrada que passa pelos terrenos de herdeiros de Alfredo Fuckner, terras de Paulo Fuckner, Odorico Gomes Munhoz, Tobias de Andrade Cruz e Alvino Pauli até encontrar a estrada da Lavrinha junto a propriedade da família Ossovski.

Art.2º- Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar os melhoramentos necessários, na estrada referida no Artigo 1º tendo em vista a sua inclusão na malha rodoviária do Município.

Art.3º- A estrada será incluída com a especificação de RM - 450.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 17 de outubro de 1983.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria, aos dezesseis dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária

**LEI Nº 694 DE 13 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 0694  
FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTACÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de outubro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 693 DE 04 DE OUTUBRO DE 1983**

LEI Nº 693 DE 04 DE OUTUBRO DE 1983  
APROVA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALÉGRE E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica aprovado o termo de convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação e Cultura objetivando a construção de 01 (uma) sala de aula e dependências, visando a substituição do prédio da E. I. Avenca do Rio Negro, na localidade de mesmo nome, no município de Campo Alegre.

Art. 2º) Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário a execução da presente lei.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 04 de outubro de 1983.  
JOSÉ ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta secretaria aos 04/10/1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**Lei Nº 692 de 04 de Outubro de 1983**

LEI Nº 0692  
AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, A FIRMAR CONVÊNIO CO A FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA LBA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de outubro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de outubro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 691 DE 13 DE SETEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0691  
ALTERA TABELA PARA COBRANÇA DE TAXAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de setembro de 1983.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de setembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Secretária Municipal

**LEI Nº 690 DE 13 DE SETEMBRO DE 1983**

LEI Nº 0690

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de setembro de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de setembro de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 689 DE 22 DE AGOSTO DE 1983**

LEI Nº 0689

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de agosto de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de agosto de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 688 DE 08 DE AGOSTO DE 1983**

LEI Nº 0688

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - DER - SC).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de agosto de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 687 DE 08 DE AGOSTO DE 1983**

LEI Nº 0687

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de agosto de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 686 DE 04 DE JULHO DE 1983**

LEI Nº 686 DE 04 DE JULHO DE 1983

AUTORIZA A COMPRA DE ÁREA DE TERRA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por compra de Haroldo Cordeiro da Cruz e sua esposa, um terreno com área de 190,50 m² ( cento e noventa metros quadrados e cinqüenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: faz frente em 11,50m (onze metros e cinqüenta centímetros) para rua Leoberto Leal, lado par; um lado com 30 m (trinta metros) confina com a rua Carlos Brandes, lado impar; fundos com 1,20 m (um metro e vinte centímetros) confina com terras de Miguel Kotovicz e outro lado com 30 m (trinta metros ) confina com a Rodovia SC 280.

Art. 2º) O terreno a que se refere o artigo anterior será destinado à implantação de uma Praça.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 04 de julho de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria aos 04/07/1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 685 DE 01 DE JULHO DE 1983**

LEI Nº 0685

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A DISPENSAR PAGAMENTO DE JUROS E MULTA REFERENTE AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS E TAXAS DE EXPEDIENTE VENCIDOS ATÉ A DATA DE 30 DE JUNHO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de julho de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 684 DE 01 DE JULHO DE 1983**

LEI Nº 0684

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de julho de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 683 DE 10 DE JUNHO DE 1983**

LEI Nº 683 DE 10 DE JUNHO DE 1983

AUTORIZA A CRIAR PONTO DE TÁXI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ponto De Táxi, na localidade de São Miguel, neste município.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de junho de 1983.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria aos 10/06/1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**Lei Nº 682 de 03 de Junho de 1983**

LEI Nº 0682

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 03 de junho de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de junho de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 681 DE 03 DE JUNHO DE 1983**

LEI Nº 681 DE 03 DE JUNHO DE 1983

AUTORIZA EFETUAR SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA SERVIDORES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele saciona a seguinte lei:

Art. 1º) Autoriza o Poder Executivo a efetuar o seguro de vida em grupo para funcionários em Regime Estatutários desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 03 de junho de 1983.

JOSE ERNESTO FROEHNER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria em 03/06/1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora da Fazenda

**LEI Nº 680 DE 06 DE MAIO DE 1983**

LEI Nº 0680

REAJUSTA VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO APARTIR DE 1º DE MAIO DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 06 de maio de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de maio de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 679 DE 02 DE MAIO DE 1983**

LEI Nº 0679

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR COMPRA DIRETAMENTO DO FABRICANTE UM CAMINHÃO CHASSIS NOVO MARCA MERCEDES BENZ.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 02 de maio de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 678 DE 18 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0678

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR COMPRA CONTRATAR FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 677 DE 18 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0677

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR PELA FORMA ABAIXO A SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 676 DE 18 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0676

FICA CRIADO O CARGO DE COMISSÃO DE DIRETOR DE ESPORTE E TURISMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 675 DE 18 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0675

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR A SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO A SEGUIR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 674 DE 18 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0674

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO MUNICIPAL Nº 199 DE 26 DE JANEIRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 673 DE 11 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 673 DE 11 DE ABRIL DE 1983

AUTORIZA ADQUIRIR UM TERRENO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra da Mitra Diocesana um terreno com área de 900 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), sito na localidade de Fragosos, neste Município, fazendo frente com uma rua, um lado confronta com terras de Edmundo Frohener, e os outros dois lados com terras da mesma vendedora.

Art.2º- O terreno a que se refere o Artigo anterior será destinado a construção de um prédio de uma Unidade Sanitária tipo D.

Art.3º- O valor da presente compra será de CR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria, aos onze dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária

**LEI Nº 672 DE 11 DE ABRIL DE 1983**

LEI Nº 0672

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO AFIM DE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de abril de 1983.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de abril de 1983.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Secretária Municipal

**LEI Nº 671 DE 13 DE JANEIRO DE 1983**

LEI Nº 0671

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO Nº 191 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de janeiro de 1983.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de janeiro de 1983.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 670 DE 13 DE JANEIRO DE 1983**

LEI Nº 0670

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO Nº 190 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de janeiro de 1983.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de janeiro de 1983.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 669 DE 13 DE JANEIRO DE 1983**

LEI Nº 0669

FICA RATIFICADO POR ESTA LEI O DECRETO Nº 195 DE 11 DE JANEIRO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de janeiro de 1983.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de janeiro de 1983.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 668 DE 13 DE JANEIRO DE 1983**

LEI Nº 0668

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONTABILIZAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de janeiro de 1983.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de janeiro de 1983.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 667 DE 13 DE JANEIRO DE 1983**

LEI Nº 0667

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NA SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de janeiro de 1983.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de janeiro de 1983.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 666 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0666

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1983.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1982.

EUCLIDES NASCIMENTO

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 665 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0665

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO NAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de novembro de 1982.

EUCLIDES NASCIMENTO

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 664 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0664

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELA FORMA ABAIXO AS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1982.

EUCLIDES NASCIMENTO

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 663 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0663

EQUIPARA O VALOR DO SALÁRIO FAMÍLIA RECEBIDO PELOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS AOS SERVIDORES REGIDOS PELO REGIME DA CLT A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1982.

EUCLIDES NASCIMENTO

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 662 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0662

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A CONCEDER NO CORRENTE EXERCÍCIO UMA GRATIFICAÇÃO DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, PERTENCENTES AO REGIME ESTATUTÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1982.

EUCLIDES NASCIMENTO

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 661 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0661

HOMOLOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 183 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 660 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0660

HOMOLOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 182 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 659 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0659

HOMOLOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 181 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 658 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0658

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 657 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0657

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 656 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0656

REAJUSTA OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS APARTIR DE 01 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 655 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0655

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 654 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0654

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EMPENHAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 653 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0653

FICA HOMOLOGADO O DECRETO MUNICIPAL Nº 179 DE 18 DE OUTUBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 652 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0652

FICA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de novembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de novembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 651 DE 08 DE OUTUBRO DE 1982**

LEI Nº 0651

FICA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE DOTAÇÕES POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 650 DE 08 DE OUTUBRO DE 1982**

LEI Nº 0650

FICA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE DOTAÇÕES POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 649 DE 08 DE OUTUBRO DE 1982**

LEI Nº 0649

FICA HOMOLOGADO O DECRETO MUNICIPAL Nº 176 DE 28 DE SETEMBRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 648 DE 08 DE OUTUBRO DE 1982**

LEI Nº 0648

FICAM ISENTAS DE PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS POR DEZ ANOS AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE APLICAREM NO MÍNIMO DE 100% DOS DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS DO PÚBLICO ATRAVÉS DE EMPRÉSTIMOS OU DESCONTOS DE TÍTULOS EM FAVOR DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO LAVOURA E PECUÁRIA DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de outubro de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de outubro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**Lei Nº 647 de 27 de Setembro de 1982**

LEI Nº 0647

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 24 de setembro de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 646 DE 17 DE SETEMBRO DE 1982**

LEI Nº 646 DE 17 DE SETEMBRO DE 1982  
DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica denominada de "ESCOLA MUNICIPAL RUDOLFO JOSÉ ALTMANN", a atual Escola de Papanduva, neste Município.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de setembro de 1982.  
JOSÉ ERNESTO FROEHNER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada, a presente lei nesta Secretaria em 17/09/82.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ  
Diretora da Fazenda

**Lei Nº 645 de 17 de Setembro de 1982**

LEI Nº 0645

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

#### **LEI Nº 644 DE 17 DE SETEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0644

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

#### **LEI Nº 643 DE 17 DE SETEMBRO DE 1982**

LEI Nº 0643

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

#### **LEI Nº 642 DE 13 DE AGOSTO DE 1982**

LEI Nº 0642

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

#### **LEI Nº 641 DE 13 DE AGOSTO DE 1982**

LEI Nº 0641

FICA HOMOLOGADO O DECRETO Nº 169 DE 26 DE JULHO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

#### **LEI Nº 640 DE 19 DE JULHO DE 1982**

LEI Nº 640 DE 19 DE JULHO DE 1982

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO RECEBER POR DOAÇÃO ÁREA DE TERRA PARA IMPLANTAÇÃO DE RUA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber como doação uma área de terra com 20.165,20 m<sup>2</sup> (vinte mil, cento e sessenta e cinco metros e vinte decímetros quadrados), de propriedade do Sr. Ivo Marinho Zschoerper, com as seguintes confrontações: Ao norte 22,00 metros com a Rodovia SC-301; ao sul 13,00 metros com terras de Ivo Marinho Zschoerper; a leste 1.509,50 metros com terras de Ivo Marinho Zschoerper e ao oeste com 1.485,40 com terras de Ivo Marinho Zschoerper.

Art. 2º - A área de terras constante do Artigo anterior destina-se a implantação da Rua Otto Zschoerper.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de julho de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de julho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

#### **LEI Nº 639 DE 19 DE JULHO DE 1982**

LEI Nº 0639

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 19 de julho de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos

dezenove dias do mês de julho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 638 DE 18 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0638

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 637 DE 18 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0637

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DE UMA CABINE TELEFÔNICA À TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA TELESSC S/A.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 636 DE 18 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0636

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 18 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 635 DE 11 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0635

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR O CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 634 DE 11 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0634

FICA CRIADO NA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE EXPEDIENTE E PESSOAL NO ORÇAMENTO VIGENTE A SEGUINTE DOTAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 633 DE 04 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0633

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

#### **LEI Nº 632 DE 04 DE JUNHO DE 1982**

LEI Nº 0632

REAJUSTA O VALOR DO SALÁRIO FAMÍLIA AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO QUE FAZEM JUS APARTIR DE 1º DE MAIO DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de junho de 1982.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

### **LEI Nº 631 DE 28 DE MAIO DE 1982**

LEI Nº 631 DE 28 DE MAIO DE 1982  
DENOMINA ESCOLA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina faz saber que a Câmara Municipal de Campo Alegre aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica denominada de "ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ OLISKO-WICZ" a atual Escola Municipal de Corredeiras, neste Município.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de maio de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretario

### **LEI Nº 630 DE 07 DE MAIO DE 1982**

LEI Nº 0630  
REAJUSTA VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO APARTIR DE 1º DE ABRIL DO CORRENTE ANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de maio de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de maio de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

### **LEI Nº 629 DE 07 DE MAIO DE 1982**

LEI Nº 0629  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de maio de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de maio de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

### **LEI Nº 628 DE 16 DE ABRIL DE 1982**

LEI Nº 0628  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de abril de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de abril de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

### **LEI Nº 627 DE 02 DE ABRIL DE 1982**

LEI Nº 627 DE 02 DE ABRIL DE 1982  
DENOMINA QUADRA DE ESPORTES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica denominada de "PROFESSOR RUFINO BLASZKOWSKY", a quadra de esportes construída na localidade de Bateias de Baixo, neste município.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretario

### **Lei Nº 626 de 02 de Abril de 19826**

LEI Nº 626 DE 02 DE ABRIL DE 1982  
O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º) Fica criada na localidade de Laranjeiras, neste Município uma Escola Mista Municipal a qual passará a denominar-se "PROFESSORA MARIA DINÁ MOREIRA".

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 1982.  
EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de abril de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretario

**LEI Nº 625 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 625

DELCARA DE UTILIDADE TURÍSTICA IMÓVEL NA LOCALIDADE DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Turística o imóvel com área de nove hectares e seis décimos (9,6 ha), pertencente a Waldomiro Bartsch e Paulo Gustavo Mühlmann, cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, sob nº 816.019.014.095, em nome de Paulo Reiser.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**LEI Nº 624 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 624 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO UM TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO U.H.F - PELA TELESC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe Poder Executivo Municipal autorizado a fazer doação à Telecomunicações de Santa Catarina S/A, de um terreno com área de 1.255 m², sito no loteamento Scheide, nesta cidade, para a instalação pela Telecomunicações de Santa Catarina S/A TELESC, de uma estação de rádio U.H.F.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de fevereiro de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**LEI Nº 623 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 0623

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 622 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 0622

FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO OU TERMO ADITIVO COM A EMATER/ACARESC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 621 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 0621

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO 159 DE 25 DE JANEIRO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 620 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 0620

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO 157 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1981.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

**LEI Nº 619 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1982**

LEI Nº 0619

FICA HOMOLOGADO POR ESTA LEI O DECRETO 156 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 618 DE 21 DE JANEIRO DE 1982**

LEI Nº 0618

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de janeiro de 1982.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de janeiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 617 DE 21 DE JANEIRO DE 1982**

LEI Nº 0617

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de janeiro de 1982.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de janeiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 616 DE 21 DE JANEIRO DE 1982**

LEI Nº 616 DE 21 DE JANEIRO DE 1982

ISENTA PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante despacho fundamentado e sempre a pedido do contribuinte, isenção da Contribuição de Melhoria que incidir sobre as testadas de imóveis pertencentes a entidades religiosas de qualquer culto.

Art. 2º) O benefício determinado no artigo anterior não atingirá os Imóveis que não tenham benfeitorias para a prática religiosa.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, 21 de janeiro de 1982.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

**Lei Nº 615 de 21 de Janeiro de 1982**

LEI Nº 0615

ALTERA O ARTIGO 258 DA LEI MUNICIPAL Nº 347 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1973.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 21 de janeiro de 1982.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de janeiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 614 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0614

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AS SEGUINTE ATIVIDADES POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 613 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0613

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 612 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0612

FIXA AS DESPESAS DO ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O PERÍODO DE 1982 A 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 611 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0611

ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, PARA O EXERCÍCIO DE 1982.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 610 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0610

OS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO FICAM REAJUSTADOS NOS TERMOS DESTA LEI APARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 1981.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 609 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0609

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CONCEDER NO CORRENTE EXERCÍCIO UMA GRATIFICAÇÃO DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO PERTECENTES AO REGIME ESTATUTÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 608 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0608

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AS SEGUINTE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 607 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0607

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AS SEGUINTE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOS SEGUINTE DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1981.

JOSE ERNESTO FROHENER

Prefeito Municipal Interno

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 606 DE 30 DE OUTUBRO DE 1981**

LEI Nº 0606

ACRESCENTA AO ARTIGO 221 DA LEI MUNICIPAL Nº 347 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1973 PARÁGRAFO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 30 de outubro de 1981.

EUGENIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário Municipal

**LEI Nº 605 DE 23 DE OUTUBRO DE 1981**

LEI Nº 0605

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 23 de outubro de 1981.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal**LEI Nº 604 DE 16 DE OUTUBRO DE 1981**

LEI Nº 0604

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 16 de outubro de 1981.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal**LEI Nº 603 DE 09 DE OUTUBRO DE 1981**

LEI Nº 0603

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de outubro de 1981.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal**LEI Nº 602 DE 09 DE OUTUBRO DE 1981**

LEI Nº 602 DE 09 DE OUTUBRO DE 1981

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ADQUIRIR UM TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO U.H.F - PELA TELESC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, que a Câmara Municipal votou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Chefe Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por compra de Jany Maraus Miers, um terreno com área de 1.255 m², sito no loteamento Scheide, nesta cidade.

Art.2º) O terreno a que se refere o Artigo anterior será destinado a instalação pela Telecomunicações de Santa Catarina S/A TELESC, de uma estação de rádio U.H.F.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de outubro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos nove dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário**Lei Nº 600 de 11 de Setembro de 1981**

LEI Nº 0600

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1981.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal**LEI Nº 599 DE 04 DE SETEMBRO DE 1981**

LEI Nº 0599

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de setembro de 1981.

EUGENIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de setembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Edital de Processo Seletivo da Saude Nº 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO n. 001/2014

□ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE CAMPOS NOVOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina a Legislação em vigor TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial, para os cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme especificado no ANEXO I deste Edital, regido pela legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

FUNDAMENTO LEGAL: O Presente Edital de Seleção de Pessoal em Caráter Temporário tendo motivação na necessidade excepcional ao serviço público, especialmente no que determina o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar n.07/2007 e demais disposições legais aplicáveis.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Processo Seletivo é destinado ao preenchimento de vagas para atender necessidade temporária, atendimento a prerrogativas de convênio, sendo que a contratação será realizada de acordo com a necessidade futura do Município, conforme previsto na Lei 07/2007 que institui o Plano de Cargos de Provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 3.885/2013 de 14/06/2013, Lei Complementar nº 05/2014 de 13/06/2014, de Lei Complementar nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014, disponibilizadas no site da AMPLASC: [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e no site do município de Campos Novos [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br).

1.2. O Processo Seletivo é regido por este edital e pelas normas de direito aplicáveis. É promovido pelo Poder Executivo Municipal e organizado por comissão especialmente designada pelo Prefeito Municipal através da portaria nº 1319/2014, constituída de servidores públicos do Município de Campos Novos e operacionalizado com a execução técnico-administrativa, através de delegação de competência a AMPLASC-ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA, contratada para este fim.

1.3. A seleção para os cargos deste Processo Seletivo, conforme se estabelece neste edital, compreenderá a aferição de conhecimentos e habilidades através de prova escrita. A prova escrita consistirá de questões objetivas de caráter classificatório e será aplicada a todos os concorrentes regularmente inscritos e cuja inscrição tenha sido homologada de acordo com as peculiaridades, especialidades e especificidades de cada cargo.

1.4. O Processo Seletivo obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e ampla publicidade dos atos e serão regidos por este edital, seus anexos e eventuais retificações, caso existam.

a) Anexo I - Quadro de Vagas: descreve o relacionamento entre cargo, vagas disponíveis, carga horária, vencimento, escolaridade e valor da inscrição.

b) Anexo II - Conteúdos Programáticos: descreve o Conteúdo Programático Mínimo de cada disciplina.

c) Anexo III - As atribuições a serem desempenhadas e demais questões referentes aos cargos, para cada cargo/função.

d) Anexo IV - Modelo de Formulário de Recurso;

e) Anexo V - Modelo de Requerimento - Pessoas com Necessidades Especiais.

f) Anexo VI - Modelo de Requerimento - Isenção de Taxa de Inscrição.

1.5. As contratações serão de acordo com a necessidade do Município e correlacionadas com as vagas previstas neste edital. O prefeito poderá através de Edital abrir novas vagas, em conformidade com a Legislação vigente, as quais estarão vinculadas a este Processo Seletivo, cuja contratação seguirá rigorosamente a ordem de classificação pelo prazo de validade do processo seletivo.

1.5.1 - O prazo de validade deste certame será de (01) um ano, podendo ser prorrogado por mais um período de (01) um ano.

1.6. Este Processo Seletivo destina-se a constituição de contratação temporária para a admissão de acordo com as necessidades da Administração Pública Municipal.

#### 2. DAS VAGAS

2.1. As vagas destinam-se ao preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial para os cargos do quadro de pessoal do poder executivo municipal da administração direta e indireta de Campos Novos, visando a execução de programas especiais, substituição temporária, contratação temporária dos cargos/funções constantes do Anexo I e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da habilitação profissional que lhe dê aptidão para a posse e exigida neste edital e na lei de regência do cargo e de acordo com o cargo/função a que pretende concorrer.

2.2. Os cargos, as vagas, vencimento e habilitação mínima exigida para o cargo, carga horária e taxa de inscrição é a descrita no respectivo Anexo I, sendo que as inscrições poderão ser feitas nas condições que se apresentam no respectivo anexo.

2.3. Será de responsabilidade do candidato, durante o prazo de validade do Processo Seletivo, manter atualizado o seu endereço junto à Prefeitura Municipal, sob pena de perder o direito à vaga oferecida.

2.4. Os candidatos classificados serão chamados de acordo com a necessidade da administração mediante edital de chamamento.

2.5. As vagas dos cargos destinadas ao preenchimento de Cadastro Reserva serão preenchidas somente no caso de substituição do titular da vaga.

#### 3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004 e na Legislação Municipal, é assegurado às pessoas portadores de necessidades especiais, o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, na proporção de até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, desde que as atribuições

do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

Somente serão consideradas como pessoas portadoras de necessidades especiais aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

3.2. O candidato que no ato de inscrição declarar-se portador de necessidade especial, em sendo aprovado no Processo Seletivo, além de constar da lista de classificação, terá seu nome publicado em outra relação, também observado a ordem de classificação. O candidato portador de necessidade especial, que no ato da inscrição não declarar essas condições, perderá o direito de concorrer nesta condição, e também das condições especiais para realização das provas.

3.3. Os portadores de necessidades especiais, quando da escolha da vaga, serão submetidos à perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de necessidade especial ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.4. Os candidatos especiais deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

3.5. Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão, para o exercício da função ou cargo, acarretando a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.6. Os candidatos portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições necessárias a participação deste Processo Seletivo, participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

3.7. Os candidatos que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo no ato da inscrição, indicando claramente no Formulário de Inscrição, os recursos necessários para a realização das provas. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.8. A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de necessidade especial na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo à sua inscrição no Processo Seletivo.

3.9. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo ou cargo/formação.

#### 4. DAS VEDAÇÕES EM PARTICIPAR NO PROCESSO SELETIVO:

4.1. É vedada a participação, neste Processo Seletivo, de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau inclusive, de diretores, representantes ou empregados da entidade contratada para execução operacional do Processo Seletivo.

#### 5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. A inscrição implicará, desde logo, no conhecimento tácito e

aceitação pelo candidato de todas as condições, instruções e normas do presente Edital e na aceitação plena das condições aqui explicitadas, bem como nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo, que, porventura, venham a ser divulgados pelos diferentes meios de divulgação, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital, na AMPLASC na forma presencial, onde o candidato ou procurador deverá requerer sua inscrição através do preenchimento da Ficha de Inscrição, assinada pelo próprio candidato ou por procurador legalmente investido.

5.3. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.4. As inscrições deste Processo Seletivo estarão abertas e somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) ou [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) a partir das 14:00 horas do dia 26/09/2014 até as 23:59 horas do dia 17/10/2014.

5.5. Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

- Acessar o endereço eletrônico: [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) ou [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e clicar no link Concursos.
- Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso. Caso este já seja cadastrado, somente realizar o login para inscrição.
- Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções do sistema;
- Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição que deverá ser apresentada no ingresso ao local de provas, juntamente com documento de identificação oficial com foto;
- Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento nas agências da Caixa Econômica Federal ou junto a suas terceirizadas (casas lotéricas, caixa aqui, etc.) até às 23h59min do dia 17/10/2014.

5.6. Para realizar a inscrição ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato declara que possui residência na área da comunidade a qual está concretizando a inscrição, conforme Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006.

5.7. Preenchida corretamente a Ficha de Inscrição será emitido ao candidato inscrito o comprovante para acesso aos locais de provas.

5.8. No ato da inscrição o candidato já fica ciente que só tomará posse no cargo se possuir todos os documentos exigidos para o exercício das atribuições do cargo. No ato da contratação o candidato deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos. Caso não os apresente será reclassificado na forma descritas neste edital.

5.9. Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde ACS, é exigido que o candidato resida na área de abrangência do posto de saúde ao qual fez a inscrição. Caso não seja comprovada através de documento (carteirinha da Secretaria Municipal de Saúde Campos Novos-SC, ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA-ESF) no ato da convocação o candidato será desclassificado e passará a vaga para o próximo da lista.

5.10. Não será aceita, sob qualquer pretexto, inscrição via correspondência, fax, ou outro meio não descrito neste Edital, condicional ou fora do período estabelecido para a data da inscrição.

5.11. Será cancelada a inscrição em que for verificado, a qualquer

tempo, o não atendimento a todos os requisitos normatizados neste edital, que apresente declarações inverídicas,.

5.12. Para fins de inscrição e identificação do candidato, consideram-se documento de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Estado da Segurança Pública, pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc), carteira nacional de habilitação, conforme modelo estabelecido no art. 159, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) e ainda Carteira de Trabalho desde que conste a identificação clara e sem rasuras. Não serão aceitos como documentos de identidade quaisquer outros além dos citados no item anterior, tais como: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais, documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

5.13. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, bem como os requisitos para inscrição, podendo ser indeferida a inscrição daquele que tiver preenchido o requerimento de forma incompleta ou incorreta, bem como se constatado posteriormente serem estas informações inverídicas.

5.14. A falsidade ou a falta de veracidade das declarações prestadas, verificada a qualquer tempo eliminará o candidato do Processo Seletivo, bem como o exonerará do cargo que por ventura já tenha assumido, sem prejuízo dos reflexos penais.

5.15. Concluso o processo da inscrição, será gerado ao interessado o comprovante de inscrição. Não poderá o candidato requerer o cancelamento da mesma e nem será devolvido valores da taxa de inscrição ao candidato.

5.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, protocolando-o junto à AMPLASC, até o prazo final das inscrições, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (material, equipamento, etc.), sendo que os recursos especiais serão atendidos obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.17. O candidato que não possua acesso à internet poderá se dirigir até a sede da AMPLASC, localizada no endereço Rua São João Batista, 347, Centro, Campos Novos-SC, no horário das 13:30 às 17:30, onde será disponibilizado equipamento e funcionário para realizar a inscrição.

## 6. HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

6.1. As inscrições dos candidatos que tiverem sido deferidas ou indeferidas, em conformidade com o presente Edital de Processo Seletivo, serão publicadas via Edital, fixado em Mural Público da Prefeitura Municipal e junto aos sites da Prefeitura e Amplasc: [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br).

6.2. Após a divulgação da lista de inscritos, os candidatos poderão interpor recursos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quanto à inscrição, contados da data da publicação. O recurso deverá observar o regimento determinado neste Edital, devendo ser protocolado na Secretaria da Amplasc e dirigido a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deste Processo Seletivo.

6.3. Após o decurso do prazo de recurso, as inscrições serão homologadas e publicadas na forma do item 6.1, onde constará a lista dos nomes e números de inscrições dos candidatos aptos a realizarem as provas.

6.4. O candidato deverá acompanhar as publicações editalícias,

bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido homologada ou processada, o mesmo não poderá prestar as provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

6.5. O candidato com recurso pendente poderá participar condicionalmente das provas, enquanto seu recurso estiver pendente de decisão, sem que isso lhe gere qualquer direito ou prejuízo.

## DA TAXA DE INSCRIÇÃO:

7.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado obrigatoriamente de acordo com as orientações da AMPLASC, exclusivamente por meio do boleto bancário gerado no ato da inscrição, e quitado junto as Agências da Caixa Econômica Federal ou junto a suas terceirizadas, como por exemplo, casas lotéricas, no valor correspondente ao da taxa de inscrição para o cargo/função para o qual deseja inscrever-se até o dia 17 de outubro de 2014.

7.2. Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

7.3. O valor referente à taxa de inscrição não será devolvido qualquer que seja o motivo, salvo em caso de cancelamento ou anulação do Processo Seletivo, ou por determinação judicial. Não constitui motivo de devolução do valor pago, a título de taxa de inscrição, as inscrições indeferidas e não homologadas, por destorem das normas estabelecidas neste Edital.

7.4. A inscrição, cujo pagamento não for creditado até o segundo dia útil posterior ao último dia de inscrição não será deferida.

7.5. A inscrição para o candidato amparado pela Lei Estadual n. 10.567/1997 e Lei Municipal nº 3885/2013 (doador fidelizado) (doador de sangue), interessado na isenção de pagamento da inscrição, deverá apresentar à AMPLASC, requerimento neste sentido, conforme Anexo VI, e, os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação, ou seja, declaração que comprove 3 (três) doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição deste Processo Seletivo, ou então, documento específico que comprove integrar a Associação de doadores e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação.

7.6. O candidato inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único de que trata o Decreto n. 6.135, de 26 de junho de 2007) e se for membro da família de baixa renda, nos termos do Decreto n. 6.135 de 2007, interessado na isenção de pagamento da inscrição, deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Campos Novos requerimento neste sentido, conforme Anexo VI e os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação.

7.7. Os Doadores de medula óssea também estão isentos das taxas de inscrição, conforme Leis Estaduais n. 5.268/2002 e n. 5.397/04, desde que os interessados na isenção de pagamento da inscrição, apresentem à Prefeitura Municipal de Campos Novos os comprovantes que demonstrem seu enquadramento nos termos da citada legislação, acompanhado do requerimento de isenção, nos moldes do Anexo VI.

7.8. Os beneficiados pela isenção da taxa de inscrição, deverão protocolar junto à Prefeitura Municipal de Campos Novos as devidas comprovações documentais exigidas, para fins de homologação da inscrição.

7.9. A não comprovação documental das condições de isenção tornará a inscrição do candidato inapta, exceto se este opte pelo

pagamento da referida taxa de inscrição, desde que dentro do prazo e nas condições gerais do edital.

#### 8. DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA:

8.1. A habilitação profissional é a inscrição no órgão fiscalizador da profissão (Registro no CRM, COREN, CRO, etc.), e serão opcionais no ato da inscrição, porém obrigatório no ato da contratação, sob pena de perda do direito de posse no cargo público, passando o candidato ao ultimo lugar na lista de classificação. Os demais documentos de habilitação deverão ser comprovados no ato de inscrição deste Processo Seletivo, sob pena de indeferimento da inscrição.

#### 9. DO VENCIMENTO:

9.1. O vencimento mensal, para a jornada de trabalho a ser contratada é a constante do Anexo I - Quadro de Vagas, independentemente de maior escolaridade, ou outra indicação em lei ou regulamento.

#### 10. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

10.1. O conteúdo Programático Orientado é Mínimo, ou seja, trata das linhas gerais de estudo, exemplificativas, não sendo seu conteúdo exauriente. É dever do candidato o estudo do conteúdo objeto do currículo base estipulado pelo Ministério da Educação - MEC, de acordo com as exigências de formação e habilitação profissional exigida para cada cargo.

10.2 O Conteúdo encontra-se disponível nos sites [www.campos-novos.sc.gov.br](http://www.campos-novos.sc.gov.br) e [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) (anexo II deste Edital).

#### 11. DAS PROVAS E PROCEDIMENTO:

11.1. Esta seleção escolherá e classificará os concorrentes às vagas do cargo em seleção, através de prova escrita, do tipo objetiva.

11.2. A prova escrita será obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção. A referida prova será realizada no dia 01 de novembro de 2014, das 15:00 às 18:00 horas, na Escola Municipal Novos Campos, sita a Rua Assis Camargo Costa, S/N, saída para Tangará, sendo obrigatório o ingresso do candidato ao local de provas com no mínimo 30 minutos de antecedência.

Local das provas	Escola Municipal Novos Campos
Data	01/11/2014, das 15:00 às 18:00 (chegar no mínimo 30 minutos antes)
Endereço	Rua Assis Camargo Costa, s/n, saída para Tangará, ao lado da Secretaria Municipal de Educação de Campos Novos.

11.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova. Não haverá segunda chamada, estando automaticamente desclassificado o candidato que se apresentar no local da prova escrita, sem a observância ao horário estabelecido.

11.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado. É vedado ao candidato prestar prova em local diferente daquele designado no Formulário de Inscrição, exceto em casos autorizados por escrito, pela Comissão de Teste Seletivo e pela AMPLASC.

11.5. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade e o documento de

inscrição no Processo Seletivo (ficha de inscrição impressa no ato da inscrição).

11.6. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura. Caso o documento apresentado pelo candidato seja diferente do documento informado na inscrição ou gere dúvidas quanto a sua identificação, o candidato será automaticamente desclassificado.

11.7. O candidato deverá portar documento original oficial com foto para ingresso no local de provas.

11.8. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento, títulos eleitorais, CPF, carteiras de motorista sem foto (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

11.9. Os candidatos deverão comparecer ao local de provas, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de caneta esferográfica azul ou preta, protocolo de inscrição (ficha de inscrição) e documento oficial de identidade.

11.10. Após assinar a lista de presença na sala de prova e no início do horário da prova, o candidato receberá do fiscal o Caderno de Prova, o Cartão de Identificação e Cartão de Respostas da Prova Objetiva.

11.11. Durante a realização das provas é vedada a consulta a pessoas alheias ao processo, ou a outros candidatos, a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como, a utilização de máquina de calcular ou de outros aparelhos eletrônicos, inclusive de comunicação, sob pena de eliminação do candidato do processo.

11.12. No recinto de provas não será permitido ao candidato entrar ou permanecer com armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank ou eletrônico, tablet, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, caneta que não seja de tubo transparente etc.). O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

11.13. A Prefeitura Municipal de Campos Novos, a Comissão ou a Associação contratada para realização das provas, não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos e/ou equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.

11.14. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a prova, se comunicar com os outros candidatos, usar meios ilícitos ou praticar atos contrários às normas ou disciplina.

11.15. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas, após uma hora do início da mesma. Depois da entrega do cartão resposta o candidato não poderá permanecer no local.

11.16. Conclusos os serviços relativos à prova escrita, em cada uma das salas, será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos três últimos candidatos, pelo(s) respectivo(s) fiscal (ais) de provas e pelos membros presentes.

11.17. Os 3 (três) últimos candidatos da sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirar-se do local simultaneamente, não permanecendo, na sala de provas, menos de três candidatos.

11.18. O candidato ao encerrar a prova deverá entregar ao fiscal da prova o cartão de respostas e o caderno de prova.

11.19. O candidato que deixar de comparecer na prova será declarado ausente na lista de classificação.

11.20. Na hipótese de anulação de questões da prova, quando de sua avaliação, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

11.21. O candidato que necessitar de prova especial (ampliada ou em braile), ou que necessitar de tratamento diferenciado para realizar a prova, deverá requerê-lo no ato da inscrição, por escrito, comprovando, com laudo médico sua necessidade, anexando cópia da Ficha de Inscrição.

## 12. DAS PROVAS:

### PROVA ESCRITA:

12.1. Considera-se prova escrita o conjunto de questões referente a cada matéria, composta de questões objetivas do tipo múltipla escolha e será aplicada a todos os candidatos, independente do cargo/função, e terá duração de até três horas.

12.2. A prova escrita terá um total de 30 (trinta) questões objetivas, do tipo múltipla escolha, subdivididas em 4 (quatro) alternativas, sendo "a", "b", "c" e "d", somente uma correta. Dessas alternativas, somente uma deverá ser assinalada.

12.3. A prova objetiva será elaborada de acordo com a escolaridade exigida para cada cargo, tendo como disciplinas básicas Português, Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais, constituindo-se de:

#### PARA TODOS OS CARGOS:

05 (cinco) questões de português;

05 (cinco) questões de conhecimentos gerais;

20 (vinte) questões de conhecimentos específicos;

12.4. A prova escrita abordará os temas que constam do conteúdo programático minimamente estabelecido no Anexo II deste Edital, e os temas de conhecimento específico inerentes a cada área de formação, conforme currículo estabelecido pelo MEC - Ministério da Educação.

12.5. A prova escrita será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), com o seguinte peso:

a) Cada questão específica terá peso de 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos, as demais questões terão peso de 0,20 (zero vírgula vinte) pontos cada.

12.5.1. O resultado final da nota para seleção é o total de acertos multiplicados pelo peso de cada questão.

12.5.2. Obtido o resultado final este instruirá a lista de classificação.

12.6. As questões da prova escrita serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida Prova.

12.7. O candidato deverá conferir as informações contidas no cartão de respostas e havendo alguma inconsistência deverá imediatamente comunicar o fiscal de prova que tomará as providências cabíveis.

12.8. Qualquer ocorrência relacionada ao item 12.7, será lavrada em ata de sala, assinada pelos fiscais, comissão de acompanhamento e pelo candidato.

12.9. Caso o candidato identifique erros durante a conferência

das informações contidas no cartão de respostas, estes devem ser informados ao fiscal de sala nos termos expostos nos itens 12.7 e 12.8, sob pena de estar precluso qualquer reclamação posterior a este momento.

12.10. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS e no CARTÃO IDENTIFICADOR.

12.11. O candidato deverá transcrever as respostas do caderno de questões da prova objetiva no CARTÃO DE RESPOSTAS, que será o único documento válido para correção, devendo ser preenchido com bastante atenção. Ele não pode ser substituído, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo, que deverá estar devidamente preenchido. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

12.12. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa de prova.

12.13. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o Cartão-Resposta, tais como:

a) dupla marcação;

b) marcação com rasuras;

c) marcação emendada;

d) campo de marcação não preenchido integralmente;

e) em branco, sem nenhuma alternativa assinalada;

f) assinalada (s) com lápis, de qualquer espécie, caneta não esferográfica, ou esferográfica, porém com escrita em cores que não sejam azul ou preta.

h) que contenha qualquer possibilidade de identificação pessoal.

12.14. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções e não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

12.15. Por motivo de segurança os procedimentos a seguir serão adotados:

a) após ser identificado, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de prova ou do local de espera, sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

b) somente depois de decorrida meia hora do início das provas, o candidato poderá entregar seu caderno de questões da Prova Objetiva e seu cartão de respostas, e retirar-se da sala de prova.

c) o candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Processo Seletivo, que será lavrado pelo Coordenador do local;

d) ao terminar as provas o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu caderno de questões da Prova Objetiva e o seu cartão de respostas.

e) os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão entregar as provas simultaneamente e sair juntos do recinto.

f) o gabarito deverá ser preenchido obrigatoriamente com caneta esferográfica, somente nas cores azul ou preta e com tubo transparente.

12.16. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) For surpreendido, durante a realização das provas em comunicação com outros candidatos, bem como utilizando-se de livros,

notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

b) For descortês ou faltar com respeito para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

c) Não devolver o caderno de questões antes de sair da sala de provas;

d) Estiver fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como calculadora, celular e similares;

e) Afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

f) Portar caneta não esferográfica ou com tubo que não seja transparente.

g) Apresentar-se fora do local, da data e/ou do horário estabelecidos para realização da prova;

h) Não comparecer à prova, conforme convocação oficial, seja qual for o motivo alegado;

i) Não apresentar o documento de identidade, nos termos deste Edital, para a realização da prova;

j) Ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 30 minutos;

l) Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;

m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos e(ou) ilegais para obter vantagens para si e(ou) para terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo;

n) For surpreendido dando e(ou) recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

o) For surpreendido fazendo uso de máquina fotográfica, telefone celular, gravador, bip, receptor, pager, notebook, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, palmtop, régua de cálculo, máquina de calcular e(ou) equipamento similar;

p) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos;

q) Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e(ou) na folha de respostas;

r) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

s) Descumprir este edital e(ou) outros que vierem a ser publicados.

12.17. Em hipótese alguma, o candidato poderá sair da sala de prova com qualquer material referente à prova, durante a sua realização, podendo anotar suas respostas para posterior conferência.

12.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

12.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas.

12.20. O candidato, ao terminar a prova escrita, devolverá ao fiscal da sala, o cartão de respostas e o caderno de questões.

12.21. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial.

12.23. O gabarito oficial das questões será divulgado junto ao mural da Prefeitura Municipal de Campos Novos e nos sites [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br)

### 13. DO CARTÃO RESPOSTA e PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO:

13.1. O candidato receberá junto com o Caderno de Prova o Cartão-Resposta e o Cartão Identificador, sendo que o cartão identificador deverá ser preenchido e entregue aos fiscais de sala antes de iniciar a prova.

13.2. O Cartão Resposta deverá conter somente o número correspondente ao cartão identificador, não podendo ser identificado com o nome do candidato e/ou qualquer outra identificação, cabendo a ele rigoroso cuidado, sob pena de nulidade de sua prova e eliminação do certame.

13.3. O preenchimento do Cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital. O cartão resposta não poderá ser preenchido a lápis, de qualquer espécie, caneta não esferográfica ou com escrita em cores que não sejam preta ou azul e com tubo não transparente.

13.4. Em hipótese alguma haverá substituição do Cartão-resposta por erro do candidato.

13.5. O candidato deverá colocar as suas respostas no Cartão-Resposta, em local próprio, com o preenchimento total da alternativa, conforme exemplo no próprio cartão resposta, sendo que este será o único documento válido para a correção das provas.

13.6. Os cartões identificadores, depois de preenchidos, serão entregues aos fiscais e lacrados em envelope próprio, assinado pelos membros da comissão, permitindo-se aos candidatos a aposição de suas assinaturas como sinal garantidor de inviolabilidade.

13.7. Após a realização da prova, o Cartão Resposta será o único documento válido para a correção. Será realizada a identificação pública, em data e horário constante neste edital. Os candidatos interessados poderão acompanhar este processo, juntamente com a Comissão Examinadora e membros das AMPLASC.

13.8. Será atribuída nota ☐0☐ (zero) à questão da prova: cuja(s) resposta(s) no cartão não corresponda ao Gabarito Oficial; quando a(s) resposta(s) no cartão contenha emendas, barões ou rasuras; que contenha(m) mais de uma resposta assinada ao cartão resposta; que não estiver (em) assinaladas(s) no cartão resposta, cuja(s) resposta(s) for (em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

### 14. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

14.1. A nota final terá peso 10 (dez), e será unicamente obtida na prova objetiva. Os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,0 (cinco) serão considerados como não classificados.

14.2. Na hipótese de igualdade na nota final entre candidatos, para fins de classificação, o critério de desempate se fará da seguinte forma:

14.2.1. Quando se apresentar candidato considerado Idoso: Candidato com idade mais elevada, assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, considerando-se ano, mês e dia do nascimento, contados até a data de publicação deste Edital, na forma dos artigos 1º e 27º, parágrafo único, da Lei Federal n. 10.741 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso); O candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova específica; O candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova de português; Sorteio Público, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital.

14.2.2. Quando não se apresentar candidato considerado Idoso: a) O candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova específica;

- b) O candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova de português;
- c) Sorteio Público, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital.

#### 15. DA APROVAÇÃO:

15.1. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas, sendo que o candidato que não atingir a nota mínima de peso 5,0 (cinco) será considerado não classificado.

15.2. Todos os candidatos deverão informar seu endereço atualizado junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura e se possível telefone de contato para eventuais comunicações e encaminhamento se for o caso de edital de chamamento.

15.3. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará os candidatos aprovados por cargo e será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal e nos sites [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) e [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br).

#### 16. DOS RECURSOS:

16.1. É admitido recurso quanto a divergências, conforme prazo especificado neste Edital, além de outras hipóteses previstas, quanto da:

- a) não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) formulação das questões da prova escrita/objetiva;
- c) na opção considerada como certa na prova escrita;
- e) conteúdo e/ou gabarito das provas;
- d) resultado da divulgação da Lista Preliminar de Classificação;

16.2. Os recursos interpostos pelos candidatos, os quais deverão necessariamente conter a identificação e ser devidamente fundamentados, deverão obrigatoriamente dar entrada no protocolo da AMPLASC, no prazo marcado no Edital, endereçados a AMPLASC aos cuidados da Secretaria Executiva Rosane Infeld, expondo os motivos de tal recurso, apresentado em 2 (duas) vias, assinados, fundamentados, com argumentação lógica e consistente, bem como todos os dados pertinentes para a apreciação do recurso, conforme modelo Anexo deste Edital e deverão conter os seguintes elementos: Nome do Candidato; número de inscrição; Processo Seletivo de referência; Cargo ao qual concorre; Circunstanciada exposição a respeito das questões ou pontos para as quais em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos; Razões do pedido de revisão, bem como o total dos pontos pleiteados.

16.3. Somente serão admitidos recursos expressos em termos convenientes, de forma clara e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, sob pena de não conhecimento e desprovisionamento do mesmo. Deverá o recorrente demonstrar claramente o erro, bem como qual seria a opção correta.

16.4. No caso de Prova Objetiva, admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito, à formulação ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado e instruído com material bibliográfico.

16.5. Após o julgamento dos recursos interpostos os pontos correspondentes às questões, porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não obtiveram os pontos na correção inicial.

16.6. Será liminarmente indeferido o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital. Não serão admitidos, em nenhuma hipótese,

pedidos de revisão, ou recursos, via fax e/ou pelo correio eletrônico.

16.7. O resultado dos recursos, assim como as alterações de gabaritos das Provas Objetivas, as alterações das notas da Prova Objetiva, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, estarão à disposição dos candidatos no Mural Público da Prefeitura Municipal e da Amplasc, bem como nos sites aqui já informados.

16.8. A nota obtida por intermédio do julgamento do recurso impetrado contra o resultado preliminar poderá permanecer inalterada, sofrer acréscimo ou até mesmo ser diminuída, em relação à nota divulgada preliminarmente.

16.9. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

16.10. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ou no seu impedimento por quem o estiver substituindo na forma da lei, e publicado no Mural Público da Prefeitura e nos sites mencionados neste edital.

16.11. Todos os recursos terão efeito suspensivo.

#### 17. DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Findos os trabalhos, publicados todos os resultados e a respectiva classificação, transcorrido o prazo para a interposição de recursos e julgados os interpostos, o resultado será submetido à homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### 18. DA PUBLICIDADE:

18.1. A divulgação da classificação dos candidatos será feita através do Mural Público da Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC e junto à página da internet da prefeitura no endereço informado no Edital, bem como no site da AMPLASC.

#### 19. DA REMUNERAÇÃO:

19.1. A remuneração dos servidores que ingressarem no serviço público municipal de Campos Novos será de acordo com a Legislação Municipal, independente de maior habilitação.

#### 20. DO CRONOGRAMA

20.1. A divulgação do presente Processo Seletivo, seguirá o seguinte cronograma:

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Publicação do Edital	26/09/2014	
Período de Inscrições	26/09 até 17/10 de 2014	14h00 às 23h59
Divulgação Preliminar das Inscrições	21/10/2014	19h00
Recurso das Inscrições	22/10/2014	13h00 às 19h00
Homologação das Inscrições	23/10/2014	19h:00
Provas	01/11/2014	15h00 às 18h00
Divulgação do Gabarito Preliminar	01/11/2014	19h00
Divulgação do Resultado por número de identificação	06/11/2014	19h00
Identificação Pública na Câmara de Vereadores	10/11/2014	14h00

Recurso do Resultado Preliminar de classificação	11/11/2014 a 12/11/2014	13h00 às 18h00
Homologação do Resultado final	14/11/2014	19h00

20.2. Eventuais alterações deste cronograma serão publicadas em Retificação deste Edital.

#### 21. REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO:

21.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos sob o Regime Celetista, conforme prescreve o artigo 5º da LC n.07/2007, com redação dada pela Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08 e se submeterão ao Regime Geral da Previdência Social.

#### 22. DA NOMEAÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS:

22.1. Os candidatos serão classificados de acordo com a nota obtida na prova em ordem decrescente, e passam a compor a lista Oficial de Classificação.

22.2. O candidato aprovado que no momento da escolha não aceitar a vaga, não estiver presente, ou não possuir os documentos de habilitação profissional passará automaticamente para o último lugar da classificação. Caso seja um único selecionado este não tomará posse no cargo.

22.3 O candidato que for aprovado e convocado terá (05) cinco dias úteis para assumir as funções do cargo. Caso não possa assumir o cargo quando convocado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar da lista de classificados. Caso não o faça tal ato será feito de forma automática, efetuando-se o chamamento do candidato imediatamente melhor classificado.

22.4 O candidato aprovado deverá apresentar no ato da convocação os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Número do CPF - Cadastro de Pessoa Física ou o comprovante de inscrição;
- Título de Eleitor, acompanhado do comprovante que votou nas últimas três eleições ou certidão de quitação eleitoral, emitida pela Justiça Eleitoral.
- Comprovante de quitação do Serviço Militar através da apresentação do Certificado de Reservista, ou de Dispensa do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, o qual será opcional no ato da inscrição e obrigatório no ato da contratação, sendo que caso não apresente este no ato de contratação o candidato será reclassificado para o último lugar na lista de classificação sendo convocado o próximo candidato na ordem de classificação.
- Comprovante de habilitação (inscrição no órgão fiscalizador da profissão) exigido para o cargo, o qual será opcional no ato da inscrição e obrigatório no ato da contratação, sendo que caso não apresente este no ato de contratação o candidato será reclassificado para o último lugar na lista de classificação sendo convocado o próximo candidato na ordem de classificação.
- Duas fotos 3 X 4, iguais e recentes.

#### 23. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

23.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para, tempestiva, motivada e justificadamente, propor a impugnação deste Edital.

23.2 - A petição que intencionar a impugnação deste Edital deverá ser dirigida ao Chefe do Poder Executivo, através de protocolo da mesma, até o 3º (terceiro) dia útil do que antecede o término do período destinado às inscrições.

23.3 - Na petição deverá constar as razões da impugnação,

acompanhada(s) de justificativa(s), sendo imprescindível a fundamentação legal. Ausentes estas condições o requerimento não será conhecido.

23.4 Os pedidos de impugnação serão resolvidos até o último dia do período destinado às inscrições. Se das impugnações resultar em alteração substancial do Edital e das regras nele estabelecidas, será reaberto o prazo para as inscrições, com a alteração proporcional no cronograma de atividades estabelecido no Edital.

#### 24. DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

24.1. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

24.2. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão, em conjunto com a empresa responsável pela realização do Processo Seletivo.

24.3. A aplicação das provas será fiscalizada por pessoas especialmente designados por ato do Prefeito Municipal e pela Associação dos Municípios que foi delegado competência, sendo vedado o ingresso de pessoas estranhas nas salas de provas.

24.4. A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova, deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata.

24.5. A amamentação em lugar específico, se dará nos momentos que se fizerem necessários, não tendo a candidata neste momento a companhia do acompanhante, além de não ser dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova perdido com a amamentação. E sempre estará acompanhada por pelo menos 02 fiscais. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

24.6. As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

24.7. O caderno de prova de cada um dos candidatos permanecerá resguardado, pelo prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do resultado final. Após o respectivo prazo, os cadernos de provas serão incinerados. Os demais documentos farão parte deste Processo Seletivo que será arquivado junto a Prefeitura Municipal.

#### 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

25.1. O candidato classificado será submetido a laudo médico, de caráter eliminatório, para o qual será emitido "apto" e ou "inapto", para a função.

25.2. Estará automaticamente eliminado o candidato convocado quando:

- Não se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, no prazo determinado na convocação;
- Apresentar impedimento comprovado;
- Não for recomendado ou considerado inapto na avaliação médica;
- Apresentar outro impedimento legal ou constitucional;
- Não comprovar os requisitos pré-determinados para o cargo e exigidos neste Edital para o ingresso no Serviço Público Municipal.
- Não comprovar residência na área da comunidade em que for atuar. (Agente Comunitário de Saúde)
- Desistir espontaneamente.
- Não possuir registro junto aos Conselhos Profissionais, não

poderá de forma alguma tomar posse no cargo sob pena de exercício ilegal da profissão.

25.3. As datas previstas neste Edital poderão sofrer alterações, por motivos técnicos ou operacionais, fortuitos ou de força maior, sendo comunicado aos candidatos com antecedência de 2 (dois) dias do prazo eventualmente alterado, através do órgão oficial de divulgação do Município e/ou no mural público e ainda nos sites consignados neste edital.

25.4. As disposições e instruções contidas no presente Edital constituem normas, e a inscrição no Processo Seletivo implicará no conhecimento e aceitação total, tais como se encontram estabelecidas.

25.5. É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Processo Seletivo, através do Mural Público da Prefeitura Municipal, na imprensa, se desejar a Administração e nos sites já referenciados.

## 26. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

26.1. Caberá a Comissão de Processo Seletivo, que será designada por ato do Prefeito Municipal, a supervisão, fiscalização e coordenação de todas as etapas relativas ao processo.

26.2. Outras tarefas pertinentes ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal;

26.3. O Processo Seletivo de que trata o presente edital será realizado sob a responsabilidade técnica da AMPLASC - CNPJ 02.061.040-0001-79, localizada na Rua São João Batista, n.347, centro da cidade de Campos Novos-SC, CEP 89620-000, que executará todas as fases do Processo Seletivo.

27.4. As provas serão elaboradas, aplicadas e corrigidas pela Associação dos Municípios especialmente contratada para prestação destes serviços e fiscalizadas pela Comissão Municipal designada pelo Prefeito.

27.5. O Prefeito Municipal nomeia Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Processo Seletivo, por meio de Decreto Municipal, a qual naquele ato terá suas atribuições definidas.

## 27. DOS ANEXOS:

27.1. Faz parte do presente Edital:

Anexo I - Quadro de vagas;  
Anexo II - Conteúdos Programáticos orientadores mínimos;  
Anexo III - Descritivo das Atribuições dos Cargos;  
Anexo IV - Modelo de Formulário de Recurso;  
Anexo V - Modelo de Requerimento - Pessoas com Deficiência.  
Anexo VI - Modelo de Requerimento - Isenção de Taxa de Inscrição.

## 27.2. DA LEGISLAÇÃO

O presente Processo Seletivo submete-se as regras do inciso IX do art.37 da Constituição Federal, Lei 11.350 de 05/10/2006 e das Leis Complementares Municipais nº. 07/2007 e suas alterações legais; e Cláusulas estabelecidas no TAC sob n.06.2011.005831-2 estabelecido entre a AMPLASC e o MPSC - Ministério Público de Santa Catarina, e demais disposições legais municipais inerentes a processos de seleção de servidores.

## 28. DO FORO JUDICIAL

28.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Campos Novos, SC, por mais especial que outro seja.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos Novos(SC),  
em 26 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL Nº001/2014

## ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, ESCOLARIDADE E TAXA DE INSCRIÇÃO.

NASF-Núcleo de Apoio à Saúde da Família

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Fisioterapeuta NASF	02	20	R\$ 1.933,64	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Assistente Social NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Fonoaudiólogo NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Nutricionista NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Educador Físico NASF	01	40	R\$ 1.868,89	Portador de Diploma de Nível Superior Formação em Educação Física (Bacharelado) com Registro no CREF	R\$100,00

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Técnico em Enfermagem SAMU	01	40	R\$ 1.454,61	Ensino Médio, curso técnico na área. Registro no COREN	R\$ 50,00

SAMU-Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

ESF- Estratégia Saúde da Família

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Médico Comunitário - Clínica Geral (ESF)	01	40	R\$15.206,30	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no CRM	R\$100,00
Auxiliar de Enfermagem Comunitário-ESF-	03	40	R\$ 1.000,00	Ensino Médio, curso técnico na área. Registro no COREN	R\$50,00
Auxiliar De Odontologia Comunitário (Auxiliar em Saúde Bucal) ESF	01	40	R\$ 860,00	Ensino Fundamental completo, certificado de conclusão de curso de auxiliar em saúde bucal (resolução Conselho Regional de Odontologia CFO 85 de 31/01/2009, lei nº 11.889/08 e Registro junto ao CRO)	R\$50,00
Agente Comunitário Cadas- de Saúde- ACS-ESF-Sr. Bom Jesus	40		R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-São Sebastião	40		R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF- Integração	03	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-São José	03	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-COHAB	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00

Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-CAIC	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Nossa Sra. Aparecida	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Santo Antônio	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00

OBS - O Grau de Escolaridade e a habilitação exigida para o cargo será facultativo no ato da inscrição deste Processo Seletivo, porém, é obrigatório no ato da contratação.

Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde-ACS o endereço residencial deverá ser obrigatoriamente da área de abrangência do posto e comprovada no ato da apresentação de documentos para contratação ao Departamento de Pessoal, conforme estatui as regras do programa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos Novos (SC),  
em 26 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO  
DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2014

ANEXO - II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ORIENTADOR MÍNIMO NÃO EXAUSTIVO

PROVAS ESCRITAS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA O SAMU

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;  
Fundamentos de enfermagem; Conhecimentos de anatomia e fisiologia humana. Assistência de enfermagem no atendimento às necessidades do paciente hospitalizado. Primeiros Socorros: Lesões de tecidos moles (contusão, escoriação, ferimentos), ressuscitação cárdio respiratório, lesões traumatoortopédica (fraturas, luxações, entorse); Enfermagem em urgência e emergência, assistência de enfermagem ao paciente na UTI ou CTI; Cuidados de Enfermagem Cirúrgica: Sala de cirurgia, material, uniforme, tipos de cirurgias, dreno torácico, recuperação pós-anestésica, diálise peritonial. Assistência ao Exame Físico: Métodos de exames, material, preparo do paciente, posições para exames, e observações. O Paciente e o Hospital: Sinais Vitais: temperatura, pulso, respiração, pressão arterial, quadro gráfico. Enfermagem Neuro-Psiquiátrica e em Saúde Pública: Definição, histórico, objetivos, imunização, doenças provocadas por vermes (meios de transmissão e profilaxia), ocorrências de outras doenças ligadas a saúde pública; cuidados de enfermagem na prevenção e tratamento de doenças infecciosas e parasitárias. Higiene, profilaxia, assepsia, desinfecção e esterilização, métodos e cuidados; Administração de Medicamentos: Métodos, vias, regras gerais, diluição, oxigenoterapia, curativos e coletas de amostras para exames laboratoriais;

microbiologia e Parasitologia. Nutrição e dieta dos pacientes. Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão. Cuidados de enfermagem a pessoas com afecções do sistema gastrointestinal, cardiovascular, respiratória e hematológico. Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis DST/AIDS. Cuidados com o recém-nascido; aleitamento materno; crescimento e desenvolvimento; doenças mais frequentes na Infância. Atendimento de enfermagem à saúde da criança e adolescente; Principais riscos de saúde na adolescência. Atendimento de enfermagem à saúde da mulher, planejamento familiar; pré-natal, parto e puerpério; climatério; prevenção do câncer cérvico-uterino. Atendimento ao idoso. Saúde Pública; Administração aplicada à enfermagem; noções de administração de unidade; trabalho em equipe; lei do exercício profissional; ética profissional. ; Sistema Único de Saúde - SUS: (princípios e diretrizes), conceitos, fundamentação legal, diretriz e princípios, participação popular e controle social; A organização social e comunitária; O Conselho de Saúde; A assistência e o cuidado dos Técnicos de Enfermagem ao longo do ciclo vital; O exercício profissional do Técnico de Enfermagem; Equipe de saúde. Educação para a saúde. O trabalho com grupos; Reorganização dos Serviços de Saúde: PSF e PACS; Vigilância Epidemiológica e Sanitária; Todo Conteúdo Programático do Curso de Técnico em Enfermagem. (Currículo Básico)

#### FISIOTERAPEUTA

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Anatomia geral: Osteologia, Miologia e Articulações; Neuroanatomia: Anatomia do tronco encefálico, Anatomia do telencéfalo, Anatomia da medula espinhal, Vascularização do SNC; Cinesio- logia: Fisiologia e neurofisiologia muscular, Estrutura do músculo esquelético, Excitação do nervo e das fibras musculares esqueléticas, Fontes de energia para contração muscular, Tipos de fibras musculares, Unidade motora, Fibras nervosas, Receptores tendinosos, musculares e articulares, Controle motor, componentes segmentares e supra-segmentares, Tipo de contração muscular; Avaliação fisioterápica: Exame de membros superiores, inferiores e coluna vertebral, Exame da marcha, Teste muscular, Exame sensitivo motor e reflexos; Patologias ortopédicas: Patologias ósseas gerais, Raquitismo, Enfermidade Paget, Osteoporose, Osteomalácia, Artroses, Infecções piógenas: agudas e crônicas, Tuberculose óssea e articular, Lesões traumáticas de membros superiores, inferiores, coluna vertebral, nervos periféricos e ligamentares; Patologias reumáticas: Artrite reumatóide, Espondilite anquilosante, Enfermidades parareumáticas, Patologias neurológicas, Patologias neurológicas dos nervos periféricos, Patologias traumáticas e degenerativas da medula espinhal, Síndromes parquinsonianas, Acidentes vasculares cerebrais, Traumatismo craniano, Patologia s musculares; Reabilitação em hemofilia; Reabilitação do Amputado; Próteses e órteses; Eletroterapia; Termoterapia; Hidroterapia; Radiações. Ética profissional; Todo Conteúdo Programático do Curso de Fisioterapeuta. (Currículo Básico)

#### ASSISTENTE SOCIAL

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Serviço Social: Conhecimentos Gerais da Profissão; História do Serviço Social; Serviço Social e Formação Profissional; Metodologia do Serviço Social; Serviço Social e Ética; Serviço Social e assistência; Serviço Social e recursos humanos; Serviço Social e saúde; Serviço Social e Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social, organização dos serviços de saúde. Assistência Social e Política Social: organização e gestão das políticas sociais. Serviço Social e Reforma Sanitária: processo histórico, movimento sanitário, serviço social na área da saúde. Serviço Social e Ética.

A Prática Institucional do Serviço Social/Análise Institucional; A Dimensão Política da Prática Profissional; Questões Sociais Decorrentes da Realidade Família, Criança, Adolescente, Idoso, Deficiente, Educação, Saúde e Previdência do Trabalho; Encaminhamento das questões sociais: desigualdade, exclusão, violência doméstica. Assessoria em planejamento, pesquisa, supervisão e administração em serviço social; Atuação do Serviço Social na Administração de Políticas Sociais; Planejamento: Serviço Social e Interdisciplinaridade; Elaboração de Programas e Projetos. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90); LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8.742/93); Lei n.º 8.884/94 (Fixa a Política Nacional do Idoso); Pesquisa em Serviço Social; Atuação do Serviço Social na Administração de Políticas Sociais; Planejamento: Serviço Social e Interdisciplinaridade; Programa Social SUAS - Sistema Único da Assistência Social; Conteúdo Programático do Curso de Graduação em Serviço Social (Currículo Básico).

#### FONOAUDIÓLOGO

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Conhecimento em Anatomia e Fisiologia; Crescimento e Desenvolvimento das Estruturas Orofaciais; Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem; Patologias da Linguagem: Distúrbios de Origem Neurológica, Distúrbios Articulatórios, Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Distúrbio da Aprendizagem. Linguística Fonética e fonologia. Distúrbios da Voz, Gagueira e Deficiência Auditiva; Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psico-sociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas. Alterações na Comunicação Gráfica; Fonoaudiologia e a Instituição Escolar; Fonoaudiologia e o Serviço de Saúde Pública; Etapas do desenvolvimento Motor Global; Crescimento e desenvolvimento dos Órgãos Fonoarticulatórios; Atuação do Fonoaudiólogo em Equipes Interdisciplinares para Prevenção, Hospitais e Clínicas, Avaliação e Reabilitação da Comunicação; Conteúdo Programático das Disciplinas do Curso de Graduação em Fonoaudiologia (Currículo Básico).

#### NUTRICIONISTA

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Princípios Nutricionais - Digestão, Absorção, Transporte e Excreção de Nutrientes. A Nutrição e a Escola; Complexos Vitamínicos / Carências / Doenças/ Alergias; Conceitos Básicos em Nutrição; Nutrição no Ciclo da Vida - da Gestaçao ao Envelhecimento, Desnutrição - Desnutrição Infantil / Aleitamento; Nutrição para a Manutenção da Saúde e Prevenção de Doenças; Bases da Dietoterapia; Recomendações Nutricionais - Adulto e Pediatria; Necessidades Nutricionais - Adulto e Pediatria; Terapia Nutricional nas Enfermidades - Adulto e Pediatria; Terapia Nutricional Enteral - Adulto e Pediatria; Administração e Nutrição na Produção de Refeições Coletivas; Técnica Dietética; Alimentação e Nutrição; Produção de Alimentos; Microbiologia dos Alimentos; Contaminações de Alimentos; Controle de Qualidade. Dietas - Técnicas, Seleção e Preparo de Alimentos; Controle higiênico-sanitário dos alimentos; Doenças Parasitárias; Princípios de Epidemiologia; Epidemiologia aplicada à Nutrição; Princípios Nutritivos; Programas Nutricionais Escolares; Nutrição e Saúde Pública; Hábitos Alimentares; Atuação

do Nutricionista em Equipes Interdisciplinares; Planejamento, Execução, Avaliação e Supervisão em Programas de Saúde. Legislação do SUS - Sistema Único de Saúde; Conteúdo Programático das Disciplinas do Curso de Graduação em Nutrição (Currículo Básico).

#### EDUCADOR FÍSICO

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;  
A Educação Física e os fatores que afetam o crescimento físico. O profissional de Educação Física e o PSF. O Profissional de Educação Física e o NASF. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo. Epidemiologia da Atividade Física. Métodos de Medida da Atividade Física. Crescimento e desenvolvimento humano. Fisiologia do Exercício. Cinesiologia. Cineantropometria. Análise de dados em atividade física e saúde. Baterias de Testes. Exercícios resistidos para a saúde e desempenho. Prescrição de Exercício na prevenção, tratamento e controle dos agravos crônico não transmissíveis. Saúde coletiva e Atividade Física. Metodologia do Treinamento Desportivo: Aptidão Física: conceitos, componentes básicos e as possíveis causas e consequências. O Esforço, intensidade e frequência nos exercícios. Esporte adaptado. Avaliação Saúde no Trabalho: Qualidade de Vida, Estilos de Vida, Ergonomia. Conceitos de Atividade Física e Saúde. Prescrição de Exercício Físico para Saúde. Diretrizes Gerais para prescrição de exercício e orientação de atividades físicas. Atividade Física e idoso. Atividade Física para crianças e adolescentes. Atividade Física para gestantes.

#### AGENTES COMUNITÁRIO

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;  
Noções de conhecimento de técnicas administrativas na área de saúde pública, de agrupamento, de divisão de tarefas e de responsabilidades; conceitos de: comunidade, cidadãs, cidadãos, cidadania, direitos e deveres; noções de atenção à gestante, recém-nascido, criança, adulto, mulher, idoso, saúde bucal, vacinas e doenças; noções de higiene física e da habitação; destinação correta do lixo; noções de aleitamento materno; detecção de necessidades de encaminhamento médico quando há suspeitas de doenças respiratórias agudas e crônicas, parasitoses e dermatoses; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e uso de drogas; cuidados com o meio ambiente e saneamento básico; conceitos de epidemias e endemias: chagas, dengue, cólera, febre amarela, leishmaniose, raiva, leptospirose, malária, escorpião amarelo; esquistossomose; noções de ética; noções de prevenções e recuperação da saúde; biologia dos vetores; reconhecimento geográfico; tratamento e cálculo para tratamento; pesquisa entomológica noções e conhecimentos das legislações pertinentes, em especial Lei Federal n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006;.

#### AUXILIAR DE ENFERMAGEM

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;  
Conhecimentos do Auxiliar de Enfermagem em: Saúde Pública; Enfermagem Médica, Cirúrgica e Materna - Infantil; Fundamentos de Enfermagem; Técnicas Básicas do Auxiliar de Enfermagem; Sinais Vitais: Temperatura, pulso, respiração, pressão arterial, Assistência ao exame físico Métodos de exames - materiais, atribuições da enfermagem Preparo dos pacientes, Enfermagem Neuro-Psiquiátrica; Psicologia; Ética Profissional; Assistência de Enfermagem Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, surtos e epidemias; nas Ações de Vigilância Epidemiológica e Imunização; Assistência

de Enfermagem em Doenças Crônicas Degenerativas: Diabetes e Hipertensão; Atuação de Auxiliar de Enfermagem em Unidade Básica de Saúde; Auxiliar de Enfermagem no Atendimento de Enfermagem à Saúde da Mulher; no Planejamento Familiar; no Pré-Natal, no Parto e Puerpério; nos Cuidados com o Recém-Nascido; no Aleitamento Materno; no Crescimento e Desenvolvimento da criança, no Climatério; na Prevenção do Câncer cérvico-uterino; Auxiliar de Enfermagem no Atendimento da Saúde da Criança e Adolescente; nas Doenças mais Frequentes na Infância; nos Principais riscos de Saúde na Adolescência; Auxiliar de Enfermagem no Atendimento aos idosos, Auxiliar de Enfermagem no Programa de Saúde da Família, Auxiliar de Enfermagem em Urgência e Emergência; nos Primeiros Socorros: Contusão, escoriação, ferimentos; Fraturas, luxações, entorses; Parada cardio-respiratória; Queimaduras de 1º, 2º e 3º grau; Envenenamentos, Higiene e Profilaxia; Anatomia e Fisiologia Humana; Microbiologia e Parasitologia; Nutrição e Dietética; Farmacologia e Enfermagem hospitalar. Administração de medicamentos: Classificação das drogas; Vias de Administração; Procedimentos básicos; Controle de estoque de medicamentos. Todo Conteúdo Programático do Curso de Auxiliar de Enfermagem.

#### MÉDICO COMUNITÁRIO

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;  
Dor fisiopatologia; Dor torácica; Dor abdominal; Cefaléias; Dor lombar e Cervical; Distúrbios da regulação térmica; Calafrios e Febre; Dores musculares, Espasmos, Cãibras e Fraqueza muscular; Tosse e hemoptise; Dispnéia e edema pulmonar; Edema; Cianose, hipoxia e policitemia; Hipertensão arterial; Síndrome de choque; Colapso e morte cardiovascular súbita; Insuficiência cardíaca; Insuficiência coronária; Bradiarritmias; Taquiarritmias; Cateterismo e Angiografia cardíaca; Febre reumática; Endocardite infecciosa; Miocardiopatias e miocardites; Infarto agudo do miocárdio; Cor pulmonale; Parada cardiorrespiratória; Constipação; Diarréia e Distúrbios da função ano retal; Aumento e perda de peso; Hematêmese e melena; Hepatite aguda e crônica; Icterícia e hepatomegalia; Cirrose; Distensão abdominal e ascite; Coledocolitíase; Doenças do pâncreas; Líquidos e eletrólitos; Acidose e alcalose; Anemias; Hemorragia e trombose; Biologia do envelhecimento; Problema de saúde do idoso; Diagnóstico e manuseio das afecções mais comuns da pessoa idosa; Avaliação e diagnóstico das doenças infecciosas; Diarréia infecciosa aguda e intoxicação alimentar; Doenças sexualmente transmissíveis; Síndrome de angústia respiratória do adulto; Estado de mal asmático; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Tromboembolismo pulmonar; Insuficiência renal aguda; Insuficiência renal crônica; Glomerulopatias; Obstrução das vias urinárias; Lúpus eritematoso sistêmico; Artrite reumatóide; Vasculites; Doença articular degenerativa; Artrite infecciosa; Distúrbios da coagulação; Diabetes mellitus; Doenças da tireóide; Doenças vasculares cerebrais, Traumatismo cranioencefálico e raquimedular; Virose do sistema nervoso central: meningites e encefalites; Coma; Doenças ocupacionais; Acidentes do trabalho; Neoplasias; Carências nutricionais. Condições de saúde da criança brasileira. Alimentação da criança. O recém-nascido normal e patológico. Imunização e vacinas. Crescimento e desenvolvimento. Desnutrição protéico-calórica. Anemias na infância. Diarréia aguda e persistente. Cardiopatias na criança. Doenças respiratórias na criança. Refluxo gastroesofágico. Hemorragia digestiva. Doenças no trato genitourinário na criança. Doenças auto-imunes e colagenoses na criança. Doenças infectocontagiosas mais frequentes na criança. Parasitoses intestinais. Dermatoses mais frequentes na criança. Convulsões na criança. Patologias cirúrgicas mais frequentes na criança. Principais neoplasias na criança. Fisiopatologia menstrual; Sangramento uterino anormal; Vulvovaginites; Doenças sexualmente transmissíveis (incluindo doença inflamatória pélvica e AIDS); Neoplasias benignas, malignas (prevenção,

diagnóstico e tratamento de câncer ginecológico); Mastologia; Urgências em ginecologia; Planejamento familiar (contracepção/infertilidade); Infertilidade; Endocrinologia ginecológica; Ginecologia na infância e na adolescência; Prolapso genital; Incontinência urinária; Patologia do trato genital inferior; Endometriose; Climatério; Ações coletivas em saúde da mulher; Abortamento legal: segundo Código penal; Abortamento provocado; Sexualidade; Violência sexual; Pré natal normal e critérios de risco, doenças comuns incidentes na paciente obstétrica. Saúde Pública: Noções Gerais de Epidemiologia; Noções Gerais de Vigilância Epidemiológica; Imunização; Estatísticas Vitais em Indicadores de Saúde; Saneamento Básico e Meio Ambiente. Todo Conteúdo Programático das Disciplinas Básicas da Especialidade (Currículo Básico).

#### AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Anatomia Dentária; Bases da Cirurgia; Cirurgia Bucomaxilofacial; Conhecimentos Básicos em Saúde Pública; Dentística Operatória/Reparadora; Endodontia; Estomatologia; Implantodontia; Odontologia Legal; Ortodontia; Patologia Bucal; Periodontologia; Prótese; Diagnósticos em Patologia Bucal; Guia Terapêutico Odontológico; Odontologia Infantil/Juvenil - Prevenção - Tratamentos; Diagnóstico; Sistema Nervoso Facial; Traumas; Aspectos Radiográficos; Soluções Químicas - Indicação, Dosagem e Aplicação. Todo Conteúdo Programático do Curso de Auxiliar de Saúde Bucal.

##### LÍNGUA PORTUGUESA - PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Compreensão e interpretação de textos; tipologia textual; ortografia oficial; acentuação gráfica; classes de palavras; sinal indicativo de crase; sintaxe da oração e do período; pontuação; fonemas e grafia; significação e formação de palavras; adequação semântica; apostro e vocativo; regência nominal e verbal: estudo de preposições, pronomes: relativos, interrogativos, oblíquos, demonstrativos, possessivos preposições, conjunções, interjeições, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, pronomes e determinadas flexões; concordância nominal: substantivos, numeral, artigos, adjetivos, locuções adjetivas, advérbios; concordância verbal: sujeito, flexão e articulação de modos e tempos verbais; figuras de linguagem; orações coordenadas e subordinadas; objeto direto e indireto; fonologia, divisão silábica; orações coordenadas; apêndice; apostro e vocativo; termos essenciais e integrantes da oração.

##### LÍNGUA PORTUGUESA - PARA CARGOS DE ENSINO MÉDIO:

Componentes curriculares relativos à área de formação, estipulados pelo MEC - Ministério da Educação;

Compreensão de texto; Ortografia; Acentuação gráfica; Uso de maiúsculas, fonemas; Divisão silábica; Pontuação; Substantivos e adjetivos (gênero, número e grau). Verbos (tempos e modos). Fonética e Fonologia: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Morfologia: Classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, pronome, numeral, verbo e suas flexões; advérbio, conjunção, preposição e interjeição. Sintaxe: Período Simples: termos da oração. Semântica: significação das palavras (antônimo, sinônimo, homônimo e parônimo).

##### CONHECIMENTOS GERAIS:

ESTADO DE SANTA CATARINA e Municípios (Campos Novos-SC, Limites, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais).

BRASIL: Ministros e ministérios, Símbolos nacionais, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais.

ATUALIDADES: Atualidades em nível local (aspectos gerais do Município de Campos Novos), regional, estadual, nacional e mundial,

Historia e Geografia do Brasil; grau de conhecimentos e formação exigido para o cargo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos Novos (SC), em 26 de setembro de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2014

ANEXO - III

#### DESCRIPTIVO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### CARGO: NUTRICIONISTA- NASF

Atribuições Contidas na LC nº05/2014 13/06/2014

Planejar e elaborar cardápios, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de preparação dos mesmos; Prestar assistência dietoterápica hospitalar e ambulatorial de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos; Acompanhar o trabalho do pessoal auxiliar, supervisionando o preparo, distribuição de refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição; - Zelar pela ordem e manutenção de boas condições higiênicas, observando e analisando o ambiente interno, orientando e supervisionando os funcionários e providenciando medidas adequadas para solucionar os problemas pertinentes, para oferecer alimentação sadia e o aproveitamento das sobras de alimento; - Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestras em nutrição e dietética; - Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica; - Preparar listas de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente;

- Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas; - Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; - Participar de programa de treinamento, quando convocado; - Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; - Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; - Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; ☐ Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

##### CARGO: FISIOTERAPEUTA- NASF

Atribuições Contidas na LC nº05/2014 e LC nº 12/2014

Avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais; Fazer pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados; - Planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros; - Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto; - Prestar atendimento a pessoas com membros amputados, fazendo treinamento nas mesmas, visando a movimentação ativa e independente com o uso das próteses; - Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade; - Manipular aparelhos de utilidade fisioterápica; ☐ Controlar o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos; - Ensinar exercícios corretivos, orientando e treinando o paciente em exercícios ginstásticos especiais, para promover correções de desvios posturais

e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea; - Supervisionar e avaliar atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples; - Assessorar autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, relatórios, documentos e pareceres; - Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL- NASF**

Atribuições Contidas na LC nº05/2014.

- Estudar e analisar causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; - Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social; - Promover o auxílio as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde; - Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; - Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros; - Estudar e analisar causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ação que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social; - Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional para conseguir o seu ajustamento ao meio social; - Promover o auxílio as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores, quanto à agilização de exames, fornecimento de medicamentos e outros fatores que facilitem e auxiliem a recuperação de pessoas com problemas de saúde; - Elaborar diretrizes, atos normativos e programas de assistência social, promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso e melhoria do comportamento individual; - Assistir às famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional, médico ou de outra natureza, para melhorar a situação e possibilitar uma convivência harmônica entre os membros;

**CARGO: EDUCADOR FÍSICO/NASF**

Atribuições Contidas na LC nº 05/2014

Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade; Veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; - Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de co-participação acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; - Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; - Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social; - Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais; - Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais; - Supervisionar de forma compartilhada, e

participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade; - Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território; - Articular parcerias com outros setores da área adstrita junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; - Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população.

**CARGO TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

SAMU-Atribuições Contidas na LC n.01/2007:

Desenvolver ações da área de enfermagem no atendimento pré-hospitalar móvel, além das ações assistenciais, e prestar serviços administrativos e operacionais em sistemas de atendimento pré-hospitalar.

**CARGO - MÉDICO COMUNITÁRIO CLINICA GERAL**

ESF-Atribuições Contidas na LC n.07/2007:

Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade; valorizar a relação médico-paciente e médico-família, como parte de um processo terapêutico e de confiança; oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária; empenhar-se em manter seus clientes saudáveis, quer venham às consultas ou não; executar ações básicas de vigilância epidemiológicas e sanitárias em sua área de abrangência; executar as ações de abrangência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto, ao idoso, realizando, também, atendimento de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros; promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável; discutir de forma permanente - junto a equipe de trabalho e comunidade- o conceito de cidadania enfatizando os direitos à saúde e as bases legais que os legitimam, participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das unidades de saúde da família.

**CARGO- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- ACS**

ESF- Atribuições Contidas na LC n.07/2007:

Realizar mapeamento de sua área de atuação; cadastrar e atualizar as famílias de sua área; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; realizar através de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade, coletar dados para análise da situação das famílias acompanhadas; desenvolver ações básicas de saúde nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças; promover educação em saúde e mobilização comunitária, visando uma melhor qualidade de vida, mediante ações de saneamento e melhorias do meio ambiente; incentivar a formação dos conselhos locais de saúde; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde; informar os demais membros da equipe de saúde acerca da dinâmica social da comunidade, suas disponibilidades e necessidades; participar do processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da unidade de saúde da família, com vistas à superação dos problemas identificados.

**CARGO-AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO**

ESF- Atribuições Contidas na LC n.07/2007:

Desenvolver com os Agentes Comunitários de Saúde atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as consultas de enfermagem os indivíduos expostos à situação de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança,

ao adolescente, à mulher, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde.

**CARGO AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITÁRIO (Auxiliar em Saúde Bucal)**

ESF- Atribuições Contidas na LC nº07/2007 alterações LC nº011/2014:

Desenvolver atividades e ações de apoio ao odontólogo nos postos de atendimento (consultório), fazendo o controle dos fichários dos pacientes; contribuir com os Agentes Comunitários de Saúde no que se refere à visitas domiciliares; participar da organização do processo de trabalho e organização da unidade de saúde na área odontológica.

**EDITAL PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2014**

**ANEXO - IV**

**MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO**

PROCESSO SELETIVO (nome do órgão e cidade) \_\_\_\_\_

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_ Nº de INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

	Ref. Prova objetiva
( ) CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO	Nº da questão: _____
( ) CONTRA GABARITO DA PROVA OBJETIVA	Gabarito oficial: _____
( ) CONTRA RESULTADO PROVA ESCRITA	Resposta Candidato: _____

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Reproduzir a quantidade necessária. Preencher em letra de forma ou digitar e entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

**EDITAL PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2014**

**ANEXO - V**

**REQUERIMENTO - PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Processo Seletivo: \_\_\_\_\_ Município/Órgão: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Vem REQUERER vaga especial como PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS, apresentou LAUDO MÉDICO com CID

(colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de necessidade especial de que é portador: \_\_\_\_\_

Código da Classificação Internacional de Doença - CID \_\_\_\_\_

Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

(OBS: Não serão considerados como necessidades especiais os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.

(Datar e assinar)

**EDITAL PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2014**

**ANEXO - VI**

**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE CONCURSO PÚBLICO - DOADOR DE SANGUE - BAIXA RENDA - DOADOR DE MEDULA OSSEA**

Processo Seletivo: Edital nº: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Vem requerer isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo, conforme atestado em anexo.

(Datar e assinar)

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO n. 001/2014- PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS -SC**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

- ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARATER TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL PARA OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DE CAMPOS NOVOS, VISANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina a Legislação em vigor TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário e emergencial, para o quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme especificado no quadro abaixo parte do Edital n.001/2014, regido pela legislação aplicável e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital. As Inscrições estão abertas entre os dias úteis de 26 de setembro de 2014 até 17 de outubro de 2014, no site da AMPLASC [www.amplasc.org.br](http://www.amplasc.org.br) e no site da Prefeitura Municipal de Campos Novos [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (049) 3541-0855.

## NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA/H SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Fisioterapeuta / NASF	02	20	R\$ 1.933,64	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Assistente Social / NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Fonoaudiólogo/NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Nutricionista/NASF	01	40	R\$ 2.494,33	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional	R\$100,00
Educador Físico/NASF	01	40	R\$ 1.868,89	Portador de Diploma de Nível Superior Formação em Educação Física (Bacharelado) em com Registro no CREF	R\$100,00

## SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA/H SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Técnico em Enfermagem SAMU	01	40	R\$ 1.454,61	Ensino Médio, curso técnico na área. Registro no COREN	R\$ 50,00

## ESF- Estratégia Saúde da Família

CARGO / FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA/H SEMANAL	VENCIMENTO	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR DA INSCRIÇÃO
Médico Comunitário - Clínica Geral (ESF)	01	40	R\$15.206,30	Portador de Diploma de Nível Superior com Registro no CRM	R\$100,00
Auxiliar de Enfermagem Comunitário-ESF	03	40	R\$ 1.000,00	Ensino Médio, curso técnico na área. Registro no COREN	R\$50,00
Auxiliar De Odontologia Comunitário-(Auxiliar em Saúde Bucal) ESF	01	40	R\$ 860,00	Ensino Fundamental completo, certificado de conclusão de curso de auxiliar em saúde bucal (resolução Conselho Regional de Odontologia CFO 85 de 31/01/2009, lei nº 11.889/08 e Registro junto ao CRO)	R\$50,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Sr. Bom Jesus	Cadastro de reserva 40	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-São Sebastião	Cadastro de reserva 40	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Integração	03 40	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-São José	03 40	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-COHAB	02 40	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00

Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-CAIC	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Nossa Sra. Aparecida	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00
Agente Comunitário de Saúde-ACS-ESF-Santo Antônio	02	40	R\$1.014,00	Ensino Fundamental Completo	R\$30,00

Campos Novos, 26 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.117/14 DE 24/09/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

DECRETO Nº 7.117/2014 DE 24/09/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 75.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº. 13/14 de 25/09/2014 Altera Redação da Lei Complementar Nº. 12/2011 - Plano de Carreiras, Cargos E Salários dos Servidores do SAMAE.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 13/2014 DE 25/09/2014

ALTERA REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2011 - PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO SAMAE.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da Lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Os padrões 2 e 5, do Anexo 1, da Lei Complementar 12/2011 (Plano de Cargos e Salários do SAMAE) passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO 1**

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº 12/11

PADRÃO	CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS
2		
Níveis 1,2,3	Auxiliar Serviços Gerais	2
	Auxiliar Serviços Gerais II	1
5		
Níveis 1,2,3	Agente Administrativo	5
	Operador de Máquina	3
	Encanador	15
	Pedreiro	5
	Motorista	1
	Motorista II	1

Art. 2º. O Anexo 2 da Lei Complementar nº 12/2011 (Plano de Cargos e Salários do SAMAE) passa a vigorar acrescido dos incisos II-B e VI-B:

**ANEXO 2**

QUADRO DE DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DO SAMAE E RESPECTIVO PADRÃO  
REQUISITOS E DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO

**II A - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II**

PADRÃO: 02

GRUPO: Administrativo

Jornada de Trabalho:  
horário de trabalho

Horário: Conforme quadro de

40 horas semanais

**REQUISITOS:**

- Escolaridade Mínima: Ensino Fundamental Completo
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: não exigida
- Aptidão física e mental

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

- Serviços de limpeza, conservação, e manutenção de fossas sépticas; Realizar trabalhos braçais que não exijam alguma especialização; Conduzir equipamentos técnicos no local de trabalho; Auxiliar nos trabalhos junto ao caminhão limpa fossa; Executar tarefas

afins e de interesse da municipalidade.

VI A- MOTORISTAI

PADRÃO: 05

GRUPO: Técnico

Jornada de Trabalho:

Horário: Conforme quadro de horário de trabalho

40 horas semanais

REQUISITOS:

- Escolaridade Mínima: Ensino Médio Completo ou cursando o ultimo ano.
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Idade mínima 18 anos
- Formação específica: Carteira Nacional de Habilitação para caminhões, veículos e motos
- Aptidão física e mental

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

- Dirigir veículos da autarquia em atendimento as suas necessidades, especialmente na condução e transportes de materiais e equipamentos; Dirigir e operar máquinas e caminhões da autarquia, especialmente o caminhão limpa fossa, acionando os comandos necessários; Executar a limpeza de fossas e outros; Efetuar o controle das ordens de serviço relativas a pedidos de esgotamento de fossas, preenchendo relatórios diários e de manutenção; Zelar e fazer a manutenção dos veículos sob sua guarda; Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

Art. 3º. Os padrões 2 e 5, do Anexo 4, da Lei Complementar nº 12/2011 (Plano de Cargos e Salários do SAMAE) passam a vigorar com a seguinte redação:

PADRÃO	CATEGORIAS PROFISSIONAIS	VENCIMENTO INICIAL	NÍVEL	REFERÊNCIAS										
				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
2	Aux. Serviços Gerais	867,42	1	1,09%	2,19%	3,31%	4,43%	5,57%	6,72%	7,88%	9,06%	10,25%	11,45%	12,67%
			2	13,89%	15,13%	16,39%	17,66%	18,94%	20,24%	21,55%	22,87%	24,21%	25,57%	26,93%
			3	28,32%	29,72%	31,13%	32,56%	34,01%	35,47%	36,94%	38,43%	39,94%	41,47%	43,00%
5	Mec. Manutenção Agente Administrativo Operador de Máquina Encanador Pedreiro Motorista	1.685,07	1	1,09%	2,19%	3,31%	4,43%	5,57%	6,72%	7,88%	9,06%	10,25%	11,45%	12,67%
			2	13,89%	15,13%	16,39%	17,66%	18,94%	20,24%	21,55%	22,87%	24,21%	25,57%	26,93%
			3	28,32%	29,72%	31,13%	32,56%	34,01%	35,47%	36,94%	38,43%	39,94%	41,47%	43,00%

Art. 4º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados por dotações específicas consignadas na LDO e LO vigentes.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 25 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1319/14

PORTARIA Nº 1319/14 de 21/08/2014

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Ana Cristina Pedroso, Nilva Maria Fabro Sarmento e Grazielli Cristina Kemer, brasileiros, servidores públicos municipais efetivos, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar e acompanhar os atos dos processos através do Edital nº. 001/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente do Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Agosto de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.118/14 DE 25/09/2014  
REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE  
ESGOTAMENTO DE FOSSAS SEPTICAS**

DECRETO Nº 7.118/14 DE 25/09/14  
REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO DE  
FOSSAS SÉPTICAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. O serviço de esgotamento de fossas sépticas prestados a terceiros, instituído pela Lei 2.509/99 de 30/06/99, passa a ser executado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, e será cobrado conforme os valores mencionados abaixo.  
I - Esgotamento de fossa séptica no perímetro urbano, rural ou distritos: R\$ 20,00;

Art. 2º. Os valores fixados no artigo anterior poderão ser reajustados anualmente, por meio de Decreto.

Art. 3º. Serão isentos do pagamento da respectiva taxa, os munícipes que comprovadamente estiverem inscritos em programas sociais e mediante parecer emitido pela Secretaria de Assistência Social do município.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Campos Novos, 25 de setembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº. 7.119/14 de 26/09/2014 Prorroga  
Prazo de Validade de Processo Seletivo Simplificado  
Correspondente ao Edital Nº. 01/2013**

DECRETO Nº 7.119/14 DE 26/09/14  
PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CORRESPONDENTE AO EDITAL Nº 01/2013

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o disposto no Art. 37, III da Constituição Federal e o item 1.5 do Edital nº 01/2013;

Considerando os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por 01 (um) ano, a partir da presente data, o prazo de validade do Processo Seletivo para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal para a Execução de Programas Especiais, correspondente ao Edital nº 001/2013, homologado pelo Decreto nº 6.814/13 de 26 de setembro de 2013.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 26 de setembro de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**Ata Rg 23/2014 Sonorização**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7  
**Processo Nº.: 146/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2014**

No dia 26 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 71/2014, Processo Licitatório nº. 146/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10958	DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA. - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA. - ME	17.288.566/0001-63	IVAIR PEREIRA DA SILVA	907.875.449-49

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10958 - DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA. - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço de sonorização de eventos com até 2.000 pessoas, contendo os seguintes equipamentos: P.A completo para banda contendo som para 2.000 mil pessoas, 01 retorno para mestre de cerimônia, 06 retornos para apresentação da banda; 03 microfones sem fio; 01 mesa de som com no mínimo 24 canais com 06 vias de retorno; 01 microfone auricular; 15 microfones com cabo, e 16 pedestais; amplificadores de potência; cabos necessários para instalação dos equipamentos, 05 cabos p10 - p10; 01 tela de projeção de 2,20 x 1,80 mais projetor, cabeamento e técnico responsável pelo equipamento; 06 canhões de alumínio par 64 com lâmpada halógena de 1000w; 01 máquina de gelo seco.	UN		5,000	1.100,0000	5.500,00
2	Serviço de sonorização ao ar livre para público estimado de 5.000 mil pessoas, para desfiles cívicos, com os seguintes equipamentos: P.A completo para banda contendo som para 5.000 pessoas, 01 retorno para mestre de cerimônia, 10 retornos para apresentação da banda com no mínimo 6 pontos de som pela avenida desde concentração até o palco; 03 microfones sem fio; 01 mesa de som com no mínimo 24 canais com 10 vias de retorno; 15 microfones com cabo e 16 pedestais; 01 microfone auricular; amplificadores de potência, cabos necessários, 05 cabos P10-P10; técnicos responsáveis pela montagem e operação dos equipamentos.	UN		1,000	2.000,0000	2.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 2/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014**Fornecedor: 10958 - DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA. - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviço de sonorização para cerimoniais de inauguração de obras públicas, solenidades de formaturas e encerramentos com público estimado de 500 pessoas, com 04 caixas acústicas, 02 microfones sem fio, 01 microfone auricular, 01 mesa de som, amplificadores de potência, todos os cabos necessários para instalação e funcionamento de equipamentos e técnicos responsáveis pela montagem e operação dos equipamentos.	UN		40,000	780,0000	31.200,00
4	Serviço de sonorização para apresentações de projetos da Fundação Cultural solenidades de formaturas e encerramentos com público estimado de 1.000 pessoas com apresentação da orquestra municipal, com 06 caixas acústicas, 01 mesa de som com no mínimo 24 canais com 06 vias de retorno; 15 microfones com cabo e 16 pedestais; amplificadores de potência; cabos necessários para instalação dos equipamentos, 05 cabos p10 - p10 e técnicos responsáveis pela montagem e operação dos equipamentos.	UN		10,000	1.130,0000	11.300,00
5	Serviço de sonorização para eventos com público estimado de 2.000 pessoas, com 06 caixas acústicas, 02 microfones sem fio, 01 mesa de som, amplificadores de potência, todos os cabos necessários para instalação e funcionamento de equipamentos e técnicos responsáveis pela montagem e operação dos equipamentos.	UN		10,000	1.070,0000	10.700,00
6	Serviço de sonorização para cerimoniais de inauguração de obras públicas, solenidades de formaturas e encerramentos com público estimado de 250 pessoas, com 02 caixas acústicas, 02 microfones sem fio, 01 mesa de som, amplificadores de potência, todos os cabos necessários para instalação e funcionamento de equipamentos e técnicos responsáveis pela montagem e operação dos equipamentos.	UN		10,000	600,0000	6.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 146/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2014

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 26 de Setembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
**NELSON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

### **Empresas Participantes:**

DECOR ART ATUAL EVENTOS LTDA. - ME

CNPJ: 17.288.566/0001-63 \_\_\_\_\_

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****Portaria 059/2014**

PORTARIA SAMAE CNO 059/2014, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

CONTRATAR, em caráter temporário, ADEMIR LUIZ PACHECO, para o cargo de MOTORISTA II, Padrão 5, Nível - 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

**PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE**

Joel Francisco Fagundes  
Diretor do SAMAE

**Canelinha****PREFEITURA****Extrato Contratos Nº 175/2014 A 176/2014, 178/2014 A 185/2014 E 187/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 175/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição de materiais de construção para distribuição aos beneficiários do Programa Habitacional COHAB CIDADÃ residentes nas áreas urbanas e rurais do Município de Canelinha, devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Processo de Licitação nº. 82/2014, Pregão Presencial nº. 63/2014 (processo nº. 66/2014, licitação 48/2014-PR), especificamente dos itens 1 a 5, 7 a 10, 16 e 17, 20 a 22, 24, 25 e 26, 28 a 46, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-41.813,69 (quarenta e um mil oitocentos e treze reais e sessenta e nove centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.16.00.00.00.00.1.053 (057). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014, contados a partir da entrega da proposta, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha (SC), em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 176/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: VALDECI CECILIO DOS SANTOS - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição de materiais de construção para distribuição aos beneficiários do Programa Habitacional COHAB CIDADÃ residentes nas áreas urbanas e rurais do Município de Canelinha, devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania, conforme especificações e quantidades descritas no anexo II do Processo de Licitação nº. 82/2014, Pregão Presencial nº. 63/2014 (processo nº. 66/2014, licitação 48/2014-PR), especificamente dos itens 6, 11 a 15, 18 e 19, 23 e 27, que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-44.191,68 (quarenta e quatro mil cento e nove e um reais e sessenta e oito centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.16.00.00.00.00.1.053(057). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014, contados a partir da entrega da proposta, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha (SC), em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 178/2014. TERMO DE CESSÃO DE USO. CEDENTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CESSIONÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA. OBJETO: O presente termo tem por objeto a cessão de uso de 01 (uma) motoneta de marca HONDA, modelo BIZ 125 ES, cor prata, ano de fabricação 2005, modelo 2006, de PLACAS MEJ-0329, RENAVAM 869901664 e chassi nº. 9C2JAO4206R007323. VIGÊNCIA: O presente Termo de Cessão de Uso terá o lapso temporal de validade contada a partir desta data e findar-se-á no dia 31 (trinta e um) do mês 12 (dezembro) no ano de 2016 (dois mil e dezesseis), data a qual o veículo deverá ser devolvido ao CEDENTE, nas condições previstas neste termo, independentemente de aviso ou qualquer outra medida. Canelinha (SC), 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO

## DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 179/2014. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FERNANDO SCHIMIDT DA SILVA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº. 30/2014 consta no Edital de Licitação nº. 79/2014, Chamada Pública nº. 02/2014 (Processo Administrativo nº 64/2014), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). FONTE DO RECURSO: 04.03 12.306.0018 2.010 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.011 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.012 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha, em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 180/2014. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: FLAVIO BATISTA e TEREZINHA MANERICH BATISTA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº. 30/2014 consta no Edital de Licitação nº. 79/2014, Chamada Pública nº. 02/2014 (Processo Administrativo nº. 64/2014), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$9.039,00 (nove mil e trinta e nove reais). FONTE DO RECURSO: 04.03 12.306.0018 2.010 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.011 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.012 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha, em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 181/2014. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: SERAFIM JOSÉ BATISTA e MARIA CEZERINO BATISTA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº. 30/2014 consta no Edital de Licitação nº. 79/2014, Chamada Pública nº. 02/2014 (Processo Administrativo nº. 64/2014), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$12.900,00 (doze mil e novecentos reais). FONTE DO RECURSO: 04.03 12.306.0018 2.010 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.011 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.012

3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha, em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 182/2014. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: VALENTIM MOLINARI e MARIA SALVINA MOLINARI. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº. 30/2014 consta no Edital de Licitação nº. 79/2014, Chamada Pública nº. 02/2014 (Processo Administrativo nº. 64/2014), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$8.675,00 (oito mil seiscentos e setenta e cinco reais). FONTE DO RECURSO: 04.03 12.306.0018 2.010 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.011 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.012 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha, em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 183/2014. CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: VILSON SOARES e LUCIANA MONTIBELLER SOARES. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino de Canelinha/SC, verba FNDE/PNAE, referentes aos itens vencedores descritos na ata da reunião de julgamento de propostas nº. 30/2014 consta no Edital de Licitação nº. 79/2014, Chamada Pública nº. 02/2014 (Processo Administrativo nº. 64/2014), na qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. VALOR: R\$6.375,00 (seis mil trezentos e setenta e cinco reais). FONTE DO RECURSO: 04.03 12.306.0018 2.010 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.011 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. 04.03 12.306.0018 2.012 3.3.90.00 00.1060-PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior. Canelinha, em 01 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Contrato nº. 184/2014. TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 140/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 10ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 18ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de Obra nº. 140/2014, ficando as duas alteradas para prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços. Canelinha (SC), 11 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 185/2014. TERMO ADITIVO Nº. 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 152/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2º do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Seguros nº. 152/2014 fica acrescido quantitativamente, mediante a inclusão do veículo de Placas MLT-9377, ônibus Mercedes Benz, modelo OF 1519, ano/modelo 2014. Com o acréscimo quantitativo no número de veículo o valor previsto no Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Seguros nº. 152/2014 passa de R\$ 9.774,24 (nove mil setecentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), para perfazer o valor global de R\$ 10.784,72 (dez mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), sendo aditivado o valor de R\$ 1.010,48 (um mil e dez reais e quarenta e oito centavos), conforme apólice de seguro, que passa a fazer parte deste instrumento. Canelinha/SC., 15 de setembro de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 187/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE prestação de serviços na EXECUÇÃO DE OBRA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: KL INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, visando à pavimentação em lajotas sextavadas de concreto fck 35 Mpa, com 25x25x08 cm de dimensão da Rua Leopoldina D. Crispim Coelho e parte da Rua Luiz Vasco, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, ART e Projetos, anexos parte integrante e inseparável do Edital de Licitação nº. 84/2014, Tomada de Preço nº. 11/2014 (processo nº. 67/2014, TP:10/2014). VALOR: R\$-20.870,00 (vinte mil oitocentos e setenta reais). FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.013.089 (159) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá o prazo de duração de 30 (trinta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Canelinha (SC), 22 de setembro de 2014.  
ANTÔNIO DA SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

#### **EXTRATO CONTRATOS Nº 177/2014 E 186/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 177/2014. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº. 015/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA, através do Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Fica alterado para R\$-2,13300 o valor unitário do item "19" (dezenove) da relação do anexo II edital do processo de licitação nº. 64/2013, Pregão Presencial nº. 56/2013 (processo nº. 23/2013, licitação nº. 23/2013-PR), referente ao medicamento benzilpenicilina procaina + potássica 300.000 UI + 100.000 UI pó para suspensão injetável. Canelinha (SC), 01 de setembro de 2014. JOÃO BATISTA ARES - SECRETÁRIO DE SAÚDE.

CONTRATO Nº. 186/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA, através do Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADO: PROVALLE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de móveis para equipar as Unidades Básica de Saúde do Município de Canelinha, conforme características descritas no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 85/2014, Pregão Presencial nº. 65/2014 (processo nº. 23/2014, Licitação nº. 21/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 34.747,00 (trinta e quatro mil setecentos e quarenta e sete). FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.0

0.00.00.00.02.0064 (09) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração pelo mesmo período previsto para a garantia dos móveis, objeto deste Contrato.

Canelinha, 19 de setembro de 2014.  
JOÃO BATISTA ARES  
SECRETÁRIO DE SAÚDE.

#### **EXTRATO CONTRATOS Nº 09/2014 A 12/2014 - SEMAIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 009/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRAULICOS. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais hidráulicos para a manutenção corretiva e preventiva da rede de água do Município, conforme quantidades e especificações constantes no anexo I do edital que fica fazendo parte deste contrato, especificamente dos itens vencedores relacionados na ata de julgamento das propostas. VALOR: R\$-267,00 (duzentos e sessenta e sete reais). FONTE DO RECURSO: 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (13). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014. Canelinha, em 30 de abril de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 010/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRAULICOS. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: MARGEM - COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais hidráulicos para a manutenção corretiva e preventiva da rede de água do Município, conforme quantidades e especificações constantes no anexo I do edital que fica fazendo parte deste contrato, especificamente dos itens vencedores relacionados na ata de julgamento das propostas. VALOR: R\$-4.565,50 (quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (13). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2014. Canelinha, em 30 de abril de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 011/2014. TERMO ADITIVO Nº. 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE USO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE Nº. 014/2011. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADA: INTERATIVA INTEGRADORA DE SOLUÇÕES LTDA EPP. OBJETO: Fica renovado o contrato nº. 014/2011 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/06/2014, com término em 31/05/2015. VALOR: Devido à variação positiva do índice IGP-M/FGV entre os meses de junho de 2013 a maio de 2014 (7,8434%) o valor mensal a ser pago a CONTRATADA passará a ser de R\$ 859,88 (oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos). Canelinha/SC., 01 de junho de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 012/2014. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada conforme

necessidade, de materiais diversos, para manter as atividades do SEMAIS, conforme materiais descritos no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº. 04/2014, Pregão Presencial nº. 04/2014 (processo nº. 05/2014, PP: 05/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-38.330,50 (trinta e oito mil trezentos e trinta reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.51.0 0.00.00.00.00.2000 (013) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2014.

Canelinha, em 14 de julho de 2014.  
GILBERTO ROSA  
DIRETOR DO SEMAIS.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Edital Nº 02/CMDCA/2014**

EDITAL Nº 02/CMDCA/2014

EDITAL DESTINADO AO CANCELAMENTO DA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

Cristine Ribeiro Isphair Maziero, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público que, por Despacho da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas, fica cancelado/suspenso o Pleito Eleitoral para Conselheiro Tutelar Suplente, o qual seria realizado no dia 1º de Outubro de 2014, por violação às Leis 12.669/12 e 8.069/90 e Resolução 152 do CONANDA, que estabelece os parâmetros gerais de transição para fins de regulamentação do primeiro processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares em todo território nacional.

O EDITAL CMDCA Nº02/2014 deve ser observado pelos candidatos inscritos.

Canoinhas, 23 de Setembro de 2014.

Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 112/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 164/2014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 112/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/10/2014, às 10h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 10/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

#### **Publicação do Edital E Pregão Presencial Nº PMC 115/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 171/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 115/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/10/2014, às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DO C.E.I CECILIA MEIRELES, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 14/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

**Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 116/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 172/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 116/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/10/2014, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 13/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 96/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/14  
HOMOLOGAÇÃO: 26/09/14  
CONTRATADO: DU PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO CONTRATAN-  
TE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE CONserto, TROCA, BALAN-  
CEAMENTO E ALINHAMENTO DE PNEUS, COM FORNECIMENTO  
DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AOS VEÍCULOS,  
CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA. VALOR DA DES-  
PESA: R\$ 27.060,00 (vinte e sete mil e sessenta reais)

DATA: 26/09/14  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

**Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 110/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/14  
HOMOLOGAÇÃO: 26/09/14  
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRA-  
TANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESPIGÃO DE FIBROCIMENTO E TELHA  
TRANSPARENTE ONDULADA 1,10X2,44, DESTINADOS À EBM BE-  
NEDITO THEREZIO CARVALHO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.159,92 (dois mil cento e cinquenta e  
nove reais e noventa e dois centavos)

DATA: 26/09/14  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 111/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 162/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 111/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/10/2014, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 4º Bimestre de 2014**

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>129.830.472,72</b>	<b>129.830.472,72</b>	<b>19.006.579,97</b>	<b>14,64</b>	<b>75.431.880,09</b>	<b>58,10</b>	<b>54.398.592,63</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>105.844.472,72</b>	<b>105.844.472,72</b>	<b>16.326.986,69</b>	<b>15,43</b>	<b>68.787.732,35</b>	<b>64,99</b>	<b>37.056.740,37</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.428.000,00	16.428.000,00	1.958.233,39	11,92	9.714.294,69	59,13	6.713.705,31
IMPOSTOS	12.500.000,00	12.500.000,00	1.702.325,15	13,62	7.986.360,38	63,89	4.513.649,62
TAXAS	2.428.000,00	2.428.000,00	227.846,47	9,38	1.619.066,05	66,68	808.933,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.500.000,00	1.500.000,00	28.061,77	1,87	108.878,26	7,26	1.391.121,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.400.000,00	2.400.000,00	288.640,60	12,03	1.123.762,83	46,82	1.276.237,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	700.000,00	700.000,00	15.695,39	2,24	52.672,26	7,52	647.327,74
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	1.700.000,00	1.700.000,00	272.945,21	16,06	1.071.090,57	63,01	628.909,43
RECEITA PATRIMONIAL	475.000,00	475.000,00	255.529,11	53,80	813.031,06	171,16	-338.031,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	470.000,00	470.000,00	255.529,11	54,37	813.031,06	172,99	-343.031,06
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	661.600,00	661.600,00	27.842,65	4,21	142.242,15	21,50	519.357,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.845.172,72	83.845.172,72	13.281.834,41	15,84	55.137.323,37	65,76	28.707.849,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.745.172,72	82.745.172,72	13.036.971,35	15,76	54.347.849,80	65,68	28.397.322,92
Transf. de Conv.	1.100.000,00	1.100.000,00	244.863,06	22,26	789.473,57	71,77	310.526,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.034.700,00	2.034.700,00	514.906,53	25,31	1.857.078,25	91,27	177.621,75
Multas e Juros de Mora	301.000,00	301.000,00	227.528,28	75,59	777.159,42	258,19	-476.159,42
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.200,00	17.200,00	2.177,30	12,66	7.131,02	41,46	10.068,98
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.310.000,00	1.310.000,00	240.270,94	18,34	914.267,41	69,79	395.732,59
RECEITAS DIVERSAS	406.500,00	406.500,00	44.930,01	11,05	158.520,40	39,00	247.979,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>23.986.000,00</b>	<b>23.986.000,00</b>	<b>2.679.593,28</b>	<b>11,17</b>	<b>6.644.147,74</b>	<b>27,70</b>	<b>17.341.852,26</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.500.000,00	8.500.000,00	670.385,30	7,89	1.205.268,58	14,18	7.294.731,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	8.500.000,00	8.500.000,00	670.385,30	7,89	1.205.268,58	14,18	7.294.731,42
ALIENAÇÃO DE BENS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	7.875,00	2,46	312.125,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	7.875,00	2,46	312.125,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.166.000,00	15.166.000,00	2.009.207,98	13,25	5.431.004,16	35,81	9.734.995,84
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.166.000,00	15.166.000,00	1.944.210,50	12,82	5.236.011,73	34,52	9.929.988,27
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	64.997,48	0,00	194.992,43	0,00	-194.992,43
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>129.830.472,72</b>	<b>129.830.472,72</b>	<b>19.006.579,97</b>	<b>14,64</b>	<b>75.431.880,09</b>	<b>58,10</b>	<b>54.398.592,63</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.006.579,97	14,64	75.431.880,09	58,10	54.398.592,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	129.830.472,72	129.830.472,72	19.006.579,97	14,64	75.431.880,09	58,10	54.398.592,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.772.835,41	—	—	2.323.630,56	—	—
Superávit Financeiro	—	5.772.835,41	—	—	2.323.630,56	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f' - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	129.820.472,72	20.879.172,61	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	40,37	89.866.221,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.640.072,72	8.211.923,01	108.851.995,73	10.581.621,52	69.686.226,73	15.457.181,51	55.078.402,77	50,60	53.773.592,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	53.706.010,00	2.839.123,04	56.545.133,04	7.828.613,42	33.503.183,89	8.615.082,60	33.031.735,46	58,42	23.513.397,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	400.000,00	40.000,00	440.000,00	26.167,49	426.167,49	101.975,34	321.541,67	73,08	118.458,33
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	46.534.062,72	5.332.799,97	51.866.862,69	2.726.840,61	35.756.875,35	6.740.123,57	21.725.125,64	41,89	30.141.737,05
INVESTIMENTOS	29.120.400,00	12.677.249,60	41.797.649,60	2.918.996,97	17.083.834,67	2.929.896,38	5.755.021,15	13,77	36.042.628,45
INVERSOES FINANCEIRAS	26.420.400,00	12.863.789,71	39.284.189,71	2.918.996,97	15.271.898,60	2.610.319,49	4.446.828,93	11,32	34.837.360,78
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	200.000,00	-146.540,11	53.459,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.459,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500.000,00	-40.000,00	2.460.000,00	0,00	1.811.936,07	319.566,89	1.308.192,22	53,18	1.151.807,78
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	60.000,00	-10.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	129.820.472,72	20.879.172,61	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	40,37	89.866.221,41

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>129.820.472,72</b>	<b>20.879.172,61</b>	<b>150.699.645,33</b>	<b>13.500.618,49</b>	<b>86.770.061,40</b>	<b>18.387.067,89</b>	<b>60.833.423,92</b>	<b>89.866.221,41</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>14.598.456,17</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>129.820.472,72</b>	<b>20.879.172,61</b>	<b>150.699.645,33</b>	<b>13.500.618,49</b>	<b>86.770.061,40</b>	<b>18.387.067,89</b>	<b>75.431.880,09</b>	<b>89.866.221,41</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	129.820.472,72	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	100,00	89.866.221,41
Controle Externo	3.350.000,00	3.350.000,00	452.064,29	1.743.550,23	436.861,82	1.704.818,36	2,80	1.645.181,64
Administração	3.350.000,00	3.350.000,00	452.064,29	1.743.550,23	436.861,82	1.704.818,36	2,80	1.645.181,64
Planejamento e Orçamento	13.260.000,00	13.339.592,74	1.048.911,75	6.115.418,14	1.399.022,65	5.183.980,70	8,52	8.155.612,04
Administração Geral	1.355.000,00	1.355.000,00	134.292,26	910.970,85	172.440,48	686.182,09	1,13	668.817,91
Segurança Pública	11.905.000,00	11.984.592,74	914.619,49	5.204.447,29	1.226.582,17	4.497.798,61	7,39	7.486.794,13
Policimento	421.000,00	621.408,60	63.090,83	209.355,71	47.249,41	129.570,30	0,21	491.838,30
Assistência Social	421.000,00	621.408,60	63.090,83	209.355,71	47.249,41	129.570,30	0,21	491.838,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.877.925,16	7.522.802,18	177.166,05	2.759.527,20	608.843,49	2.067.698,09	3,40	5.455.104,09
Assistência Comunitária	112.000,00	370.942,76	335,00	41.144,19	13.113,86	27.958,89	0,05	342.983,87
Saúde	5.765.925,16	7.151.859,42	176.831,05	2.718.383,01	595.729,63	2.039.739,20	3,35	5.112.120,22
Atenção Básica	30.122.307,56	38.595.325,97	3.246.372,48	26.443.198,06	5.527.794,49	18.282.731,34	30,05	20.312.594,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.275.010,00	14.650.100,06	1.153.197,59	8.471.097,16	1.949.927,83	5.962.376,29	9,80	8.687.723,77
Suporte Profilático e Terapêutico	15.809.310,00	20.573.431,26	1.823.896,53	16.441.286,46	3.220.743,63	10.968.329,80	18,03	9.605.101,46
Vigilância Sanitária	1.284.987,56	1.448.033,50	115.956,88	769.430,34	186.796,42	653.916,64	1,07	794.116,86
Vigilância Epidemiológica	1.013.750,00	1.071.178,51	21.047,58	274.150,66	21.557,85	254.216,40	0,42	816.962,11
Trabalho	739.250,00	852.582,64	132.273,90	487.233,44	148.768,76	443.892,21	0,73	408.690,43
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Ensino Fundamental	39.481.580,00	41.836.966,68	4.200.590,63	23.029.168,71	5.410.158,98	19.463.887,26	32,00	22.373.079,42
Ensino Médio	27.047.140,00	28.221.528,92	2.738.792,15	16.255.553,71	3.533.974,22	13.189.769,01	21,68	15.031.759,91
Ensino Profissional	453.000,00	637.346,00	15.387,74	465.387,74	212.228,75	411.208,94	0,68	226.137,06
Ensino Superior	0,00	58.300,00	0,00	58.300,00	34.737,50	34.737,50	0,06	23.562,50
Educação Infantil	310.000,00	280.000,00	31.915,62	134.273,37	37.377,35	122.019,87	0,20	157.980,13
Educação de Jovens e Adultos	11.347.500,00	12.292.077,76	1.412.234,37	6.097.044,88	1.586.558,35	5.691.116,26	9,36	6.600.961,50
Cultura	323.940,00	347.714,00	2.220,75	18.609,01	5.282,81	15.035,68	0,02	332.678,32
Difusão Cultural	642.400,00	701.288,10	75.702,62	331.164,61	63.039,72	236.660,68	0,39	464.627,42
Urbanismo	642.400,00	701.288,10	75.702,62	331.164,61	63.039,72	236.660,68	0,39	464.627,42
Serviços Urbanos	17.925.860,00	23.583.640,79	2.778.994,18	15.606.803,30	2.927.002,52	7.398.443,92	12,16	16.185.196,87
	17.925.860,00	23.583.640,79	2.778.994,18	15.606.803,30	2.927.002,52	7.398.443,92	12,16	16.185.196,87

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	100,00	40,37
Habituação	2.405.500,00	2.576.500,00	680.315,85	840.302,39	45.116,43	195.496,09	0,32	7,59
Habituação Urbana	2.405.500,00	2.576.500,00	680.315,85	840.302,39	45.116,43	195.496,09	0,32	7,59
Saneamento	1.000,00	55.681,23	6.903,00	7.958,00	0,00	1.005,00	0,00	1,80
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	55.681,23	6.903,00	7.958,00	0,00	1.005,00	0,00	1,80
Gestão Ambiental	3.545.000,00	3.645.000,00	-16.244,62	3.247.052,67	498.851,34	1.770.377,11	2,91	48,57
Preservação e Conservação Ambiental	3.545.000,00	3.645.000,00	-16.244,62	3.247.052,67	498.851,34	1.770.377,11	2,91	48,57
Agricultura	3.956.500,00	4.439.978,46	172.121,42	1.104.845,02	372.427,31	831.464,41	1,37	18,73
Extensão Rural	3.956.500,00	4.439.978,46	172.121,42	1.104.845,02	372.427,31	831.464,41	1,37	18,73
Comércio e Serviços	2.432.000,00	3.645.131,21	471.499,08	1.314.373,47	249.848,39	757.806,45	1,25	20,79
Promoção Comercial	2.432.000,00	2.135.394,19	164.821,56	808.094,52	191.409,00	676.507,77	1,11	31,68
Turismo	0,00	1.509.737,02	306.677,52	506.278,95	58.439,39	81.288,68	0,13	5,38
Transportes	0,00	33.390,00	0,00	33.390,00	33.390,00	33.390,00	0,05	100,00
Defesa Civil	0,00	33.390,00	0,00	33.390,00	33.390,00	33.390,00	0,05	100,00
Desporto e Lazer	639.400,00	1.002.939,37	78.500,74	626.619,49	176.521,71	544.501,38	0,90	54,29
Desporto Comunitário	639.400,00	1.002.939,37	78.500,74	626.619,49	176.521,71	544.501,38	0,90	54,29
Encargos Especiais	4.500.000,00	4.500.000,00	64.670,19	3.357.334,40	590.939,63	2.231.592,83	3,67	49,59
Serviço da Dívida Interna	2.900.000,00	2.900.000,00	26.167,49	2.238.103,56	421.542,23	1.629.733,89	2,68	56,20
Outras Transferências	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	130.723,02	482.628,10	0,79	48,26
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	38.502,70	119.230,84	38.674,38	119.230,84	0,20	19,87

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	129.820.472,72	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	100,00	40,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	129.820.472,72	150.699.645,33	13.500.618,49	86.770.061,40	18.387.067,89	60.833.423,92	100,00	40,37

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de CANOINHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.408.677,00</b>	<b>7.867.899,57</b>	<b>8.591.827,54</b>	<b>10.419.454,00</b>	<b>9.229.128,98</b>	<b>8.837.965,67</b>	<b>11.407.505,46</b>	<b>10.502.151,62</b>	<b>8.320.760,62</b>	<b>9.061.807,16</b>	<b>8.963.123,46</b>	<b>8.864.890,48</b>	<b>110.474.191,76</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	785.443,88	886.521,74	859.090,84	1.393.936,34	643.706,34	1.030.636,79	2.819.282,14	1.334.892,72	983.116,97	946.522,73	988.995,21	969.416,07	13.643.281,77
IPTU	129.666,26	146.711,38	177.897,51	133.867,81	18.044,02	224.576,51	1.656.489,65	448.393,96	186.228,44	161.088,22	168.546,31	167.758,12	3.559.329,19
IR.R.F.	94.130,77	93.877,24	76.435,81	485.407,21	146.941,69	79.663,90	83.096,30	82.833,81	68.886,66	104.046,41	98.262,02	106.227,23	1.500.000,00
I.S.S.	379.789,51	411.932,21	410.175,68	466.951,49	344.947,78	404.842,46	366.185,83	477.024,93	466.763,00	485.950,75	471.594,52	475.820,51	5.183.946,67
I.T.B.I.	67.749,45	107.594,12	53.233,68	61.474,29	59.530,75	111.056,79	71.277,01	90.894,68	66.226,37	62.355,70	113.016,06	101.600,62	1.400.000,00
Outras Receitas Tributárias	114.117,89	127.416,69	201.246,16	245.235,54	73.242,10	210.465,13	642.233,35	235.855,34	174.985,50	135.111,65	137.314,30	118.006,59	3.925.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	64.794,14	70.203,15	60.815,46	921.044,36	65.713,64	63.904,39	276.691,74	146.497,28	193.752,42	143.562,76	140.780,13	147.860,47	2.240.419,94
RECEITA PATRIMONIAL	50.541,00	56.069,66	55.151,96	91.994,09	66.291,61	73.406,93	80.285,22	99.398,23	112.197,82	126.048,14	129.304,19	126.224,92	1.066.787,77
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.236.627,44	6.694.479,36	7.503.234,91	7.833.411,75	270,00	11.486,50	67.877,00	10.596,00	2.622,00	21.548,00	19.457,00	8.385,65	142.242,15
Cota-Parte de FPM	1.293.153,71	1.293.173,59	1.798.776,20	2.713.668,45	2.181.048,33	2.339.040,62	1.391.575,39	1.576.835,71	2.101.327,45	1.576.859,96	1.353.464,31	1.594.228,86	21.242.154,58
Cota-Parte do ICMS	1.797.267,97	1.747.392,86	1.918.665,64	1.910.758,63	1.886.023,94	1.794.253,71	1.820.221,72	1.774.021,06	1.303.276,94	1.829.470,49	1.700.999,29	1.783.590,92	23.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	403.737,84	406.130,71	284.742,33	165.108,82	241.747,30	282.676,78	375.756,89	424.827,73	459.853,16	453.014,57	510.944,71	460.089,47	5.000.000,00
Cota-Parte do ITR	12.518,45	39.950,18	4.526,51	3.895,66	7.575,60	256,44	144,72	281,90	145,26	123,18	1.327,80	1.494,48	75.000,00
Outras Transferências Correntes	2.050.133,98	1.573.788,28	1.678.339,70	1.205.349,48	1.881.622,26	1.157.765,55	2.591.301,13	2.790.097,27	825.795,97	1.806.438,60	2.082.049,50	1.656.590,56	21.302.266,28
Transferências da LC 87/1989	25.063,41	25.672,20	28.686,99	30.673,04	28.944,50	24.505,10	23.944,65	44.423,14	9.972,58	28.992,28	27.729,48	28.582,97	325.392,34
Transferências da LC 87/1996	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.942,54	7.967,37	7.967,37	0,00	7.967,37	7.967,37	7.967,37	7.967,37	7.967,37	87.541,75
Transferências do FUNDEB	1.946.799,54	1.600.229,00	1.801.311,00	1.792.015,13	1.956.276,48	1.912.421,98	1.765.325,86	2.087.698,77	1.635.792,60	1.840.446,20	1.704.195,16	1.822.970,52	21.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.270,54	180.625,66	113.734,37	179.067,46	261.941,61	149.640,71	203.099,00	204.743,44	241.934,08	280.812,88	297.406,31	217.498,22	2.581.776,28
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>707.812,89</b>	<b>703.229,82</b>	<b>803.756,79</b>	<b>793.915,13</b>	<b>889.696,40</b>	<b>886.922,95</b>	<b>719.530,34</b>	<b>764.190,96</b>	<b>875.423,80</b>	<b>777.713,21</b>	<b>719.322,03</b>	<b>719.827,33</b>	<b>9.403.343,65</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	707.812,89	703.229,82	803.756,79	793.915,13	889.696,40	886.922,95	719.530,34	764.190,96	875.423,80	777.713,21	719.322,03	719.827,33	9.403.343,65
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>7.700.864,11</b>	<b>7.164.669,75</b>	<b>7.788.066,75</b>	<b>9.625.538,87</b>	<b>8.339.432,58</b>	<b>7.951.042,92</b>	<b>10.687.975,12</b>	<b>9.737.960,66</b>	<b>7.445.336,82</b>	<b>8.283.093,95</b>	<b>8.243.801,43</b>	<b>8.083.063,15</b>	<b>101.070.848,11</b>
FONTE													<b>105.841.472,72</b>

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.795.839,07	6.342.097,02	6.692.915,43
DEDUÇÕES (II)	11.464.476,31	22.173.815,58	22.791.861,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.684.634,09	22.422.025,62	23.673.161,43
Demais Haveres Financeiros	32.015,46	32.015,46	32.015,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	252.173,24	280.225,50	913.315,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.668.637,24	-15.831.718,56	-16.098.946,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-4.668.637,24</b>	<b>-15.831.718,56</b>	<b>-16.098.946,32</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-267.227,76</b>	<b>-11.430.309,08</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>2.000.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>105.374.472,72</b>	<b>16.071.457,58</b>	<b>67.974.701,29</b>	<b>58.254.495,93</b>
Receita Tributária	16.428.000,00	1.958.233,39	9.714.294,69	8.475.382,67
I.P.T.U.	3.500.000,00	335.842,19	3.031.444,13	2.489.475,50
I.S.S.	6.000.000,00	947.385,03	3.509.718,01	2.978.921,28
I.T.B.I.	1.400.000,00	214.618,68	675.128,22	600.508,55
I.R.R.F.	1.600.000,00	204.479,25	770.060,02	784.037,42
Outras Receitas Tributárias	3.928.000,00	255.908,24	1.727.944,31	1.622.439,92
Receita de Contribuição	2.400.000,00	288.640,60	1.123.762,83	526.624,08
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	2.400.000,00	288.640,60	1.123.762,83	526.624,08
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	475.000,00	255.529,11	813.031,06	335.201,71
(-) Aplicações Financeiras	470.000,00	255.529,11	813.031,06	335.201,71
Transferências Correntes	83.845.172,72	13.281.834,41	55.137.323,37	48.141.728,93
F.P.M.	19.500.000,00	2.398.154,59	11.314.704,68	10.480.475,54
I.C.M.S.	18.400.000,00	2.786.952,37	11.512.768,74	10.605.653,25
Convênios	1.100.000,00	244.863,06	789.473,57	401.373,47
Outras Transferências Correntes	44.845.172,72	7.851.864,39	31.520.376,38	26.654.226,67
Demais Receitas Correntes	2.696.300,00	542.749,18	1.999.320,40	1.110.760,25
Dívida Ativa	1.310.000,00	240.270,94	914.267,41	596.422,64
Diversas Receitas Correntes	1.386.300,00	302.478,24	1.085.052,99	514.337,61
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>23.986.000,00</b>	<b>2.679.593,28</b>	<b>6.644.147,74</b>	<b>1.852.793,79</b>
Operações de Crédito (III)	8.500.000,00	670.385,30	1.205.268,58	606.216,64
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	320.000,00	0,00	7.875,00	0,00
Transferências de Capital	15.166.000,00	2.009.207,98	5.431.004,16	1.246.577,15
Convênios	0,00	64.997,48	194.992,43	975.243,82
Outras Transferências de Capital	15.166.000,00	1.944.210,50	5.236.011,73	271.333,33
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>15.166.000,00</b>	<b>2.009.207,98</b>	<b>5.431.004,16</b>	<b>1.246.577,15</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>120.540.472,72</b>	<b>18.080.665,56</b>	<b>73.405.705,45</b>	<b>59.501.073,08</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>108.851.995,73</b>	<b>15.457.181,51</b>	<b>55.078.402,77</b>	<b>49.110.581,33</b>
Pessoal e Encargos Sociais	56.545.133,04	8.615.082,60	33.031.735,46	29.429.184,42
Juros e Encargos da Dívida (IX)	440.000,00	101.975,34	321.541,67	801.672,85
Outras Despesas Correntes	51.866.862,69	6.740.123,57	21.725.125,64	18.879.724,06
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>108.411.995,73</b>	<b>15.355.206,17</b>	<b>54.756.861,10</b>	<b>48.308.908,48</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>41.797.649,60</b>	<b>2.929.886,38</b>	<b>5.755.021,15</b>	<b>5.416.200,70</b>
Investimentos	39.284.189,71	2.610.319,49	4.446.828,93	2.899.255,57
Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	53.459,89	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.460.000,00	319.566,89	1.308.192,22	2.516.945,13
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>39.337.649,60</b>	<b>2.610.319,49</b>	<b>4.446.828,93</b>	<b>2.899.255,57</b>

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>147.799.645,33</b>	<b>17.965.525,66</b>	<b>59.203.690,03</b>	<b>51.208.164,05</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-27.259.172,61</b>	<b>115.139,90</b>	<b>14.202.015,42</b>	<b>8.292.909,03</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	2.323.630,56	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.323.630,56	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.000.000,00</b>

FONTE:

CANOINHAS, 24/09/2014

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014(BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	193.149,18	59.024,06	58.257,97	3.262,25	190.653,02	1.171.365,38	4.870.693,72	3.568.212,70	3.538.722,10	1.661.903,98	841.433,02
FUNDO DE ASSIST. À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBL. I	69.760,24	51.010,66	50.244,57	973,87	69.552,46	819.001,62	3.540.871,59	2.498.548,34	2.471.557,54	1.191.328,73	666.986,94
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.536,94	13.594,31	12.848,01	0,00	2.273,24	88.105,15	288.176,69	227.253,05	227.253,05	121.170,65	28.888,14
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.043,69	95.024,14	80.771,31	80.771,31	13.186,39	10.110,13
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.782,25	64.185,22	41.063,93	39.793,64	27.751,69	11.422,14
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENV. URBANO	48.648,38	0,00	0,00	0,00	48.648,38	342.461,63	1.029.872,51	906.014,01	893.394,67	160.969,02	317.980,45
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	4.715,25	0,00	0,00	0,00	4.715,25	24.706,75	36.205,62	25.118,12	25.118,12	21.852,33	13.941,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.286,61	27.624,94	26.354,82	13.263,65	21.289,04	13.398,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV.ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.475,55	204.668,09	48.822,39	48.822,39	168.884,43	436,82
SECRETARIA MUNICIPAL DESS.SOCIAL E DA FAMILIA	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	47.906,23	83.579,58	60.557,47	60.557,47	88.151,86	2.776,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	127,87	28,79	0,00	0,00	157,66	37.179,74	277.705,12	154.787,53	154.787,53	113.161,18	46.906,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	14.614,07	0,00	0,00	973,87	13.640,20	185.319,83	0,00	11.050,00	124.277,43	48.992,40	49.992,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.804,88	4.804,88	4.688,88	4.688,88	136,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	37.396,56	37.396,56	0,00	117,70	35.334,19	1.428.024,80	912.066,83	912.066,83	350.098,72	201.173,44
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	9.143,33	3.280,40	3.280,40	10.569,76	746,39
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.443,22	9.143,33	480,00	480,00	0,00	0,00
FUNREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.143,33	2.800,40	2.800,40	5.596,54	746,39
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.929,22	6.475,90	6.475,90	5.769,25	2.447,80
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,73	8.929,22	6.475,90	6.475,90	5.769,25	2.447,80
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.577,12	4.577,12	4.612,69	5.721,05
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.612,69	10.298,17	4.577,12	4.577,12	4.612,69	5.721,05
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	2.990,28	0,00	0,00	2.990,28	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00	0,00	0,00	2.990,28	0,00
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	25.029,72	25.029,72	31.287,19	198,82
FUNDO MUN. INFANCIA E ADOLESC. DE CANOINHA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,08	56.447,65	25.029,72	25.029,72	31.287,19	198,82
FUNDO MUN.DE SANEAMENTO BASICO FUNSAE-C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	1.072,00	0,00	0,00	12.978,68	0,00
FUNDO MUN SANEAMENTO BASICO - FUNSAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.906,68	0,00	0,00	0,00	11.906,68	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,00	0,00	0,00	1.072,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	123.388,94	8.013,40	8.013,40	2.288,38	121.100,56	321.579,08	1.243.931,76	1.030.301,22	1.027.801,42	402.377,40	135.332,02
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	123.388,94	8.013,40	8.013,40	2.288,38	121.100,56	321.579,08	1.243.931,76	1.030.301,22	1.027.801,42	402.377,40	135.332,02
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	193.149,18	59.024,06	58.257,97	3.262,25	190.653,02	1.171.365,38	4.870.693,72	3.568.212,70	3.538.722,10	1.661.903,98	841.433,02

FONTE:

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	14.081.000,00	14.081.000,00	1.999.983,00	9.086.951,65	64,53
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.715.000,00	4.715.000,00	567.561,00	3.972.814,37	84,26
1.1.1- IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	336.305,43	3.032.096,23	86,63
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	3.057,09	5.424,65	36,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	120.706,58	506.181,89	50,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	107.955,14	429.763,70	214,88
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(463,24)	(652,10)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.401.000,00	1.401.000,00	214.618,68	675.144,54	48,19
1.2.1- ITBI	1.400.000,00	1.400.000,00	214.618,68	675.653,98	48,26
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	16,32	1,63
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(525,76)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.365.000,00	6.365.000,00	1.013.324,07	3.668.932,72	57,64
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	947.385,03	3.513.099,78	58,55
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	40.000,00	40.000,00	4.065,88	22.855,80	57,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	300.000,00	300.000,00	38.421,15	85.215,36	28,41
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	23.432,01	51.043,55	204,17
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(3.381,77)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	204.479,25	770.090,02	48,13
1.4.1- IRRF	1.600.000,00	1.600.000,00	204.479,25	770.090,02	48,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	51.525.000,00	51.525.000,00	7.517.187,03	32.015.166,98	62,14
2.1- Cota-Parte FPM	23.000.000,00	23.000.000,00	2.997.693,17	14.143.380,63	61,49
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.000.000,00	23.000.000,00	2.997.693,17	14.143.380,63	61,49
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	23.000.000,00	23.000.000,00	3.483.690,21	14.390.980,07	62,57
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	15.934,74	55.771,59	55,77
2.4- Cota-Parte IP-Estado	350.000,00	350.000,00	56.312,45	215.094,70	61,46
2.5- Cota-Parte ITR	75.000,00	75.000,00	2.822,28	11.349,38	15,13
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	960.734,18	3.198.610,61	63,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>65.606.000,00</b>	<b>65.606.000,00</b>	<b>9.517.170,03</b>	<b>41.102.118,63</b>	<b>62,65</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	3.208.000,00	3.208.000,00	536.444,11	2.004.610,65	62,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.100.000,00	2.100.000,00	340.911,45	1.449.074,78	69,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	8.000,00	8.000,00	0,00	214,22	2,68
5.3- Transferências Diretas - PNAE	600.000,00	600.000,00	125.348,00	379.860,00	63,31
5.4- Transferências Diretas - PNATE	350.000,00	350.000,00	70.184,65	175.461,65	50,13
5.5- Outras Transferências do FNDE	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	6.273.800,00	6.273.800,00	533.825,47	1.340.762,52	21,37
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>9.481.800,00</b>	<b>9.481.800,00</b>	<b>1.070.269,58</b>	<b>3.345.373,17</b>	<b>35,28</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	10.305.000,00	10.305.000,00	1.501.149,36	6.394.627,02	62,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.600.000,00	4.600.000,00	599.538,58	2.828.675,95	61,49
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	4.600.000,00	4.600.000,00	696.737,84	2.878.191,33	62,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	3.186,94	11.154,29	55,77
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	70.000,00	70.000,00	9.385,41	35.849,12	51,21
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	15.000,00	15.000,00	564,44	2.270,33	15,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	191.736,15	638.496,00	63,85
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	21.500.000,00	21.500.000,00	3.527.166,68	14.725.128,57	68,49
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.500.000,00	21.500.000,00	3.527.166,68	14.725.128,57	68,49
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>11.195.000,00</b>	<b>11.195.000,00</b>	<b>2.026.017,32</b>	<b>8.330.501,55</b>	<b>74,41</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	17.255.000,00	17.690.000,00	2.582.418,21	11.545.283,82	65,26
13.1- Com Educação Infantil	5.500.000,00	5.665.000,00	681.316,01	4.288.976,38	75,71
13.2- Com Ensino Fundamental	11.755.000,00	12.025.000,00	1.901.102,20	7.256.307,44	60,34
14- OUTRAS DESPESAS	4.085.000,00	4.350.000,00	942.668,96	2.313.091,62	53,17
14.1- Com Educação Infantil	5.000,00	1.350.000,00	463.920,08	463.920,08	34,36
14.2- Com Ensino Fundamental	4.080.000,00	3.000.000,00	478.748,88	1.849.171,54	61,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.340.000,00	22.040.000,00	3.525.087,17	13.858.375,44	62,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 80%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					13.858.375,44
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					78,41
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					5,89
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	16.401.500,00	16.401.500,00	2.379.292,51	10.275.529,66	62,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.075.000,00	8.985.000,00	1.455.607,13	5.302.687,52	59,02
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	21.252.680,00	21.122.680,00	3.277.186,25	11.854.795,07	56,12
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.835.000,00	15.025.000,00	2.379.851,08	9.105.478,98	60,60
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.417.680,00	6.097.680,00	897.335,17	2.749.316,09	45,09
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	29.327.680,00	30.107.680,00	4.732.793,38	17.157.482,59	56,99
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					8.330.501,55
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					8.330.501,55
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					8.826.981,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					21,48
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.115.000,00	2.289.615,05	137.153,87	1.003.248,15	43,82
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	480.076,77	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.451.900,00	8.622.860,86	464.140,88	1.132.865,40	13,14
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	9.866.900,00	11.392.552,68	601.294,75	2.136.113,55	18,75
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	39.194.580,00	41.500.232,68	5.334.088,13	19.293.596,14	46,49

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	43.800,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	43.800,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		385.435,35	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		14.725.128,57	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		14.435.369,55	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		14.124.008,68	0,00
49.2 Restos a Pagar		311.360,87	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		675.194,37	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>8.500.000,00</b>	<b>1.205.268,58</b>	<b>7.294.731,42</b>
DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPEAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPEAS DE CAPITAL	41.797.649,60	5.755.021,15	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>41.797.649,60</b>	<b>5.755.021,15</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-33.297.649,60</b>	<b>-4.549.752,57</b>	<b>-28.747.897,03</b>

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	320.000,00	7.875,00	312.125,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	320.000,00	7.875,00	312.125,00
<b>TOTAL</b>	320.000,00	7.875,00	312.125,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	363.885,18	0,00	0,00	363.885,18
Investimentos	363.885,18	0,00	0,00	363.885,18
<b>TOTAL</b>	363.885,18	0,00	0,00	363.885,18

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	175.783,53	7.875,00	183.658,53

FONTE:

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		14.081.000,00	14.081.000,00	9.086.951,65	64,53	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		3.500.000,00	3.500.000,00	3.031.444,13	86,61	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		1.400.000,00	1.400.000,00	675.128,22	48,22	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		6.000.000,00	6.000.000,00	3.509.718,01	58,50	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.600.000,00	1.600.000,00	770.060,02	48,13	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		56.000,00	56.000,00	28.396,77	50,71	
Divida Ativa dos Impostos		1.300.000,00	1.300.000,00	591.397,25	45,49	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa		225.000,00	225.000,00	480.807,25	213,69	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		51.525.000,00	51.525.000,00	32.015.166,98	62,14	
Cota-Parte FPMI		23.000.000,00	23.000.000,00	14.143.380,63	61,49	
Cota-Parte ITR		75.000,00	75.000,00	11.349,38	15,13	
Cota-Parte IPVA		5.000.000,00	5.000.000,00	3.198.610,61	63,97	
Cota-Parte ICMS		23.000.000,00	23.000.000,00	14.390.960,07	62,57	
Cota-Parte IPI-Exportação		350.000,00	350.000,00	215.094,70	61,46	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		100.000,00	100.000,00	55.771,59	55,77	
Desoneração ICMS (LC 87/96)		100.000,00	100.000,00	55.771,59	55,77	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>		<b>65.606.000,00</b>	<b>65.606.000,00</b>	<b>41.102.118,63</b>		<b>62,65</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		15.733.847,56	15.733.847,56	12.449.092,78	79,12	
Provenientes da União		12.635.960,00	12.635.960,00	9.120.326,55	72,18	
Provenientes dos Estados		1.797.887,56	1.797.887,56	2.411.191,59	134,11	
Outras Receitas do SUS		1.300.000,00	1.300.000,00	917.574,64	70,58	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		260.200,00	260.200,00	291.748,63	112,12	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>		<b>15.994.047,56</b>	<b>15.994.047,56</b>	<b>12.740.841,41</b>		<b>79,66</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	Pessoal e Encargos Sociais	26.746.807,56	31.457.519,23	22.928.069,29	72,89	55,77
	Outras Despesas Correntes	10.681.010,00	11.487.944,01	6.634.968,97	57,76	57,67
		16.065.797,56	19.969.575,22	16.293.100,32	81,59	54,68

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	3.165.500,00	6.927.806,74	3.515.128,77	50,74	739.113,39	10,67
	3.165.500,00	6.927.806,74	3.515.128,77	50,74	739.113,39	10,67
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	29.912.307,56	38.385.325,97	26.443.198,06	68,89	18.282.731,34	47,63
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	15.775.047,56	24.016.649,49	17.368.303,83	65,68	10.741.387,89	58,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	15.533.847,56	23.677.430,47	17.178.546,67	64,96	10.589.748,27	57,92
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	241.200,00	339.219,02	189.757,16	0,72	151.639,62	0,83
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	15.775.047,56	24.016.649,49	17.368.303,83	65,68	10.741.387,89	58,75
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	14.137.260,00	14.368.676,48	9.074.894,23	3,21	7.541.343,45	-11,12
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6</b>						18,35
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						1.376.025,66

Continua 2/4

Município de CANOINHAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013				0,00	4.994,74	472.410,84	-472.410,84	0,00
TOTAL				0,00	4.994,74	472.410,84	-472.410,84	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				4.994,74	0,00		4.994,74	
TOTAL (VIII)				4.994,74	0,00		4.994,74	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO				
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
				-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (I)	(I/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.065.010,00	14.440.100,06	8.471.097,16	32,04	5.962.376,29	32,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.809.310,00	20.573.431,26	16.441.286,46	62,18	10.968.329,80	59,99
Suporte Profilático e Terapêutico	1.284.987,56	1.448.033,50	769.430,34	2,91	653.916,64	3,58
Vigilância Sanitária	1.013.750,00	1.071.178,51	274.150,66	1,04	254.216,40	1,39
Vigilância Epidemiológica	739.250,00	852.582,64	487.233,44	1,84	443.892,21	2,43
TOTAL	29.912.307,56	38.385.325,97	26.443.198,06	100,00	18.282.731,34	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de CANOINHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

- O valor de cada linha deve ser informado para o mês de referência, no caso de valores diferentes.  
o No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V(t+1) - (15 \times IIIb)/100$

Município de CANOINHAS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	129.830.472,72	
Previsão Atualizada		—	129.830.472,72	
Receitas Realizadas		19.006.579,97	75.431.880,09	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.323.630,56	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	129.820.472,72	
Créditos Adicionais		—	20.879.172,61	
Dotação Atualizada		—	150.699.645,33	
Despesas Empenhadas		13.500.618,49	86.770.061,40	
Despesas Liquidadas		18.387.067,89	60.833.423,92	
Superávit Orçamentário		—	14.598.456,17	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		13.500.618,49	86.770.061,40	
Despesas Liquidadas		18.387.067,89	60.833.423,92	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			101.070.848,11	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	
Resultado Nominal		2.000.000,00	-11.430.309,08	
Resultado Primário		-3.000.000,00	14.202.015,42	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.042.059,10	1.661.903,98	3.538.722,10	841.433,02
EXECUTIVO	6.042.059,10	1.661.903,98	3.538.722,10	841.433,02
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	252.173,24	3.262,25	58.257,97	190.653,02
EXECUTIVO	252.173,24	3.262,25	58.257,97	190.653,02
TOTAL:	6.294.232,34	1.665.166,23	3.596.980,07	1.032.086,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		8.826.981,04	25%	21,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		11.545.283,82	60%	78,41
Liquidadas		11.545.283,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.205.268,58	7.294.731,42	
Despesa de Capital Líquida		5.755.021,15	36.042.628,45	

Continua 1/2

Município de CANOINHAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			7.875,00	312.125,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	363.885,18
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		7.541.343,45	15,00	18,35
Liquidadas		7.541.343,45		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL N PMC 110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

**Total dos Itens Vencedores: 2.159,92**

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 160/2014

Licitação.....: 110/2014 - PR

Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE ESPIGÃO DE FIBROCIMENTO E TELHA TRANSPARENTE ONDULADA 1,10X2,44, DESTINADOS À EBM BENEDITO THEREZIO CARVALHO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 111041831 - ESPIGÃO FIBROCIMENTO - Unidade: PC							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	HIMBRALIT	80,000	0,0000	22,0000	1.760,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 7854 - CHAPA DE ETERNIT TRANSPARENTE - Unidade: UN							
9921	JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA	FORT LEVE	8,000	0,0000	49,9900	399,92	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	.....	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	.....	28.754/SC
VANESSA LANGER -	.....	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano:	155/2014	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 51.270,00			
Licitação.....:	105/2014 - PR					
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 25824	- PERSIANAS EM PVC. LISA. COR BEGE OU SIMILAR. LÂMINA DE 90 MM - Unidade: M2						
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP		400,000	0,0000	56,7500	22.700,00	Venceu	1 *****
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME		400,000	0,0000	56,8000	22.720,00	Desclassif.	2
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME		400,000	0,0000	62,6000	25.040,00	Desclassif.	0
Item.....: 2	- 25825	- PERSIANA EM TECIDO NUANCE. LISA COR BEGE OU SIMILAR. LÂMINA - Unidade: M2						
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP		400,000	0,0000	34,7250	13.890,00	Venceu	1 *****
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME		400,000	0,0000	34,7500	13.900,00	Perdeu	2
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME		400,000	0,0000	38,0000	15.200,00	Perdeu	3
Item.....: 3	- 25826	- PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER. LISA. COR BEGE OU SI - Unidade: M2						
13185	PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP		200,000	0,0000	73,4000	14.680,00	Venceu	1 *****
13186	RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA ME		200,000	0,0000	73,5000	14.700,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 155/2014

Licitação.....: 105/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Processo Administrativo: 51.270.00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	-	25826	-	PERSIANA EM TECIDO BLACK OUT POLIESTER. LISA. COR BEGE OU SI	-	Unidade: M2		
13184	ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME		200,000	0,0000	80,0000	16.000,00	Perdeu	3

Candinhas, Em .....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 17/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:									
Fornecedor: 12653 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME									
4	23152	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	JOCAR	UN	50,000	0,0000	2,5200	126,00	Venceu
15	13988	BOBINA P/ MÁQUINA DE CALCULAR 57MM X 30M CX C/ 30 UN	ALLSOMA	CXA	10,000	0,0000	22,1100	221,10	Venceu
28	13998	CANETA HIDROCOR, ESTOJO C/ 12 CORES, PONTA 0,4MM	LEONORA	ESTO	50,000	0,0000	1,4700	73,50	Venceu
30	24415	CANETA MARCA TEXTO	JOCAR	UN	800,000	0,0000	0,5900	472,00	Venceu
54	2203	COLA LÍQUIDA BRANCA PARA PAPEL TUBO C/ 40 GR.	PIRATININGA	UN	130,000	0,0000	0,4500	58,50	Venceu
57	2039	ENVELOPE PARDO 240MM x 340MM SEM TIMBRE	SCRITY	UN	500,000	0,0000	0,1200	60,00	Venceu
58	14011	ENVELOPE PARDO 260MM x 360MM SEM TIMBRE	SCRITY	UN	500,000	0,0000	0,0140	7,00	Venceu
59	14012	ENVELOPE BRANCO 114MM X 229MM SEM TIMBRE	SCRITY	UN	1,500,000	0,0000	0,0500	75,00	Venceu
61	14014	ESPIRAL 14MM C/ 100 UN	OFFICE	PCT	100,000	0,0000	7,8000	780,00	Venceu
63	14016	ESPIRAL 20MM C/ 100 UN	OFFICE	PCT	100,000	0,0000	12,0000	1,200,00	Venceu
72	14022	FITA PLÁSTICA MARRON 48MM X 50M	T TAPE	UN	30,000	0,0000	2,4200	72,60	Venceu
73	14023	GRAMPEADOR DE METAL P/ GRAMPO 9 X 10, TAM. GRANDE	MAKE	UN	70,000	0,0000	26,0000	1,820,00	Venceu
74	14134	GRAMPEADOR COM ESTRUTURA METÁLICA E BASE PLÁSTICA, BASE MIN	MAKE	UN	50,000	0,0000	6,3300	316,50	Venceu
78	14027	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 20MM P/ ATÉ 190 FLS.	CIS	CXA	40,000	0,0000	8,0000	320,00	Venceu
85	1961	LÁPIS PRETO Nº 2 (FABRICAÇÃO NACIONAL)	MAKE	UN	200,000	0,0000	0,1200	24,00	Venceu
89	14033	LIVRO ATA C/ 100 FLS, 205MM X 300MM.	PB	UN	100,000	0,0000	5,5000	550,00	Venceu
90	14034	ORGANIZADOR PORTA CANETA TRIPLIO, ACRÍLICO.	WALEU	UN	40,000	0,0000	5,4000	216,00	Venceu
91	14035	PAPEL ALMAÇO A4, C/ PAUTA, PACTE C/ 16 FLS.	PANAMERICANA	PCT	50,000	0,0000	0,9600	48,00	Venceu
93	14037	PAPEL DUPLA FACE, 48CM X 66CM, DIVERSAS CORES	REIPEL	FL	150,000	0,0000	0,3900	58,50	Venceu
95	14039	PAPEL GRANITO, BCO TAM. A4, CX C/ 50 FLS	OFFPAPER	CXA	20,000	0,0000	11,4000	228,00	Venceu
96	14040	PAPEL MILIMETRADO A4, CX C/ 50 FLS.	OFFPAPER	CXA	20,000	0,0000	3,7500	75,00	Venceu
102	14046	PAPEL CREPOM 48 X 200CM, VÁRIAS CORES, CX C/ 20 FLS	REIPEL	CXA	50,000	0,0000	7,8000	390,00	Venceu
103	14047	PAPEL SULFITE 75G, 210 X 297, COLORIDO	TREVO	RES	50,000	0,0000	15,0000	750,00	Venceu
105	2619	PAPEL LAMINADO 66 X 50 CM, VÁRIAS CORES	REIPEL	FL	100,000	0,0000	0,4500	45,00	Venceu
107	1919	PAPEL VERGE 180G, MEDINDO 210X297CM, CORES DIVERSAS, PCT C50	OFFPAPER	CXA	150,000	0,0000	6,8000	1,020,00	Venceu
108	14051	PAPEL TERMICO P/ FAX 215 MM X 30 M, CX C/ 20 UND.	TREVO	CXA	6,000	0,0000	75,0000	450,00	Venceu
111	14054	PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 5CM DIVERSAS CORES	ALAPLAST	UN	200,000	0,0000	1,7400	348,00	Venceu
112	14055	PASTA AZ, 35 X 28 X 8CM	FRAMA	UN	400,000	0,0000	4,3000	1,720,00	Venceu
113	14056	PASTA AZ, 35 X 28 X 5CM	FRAMA	UN	150,000	0,0000	4,3000	645,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 12653 - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME</b>									
115	14172	PASTA C/ GRAMPO TRILHO, EM PAPELÃO, TAMANHO A4	ICL	UN	700,000	0,0000	0,7200	504,00	Venceu
124	14077	TECIDO TNT 1.40 M LARGURA DIVERSAS CORES.	SANTAFE	M	1.500,000	0,0000	0,7500	1.125,00	Venceu
127	14080	TINTA P/ TECIDO 250 ML, SOLUVEL EM AGUA, NÃO TÓXICA, DIVERSA	ACRILEX	UN	100,000	0,0000	7,1000	710,00	Venceu
128	14081	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR BRANCO.	TECBOND	UN	30,000	0,0000	10,6000	318,00	Venceu
129	14082	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR DOURADO.	TECBOND	UN	30,000	0,0000	13,4000	402,00	Venceu
130	14083	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRATA.	TECBOND	UN	30,000	0,0000	13,4000	402,00	Venceu
131	14084	TINTA SPRAY, FRASCO C/ 400 ML, COR PRETA.	TECBOND	UN	30,000	0,0000	10,6000	318,00	Venceu
137	14091	PAPEL CONTINUO CARBONADO C/ 03 VIAS CAIXA	ALLFORM	UN	20,000	0,0000	79,0000	1.580,00	Venceu
143	14095	BATERIA DE LÍTIU 3V CR 2032	ELGIN	UN	200,000	0,0000	0,8300	166,00	Venceu
145	14098	ALBUM DE FOTOGRAFIAS ESPIRAL P/ 40 FOTOS 10 X 15.	PERFIX	UN	30,000	0,0000	29,0000	870,00	Venceu
160	26635	BLOCO DE FOLHA FLIP-CHAT SERILHADO 63 X 51 CM C/ 50 FLS	SR	BL	20,000	0,0000	16,5000	330,00	Venceu
161	14101	BLOCO FOLHA FLIP-CHAT 64X88 CM C/ 50 FLS.	SR	BL	20,000	0,0000	16,5000	330,00	Venceu
169	2608	COLA COLORIDA CXA C/ 6 UNIDADES, ATOXICA, GLICERINA, SEM SOL	PIRATININGA	CXA	20,000	0,0000	3,1500	63,00	Venceu
170	2609	COLA COLORIDA COM GLITTER, CXA C/ 6 UNID. ATOXICA, GLICERINA	PIRATININGA	CXA	50,000	0,0000	4,0500	202,50	Venceu
171	2610	COLA PARA EVA 35 G	ACRILEX	UN	100,000	0,0000	1,3900	139,00	Venceu
172	14369	COLA PARA LANTEJOUOLA 90G	ACRILEX	UN	50,000	0,0000	3,1000	155,00	Venceu
177	11016	FITA DUPLA FACE 18 X 30	EPA	UN	100,000	0,0000	3,0000	300,00	Venceu
178	14370	FITA EM TECIDO MOTIVOS DIVERSOS 10M	KIT	ROLO	100,000	0,0000	9,9000	990,00	Venceu
180	14140	GRAMPEADOR DE PRESSÃO P/ MADEIRA CAP. DO CARREGADOR DE NO MI	CANGARO	UN	15,000	0,0000	27,0000	405,00	Venceu
181	2612	KIT DE PINTURA FACIL C/ 06 CORES	ROSTINHO PINTADO	CJ	50,000	0,0000	6,0800	304,00	Venceu
185	14105	LÁPISEIRA 0.5	LEONORA	UN	50,000	0,0000	1,3200	66,00	Venceu
187	13879	MASSA DE MODELAR C/ 06 CORES, 80 G	KOALA	CXA	100,000	0,0000	0,7800	78,00	Venceu
191	14142	TINTA ACRIPUFF 35ML, VARIAS CORES	ACRILEX	UN	150,000	0,0000	1,9900	298,50	Venceu
192	13881	TINTA DIMENSIONAL METÁLICO ML	ACRILEX	UN	50,000	0,0000	1,9900	99,50	Venceu
194	2616	PASTA SUSPENSÃO MARMORIZADA, COM VISOR	FRAMA	UN	1.000,000	0,0000	0,8200	820,00	Venceu
196	14371	LANTEJOUOLA 6MM, DIVERSAS CORES, PCTE. 100 GR	LANTECOR	PCT	50,000	0,0000	2,4000	120,00	Venceu
201	14146	PASTA SANFONA A4, COM 31 DIVISÓRIAS	DAC	UN	50,000	0,0000	18,5000	925,00	Venceu
204	14155	EMBORRACHADO E.V.A FELPUDO COM 2MM, 40CM X 60 CM	MILIU	FL	100,000	0,0000	1,5800	158,00	Venceu
209	14161	PASTA PLÁSTICA PARA ARQUIVO MORTO	ALAPLAST	UN	500,000	0,0000	2,0400	1.020,00	Venceu
219	14058	PASTA C/ ABA ELÁSTICA, EM PAPELÃO, TAM. A4	ICL	UN	600,000	0,0000	0,7700	462,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 141/2014		Licitação: 17/2014 - CC		Data da Homologação:					
Fornecedor: 12653		- DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME							
230	111040793	CAIXA DE BOBINA TERMOSCRIPT KHP856AM 57MMX300 MM, COM 6 UNID	CRR	UN	20,000	0,0000	89,0000	1.780,00	Venceu
231	111040794	GRAMPO 106/8 PARA GRAMPEADOR, CXA COM 5,000 UNID	CIS	CXA	50,000	0,0000	6,0000	300,00	Venceu
232	111040795	FITA PARA IMPRESSORA DE CHEQUE BEMATECH	MASTER	UN	10,000	0,0000	5,8000	58,00	Venceu
233	111040796	ROLETE PARA CALCULADORA ELGIN MR-6126, MODELO IR40T	MASTER	UN	30,000	0,0000	6,8000	204,00	Venceu
237	42697	PENDRIVE 16 GB	SANDISK	UN	30,000	0,0000	24,3200	729,60	Venceu
					11.601,000	Total do Fornecedor ----->			
						28.901,80			

<b>Nr. do Processo: 141/2014</b>									
<b>Fornecedor: 13042 - ELMO PAPELARIA LTDA</b>									
<b>Licitação: 17/2014 - CC</b>			<b>Data da Homologação:</b>						
1	18433	ALFINETE	BACCHI	CXA	40,000	0,0000	2,5900	103,60	Venceu
2	1601	ALFINETE PARA MAPAS	JOCAR	CXA	50,000	0,0000	1,1800	59,00	Venceu
3	17167	ALMOFADA P/ CARIMBO Nº3	JAPAN	UN	30,000	0,0000	1,5500	46,50	Venceu
6	8120	APLICADOR DE SILICONE	MAKE	UN	20,000	0,0000	4,7400	94,80	Venceu
7	13981	APLICADOR COLA QUENTE SILICONE 11MM	ML	UN	50,000	0,0000	7,5000	375,00	Venceu
8	13982	CAIXA DE PAPELÃO PARA ARQUIVO MORTO MEDIDAS MÍNIMAS 344X125X	SC	UN	800,000	0,0000	1,0900	872,00	Venceu
10	13983	BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 7MMX30CM.	MAKE	UN	400,000	0,0000	0,2100	84,00	Venceu
11	13984	BASTÃO DE SILICONE PARA COLA QUENTE 11MM X 30CM	MAKE	UN	100,000	0,0000	0,4300	43,00	Venceu
13	13986	BLOCO DE POST-IT PQNO PACOTE C/ 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS 38MM	INFORNS	PCT	70,000	0,0000	1,2400	86,80	Venceu
16	1088	BORRACHA BRANCA M 40	ZAP	UN	100,000	0,0000	0,1100	11,00	Venceu
18	13990	CADERNO GDE, CAPA DURA, 200 FOLHAS, 10 MAT. ESPIRAL 208X280MM	PANAMERICANA	UN	130,000	0,0000	4,7400	616,20	Venceu
20	13992	CADERNO 1/4 BROCHURA C/ 48 FOLHAS FORMATO 142 X 205MM	JANDIAIA	UN	100,000	0,0000	0,4800	48,00	Venceu
21	13993	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS 100MM X 140MM	MASTER	UN	60,000	0,0000	6,2500	375,00	Venceu
25	13995	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA COR AZUL	JOCAR	UN	1.000,000	0,0000	0,2500	250,00	Venceu
26	13996	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA PRETA	JOCAR	UN	500,000	0,0000	0,2500	125,00	Venceu
27	13997	CANETA ESFEROGRÁFICA GROSSA COR VERMELHA	JOCAR	UN	300,000	0,0000	0,2500	75,00	Venceu
29	10789	CANETA P/ CD PONTA GROSSA	JOCAR	UN	50,000	0,0000	0,8000	40,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 13042      - ELMO PAPELARIA LTDA</b>									
33	8969	CAIXA CORRESPONDÊNCIA TRIPLA EM ACRÍLICO COR CRISTAL	WALEU	UN	30,000	0,0000	20,8300	624,90	Venceu
35	2544	CARTOLINA DIVERSAS CORES 66 X 50CM	MV	UN	200,000	0,0000	0,2000	40,00	Venceu
36	14125	CARTOLINA BRANCA 66 X 50 CM	MV	UN	200,000	0,0000	0,2000	40,00	Venceu
37	1931	CORRETIVO LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, SECAGEM RÁPIDA,	ART MAX	UN	150,000	0,0000	0,5400	81,00	Venceu
38	935	CD-R VIRGEM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 700 MB/80 MIN	ELGIN	UN	2,000,000	0,0000	0,4000	800,00	Venceu
39	25315	CD RW TUDO C/ 100 UNIDADES 700MB 80M	ELGIN	UN	1,500,000	0,0000	1,6300	2.445,00	Venceu
40	8728	DVD-R 4.7 GB	ELGIN	UN	1,000,000	0,0000	0,4600	460,00	Venceu
41	9414	ELÁSTICO EM LATEX Nº 18 EMB 100GR	MAMUTH	PCT	150,000	0,0000	1,3800	207,00	Venceu
42	2545	EMBORRACHADO E.V.A 59,5 X 40CM DIVERSAS CORES	MAKE	FL	1,500,000	0,0000	0,7500	1.125,00	Venceu
43	14002	COLA INSTANTÂNEA 03 GR	HENKEL	UN	150,000	0,0000	4,7500	712,50	Venceu
44	14003	CLIPES Nº 0 CX C/ 100 UN	WIREPLAST	CXA	250,000	0,0000	0,7200	180,00	Venceu
45	14004	CLIPES Nº 1.0 CX C/ 100 UN	WIREPLAST	CXA	250,000	0,0000	0,7200	180,00	Venceu
46	14005	CLIPES Nº 2.0 CX C/ 100 UN	WIREPLAST	CXA	250,000	0,0000	0,7200	180,00	Venceu
47	14126	CLIPES Nº 4.0 CAIXA COM 100 UNIDADE	WIREPLAST	CXA	250,000	0,0000	0,7200	180,00	Venceu
48	14006	CLIPES Nº 6.0 CX C/ 100 UN	WIREPLAST	CXA	250,000	0,0000	0,7200	180,00	Venceu
49	14007	CLIPES Nº 8.0 CX C/ 100 UN	WIREPLAST	CXA	150,000	0,0000	0,7200	108,00	Venceu
50	14127	CLIPS BINDER 15MM, CAIXA COM 12	BRW	CXA	80,000	0,0000	0,8400	67,20	Venceu
51	14128	CLIPS BINDER 25 MM, CAIXA COM 12	BRW	CXA	80,000	0,0000	1,7100	136,80	Venceu
52	14129	CLIPS BINDER 41 MM, CAIXA COM 12	BRW	CXA	80,000	0,0000	4,3100	344,80	Venceu
53	14130	CLIPS BINDER 51 MM, COM 12	BRW	CXA	100,000	0,0000	6,9500	695,00	Venceu
55	14131	COLA EM BASTÃO MÍNIMO 08 GRAMAS	LEO E LEO	UN	100,000	0,0000	0,4000	40,00	Venceu
56	14237	COLA PARA ISOPOR, DE 40 G	MARIPEL	UN	20,000	0,0000	1,1800	23,60	Venceu
60	14013	ESPIRAL 12MM C/ 100 UN	USA	PCT	100,000	0,0000	7,2800	728,00	Venceu
64	14132	ESTILETE EM PLÁSTICO, LAMINA DE AÇO COM LARGURA DE 9,00 MM	MASTER	UN	100,000	0,0000	0,3600	36,00	Venceu
65	14133	ESTILETE EM PLÁSTICO, LAMINA DE AÇO COM LARGURA 18MM, MEDINDO	MASTER	UN	40,000	0,0000	0,4800	19,20	Venceu
66	14018	ETIQUETA AUTO ADESIVA BCA RETANGULAR TAM. 25,4 X 101,6 X 2 C	INFORMS	CXA	10,000	0,0000	5,7500	57,50	Venceu
68	2474	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12X40	FLAX	UN	200,000	0,0000	0,3900	78,00	Venceu
69	2098	FITA CREPE (19 X 50)	FLAX	UN	100,000	0,0000	1,7800	178,00	Venceu
70	14020	FITA CREPE 45MM X 50M	FLAX	UN	150,000	0,0000	4,4600	669,00	Venceu
75	14025	GRAMPEADOR PROFISSIONAL, CAPACIDADE MÍN. 150 FOLHAS	JOCAR	UN	10,000	0,0000	53,0000	530,00	Venceu
76	10543	GRAMPO P/ GRAMPEADOR. 26/6.	BRW	CXA	200,000	0,0000	1,7500	350,00	Venceu
77	14026	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 9 X 10 CX 5000 UN.	BRW	CXA	50,000	0,0000	6,9100	345,50	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:</b>									
<b>Fornecedor: 13042 - ELMO PAPELARIA LTDA</b>									
80	14136	GRAMPO TRILHO PLASTICO, CAIXA C 50 UND	DELLO	UN	100,000	0,0000	5,3800	538,00	Venceu
81	14029	LÂMINA DE ISOPOR DE 15MM	ISOPLAC	UN	30,000	0,0000	2,7300	81,90	Venceu
82	14030	LÂMINA DE ISOPOR DE 20MM	ISOPLAC	UN	30,000	0,0000	3,6300	108,90	Venceu
83	14031	LÂMINA DE ISOPOR DE 25MM	ISOPLAC	UN	30,000	0,0000	4,3600	130,80	Venceu
84	14032	LÁPIS BORRACHA, CX C/ 12 UN.	ECOLE	UN	50,000	0,0000	0,5000	25,00	Venceu
86	20151	LAPISEIRA GRAFITE 0,7	LEO E LEO	UN	50,000	0,0000	1,0900	54,50	Venceu
88	11018	MOLHA DEDO: GLICERINA 12G	JAPAN	UN	100,000	0,0000	1,2600	126,00	Venceu
92	2605	PAPEL CREPOM 0,48 CM X 2,00M, DIVERSAS CORES	VMP	UN	100,000	0,0000	0,4000	40,00	Venceu
97	14041	PAPEL SEDA 466MM X 659MM	VMP	FL	20,000	0,0000	0,0800	1,60	Venceu
98	1955	PERCEVEJO CAIXA COM 100 UNIDADE	JOCAR	CXA	50,000	0,0000	0,8800	44,00	Venceu
99	14042	PAPEL STÊNCIL A ALCOOL UNIVERSAL, CX C/ 100 FLS	USA	CXA	20,000	0,0000	23,3800	467,60	Venceu
100	14043	PAPEL CARTÃO FOSCO 280G, 50 X 70 PCTE 10 CORES	VMP	PCT	30,000	0,0000	5,7500	172,50	Venceu
101	14044	PAPEL CAMURÇA 40 X 60, VÁRIAS CORES	VMP	UN	50,000	0,0000	0,4400	22,00	Venceu
104	14048	PAPEL DE SEDA 50 X 70, VÁRIAS CORES	VMP	FL	100,000	0,0000	0,0800	8,00	Venceu
109	14052	PASTA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO, DIVERSAS CORES	ICL	UN	400,000	0,0000	0,7900	316,00	Venceu
114	14137	PASTA CATÁLOGO, TAM. AP DE 243 X 333 MM, C/ MÍN 20 ENVELOPE	DAC	UN	20,000	0,0000	4,7500	95,00	Venceu
116	6581	PERCEVEJO LATONADO, CAIXA C/ 100 UND	JOCAR	CXA	30,000	0,0000	0,8800	26,40	Venceu
117	14069	PINCEL P/ CONTORNO Nº 00	LEO E LEO	UN	20,000	0,0000	0,3800	7,60	Venceu
118	14071	PORTA CLIPS C/ IMA.	CONCEPT	UN	20,000	0,0000	3,7500	75,00	Venceu
119	14072	PRANCHETA ACRÍLICA, TAM. A4.	NOVACRIL	UN	80,000	0,0000	5,5000	440,00	Venceu
120	2421	RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE 30 CM, GRADUAÇÃO MILIMÉTRICA	WALEU	UN	100,000	0,0000	0,3000	30,00	Venceu
121	14138	RÉGUA EM POLÍESTER CRISTAL TRANSPARENTE COM 30 CM, ESCALA	WALEU	UN	100,000	0,0000	0,7300	73,00	Venceu
123	14076	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TAM.OFÍCIO, C/ 04 FUROS	DAC	UN	2,000,000	0,0000	0,0800	160,00	Venceu
132	14086	PAPEL CARBONO AZUL OU PRETO A4 CX C/ 100 FLS	RADEX	CXA	30,000	0,0000	10,7500	322,50	Venceu
133	933	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON FX-890 (S015329)	MASTER	UN	100,000	0,0000	4,5000	450,00	Venceu
134	14088	AGENDA TELEFONICA INDICE A/Z, CAPA DURA, ESPIRAL TAM. AP 122	TILIBRA	UN	30,000	0,0000	11,0000	330,00	Venceu
135	14089	CANETA PONTA FINA P/ MARCAR CD/TUBO DE ENSAIO AZUL OU PRETO	JOCAR	UN	120,000	0,0000	0,8000	96,00	Venceu
136	14090	AGENDA ANUAL, TAM. 132 X 212 MM	KAZ	UN	150,000	0,0000	7,1300	1.069,50	Venceu
138	14092	PILHA ALCALINA GRANDE	ELGIN	UN	50,000	0,0000	4,6300	231,50	Venceu
139	14093	PILHA ALCALINA MÉDIA	ELGIN	UN	200,000	0,0000	3,1800	636,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC</b>									
<b>Fornecedor: 13042 - ELMO PAPELARIA LTDA</b>									
140	14094	PILHA ALCALINA PEQUENA	ELGIN	UN	800,000	0,0000	0,9100	728,00	Venceu
141	1309	PILHA ALCALINA PALITO	ELGIN	UN	500,000	0,0000	0,9100	455,00	Venceu
142	26634	BATERIA ALCALINA 09 VOLTS	ELGIN	UN	50,000	0,0000	4,3500	217,50	Venceu
144	14139	SUORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE DE MESA, COM CORTADOR META	TKS	UN	20,000	0,0000	4,6300	92,60	Venceu
147	13850	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR AZUL.	RIBERBALL	PCT	50,000	0,0000	2,9300	146,50	Venceu
148	13851	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR BRANCO.	RIBERBALL	PCT	50,000	0,0000	2,9300	146,50	Venceu
149	13852	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR VERDE.	RIBERBALL	PCT	50,000	0,0000	2,9300	146,50	Venceu
150	13853	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR VERMELHO.	RIBERBALL	PCT	50,000	0,0000	2,9300	146,50	Venceu
151	13854	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID CORES SORTIDAS	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
152	13855	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID CORE AMARELO.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
153	13856	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR AZUL.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
154	13857	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LARAJA.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
155	13858	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR LILÁS.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
156	13859	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR ROSA.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
157	13860	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERDE.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
158	13861	BALÕES TIPO CANUDO, C/ 50 UNID COR VERMELHO.	RIBERBALL	PCT	10,000	0,0000	3,7300	37,30	Venceu
159	13862	BARRA DE ISOPOR 5 MM.	ISOPAC	UN	30,000	0,0000	0,8600	25,80	Venceu
162	2606	BOLAS DE ISOPOR 100 MM	STYROCORT	UN	30,000	0,0000	1,1100	33,30	Venceu
163	1005	BOLAS DE ISOPOR 50 MM	STYROCORT	UN	30,000	0,0000	0,2300	6,90	Venceu
164	1006	BOLAS DE ISOPOR 35MM	STYROCORT	UN	200,000	0,0000	0,1300	26,00	Venceu
166	2607	CAPA PARA CD DE ACRILICO TRANSPARENTE	MIDIATECH	UN	50,000	0,0000	0,8800	44,00	Venceu
167	1008	CAPA PARA CD DE PAPEL C 50 UNIDADE	MIDIATECH	PCT	50,000	0,0000	3,7500	187,50	Venceu
168	13867	CARIMBO PERFURADOR P/ EVA	TOK E CRIE	UN	20,000	0,0000	35,0000	700,00	Venceu
173	13871	COLA RELEVO C/ 6 FRASCOS DE 20G.	PIRATININGA	CXA	50,000	0,0000	3,3500	167,50	Venceu
174	2611	CORRETIVO LIQUIDO CANETA, A BASE DE AGUA, SEM ODORE, NÃO TOXI	JOCAR	UN	30,000	0,0000	1,8900	56,70	Venceu
175	13872	DIMENSIONAL GLITTER VARIAS CORES 35 ML	ACRILEX	UN	30,000	0,0000	2,3600	70,80	Venceu
179	13874	FITA FITILHO LARGO PLÁSTICO 10 M	NIZURI	ROLO	100,000	0,0000	1,1800	118,00	Venceu
182	13876	LAÇO PRONTO 1,7 X 38 CM C/ 10 UNID.	VMP	PCT	100,000	0,0000	1,0300	103,00	Venceu
188	2614	REFIL PARA LAPISEIRA 0.5 C; 12 UNID	GOLLER	CXA	50,000	0,0000	0,2100	10,50	Venceu
189	14107	REFIL P/ LAPISEIRA 0.7 C/ 12 UNID.	GOLLER	CXA	100,000	0,0000	0,2100	21,00	Venceu
190	14141	TESOURA DE PICOTE GRANDE, MIN. 15 CM	GOLLER	UN	50,000	0,0000	3,6300	181,50	Venceu
195	2617	PASTAS SUSPENSAS KRAFT COM VISOR	DELLO	UN	800,000	0,0000	0,6600	528,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:									
Fornecedor: 13042 - ELMO PAPELARIA LTDA									
197	21600	FITA PARA IMPRESSORA OLIVETTI DM 209L	MASTER	UN	100,000	0,0000	4,5600	456,00	Venceu
198	1009	COLCHETE Nº 08, CAIXA COM NO MIN. 72	GASFER	CXA	50,000	0,0000	2,0800	104,00	Venceu
199	14144	COLCHETE Nº 10, CAIXA COM NO MIN. 72 UNID	GASFER	CXA	50,000	0,0000	2,2800	114,00	Venceu
202	14153	EMBORRACHADO E.V.A COM BOLINHAS, COM 2MM, 40 CMX60CM	MILLIU	FL	100,000	0,0000	2,1300	213,00	Venceu
203	14154	EMBORRACHADO E.V.A COM GLITTER, COM 2MM, 40 CM X 60 CM	MILLIU	FL	100,000	0,0000	2,1300	213,00	Venceu
205	14156	EMBORRACHADO E.V.A LISTRADO COM 2MM, 40CMX 60 CM	MILLIU	FL	100,000	0,0000	2,1300	213,00	Venceu
206	14157	EMBORRACHADO E.V.A XADREZ 2MM, 40CM X 60 CM	MILLIU	FL	100,000	0,0000	2,1300	213,00	Venceu
210	14163	PASTA C/ GRAMPO TRILHO, PLASTICA, TAMANHO A4	ALAPLAST	UN	600,000	0,0000	0,9600	576,00	Venceu
212	14164	CAPA DE POLIPROPILENO PARA ENCADERNAÇÃO , TAMANHO A4	USA	UN	30,000	0,0000	0,1800	5,40	Venceu
213	14165	IMÃ MAGNETICO, BOTÃO PARA QUADRO BRANCO COM CAPA	ACRIMET	PCT	20,000	0,0000	1,3500	27,00	Venceu
214	14166	SUORTE PARA DUREX PEQUENO	TKS	UN	10,000	0,0000	4,7500	47,50	Venceu
215	14167	ESPIRAL 07MM C/ 48 UNIDADES	USA	PCT	10,000	0,0000	1,7600	17,60	Venceu
216	14168	ESPIRAL 33MM C/ 27 UNIDADES	USA	PCT	10,000	0,0000	10,5000	105,00	Venceu
217	14169	BOLAS DE ISOPOR 150MM	STYROCORT	UN	30,000	0,0000	2,4100	72,30	Venceu
221	111040783	PERFURADOR PROFISSIONAL, 2 FUROS, ESTRUTURA DE METAL, CAPACI	ADECK	UN	12,000	0,0000	43,6300	523,56	Venceu
226	111040789	PINCEL P/QUADRO BRANCO, AZUL, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,8000	160,00	Venceu
227	111040790	PINCEL P/QUADRO BRANCO, PRETO, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	300,000	0,0000	0,8000	240,00	Venceu
228	111040791	PINCEL P/QUADRO BRANCO, VERMELHO,PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	100,000	0,0000	0,8000	80,00	Venceu
229	15063	BALÕES LATEX NATURAL Nº 7 C/ 50 UNID. COR PRETA	RIBERBALL	PCT	50,000	0,0000	2,9300	146,50	Venceu
236	42696	PEN DRIVE 08 GB	SANDISK	UN	50,000	0,0000	14,5400	727,00	Venceu
238	31485	CANETA DETECTORA DE DINHEIRO FALSO	JOCAR	UN	15,000	0,0000	1,7300	25,95	Venceu
239	36426	FITA ADESIVA, TRANSPARENTE, TAMANHO 48 MM X 50 M.	FLAX	UN	250,000	0,0000	1,6000	400,00	Venceu
240	111040797	ELASTICO EM LATEX Nº 18 EMB 500 GR	MAMUTH	PCT	50,000	0,0000	6,3800	319,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		23.417,000	30.983,01	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:</b> <b>Fornecedor: 15736 - M. MOBILE EIRELI</b>									
5	111040792	APONTADOR PLASTICO COM RESERVATORIO QUADRADO OU SIMILAR	LYKE	UN	100,000	0,0000	0,2000	20,00	Venceu
9	8855	BARBANTE FIO CRU Nº 08, ROLO COM 70M	VALTEX	ROLO	30,000	0,0000	1,0000	30,00	Venceu
12	13985	BLOCO DE POST-IT GDE C/ 01 BLOCO DE 100 FOLHAS 102MM X 76MM	INFORMS	PCT	60,000	0,0000	1,7000	102,00	Venceu
14	13987	BOBINA DE PAPEL PARDO 1,20 X 80MM C/ 200M	5 ESTRELAS	UN	2,000	0,0000	90,0000	180,00	Venceu
19	13991	CADERNO PEQUENO, CAPA DURA 100 FOLHAS, FORMATO APROXIMADO	MEGALIFE	UN	150,000	0,0000	1,8000	270,00	Venceu
22	14122	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL PONTA MÉDIA	JOCAR	UN	1,000,000	0,0000	0,3200	320,00	Venceu
23	14123	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA PONTA MÉDIA	JOCAR	UN	500,000	0,0000	0,3200	160,00	Venceu
24	14124	CANETA ESFEROGRAFICA NA COR VERMELHA PONTA MÉDIA	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,3200	64,00	Venceu
31	13999	CANETA P/ E.V.A COR PRETA	JOCAR	UN	50,000	0,0000	0,8500	42,50	Venceu
32	14000	CANETA P/ E.V.A COR VERMELHA	JOCAR	UN	50,000	0,0000	0,8500	42,50	Venceu
34	14001	CARTOPLEX DIVERSAS CORES 66 X 50CM	REIPEL	UN	200,000	0,0000	0,4400	88,00	Venceu
62	14015	ESPIRAL 17MM C/ 100 UN	TENÓRIO	PCT	100,000	0,0000	9,5000	950,00	Venceu
67	1058	EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPÁTULA, EM AÇO CROMADO	CARBRINK	UN	100,000	0,0000	0,7200	72,00	Venceu
71	14021	FITA DUPLA FACE 12MM X 40M	SICAD	UN	40,000	0,0000	2,5300	101,20	Venceu
79	14135	GRAMPO TRILHO METAL , CAIXA COM 50 UND	JOCAR	CXA	100,000	0,0000	4,4800	448,00	Venceu
87	13897	LIVRO PROTOCOLO E CORRESPONDÊNCIAS C/ 100 FOLHAS FORMATO	SÃO DOMINGOS	UN	80,000	0,0000	4,6000	368,00	Venceu
94	14038	PAPEL FOTO BRILHANTE GLOSSY, TAM. A4, CX C/ 50 FLS	MAXPRINT	CXA	30,000	0,0000	11,2500	337,50	Venceu
106	14050	PAPEL VERGÉ 85G 210 X 297, VÁRIAS CORES CX C/ 50 FLS	FILIPAPER	CXA	80,000	0,0000	4,8000	384,00	Venceu
110	14053	PASTA POLIONDA C/ ELÁSTICO, 7CM DIVERSAS CORES	POLIBRAS	UN	200,000	0,0000	2,1000	420,00	Venceu
122	14075	ROLOS PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO C/ 10 METROS.	POLIFIX	UN	50,000	0,0000	12,5000	625,00	Venceu
125	14078	TESOURA INOX MULTITUSO, 20 CM	LEONORA	UN	80,000	0,0000	2,4000	192,00	Venceu
126	14079	TINTA P/ CARIMBO 42 ML, NA COR PRETA	RADEX	UN	100,000	0,0000	1,2000	120,00	Venceu
183	13877	LÁPIS DE CERA GIZÃO CX C/ 12 CORES.	PIRATININGA	CXA	50,000	0,0000	1,2700	63,50	Venceu
184	13878	LÁPIS DE COR SEXTAVADO C/ 12 CORES C/ CERTIFICADO FSC.	LABRA	CXA	150,000	0,0000	2,7500	412,50	Venceu
186	2613	LIVRO ATA - 50 PAGINAS	SÃO DOMINGOS	UN	100,000	0,0000	4,2900	429,00	Venceu
193	2615	TINTA GUACHE 250 ML	PIRATININGA	UN	50,000	0,0000	1,5800	79,00	Venceu
200	14145	PASTA SANFONADA A4. COM 12 DIVISÓRIAS	POLIBRAS	UN	50,000	0,0000	8,5000	425,00	Venceu
207	14159	LÁPIS DE COR SEXTAVADO,TAMANHO GRANDE C/ 24 CORES C/ CERTIFI	LABRA	CXA	20,000	0,0000	6,0000	120,00	Venceu
208	14160	LÁPIS DE COR SEXTAVADO AQUARELO, TAMANHO GRANDE. C/ 24 CORES	MAPED	CXA	10,000	0,0000	15,3000	153,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/9

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 141/2014      Licitação: 17/2014 - CC      Data da Homologação:									
Fornecedor: 15736    - M. MOBILE EIRELI									
211	26298	PASTA PLÁSTICA OFÍCIO EM L	LYKE	UN	50,000	0,0000	0,3700	18,50	Venceu
220	111040782	PERFURADOR COM 02 FUROS, EM METAL, MIN 25 FOLHAS	LYKE	UN	30,000	0,0000	8,0000	240,00	Venceu
222	111040785	PINCEL ATOMICO AZUL, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,8200	164,00	Venceu
223	111040786	PINCEL ATOMICO PRETO, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,8200	164,00	Venceu
224	111040787	PINCEL ATOMICO VERDE, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,8200	164,00	Venceu
225	111040788	PINCEL ATOMICO VERMELHO, PONTA DE NYLON	JOCAR	UN	200,000	0,0000	0,8200	164,00	Venceu
234	1040186	CORDÃO PARA CRACHÁ, COR AZUL ESCURO, LISO, 85CM, COM PRESILH	KIT	UN	500,000	0,0000	1,0700	535,00	Venceu
235	11040204	PRESILHAS METAL COM ALÇA PLÁSTICA PARA CRACHÁ	DAC	UN	500,000	0,0000	0,3000	150,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->						5.612,000		8.618,20	

Canoinhas, 26 de Setembro de 2014.

# Capinzal

## PREFEITURA

### Chamada Pública 026/2014

EDITAL Nº 026, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Estabelece normas para a chamada pública de Enfermeiros

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999, Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, e; Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 037/2013, torna público os procedimentos para a chamada pública para o cargo de Enfermeiro, destinada ao provimento de vaga temporária, até 30 de novembro de 2014.

#### 1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á para o cargo de Enfermeiro do ESF dia 30/09/2014 (segunda-feira), das 14h às 15h, na Diretoria de Recursos Humanos, sito à Rua Carmelo Zoccoli, nº 155, Centro.

#### 1.2

Enfermeiro	40 horas	R\$ 2.644,71
------------	----------	--------------

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) diploma de conclusão de curso na área de Enfermagem e registro no COREN;
- c) certificados de pós - graduação e/ou outras especializações;
- d) comprovante de tempo de serviço na área de atuação.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) candidatos com maior tempo de serviço, devidamente comprovado por certidão de tempo de serviço emitido pelo órgão empregador;
- b) candidato de maior idade;
- c) maior número de filhos.

Capinzal, em 25 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### Resolução 12/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 12/2014

Torna sem efeito a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC nº 09/2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pela Lei Complementar nº 026, de 17 de novembro de 1995;

Resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC nº 09/2014, de 25 de julho de 2014, sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF na Área da Assistência Social, em âmbito municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 23 de setembro de 2014.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

DANIELA BORTOLI

Secretária

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0186/2011

Termo Aditivo Nº ..... : TA 001/2014 C186 - Contrato Nº: 0186/2011

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA

Valor ..... : 139.144,55 (cento e trinta e nove mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 23/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Concorrência para Compras e Serviços Nº.: 0095/2011

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é o reajuste anual, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, no índice de 4,88 % (quatro vírgula oitenta e oito pontos percentuais) relativo ao IGP-M acumulado do ano, conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **Adendo ao Edital de Processo Licitatório Nº 0079/2014 - Pregão Nº 0056/2014**

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2014  
EDITAL DE PREGÃO Nº 0056/2014

A Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de transferir horários e datas dos procedimentos previstos no Edital;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0056/2014, conforme segue:

A descrição do preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação, onde se lê:

- Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 29 de setembro de 2014;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 25 de setembro de 2014;
- Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 29 de setembro de 2014.

Leia-se:

- Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 08 de outubro de 2014;
- Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 06 de outubro de 2014;
- Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 08 de outubro de 2014.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 26 de setembro de 2014.  
GISA APARECIDA GIACOMINI  
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Página: 1 de 2  
26/09/2014 16:12

Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - 4º Bimestre/2014

Camara Municipal de Catanduvas-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	-	-	-	-	-	-	-
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	546.489,82	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	-	-	-	-	546.489,82	-	-546.489,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Camara Municipal de Catanduvas-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	(f-g)	(f-g)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>151.679,36</b>	<b>554.017,52</b>	<b>154.143,58</b>	<b>546.489,82</b>	<b>44,07</b>	<b>693.510,18</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>920.000,00</b>	<b>-</b>	<b>920.000,00</b>	<b>151.679,36</b>	<b>547.912,52</b>	<b>154.143,58</b>	<b>540.384,82</b>	<b>58,74</b>	<b>379.615,18</b>
Pessoal E Encargos Sociais	657.400,00	-	657.400,00	99.346,30	374.251,67	99.346,30	374.251,67	56,93	283.148,33
Outras Despesas Correntes	262.600,00	-	262.600,00	52.333,06	173.660,85	54.797,28	166.133,15	63,26	96.466,85
<b>Despesas De Capital</b>	<b>220.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>320.000,00</b>	<b>-</b>	<b>6.105,00</b>	<b>-</b>	<b>6.105,00</b>	<b>1,91</b>	<b>313.895,00</b>
Investimentos	220.000,00	100.000,00	320.000,00	-	6.105,00	-	6.105,00	1,91	313.895,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII-IX)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>151.679,36</b>	<b>554.017,52</b>	<b>154.143,58</b>	<b>546.489,82</b>	<b>44,07</b>	<b>693.510,18</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>151.679,36</b>	<b>554.017,52</b>	<b>154.143,58</b>	<b>546.489,82</b>	<b>44,07</b>	<b>693.510,18</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(XIV)=(XII+XIII)</b>	<b>1.140.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>151.679,36</b>	<b>554.017,52</b>	<b>154.143,58</b>	<b>546.489,82</b>	<b>44,07</b>	<b>693.510,18</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 07m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 1  
26/09/2014 16:13

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

R\$ 1,00									
RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo		(a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/Total b) %	(b/a) %	
DESPESAS(EXCETO INTRA- Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	151.679,36	554.017,52	154.143,58	546.489,82	100,00	44,07	693.510,18
Ação Legislativa	1.140.000,00	1.240.000,00	151.679,36	554.017,52	154.143,58	546.489,82	100,00	44,07	693.510,18
DESPESAS INTRA-ORÇÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	1.140.000,00	1.240.000,00	151.679,36	554.017,52	154.143,58	546.489,82	100,00	44,07	693.510,18

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 08m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 1  
26/09/2014 16:14

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS: LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
Não existem registros a serem impressos.										
LEGISLATIVO										
Poder Legislativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 09m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Página: 1 de 2  
26/09/2014 16:14

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre		Até o bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita		-		0,00	
Previsão Atualizada da Receita		-		0,00	
Receitas Realizadas		3.592.908,25		15.554.005,74	
Déficit Orçamentário				-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)		-		0,00	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		1.140.000,00	
Créditos Adicionais		-		100.000,00	
Dotação Atualizada		-		1.240.000,00	
Despesas Empenhadas		151.679,36		554.017,52	
Despesas Liquidadas		154.143,58		546.489,82	
Superávit Orçamentário				15.007.515,92	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre		Até o bimestre	
Despesas Empenhadas		151.679,36		554.017,52	
Despesas Liquidadas		154.143,58		546.489,82	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o bimestre	
Receita Corrente Líquida				23.291.798,35	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre		Até o bimestre	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal			-224.914,41		
Resultado Primário		0,00	-546.489,82		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 2 de 2  
26/09/2014 16:14

Camara Municipal de Catanduvas - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	0,00	25%		
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	60%		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	6.105,00		313.895,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00		0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 10m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

**RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE/2014**

Página: 1 de 1  
26/09/2014 16:15

Camara Municipal de Catanduvas - SC

Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: Câmara Mun.Vereadores de CATANDUVAS

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	589.933,83	-
Pessoal Ativo	589.933,83	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	589.933,83	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		589.933,83

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	23.291.798,35
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	2,53
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6%	1.397.507,90
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,7%	1.327.632,51
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 5,4%	1.257.757,11

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 00m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ODAIR JOSE GABRIELLI

Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI

CRC/SC 22.439/0-O Contadora

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo  
Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Agosto de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	11.404,23	-11.404,23
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	<b>11.404,23</b>	<b>-11.404,23</b>
Recursos Ordinários	324.914,41	-	324.914,41
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>324.914,41</b>	-	<b>324.914,41</b>
<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>324.914,41</b>	<b>11.404,23</b>	<b>313.510,18</b>

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹**

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 15h e 59m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Agosto de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidadados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidadados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-	-11.404,23	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-11.404,23	-
Recursos Ordinários	-	-	-	7.527,70	324.914,41	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	7.527,70	324.914,41	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	7.527,70	313.510,18	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 00m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

Página: 1 de 1  
26/09/2014 16:15

Camara Municipal de Catanduvas - SC - Poder Legislativo  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
2º Quadrimestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	589.933,83	2,53
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	1.397.507,90	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	1.327.632,51	5,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 26/Set/2014, 16h e 02m.

ODAIR JOSE GABRIELLI  
Presidente da Câmara

SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI  
CRC/SC 22.439/0-O Contadora

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Decreto 137/2014

DECRETO N. 137/2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhorita FABIELE GARGHETTI, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 6.492.989 e inscrito no CPF/MF sob n. 091.381.069-06, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada junto à Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 26 de Setembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

### LEI 1.327/2014

LEI Nº 1.327/2014

"RECONHECE DE PROPRIEDADE PARTICULAR O LOTE URBANO QUE ESPECÍFICA, REGISTRADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecido de propriedade particular o lote urbano originário do Registro Geral nº 17.680, que ainda se encontra registrado em nome do Município de Caxambu do Sul, com a seguinte identificação:

"Lote urbano número 271 da quadra 23, com área de 998,89 m² (oitocentos e noventa e oito metros quadrados), registrado no Registro Geral nº 17.680, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, pertencente ao senhor JOSÉ ANTÔNIO MERA, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na rua Roco Gheller s/nº, Cidade de Caxambu do Sul, inscrito no cpf/mf sob nº 693.119.609-00".

Art. 2º. Fica o chefe do poder executivo autorizado a assinar a Escritura Pública de Doação em favor do proprietário identificado no artigo 1º desta Lei, ou a quem este indicar formalmente, por

meio de autorização escrita e com firma reconhecida em cartório.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições e contrário.

Caxambu do Sul/SC, 25 de setembro de 2014.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2014  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 03/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 15 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E A CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL COM 06 SALAS a ser construído na Rua Erinete de Souza Machado, Centro, Município de Chapadão do Lageado/SC, que deverão serem executadas de conformidade com os projetos, quadro de quantidades e cronograma físico-financeiros anexos. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 29 de setembro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 24/2014 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 24/2014.

Vigência: 23/09/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 74/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: MONIQUE DA SILVEIRA SARDÁ

Valor: R\$ 30,00 (trinta reais), por consulta.

Objeto: O presente contrato tem por objeto à contratação de um profissional médico, especialista na área de clínica geral, à realização de consultas médicas mensais na referida área, de acordo com especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

1.2 Relacionadas abaixo:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	CLINICA GERAL	CONSULTAS/mensais	ATÉ 300

DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### Extrato de Contrato Nº 75/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 75/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 75/2014.

Vigência: 26/09/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 72/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: SERVIÇOS TÉCNICOS HG DIESEL LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais);

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto Veículo Ônibus PLACA MJH 4889, IVECO CITY CLASS, utilizados no Transporte Escolar pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações:

LOTE: 2																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DATA DA ASSINATURA: 26 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 76/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 76/2014.

Vigência: 26/09/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 72/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RT TRATORES COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 1.761,20 (um mil, setecentos e sessenta e um reais e vinte centavos);

Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto do Moto Niveladora HWB 130M, utilizados na Secretaria de Obras Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações:

[illegible]

DATA DA ASSINATURA: 26 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de leites (formulação infantil e suplemento alimentar), visando atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 29 de setembro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de outubro de 2014, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto do Veículo Ônibus - PLACA MKW 6896, IVECO e do Veículo Microônibus PLACA MCZ 0688, Volare, utilizados no Transporte Escolar pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 29 de setembro de 2014.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Concórdia****PREFEITURA****Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial 116/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº 116/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização e iluminação em eventos relacionado à XIV Semana do Servidor Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 10/10/2014.

Abertura: dia 13/10/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 25 de setembro de 2014.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretaria Municipal de Administração

**Comunicação de Interposição Recursal Tomada de Preços Nº 10/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço global (material e mão de obra) para reforma do Centro Municipal de Educação Infantil José Garghetti e Posto de Saúde, localizados no bairro Santa Cruz, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL**

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos às licitantes: LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, VANDERLEI DEITOS ME e KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP que a licitante LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA-ME, interpôs, na data de 22 de setembro de 2014, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 26 de setembro de 2014.  
MAURO FRIGO  
Presidente da CPL

**Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial Nº104/2014-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de materiais elétricos para realização do sonho de Natal 2014 e decoração natalina do Centro Administrativo Municipal conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 25 de setembro de 2014.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

**Extrato do Resultado da Sessão de Habilitação Tomada de Preço Nº 09/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão-de-obra) para execução de obra de construção da Escola Básica Municipal Frei Lency e de muros de contenção, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentou-se para participar do presente certame a empresa: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME. Foi aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, verificando-se que os envelopes foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital, foram os mesmos rubricados pelos membros da Comissão. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Presidente e pelos membros da Comissão, constatando-se que a licitante LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME, apresentou os Atestados de Capacidade Técnica conforme exigido no item 5.1 alínea "I", a qual reza (Atestado de capacidade técnica por execução de obras de características semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico indicado pela licitante e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado, a) Engenheiro Civil), porém deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica específico ao muro de contenção, conforme exigido no objeto do Edital, sendo portanto julgada INABILITADA. Ressalva-se que os Atestados de capacidade técnica da licitante foram conferidos pela Diretora de Engenharia Marilu Matiello, a qual ratificou que existe a necessidade de Atestado referente obra de muro de contenção, em função da complexidade da obra referida

no Edital. Em razão de não existir empresa Habilitada para o referido certame, o Presidente da Comissão oficializou que a licitante LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME terá o prazo de 8(oito) dias úteis, conforme item 7.12 do Edital, sendo "Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Município de Concórdia poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua inabilitação ou desclassificação", para reapresentação de todos os documentos de habilitação exigidos no Edital, os quais deverão ser protocolizados no protocolo geral do município. Observa-se que o representante legal da licitante renuncia ao direito de recorrer do julgamento relativo a fase de Habilitação através da assinatura desta ata. Em razão do direito de reapresentação da documentação de habilitação o presidente da Comissão desde já convoca, a licitante a comparecer neste mesmo local, às 10:00(dez horas) do próximo dia 10(dez) de outubro de 2014, para participar da sessão de abertura e julgamento da nova documentação de habilitação. Ficou ressaltado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelo Presidente e membros da Comissão Permanente de Licitações e representante legal presente.

Concórdia, SC, 26 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

**Aviso de Pregão Eletrônico SRP Nº 21/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2014- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de material de higiene e limpeza para uso nos CMEIs, com recursos de Convênio Federal e contrapartida do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 17/10/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 17/10/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 26 de setembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**Extrato de Rescisão Contrato Nº 148/2013 -PMC**

Contrato Nº : 148/2013

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 44/2013

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de Link de internet dedicado 1 Mbps Full, com no mínimo 8 ip?s válidos e fixos - com garantia de 99,5% de banda, conforme descrições constantes dos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 03/05/2013 Término: 02/05/2014

Assinatura : 22/09/2014

Valor R\$: 660,00 (Seiscentos e Sessenta Reais)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903997000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2031.333903997000000.01000001

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria 23/2014**

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Autorizar o servidor MARCOS ANTÔNIO MIOR - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 29 de setembro a 4 de outubro de 2014, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 5, de 23 de janeiro de 2014.

Concórdia, 26 de setembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

**Corupá****PREFEITURA****Pregão Presencial 065/14 - Registro de Preços**

Pregão Presencial 053/14 - Registro de Preço

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 053/14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 29/09/2014 às 09 horas do dia 09/10/2014.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS MATERIAIS: Dia 13/10/2014 às 14h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 09/10/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 29 de Setembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato FMS Nº. 82/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 82/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 16.760,88 (dezesseis mil setecentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 191/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 191/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CORSUL COMERCIO E REPRESENT. DO SUL LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de proteção individual - EPIs, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - 4ºBBM - 1º CBM/ 2º Pelotão de Bombeiros Militar por meio do convênio FUNREBOM firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.488,00 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1101.2037.3390 (177).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 173/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 05 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 88/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 88/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 41.988,00 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 84/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 84/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 6.928,92 (seis mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 78/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 78/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

OBJETO - O objeto da presente contrato é o fornecimento de licença de uso de software para captação de informações contidas no E-SUS, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

VIGÊNCIA - O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo por termo inicial a data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 1701.2061.3390 (87).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 22/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 31 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 80/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 80/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 50.625,00 (cinquenta mil seiscentos e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 196/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 196/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MM SÃO JOSÉ LTDA ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha-nha/SC.

VALOR - R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 09/10/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0501.2015.4490 (78), 1301.2020.3390 (193), 1301.2020.4490 (195), 1301.2021.3390 (198), 1301.2021.4490 (200), 1301.2020.3390 (238), 1301.2020.4490 (244).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

**Fraiburgo****PREFEITURA****At14pmf104**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF104

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor ..... : 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais)

Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/03/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE DIESEL BIODIESEL S500 COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR QUE POSSUEM MOTORES COM BOMBA ROTATIVA.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf105**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF105

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: VIDELIVROS COM DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

Valor ..... : 11.500,00 (onze mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 106/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE LIVROS E JOGOS PARA USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E CASAS LARES DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf106**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF106

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP

Valor ..... : 3.199,80 (três mil cento e noventa e nove reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 22/09/2014 Término: 31/03/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf107**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF107  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA  
Valor ..... : 24.673,87 (vinte e quatro mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/09/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf108**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF108  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA  
Valor ..... : 25.935,08 (vinte e cinco mil novecentos e trinta e cinco reais e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/09/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf109**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF109  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA  
Valor ..... : 31.726,61 (trinta e um mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/09/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**At14pmf110**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF110  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARCOS BULLE DA COSTA  
Valor ..... : 53.928,50 (cinquenta e três mil novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/09/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 108/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0007/2014-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0188/2014 - PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2014  
Objeto: Serviços de revisão (com fornecimento de peças, óleos lubrificantes e mão de obra) das 100 horas da Retroescavadeira "JCB modelo 3C" frota nº 1029, diretamente da concessionária autorizada para o Estado de Santa Catarina, MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, conforme Declaração emitida da empresa "JCB DO BRASIL LTDA". Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.675.413/0002-84; Valor Total e pagamento: R\$ 1.305,00 (um mil, trezentos e cinco reais), que será pago no dia 10/10/2014 após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal. Vigência: 29/09/2014 a 10/10/2014; Fundamento legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei nº 8.666/93; Fraiburgo(SC), 26 de setembro de 2014.  
Ivo Biazolo - Prefeito Municipal

**CT14PMF142**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF142  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ESQUADRIAS - ME  
Valor ..... :- 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 15/09/2014 Término: 31/10/2014  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Objeto ..... : O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA E DA CERCA DE PROTEÇÃO DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL SANTO ANTONIO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf143**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF143  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME  
Valor ..... : 70.517,40 (setenta mil quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/09/2014 Término: 15/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO NO ESTACIONAMENTO DO CENTRO EDUCACIONAL DO BAIRRO DAS NAÇÕES, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL).

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf144**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF144  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: MECANICA JAIR JUNIOR LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2017  
Objeto ..... : O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO DE TERRENO URBANO DE PROPRIEDADE DO CONCEDENTE COM ÁREA DE 1.500,00 M² (UM MIL E QUINHENTOS METROS QUADRADOS), CONFORME MATRÍCULA Nº 4267, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - CRI DE FRAIBURGO-SC, CONSTANTE DO LOTE 3 DA QUADRA 267, SITUADO NA RUA EQUADOR, S/Nº (ANTIGA USINA ASFÁLTICA), NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO-SC.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14pmf100**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF100 - Contrato Nº: CT13PMF129  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS  
Valor ..... : 108,07 (cento e oito reais e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 31/07/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2013  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA SUA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO. O VALOR TOTAL A SER PAGO DE PRÊMIO PELO ENDOSSO DO VEÍCULO REFERIDO ACIMA SERÁ DE R\$ 108,07 (CENTO E OITO REAIS E SETE CENTAVOS) COM VENCIMENTO PARA O DIA 26.09.2014.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14pmf101**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF101 - Contrato Nº: CT14PMF100  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP  
Vigência ..... : Início: 16/09/2014 Término: 16/11/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14pmf102**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14PMF102 - Contrato Nº: CT12PMF35  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada.: PAZZA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA  
Valor ..... : 297,68 (duzentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2012  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2.1.1 DO REFERIDO CONTRATO E ART. 65, INC. I, ALÍNEA "B" DA LEI 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A ALTERAÇÃO NAS QUANTIDADES DE QUILOMETROS REFERENTE AOS ITINERÁRIOS 09, 10, 12 E 13 DA LINHA 2 A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONFORME C.I Nº 1188/2014 APRESENTADA EM 18/09/2014.

Fraiburgo, 26 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0250/2014**

DECRETO Nº 0250, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
ESTABELECE TURNO ÚNICO DE SEIS HORAS E FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA URBANA E AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 32, § 3º e 35, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e suas alterações;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido turno único de 6(seis) horas diárias, fixando o horário especial de funcionamento de expediente das Secretarias Municipais de Infraestrutura Urbana e Agropecuária e Meio Ambiente de Fraiburgo, conforme estabelecido abaixo:

I - Turno Único - 06 horas diárias - segunda a sexta-feira, no período matutino das 07:00 às 13:00 horas, a partir do dia 1º de outubro de 2014.

Parágrafo único. Os servidores lotados nestas Secretarias não sofrerão alterações na remuneração percebida em razão do cargo ou função pública, pela instituição do Turno Único.

Art. 2º. Excetuam-se do estabelecido neste Decreto os seguintes serviços que permanecem com o horário inalterado (das 7:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30h):

I - Secretaria de Infraestrutura Urbana:

- a) Serviços realizados junto ao Cemitério Municipal;
- b) Serviços de controle de estoque no almoxarifado e compras públicas;
- c) Serviços de manutenção do horto florestal e do Lago das Araucárias;
- d) Serviços realizados junto a ORTFRAI;
- e) Serviços de limpeza e manutenção do Terminal Urbano de Passageiros.

Parágrafo único. Na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente para os serviços de atendimento e emissão de blocos de notas de produtores rurais, o horário de funcionamento será das 07:00h as 19:00h, através de 2(dois) agentes públicos com turnos únicos de 6(seis) horas cada, sendo um no período matutino das 07:00h as 13:00h e outro no período vespertino das 13:00h as 19:00h;

Art. 3º. Os ocupantes de cargos em comissão são submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, não fazendo jus ao adicional de serviços extraordinários, nos termos do artigo 32, § 4º c/c artigo 61, § 2º, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010.

Art. 4º. Nas demais Secretarias permanecem inalterados os horários de funcionamento de expediente, de acordo com o Decreto n. 250, de 04 de dezembro de 2009 e alterações posteriores.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando os seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 26 DE SETEMBRO 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1861/2014**

PORTARIA N.º 1.861, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA CORRÊA BECKER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.449.639-21, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2014 até 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1862/2014**

PORTARIA N.º 1.862, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCÉLIA CAMARGO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.092.929-27, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2014 até 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1863/2014**

PORTARIA N.º 1.863, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1864/2014**

PORTARIA N.º 1.864, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1865/2014**

PORTARIA N.º 1.865, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.973.969-14, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de outubro de 2014 até 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1866/2014**

PORTARIA N.º 1.866, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOELMA VICENTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.416.359-07, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1867/2014**

PORTARIA N.º 1.867, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0029 de 14 de julho de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSÉ CICERO FERREIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 134.335.714-49, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 25 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1868/2014**

PORTARIA N.º 1.868, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de outubro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1870/2014**

PORTARIA N.º 1.870, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de IDINEIA CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.993.379-33, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1869/2014**

PORTARIA N.º 1.869, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de LUANA CRISTINA CORREA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 071.606.859-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - INTÉRPRETE DE LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0251/2014**

DECRETO Nº 0251, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2257, de 24 de Setembro de 2014.

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 326.500,54 (trezentos e vinte e seis mil, quinhentos reais e cinquenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso		
0.1.0300 (67)	R\$	19.851,00
08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso		
0.1.0400 (10)	R\$	256.649,54
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso		
0.1.0400 (12)	R\$	50.000,00
Total		
	R\$	326.500,54

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - Procuradoria Geral do Município		
03.01 - Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso		
0.1.0200 (18)	R\$	60.000,00
06.00 - Secretaria de Finanças		

06.02 - Encargos Gerais		
28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (45)	R\$	50.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (46)	R\$	150.000,00
07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
2.361.0005.1.011 - Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (87)	R\$	19.851,00
09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (109)	R\$	6.649,54
20.606.0015.2.035 - Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (118)	R\$	40.000,00
Total	R\$	326.500,54

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Extrato de Ata de Registro D Epreço Nº 69/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2014

FMS

Ata nº. 69/2014; Processo nº. 146/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: ASTEROIDE PERREIRA ME; Objeto: Contratação de empresa para executar os serviços de borracharia, balanceamento e geometria nos veículos da frota do município. Valor: R\$ 81.763,00; Data da Assinatura: 15 de setembro de 2014.

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2014

FMS

Ata nº. 67/2014; Processo nº. 143/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: NAPOLY COMERCIO DE VEICULOS LTDA; Objeto: Aquisição de veículos para o processo de renovação da frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 176.400,00; Data da Assinatura: 10 de setembro de 2014.

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-A/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-A/2014

FMS

Ata nº. 66-A/2014; Processo nº. 130/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: C J LEAL & CIA LTDA - EPP; Objeto: Aquisição de material elétrico, hidráulico e de construção para pequenos reparos. Valor: R\$104.999,97; Data da Assinatura: 08 de setembro de 2014.

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-B/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 65-B/2014

FMS

Ata nº. 65-B /2014; Processo nº. 141/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ELO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME; Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para serem utilizados pela secretária de Educação e Desenvolvimento Social. Valor: R\$ 33.181,70; Data da Assinatura: 05 de setembro de 2014.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-C/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-C/2014  
FMS

Ata nº. 66-C/2014; Processo nº. 130/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP; Objeto: Aquisição de material elétrico, hidráulico e de construção para pequenos reparos. Valor: R\$16.500,00; Data da Assinatura: 08 de setembro de 2014.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-D/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66-D/2014  
FMS

Ata nº. 66-D/2014; Processo nº. 130/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: JOSÉ SIRIO FLORIANO EPP; Objeto: Aquisição de material elétrico, hidráulico e de construção para pequenos reparos. Valor: R\$30.579,20; Data da Assinatura: 08 de setembro de 2014.

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PE 064/2014**

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 56/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que restou FRACASSADA o Pregão Eletrônico nº64/2014 que teve por objeto o Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços

Garopaba, 26 de setembro de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2014  
FMS

Ata nº. 68/2014; Processo nº. 145/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. Contratada: LAVAÇÃO EDENESER LTDA ME; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar os serviços de lavagem interna e externa, lavagem de motor e lubrificação nos veículos que compõe a frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 89.550,00; Data da Assinatura: 15 de setembro de 2014.

**PORTARIA N.º 842/2014.**

PORTARIA N.º 842, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.  
ALTERA A PORTARIA N.º 793, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 26/09/2014, a Comissão Sindicante designada através da portaria nº. 793/2014, passando a comissão a ser formada por: LUIZ ALBERTO LAZZARIM, ROGÉRIO DA ROSA, JOÃO LUIZ GREGÓRIO, com a presidência do primeiro e secretariada por VIVIAN SCHRÖTER.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Licitação PMG Nº 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório PMG nº 062/2014  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço Unitário

Objeto: Aquisição de saibro, conforme Convênio nº 2013TR28 66, firmado entre o Estado de Santa Catarina, através da SDR - Joinville e a Prefeitura Municipal de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/10/2014 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 26 de setembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO FMA Nº 004/2014 - CREDENCIAMENTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório FMA nº004/2014 - Credenciamento

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, MEDIANTE DOCUMENTAÇÃO E PEDIDO DE INSCRIÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM REBANHO BOVINO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DOS PECUARISTAS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GARUVA. EM ATENDIMENTO A LEI Nº 1683 E DECRETO Nº 172/2013.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 01/10/2014.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 25 de setembro de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****Portaria RH 82/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 82/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) SANDRA REGINA ESTEVÃO, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 25/09/2014, devendo folgar a partir de 26/09/2014 a 24/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de setembro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			(a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							RS 1,00
							(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		239.844.100,00	239.844.100,00	25.320.908,39	10,56	101.562.855,21	42,35
Receitas Correntes		143.460.550,00	143.460.550,00	23.230.540,73	16,19	93.271.501,61	65,02
Receita Tributária		27.996.416,40	27.996.416,40	4.246.216,25	15,17	18.713.605,96	66,84
Impostos		21.521.000,00	21.521.000,00	3.007.997,02	13,98	14.450.155,62	67,14
Taxas		6.443.316,40	6.443.316,40	1.238.219,23	19,22	4.263.045,55	66,16
Contribuição de Melhoria		32.100,00	32.100,00	0,00	0,00	404,79	1,26
Receitas de Contribuições		2.116.500,00	2.116.500,00	328.795,29	15,53	1.353.516,53	63,95
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.		2.116.500,00	2.116.500,00	328.795,29	15,53	1.353.516,53	63,95
Receita Patrimonial		2.733.559,44	2.733.559,44	517.398,51	18,93	1.760.788,88	64,41
Receitas Imobiliárias		37.450,00	37.450,00	1.725,78	4,61	16.207,43	43,28
Receitas de Valores Mobiliários		2.320.809,44	2.320.809,44	515.672,73	22,22	1.744.581,45	75,17
Compensações Financeiras		375.300,00	375.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		10.813.519,35	10.813.519,35	1.992.678,41	18,43	7.498.518,41	69,34
Transferências Correntes		90.828.251,80	90.828.251,80	15.033.836,08	16,55	60.052.307,18	66,12
Transferências Intergovernamentais		88.248.125,30	88.248.125,30	14.892.745,33	16,88	59.617.373,86	67,56
Transferências de Instituições Privadas		110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas		30.000,00	30.000,00	301,50	1,01	386,70	1,29
Transferências de Convênios		2.440.126,50	2.440.126,50	140.789,25	5,77	434.546,62	17,81
Outras Receitas Correntes		8.972.303,01	8.972.303,01	1.111.616,19	12,39	3.892.764,65	43,39
Multas e Juros de Mora		5.435.935,35	5.435.935,35	547.212,05	10,07	1.825.702,11	33,59
Indenizações e Restituições		355.571,80	355.571,80	97.815,02	27,51	131.036,07	36,85
Receita da Dívida Ativa		3.095.017,86	3.095.017,86	372.321,16	12,03	1.627.996,96	52,60
Receitas Diversas		85.778,00	85.778,00	94.267,96	109,90	308.029,51	359,10
Receitas de Capital		96.383.550,00	96.383.550,00	2.090.367,66	2,17	8.291.353,60	8,60
Operações de Crédito		38.288.000,00	38.288.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		38.288.000,00	38.288.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens		95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis		95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 4

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação									
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									R\$ 1,00
Transferências de Capital	58.000.550,00	58.000.550,00	2.090.367,66	3,60	8.291.353,60	14,30	49.709.196,40		
Transferências de Convênios	58.000.550,00	58.000.550,00	2.090.367,66	3,60	8.291.353,60	14,30	49.709.196,40		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	155.900,00	155.900,00	20.125,85	12,91	60.184,74	38,60	95.715,26		
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>25.341.034,24</b>	<b>10,56</b>	<b>101.623.039,95</b>	<b>42,34</b>	<b>138.376.960,05</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>25.341.034,24</b>	<b>10,56</b>	<b>101.623.039,95</b>	<b>42,34</b>	<b>138.376.960,05</b>		
<b>DÉFICIT (VI)</b>					<b>0,00</b>				
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>25.341.034,24</b>	<b>10,56</b>	<b>101.623.039,95</b>				
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES/Utilizados para créditos adicionais</b>					<b>9.152.079,85</b>				
Superavit Financeiro					<b>9.152.079,85</b>				
Reabertura de créditos adicionais					<b>0,00</b>				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	(f-g)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	239.844.100,00	12.762.413,44	252.606.513,44	19.564.810,96	125.804.245,74	22.019.931,24	84.623.560,00	33,50	167.982.953,44
Despesas Correntes	124.356.007,60	7.642.735,25	131.998.742,85	17.641.329,98	91.350.171,66	19.724.273,65	74.089.961,28	56,13	57.908.781,57
Pessoal e Encargos Sociais	70.127.641,47	1.642.570,73	71.770.212,20	10.792.439,69	45.283.375,41	11.047.271,95	44.698.594,69	62,28	27.071.617,51
Juros e Encargos da Dívida	466.000,00	0,00	466.000,00	0,00	175.341,90	6.890,56	63.364,46	13,60	402.635,54

Continua 2 / 4

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação									
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
									RS 1,00
Otras Despesas Corrente	53.762.366,13	6.000.164,52	59.762.530,65	6.848.890,29	45.891.454,35	8.670.111,14	29.328.002,13	49,07	30.434.528,52
Despesas de Capital	115.357.092,40	5.119.678,19	120.476.770,59	1.923.480,98	34.454.074,08	2.295.657,59	10.533.598,72	8,74	109.943.171,87
Investimentos	113.239.092,40	5.437.678,19	118.676.770,59	1.923.480,98	33.474.473,53	2.154.545,06	9.834.379,83	8,29	108.842.390,76
Amortização da Dívida	2.118.000,00	-318.000,00	1.800.000,00	0,00	979.600,55	141.112,53	699.218,89	38,85	1.100.781,11
RESERVA DE CONTINGENCIA	131.000,00	0,00	131.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	131.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	131.000,00	0,00	131.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	131.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	155.900,00	3.340,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	42,64	91.332,39
<b>SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>12.765.753,44</b>	<b>252.765.753,44</b>	<b>19.565.561,90</b>	<b>125.931.299,78</b>	<b>22.037.039,81</b>	<b>84.691.467,61</b>	<b>33,51</b>	<b>168.074.285,83</b>
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Otras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Otras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>12.765.753,44</b>	<b>252.765.753,44</b>	<b>19.565.561,90</b>	<b>125.931.299,78</b>	<b>22.037.039,81</b>	<b>84.691.467,61</b>	<b>33,51</b>	<b>168.074.285,83</b>
<b>(XII) = (X + XI)</b>									
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>							16.931.572,34		
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>240.000.000,00</b>	<b>12.765.753,44</b>	<b>252.765.753,44</b>	<b>19.565.561,90</b>	<b>125.931.299,78</b>	<b>22.037.039,81</b>	<b>101.623.039,95</b>		

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre	Até o bimestre	%	%	(a-c)
	(a)	(b/a)	(b)	(c)	(c/a)	(c/a)	
RECEITAS	155.900,00	155.900,00	20.125,85	12,91	60.184,74	38,60	95.715,26
Receitas correntes intra-orçamentárias	155.900,00	155.900,00	20.125,85	12,91	60.184,74	38,60	95.715,26
Receta de Serviços	144.600,47	144.600,47	20.125,85	13,92	60.184,74	41,62	84.415,73
Otras Recetas Correntes	11.299,53	11.299,53	0,00	0,00	0,00	0,00	11.299,53
Receta da Dívida Ativa	11.299,53	11.299,53	0,00	0,00	0,00	0,00	11.299,53

Continua 3 / 4

Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

TOTAL	155.900,00	155.900,00	20.125,85	12,91	60.184,74	38,60	95.715,26
-------	------------	------------	-----------	-------	-----------	-------	-----------

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
								% (g/f)
Despesa	155.900,00	3.340,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	42,64
Despesas Correntes	155.900,00	3.340,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	42,64
Outras Despesas Correntes	155.900,00	3.340,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	42,64
TOTAL	155.900,00	3.340,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	42,64

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 11:00

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	239.844.100,00	252.606.513,44	19.564.810,96	125.804.245,74	22.019.931,24	84.623.560,00	99,92	33,50
LEGISLATIVA	5.320.500,00	5.320.500,00	416.733,31	2.138.263,87	498.938,01	1.999.784,73	2,36	37,59
Ação Legislativa	5.320.500,00	5.320.500,00	416.733,31	2.138.263,87	498.938,01	1.999.784,73	2,36	37,59
ESSENCIAL À JUSTIÇA	3.034.500,00	3.036.653,25	132.458,30	2.393.052,08	438.114,48	1.770.762,10	2,09	58,31
Representação Judicial e Extrajudicial	3.034.500,00	3.036.653,25	132.458,30	2.393.052,08	438.114,48	1.770.762,10	2,09	58,31
ADMINISTRAÇÃO	24.057.345,00	25.429.094,08	1.598.079,01	15.045.901,09	2.997.618,82	10.104.790,27	11,93	39,74
Administração Geral	9.546.000,00	9.640.649,08	725.044,60	7.307.610,74	1.118.929,19	4.223.933,00	4,99	43,81
Administração Financeira	13.719.845,00	14.837.845,00	771.341,76	7.141.199,66	1.754.608,03	5.373.313,96	6,34	36,21
Tecnologia Da Informação	10.000,00	10.000,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	2.900,00	0,00	29,00
Comunicação Social	681.500,00	840.600,00	98.792,65	594.190,69	121.181,60	504.643,31	0,60	60,03
Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	1.999.500,00	2.609.500,00	79.479,01	911.153,58	179.683,82	659.495,93	0,78	25,27
Policiamento	1.391.500,00	1.721.500,00	17.278,92	540.812,07	100.172,65	353.180,01	0,42	20,52
Defesa Civil	608.000,00	888.000,00	62.200,09	370.341,51	79.511,17	306.315,92	0,36	34,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.144.695,00	9.751.963,74	1.147.038,02	4.773.906,24	1.068.576,56	3.635.479,54	4,29	37,28
Assistência à Criança e Ao Adolescente	2.942.600,00	2.975.394,15	642.914,59	1.788.113,80	470.041,82	1.190.619,76	1,41	40,02
Assistência Comunitária	6.202.095,00	6.776.569,59	504.123,43	2.985.792,44	598.534,74	2.444.859,78	2,89	36,08
SAÚDE	24.179.500,00	27.288.301,19	5.239.791,92	19.002.347,20	4.016.993,37	15.141.440,48	17,88	55,49
Atenção Básica	18.547.997,00	19.133.783,97	2.550.686,36	12.849.912,97	2.772.622,15	11.319.146,20	13,37	59,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.083.984,00	7.435.998,22	2.616.884,27	5.699.434,46	1.189.763,12	3.508.873,65	4,14	47,19
Vigilância Sanitária	408.419,00	554.419,00	56.179,72	353.861,23	51.346,55	240.529,08	0,28	43,38
Vigilância Epidemiológica	139.100,00	164.100,00	16.041,57	99.138,54	3.261,55	72.891,55	0,09	44,42
EDUCAÇÃO	40.601.162,00	42.385.125,75	6.380.828,36	27.271.830,89	6.193.721,37	24.214.632,06	28,59	57,13
Alimentação e Nutrição	1.407.000,00	1.503.383,00	594.803,04	1.355.574,84	227.023,63	811.178,97	0,96	53,96
Ensino Fundamental	24.797.900,00	25.898.604,86	3.388.921,65	16.414.163,08	3.678.107,76	14.308.628,88	16,90	55,25
Educação Infantil	14.396.262,00	14.983.137,89	2.397.103,67	9.502.092,97	2.288.589,98	9.094.824,21	10,74	60,70

Continua 1 / 4

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
CULTURA	869.365,00	869.365,00	32.766,80	148.404,99	35.074,49	95.094,01	0,11	10,94
Difusão Cultural	869.365,00	869.365,00	32.766,80	148.404,99	35.074,49	95.094,01	0,11	10,94
URBANISMO	94.919.466,00	98.796.001,65	2.068.995,89	35.746.671,08	3.071.120,59	13.736.723,33	16,22	13,90
Defesa Civil	1.321.000,00	1.321.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-estrutura Urbana	88.867.466,00	92.624.711,61	1.915.377,38	35.162.748,00	2.994.661,90	13.281.897,70	15,68	14,34
Serviços Urbanos	4.225.000,00	4.344.290,04	13.251,75	287.274,99	4.594,80	275.635,94	0,33	6,34
Transportes Coletivos Urbanos	506.000,00	506.000,00	140.366,76	296.648,09	71.863,89	179.189,69	0,21	35,41
HABITAÇÃO	447.400,00	484.208,10	6.282,24	107.908,84	21.461,68	83.529,28	0,10	17,25
Habitação Urbana	447.400,00	484.208,10	6.282,24	107.908,84	21.461,68	83.529,28	0,10	17,25
SANEAMENTO	15.070.000,00	16.142.030,85	1.947.571,86	12.781.833,57	2.382.327,39	8.971.799,98	10,59	55,58
Saneamento Básico Urbano	15.070.000,00	16.142.030,85	1.947.571,86	12.781.833,57	2.382.327,39	8.971.799,98	10,59	55,58
GESTÃO AMBIENTAL	7.100.000,00	7.100.000,00	0,00	144.812,17	52.128,56	80.556,37	0,10	1,13
Preservação e Conservação Ambiental	7.100.000,00	7.100.000,00	0,00	144.812,17	52.128,56	80.556,37	0,10	1,13
AGRICULTURA	2.260.807,00	2.336.967,00	246.855,06	1.517.909,79	391.903,59	1.331.554,42	1,57	56,98
Extensão Rural	2.260.807,00	2.336.967,00	246.855,06	1.517.909,79	391.903,59	1.331.554,42	1,57	56,98
INDÚSTRIA	50.000,00	50.000,00	3.614,00	4.314,00	3.233,00	3.933,00	0,00	7,87
Promoção Industrial	50.000,00	50.000,00	3.614,00	4.314,00	3.233,00	3.933,00	0,00	7,87
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.139.000,00	2.139.000,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,00	0,02
Turismo	2.139.000,00	2.139.000,00	0,00	330,00	0,00	330,00	0,00	0,02
TRANSPORTE	2.880.300,00	3.210.300,00	123.657,63	1.378.576,63	276.326,38	1.011.782,32	1,19	31,52
Transporte Rodoviário	2.880.300,00	3.210.300,00	123.657,63	1.378.576,63	276.326,38	1.011.782,32	1,19	31,52
DESPORTO E LAZER	3.055.560,00	3.260.502,83	140.659,55	1.282.087,27	244.706,04	1.019.288,83	1,20	31,26
Desporto De Rendimento	300.000,00	300.000,00	20.473,50	38.865,17	16.239,26	32.115,43	0,04	10,71
Desporto Comunitário	1.891.560,00	2.008.775,83	113.428,05	1.016.034,65	200.306,78	780.453,95	0,92	38,85
Lazer	864.000,00	951.727,00	6.758,00	227.187,45	28.160,00	206.719,45	0,24	21,72

Continua 2 / 4

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/total b)	% (b/a)	
ENCARGOS ESPECIAIS	2.584.000,00	2.266.000,00	0,00	1.154.942,45	148.003,09	762.583,35	0,90	33,65	1.503.416,65
Serviço Da Dívida Interna	2.584.000,00	2.266.000,00	0,00	1.154.942,45	148.003,09	762.583,35	0,90	33,65	1.503.416,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00
Reserva De Contingência	131.000,00	131.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	155.900,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	0,08	42,64	91.332,39
TOTAL (III) = (I + II)	240.000.000,00	252.765.753,44	19.565.561,90	125.931.299,78	22.037.039,81	84.691.467,61	100,00	33,51	168.074.285,83

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	155.900,00	159.240,00	750,94	127.054,04	159.240,00	17.108,57	67.907,61	91.332,39
ADMINISTRAÇÃO	8.000,00	8.000,00	0,00	6.500,00	8.000,00	705,99	2.415,31	5.584,69
Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	155,43	540,98	1.459,02
Administração Financeira	6.000,00	6.000,00	0,00	4.500,00	6.000,00	550,56	1.874,33	4.125,67
ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.400,00	6.400,00	700,00	5.300,00	6.400,00	675,51	2.545,66	3.854,34
Assistência Comunitária	6.400,00	6.400,00	700,00	5.300,00	6.400,00	675,51	2.545,66	3.854,34
SAÚDE	16.500,00	19.840,00	50,94	16.754,04	19.840,00	891,93	7.833,14	12.006,86
Atenção Básica	16.500,00	19.840,00	50,94	16.754,04	19.840,00	891,93	7.833,14	12.006,86
EDUCAÇÃO	85.000,00	85.000,00	0,00	76.000,00	85.000,00	12.479,70	46.806,89	38.193,11
Ensino Fundamental	45.000,00	45.000,00	0,00	36.000,00	45.000,00	5.769,00	21.164,30	23.835,70
Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	6.710,70	25.642,59	14.357,41
CULTURA	1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00	372,12	1.479,57	20,43

Continua 3 / 4

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
										R\$ 1,00
Difusão Cultural		1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	372,12	1.479,57	2,18	98,64	20,43
URBANISMO		24.000,00	24.000,00	0,00	9.500,00	848,67	3.773,82	5,56	15,72	20.226,18
Infra-estrutura Urbana		20.000,00	20.000,00	0,00	5.500,00	705,93	3.065,41	4,51	15,33	16.934,59
Transportes Coletivos Urbanos		4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	142,74	708,41	1,04	17,71	3.291,59
AGRICULTURA		1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	179,12	662,01	0,97	44,13	837,99
Extensão Rural		1.500,00	1.500,00	0,00	1.500,00	179,12	662,01	0,97	44,13	837,99
TRANSPORTE		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte Rodoviário		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DESPORTO E LAZER		10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	955,53	2.391,21	3,52	23,91	7.608,79
Desporto Comunitário		10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	955,53	2.391,21	3,52	23,91	7.608,79
TOTAL		155.900,00	159.240,00	750,94	127.054,04	17.108,57	67.907,61	100,00	42,64	91.332,39

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 11:59

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 546/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

**ESPECIFICAÇÃO****Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**

	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014
RECEITAS CORRENTES (I)	11.481.443,25	11.428.429,28	11.822.151,45	12.761.413,38	12.054.323,63	12.737.382,63	14.820.204,16
Receitas tributárias	1.586.513,93	1.473.452,44	1.674.611,35	2.084.688,34	1.479.773,13	2.116.051,32	4.987.145,59
IPRU	232.209,25	65.786,59	191.928,38	106.692,08	138.000,14	725.880,16	3.457.032,17
ISS	678.095,50	649.365,95	774.188,25	695.145,95	776.915,72	706.338,57	838.274,77
ITBI	164.657,48	203.079,68	228.607,97	426.188,77	208.362,17	160.099,96	96.518,46
IRRF	87.104,54	145.183,45	100.962,29	435.056,90	92.168,86	157.424,56	114.544,04
Outras receitas tributárias	424.447,16	410.036,77	378.924,46	421.604,64	264.326,24	366.308,07	480.776,15
Receita de contribuições	287.708,57	1.998,40	305.336,29	13.957,49	166.698,66	161.185,28	171.016,94
Receita Patrimonial	198.086,10	219.666,53	196.787,01	143.273,89	186.606,72	239.649,24	207.035,10
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	902.010,09	952.360,80	857.227,22	963.185,36	725.272,73	837.725,56	1.058.359,76
Transferências Correntes	8.198.070,82	8.385.625,48	8.478.733,20	9.239.810,52	8.993.611,47	8.662.856,94	8.079.398,03
Cota-Parte FPM	1.293.153,71	1.293.173,59	1.798.778,20	2.713.668,45	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15
Cota-Parte do ICMS	2.962.723,83	2.880.474,69	3.163.186,88	3.149.773,55	3.154.800,86	3.049.546,91	3.045.950,30
Cota-Parte do IPVA	560.714,79	533.543,42	352.716,05	266.847,99	252.850,25	367.371,08	498.391,46
Cota-Parte do ITR	780,42	6.820,64	0,00	19,11	342,82	323,64	38,02
Transferências da LC 87/1996	13.092,81	13.092,81	13.092,81	13.092,81	13.332,57	13.332,57	0,00
Transferências da LC 61/1989	41.558,00	44.425,73	49.279,78	52.669,46	50.453,76	42.715,39	41.738,43
Transferências do FUNDEB	1.818.784,34	1.767.350,26	1.989.437,39	1.979.165,57	2.057.551,50	2.008.496,60	1.854.010,76
Outras Transferências correntes	1.507.262,92	1.846.744,34	1.112.242,09	1.064.573,58	1.084.954,25	640.299,16	1.132.095,91
Outras receitas correntes	309.053,74	395.325,63	309.456,38	316.497,78	502.360,92	719.914,29	317.248,74
DEDUÇÕES (II)	974.998,86	959.500,08	1.075.410,57	1.067.556,96	1.170.482,02	1.203.058,52	1.018.370,62
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	974.998,86	959.500,08	1.075.410,57	1.067.556,96	1.170.482,02	1.203.058,52	1.018.370,62
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>10.506.444,39</b>	<b>10.468.929,20</b>	<b>10.746.740,88</b>	<b>11.693.856,42</b>	<b>10.883.841,61</b>	<b>11.534.324,11</b>	<b>13.801.833,54</b>

Continua 1 / 3

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2014
	Abril/2014	Maior/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total Últimos 12 Meses	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	12.690.508,32	12.449.590,13	12.016.951,61	11.922.205,71	13.402.788,51	149.587.392,06	157.032.430,00
Receitas tributárias	2.199.742,87	1.750.552,38	1.934.124,42	1.863.450,52	2.382.765,73	25.532.872,02	27.996.416,40
IPTU	77.555,97	259.892,47	91.980,56	267.302,19	86.162,57	5.700.422,53	5.788.700,00
ISS	939.802,65	744.053,66	730.078,43	810.851,81	1.171.435,40	9.514.546,66	11.214.000,00
ITBI	209.456,57	177.934,50	314.682,09	176.428,79	192.757,89	2.558.774,33	2.680.000,00
IRRF	106.767,26	55.014,56	263.380,30	138.933,70	164.124,67	1.860.665,13	1.838.300,00
Outras receitas tributárias	866.160,42	513.657,19	534.003,04	469.934,03	768.285,20	5.898.463,37	6.475.416,40
Receita de contribuições	181.459,27	175.134,10	169.226,99	163.884,51	164.910,78	1.962.517,28	2.116.500,00
Receita Patrimonial	118.121,63	249.169,54	242.808,14	263.825,73	253.572,78	2.518.602,41	2.733.559,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	964.299,55	974.837,01	945.345,39	1.039.408,72	953.269,69	11.173.301,88	10.813.519,35
Transferências Correntes	8.894.977,20	8.839.780,54	8.275.846,52	8.084.298,87	9.043.990,70	103.177.000,29	104.400.131,80
Cota-Parte FPM	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	22.527.916,48	23.326.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.968.294,94	3.017.249,26	3.061.073,05	2.844.608,96	2.984.307,33	36.281.990,56	37.129.000,00
Cota-Parte do IPVA	683.977,64	452.141,71	585.117,25	663.394,59	584.635,12	5.801.701,35	6.420.000,00
Cota-Parte do ITR	26,66	151,24	21,68	24,56	40,42	8.589,21	64.200,00
Transferências da LC 87/1996	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	13.332,57	145.699,23	203.300,00
Transferências da LC 61/1989	45.413,11	49.394,18	47.045,34	48.330,22	49.817,77	562.841,17	716.900,00
Transferências do FUNDEB	1.868.028,30	2.042.520,53	1.932.904,95	1.789.810,01	1.990.188,00	23.098.248,21	22.481.750,00
Outras Transferências correntes	1.595.719,58	972.633,82	917.231,72	1.248.291,44	1.627.965,27	14.750.014,08	14.058.981,80
Outras receitas correntes	331.907,80	460.116,56	449.600,15	507.337,36	604.278,83	5.223.098,18	8.972.303,01
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	1.086.265,94	1.164.879,77	1.084.942,73	1.009.255,40	1.085.198,09	12.899.919,56	13.571.880,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	1.086.265,94	1.164.879,77	1.084.942,73	1.009.255,40	1.085.198,09	12.899.919,56	13.571.880,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	11.604.242,38	11.284.710,36	10.932.008,88	10.912.950,31	12.317.590,42	136.687.472,50	143.460.550,00

Continua 2 / 3

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 12:14

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 546/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)  
PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de contribuições dos segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)  
PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)  
PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 12:20

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de contribuições dos segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

# Município de Gaspar

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

# Município de Gaspar

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 13:21

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	3.124.077,48	6.601.608,32	6.191.453,31
Deduções (II)	21.150.797,48	35.509.742,04	38.743.334,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.517.769,22	35.591.600,87	38.714.001,05
Demais Haveres Financeiros	57.196,43	59.382,88	57.512,04
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	1.424.168,17	141.241,71	28.178,92
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-18.026.720,00	-28.908.133,72	-32.551.880,86
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	250.185,30	4.263.675,59	3.985.734,28
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-18.276.905,30	-33.171.809,31	-36.537.615,14

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-3.365.805,83	-18.260.709,84

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-14.205.004,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00 .15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 13:27

Continua 1 / 2

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

Camilla Simone Acapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

2 / 2

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	141.295.640,56	22.734.993,85	91.587.104,90	80.552.384,08
Receitas tributárias	27.996.416,40	4.246.216,25	18.713.605,96	16.520.330,45
IPTU	5.788.700,00	353.464,76	5.103.806,23	4.493.954,47
ISS	11.214.000,00	1.982.287,21	6.717.751,01	5.817.831,41
ITBI	2.680.000,00	369.186,68	1.536.240,43	1.648.975,04
IRRF	1.838.300,00	303.058,37	1.092.357,95	828.680,72
Outras Receitas Tributárias	6.475.416,40	1.238.219,23	4.263.450,34	3.730.888,81
Receitas de Contribuições	2.116.500,00	328.795,29	1.353.516,53	1.080.380,51
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	2.116.500,00	328.795,29	1.353.516,53	1.080.380,51
Receita Patrimonial Líquida	412.750,00	1.725,78	16.207,43	297.531,31
Receita patrimonial	2.733.559,44	517.398,51	1.760.788,88	1.338.693,99
(-) Aplicações Financeiras	2.320.809,44	515.672,73	1.744.581,45	1.041.162,68
Transferências Correntes	90.828.251,80	15.033.836,08	60.052.307,18	52.559.766,58
FPM	18.660.800,00	2.616.168,64	12.343.314,22	10.513.199,51
ICMS	29.703.200,00	4.663.133,20	19.300.665,99	17.439.270,42
Convênios	2.440.126,50	140.789,25	434.546,62	380.729,12
Outras Transferências Correntes	40.024.125,30	7.613.744,99	27.973.780,35	24.226.567,53
Demais Receitas Correntes	19.941.722,36	3.124.420,45	11.451.467,80	10.094.375,23
Dívida Ativa	3.106.317,39	372.321,16	1.627.996,96	1.018.049,92
Diversas Receitas Correntes	16.835.404,97	2.752.099,29	9.823.470,84	9.076.325,31
RECEITAS DE CAPITAL (II)	96.383.550,00	2.090.367,66	8.291.353,60	22.657.615,71
Operações de Crédito (III)	38.288.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	95.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	58.000.550,00	2.090.367,66	8.291.353,60	22.657.615,71
Convênios	58.000.550,00	2.090.367,66	8.291.353,60	22.657.615,71
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	58.000.550,00	2.090.367,66	8.291.353,60	22.657.615,71
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)</b>	<b>199.296.190,56</b>	<b>24.825.361,51</b>	<b>99.878.458,50</b>	<b>103.209.999,79</b>

Continua 1 / 2

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	132.157.982,85	19.741.382,22	74.157.868,89	65.996.988,53
Pessoal e Encargos Sociais	71.770.212,20	11.047.271,95	44.698.594,69	39.772.134,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	466.000,00	6.890,56	63.364,46	108.707,67
Outras despesas Correntes	59.921.770,65	8.687.219,71	29.395.909,74	26.116.146,51
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	131.691.982,85	19.734.491,66	74.094.504,43	65.888.280,86
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	120.476.770,59	2.295.657,59	10.533.598,72	26.219.132,24
Investimentos	118.676.770,59	2.154.545,06	9.834.379,83	25.627.491,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.800.000,00	141.112,53	699.218,89	591.641,08
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	118.676.770,59	2.154.545,06	9.834.379,83	25.627.491,16
Reserva de Contingência (XVI)	131.000,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)</b>	<b>250.499.753,44</b>	<b>21.889.036,72</b>	<b>83.928.884,26</b>	<b>91.515.772,02</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)</b>	<b>-51.203.562,88</b>	<b>2.936.324,79</b>	<b>15.949.574,24</b>	<b>11.694.227,77</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-----	-----	9.152.079,85 D	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR CORRENTE</b>	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			-18.607.345,00	

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 13:38

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						R\$ 1,0
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	327.178,53	1.096.989,64	1.396.406,59	2.010,86	25.750,72	194.271,41	3.465.141,11	2.932.996,53	2.930.568,33	174.185,69	554.658,50	
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Gaspar	315.133,13	666.448,27	973.386,18	2.010,86	6.184,36	179.256,21	2.343.156,17	1.915.579,51	1.913.745,51	137.259,32	471.407,55	
Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.700,00	20.700,00	20.700,00	0,00	0,00	
Fundo Municipal de Saúde	12.045,40	341.134,44	333.613,48	0,00	19.566,36	15.015,20	1.054.256,64	950.553,29	950.472,09	36.926,37	81.873,38	
Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	76.045,69	76.045,69	0,00	0,00	0,00	13.377,37	12.512,80	12.512,80	0,00	864,57	
Fundação Municipal de Esportes	0,00	13.361,24	13.361,24	0,00	0,00	0,00	30.398,99	30.398,99	30.398,99	0,00	0,00	
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.251,94	3.251,94	2.738,94	0,00	513,00	
LEGISLATIVO												
Câmara Municipal de Gaspar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I+II)	327.178,53	1.096.989,64	1.396.406,59	2.010,86	25.750,72	194.271,41	3.465.141,11	2.932.996,53	2.930.568,33	174.185,69	554.658,50	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 14:05

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035839

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
1-Receita de impostos	24.501.594,65	24.501.594,65	3.441.242,05	16.102.424,37	65,72
1.1-Receita resultante do IPTU	7.907.944,65	7.907.944,65	737.741,42	6.321.757,42	79,94
1.1.1-IPTU	5.788.700,00	5.788.700,00	354.749,90	5.114.098,02	88,35
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	21.400,00	21.400,00	7.344,66	13.911,41	65,01
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.525.394,65	1.525.394,65	311.210,50	973.578,73	63,82
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	572.450,00	572.450,00	65.721,50	230.461,05	40,26
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(-1.285,14)	(-10.291,79)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	2.715.310,00	2.715.310,00	369.186,68	1.536.240,43	56,58
1.2.1-ITBI	2.680.000,00	2.680.000,00	394.815,58	1.561.869,33	58,28
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	34.240,00	34.240,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(-25.628,90)	(-25.628,90)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	12.040.040,00	12.040.040,00	2.031.255,58	7.152.068,57	59,40
1.3.1-ISS	11.214.000,00	11.214.000,00	1.982.287,21	6.723.109,82	59,95
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	34.240,00	34.240,00	7.705,28	33.110,58	96,70
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	631.300,00	631.300,00	5.066,84	71.484,81	11,32
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	160.500,00	160.500,00	36.196,25	329.722,17	205,43
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(-5.358,81)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	1.838.300,00	1.838.300,00	303.058,37	1.092.357,95	59,42
1.4.1-IRRF	1.838.300,00	1.838.300,00	303.058,37	1.092.357,95	59,42
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	67.859.400,00	67.859.400,00	10.472.282,47	44.115.749,08	65,01
2.1-Cota Parte FPM	23.326.000,00	23.326.000,00	3.270.210,74	15.429.142,53	66,15
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	23.326.000,00	23.326.000,00	3.270.210,74	15.429.142,53	66,15
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	37.129.000,00	37.129.000,00	5.828.916,29	24.125.831,61	64,98
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	203.300,00	203.300,00	26.665,14	93.327,99	45,91
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	716.900,00	716.900,00	98.147,99	374.908,20	52,30
2.5-Cota-Parte ITR	64.200,00	64.200,00	312,60	4.659,65	7,26
2.6-Cota-Parte IPVA	6.420.000,00	6.420.000,00	1.248.029,71	4.087.879,10	63,67
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>13.913.524,52</b>	<b>60.218.173,45</b>	<b>65,20</b>

Continua 1 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	1.066,52	4.450,24	0,00
5-Transferências do FNDE	2.591.000,00	2.591.000,00	557.607,77	1.974.996,03	76,23
5.1-Transferências do Salário-Educação	1.790.000,00	1.790.000,00	375.450,94	1.424.237,76	79,57
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	801.000,00	801.000,00	156.516,82	462.416,05	57,73
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	25.640,01	88.342,22	0,00
6-Transferências de convênios	1.870.000,00	1.870.000,00	569.159,82	939.363,53	50,23
6.1-Transferências de convênios	1.870.000,00	1.870.000,00	555.088,84	899.582,48	48,11
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	14.070,98	39.781,05	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	2,93	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>4.461.000,00</b>	<b>4.461.000,00</b>	<b>1.127.834,11</b>	<b>2.918.812,73</b>	<b>65,43</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	13.571.880,00	13.571.880,00	2.094.453,49	8.822.453,09	65,01
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	4.665.200,00	4.665.200,00	654.042,10	3.085.828,31	66,15
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	7.425.800,00	7.425.800,00	1.165.783,09	4.825.165,62	64,98
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	40.660,00	40.660,00	5.333,02	18.665,57	45,91
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	143.380,00	143.380,00	19.629,59	74.981,62	52,30
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	12.840,00	12.840,00	62,51	931,87	7,26
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	1.284.000,00	1.284.000,00	249.603,18	816.880,10	63,62
11-Receitas recebidas do FUNDEB	22.481.750,00	22.481.750,00	3.788.162,55	15.590.654,64	69,35
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	22.481.750,00	22.481.750,00	3.779.998,01	15.543.510,65	69,14
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	8.164,54	47.143,99	0,00
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>8.909.870,00</b>	<b>8.909.870,00</b>	<b>1.685.544,52</b>	<b>6.721.057,56</b>	<b>75,43</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100

Continua 2 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	15.457.750,00	15.461.917,24	2.994.692,78	11.166.087,87	72,22
13.1-Com Educação Infantil	6.594.150,00	6.594.150,00	1.403.436,40	5.245.061,31	79,54
13.2-Com Ensino Fundamental	8.863.600,00	8.867.767,24	1.591.256,38	5.921.026,56	66,77
14-OUTRAS DESPESAS	7.024.000,00	7.024.000,00	777.621,24	5.206.812,65	74,13
14.1-Com Educação Infantil	2.800.000,00	2.800.000,00	352.791,95	2.260.957,33	80,75
14.2-Com Ensino Fundamental	4.224.000,00	4.224.000,00	424.829,29	2.945.855,32	69,74
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>22.481.750,00</b>	<b>22.485.917,24</b>	<b>3.772.314,02</b>	<b>16.372.900,52</b>	<b>72,81</b>

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	4.167,24
17.1- FUNDEB 60%	4.167,24
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	4.167,24
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	16.368.733,28
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	71,59
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	33,40
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	-4,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	4.167,24
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>	4.167,24

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	23.090.248,66	23.090.248,66	3.478.381,13	15.054.543,36	65,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	12.876.262,00	12.876.262,00	2.222.469,96	8.487.797,92	65,92
23.1-Creche	12.876.262,00	12.876.262,00	2.222.469,96	8.487.797,92	65,92
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	9.394.150,00	9.394.150,00	1.756.228,35	7.506.018,64	79,90
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	3.482.112,00	3.482.112,00	466.241,61	981.779,28	28,19
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	21.784.500,00	21.788.667,24	3.279.000,26	12.944.727,91	59,41
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	13.087.600,00	13.091.767,24	2.016.085,67	8.866.881,88	67,73
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	8.696.900,00	8.696.900,00	1.262.914,59	4.077.846,03	46,89
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	639.400,00	639.400,00	72.242,92	303.313,74	47,44

Continua 3 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)** 35.300.162,00 35.304.329,24 5.573.713,14 21.735.839,57 61,57

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	6.721.057,56
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	47.143,99
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	4.167,24
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	1.772,11
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	6.774.140,90
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	14.658.384,93
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %	24,34

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	1.790.000,00	2.176.000,00	197.014,11	735.627,42	33,81
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	3.596.000,00	4.994.196,51	438.720,82	1.794.363,71	35,93
<b>44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)</b>	<b>5.386.000,00</b>	<b>7.170.196,51</b>	<b>635.734,93</b>	<b>2.529.991,13</b>	<b>35,28</b>
<b>45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)</b>	<b>40.686.162,00</b>	<b>42.474.525,75</b>	<b>6.209.448,07</b>	<b>24.265.830,70</b>	<b>57,13</b>

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.606,11	1.772,11
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	3.606,11	1.772,11
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	4.167,24	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.543.510,65	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	15.559.543,79	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	15.559.543,79	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	47.143,99	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	35.278,09	0,00

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 14:09

Continua 4 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	24.501.594,65	24.501.594,65	16.102.424,37	65,72
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.788.700,00	5.788.700,00	5.103.806,23	88,17
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.680.000,00	2.680.000,00	1.536.240,43	57,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.214.000,00	11.214.000,00	6.717.751,01	59,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.838.300,00	1.838.300,00	1.092.357,95	59,42
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	56.710,00	56.710,00	47.021,99	82,92
Dívida Ativa de Impostos	2.190.934,65	2.190.934,65	1.045.063,54	47,70
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	732.950,00	732.950,00	560.183,22	76,43
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	67.859.400,00	67.859.400,00	44.115.749,08	65,01
Cota-parte FPM	23.326.000,00	23.326.000,00	15.429.142,53	66,15
Cota-parte ITR	64.200,00	64.200,00	4.659,65	7,26
Cota-parte do IPVA	6.420.000,00	6.420.000,00	4.087.879,10	63,67
Cota-parte ICMS	37.129.000,00	37.129.000,00	24.125.831,61	64,98
Cota-parte do IPI - Exportação	716.900,00	716.900,00	374.908,20	52,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	203.300,00	203.300,00	93.327,99	45,91
Desoneração ICMS (LC 87/96)	203.300,00	203.300,00	93.327,99	45,91
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>92.360.994,65</b>	<b>60.218.173,45</b>	<b>65,20</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	7.859.826,80	7.859.826,80	5.447.467,70	69,31
Proveniente da União	7.234.797,00	7.234.797,00	5.142.009,50	71,07
Proveniente dos Estados	625.029,80	625.029,80	305.458,20	48,87
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>7.859.826,80</b>	<b>7.859.826,80</b>	<b>5.447.467,70</b>	<b>69,31</b>

Continua 1 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	22.757.000,00	25.132.180,00	17.856.707,37	71,05	14.317.974,70	56,97
Pessoal e encargos sociais	13.702.310,00	13.942.910,00	8.727.895,56	62,60	8.727.785,50	62,60
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	9.054.690,00	11.189.270,00	9.128.811,81	81,59	5.590.189,20	49,96
DESPESAS DE CAPITAL	689.000,00	2.164.341,19	1.143.584,20	52,84	812.763,50	37,55
Investimentos	689.000,00	2.164.341,19	1.143.584,20	52,84	812.763,50	37,55
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IV)</b>	<b>23.446.000,00</b>	<b>27.296.521,19</b>	<b>19.000.291,57</b>	<b>69,61</b>	<b>15.130.738,20</b>	<b>55,43</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf x 100)	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg x 100)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	42.521,60	0,22	42.521,60	0,28
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.814.810,00	11.008.951,19	7.707.456,93	40,56	4.851.227,24	32,06
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	7.563.360,00	10.707.501,19	7.491.435,75	39,43	4.744.148,97	31,35
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	251.450,00	301.450,00	216.021,18	1,14	107.078,27	0,71
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>7.814.810,00</b>	<b>11.008.951,19</b>	<b>7.749.978,53</b>	<b>40,79</b>	<b>4.893.748,84</b>	<b>32,34</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>15.631.190,00</b>	<b>16.287.570,00</b>	<b>11.250.313,04</b>	<b>69,07</b>	<b>10.236.989,36</b>	<b>62,85</b>
--	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>	4 e 5	<b>17,00</b>
--	-------	--------------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>	<b>1.204.263,34</b>
---	---------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
--	-----------	--------------------------	-------	------------	-------------------------------------

Continua 2 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					R\$ 1,00
Inscritos em 2014	895.298,09	2.836,57	863.919,80	28.541,72	0,00
Inscritos em 2013	22.936,60	0,00	0,00	22.936,60	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>918.234,69</b>	<b>2.836,57</b>	<b>863.919,80</b>	<b>51.478,32</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014		0,00	0,00
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Anteriores a 2010		0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LÍMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	18.014.497,00	19.118.763,97	12.843.427,01	67,60	11.303.739,34	74,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.883.984,00	7.435.998,22	5.699.434,46	30,00	3.508.873,65	23,19
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	408.419,00	554.419,00	353.861,23	1,86	240.529,08	1,59

Continua 3 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Vigilância Epidemiológica	139.100,00	164.100,00	99.138,54	0,52	72.891,55	0,48
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras subfunções	0,00	23.240,00	4.430,33	0,02	4.704,58	0,03
<b>TOTAL</b>	<b>23.446.000,00</b>	<b>27.296.521,19</b>	<b>19.000.291,57</b>	<b>100,00</b>	<b>15.130.738,20</b>	<b>100,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CISAMMVI (Por Grupo de Natureza da Despesa)	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATAÇÃO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100 (c)	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100 (d)
DESPESAS CORRENTES	23.240,00	4.430,33	19,06	4.704,58	20,24
Pessoal e encargos sociais	0,00	3.995,44	0,00	3.885,38	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	23.240,00	434,89	1,87	819,20	3,52
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)</b>	<b>23.240,00</b>	<b>4.430,33</b>	<b>19,06</b>	<b>4.704,58</b>	<b>20,24</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib) x 100 (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic) x 100 (g)
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDAMENTE NO	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I-II)</b>	<b>4.430,33</b>	<b>100,00</b>	<b>4.704,58</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 25/09/2014  
Hora de emissão: 17:05

- Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

Continua 4 / 5

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

5 / 5

# Prefeitura Municipal de Gaspar - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Mês de referência: 4.o Bimestre/2014

RREO – ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00									
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		No bimestre	Até o bimestre (b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III) = (I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado(IV)											
Das Estaduais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCLAV)											

Continua 1 / 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Mês de referência: 4.o Bimestre/2014

TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%) (VI)=(IV)/(V)

**Pedro Celso Zuchi**  
**Prefeito Municipal**

**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

# Município de Gaspar - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
RECEITAS			
Previsão inicial	-----	240.000.000,00	
Previsão atualizada	-----	240.000.000,00	
Receitas realizadas	25.341.034,24	101.623.039,95	
Déficit Orçamentário	-----	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	-----	9.152.079,85	
DESPESAS			
Dotação Inicial	-----	240.000.000,00	
Créditos Adicionais	-----	12.765.753,44	
Dotação Atualizada	-----	252.765.753,44	
Despesas empenhadas	19.565.561,90	125.931.299,78	
Despesas liquidadas	22.037.039,81	84.691.467,61	
Superávit Orçamentário	-----	16.931.572,34	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
Despesas empenhadas	19.565.561,90	125.931.299,78	
Despesas liquidadas	22.037.039,81	84.691.467,61	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Ago/2014	
Receita Corrente Líquida		136.687.472,50	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Jul a Ago/2014	Até Ago/2014	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	0,00	0,00	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)	0,00	0,00	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	-14.205.004,00	-18.260.709,84	128,55
Resultado Primário	-18.607.345,00	15.949.574,24	-85,72

Continua 1 / 2

# Município de Gaspar - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.424.168,17	2.010,86	1.396.406,59	25.750,72
Poder Executivo	1.424.168,17	2.010,86	1.396.406,59	25.750,72
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.659.412,52	174.185,69	2.930.568,33	554.658,50
Poder Executivo	3.659.412,52	174.185,69	2.930.568,33	554.658,50
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	5.083.580,69	176.196,55	4.326.974,92	580.409,22
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOL DO ENSINO	VIMENTO	Valor Apurado Até Ago/2014	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Ago/2014
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE		14.658.384,93	25,00	24,34
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magist ério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		11.161.920,63	60,00	71,59
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até Ago/2014	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Ago/2014
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos deSaúde		10.236.989,36	15,00	17,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 25/09/2014  
Hora de emissão: 17:35

Camilla Simone Aapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Set/2013 a Ago/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.395.863,24	6.533,55
Pessoal ativo	63.269.340,53	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	2.049.119,17	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	77.403,54	6.533,55
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.405.037,09	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	328.867,31	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.076.169,78	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>63.990.826,15</b>	<b>6.533,55</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>63.997.359,70</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>136.687.472,50</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>46,82</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 54%</b>	<b>73.811.235,15</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 51,30%</b>	<b>70.120.673,39</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%</b>	<b>66.430.111,64</b>	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 24/09/2014  
Hora de emissão: 17:00

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Cleones Hostins  
Diretor Geral - Controladoria

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

RGF - ANEXO 02 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
Dívida Consolidada - DC (I)	3.124.077,47	7.134.757,84	6.191.453,31	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	3.124.077,48	2.830.078,16	2.424.858,59	
Interna	3.124.077,48	2.830.078,16	2.424.858,59	
Externa	0,00	0,00	0,00	
Outras dívidas	0,00	4.304.679,68	3.766.594,72	
1951/1999 - MP 1951/1999	0,00	0,00	0,00	
2393/2003 - 2393	0,00	0,00	0,00	
2899/2007 - 2007004287	0,00	0,00	0,00	
3.536/2013 - 3.536/2013	0,00	4.304.679,68	3.766.594,72	
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	21.150.797,48	34.805.561,73	38.743.334,17	
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.517.769,22	34.881.218,86	38.714.001,05	
Demais Haveres Financeiros	57.196,43	57.896,68	57.512,04	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.424.168,17	133.553,81	28.178,92	
Dívida Consolidada Líquida DCL (III)=(I-II)	-18.026.720,00	-27.670.803,89	-32.551.880,86	
Receita Corrente Líquida - RCL	124.956.784,71	131.361.856,53	136.687.472,50	
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,50	5,43	4,53	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-14,43	-21,06	-23,81	
Limite definido por resolução do Senado Federal - 120,00 %	149.948.141,65	157.634.227,84	164.024.967,00	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	134.953.327,49	141.870.805,06	147.622.470,30	

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.124.077,48	2.830.078,16	2.424.858,59	
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	
PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS (VI)	250.185,30	235.422,86	219.139,56	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Sociais	250.185,30	235.422,86	219.139,56	
Previdenciárias	250.185,30	235.422,86	219.139,56	
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituições Não Financeiras	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (VII)	0,00	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.873.892,18	2.594.655,30	2.205.719,03	

Continua 1 / 2

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

Continuação

OUTRO VALORES NÃO INTEGRANTES DC	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.659.412,52	1.189.785,63	552.230,30	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exercício Anterior	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos à Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	
Dívida consolidada líquida previdenciária (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00 .15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 26/09/2014  
Hora de emissão: 10:01

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Camilla Simone Aapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Cleones Hostins  
Diretor Geral - Controladoria

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

RGF - ANEXO 03 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e Art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Garantias Concedidas (III)=(I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita Corrente Líquida (IV)</b>	<b>124.956.784,71</b>	<b>131.361.856,53</b>	<b>136.687.472,50</b>	
<b>% do Total das Garantias s/ RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Limite def. por resolução do Senado Fed. - 0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Limite Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO		
		Até o 1.o Quadrimestre	Até o 2.o Quadrimestre	Até o 3.o Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Contragarantias Recebidas (VII)=(V+VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 25/09/2014  
Hora de emissão: 09:09

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Cleones Hostins  
Diretor Geral - Controladoria

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

RGF - ANEXO 04 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	Valor	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	136.687.472,50	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do período de referência (III)	0,00	0,00
De períodos anteriores ao de referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	21.869.995,60	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	19.682.996,04	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA		

Continua 1 / 2

# Município de Gaspar - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

Continuação

ORÇAMENTÁRIA	9.568.123,08	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 26/09/2014  
Hora de emissão: 10:08

Camilla Simone Agapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Cleones Hostins  
Diretor Geral - Controladoria

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

# Município de Gaspar - SC

CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: 2o. Quadrimestre/2014

LRF, art. 48 - ANEXO 07

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com Pessoal - DTP	63.997.359,70	46,82
Limite Máximo (Incisos I, II, e III, art. 20 da LRF)	73.811.235,15	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)	70.120.673,39	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-32.551.880,86	-23,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	164.024.967,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite definido pelo Senado Federal Operações de Crédito Externas e Internas	21.869.995,60	16,00
Limite definido pelo Senado Federal Operações de Crédito por Antec. da Receita	9.568.123,08	7,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0035) LRF 2014 (04.00.15.0000)  
Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
Data de emissão: 26/09/2014  
Hora de emissão: 10:42

Camilla Simone Aaapito  
Contadora  
CRC SC 035939

Cleones Hostins  
Diretor Geral - Controladoria

Michael Zimmermann  
Secretário Administração e Finanças  
Decreto 5462/2013 Ordenador de Despesas

Pedro Celso Zuchi  
Prefeito Municipal

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### **Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 061/2013**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 061/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 061/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato original, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 04 de setembro de 2014.

Governador Celso Ramos, 29 de Agosto de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 064/2012**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 064/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 064/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato original, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 16 de setembro de 2014.

Governador Celso Ramos, 12 de Setembro de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### **Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 065/2012**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 065/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 065/2012.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato original, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 16 de setembro de 2014.

Governador Celso Ramos, 12 de Setembro de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## Grão Pará

### PREFEITURA

#### **Edital de Pregão Presencial N.25-2014 (Resumo Jornal)Perecíveis**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 65/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 25/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PERECÍVEIS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 13/10/2014, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 26 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ****Decreto Df 59/2014 - Orçamento****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000059/14 de 26 de Setembro de 2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(011)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(015)4.4.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	15.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>35.000,00</b>
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS****14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(009)3.3.50.00.00.00.00.2.034-0154 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	35.000,00
---	-----------

<b>Total Anulação:</b>	<b>35.000,00</b>
------------------------	------------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Setembro de 2014.**

---

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Setembro de 2014.

---

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Guaramirim

## PREFEITURA

## Balanco\_orçamentário\_4ºb

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Julho à Agosto (b)	% (b/a)	Até Agosto (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	126.417.325,82	126.417.325,82	18.391.124,41	14,54	67.539.529,46	53,42	58.877.796,36
RECEITAS CORRENTES	99.787.325,82	99.787.325,82	15.216.751,25	15,24	63.321.721,51	63,45	36.465.604,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.482.000,00	10.482.000,00	1.567.979,01	14,95	7.869.614,92	75,07	2.612.385,08
Impostos	8.480.000,00	8.480.000,00	1.423.493,31	16,78	6.414.284,09	75,64	2.065.715,91
Taxas	1.952.000,00	1.952.000,00	144.485,70	7,40	1.455.330,83	74,55	496.669,17
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.900.000,00	1.900.000,00	234.607,64	12,34	976.941,77	51,41	923.058,23
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	1.900.000,00	1.900.000,00	234.607,64	12,34	976.941,77	51,41	923.058,23
RECEITA PATRIMONIAL	406.000,00	406.000,00	107.922,12	26,58	380.945,80	93,82	25.054,20
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	406.000,00	406.000,00	107.922,12	26,58	380.945,80	93,82	25.054,20
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.Dir.Expl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.120.000,00	5.120.000,00	1.039.903,36	20,31	3.792.254,75	74,06	1.327.745,25
Receita de Serviços	5.120.000,00	5.120.000,00	1.039.903,36	20,31	3.792.254,75	74,06	1.327.745,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.557.825,82	80.557.825,82	12.028.740,90	14,93	49.482.319,27	61,42	31.075.506,55
Transferências Intergovernamentais	79.222.825,82	79.222.825,82	11.508.355,19	14,52	48.239.680,32	60,89	30.983.145,50
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	7.361,50	147,23	7.361,50	147,23	(2.361,50)
Transferências de Convênios	1.330.000,00	1.330.000,00	513.024,21	38,57	1.235.277,45	92,87	94.722,55
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.321.500,00	1.321.500,00	237.598,22	17,97	819.645,00	62,02	501.855,00
Multas e Juros de Mora	480.500,00	480.500,00	76.591,57	15,93	260.871,42	54,29	219.628,58
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	60.701,00	0,00	133.877,23	0,00	(133.877,23)
Receita da Dívida Ativa	790.000,00	790.000,00	77.149,13	9,76	348.246,31	44,08	441.753,69
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	51.000,00	51.000,00	23.156,52	45,40	76.650,04	150,29	(25.650,04)
RECEITAS DE CAPITAL	26.630.000,00	26.630.000,00	3.174.373,16	11,92	4.217.807,95	15,83	22.412.192,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.400.000,00	8.400.000,00	2.117.517,56	25,20	2.117.517,56	25,20	6.282.482,44
Operações de Crédito Internas	8.400.000,00	8.400.000,00	2.117.517,56	25,20	2.117.517,56	25,20	6.282.482,44
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Alienação de Bens Móveis	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	2.013,92	0,00	6.102,03	0,00	(6.102,03)
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	2.013,92	0,00	6.102,03	0,00	(6.102,03)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.890.000,00	17.890.000,00	1.054.841,68	5,89	2.094.188,36	11,70	15.795.811,64
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00	0,00	(213.000,00)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	17.890.000,00	17.890.000,00	1.054.841,68	5,89	1.881.188,36	10,51	16.008.811,64
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	126.417.325,82	126.417.325,82	18.391.124,41	14,54	67.539.529,46	53,42	58.877.796,36

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Julho à Agosto (b)	% (b/a)	Até Agosto (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)</b>	<b>126.417.325,82</b>	<b>126.417.325,82</b>	<b>18.391.124,41</b>	<b>14,54</b>	<b>67.539.529,46</b>	<b>53,42</b>	<b>58.877.796,36</b>
<b>DEFICIT (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>126.417.325,82</b>	<b>126.417.325,82</b>	<b>18.391.124,41</b>	<b>14,54</b>	<b>67.539.529,46</b>	<b>53,42</b>	<b>58.877.796,36</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>-</b>	<b>1.752.784,17</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>513.485,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	1.752.784,17	-	-	513.485,90	-	-
Reabertura de Créditos Aacionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAL S (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (F-g)			
				Julho à Agosto	Até Agosto	DESPESAS LIQUIDADAS		% (g/f)				
						Julho à Agosto	Até Agosto					
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	126.417.325,8	8.074.653,8	134.491.979,6	3	14.171.348,1	9	74.752.685,8	3	17.210.071,8	62.119.667,99	46,18	72.372.311,6
DESPESAS CORRENTES	90.562.631,4	1.907.856,2	92.470.487,6	1	11.711.454,2	6	65.631.418,2	9	13.610.319,1	56.494.380,8	61,09	35.976.106,7
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.801.946,0	(1.429.537,49)	48.372.408,5	1	7.199.898,7	31	987.648,6	7	2.999.931,0	31.971.994,8	66,09	16.400.413,6
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	470.000,00	0,00	470.000,00	1	81.772,1	3	69.165,7	8	81.772,1	369.165,7	78,54	100.834,2
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.290.685,4	3.337.393,7	43.628.079,1	10	4.429.783,4	33	274.603,8	5	6.228.616,0	24.153.220,2	55,34	19.474.858,8
DESPESAS DE CAPITAL	35.804.694,4	6.166.797,6	41.971.492,0	2	2.459.893,9	9	1.21.267,5	3	5.999.752,6	5.625.287,1	13,40	36.346.204,4
INVESTIMENTOS	31.280.024,4	6.467.287,6	37.747.312,0	2	2.109.040,7	7	720.173,0	3	3.248.899,4	4.224.192,6	11,19	33.523.119,4
INVERSÕES FINANCEIRAS	539.000,00	(183.990,00)	355.010,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	355.010,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.985.670,00	(116.500,00)	3.869.170,00	350	853,2	1.401	094,4	350	853,2	1.401.094,4	36,21	2.468.075,5
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	126.417.325,8	8.074.653,8	134.491.979,6	14	171.348,1	74	752.685,8	17	210.071,8	62.119.667,99	46,18	72.372.311,6
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	126.417.325,8	8.074.653,8	134.491.979,6	14	171.348,1	74	752.685,8	17	210.071,8	62.119.667,99	46,18	72.372.311,6
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5.419.861,4	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	126.417.325,8	8.074.653,8	134.491.979,6	14	171.348,1	74	752.685,8	17	210.071,8	67.539.529,46	50,21	66.952.450,1

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 24/09/2014, Hora de emissão 14h e 14m.

Dem\_despesas\_saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO O RESUMO DO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA A  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS  
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho a Agosto de 2014

RREO - ANEXO XIII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Agosto 2014 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA(I)	9.395.000,00	9.395.000,00	6.816.346,65	72,55
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	2.041.715,99	102,08
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	708.367,32	54,48
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.700.000,00	3.700.000,00	2.364.389,59	63,90
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.480.000,00	1.480.000,00	1.299.811,19	87,82
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	210.000,00	210.000,00	28.032,29	13,82
Divida Aliva dos Impostos	550.000,00	550.000,00	228.081,16	41,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Aliva	155.000,00	155.000,00	144.948,11	93,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(II)	74.938.000,00	74.938.000,00	42.555.973,57	56,78
Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	11.571.866,92	71,43
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	8.917,67	7,39
Cota-Parte PVA	3.600.000,00	3.600.000,00	2.865.735,69	71,82
Cota-Parte ICMS	820.000,00	820.000,00	27.852.536,01	51,57
Cota-Parte PI-Exportação	238.000,00	238.000,00	432.314,61	52,72
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	238.000,00	238.000,00	107.612,47	45,21
Outras	238.000,00	238.000,00	107.612,47	45,21
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(III+II+HI)	84.333.000,00	84.333.000,00	49.372.319,22	58,54

RECEITA S A DIONA IS PA RA FINANCIAM ENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			até Agosto 2014 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	6.545.259,79	6.545.259,79	4.345.076,94	66,38
Provenientes de União	5.404.522,75	5.404.522,75	3.710.949,15	68,68
Provenientes dos Estados	1.100.737,04	1.100.737,04	289.515,50	26,30
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	265.288,40	0,00
Outras Receitas do SUS	40.000,00	40.000,00	79.323,89	198,30
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	91.000,00	91.000,00	483.794,89	531,64
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.636.259,79	6.636.259,79	4.828.871,83	72,78

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Agosto 2014 (f)	% (e/f)x100	até Agosto 2014 (g)

DESPESAS CORRENTES	21.414.796,33	25.157.974,55	20.995.988,91	83,45	18.951.057,48	75,32
Pessoal e Encargos Sociais	13.828.800,00	14.638.784,52	11.008.539,64	75,20	11.001.075,77	75,15
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	10.000,00	5.475,99	54,75	5.475,99	54,75
Outras Despesas Correntes	7.575.996,33	10.509.190,03	9.981.973,28	94,98	7.944.505,72	75,59
DESPESAS DE CAPITAL	3.017.563,46	3.980.235,52	675.912,22	16,98	292.152,86	7,34
Investimentos	2.833.563,46	3.880.235,52	675.912,22	17,41	292.152,86	7,52
Inversões Financeiras	184.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	24.432.359,79	29.138.210,07	21.671.901,13	74,37	19.243.210,34	66,04

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COM PUTADAS PARA FINS DE A PURAÇÃO DO PERCENTUAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Agosto 2014 (h)	% (e/desp. saúde) (h/vf)x100	até Agosto 2014 (i)	% (e/desp. saúde) (i/vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSTONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP COM ASSIST. A SAÚDE QUE NÃO AT ENDE AO PRINC.DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.474.759,79	8.659.270,07	4.774.740,77	22,03	3.237.326,21	16,82
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	6.689.759,79	7.924.270,07	4.334.771,07	20,00	3.021.112,11	15,69
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	785.000,00	735.000,00	439.969,70	2,03	216.214,10	1,12
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR N. PROCES. INDEVID. EXERC. SEM DISPON. FINANC. (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. COM DISP. DE CAIXA A VINCULAR OS RESTOS A PAGAR CANCEL. (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. REC. VINC. PERC. M. IN. N. APLIC. EM AÇÕES/SAÚDE EM EX. ANT. (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	16.957.600,00	20.478.940,00	16.897.160,36	77,96	16.005.884,13	83,17

Continua (1/2)

## Dem\_exec\_desp\_funcão\_subfunção

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de Referência: JULHO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II,alínea 'c')

(R\$ 1,00)

Pag: 1/3

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (a-b)
			Julho a Agosto	até Agosto	Julho a Agosto	até Agosto (b)	% b/total	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	126.417.325,82	134.491.979,63	14.171.348,19	74.752.685,83	17.210.071,85	100,00	46,19	72.372.311,64
LEGISLATIVA	2.700.000,00	2.700.000,00	289.445,98	1.164.747,66	289.445,98	1,88	43,14	1.535.252,34
Acao Legislativa	2.700.000,00	2.700.000,00	289.445,98	1.164.747,66	289.445,98	1,88	43,14	1.535.252,34
ADMINISTRACAO	11.081.000,00	10.484.840,00	1.272.437,29	6.674.523,35	1.327.304,90	8,80	52,11	5.021.408,41
Defesa do Interesse Publico no Processo Judic	592.000,00	582.000,00	62.117,09	353.362,37	77.985,31	0,48	51,67	281.307,33
Planejamento e Orcamento	1.485.000,00	1.345.000,00	156.462,88	910.689,62	188.239,21	1,40	64,66	475.363,11
Administracao Geral	5.171.000,00	4.921.370,00	607.649,32	2.674.323,96	520.558,61	3,30	41,65	2.871.837,55
Administracao Financeira	1.270.000,00	1.173.460,00	57.355,33	1.011.758,47	154.292,23	1,08	56,93	505.351,09
Controle Externo	535.000,00	371.000,00	47.104,56	233.556,13	51.442,72	0,36	60,96	144.826,20
Normalizacao e Fiscalizacao	440.000,00	334.000,00	44.093,38	215.609,83	48.112,01	0,34	62,60	124.930,13
Tecnologia da Informatizacao	980.000,00	1.131.000,00	213.043,48	877.030,49	202.212,80	1,24	68,08	360.967,12
Ordenamento Territorial	18.000,00	15.010,00	10.000,00	10.000,00	1.098,36	0,00	7,32	13.911,64
Administracao de Receitas	590.000,00	612.000,00	74.611,25	388.192,48	83.363,65	0,59	60,31	242.914,24
SEGURANCA PUBLICA	505.000,00	649.009,84	60.523,39	262.876,52	61.421,39	0,35	33,69	430.332,39
Policimento	342.000,00	466.009,84	27.990,00	174.204,13	49.727,17	0,25	33,47	310.052,29
Defesa Civil	163.000,00	183.000,00	32.533,39	88.672,39	11.694,22	0,10	34,27	120.280,10
ASSISTENCIA SOCIAL	5.341.304,07	5.602.809,93	507.595,16	2.684.633,28	571.448,14	3,73	41,38	3.284.230,33
Assistencia ao Idoso	198.511,04	158.511,04	10.465,82	25.961,72	10.465,82	0,04	15,99	133.168,78
Assistencia ao Portador de Deficiencia	393.759,92	425.660,38	7.600,38	315.884,48	55.530,56	0,38	55,00	191.540,65
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	1.010.450,39	1.254.201,02	71.037,94	406.557,79	74.238,48	0,50	24,70	944.473,81
Assistencia Comunitaria	3.738.582,72	3.764.437,49	418.491,02	1.936.229,29	431.213,28	2,82	46,47	2.015.047,09
SAUDE	24.432.359,79	29.138.210,07	4.535.931,06	21.671.901,13	4.607.701,08	30,98	66,04	9.894.999,73
Atencao Basica	12.088.276,04	15.477.886,32	1.717.239,83	9.074.337,69	2.001.054,47	12,90	51,76	7.466.932,35
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	11.914.520,29	12.885.810,29	2.731.173,65	12.209.322,07	2.511.337,43	17,49	84,32	2.020.051,28
Vigilancia Sanitaria	429.563,46	774.513,46	87.517,58	388.241,37	95.309,18	0,59	47,32	408.016,10
TRABALHO	206.000,00	202.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00
Empregabilidade	206.000,00	202.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.000,00
EDUCACAO	33.205.991,96	33.023.868,80	4.554.298,21	20.866.406,04	4.677.333,99	27,55	51,82	15.911.510,23
Alimentacao e Nutricao	3.396.990,00	3.231.200,00	247.314,89	1.794.697,20	405.467,05	2,42	46,44	1.730.693,78
Ensino Fundamental	17.081.582,40	17.578.488,54	2.456.661,68	10.760.845,29	2.474.008,38	14,50	51,24	8.570.589,97
Ensino Medio	440.847,75	440.847,75	0,00	310.000,00	70.177,64	0,32	44,48	244.770,02
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educacao Infantil	12.169.571,81	11.656.332,51	1.786.349,46	7.903.937,07	1.692.140,82	10,22	54,44	5.310.120,53
Educacao de Jovens e Adultos	107.000,00	107.000,00	63.972,18	96.926,48	35.540,10	0,10	57,63	45.335,93
CULTURA	2.120.000,00	1.268.060,00	95.623,29	451.439,06	383.762,20	0,62	30,26	884.297,80
Patrimonio Historico, Artistico e Arqueologic	653.000,00	674.000,00	82.128,33	411.893,22	79.492,66	0,57	52,93	317.241,45
Difusao Cultural	1.467.000,00	594.060,00	13.494,96	39.545,84	1.565,50	0,04	4,55	567.056,35
URBANISMO	19.020.000,00	20.975.523,99	866.383,08	5.296.186,15	864.007,48	4,84	14,34	17.966.931,68
Infra-estrutura Urbana	13.307.000,00	15.325.443,99	815.442,26	1.443.338,69	319.842,00	0,88	3,57	14.778.224,75

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Período de Referência: JULHO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO**

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)		CONSOLIDADO										Pag: 2/3
Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% b/a		% (b/a)		Saldo (a-b)	
			Julho a Agosto	até Agosto	Julho a Agosto	até Agosto (b)						
Serviços Urbanos	2.596.000,00	2.591.050,00	50.940,82	1.882.693,44	338.370,58	1.125.528,77	1,81	43,44	1,81	43,44	1.465.521,23	
Transportes Coletivos Urbanos	251.000,00	251.000,00	0,00	1.380,00	0,00	1.380,00	0,00	0,55	0,00	0,55	249.620,00	
Preservação e Conservação Ambiental	92.000,00	91.010,00	0,00	90.000,00	13.581,66	54.326,64	0,09	59,69	0,09	59,69	36.683,36	
Controle Ambiental	2.406.000,00	2.405.010,00	0,00	1.878.774,02	192.213,24	1.280.137,66	2,06	53,23	2,06	53,23	1.124.872,34	
Turismo	368.000,00	312.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312.010,00	
HABITACAO	752.000,00	689.500,00	7.160,02	55.512,02	14.499,06	45.289,30	0,07	6,57	0,07	6,57	644.210,70	
Habitacao Urbana	752.000,00	689.500,00	7.160,02	55.512,02	14.499,06	45.289,30	0,07	6,57	0,07	6,57	644.210,70	
SANEAMENTO	7.300.000,00	7.144.030,00	17.670,70	3.736.537,24	720.478,29	2.752.243,84	4,43	38,53	4,43	38,53	4.391.786,16	
Saneamento Basico Urbano	7.300.000,00	7.144.030,00	17.670,70	3.736.537,24	720.478,29	2.752.243,84	4,43	38,53	4,43	38,53	4.391.786,16	
GESTAO AMBIENTAL	491.000,00	491.000,00	102.807,02	321.072,41	75.008,63	253.620,69	0,41	51,63	0,41	51,63	237.379,31	
Preservacao e Conservacao Ambiental	437.000,00	437.000,00	102.807,02	311.072,41	75.008,63	248.945,69	0,40	56,97	0,40	56,97	188.054,31	
Recuperacao de Areas Degradadas	27.000,00	27.000,00	0,00	10.000,00	0,00	4.675,00	0,01	17,31	0,01	17,31	22.325,00	
Recursos Hidricos	27.000,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	
AGRICULTURA	1.711.000,00	1.552.530,00	272.813,95	859.892,35	228.219,31	699.752,17	1,13	45,07	1,13	45,07	852.777,83	
Promocao da Producao Animal	290.000,00	216.500,00	38.313,61	149.951,66	38.337,52	140.679,77	0,23	64,98	0,23	64,98	75.820,23	
Extensao Rural	1.421.000,00	1.336.030,00	234.500,34	709.940,69	189.881,79	559.072,40	0,90	41,85	0,90	41,85	776.957,60	
INDUSTRIA	539.000,00	593.020,00	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00	0,00	0,47	0,00	0,47	590.220,00	
Promocao Industrial	539.000,00	593.020,00	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00	0,00	0,47	0,00	0,47	590.220,00	
COMERCIO E SERVICOS	2.362.000,00	2.200.050,00	45.427,97	528.593,49	79.723,43	459.961,12	0,74	20,91	0,74	20,91	1.740.088,88	
Empregabilidade	126.000,00	358.000,00	8.919,07	306.592,57	35.760,81	258.830,50	0,42	72,30	0,42	72,30	99.169,50	
Promocao Comercial	603.000,00	506.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506.000,00	
Turismo	1.633.000,00	1.336.050,00	36.508,90	221.800,92	43.962,62	201.130,62	0,32	15,05	0,32	15,05	1.134.919,38	
TRANSPORTE	6.647.960,00	9.843.297,00	924.152,03	6.060.969,43	2.814.958,38	5.550.743,88	8,94	56,39	8,94	56,39	4.292.553,12	
Transporte Rodoviario	6.647.960,00	9.843.297,00	924.152,03	6.060.969,43	2.814.958,38	5.550.743,88	8,94	56,39	8,94	56,39	4.292.553,12	
DESPORTO E LAZER	1.956.000,00	1.993.010,00	156.635,32	1.274.478,21	204.544,51	912.194,90	1,47	45,77	1,47	45,77	1.080.815,10	
Desporto de Rendimento	51.000,00	35.010,00	5.537,80	34.663,70	5.763,00	30.818,50	0,05	88,03	0,05	88,03	4.191,50	
Desporto Comunitario	1.905.000,00	1.958.000,00	151.097,52	1.239.814,51	198.781,51	881.376,40	1,42	45,01	1,42	45,01	1.076.623,60	
ENCARGOS ESPECIAIS	5.996.710,00	5.891.220,00	462.443,72	2.840.317,49	592.919,12	2.529.702,37	4,07	42,94	4,07	42,94	3.361.517,63	
Outros Encargos Especiais	5.996.710,00	5.891.220,00	462.443,72	2.840.317,49	592.919,12	2.529.702,37	4,07	42,94	4,07	42,94	3.361.517,63	
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Reserva de Contingencia	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
TOTAL (III) = (I + II)	126.417.325,82	134.491.979,63	14.171.348,19	74.752.685,83	17.210.071,83	62.119.667,99	100,00	46,19	100,00	46,19	72.372.311,64	

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 24/09/2014. Hora de emissão 14h e 49m.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de Referência: JULHO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO

CONSOLIDADO

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Pag: 3/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho a Agosto de 2014**

RREO - ANEXO XII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício 2  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 24/09/2014, Hora de emissão 15h e 55m.

## Dem\_rec\_desp\_ensino

Pag: 1/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2014 a Agosto/2014**

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

CONSOLIDADO - Poder:Todos

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS ( caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (b)	% (b/a)
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>9.395.000,00</b>	<b>9.395.000,00</b>	<b>1.512.818,61</b>	<b>6.816.345,65</b>	<b>72,55</b>
1.1- Receita Result. do Imposto sobre a Propr. Predial e Territorial Urbana – IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	280.904,13	2.297.510,85	88,37
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	212.005,58	2.043.880,67	102,19
1.1.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	7.687,15	8.748,76	8,75
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	34.548,88	143.558,77	35,89
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IPTU	100.000,00	100.000,00	26.662,52	103.487,33	103,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	2.164,68	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.315.000,00	1.315.000,00	236.179,30	708.367,32	53,87
1.2.1- ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	236.179,30	708.367,32	54,49
1.2.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	676.487,98	2.510.656,29	62,77
1.3.1- ISS	3.700.000,00	3.700.000,00	661.050,86	2.369.379,22	64,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	5.767,27	20.283,53	20,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	7.209,05	84.522,39	56,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monetária e Outros Encarg. da Dívida Ativa ISS	50.000,00	50.000,00	7.450,43	41.460,78	82,92
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	4.989,63	4.989,63	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.480.000,00	1.480.000,00	319.247,20	1.299.811,19	87,83
1.4.1- IRRF	1.480.000,00	1.480.000,00	319.247,20	1.299.811,19	87,83
1.4.2- Multas,Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualiz. Monet. e Outros Encarg. da Dívida Ativa IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>74.938.000,00</b>	<b>74.938.000,00</b>	<b>10.094.095,74</b>	<b>42.555.973,57</b>	<b>56,79</b>
2.1- Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	71,43
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.200.000,00	16.200.000,00	2.452.658,06	11.571.856,92	71,43
2.1.2- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	54.000.000,00	54.000.000,00	6.721.661,01	27.852.536,01	51,58
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	238.000,00	238.000,00	30.746,42	107.612,47	45,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	820.000,00	820.000,00	113.180,14	432.314,61	52,72
2.5- Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	1.383,04	5.917,67	7,40
2.6- Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	774.467,07	2.585.735,89	71,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>84.333.000,00</b>	<b>84.333.000,00</b>	<b>11.606.914,35</b>	<b>49.372.319,22</b>	<b>58,54</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (b)	% (b/a)
<b>4- RECEITA DA APLIC. FINAN. DE OUTROS REC. DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>1.777.361,96</b>	<b>1.777.361,96</b>	<b>328.617,20</b>	<b>1.237.704,12</b>	<b>69,64</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.300.000,00	1.300.000,00	218.196,61	918.539,82	70,66
5.2- Transferências Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	0,00	3.100,37	31,00
5.3- Transferências Diretas do PNAE	369.990,00	369.990,00	86.652,00	251.916,00	68,09
5.4- Transferências Diretas do PNATE	82.371,96	82.371,96	16.006,62	40.016,55	48,58
5.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	15.000,00	15.000,00	7.761,97	24.131,38	160,88
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>960.000,00</b>	<b>960.000,00</b>	<b>135.983,44</b>	<b>641.447,35</b>	<b>66,82</b>
6.1- Transferências de Convênios	950.000,00	950.000,00	123.511,33	617.556,65	65,01
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.000,00	10.000,00	12.472,11	23.890,70	238,91
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>2.650.000,00</b>	<b>2.650.000,00</b>	<b>209.981,00</b>	<b>209.981,00</b>	<b>7,92</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>6.187.361,96</b>	<b>6.187.361,96</b>	<b>674.581,64</b>	<b>2.089.132,47</b>	<b>33,76</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (b)	% (b/a)
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>14.987.600,00</b>	<b>14.987.600,00</b>	<b>2.018.830,43</b>	<b>8.511.236,38</b>	<b>56,79</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.240.000,00	3.240.000,00	490.531,56	2.314.371,20	71,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	10.800.000,00	10.800.000,00	1.344.332,04	5.570.506,48	51,58
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	47.600,00	47.600,00	6.149,28	21.522,48	45,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	164.000,00	164.000,00	22.636,01	86.462,84	52,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5+2.5))	16.000,00	16.000,00	276,60	1.183,47	7,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	720.000,00	720.000,00	154.904,94	517.189,91	71,83
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>12.100.000,00</b>	<b>12.100.000,00</b>	<b>2.030.335,67</b>	<b>8.451.967,53</b>	<b>69,85</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	2.010.190,10	8.398.131,38	69,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	20.145,57	53.836,15	53,84
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>(2.987.600,00)</b>	<b>(2.987.600,00)</b>	<b>(8.640,33)</b>	<b>(113.105,00)</b>	<b>3,79</b>
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua (1/3)

Pag: 2/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2014 a Agosto/2014**

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (e)	% (e/d)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.801.000,00	10.004.152,99	1.509.266,69	6.240.521,95	62,38
13.1- Com Educação Infantil	2.201.000,00	2.201.000,00	360.552,70	1.527.201,10	69,39
13.2- Com Ensino Fundamental	7.600.000,00	7.803.152,99	1.148.713,99	4.713.320,85	60,40
14- OUTRAS DESPESAS	2.299.000,00	2.299.000,00	153.269,60	803.733,23	34,96
14.1- Com Educação Infantil	479.800,00	479.800,00	22.250,83	78.744,05	16,41
14.2- Com Ensino Fundamental	1.819.200,00	1.819.200,00	131.018,77	724.989,18	39,85
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.100.000,00	12.303.152,99	1.662.536,29	7.044.255,18	57,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERC. SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
16.1 FUNDEB 60%					0,00
16.2 FUNDEB 40%					0,00
17- DESP. CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANC. EXERC. ANTERIOR DO FUNDEB					203.152,99
17.1 - FUNDEB 60%					203.152,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16 + 17)					203.152,99
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)					6.841.102,19
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $(13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100$ %					71,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100$ %					9,51
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2))$ %					19,06
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES			VALOR		
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					203.152,99
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					203.152,99
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (b)	% (b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) *	21.083.250,00	21.083.250,00	2.901.728,58	12.343.079,80	58,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (e)	% (e/d)
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.367.800,00	9.746.800,00	1.491.463,91	6.000.815,61	61,57
23.1 - Creche	10.367.800,00	9.746.800,00	1.491.463,91	6.000.815,61	61,57
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.680.800,00	2.680.800,00	382.803,53	1.605.945,15	59,91
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.687.000,00	7.066.000,00	1.108.660,38	4.394.870,46	62,20
23.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.887.830,00	12.910.982,99	1.663.255,70	7.171.547,74	55,55
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.419.200,00	9.622.352,99	1.279.732,76	5.438.310,03	56,52
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.468.630,00	3.288.630,00	383.522,94	1.733.237,71	52,70
25- ENSINO MÉDIO	151.000,00	151.000,00	69.340,64	69.340,64	45,92
26- ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	3.502.000,00	3.287.000,00	403.168,30	1.546.226,58	47,04
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	26.918.630,00	26.105.782,99	3.627.228,55	14.787.930,57	56,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					(113.105,00)
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					53.836,15
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					203.152,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSC. NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE REC. DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
36- CANCEL. NO EXERC. DE RESTOS A PAGAR INSC. COM DISP. FINANC. DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					3.753,35
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					147.637,49
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23 + 24) - 37)					13.024.725,86
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38)/(3) x 100)%					26,38

Continua (2/3)

Pag: 3/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -**  
**MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2014 a Agosto/2014**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Julho à Agosto	até Agosto 2014 (e)	% (e/d)
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	25.000,00	25.000,00	8.258,54	25.050,30	100,20
41- DESPESAS CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.310.000,00	1.410.788,87	117.563,03	437.057,91	30,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	4.177.361,96	4.707.296,94	932.542,41	1.887.370,09	40,09
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	6.312.361,96	6.943.085,81	1.058.363,98	2.349.478,30	33,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	33.230.991,96	33.048.868,80	4.685.592,53	17.137.408,87	51,85
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		1.169.872,66			3,753,35
46.1 - Executada com Recursos de Importos Vinculados ao Ensino		1.168.872,66			1.470,51
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF		1.000,00			2,282,84

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEF		VALOR	
		FUNDEF(B)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		491.873,47	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.398.131,38	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		7.037.378,65	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício		6.876.286,92	0,00
49.2 - Restos a Pagar		161.091,73	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		53.836,15	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.906.462,35	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 24/09/2014, Hora de emissão 15h e 14m.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

(3/3)

**Extrato de Publicação - 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 002 2013- FMAS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2013 - FMAS

Processo de licitação: 05/2013 - FMAS  
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA VEREADOR JOÃO PEREIRA LIMA S/Nº, AMIZADE, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO ABRIGO INSTITUCIONAL (LAR DAS CRIANÇAS).

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. LOCADOR: VLJ Empreendimentos Imobiliários LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 14.979.112/0001-40, com sede na rua 28 de Agosto, n. 1939, Centro, Guaramirim-SC.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 11/08/2014 a 11/11/2014.

Valor do Contrato: R\$ 7.018,02 (sete mil e dezoito reais e dois centavos)

Data da Assinatura: 10/08/2014

GUARAMIRIM (SC), 25/09/2014

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 372/2014**

DECRETO 372/2014.

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (trezentos mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio  
17.001  
10.302.0006.2036  
3339000000000000  
10200 ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação dos valores abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio  
17.001  
10.302.0006.2036  
3319000000000000  
10200 ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 376/2014**

DECRETO 376/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 600.000,00.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
06.002	EDUCAÇÃO INFANTIL
06.002.0012	EDUCACAO
06.002.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00011800	Transferências do FUNDEB-(aplic. profis)
	Valor: ( 600.000,00 )

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do provável excesso de arrecadação da fonte 11800 (FUNDEB).

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de setembro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1078/2014

PORTARIA Nº 1078/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional de Incentivo ao Magistério, à servidora RENI CAMARA (Matr. 82), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 17, e seus parágrafos da Lei Complementar Nº. 316/2013, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1079/2014

PORTARIA Nº 1079/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO GIACOMINI (Matr. 1523), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 29 de setembro de 2014 a 02 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1080/2014

PORTARIA Nº 1080/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor CELITO BRANDALISE (Matr. 155), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "H" com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2012 e 30 de setembro de 2013, para serem gozadas a contar de 29 de setembro de 2014 a 28 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### Lei 1780 2014

Lei nº 1780, de 24 de setembro de 2014.

FICA AUTORIZADA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER A SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2014, CONFORME AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO INCISO I, ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 12, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL 1765/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

DANIEL CHRISTIAN BOSI, PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, SC, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

FAÇO SABER A TODOS OS MUNICÍPIOS QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU, E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), por conta da redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ENTIDADE: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 0.003 - Precatórios Judiciais  
Elemento:(26)3.3.90.00.00.00.00.01.0000-Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 2.006 - Manut. E Func. Da Secretaria de Administração  
Elemento:(16)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

Órgão 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA  
Atividade:1.002 - SECRETARIA DE AGRICULTURA Elemento:4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 78.000,00

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota, 24 de setembro de 2014.  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### LEI 1781 2014

Lei nº 1781 de 24 de setembro de 2014.

AUTORIZA EMPENHAMENTO E PAGAMENTO DE DESPESA DO EXERCÍCIO DE 2012.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, SC, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o empenhamento e pagamento de despesa anuladas no exercício de 2012, no importe de R\$ 105.998,04 (Cento e cinco mil novecentos e noventa e oito reais e quatro centavos) relativas a serviços executados pela Empresa Ilhominas Mão de Obra Ltda, na prestação de serviços de Drenagem Pluvial e Pavimentação em lajotas das ruas Almirante Tamandaré, José Nilson de Souza e Gelindo Furlani no município de Ilhota/SC, conforme contrato 27/2012 da Tomada de Preço 07/2012 de 06/06/12 na forma dos Requerimentos e documentos anexos.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações de oriundas de recursos de convênios e próprias consignados no orçamento de 2014 do Município de Ilhota - Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Ilhota, SC, 24 de setembro de 2014.  
Daniel Christian BOSI  
Prefeito Municipal

### LEI 1782

Lei nº 1782 de 24 de setembro de 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER A SEGUINTE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO De 2014. Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$25.650,83 (Vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), por conta da redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente:

ENTIDADE: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
Órgão 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
Atividade: 0.003 - PRECATORIOS JUDICIAIS.  
Elemento:(26)3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.650,83

Art.2º O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

Órgão 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE  
Unidade: 01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER  
Atividade: 1.005 - Pavimentação e Drenagem de Ruas, Reurbanização e Revitalização  
Elemento:(47)4.4.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$25.650,83

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 24 de setembro de 2014.  
Daniel Christian BOSI  
Prefeito Municipal

## Imarui

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial PMI N. 017/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI N. 017/2014

O Município de Imaruí, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude torna público aos interessados que se encontra aberto licitação na modalidade Pregão Presencial para o seguinte objeto: contratação de pessoa jurídica ou física para efetuar os serviços de transporte escolar para os dias remanescentes do ano letivo de 2014. Os envelopes de nº. 01 contendo as propostas de preços e de nº. 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Imaruí, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, até às 14 horas, do dia 09/10/2014, iniciando-se a Sessão pública às 14 horas no mesmo dia e local. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br) e pessoalmente no Setor de Licitação.

Imaruí-SC, 26 de setembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

#### **1º Termo Aditivo ao Contrato PMI N. 039/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMI Nº 039/2014

Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Machado Transporte Coletivo de Passageiros Ltda Me, inscrita no CNPJ sob nº 78.833.241/0001-09.

Considerando o contrato PMI nº 039/2014 desta unidade administrativa, elaborado tendo por objeto a "Prestação de Serviços de Transporte Escolar";

Considerando que foi contratado a quantidade de 90 (noventa) dias letivos para serem prestados e que não foram totalmente realizados;

Considerando ainda a contratação da real necessidade da continuidade deste serviço prestado; que o transporte escolar é um direito constitucional à todo o estudante;

Considerando também a urgência na prestação dos serviços, haja vista que sua paralisação acarretará prejuízos insanáveis ao município.

De comum acordo, ambas as partes, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato PMI nº 039/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

1.1 Fica alterada a cláusula terceira que trata da Vigência, que passa para a seguinte redação:

Clausula Terceira - O regime de execução e prazo e vigência.

3.3. Dos prazos e vigência - O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, ou até findar o novo processo licitatório para o mesmo objeto, com término em 09/10/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Assinatura: 09 de setembro de 2014. Signatários: Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. Pela empresa, o Senhor Luiz Antonio Machado.

### **1º Termo Aditivo ao Contrato PMI N. 040/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMI Nº 040/2014

Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Transporte de Passageiros Santo Isidoro Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 14.671.243/0001-66.

Considerando o contrato PMI nº 040/2014 desta unidade administrativa, elaborado tendo por objeto a "Prestação de Serviços de Transporte Escolar";

Considerando que foi contratado a quantidade de 90 (noventa) dias letivos para serem prestados e que não foram totalmente realizados;

Considerando ainda a contratação da real necessidade da continuidade deste serviço prestado; que o transporte escolar é um direito constitucional à todo o estudante;

Considerando também a urgência na prestação dos serviços, haja vista que sua paralisação acarretará prejuízos insanáveis ao município.

De comum acordo, ambas as partes, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato PMI nº 040/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

1.1 Fica alterada a cláusula terceira que trata da Vigência, que passa para a seguinte redação:

Clausula Terceira - O regime de execução e prazo e vigência.

3.3. Dos prazos e vigência - O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, ou até findar o novo processo licitatório para o mesmo objeto, com término em 09/10/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Assinatura: 09 de setembro de 2014. Signatários: Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. Pela empresa, o Senhor Jader-son Raniere Isidoro.

### **1º Termo Aditivo ao Contrato PMI N. 041/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMI Nº 041/2014

Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Oseias de Oliveira 00973651903, inscrita no CNPJ sob nº 17.580.256/0001-18.

Considerando o contrato PMI nº 041/2014 desta unidade administrativa, elaborado tendo por objeto a "Prestação de Serviços de Transporte Escolar";

Considerando que foi contratado a quantidade de 90 (noventa) dias letivos para serem prestados e que não foram totalmente realizados;

Considerando ainda a contratação da real necessidade da continuidade deste serviço prestado; que o transporte escolar é um direito constitucional à todo o estudante;

Considerando também a urgência na prestação dos serviços, haja vista que sua paralisação acarretará prejuízos insanáveis ao município.

De comum acordo, ambas as partes, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato PMI nº 041/2014, para fazer

constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

1.1 Fica alterada a cláusula terceira que trata da Vigência, que passa para a seguinte redação:

Clausula Terceira - O regime de execução e prazo e vigência.

3.3. Dos prazos e vigência - O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, ou até findar o novo processo licitatório para o mesmo objeto, com término em 09/10/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Assinatura: 09 de setembro de 2014. Signatários: Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. Pela empresa, o Senhor Oseias de Oliveira.

### **1º Termo Aditivo ao Contrato PMI N. 042/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IMARUÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMI Nº 042/2014

Contratante: Município de Imaruí. Contratada: Laudemir José de Sousa ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.937.725/0001-15.

Considerando o contrato PMI nº 042/2014 desta unidade administrativa, elaborado tendo por objeto a "Prestação de Serviços de Transporte Escolar";

Considerando que foi contratado a quantidade de 90 (noventa) dias letivos para serem prestados e que não foram totalmente realizados;

Considerando ainda a contratação da real necessidade da continuidade deste serviço prestado; que o transporte escolar é um direito constitucional à todo o estudante;

Considerando também a urgência na prestação dos serviços, haja vista que sua paralisação acarretará prejuízos insanáveis ao município.

De comum acordo, ambas as partes, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato PMI nº 042/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

1.1 Fica alterada a cláusula terceira que trata da Vigência, que passa para a seguinte redação:

Clausula Terceira - O regime de execução e prazo e vigência.

3.3. Dos prazos e vigência - O prazo Contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, ou até findar o novo processo licitatório para o mesmo objeto, com término em 09/10/2014.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

2.1 As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Assinatura: 09 de setembro de 2014. Signatários: Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. Pela empresa, o Senhor Laudemir José de Sousa.

# Imbituba

## PREFEITURA

**Extrato: PMI SEINFRA 2014/112 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/112 A01

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J:10.981.399/0001-92

Objeto: ACRÉSCIMO DE 11,73709 (ONZE INTEIROS E SETENTA E TRES MIL, SETECENTOS E NOVE CENTESIMOS DE MILESIMOS PERCENTUAIS) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 3.638,50

Fundamento: Processo nº. 93/2014 Carta Convite 06/2014

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande

Representante Legal

Contratada

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 122/2014 - Pregão Presencial 72/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 29 de setembro de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

**RREO - 4º BIMESTRE 2014****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (d)	100.030.446,00	100.030.446,00	15.931.000,03	15,93	61.932.190,96	61,91
2	RECEITAS CORRENTES	86.889.596,00	86.889.596,00	15.773.812,10	18,15	60.620.731,50	69,77
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.703.030,00	17.703.030,00	4.461.163,26	25,20	16.885.014,14	95,38
4	Impostos	15.633.350,00	15.633.350,00	4.073.890,84	26,06	14.631.418,64	93,59
5	Taxas	2.069.680,00	2.069.680,00	387.272,42	18,71	2.253.595,50	108,89
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.822.000,00	1.822.000,00	266.694,68	14,64	1.256.120,56	68,94
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	1.822.000,00	1.822.000,00	266.694,68	14,64	1.256.120,56	68,94
11	RECEITA PATRIMONIAL	386.675,00	386.675,00	138.154,13	35,73	466.369,88	120,61
12	Receitas Imobiliárias	42.800,00	42.800,00	6.000,00	14,02	18.050,00	42,17
13	Receitas de Valores Mobiliários	343.875,00	343.875,00	132.154,13	38,43	448.319,88	130,37
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	10.048.150,00	10.048.150,00	1.502.352,70	14,95	3.599.973,33	35,83
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.514.751,00	54.514.751,00	8.523.817,99	15,64	34.605.689,58	63,48
30	Transferências Intergovernamentais	53.416.051,00	53.416.051,00	8.513.813,62	15,94	34.482.447,08	64,55
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	103.485,80	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	1.098.700,00	1.098.700,00	10.004,37	0,91	19.756,70	1,80

Pag. 1 / 9

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										RS 1,00
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	2.414.990,00	881.629,34	36,51	3.807.564,01	157,66	157,66	157,66	-1.392.574,01
37	Multas e Juros de Mora	1.120.290,00	1.120.290,00	458.691,46	40,94	1.864.685,09	166,45	166,45	166,45	-744.395,09
38	Indenizações e Restituições	10.700,00	10.700,00	1.124,74	10,51	1.982,60	18,53	18,53	18,53	8.717,40
39	Receita da Dívida Ativa	1.230.500,00	1.230.500,00	370.226,41	30,09	1.799.810,22	146,27	146,27	146,27	-569.310,22
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	53.500,00	53.500,00	51.586,73	96,42	141.086,10	263,71	263,71	263,71	-87.586,10
42	RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13.140.850,00	157.187,93	1,20	1.311.459,46	9,98	9,98	9,98	11.829.390,54
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
44	Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00	85.650,00	0,00	0,00	117.519,50	137,21	137,21	137,21	-31.869,50
47	Alienação de Bens Móveis	85.650,00	85.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.650,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	117.519,50	0,00	0,00	0,00	-117.519,50
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00	12.055.200,00	157.187,93	1,30	1.193.939,96	9,90	9,90	9,90	10.861.260,04
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	2.779.500,00	2.779.500,00	144.863,37	5,21	852.158,79	30,66	30,66	30,66	1.927.341,21
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	9.275.700,00	9.275.700,00	12.324,56	0,13	341.781,17	3,68	3,68	3,68	8.933.918,83
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	100.030.446,00	100.030.446,00	15.931.000,03	15,93	61.932.190,96	61,91	61,91	61,91	38.098.255,04
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pag. 2/9

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	100.030.446,00	100.030.446,00	15.931.000,03	15,93	61.932.190,96	61,91
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	100.030.446,00	100.030.446,00	15.931.000,03	15,93	61.932.190,96	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.274.323,29	-	-	1.087.298,53	-
75	Superávit Financeiro	-	2.274.323,29	-	-	1.087.298,53	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-
							38.098.255,04
							0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre.	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.030.446,00	13.880.282,39	113.910.728,39	14.262.769,25	69.085.802,75	15.111.890,55	57.115.258,54	50,14
78	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	6.777.158,15	82.656.454,15	13.550.376,52	61.794.145,39	14.298.308,38	52.732.821,93	63,80
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50	2.970.750,00	42.743.178,50	7.330.809,18	30.577.075,98	7.346.009,62	30.565.431,00	71,51
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	0,00	700.000,00	0,00	363.426,71	0,00	319.759,98	45,68
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50	3.806.408,15	39.213.275,65	6.219.567,34	30.853.642,70	6.952.298,76	21.847.630,95	55,71
82	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	7.103.124,24	31.204.274,24	712.392,73	7.291.657,36	813.582,17	4.382.436,61	14,04
83	INVESTIMENTOS	21.801.150,00	7.103.124,24	28.904.274,24	712.392,73	5.205.313,42	813.582,17	2.508.754,58	8,68
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	0,00	2.086.343,94	0,00	1.873.682,03	81,46
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	178.500,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.598,31	86.680,63	0,00
89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	178.500,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.598,31	86.680,63	48,56
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	100.030.446,00	14.058.782,39	114.089.228,39	14.262.769,25	69.264.302,75	15.142.488,86	57.201.939,17	50,14
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	100.030.446,00	14.058.782,39	114.089.228,39	14.262.769,25	69.264.302,75	15.142.488,86	57.201.939,17	50,14
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	4.730.251,79	-
100	TOTAL (XIV) = (XI+XIII)	100.030.446,00	14.058.782,39	114.089.228,39	14.262.769,25	69.264.302,75	15.142.488,86	61.932.190,96	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 82.909.409/0001-90  
Exercício: 2014  
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	26/09/2014	DOM

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade  
Nota:

IMBITUBA, 26/09/2014

JAISON CARDOSO DE SOUZA  
Prefeito Municipal de Imbituba  
CPE.: 591.549.269-04

Ivan Vitorio  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: SC/20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO -AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	100.030.446,00	113.910.728,39	14.262.769,25	69.085.802,75	15.111.890,55	57.115.258,54	99,85	50,14
2	00001	Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	493.939,37	1.986.540,01	443.654,85	1.762.421,37	3,08	55,08
3	01031	Ação Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	493.939,37	1.986.540,01	443.654,85	1.762.421,37	3,08	55,08
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	1.611.350,00	2.066.350,00	248.754,70	1.529.413,82	248.196,36	1.512.688,29	2,64	73,21
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.611.350,00	2.066.350,00	248.754,70	1.529.413,82	248.196,36	1.512.688,29	2,64	73,21
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	9.605.600,00	13.107.850,10	1.586.740,65	8.260.324,68	1.899.589,85	7.222.238,24	12,63	55,10
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	6.524.750,00	7.589.250,00	1.019.567,66	5.408.292,60	1.263.113,89	4.624.681,65	8,08	60,94
14	04123	Administração Financeira	2.895.500,00	5.333.250,10	550.000,42	2.748.095,15	618.396,09	2.497.948,97	4,37	46,84
15	04124	Controle Interno	185.350,00	185.350,00	17.172,57	103.936,93	18.079,87	99.607,62	0,17	53,74
16	04125	Normalização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	1.043.250,00	1.447.921,93	219.055,07	963.854,58	206.311,82	798.095,11	1,40	55,12
28	06181	Policimento	583.150,00	833.150,00	152.333,12	677.531,97	177.033,56	639.491,60	1,12	76,76
29	06182	Defesa Civil	460.100,00	614.771,93	66.721,95	286.322,61	29.278,26	158.603,51	0,28	25,80
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	2.711.575,00	3.975.313,64	488.276,27	2.418.968,40	503.813,57	1.798.552,35	3,14	45,24
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	340.600,00	0,00	339.749,43	4.410,37	4.410,37	0,01	1,29
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	539.250,00	735.908,58	49.485,11	236.768,49	50.193,86	185.586,00	0,32	25,22
38	08244	Assistência Comunitária	2.172.325,00	2.898.805,06	388.791,16	1.842.450,48	449.209,34	1.608.535,98	2,81	55,49

Pag. 5 / 9



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO -AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17512	Saneamento Básico Urbano	10.085.700,00	10.085.700,00	2.802.521,01	4.147.459,96	1.139.122,85	2.461.691,40	4,30	24,41	7.624.008,60
82	00018	Gestão Ambiental	26.750,00	26.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.750,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
84	18542	Controle Ambiental	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Metereologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	2.356.025,00	2.356.025,00	92.193,19	534.909,54	128.560,40	423.095,35	0,74	17,96	1.932.929,65
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	1.668.575,00	1.668.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668.575,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	32.100,00	32.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.100,00
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20122	Administração Geral	655.350,00	655.350,00	92.193,19	503.592,54	123.051,46	406.198,41	0,71	61,98	249.151,59
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
105	22661	Promoção Industrial	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	3.440.750,00	3.938.750,00	60.264,41	1.733.455,44	123.570,87	1.314.814,73	2,30	33,38	2.623.935,27
111	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	3.120.050,00	3.620.050,00	-31,23	1.434.652,34	61.716,95	1.042.513,49	1,82	28,80	2.577.536,51
116	23122	Administração Geral	320.700,00	318.700,00	60.295,64	298.803,10	61.853,92	272.301,24	0,48	85,44	46.398,76
117	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	00025	Energia	1.822.000,00	1.822.000,00	0,00	1.800.000,00	389.565,10	1.311.698,98	2,29	71,99	510.301,02
121	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25752	Energia Elétrica	1.822.000,00	1.822.000,00	0,00	1.800.000,00	389.565,10	1.311.698,98	2,29	71,99	510.301,02

Pag. 7 / 9

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO -AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
123	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25754	Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	00027	Desporto e Lazer	3.508.500,00	3.065.078,40	162.269,01	583.859,98	166.442,18	506.787,67	16,53	2.558.290,73
132	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	27812	Desporto Comunitário	1.025.700,00	917.500,00	162.269,01	583.859,98	166.442,18	506.787,67	0,89	55,24
134	27813	Lazer	2.482.800,00	2.147.578,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00028	Encargos Especiais	3.609.800,00	3.609.800,00	0,00	3.057.991,88	13.460,12	2.749.628,20	4,81	76,17
136	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	2.449.770,65	0,00	2.193.442,01	3,83	73,11
139	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28846	Outros Encargos Especiais	609.800,00	609.800,00	0,00	608.221,23	13.460,12	556.186,19	0,97	91,21
142	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	178.500,00	0,00	178.500,00	30.598,31	86.680,63	0,15	48,56
146	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00004	Administração	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	2.171,47	5.395,22	0,01	32,70
150	04122	Administração Geral	0,00	16.500,00	0,00	16.500,00	2.171,47	5.395,22	0,01	32,70
151	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00008	Assistência Social	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	148,58	509,67	25,48	1.490,33
155	08244	Assistência Comunitária	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	148,58	509,67	0,00	25,48
156	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00010	Saúde	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	1.850,60	2.549,83	0,00	56,03
158	10301	Atenção Básica	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	1.556,68	2.078,07	0,00	20,78
159	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	44,16	132,48	0,00	1,32
160	10304	Vigilância Sanitária	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	249,76	339,28	0,00	33,93
161	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00012	Educação	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00	15.443,29	42.197,79	0,07	100,91
163	12361	Ensino Fundamental	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	11.109,13	29.092,18	0,05	48,49
164	12365	Educação Infantil	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	4.134,16	13.105,61	0,02	52,42
										11.894,39

Pag. 8/9

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO -AGOSTO

CVA: 2014092608330900704671

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,00	
165	00013											0,00
166		Direitos da Cidadania										0,00
167	00015	Urbanismo	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	10.448,20	34.260,40	0,06	68,52	15.739,60
168		Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	10.448,20	34.260,40	0,06	68,52	15.739,60
169	00016	Habitación	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00023	Comércio e Serviços	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	88,32	620,22	0,00	31,01	1.379,78
177	23122	Administração Geral	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	88,32	620,22	0,00	31,01	1.379,78
178	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00027	Desporto e Lazer	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	447,85	1.147,50	0,00	57,38	852,50
182	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	447,85	1.147,50	0,00	57,38	852,50
183	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184		TOTAL (III) = (I + II)	100.030.446,00	0,00	114.089.228,39	14.262.769,25	69.264.302,75	15.142.488,86	57.201.939,17	000,00	98,70	56.887.289,22

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabecalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 26/09/2014

**JAISON CARDOSO DE SOUZA**  
 Prefeito Municipal de Imbituba  
 CPF.: 591.549.269-04

**Ivan Vitório**  
**Secretário da Fazenda**  
**CPF.: 888.387.449-49**

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: SC/20.478

CRC.: SC/20,478

Pag. 9/9

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Portaria N.º 456/2014

PORTARIA N.º 456/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III - Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n.º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

#### RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR OSMANI REICHAR DT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Motoniveladora, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei, a contar de 20/08/2014. Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/08/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO Nº 19/2014

RESOLUÇÃO N.º 019/2014.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SISTEMA ALTERNATIVO COLETIVO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001,

#### RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR o servidor público EDNILSON BRAND, ocupante do cargo de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal Efetivo da Autarquia Hospital Municipal Bom Jesus, para as atividades de responsável técnico pelo Sistema Alternativo Coletivo de Abastecimento de Água para consumo humano, nas Escolas e Postos de Saúde do Município de Irineópolis e Poço Artesiano da Associação de Moradores do Distrito de Poço Preto, em atendimento as exigências da Portaria nº. 2.914, de 12/12/2011, cujas competências estão previstas no art. 13, da referida Portaria.

Art 2º - As funções de Responsável Técnico pelo Sistema

Alternativo Coletivo de Abastecimento de Água, atribuídas ao servidor através deste ato, serão exercidas sem ônus para o Município.

Art 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Setembro de 2014.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS

Presidente.

### DECRETO N.º 2.675/2014

DECRETO N.º 2.675/2014 de 26/09/2014.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, e em conformidade com o disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 1.398/2005, de 13/01/2005,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para a comporem a Comissão de Acompanhamento do Transporte Escolar para o biênio 2014/2015 os membros abaixo relacionados:

- I. Maria Pavarin;
- II. Cristiane Gregório Wagner;
- III. Karina Juraszek;
- IV. Edilson Prust;
- V. Gislaine Estrizer Straube; e
- VI. Andreia Aparecida Kaschuk Janiszewski.

Parágrafo único - A Comissão deverá designar dentre seus membros, um Presidente e um Secretário, que coordenarão os trabalhos do grupo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.181/2012 de 07/01/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 26 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**EXTRATO CHAMADA PUBLICA Nº 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2014

CHAMADA PUBLICA N.º 02/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 23 de Outubro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Chamada Publica, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Aquisição de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, conforme lei 11.947/2009, para o segundo semestre de 2014, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 26 de setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 18-2014**

Portaria Nº 18/2014

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**RESOLVE:**

Conceder ao Servidor ALCIONE AGOSTINHO ADAMI, RG nº 10 -R 962861, inscrita no CPF sob o nº 418.724.109-44, Assessor Parlamentar desta Casa de Leis, afastamento por auxílio doença, no período de 15 (quinze) dias, iniciando no dia 23(vinte e três) de setembro de 2014 à 07 (sete) de outubro de 2014.

Gabinete da Presidência, em 26 de Setembro de 2014.

Cleusa Clarice de Lima

Presidente da Mesa

**Itapiranga****PREFEITURA****Decreto Nº 167 de 22 de Setembro de 2014**

Decreto Nº 167 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na fonte: 151 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 9.610,80 (nove mil seiscentos e dez reais e oitenta centavos):

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.2043- Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes  
33.90.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas  
R\$ 9.610,80

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 22 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial do Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 168, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014**

Decreto Nº 168, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

**Decreta:**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na fonte de recurso 104 Recursos Ordinários, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

06.03 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Outras Fontes  
12.306.0134.2033 - Merenda Escolar  
33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 23 de agosto de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 169, de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 169, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", conforme Termo de Compromisso PAR nº 201404716/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o município de Itapiranga SC, tendo, como objeto 01 ônibus Rural Escolar, na fonte de recurso 117 - Outras Transferências de Capital - União, no valor de R\$ 777.750,00 (setecentos e setenta e sete mil setecentos e cinquenta reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.1020 - Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas

R\$ 777.750,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 23 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 170, de 25 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 170, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", nas seguintes fontes de recursos: 104 - Recurso Ordinário no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); 120 - Rec. dos Impostos para Educação, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais):

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.2004 - Manut. Des. das Atividades da Secretaria de Administração

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manut. Des. das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 34.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 25 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 171, de 25 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 171, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", nas seguintes fontes de recursos: 120 - Rec. dos Impostos para Educação, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e 175 - Recursos do Tesouro do Exercício Anterior - Alienação de bens, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);):

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.1034 - Aquisição de veículos e equip. e material

permanente  
44.90.00.00.00.00.0175 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto -  
Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 - Manut. Des. das Atividades do Ensino Fun-  
damental  
33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas  
R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, de 25 de setembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Ata de Sessão Pública Convite Nº25/2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE  
HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	26/07/2014	Horário: 09h:30min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 25/2014 Nº 121/2014

#### OBJETO:

Aquisição de 29,20m² de persianas tipo rolo com blackout modelo Nápo-  
les na cor bege, tecido com base de PVC, conforme Anexo I do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipa-  
l, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licita-  
ção, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que  
a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, jornal  
de circulação no estado, site municipal e mural público, no dia  
09/07/2014 a fim de ampla divulgação. Das empresas convidadas:  
ML COMÉRCIO TEXTIL LTDA ME, CNPJ/MF: 14.940.448/0001-08.  
Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa
26/09/2014	709	08h:18m	RENATA ALCOFO- RADO LACERDA DA SILVA ME

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes  
de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente  
lacrados. Em seguida verificou-se a falta de no mínimo 3 (três)  
convidados, descumprindo assim a determinação do § 3º, art. 22  
da Lei 8.666/93. Desta forma o certame é prejudicado e a licitação  
FRACASSADA. O representante da empresa RENATA ALCOFORA-  
DO LACERDA DA SILVA ME solicitou a retirada dos envelopes de  
habilitação e proposta. A sessão foi suspensa pelo prazo necessá-  
rio à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a  
leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo  
digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão.

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

VALÉRIO PACHECO MEMBRO	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA MEMBRO
---------------------------	---

**CONVITE Nº 29/2014 - PROCESSO Nº 127/2014- AQUISIÇÃO DE PERSIANAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 06/10/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 29/2014 - PROCESSO Nº 127/2014, para a aquisição de 29,20m² de persianas tipo rolo com blackout modelo nápoles, tecido com base de pvc, conforme anexo I do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 26 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FISIOTERAPEUTA - 39/2014**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FISIOTERAPEUTA - 39/2014

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de profissional "FISIOTERAPEUTA", para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, conforme Lei Complementar 016/2007 e em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e pelo que dispõe o presente edital.

**1. OBJETO**

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de 01 (um) profissional Fisioterapeuta para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, em caráter temporário, com carga horária de 30(trinta) horas semanais.

**2. LOCAL**

O local para a inscrição será no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, mediante o recolhimento da taxa de Protocolo no valor de R\$ 12,00 (Doze reais), sito na Rua 960, nº 201; Bairro: Itapema do Norte; CEP: 89249-000; Itapoá/SC.

**3. DATA E HORA**

As inscrições serão realizadas no dia 06/10/2014 no horário das 08:00 às 12:00 horas, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

A entrevista será no mesmo dia a partir das 12:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde, sito no mesmo endereço.

**4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

4.1 Os Documentos necessários para participar do processo de seleção deverão constar no ato da inscrição em envelope lacrado com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Cópia da carteira de identidade;

- Cópia do CPF;
- Cópia do diploma de Curso Superior em Fisioterapeuta;
- Cópia do registro no CREFITO SC ;
- Cópia do Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - site do TRE [www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br) ;
- Cópia do comprovante de residência.
- Cópia dos certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área, dos últimos 04 (quatro) anos;
- Comprovante de tempo de serviço na área específica, através de C.T.P.S. ou declarações de prefeituras;

4.2 A documentação para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação terá sua inscrição indeferida.

**5. DA CLASSIFICAÇÃO**

5.1 A classificação obedecerá a seguinte ordem dos títulos e critérios:

5.2 Maior tempo de serviço na área;

5.2.1. No calculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, a partir do 16º conta como 01 (um) mês;

5.2.1.2. 0,1 (um décimo) para cada mês de tempo de serviço;

5.3. 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área;

5.4. Entrevista valendo de zero a dez pontos;

5.5. O candidato deverá obter a pontuação mínima de 5,0 (cinco) pontos para a classificação.

**6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

6.1. Ao que possuir maior tempo de serviço na área;

6.2. Ao que possuir maior número de dependentes.

6.3. Ao que possuir maior Idade.

**7. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no dia 08/10/2014.

**8. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O candidato que atender as condições regulamentadas neste Edital e atingir a maior pontuação firmará contrato. O contrato reger-se-á pelo disposto na Lei Complementar nº 016/2007 em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e Lei Municipal 324/2010.

**9. DOS PRAZOS**

O preenchimento da vaga será por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1 As despesas provenientes do objeto deste edital serão pagas através do Fundo Municipal de Saúde, dotação orçamentária 3.1.90.00.00.0000 - Folha de Pagamento dos Servidores da Saúde.

10.2 Pelo serviço prestado, o profissional classificado receberá mensalmente

o valor de R\$ 2.944,96 (Dois mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos) referente ao Nível VII - A do cargo de Fonoaudiólogo + Gratificação NASF, conforme a Lei Municipal 155/2003 Plano de cargos e salários e Lei Municipal 324/2010 Gratificação dos Profissionais de Saúde do NASF.

10.3. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de efetuar, na

remuneração do contratado, os descontos previstos em Lei, bem como referentes aos danos causados pelo CONTRATADO por dolo ou culpa.

## 11. DOS RECURSOS

Os recursos contra o indeferimento dos pedidos de credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 48 horas após a publicação do resultado na Secretaria de Saúde, sendo que a comissão de seleção terá um prazo de 48 horas para resposta.

## 12. COMISSÃO DE SELEÇÃO

Serão eleitos 03 representantes da Secretaria de Saúde para compor a comissão para análise de documentações, conforme portaria;

As dúvidas, informações e outros elementos necessários para o perfeito entendimento do presente edital, deverão ser dirimidos na Secretaria da Saúde, no endereço mencionado no preâmbulo do presente ou pelo Fone (47) 3443-8845 ou 3443-7094.

Itapoá, 26 de setembro de 2014.

Cristian Angelo Grassi

Secretário Municipal da Saúde

## Secretaria de Saúde: Edital de Credenciamento Para Fonoaudiólogo - 38/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA FONOAUDIÓLOGO - 38/2014

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de profissional "FONOAUDIÓLOGO", para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, conforme Lei Complementar 016/2007 e em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e pelo que dispõe o presente edital.

## 1. OBJETO

O presente edital tem por finalidade o credenciamento de 01 (um) profissional Fonoaudiólogo para atuar no Centro de Reabilitação e NASF, em caráter temporário, com carga horária de 40 horas semanais.

## 2. LOCAL

O local para a inscrição será no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, mediante o recolhimento da taxa de Protocolo no valor de R\$ 12,00 (Doze reais), sito na Rua 960, nº 201; Bairro: Itapema do Norte; CEP: 89249-000; Itapoá/SC.

## 3. DATA E HORA

As inscrições serão realizadas no dia 06/10/2014 no horário das 08:00 às 12:00 horas, no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá.

A entrevista será no mesmo dia a partir das 12:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde, sito no mesmo endereço.

## 4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 Os Documentos necessários para participar do processo de seleção deverão constar no ato da inscrição em envelope lacrado com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Cópia da carteira de identidade;
- Cópia do CPF;
- Cópia do diploma de Curso Superior em Fonoaudiologia;
- Cópia do registro no CRFa SC ;
- Cópia do Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - site do TRE [www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br) ;
- Cópia do comprovante de residência.
- Cópia dos certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área, dos últimos 04 (quatro) anos;
- Comprovante de tempo de serviço na área específica, através de C.T.P.S. ou declarações de prefeituras;

4.2 A documentação para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação terá sua inscrição indeferida.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação obedecerá a seguinte ordem dos títulos e critérios:

5.2 Maior tempo de serviço na área;

5.2.1. No calculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias, a partir do 16º conta como 01 (um) mês;

5.2.1.2. 0,1 (um décimo) para cada mês de tempo de serviço;

5.3. 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área;

5.4. Entrevista valendo de zero a dez pontos;

5.5. O candidato deverá obter a pontuação mínima de 5,0 (cinco) pontos para a classificação.

## 6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. Ao que possuir maior tempo de serviço na área;

6.2. Ao que possuir maior número de dependentes.

6.3. Ao que possuir maior Idade.

## 7. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no dia 08/10/2014.

## 8. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O candidato que atender as condições regulamentadas neste Edital e atingir a maior pontuação firmará contrato. O contrato reger-se-á pelo disposto na Lei Complementar nº 016/2007 em conformidade com a Lei Municipal 76/2001 e Lei Municipal 324/2010.

## 9. DOS PRAZOS

O preenchimento da vaga será por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

## 10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 As despesas provenientes do objeto deste edital serão pagas através do Fundo Municipal de Saúde, dotação orçamentária 3.1.90.00.00.0000 - Folha de Pagamento dos Servidores da Saúde.

10.2 Pelo serviço prestado, o profissional classificado receberá mensalmente

o valor de R\$ 2.944,96 (Dois mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos) referente ao Nível VII - A do cargo de Fonoaudiólogo + Gratificação NASF, conforme a Lei Municipal 155/2003 Plano de cargos e salários e Lei Municipal 324/2010 Gratificação dos Profissionais de Saúde do NASF.

10.3. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de efetuar, na remuneração do contratado, os descontos previstos em Lei, bem como referentes aos danos causados pelo CONTRATADO por dolo ou culpa.

#### 11. DOS RECURSOS

Os recursos contra o indeferimento dos pedidos de credenciamento deverão ser interpostos no prazo de 48 horas após a publicação do resultado na Secretaria de Saúde, sendo que a comissão de seleção terá um prazo de 48 horas para resposta.

#### 12. COMISSÃO DE SELEÇÃO

Serão eleitos 03 representantes da Secretaria de Saúde para compor a comissão para análise de documentações, conforme portaria;

As dúvidas, informações e outros elementos necessários para o perfeito entendimento do presente edital, deverão ser dirimidos na Secretaria da Saúde, no endereço mencionado no preâmbulo do presente ou pelo Fone (47) 3443-8845 ou 3443-7094.

Itapoá, 26 de setembro de 2014.  
Cristian Angelo Grassi  
Secretário Municipal da Saúde

#### **Secretaria de Saúde: Portaria Nº 13**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Secretaria Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 13  
De 26 de setembro de 2014

Nomeia Presidente da Comissão Fiscalizadora, das obras em construção ligadas diretamente a Secretaria de Saúde no âmbito deste município.

O Secretário Municipal de Saúde, Sr Cristian Angelo Grassi, no uso de suas  
Atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Resolve:

I - Nomear Lana Rosélia Quadros Bevilaqua a assumir a função de Presidente da Comissão Fiscalizadora das obras em construção diretamente ligadas a Secretaria de Saúde no âmbito deste município.

Publique-se

Itapoá 26 de setembro de 2014.  
Cristian Angelo Grassi  
Secretário de Saúde

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### **Aviso**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

#### AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 4º Bimestre de 2014, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>5.603.637,80</b>	<b>23,35</b>	<b>17.775.613,22</b>	<b>74,07</b>	<b>6.224.386,78</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.753.000,00	22.753.000,00	3.326.374,03	14,62	13.899.142,02	61,09	8.853.857,98
IMPOSTOS	1.156.000,00	1.156.000,00	245.607,71	21,25	984.332,31	85,15	171.667,69
TAXAS	840.000,00	840.000,00	216.244,13	25,74	827.214,29	98,48	12.785,71
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	286.000,00	286.000,00	28.931,67	10,12	154.110,58	53,88	131.889,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	431,91	1,44	3.007,44	10,02	26.992,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	200.000,00	200.000,00	30.108,28	15,05	128.485,97	64,24	71.514,03
RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	200.000,00	30.108,28	15,05	128.485,97	64,24	71.514,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	418.000,00	418.000,00	48.836,19	11,68	111.986,92	26,79	306.013,08
RECEITA AGROPECUÁRIA	418.000,00	418.000,00	48.836,19	11,68	111.986,92	26,79	306.013,08
Outras Receitas Agropecuárias	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	790.000,00	790.000,00	162.021,45	20,51	568.718,46	71,99	221.281,54
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.032.000,00	19.032.000,00	2.818.673,94	14,81	11.970.980,37	62,90	7.061.019,63
Transf. de Instituições Privadas	18.592.000,00	18.592.000,00	2.717.020,53	14,61	11.733.087,93	63,11	6.858.912,07
Transf. de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transf. de Conv.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	436.000,00	436.000,00	101.653,41	23,32	237.892,44	54,56	198.107,56
Multas e Juros de Mora	1.141.000,00	1.141.000,00	21.126,46	1,85	134.637,99	11,80	1.006.362,01
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	196.000,00	196.000,00	7.445,98	3,80	23.650,81	12,07	172.349,19
RECEITA DA DIVIDATIVA	200.000,00	200.000,00	1.716,13	0,86	9.494,19	4,75	190.505,81
RECEITAS DIVERSAS	318.000,00	318.000,00	10.496,63	3,30	93.881,04	29,52	224.118,96
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>427.000,00</b>	<b>427.000,00</b>	<b>1.467,72</b>	<b>0,34</b>	<b>7.611,95</b>	<b>1,78</b>	<b>419.388,05</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.247.000,00	1.247.000,00	2.277.263,77	182,62	3.876.471,20	310,86	-2.629.471,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	156.500,00	260,83	-96.500,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	156.500,00	313,00	-106.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	827.000,00	827.000,00	2.277.263,77	275,36	3.719.971,20	449,82	-2.892.971,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>5.603.637,80</b>	<b>23,35</b>	<b>17.775.613,22</b>	<b>74,07</b>	<b>6.224.386,78</b>

Continua 1/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>5.603.637,80</b>	<b>23,35</b>	<b>17.775.613,22</b>	<b>74,07</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.000.000,00	24.000.000,00	5.603.637,80	23,35	17.775.613,22	74,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	466.489,66	—	—	193.266,89	—
Superávit Financeiro	—	466.489,66	—	—	193.266,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>11.217.374,42</b>	<b>35.217.374,42</b>	<b>4.420.938,32</b>	<b>15.650.709,82</b>	<b>4.504.324,32</b>	<b>15.317.817,28</b>	<b>43,50</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.459.000,00</b>	<b>876.595,93</b>	<b>21.335.595,93</b>	<b>3.294.770,09</b>	<b>12.570.926,59</b>	<b>3.381.156,09</b>	<b>12.395.249,05</b>	<b>58,10</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.093.000,00	-852.159,52	12.240.840,48	1.640.850,38	6.665.744,23	1.640.850,38	6.665.604,73	54,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	105,83	562,49	105,83	562,49	1,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.316.000,00	1.728.755,45	9.044.755,45	1.653.813,88	5.904.619,87	1.740.199,88	5.729.081,83	63,34
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.501.000,00</b>	<b>10.340.778,49</b>	<b>13.841.778,49</b>	<b>1.126.168,23</b>	<b>3.079.783,23</b>	<b>1.123.168,23</b>	<b>2.922.568,23</b>	<b>21,11</b>
INVESTIMENTOS	2.851.000,00	10.540.778,49	13.391.778,49	1.116.871,96	2.973.694,54	1.113.871,96	2.816.479,54	21,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	650.000,00	-200.000,00	450.000,00	9.296,27	106.088,69	9.296,27	106.088,69	23,58
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>11.217.374,42</b>	<b>35.217.374,42</b>	<b>4.420.938,32</b>	<b>15.650.709,82</b>	<b>4.504.324,32</b>	<b>15.317.817,28</b>	<b>43,50</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>11.217.374,42</b>	<b>35.217.374,42</b>	<b>4.420.938,32</b>	<b>15.650.709,82</b>	<b>4.504.324,32</b>	<b>15.317.817,28</b>	<b>43,50</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.457.795,94</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>11.217.374,42</b>	<b>35.217.374,42</b>	<b>4.420.938,32</b>	<b>15.650.709,82</b>	<b>4.504.324,32</b>	<b>17.775.613,22</b>	<b>50,47</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO , 26/09/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI      MÁRCIO LUIZ ABATTI      ALÉXSANDER DOS SANTOS      KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
ORDENADOR DA DESPESA      SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇ      CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6      CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/S UBFUNÇÃO

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.000.000,00	35.217.374,42	4.420.938,32	15.650.709,82	4.504.324,32	15.317.817,28	100,00	43,50	19.899.557,14
	Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	118.945,02	528.373,24	126.253,51	509.220,77	3,32	48,96
	Ação Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	118.945,02	528.373,24	126.253,51	509.220,77	3,32	48,96
	Administração	1.870.000,00	2.154.056,95	441.233,43	1.677.301,08	494.793,19	1.617.602,20	10,56	75,10
	Administração Geral	1.830.000,00	2.114.056,95	439.909,46	1.670.905,44	493.469,22	1.611.206,56	10,52	76,21
	Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	1.323,97	6.395,64	1.323,97	6.395,64	0,04	15,99
	Assistência Social	756.000,00	786.000,00	140.760,08	434.925,87	143.472,08	431.829,87	2,82	54,94
	Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	6.393,09	26.480,93	6.393,09	26.480,93	0,17	33,10
	Assistência Comunitária	676.000,00	706.000,00	134.366,99	408.444,94	137.078,99	405.348,94	2,65	57,41
	Previdência Social	10.000,00	10.000,00	84,00	3.902,20	84,00	3.902,20	0,03	39,02
	Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	84,00	3.902,20	84,00	3.902,20	0,03	39,02
	Saúde	4.052.000,00	4.433.028,19	820.601,40	2.834.699,83	829.613,76	2.813.441,43	18,37	63,47
	Atenção Básica	4.052.000,00	4.433.028,19	820.601,40	2.834.699,83	829.613,76	2.813.441,43	18,37	63,47
	Educação	7.600.000,00	10.177.856,84	1.358.419,28	4.784.013,75	1.362.435,28	4.616.441,75	30,14	45,36
	Alimentação e Nutrição	260.000,00	433.389,34	33.731,29	122.204,55	33.731,29	122.204,55	0,80	28,20
	Ensino Fundamental	6.880.000,00	8.825.751,04	1.158.291,47	4.141.807,04	1.159.507,47	3.979.835,04	25,98	45,09
	Educação Infantil	360.000,00	818.716,46	150.224,42	472.332,68	153.024,42	466.732,68	3,05	57,01
	Educação de Jovens e Adultos	100.000,00	100.000,00	16.172,10	47.669,48	16.172,10	47.669,48	0,31	47,67
	Cultura	396.000,00	497.554,95	52.905,07	104.310,01	52.905,07	104.310,01	0,68	20,96
	Difusão Cultural	396.000,00	497.554,95	52.905,07	104.310,01	52.905,07	104.310,01	0,68	20,96
Urbanismo	3.346.000,00	3.339.829,42	474.315,16	1.778.838,88	475.484,16	1.778.365,98	11,61	53,25	
Serviços Urbanos	3.346.000,00	3.339.829,42	474.315,16	1.778.838,88	475.484,16	1.778.365,98	11,61	53,25	
Saneamento	892.000,00	917.000,00	128.765,57	707.156,65	129.524,87	672.572,47	4,39	73,34	
Saneamento Básico Urbano	892.000,00	917.000,00	128.765,57	707.156,65	129.524,87	672.572,47	4,39	73,34	
Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	520.000,00	623.860,66	103.045,13	430.120,57	107.894,22	403.062,86	2,63	64,61	
Extensão Rural	520.000,00	623.860,66	103.045,13	430.120,57	107.894,22	403.062,86	2,63	64,61	
Indústria	68.000,00	153.000,00	37.350,00	57.577,00	37.350,00	57.577,00	0,38	37,63	
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	48.000,00	133.000,00	37.350,00	57.577,00	37.350,00	57.577,00	0,38	43,29	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	24.000.000,00	35.217.374,42	4.420.938,32	15.650.709,82	4.504.324,32	15.317.817,28	100,00	43,50
Comércio e Serviços	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.054.000,00	8.767.617,97	629.067,50	1.721.595,33	629.067,50	1.721.595,33	11,24	19,64
Serviços Urbanos	414.000,00	663.999,05	272.350,00	272.350,00	272.350,00	272.350,00	1,78	41,02
Transporte Rodoviário	640.000,00	8.103.618,92	356.717,50	1.449.245,33	356.717,50	1.449.245,33	9,46	17,88
Desporto e Lazer	320.000,00	941.569,44	58.816,97	195.414,64	58.816,97	195.414,64	1,28	20,75
Desporto Comunitário	320.000,00	941.569,44	58.816,97	195.414,64	58.816,97	195.414,64	1,28	20,75
Encargos Especiais	2.000.000,00	1.300.000,00	56.629,71	392.480,77	56.629,71	392.480,77	2,56	30,19
Outros Encargos Especiais	2.000.000,00	1.300.000,00	56.629,71	392.480,77	56.629,71	392.480,77	2,56	30,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (I + II)</b>	<b>24.000.000,00</b>	<b>35.217.374,42</b>	<b>4.420.938,32</b>	<b>15.650.709,82</b>	<b>4.504.324,32</b>	<b>15.317.817,28</b>	<b>100,00</b>	<b>43,50</b>
								<b>19.899.557,14</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO , 26/09/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇ

ALÉXSANDER DOS SANTOS

CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI

CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Aviso de Intenção de Realização de Procedimento de Registro de Preços

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção das atividades do Pronto Atendimento - PA e dos demais programas e serviços desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo esse o órgão gerenciador do processo licitatório. Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria Municipal de Saúde, através do telefone (49) 3521-1555 - ramal 236, situada à Avenida XV de Novembro, 223 - Centro - Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 26 de setembro de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

### EXTRATO PL 72/2014/PMJ - PP 52/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014/PMJ

Objeto: Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão para uso de espaço público para instalação de máquina de autoatendimento. Forma de Julgamento: Maior Oferta. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 17/10/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/10/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 26 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

IRIA FLÂMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretária

### Extrato PP 51/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para a confecção de camisetas destinadas a promoção e divulgação do Festival de Danças de Joaçaba/2014. Forma de Julgamento: Menor preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 10/10/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/10/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 26 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

**PLASS****Balancete Financeiro Agosto/2014****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	277.243,87	Despesa Orçamentária	279.384,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	124.557,62	Despesas exceto Intra-orçamentárias	274.043,32
RECEITA PATRIMONIAL	96.497,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.925,88
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA ORCAMEN	56.188,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	270.117,44
		Despesas Intra-orçamentárias	5.341,16
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.341,16
Receita Extra - Orçamentária	297.559,00	Despesa Extra - Orçamentária	282.156,95
DEPÓSITOS	18.174,46	DEPÓSITOS	16.799,04
CONSIGNAÇÕES	18.174,46	CONSIGNAÇÕES	16.799,04
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.881,47	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.867,24
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	15.292,99	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	13.931,80
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	279.384,54	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	265.357,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	279.384,54	OBRIGAÇÕES A PAGAR	265.357,91
FORNECEDORES	260.997,26	FORNECEDORES	246.970,63
PESSOAL A PAGAR	9.267,04	PESSOAL A PAGAR	9.267,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.850,32	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.850,32
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.269,92	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	6.269,92
Saldos anteriores	11.220.580,99	Saldos atuais	11.233.842,43
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.220.240,09	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.233.792,43
BANCO C/ MOVIMENTO	340,90	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.795.383,86	Total	11.795.383,86

Joacaba, 24/09/2014

\_\_\_\_\_  
JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

\_\_\_\_\_  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
ADONES MARCIANO  
Contador

**SIMAE - JOAÇABA****Pregão Presencial PP 0039/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0054/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2014

PROTOCOLO JHL 2553/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0039/2014 - Licitação 0054/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Material Elétrico e Mecânico para reposição de estoque do SIMAE.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 14/10/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 14/10/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 29/09/2014 a 14/10/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 29 de setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**RESUMO CONTRATO JHL 0073/2014 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO JHL Nº 0073/2014

TOMADA DE PREÇOS JHL Nº 0007/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2014

PROTOCOLO Nº 1716/2014

Data: 29/09/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA URBANIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE AGUA TRATADA DENOMINADOS RAP-001 RAP-004 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA.

Valor Global - Empreitada Integral: R\$ 88.642,24 (Oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

FUNÇÃO/ PROGRAMA: 14.01.1051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**PORTARIA JHL 177/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 177/2014 de 18/09/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, para atuar como Leiloeiro, nas Licitações, na modalidade de leilão, em atendimento ao artigo 53 da Lei 8.666/93.


Art. 2º No impedimento do Presidente, a função de leiloeiro será exercida pelo seu vice presidente.

Joaçaba-SC, 18 de setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO TP07/2014 SIMAE**

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b> CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 7/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: 38/2014 Processo de Licitação: 38/2014 Data do Processo: 24/06/2014

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 38/2014  
 b ) Licitação Nr.: 7/2014-TP  
 c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
 d ) Data Homologação: 29/09/2014  
 e ) Data da Adjudicação: 29/09/2014 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO DAS UNIDADES RAP 001, LOCALIZADO NO PATIO DA ETA E RAP 009, LOCALIZADO NA ESTAÇÃO LUZERNA, EM HERVAL D'OESTE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)					
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<b><u>EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA (7229)</u></b>					
1 URBANIZAÇÃO DO RAP 001, NO PÁTIO DA ETA DO SIMAE, EM JOAÇABA - Marca: OLIVEIRA	SV	1,00	0,0000	68.100,14	68.100,14
2 URBANIZAÇÃO DO RAP 009, ESTAÇÃO LUZERNA, EM HERVAL D'OESTE - Marca: OLIVEIRA	SV	1,00	0,0000	20.542,10	20.542,10
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>88.642,24</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>88.642,24</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 819.665,71

Joaçaba, 29 de Setembro de 2014.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**EMPENHOS REF ATAS REGISTRO PREÇO - SIMAE****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 21/08/2014

Nº do empenho : 1115/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.218.963,62
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	12,50
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.218.976,12
		Saldo ( A - B ) :	447.613,89

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
65	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES - (Cód. 02-02-0123)	SV	1,000	12,5000	12,50

Histórico:

SERVIÇOS DE BORRACHARIA REFERENTE CONCERTO DE PNEU DO VEICULO GOL PLACA MCR-4695 DE PRORPIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014

PROTOCOLO Nº 1236/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0660/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	12,50
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/08/2014

Nº do empenho : 1121/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.220.212,12
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.408,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.221.620,12
		Saldo ( A - B ) :	444.969,89

Credor: 7916 CESAR AUGUSTO SILOCHI

Endereço: RUA BALDUINO MATEVI 110

C.N.P.J.: 85-402-493/0001-49

Banco:

Cidade: HERVAL DO OESTE

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Fone: 04935540251

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEÍCULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEÍCULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0008) Marca: CESAR	HR	44,000	32,0000	1.408,00

## Histórico:

SERVIÇOS FUNILARIA, CHAPEAÇÃO E PINTURA DO VEICULO FIAT DUCATO MDS-4409 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0666/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	1.408,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.408,00 (um mil quatrocentos e oito reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC. 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 21/06/1993

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/08/2014

Nº do empenho : 1127/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.222.396,77
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	194,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.222.590,77
		Saldo ( A - B ) :	443.999,24

Credor: 7838 DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME

Endereço: RUA AVELINO VOLPATO, 365 SALA 02

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 09-261-131/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35210093

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0013) Marca: DALMASS	HR	2,000	97,0000	194,00

## Histórico:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 L DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0672/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	194,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 194,00 (cento e noventa e quatro reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/08/2014

Nº do empenho : 1128/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	302.332,75
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	659,67
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	500.000,00	Total ( B ) :	302.992,42
		Saldo ( A - B ) :	197.007,58

Credor: 7838 DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME

Endereço: RUA AVELINO VOLPATO, 365 SALA 02

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 09-261-131/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35210093

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
33	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0013) Marca: DALMASS	HR	1,500	97,0000	145,50
35	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0015) Marca: DALMASS	HR	5,910	87,0000	514,17

Histórico:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NA RETROESCAVADEIRA RANDON PLACA MHY-7333 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOACABA  
CNPJ 84.591.890/0001-43  
I.ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOACABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013  
PROTOCOLO Nº 3250/2013  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0673/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	659,67
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 659,67 (seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 26/08/2014

Nº do empenho : 1132/14

Estimativa

Processo : 0090/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.226.912,74
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.514,20
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.229.426,94
		Saldo ( A - B ) :	437.163,07

Credor: 8106 SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Endereço: RDV BR-153 KM 55 - TRECHO IRANI, S/N

Cidade: Vargem Bonita

UF: SC

C.N.P.J.: 14-779-384/0002-88

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4934915721

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ) - (Cód. 80-01-3099) Marca: SETEP	TN	9,670	260,0000	2.514,20

## Histórico:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ASFALTO E CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS, NOS LOCAIS ONDE É EFETUADO SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO PELO SIMAE. (Licitação Nº : 5/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0090/2014  
 PROTOCOLO Nº 0557/2014  
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0677/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	2.514,20
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.514,20 (dois mil quinhentos e quatorze reais e vinte centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 7/2014

Data : 14/02/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 27/08/2014

Nº do empenho : 1182/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE  
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	856.538,23
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	103,38
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	960.000,00	Total ( B ) :	856.641,61
		Saldo ( A - B ) :	103.358,39

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
46	PNEU 90/90-18 57P. TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. - (Cód. 02-02-0103) Marca: LEVORIN DAKAR	PÇ	1,000	85,9790	85,98
47	CÂMARA PARA PNEU 90/90-18 57P. TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. - (Cód. 02-02-0104) Marca: LEVORIN MSA18	PÇ	1,000	17,3958	17,40

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MOTO CG 125 PLACA MAY-8221 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtp@simae.sc.gov.br](mailto:smtp@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0217/2014

PROTOCÓLO Nº 1236/2014

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0693/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	103,38
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 103,38 (cento e três reais e trinta e oito centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 29/08/2014

Nº do empenho : 1199/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.237.337,83
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	550,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.237.887,83
		Saldo ( A - B ) :	428.702,18

Credor: 7833 LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME

Endereço: RUA PREF NORMELIO ZILIO, 75 SALA 02

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

C.N.P.J.: 10-527-352/0001-53

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35224900

Conta Corrente:

Fax: 35220051

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0014) Marca: LOCOMAQ	HR	5,000	110,0000	550,00

## Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 L TÉCNICA ÁGUA DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CASE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Compra Direta Nº 393/2014)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtip@simae.sc.gov.br](mailto:smtip@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDITO - VENCIMENTO 30/09/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0709/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	550,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/09/2014

Nº do empenho : 1212/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.241.694,03
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	228,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.241.922,03
		Saldo ( A - B ) :	424.667,98

Credor: 6905 MECANICA SPIER LTDA - ME

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT:	HR	10,000	16,0000	160,00
	LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT				
	PLACA MARCA/MODELO SIMAE				
	MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA				
	TÉCNICA ÁGUA				
	INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA				
	ÁGUA				
	MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011				
	GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO				
	MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA				
	TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0025) Marca: SPIER				

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 02/09/2014

Nº do empenho : 1212/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.241.694,03
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	228,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.241.922,03
		Saldo ( A - B ) :	424.667,98

Credor: 6905 MECANICA SPIER LTDA - ME

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0026) Marca: SPIER	HR	4,000	17,0000	68,00

## Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DOBLO PLACA MCI-9064 E FIAT STRADA PLACA MBH-0317. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SAIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I.ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO (30/09/2014)

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0713/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	228,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 04/09/2014

Nº do empenho : 1220/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.242.272,42
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	660,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.242.932,42
		Saldo ( A - B ) :	423.657,59

Credor: 7833 LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME

Endereço: RUA PREF NORMELIO ZILIO, 75 SALA 02

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

C.N.P.J.: 10-527-352/0001-53

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35224900

Conta Corrente:

Fax: 35220051

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MAQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TECNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0014) Marca: LOCOMAQ	HR	6,000	110,0000	660,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 L TÉCNICA ÁGUA DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CASE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Compra Direta Nº 393/2014)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtip@simae.sc.gov.br](mailto:smtip@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDITO - VENCIMENTO 30/09/2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0720/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	660,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 05/09/2014

Nº do empenho : 1229/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.246.670,04
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	10,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.246.680,04
		Saldo ( A - B ) :	419.909,97

Credor: 6087 BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Endereço: AV. SANTA TEREZINHA, 774

C.N.P.J.: 85-227-718/0001-78

Banco:

Cidade: JOACABA

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252394070

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04935224076

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8 - MOTOS	HR	0,476	21,0000	10,00
	LOTE 8: MOTOS				
	PLACA MARCA/MODELO SIMAE				
	MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA				
	MAY-8121 HONDA XR 200R ANO 2000 TECNICA AGUA				
	MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TECNICA AGUA				
	MDV-5038 HONDA NXR 150 BROS ESD ANO 2005 TECNICA AGUA				
	MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TECNICA AGUA				
	MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TECNICA AGUA				
	MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TECNICA AGUA				
	MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TECNICA AGUA				
	MKR-0103 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TECNICA AGUA				
	- (Cód. 02-11-0017) Marca: BRANDÃO				

## Histórico:

SERVIÇOS DE TROCA DE OLEO PARA A MOTO PLACA MAY-8221 DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº: 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0598/2013

PROTOCOLO Nº 3250/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0724/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	10,00
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 10,00 (dez reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 16/09/2014

Nº do empenho : 1270/14

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE  
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	870.151,40
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	21,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	960.000,00	Total ( B ) :	870.172,40
		Saldo ( A - B ) :	89.827,60

Credor: 6111 JOACABA PNEUS LTDA

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Fone: 4935220660

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
43	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133. - (Cód. 02-02-0099) Marca: LEVORIN MSC17	PÇ	1,000	21,0000	21,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE CAMARA PARA MOTO NXR150 BROS ESD PLACA MKR-0093 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtip@simae.sc.gov.br](mailto:smtip@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0764/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	21,00
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 21,00 (vinte e um reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

## Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 16/09/2014

Nº do empenho : 1271/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.282.119,95
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	88,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.282.207,95
		Saldo ( A - B ) :	384.382,06

Credor: 7825 GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP

Endereço: RUA PLINIO ARLINDO DE NES, 1428-E

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 03-629-927/0002-64

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933243907

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
41	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9 - EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEÍCULOS LOTE 9: EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEÍCULOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO VW 12.140 PLACA LXU-6273 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0021) Marca: GUINDASUL	HR	1,000	88,0000	88,00

## Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO GUINDASTE INSTALADO NO CAMINHÃO IVECO PLACA MKJ-1354 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtp@simae.sc.gov.br](mailto:smtp@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0765/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	88,00
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 18/09/2014

Nº do empenho : 1272/14

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.282.207,95
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	542,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.282.749,95
		Saldo ( A - B ) :	383.840,06

Credor: 6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM - (Cód. 02-09-0001) Marca: BRANCA	LT	200,000	2,7100	542,00

Histórico:

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

EXERCICIO 2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0767/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	542,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 18/09/2014

Nº do empenho : 1273/14

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.282.749,95
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	980,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.283.729,95
		Saldo ( A - B ) :	382.860,06

Credor: 8191 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA

Endereço: ARMINDO HEBERLE, 113

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 06-123-549/0001-50

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 49 35225105

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - (Cód. 02-09-0004) Marca: LATINA	LT	400,000	2,4500	980,00

Histórico:

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

EXERCÍCIO 2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0768/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	980,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 18/09/2014

Nº do empenho : 1274/14

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 1.051 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA URB  
 Elemento: 4.4.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000015

Dotação Inicial:	1.638.000,00	Empenhos anteriores :	995.725,74
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	984,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	1.638.000,00	Total ( B ) :	996.709,74
		Saldo ( A - B ) :	641.290,26

Credor: 6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	400,000	2,4600	984,00

Histórico:

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

EXERCÍCIO 2014

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0766/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	984,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 984,00 (novecentos e oitenta e quatro reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/016

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 18/09/2014

Nº do empenho : 1285/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.298.035,55
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	144,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.298.179,55
		Saldo ( A - B ) :	368.410,46

Credor: 6905 MECANICA SPIER LTDA - ME

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 49 35223360

Fax: 49 52233360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 1 - VEÍCULOS LEVES MARCA VOLKSWAGEN: LOTE 1: VEÍCULOS LEVES VOLKSWAGEN: PLACA MARCA/MODELO SIMAE LYF-2528 VOLKS PARATI CLI 02 PORTAS ANO 1996 GASOLINA TECNICA AGUA MAL-3704 VOLKS SAVEIRO CL 1.6 MI ANO 1999 GASOLINA TECNICA AGUA MCR-4695 VOLKS GOL 1.6 POWER 04 PORTAS ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TECNICA AGUA MCR-7035 VOLKS SAVEIRO 1.6 ANO 2005 GASOLINA/ALCOOL TECNICA AGUA - (Cód. 02-11-0001) Marca: SPIER	HR	9,000	16,0000	144,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA VEÍCULO PARATI PLACA LYF-2528 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtip@simae.sc.gov.br](mailto:smtip@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43  
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0779/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	144,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 22/09/2014

Nº do empenho : 1290/14

Global

Processo : 0012/2014

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO  
 Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 - Material Químico  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	337.674,53
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	11.000,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	500.000,00	Total ( B ) :	348.674,53
		Saldo ( A - B ) :	151.325,47

Credor: 8132 AGROSIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LT

Endereço: ALTINO FERREIRA DE LIMA, 2189

Cidade: São Mateus do Sul

UF: PR

C.N.P.J.: 00-673-316/0001-44

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4130148918

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRODUTO BIOLÓGICO LÍQUIDO PARA TRATAMENTO DE EFLUENTES DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO A BASE DE MICROORGANISMOS PARA AUMENTO DA DEGRADAÇÃO DE MATÉRIA ORGÂNICA PROMOVENDO A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE DBO, DQO, ÓLEOS E GRAXAS E SÓLIDO TOTAIS ELEVANDO ASSIM A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE TRATAMENTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: -REGISTRO NO IBAMA (A COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ATO DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA); -LAUDO DE LABORATÓRIO EXTERNO COMPROVANDO CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE MICROORGANISMOS DE 1X10 NA 6ª POTÊNCIA UFC POR GRAMA DE PRODUTO (O LAUDO DEVERÁ SER APRESENTADO NO ATO DA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA). - (Cód. 25-01-2073) Marca: BIO LIQ WT	LT	400,000	27,5000	11.000,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ELEVAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE PROPRIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 8/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
CNPJ 84.591.890/0001-43  
I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0065/2014  
PROTOCOLO Nº 0384/2014  
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0784/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	11.000,00
--	-------------------	-----------

Fica empenhada a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02.DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 12/2014

Data : 05/12/2006

Data : 18/03/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
Contadora CRC SC 029205/O-3ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente

Pagina:

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 22/09/2014

Nº do empenho : 1291/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.300.368,41
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.310,07
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.301.678,48
		Saldo ( A - B ) :	364.911,53

Credor: 7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Banco:

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Fone: 04935223542

Conta Corrente:

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEICULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEÍCULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 - DIESEL TÉCNICA AGUA - (Cód. 02-11-0005) Marca: ROGECAR	HR	9,000	60,0000	540,00
14	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEÍCULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEÍCULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0006) Marca: ROGECAR	HR	10,715	70,0000	750,05

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 22/09/2014

Nº do empenho : 1291/14

Estimativa

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.300.368,41
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.310,07
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.301.678,48
		Saldo ( A - B ) :	364.911,53

Credor: 7324 AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME

Endereço: RUA HAMILTON ROSSIN 504

C.N.P.J.: 02-558-556/0001-23

Banco:

Cidade: JOAÇABA

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 04935223542

Fax: 3554-5454

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4 - VEÍCULOS MÉDIOS: LOTE 4: VEÍCULOS MÉDIOS PLACA MARCA/MODELO SIMAE LZW-4084 FORD RANGER 12D - ANO 1998 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1206 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA AGUA MBC-1236 TOYOTA BAND BJ55LP 2BL4 - ANO 2000 DIESEL TECNICA ESGOTO MDS-4409 FIAT DUCATO CARGO - ANO 2004 DIESEL TECNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0007) Marca: ROGECAR	HR	0,286	70,0000	20,02

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PARA VECULOS DUCATO, IVECO, FORD CARGO PLACAS: MDS-4409, MKJ-1354 e MEB-6131 DE PRORPIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [smtp@simae.sc.gov.br](mailto:smtp@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0785/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	1.310,07
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.310,07 (um mil trezentos e dez reais e sete centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN

Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 23/09/2014

Nº do empenho : 1301/14

Estimativa

Processo : 0065/2013

Órgão: 14 - Órgão 14  
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE  
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL  
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO  
 Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00.01.0200 - Material Químico  
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos  
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.304.164,93
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	12.700,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total ( A ) :	2.666.590,01	Total ( B ) :	2.316.864,93
		Saldo ( A - B ) :	349.725,08

Credor: 7146 HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA

Endereço: RUA CYRO CORREIA PEREIRA, 2977

C.N.P.J.: 46-481-156/0004-85

Banco:

Cidade: Curitiba

UF: PR

Inscr.Est./Ident.Prof.: 9024906040

Agência:

Fone: 41 33482971

Conta Corrente:

Fax: 41 33613502

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50 e/ou 68kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Cl <sub>2</sub> Concentração de Cl <sub>2</sub> : mínimo de 99,5% Ferro Total: < 15 ppm Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm Umidade: < 50 ppm de H <sub>2</sub> O (Cód. 25-02-0001) Marca: HIDROMAR	kg	2.000,000	6,3500	12.700,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA A SER EFETUADO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº: 47/2013-PR)

SAIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br)

LOCAL DE ENTREGA: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SIMAE  
 AV. CAETANO NATAL BRANCO, Nº 1849  
 JOAÇABA - SC

FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA  
 CNPJ 84.591.890/0001-43

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME SOLICITADO PELO SIMAE JOAÇABA

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

SOLICITAÇÃO Nº 0605/2013  
 PROTOCOLO Nº 3286/2013  
 AUTORIZAÇÃO Nº 0792/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	12.700,00
--	-------------------	-----------

Fica empenhada a importância de R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 65/2013

Data : 05/12/2006

Data : 18/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço

Credor

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
 Contadora CRC SC 029205/O-3

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
 Diretora Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolucao 026/14 - Exoneração Advogada**

RESOLUÇÃO Nº 026/2014 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
"EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos XVII e XXXIV do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a Senhora FRANCIELE FATTORI, do cargo de ADVOGADA, pedido protocolizado sob o nº 709, em 23 de setembro de 2014, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011 e alterações.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Lei Complementar nº 209 de 24 de outubro de 2011.

Art. 3º - Esta Portaria entrará vigor na data da sua assinatura.

Joaçaba, 24 de setembro de 2014.  
FRANCISCO MOREIRA LOPES  
Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Lages****PREFEITURA****Extrato Contrato 53/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 053/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: GVC ELETRICIDADE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.957.686/0001-15, com sede à Rua Bernardo Gonçalves Kuster, 1000 - CEP 88.525-748 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Elevatória de Esgoto, das ruas João Galberto e, rua Evonir Pereira Neves- Centro de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 7.030,00 (dezessete mil e trezentos reais).

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 52/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 052/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SULZER PUMPS WASTERWATER BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 77.153.260/0001-21, com sede à Rua Hasdrubal Bellegard, 701 - Cidade Industrial CEP 81.460-120 - Curitiba/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Elevatória de Esgoto, das ruas João Galberto e, rua Evonir Pereira Neves- Centro de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais)

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 51/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 051/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: LUCAS CALIXTO BOLETINI DE SOUZA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 16.526.570/0001-50, com sede à Rua Francisco Teodoro 1053 - Vila Industrial - CEP 13.035-430 - Campinas/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 879,99 (oitocentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 50/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 050/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: STARTURBO COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 17.191.995/0001-18, com sede à Rua XV de Novembro 780 - Sítio São José, CEP 13.380-000 - Mombuca/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.708,98 (dez mil, setecentos e oito reais e noventa e oito centavos)

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 49/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 049/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDROIRON COMERCIO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.921.567/0001-42, com sede à Rodovia MG 260 Km 35,7 Margem Direita Sobrado CEP 35530-000 - Claudio/MG

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 103.999,68 (cento e três e mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 48/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 048/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MARKA FORNECEDORA DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 71.089.320/0001-08, com sede à Avenida Erico Verissimo, 1970 - Bairro Santa Mônica, CEP 31.520-000 - Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 97.879,95 (noventa e sete mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 47/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 047/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: TREBIAN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.398.305/0001-54, com sede à Rua Reverendo Paulo Licio Rizzo, 336 - Sala 04 - Vila Alves Dias - CEP 09850-430 - São Bernardo do Campo/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.705,61 (cinco mil, setecentos e cinco reais e sessenta e um centavos),

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 46/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 046/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 11.274.331/0001-36, com sede à Rua Rua Abelardo Manoel Peixer 48 - SL B - Barreiros - CEP 88110-055 - São José/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 5.979,99 (cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 45/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 045/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: TIGRE S.A TUBOS E CONEXÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.684.455/0001-63, com sede à Rua Xanvantes 54 - Bairro Atiradores CEP: 89.203-900 - Joinville/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 161.222,41 (cento e sessenta e um mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos).

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 44/2014 - SEMASA**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 044/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 67.731.091/0001-06, com sede a Estrada Fazenda Cachoeira 571 - Cabreúva/SP, CEP 13.318-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto da Parte Central do Município de Lages, conforme especificações e quantitativos, constantes no Anexo II, parte integrante do Edital. - SEMASA - Secretaria Municipal de Águas e Saneamentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 193.001,41 (cento e noventa e três mil, um real e quarenta e um centavos),

Lages, 26 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 277/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 277/2014 -PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO IND. E COM. LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 77.046.464/0001-63, sediada a Rodovia da Uva, 2990 - Jardim Esplanada - Colombo/PR, CEP: 83.402-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Sinalização Horizontal, com fornecimento de material, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 439.998,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais)

Lages, 25 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO 278/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 278/2014 -PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CHV SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 10.720.438/0001-06, sediada a Vila Volta Grande, s/n, Município Alta Bela Vista/SC, CEP 89.730-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Localidade de Coxilha Rica - Morrinhos e São Jorge, com fornecimento de material, em conformidade com Anexo II - Termo de Referência, o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orcamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 504.700,00 (quinhentos e quatro mil e setecentos reais)

Lages, 25 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 325/2013 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 325/2013 -2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BERPLAN TERRAPLENAGENS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.694.518/0001-11, estabelecida à Av. Castelo Branco, nº 09, em Coronel Freitas/SC - CEP: 89.840-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais na Comunidade de Ponte do Rio Pelotinhas (Morrinhos) e Localidade de São Jorge, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado em 50 (cinquenta) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 28 de Agosto de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 345/2013 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 345/2013 -3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP:88.501.900.

CONTRATADA: JOICE CRISTHIAN DE LIZ - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.104.638/0001-14, com sede na Rua São Felipe nº 200 - Ponte Alta/SC - CEP:88.550-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais nas Comunidades de Santa Catarina/Rancho das Tábuas, Índios, Potreiros, Entrada do Campo e Lambedor, nesta cidade, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução fica prorrogado em 140 (cento e quarenta) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 14 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014 FME**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2014, através da Fundação Municipal de Esportes, com a empresa ASSOCIAÇÃO SERRANA DE ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS - ASAE, inscrita no CNPJ sob n.º 02.303.026/0001-34, com sede a Praça Dr. Herasmo Furtado, snº - anexo Ginásio Ivo Silveira, CEP: 88523-000 - Lages/SC, para prestação de serviços de arbitragem do JOCOL modalidade Futebol de Salão, pelo valor de R\$ 13.760,00 (treze mil setecentos e sessenta reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à

autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de Julho de 2014.  
Armando Correia de Mello Jr.  
Superintendente da Fundação Municipal de Esporte

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Armando Correia de Mello Jr, Superintendente da Fundação Municipal de Esporte, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 01 de Julho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

#### Dispensa de Licitação 08/2014 FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2014  
MODALIDADE DISPENSA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 08/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para Prestação de Serviços de Indumentárias para Rainhas e Princesas da 26ª Festa Nacional do Pinhão sendo:

OBJETO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
Vestidos Oficiais	03	UN	2650,00	7950,00
Conjunto de Acessórios Exclusivos				
Trajes Vestido Oficial	03	UN	135,00	405,00
Trajes Passeio: Calças de Couro e Veludo, Composé, Blusa de Guipir.	1	UN	2535,00	2535,00
Conjunto Acessórios Exclusivos				
Trajes Passeio.	5	UN	90,00	450,00
Trajes Passeio: Vestidos Curtos, e Capas de Pele Curta.	1	UN	1830,00	1830,00
Coroas, faixas e Customização	1	UN	4.200,00	4200,00
Conjunto Acessórios Exclusivos				
Trajes Passeio 2.	1	UN	405,00	405,00
VALOR TOTAL R\$			17.775,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de Junho de 2014.  
Mauricio Neves de Jesus  
Fundação Cultural de Lages

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez

que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 06 de Junho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

#### Dispensa de Licitação 09/2014 FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2014  
MODALIDADE DISPENSA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 09/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, com a empresa GUILHERME ARANTES EVENTOS sito a Rua: Coronel Vicente Gamborgi, 92, Centro, Lages S/C, CEP: 88501-125 para Hospedagem dos músicos nos dias 16, 17,18 de junho de 2014 durante a 22ª Sapecada da Canção Nativa para a 26ª Festa Nacional do Pinhão sendo:

OBJETO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO R\$
Diárias de Hospedagem por músicos.	240	UN	44,00	10.560,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$			10.560,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Junho de 2014.  
Mauricio Neves de Jesus  
Fundação Cultural de Lages

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 13 de Junho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

#### Dispensa de Licitação 10/2014 FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2014  
MODALIDADE DISPENSA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 10/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, com a empresa INSTITUTO JOVEM BALLET DE SANTA CATARINA, CNPJ 10.605.010/0001-04 sito a Rua: Capitão Pedro Bruno de Lima, 177 B, Trindade - CEP: 88036-230, Florianópolis/SC. MARCELO MENEGOTTO, CPF: 771.928.779-72 sito a Rua: James Robert Amos, 158 - Centro - CEP: 88502-320 - Lages/SC. MARZIO DUARTE LENZI, CPF: 018.098.189-74 sito a Fernando Athayde, 80 - Sagrado Coração de Jesus - CEP: 88508-120 - Lages/SC. Para Festival Pinhão Blues durante a 26ª Festa Nacional do Pinhão sendo:

OBJETO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO R\$
INSTITUTO JOVEM BALLET	01	UN	28.000,00	28.000,00
MARCELO MENEGOTTO	01	UN	2.000,00	2.000,00
MARZIO DUARTE LENZI	01	UN	3.500,00	3.500,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$			33.500,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de Junho de 2014.  
Mauricio Neves de Jesus  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE DISPENSA**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 05 de Junho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 11/2014 FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2014  
MODALIDADE DISPENSA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 11/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, com a Comissão Curadora: Afonso Nilson Barbosa de Souza, CPF 020.513.179-41, Rua: Felipe Schmidt, 735 - Apto 701, Centro, CEP 88.010-002, Florianópolis/SC, Robson Luis Andrade, CPF 035.252.849-42, Rua: Graça Aranha, 932, Bairro: Caravaggio, CEP 88.509-440, Lages/SC, Romualdo Luciano Sedrez, CPF 630.827.489-53, Rua: João Pessoa, 2615 - Apto 703, Bairro da Velha, CEP 89.036-005, Blumenau /SC. Para o 35º FESTIVAL DE TEATRO DE LAGES sendo:

OBJETO	QTD	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR TOTAL MÁXIMO R\$
Afonso Nilson Barbosa de Souza	01	Seleção	1.500,00	1.500,00
Robson Luis Andrade	01	Seleção e Debate	3.000,00	3.000,00
Romualdo Luciano Sedrez	01	Seleção e Debate	3.500,00	3.500,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$			8.000,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de Setembro de 2014.  
Mauricio Neves de Jesus  
Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE DISPENSA**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 02 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 12/2014 FCL**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2014  
MODALIDADE DISPENSA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 12/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para o FETEL (35º Festival de Teatro) Espetáculo de Abertura, Espetáculo de Amostra Adulta, Espetáculo de Amostra para Crianças, Espetáculo de Amostra de Rua, sendo:

GRUPO	RAZÃO SOCIAL	CNPJ/CPF	ENDEREÇO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$
Cia Opereta Biônica	Messe Produções Culturais Ltda ME	00777418/0001-00	Avenida Sete de Setembro, nº 2275, Loja 2004, Bairro Rebouças, Curitiba/PR - CEP 88230-010	15.000,00
Colher de Pau Cia de Teatro/SCAR	Maykon Paulo Junckes Raizer da Cruz	18104886/0001-89	Jorge Czerniewicz, nº 160, sala 112, Jaraguá do sul/SC - CEP 89255-000	6.000,00
Súbita Companhia de Teatro	Súbita Produções Artísticas Ltda	10209507/0001-03	Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 655/1802, Curitiba/PR - CEP 804430-180	6.000,00
Cia de Teatro do Outro Mundo	Edson Marcondes Carvalho	CPF: 733204809-44	José Maria Antunes Ramos	6.000,00
Trip Teatro de Animação	Willian Walter Sieverdt ME	73298259/0001-34	André Largura, nº 899, Rio do Sul/SC - CEP 89160-400	6.000,00
Grupo de Teatro Menestrel Faze-dô	Grupo de Teatro Menestrel Faze-dô	01810319/0001-45	Joinville, nº 312, Petrópolis, Lages/SC - CEP 88505-210	6.000,00
Cia de Teatro Lumbra	Clube da Sombra Criações e Produções Artísticas Ltda	08490156/0001-00	São Manoel, nº 1632/202, Porto Alegre/RS - CEP 90620-110	6.000,00

Téspis Cia de Teatro e Artes	Téspis Cia de Teatro, Música e Artes	00758586/0001-58	Ernesto Kobarg, nº 45, São João, Itajaí/SC - CEP 88304-460	6.000,00
Companhia Mútua Teatro e Animação	Companhia Mútua Teatro e Animação	04988821/0001-39	Pedro Antônio Fayal, nº 392, Itajaí/SC - CEP 88305-010	6.000,00
Grupo de Teatro Cirquinho do Revi-rado	Empresa Artístico Cultural Marques Joaquim Ltda ME	02032963/0001-00	Maria Quitéria, nº 35, Criciúma/SC - CEP 88815-610	6.000,00
Povo da Rua - Teatro de Rua	Marcos Leandro Castilho	04518117/0001-12	Cel. Fernando Machado, nº 464, Porto Alegre/RS - CEP 90010-320	6.000,00
Usina de Idéias	Alisson Francisco Araujo dos Santos	20969539/0001-60	Floriano Muller, nº 407, Lages/SC - CEP 88519-110	6.000,00
Grupo Trilho de Teatro Popular	Trilho Produções Culturais Ltda	14930772/0001-37	Pastor Ernesto Schlieper, nº 105/203, São Sebastião, Porto Alegre/RS - CEP 91060-550	6.000,00
Núcleo Ás de Paus	Núcleo Ás de Paus Produções Teatrais Ltda	12651039/0001-58	Pará, nº 1031, apto 13, Londrina/PR - CEP 86010-450	6.000,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$			93.000,00	

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 08 de Setembro de 2014.  
Mauricio Neves de Jesus  
Fundação Cultural de Lages

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 08 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

#### Dispensa de Licitação 46/2014 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 46/2014 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 46/2014, através da Prefeitura Municipal de Lages, com a empresa NETFICADOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.971.376/0001-02, com endereço a Rua: Brasília, 404 - São Cristóvão, 404 - São Cristóvão, Lages/SC, para Restauração de Fibra Óptica Balcão Cidadão, Agricultura e Pesca, Execução Fiscal e CEASM devido a colisão com o poste de sustentação da fibra provocando a interrupção imediata do serviço de conexão com o Data Center, pelo valor de R\$ 6.521,64 (seis mil e quinhentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de Julho de 2014.  
MATEUS LUNARDI  
Secretário Municipal da Fazenda

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 30 de Julho de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

#### Dispensa de Licitação 47/2014 PML PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 47/2014 ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 47/2014, através do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com a empresa EDITORA AMIGO DA NATUREZA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.096.738/0001-55, com endereço a Rua: 7 De Setembro, 877; 1º andar- sala 101 - Centro, CEP: 85.960-000 - Marechal Candido Rondon/PR, para Aquisição de Materiais Informativos para utilização em Oficinas com as famílias, realizado pelo PAIF e pelos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV pelo valor de R\$ 9.222,40 (nove mil e duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de Agosto de 2014.  
José Amarildo Farias  
Secretário Municipal de Assistência Social

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias, Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
Publique-se.

Lages, 06 de Agosto de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 48/2014 PML**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 48/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 48/2014, através da Secretaria Municipal de Educação, com a empresa ACRO - Associação das Comunidades Rurais Organizadas, inscrito no CNPJ sob n.º 78.477.767/0001-01, com sede a Avenida João Goulart, 1020 - Bairro Pisani, CEP 88.521-752, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação dos Alunos da Rede Municipal, pelo valor de R\$ 91.626,74 (noventa e um mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), sendo:

OBJETO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Alface Crespa ou Lisa	12261	Pés	R\$ 1,56	R\$ 19.127,16
Bolacha Caseira	750	Kg	R\$ 10,03	R\$ 7.522,50
Brócolis Ramoso	5.062	Maço	R\$ 1,53	R\$ 7.744,86
Couve Mantega	11.689	Maço	R\$ 1,56	R\$ 18.234,84
Espinafre	3.374	Maço	R\$ 1,35	R\$ 4.554,90
Repolho	7.320	Kg	R\$ 1,70	R\$ 12.444,00
Tempero Verde	13.496	Maço	R\$ 1,63	R\$ 21.998,48
VALOR TOTAL R\$				91.626,74

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 26 de Agosto de 2014.  
 Marimília Casa Costa Coelho  
 Secretária Municipal de Educação

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimília Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.  
 Publique-se.

Lages, 26 de Agosto de 2014.  
 Elizeu Mattos  
 Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 49/2014 PML**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 49/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 49/2014, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com a empresa SOMA - PROJETOS E MONTAGEM, inscrito no CNPJ sob n.º 18.135.450/0001-57, com sede a Rua: Plácido Damiani nº 1200 - Bairro: Frei Rogério, CEP 88.508-070, na cidade de Lages/SC, para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços por Hora Cheia Trabalhadora, de Miniescavadeira com motorista e ou operador, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, pelo valor de R\$ 33.014,40 (trinta e três mil, quatorze reais e quarenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de Abril de 2014.  
 Mushue Dayan Hampel Vieira  
 Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 01 de Abril de 2014.  
 Elizeu Mattos  
 Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 50/2014 PML**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 50/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 50/2014, através da Secretaria Municipal de Administração, para Contratar o Leiloeiro Público Oficial GIOVANO ÁVILA ALVES, Matriculado na JUCESC sob número AARC/237 inscrito no CPF sob n.º 888.595.849-49, com endereço a Rua: Geral, S/Nº - Centro, CEP 88.015-410, na cidade de Florianópolis/SC, para realizar Leilão Público de bens móveis inservíveis para a Administração Municipal, dentre eles veículos, equipamentos e mobiliários.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 25 de Agosto de 2014.  
 Pedro Marcos Ortiz  
 Secretário Municipal de Administração

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 25 de Agosto de 2014.  
 Elizeu Mattos  
 Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 51/2014 PML**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 51/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 51/2014, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa VIVER ARTIGOS PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA, inscrito no CNPJ sob n.º 13.677.363/0001-08, com sede a Rua: Humberto de Campos nº 702 - Bairro: Sagrado Coração de Jesus, CEP 88.508-190, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Materiais de Consumo para o Programa Vida Ativa, pelo valor de R\$ 4.203,20 (quatro mil duzentos e três reais e vinte centavos), sendo:

OBJETO	QUANT.	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR UNITÁRIO MÍNIMO R\$
Jaqueta Personalizada Feminina	03	Un	189,50	568,50
Jaqueta Personalizada Masculina	02	Un	142,35	284,70
Camiseta Manga Curta Personalizada	200	Un	14,90	2.980,00
Programa de Bordados Costas	01	Un	70,00	70,00
Tela para Serigrafia	02	Un	150,00	300,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$				4.203,20

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
 José Amarildo Farias  
 Secretário Municipal de Assistência Social

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias, Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
 Elizeu Mattos  
 Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 52/2014 PML**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 52/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 52/2014, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa FARMÁCIA SÃO VICENTE LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.163.416/0001-70, com sede a Rua: Rui Barbosa nº 306 - Bairro: Centro, CEP 88.501-170, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Materiais de Consumo para o Programa Vida Ativa, pelo valor de R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais), sendo:

OBJETO	QUANT.	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR UNITÁRIO MÍNIMO R\$
Tubo de Látex (garrote)	300	Mts	2,66	798,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$				798,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
 José Amarildo Farias  
 Secretário Municipal de Assistência Social

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias, Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
 Elizeu Mattos  
 Prefeito do Município de Lages

**Dispensa de Licitação 53/2014 PML**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2014**  
**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 53/2014, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa COMÉRCIO DE APARELHOS MUSICAIS MIL SONS, inscrito no CNPJ sob n.º 87.270.690/0006-91, com sede a Rua: Coronel Córdova nº 59 - Bairro: Centro, CEP 88.502-000, na cidade de Lages/SC, para Aquisição de Materiais de Consumo para o Programa Vida Ativa, pelo valor de R\$ 1.408,00 (um mil, quatrocentos e oito reais), sendo:

OBJETO	QUANT.	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR UNITÁRIO MÍNIMO R\$
Caixa de Som com 260, entradas microfone, 1 entrada auxiliar, DVD, PC, SD e USB, 401 WRMS2		UN	335,00	670,00
Microfone sem fio Kar-sect Kru 200 de cabeça UHF.	2	UN	369,00	738,00
VALOR MÁXIMO TOTAL R\$				1.408,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
 José Amarildo Farias  
 Secretário Municipal de Assistência Social

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias, Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### Dispensa de Licitação 01/2014 SEMASA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2014

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2014, através da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), com a empresa CONTROLLE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 07.688.587/0001-12, com sede a Rua: Mauro Nerbass nº 72 - Bairro: Bates, CEP 88.524-420, na cidade de Lages/SC, para Contratação de Empresa Especializada para o Desenvolvimento, Implantação, Integração, Locação e Manutenção do Sistema Integrado de Automação, Telemetria e Simulação Hidráulica Computacional de Unidade Operacionais, pelo valor de R\$ 32.048,84 (trinta e dois mil, quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) mensais, pelo período de seis meses num total de R\$ 192.293,04 (cento e noventa e dois mil, duzentos e noventa e três reais e quatro centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de Setembro de 2014.  
Vilson Rodrigues da Silva  
Secretário Municipal de Águas e Saneamento

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Vilson Rodrigues da Silva, Secretário Municipal de Águas e Saneamento, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 22 de Setembro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Processo Seletivo Nº 004/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, torna público que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, para provimento de vagas, a serem admitidos pelo regime da CLT, de acordo com a Lei nº 1503/2008 e suas posteriores alterações, obedecidas às condições abaixo descritas:

Cargo	Habilitação Profissional	Nº. de Vagas	Carga Horária Semanal	Salário R\$
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Portador de Diploma ou Certificado do Ensino Médio e certificado ou diploma de Curso Técnico de Enfermagem. Registro no Órgão de Fiscalização Profissional Competente - COREN/SC	1	40 horas	1.393,34
FARMACÊUTICO	Portador de Diploma ou Certificado de conclusão do Ensino Superior em farmácia e Registro no Órgão de Fiscalização Profissional Competente	01	40 horas	2.211,50

#### Inscrição

As inscrições serão efetuadas exclusivamente via internet, através do site [www.nubescursos.com.br](http://www.nubescursos.com.br), de 02/10/2014 a 18/10/2014 e terão o valor de R\$ 80,00 (trinta reais) para ensino médio/técnico e R\$ 100,00 (cem reais) para ensino superior.

#### Realização da prova

A prova será realizada no dia 09/11/2014, em local a ser divulgado posteriormente no site da Prefeitura ([www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br)) e da empresa responsável pelo Processo Seletivo ([www.nubescursos.com.br](http://www.nubescursos.com.br)).

Lauro Müller/SC, 26 de Setembro de 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito de Lauro Müller - SC

RENATA ELIAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2014

**RREO 4º Bim/2014**

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	39.793.092,00	45.716.797,24	4.956.680,02	25.047.767,03	5.760.810,37	21.728.596,72	100,00	47,53
Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	195.122,06	784.424,38	182.019,84	771.322,16	3,55	53,56
Ação Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	195.122,06	784.424,38	182.019,84	771.322,16	3,55	53,56
Administração	4.902.500,00	5.592.500,00	573.686,36	3.616.428,17	849.957,38	3.393.132,61	15,62	60,67
Administração Geral	4.565.000,00	4.525.000,00	542.373,22	3.229.736,60	746.904,43	3.069.946,42	14,13	67,84
Alimentação e Nutrição	287.500,00	387.500,00	-26.718,99	256.578,19	28.781,22	201.610,81	0,93	52,03
Ensino Superior	50.000,00	680.000,00	58.032,13	130.113,38	74.271,73	121.575,38	0,56	17,88
Segurança Pública	116.600,00	116.600,00	23.090,49	51.213,18	22.928,49	51.051,18	0,23	43,78
Policimento	116.600,00	116.600,00	23.090,49	51.213,18	22.928,49	51.051,18	0,23	43,78
Assistência Social	1.909.040,00	2.061.697,36	47.248,83	1.009.073,59	117.793,66	857.794,75	3,95	41,61
Assistência ao Idoso	425.000,00	375.000,00	-13.048,26	100.802,68	8.701,27	77.036,97	0,35	20,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.065.600,00	1.015.600,00	3.248,34	352.785,40	13.334,61	342.270,08	1,58	33,70
Assistência Comunitária	418.440,00	671.097,36	57.048,75	555.485,51	95.757,78	438.487,70	2,02	65,34
Saúde	7.713.372,00	9.863.972,60	1.680.332,51	7.183.332,68	1.491.449,10	5.907.955,28	27,19	59,89
Atenção Básica	6.948.372,00	9.098.972,60	1.620.105,13	6.995.994,66	1.441.828,85	5.744.044,39	26,44	63,13
Vigilância Sanitária	665.000,00	665.000,00	57.608,75	138.818,69	39.608,75	120.818,69	0,56	18,17
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	2.618,63	48.519,33	10.011,50	43.092,20	0,20	43,09
Educação	10.127.000,00	10.901.647,41	1.330.946,71	5.836.970,04	1.444.802,40	5.595.725,38	25,75	51,33
Ensino Fundamental	6.507.000,00	7.137.647,41	897.841,69	3.599.609,94	1.020.733,94	3.389.769,76	15,60	47,49
Educação Infantil	3.620.000,00	3.764.000,00	433.105,02	2.237.360,10	424.068,46	2.205.955,62	10,15	58,61
Cultura	540.000,00	540.000,00	54.651,90	416.007,59	102.140,01	255.462,21	1,18	47,31
Difusão Cultural	540.000,00	540.000,00	54.651,90	416.007,59	102.140,01	255.462,21	1,18	47,31
Urbanismo	2.550.580,00	2.782.401,67	247.757,95	1.360.563,61	263.613,22	1.022.962,63	4,71	36,77
Infra-Estrutura Urbana	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.410.580,00	1.642.401,67	247.757,95	1.360.563,61	263.613,22	1.022.962,63	4,71	62,28
Habituação	1.300.000,00	1.354.037,20	4.990,00	84.629,94	12.861,39	84.629,94	0,39	6,25
Habituação Urbana	1.300.000,00	1.354.037,20	4.990,00	84.629,94	12.861,39	84.629,94	0,39	6,25
Saneamento	1.260.000,00	1.260.000,00	9.591,49	666.967,21	140.470,49	607.099,31	2,79	48,18
Saneamento Básico Urbano	1.260.000,00	1.260.000,00	9.591,49	666.967,21	140.470,49	607.099,31	2,79	48,18
Agricultura	1.284.000,00	1.284.000,00	133.811,27	913.042,77	243.273,82	672.051,90	3,09	52,34
Extensão Rural	1.284.000,00	1.284.000,00	133.811,27	913.042,77	243.273,82	672.051,90	3,09	52,34

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	39.793.092,00	45.716.797,24	4.956.680,02	25.047.767,03	5.760.810,37	21.728.596,72	100,00	47,53
Indústria	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	18.700,00	0,00	2.337,50	0,01	0,16
Promoção Industrial	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	18.700,00	0,00	2.337,50	0,01	0,16
Comércio e Serviços	300.000,00	300.000,00	0,00	5.000,00	2.136,00	3.337,00	0,02	1,11
Turismo	300.000,00	300.000,00	0,00	5.000,00	2.136,00	3.337,00	0,02	1,11
Transporte	3.100.000,00	3.360.062,67	221.258,15	2.439.065,50	828.575,29	2.233.799,73	10,28	66,48
Transporte Rodoviário	3.100.000,00	3.360.062,67	221.258,15	2.439.065,50	828.575,29	2.233.799,73	10,28	66,48
Desporto e Lazer	1.200.000,00	2.858.000,00	432.207,08	496.969,43	56.804,06	104.556,20	0,48	3,66
Desporto Comunitário	1.200.000,00	2.858.000,00	432.207,08	496.969,43	56.804,06	104.556,20	0,48	3,66
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	1.985,22	165.378,94	1.985,22	165.378,94	0,76	33,08
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	1.985,22	165.378,94	1.985,22	165.378,94	0,76	33,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	39.793.092,00	45.716.797,24	4.956.680,02	25.047.767,03	5.760.810,37	21.728.596,72	100,00	47,53

FONTE:

Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planej.

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>															
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>															
I.P.T.U.		2.594.927,52	2.903.688,47	2.810.615,66	3.829.741,49	2.436.781,65	2.569.874,37	2.670.717,57	2.392.972,14	3.082.775,65	2.361.839,51	2.153.655,22	2.329.516,73	31.687.282,98	32.033.401,75
I.R.R.F.		108.135,06	99.907,41	98.600,03	618.560,04	72.550,38	170.940,99	607.586,19	39.301,76	551.727,81	142.244,65	98.351,97	78.835,13	2.686.641,42	3.271.896,00
I.T.B.I.		7.106,11	2.337,41	1.419,75	0,00	548,17	15.830,89	392.594,23	0,00	280.363,92	11.650,20	4.373,45	0,00	716.134,13	729.763,00
I.S.S.		10.946,05	7.474,95	10.346,29	470.702,99	0,00	11.469,00	2.804,89	37,24	704,88	16.765,61	37,24	37,24	531.326,38	740.364,00
Outras Receitas Tributárias		34.378,27	51.771,72	56.002,93	116.201,24	55.485,54	48.210,77	80.151,09	39.264,52	148.690,69	90.366,65	65.658,04	78.797,89	864.979,35	954.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		25.444,51	13.014,97	6.275,72	13.181,60	3.487,94	12.965,08	45.352,35	0,00	60.493,59	11.296,89	8.871,58	0,00	200.384,23	519.169,00
RECEITA PATRIMONIAL		30.260,12	25.308,36	24.555,34	18.474,21	13.028,73	82.365,25	86.773,63	0,00	61.474,73	12.165,30	19.411,66	0,00	375.817,33	328.600,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	6.369,38	6.030,69	6.692,41	9.204,72	8.807,05	5.694,88	5.685,69	7.434,61	56.079,43	63.600,00
RECEITA INDUSTRIAL		8.713,94	9.645,90	8.155,49	6.963,21	31.356,22	4.236,55	7.482,63	6.818,01	19.585,71	12.090,13	12.730,83	8.447,97	136.026,59	55.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		9.512,00	9.538,01	5.152,00	4.400,28	11.696,00	9.489,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.788,12	131.949,75
Cota-Parte do F.P.M.		2.423.892,00	2.335.754,07	2.655.519,96	3.134.641,44	2.294.998,61	2.385.106,09	2.028.624,35	2.323.789,89	2.432.640,47	2.140.014,52	2.007.243,72	2.228.154,47	28.368.379,59	27.831.151,50
Cota-Parte do I.C.M.S.		587.797,15	587.806,17	817.626,44	843.322,78	991.385,62	1.058.624,83	627.988,82	716.743,50	955.148,85	718.299,98	615.211,05	747.376,75	9.265.331,94	11.448.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		575.491,46	612.613,98	579.571,66	609.762,04	603.889,82	567.871,44	574.403,10	561.745,76	570.516,18	573.170,74	539.234,40	565.021,67	6.933.354,25	7.208.000,00
Outras Transferências Correntes		119.759,78	93.682,70	142.754,95	97.598,98	51.607,31	114.031,05	97.808,82	109.930,82	131.021,50	114.495,71	129.170,08	119.557,07	1.321.378,77	1.484.000,00
Transferências da LC 61/1989		880,58	8.355,90	221,84	41,00	0,00	5,25	27,33	5,90	0,00	80,11	94,00	397,74	10.209,65	1.987,50
Transferências da LC 87/1996		737.932,66	646.574,58	676.613,73	1.158.694,32	188.018,56	166.177,65	314.135,89	517.453,36	319.044,45	321.628,08	320.455,17	382.977,54	5.729.705,99	3.109.964,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		394.334,47	378.600,67	429.724,06	415.496,60	452.374,10	451.857,22	407.871,29	410.955,10	449.342,28	407.134,45	383.747,52	421.189,76	5.012.827,52	4.452.000,00
DEDUÇÕES (II)		34.674,52	48.823,08	43.398,18	65.176,52	19.811,06	4.170,22	20.331,99	4.057,76	50.011,61	61.635,33	29.843,01	8.644,55	390.387,83	679.894,50
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		258.453,65	262.218,24	309.894,52	310.663,25	329.886,55	351.474,76	278.202,04	278.202,04	331.847,84	282.366,79	280.300,86	289.435,39	3.524.754,80	4.063.510,00
ITR - 15%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,25	27,33	5,90	0,00	80,11	94,00	397,74	610,33	1.987,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.326.473,87	2.241.450,23	2.500.921,14	3.519.058,24	2.106.895,10	2.208.398,61	2.410.614,08	2.104.764,20	2.730.924,81	2.079.472,61	1.893.260,36	2.039.683,60	28.161.917,85	27.967.904,25

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.795.509,72	2.756.478,01	2.743.080,89
DEDUÇÕES (II)	670.541,21	511.404,16	1.372.890,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.656,74	2.381.597,03	2.737.228,24
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.115,53	1.870.192,87	1.364.338,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.124.968,51	2.245.073,85	1.370.190,77
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>2.124.968,51</b>	<b>2.245.073,85</b>	<b>1.370.190,77</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-874.883,08</b>	<b>-754.777,74</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>30.202.539,25</b>	<b>4.142.584,50</b>	<b>18.416.025,14</b>	<b>17.841.634,07</b>
Receita Tributária	3.295.701,00	177.187,10	1.761.754,37	1.547.624,07
I.P.T.U.	729.763,00	4.373,45	705.270,86	638.178,63
I.S.S.	954.000,00	144.455,93	606.625,19	386.225,80
I.T.B.I.	519.169,00	8.871,58	142.467,43	127.269,09
I.R.R.F.	740.364,00	74,48	31.856,10	89.280,70
Outras Receitas Tributárias	352.405,00	19.411,66	275.534,79	306.669,85
Receita de Contribuição	63.600,00	13.120,30	56.079,43	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	63.600,00	13.120,30	56.079,43	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	70.900,00	22.671,67	105.714,88	54.583,42
(-) Aplicações Financeiras	70.900,00	22.671,67	105.714,88	54.583,42
Transferências Correntes	25.914.884,00	3.892.989,54	16.292.923,88	15.865.240,29
F.P.M.	9.582.400,00	1.090.070,29	5.140.177,07	4.529.068,67
I.C.M.S.	5.766.400,00	882.391,79	3.642.688,05	3.355.581,17
Convênios	671.792,00	122.913,02	576.220,18	797.848,96
Outras Transferências Correntes	9.894.292,00	1.797.614,44	6.933.838,58	7.182.741,49
Demais Receitas Correntes	928.354,25	59.287,56	305.267,46	428.769,71
Dívida Ativa	407.578,00	9.224,77	71.304,08	89.111,75
Diversas Receitas Correntes	520.776,25	50.062,79	233.963,38	339.657,96
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.519.652,75</b>	<b>2.490.439,85</b>	<b>3.340.793,81</b>	<b>297.589,47</b>
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.919.652,75	2.490.439,85	3.340.793,81	297.589,47
Convênios	8.919.652,75	2.490.439,85	3.340.793,81	297.589,47
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>8.919.652,75</b>	<b>2.490.439,85</b>	<b>3.340.793,81</b>	<b>297.589,47</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>39.122.192,00</b>	<b>6.633.024,35</b>	<b>21.756.818,95</b>	<b>18.139.223,54</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>31.263.849,24</b>	<b>4.610.010,24</b>	<b>18.932.989,34</b>	<b>17.516.458,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.454.453,10	2.577.336,92	11.088.599,90	10.427.005,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.809.396,14	2.032.673,32	7.844.389,44	7.089.452,25
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>31.263.849,24</b>	<b>4.610.010,24</b>	<b>18.932.989,34</b>	<b>17.516.458,09</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>14.451.069,67</b>	<b>1.150.800,13</b>	<b>2.795.607,38</b>	<b>632.744,06</b>
Investimentos	14.091.069,67	1.084.997,49	2.584.834,03	223.831,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	360.000,00	65.802,64	210.773,35	408.912,20
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.091.069,67</b>	<b>1.084.997,49</b>	<b>2.584.834,03</b>	<b>223.831,86</b>

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.878,33</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>45.356.797,24</b>	<b>5.695.007,73</b>	<b>21.517.823,37</b>	<b>17.740.289,95</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-6.234.605,24</b>	<b>938.016,62</b>	<b>238.995,58</b>	<b>398.933,59</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	245.571,49	0,00
Superávit Financeiro	-	-	245.571,49	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FONTE:

Lauro Muller, 26/09/2014

\_\_\_\_\_  
FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados		Pagos	Cancelados
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	46.720,03	3.395,50	810,00	-	49.305,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	-	7.718,65
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	42.637,03	3.395,50	810,00	0,00	45.222,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	0,00	7.718,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.409,11	0,00	0,00	0,00	1.409,11	7.262,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.262,13
Fundo municipal do Meio Ambiente	0,00	3.395,50	810,00	0,00	2.585,50	0,00	163,37	163,37	163,37	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	8,23	0,00	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET.MUNIC.DA ADM.FINANÇAS E PLANEJAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52
SECRET.MUNIC.DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICC	41.219,69	0,00	0,00	0,00	41.219,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>46.720,03</b>	<b>3.395,50</b>	<b>810,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.305,53</b>	<b>7.718,65</b>	<b>163,37</b>	<b>163,37</b>	<b>163,37</b>	<b>0,00</b>	<b>7.718,65</b>

FONTE:

FONTE:

Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.350.874,00	3.350.874,00	167.000,21	1.557.523,66	46,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.137.341,00	1.137.341,00	12.899,42	775.876,14	68,22
1.1.1- IPTU	729.763,00	729.763,00	4.373,45	705.270,86	96,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	407.578,00	407.578,00	8.525,97	70.605,28	17,32
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	9.052,91	142.648,76	27,48
1.2.1- ITBI	519.169,00	519.169,00	8.871,58	142.467,43	27,44
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	181,33	181,33	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	144.973,40	607.142,66	63,64
1.3.1- ISS	954.000,00	954.000,00	144.455,93	606.625,19	63,59
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	517,47	517,47	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	74,48	31.856,10	4,30
1.4.1- IRRF	740.364,00	740.364,00	74,48	31.856,10	4,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.267.200,00	20.267.200,00	2.734.536,46	11.913.599,37	58,78
2.1- Cota-Parte FPM	11.448.000,00	11.448.000,00	1.362.587,80	6.428.779,40	56,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.448.000,00	11.448.000,00	1.362.587,80	6.428.779,40	56,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	1.104.316,07	4.555.915,11	63,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	18.905,44	61.282,50	48,18
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	248.727,15	867.622,36	58,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>23.618.074,00</b>	<b>23.618.074,00</b>	<b>2.901.536,67</b>	<b>13.471.123,03</b>	<b>57,04</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	26,28	166,26	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	716.016,00	716.016,00	164.699,85	469.690,09	65,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	477.000,00	477.000,00	86.404,08	327.900,75	68,74
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	153.827,00	153.827,00	31.228,00	93.624,00	60,86
5.4- Transferências Diretas - PNAE	85.189,00	85.189,00	46.327,00	46.327,00	54,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	740,77	1.838,34	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	3.985,91	7.088,56	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	3.985,91	7.088,56	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	212.500,00	212.500,00	2.073.418,07	2.552.576,64	1.201,21
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>928.516,00</b>	<b>928.516,00</b>	<b>2.242.130,11</b>	<b>3.029.521,55</b>	<b>326,28</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.063.510,00	4.063.510,00	549.736,25	2.383.505,14	58,66
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.289.600,00	2.289.600,00	272.517,51	1.288.602,33	56,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.441.600,00	1.441.600,00	221.924,28	913.227,06	63,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.420,00	7.420,00	1.020,44	3.571,54	48,13
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.440,00	25.440,00	3.873,11	3.873,11	15,22
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.650,00	2.650,00	655,60	707,16	26,69
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	49.745,31	173.523,94	58,46
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.452.000,00	4.452.000,00	814.937,28	3.401.280,47	76,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	814.937,28	3.394.471,72	76,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	6.808,75	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>388.490,00</b>	<b>388.490,00</b>	<b>265.201,03</b>	<b>1.010.966,58</b>	<b>260,23</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.000.000,00	4.245.571,49	756.726,34	3.305.380,99	77,85
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	104.290,48	1.200.000,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	3.045.571,49	652.435,86	2.105.380,99	69,13
14- OUTRAS DESPESAS	452.000,00	702.000,00	281.540,59	378.939,64	53,98
14.1- Com Educação Infantil	152.000,00	152.000,00	140.259,00	151.701,50	99,80
14.2- Com Ensino Fundamental	300.000,00	550.000,00	141.281,59	227.238,14	41,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.452.000,00	4.947.571,49	1.038.266,93	3.684.320,63	74,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.684.320,63
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					97,18
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					11,14
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					-8,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.904.518,50	5.904.518,50	725.384,17	3.367.780,76	57,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.110.000,00	424.068,46	2.005.955,62	64,50
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.700.000,00	5.195.571,49	891.790,69	2.744.933,82	52,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	3.595.571,49	793.717,45	2.332.619,13	64,87
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	98.073,24	412.314,69	25,77
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.870.000,00	8.305.571,49	1.315.859,15	4.750.889,44	57,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.010.966,58
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					6.808,75
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					245.571,49
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.263.346,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.487.542,62
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,89
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	477.000,00	612.075,92	13.253,64	364.365,42	59,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.700.000,00	1.904.000,00	115.689,61	478.408,67	25,13
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.177.000,00	2.516.075,92	128.943,25	842.774,09	33,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.047.000,00	10.821.647,41	1.444.802,40	5.593.663,53	51,69

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		245.571,49	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.394.471,72	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.325.492,36	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.325.492,36	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.808,75	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		321.359,60	0,00

Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES

EDUARDO GONZAGA BETT

Prefeito Municipal

Secret. de Adm. Finanças e Planej.

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 245.571,49, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>6.655.696,02</b>	<b>16,73</b>	<b>21.862.533,83</b>	<b>54,94</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.273.439,25</b>	<b>30.273.439,25</b>	<b>4.165.256,17</b>	<b>13,76</b>	<b>18.521.740,02</b>	<b>61,18</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.295.701,00	3.295.701,00	177.187,10	5,38	1.761.754,37	53,46
IMPOSTOS	2.943.296,00	2.943.296,00	157.775,44	5,36	1.486.219,58	50,50
TAXAS	352.405,00	352.405,00	19.411,66	5,51	275.534,79	78,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.600,00	63.600,00	13.120,30	20,63	56.079,43	88,18
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	63.600,00	63.600,00	13.120,30	20,63	56.079,43	88,18
RECEITA PATRIMONIAL	70.900,00	70.900,00	22.671,67	31,98	105.714,88	149,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.900,00	70.900,00	22.671,67	31,98	105.714,88	149,10
RECEITA DE SERVIÇOS	131.949,75	131.949,75	0,00	0,00	21.185,83	16,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.914.884,00	25.914.884,00	3.892.989,54	15,02	16.292.923,88	62,87
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.243.092,00	25.243.092,00	3.770.076,52	14,94	15.716.703,70	62,26
Transf. de Conv.	671.792,00	671.792,00	122.913,02	18,30	576.220,18	85,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.404,50	796.404,50	59.287,56	7,44	284.081,63	35,67
Multas e Juros de Mora	116.600,00	116.600,00	21.000,00	18,01	85.776,10	73,56
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	407.578,00	407.578,00	9.224,77	2,26	71.304,08	17,49
RECEITAS DIVERSAS	272.226,50	272.226,50	29.062,79	10,68	127.001,45	46,65
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.519.652,75</b>	<b>9.519.652,75</b>	<b>2.490.439,85</b>	<b>26,16</b>	<b>3.340.793,81</b>	<b>35,09</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.919.652,75	8.919.652,75	2.490.439,85	27,92	3.340.793,81	37,45
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.919.652,75	8.919.652,75	2.490.439,85	27,92	3.340.793,81	37,45
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>6.655.696,02</b>	<b>16,73</b>	<b>21.862.533,83</b>	<b>54,94</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>6.655.696,02</b>	<b>16,73</b>	<b>21.862.533,83</b>	<b>54,94</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>6.655.696,02</b>	<b>16,73</b>	<b>21.862.533,83</b>	<b>54,94</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>287.647,41</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>245.571,49</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	<b>—</b>	<b>287.647,41</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>245.571,49</b>	<b>—</b>
Reabertura de Créditos Adicionais	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>5.923.705,24</b>	<b>45.716.797,24</b>	<b>4.956.680,02</b>	<b>25.047.767,03</b>	<b>5.760.810,37</b>	<b>21.728.596,72</b>	<b>47,53</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.488.481,00</b>	<b>4.775.369,24</b>	<b>31.263.849,24</b>	<b>4.152.021,57</b>	<b>21.394.281,01</b>	<b>4.610.010,24</b>	<b>18.932.989,34</b>	<b>60,56</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.040.000,00	4.144.453,10	16.454.453,10	2.617.395,82	11.177.742,09	2.577.336,92	11.088.599,90	67,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.448.481,00	4.360.915,14	14.809.396,14	1.534.625,75	10.216.538,92	2.032.673,32	7.844.389,44	52,97
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>13.254.611,00</b>	<b>1.196.458,67</b>	<b>14.451.069,67</b>	<b>804.658,45</b>	<b>3.653.486,02</b>	<b>1.150.800,13</b>	<b>2.795.607,38</b>	<b>19,35</b>
INVESTIMENTOS	12.494.611,00	1.596.458,67	14.091.069,67	738.855,81	3.442.712,67	1.084.997,49	2.584.834,03	18,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	760.000,00	-400.000,00	360.000,00	65.802,64	210.773,35	65.802,64	210.773,35	58,55
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>50.000,00</b>	<b>-48.121,67</b>	<b>1.878,33</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>39.793.092,00</b>	<b>5.923.705,24</b>	<b>45.716.797,24</b>	<b>4.956.680,02</b>	<b>25.047.767,03</b>	<b>5.760.810,37</b>	<b>21.728.596,72</b>	<b>47,53</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.793.092,00	5.923.705,24	45.716.797,24	4.956.680,02	25.047.767,03	5.760.810,37	21.728.596,72	23.988.200,52
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	133.937,11	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.793.092,00	5.923.705,24	45.716.797,24	4.956.680,02	25.047.767,03	5.760.810,37	21.862.533,83	23.988.200,52

FONTE:  
Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT

Secret. de Adm. Finanças e Planej.

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.350.874,00	3.350.874,00	1.528.015,48	45,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	729.763,00	729.763,00	705.270,86	96,64
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	142.467,43	27,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	577.298,34	60,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	31.856,10	4,30
Dívida Ativa dos Impostos	407.578,00	407.578,00	71.122,75	17,45
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.819.200,00	8.819.200,00	5.484.819,97	62,19
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	867.622,36	58,47
Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	4.555.915,11	63,21
Cota-Parte IP-Exportação	127.200,00	127.200,00	61.282,50	48,18
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.170.074,00</b>	<b>12.170.074,00</b>	<b>7.012.835,45</b>	<b>57,62</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.595.772,00	8.696.672,60	6.753.841,82	77,66	5.546.407,64	63,78
Pessoal e Encargos Sociais	3.935.000,00	3.833.300,00	3.092.338,24	80,67	3.044.714,99	79,43
Outras Despesas Correntes	2.660.772,00	4.863.372,60	3.661.503,58	75,29	2.501.692,65	51,44
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.167.300,00	429.490,86	36,79	361.547,64	30,97
Investimentos	1.117.600,00	1.167.300,00	429.490,86	36,79	361.547,64	30,97

Continua 1/4

Município de Lauro Muller - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	%(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	%(g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.167.300,00	429.490,86	36,79	361.547,64	30,97
Investimentos	1.117.600,00	1.167.300,00	429.490,86	36,79	361.547,64	30,97
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.713.372,00	9.863.972,60	7.183.332,68	72,82	5.907.955,28	59,89
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	%(h/Vf)x100	Até o Bimestre (i)	%(i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.363.600,00	3.730.200,60	2.399.670,77	33,41	2.239.217,25	37,90
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.141.200,00	2.507.800,60	1.515.427,62	21,10	1.430.631,99	24,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.222.400,00	1.222.400,00	884.243,15	12,31	808.585,26	13,69
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.363.600,00	3.730.200,60	2.399.670,77	33,41	2.239.217,25	37,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.349.772,00	6.133.772,00	4.783.661,91	39,42	3.668.738,03	21,99
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
52,31						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁵						
2.616.812,71						

Continua 2/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR			
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013			0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26			LIMITE NÃO CUMPRIDO	
			DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
			-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.948.372,00	9.098.972,60	6.995.994,66	97,39	5.744.044,39	97,23
Vigilância Sanitária	665.000,00	665.000,00	138.818,69	1,93	120.818,69	2,05
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	48.519,33	0,68	43.092,20	0,73
<b>TOTAL</b>	<b>7.713.372,00</b>	<b>9.863.972,60</b>	<b>7.183.332,68</b>	<b>100,00</b>	<b>5.907.955,28</b>	<b>100,00</b>

Continua 3/4

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times l/b)/100$

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

Lauro Muller, 26/09/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0416/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0416/2014 de 25 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, ao servidor, VOLNEY ALVES WEBBER, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Licença Prêmio relativo ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 31/05/2013 e período de gozo de 25/09/2014 a 13/10/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 25 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 56/2014

AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 56/2014  
(SEQUÊNCIA 562/2014)

Processo Licitatório nº 26/2014 - Pregão Presencial nº 11/2014.

O Prefeito Municipal de LEBON RÉGIS, torna público que foi rescindido o contrato em epígrafe firmado com a empresa K & K CONTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Lauro Muller, 187 - Centro do município de Curitiba-SC, inscrito no CNPJ 12.124.216/0001-48, pelos motivos expostos no termo de rescisão, bem como no parecer jurídico anexados ao processo licitatório. Torna público também que as possíveis penalidades contratuais serão apuradas em procedimento próprio.

Lebon Régis (SC), 25 de setembro de 2014

LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço global, para a locação de 100 Horas máquina pesada de trator de esteira grande com peso ou superior a 20 toneladas, para terraplanagem em atendimento a secretaria de indústria e comercio. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 08 de outubro de 2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 08/10/2014. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis, 05 de agosto de 2014.

Gilmar Francisco Peretti

Pregoeiro.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Decreto N.º 2.618/2014, de 24 de Setembro de 2014

DECRETO N.º 2.618/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.231/2014 de 24 de Setembro de 2014:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.027 - Programa Farmácia Básica  
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família  
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 20.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública  
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### DECRETO N.º 2.619/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 2.619/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.232/2014 de 24 de Setembro de 2014:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 150.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.013 - Aplicações dos Recursos do FUNDEB  
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 400.000,00  
Total do Órgão 04: .....R\$ 550.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.030 - Apoio Administrativo - FUNDERURAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.013 - Aplicações dos Recursos do FUNDEB  
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 550.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.031 - Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 462,50

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.037,50  
Total Órgão 07: ..... R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### **Lei Ordinária N.º 1.231/2014, de 24 de Setembro de 2014**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.231/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.027 - Programa Farmácia Básica  
3.3.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família  
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 1.009 - Investimentos Gerais - FMS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública  
3.1.90.00.00.00.00.00.0214 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### **LEI ORDINÁRIA N.º 1.232/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.232/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.010 - Educação Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 150.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.013 - Aplicações dos Recursos do FUNDEB  
3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 400.000,00  
Total do Órgão 04: .....  
..... R\$ 550.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.030 - Apoio Administrativo - FUNDERURAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade 01 - Diretoria de Educação  
Projeto/Atividade 2.013 - Aplicações dos Recursos do FUNDEB  
3.1.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 550.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.031 - Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 462,50

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE  
Unidade 01 - Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 2.032 - Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.037,50  
Total Órgão 07: .....  
.....

..... R\$ 1.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Prefeito Municipal Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### **Lei Complementar N.º 240/2014, de 24 de Setembro de 2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º 240/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 234/2014, QUE CRIA O ÓRGÃO  
MUNICIPAL EXECUTIVO DE TRÂNSITO, A JUNTA ADMINISTRATI-  
VA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, A COMISSÃO MUNICI-  
PAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e  
eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC,  
no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei  
Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 17, da Lei Complementar nº 234/2014,  
de 21 de maio de 2014, passando a vigorar com a seguinte reda-  
ção:

....

Art. 17. O Órgão Municipal Executivo de Trânsito será dirigido por  
servidor efetivo designado por ato do Chefe do Poder Executivo  
Municipal, podendo receber gratificação ou horas extraordinárias,  
quando a serviço do Órgão, na forma da Lei.

....

Art. 2º. Ficam inalterados os demais dispositivos da Lei Comple-  
mentar Nº 234/2014, de 21 de maio de 2014.

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.  
PEDRO PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 24 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

## **Luzerna**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria 125/14**

PORTARIA Nº 125/14 de 24 de setembro de 2014.  
"DESIGNA SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Luzerna(SC) em exer-  
cício, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- DESIGNAR, na forma da Lei nº 325 de 05.12.2001, alte-  
rada pela Lei nº 334 de 08.03.2002, os servidores públicos mu-  
nicipais MARIA INÊS DALLOLMO, Contadora e DREONE FELSKI  
MENDES, Contador, para comporem a Comissão, na condição de  
representantes do Poder Executivo, na Audiência Pública, com vis-  
tas à elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício  
financeiro de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de setembro de 2014.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito Municipal em exercício

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PL 119/2014 - DL 012/2014 - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 0119/2014

Dispensa nº 0012/2014

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente  
à contratação com a empresa SOLARIS - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,  
pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Sapucaia do  
Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Montenegro nº 54, Bairro  
Primor, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.316.297.0001.15, neste ato repre-  
sentada na forma de seu Contrato Social pela Sr. MARCELO WOLFART,  
portador do CPF nº 014.984.260.00, para celebrar contrato com a PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato  
pelo Prefeito em exercício o Sr. Juliano Scheneider, com o a participação  
do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA E FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL objetivando a contratação de empresa especializa-  
da para prestação de serviços com palestras em desenvolvimento pessoal  
e motivacionais para a semana denominada "SEMANA DE VALORIZA-  
ÇÃO DA VIDA", com duração de 42 horas/aulas a serem ministradas  
em 15(quinze) palestras para professores, alunos por faixa etária, pais,  
terceira idade, servidores públicos, empresários e a toda a comunidade.  
Declara ainda, que em razão características e do valor da contratação,  
sua compatibilidade com os valores praticados no mercado e as neces-  
sidades do Órgão, a licitação para o presente contrato é DISPENSÁVEL,  
nos termos do inciso II, artigo 24 da lei 8.666/93.

Valor homologado: R\$ 7.990,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em  
especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 26 de setembro de 2014.

Juliano Scheneider

Prefeito em exercício

## CÂMARA MUNICIPAL

## Relatório de Gestão Fiscal Dmons. da Despesa com Pessoal 2º Quadrimestre 2014

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092608365400102351

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)</b>	370.184,04	0,00
2	Pessoal Ativo	370.184,04	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)</b>	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	370.184,04	0,00
11	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		370.184,04

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.976.472,85
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,32
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (6,00%)	958.588,37
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (5,70%)	910.658,95
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - ( 5,40%)	862.729,53

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092608365400102351

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	29/09/2014	DOM
----	---	------------	-----

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei nº 4320/64.

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

Nota:

LUZERNA, 26/09/2014

RUBIANA SUELEN BALESTRIN

CONTADORA

CPF.: 050.764.859-56

MARIA RITA NOGUEIRA PASA

CONTROLE INTERNO

CPF.: 03982654963

MAURI JOSE SCHLINDWEIN

PRESIDENTE MESA DIRETORA 2014

CPF.: 501.251.509-97

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
TRAJETÓRIA DE RETORNO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: LUZERNA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 11.351.972/0001-47

Exercício: 2014

Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.

CVA: 2014092608365400102351

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte	
1									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	% DTP (i)
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
CAMPO		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes	
3									
CAMPO		Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	% DTP (i)
4		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte: SISTEMA CONTÁBIL

Nota:

LUZERNA, 26/09/2014

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA  
CPF.: 050.764.859-56

MARIA RITA NOGUEIRA PASA  
CONTROLE INTERNO  
CPF.: 03.982654963

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE MESA DIRETORA 2014  
CPF.: 501.251.509-97

# Macieira

## PREFEITURA

### Portaria 3224

PORTARIA N.º 3224/2014

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

#### RESOLVE:

Art. 1o - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS- SÃO	SECRETARIA
Elaine Vicentin	Professora 20 horas	15/09/2014	Educação
Clodoaldo de Bortoli	Op maquina leve	16/09/2014	Agricultura

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 20 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Portaria 3223

PORTARIA N.º 3223/2014

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, por falecimento a Servidora Pública Municipal Ana Maria de Oliveira, aposentada, Lotado no FUPEM, a contar de 01/09/2014, deixando como pensionista seu esposo Osvaldino de Oliveira.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 20 de setembro de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

### PORTARIA 3220

PORTARIA N.º 3220/2014

Conceder Conversão de Licença Premio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

#### RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER CONVERSÃO DE 30 DIAS DE LICENÇA PREMIO, ao Servidor Público Municipal, AILSON GOMES, para pagamento no mês 09/2014.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 09 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### Portaria 3222

PORTARIA N.º 3222/2014

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

#### RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Odenir Jose Moraes, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, 10 dias de férias, de 21/09/2014 a 30/09/2014, e conversão de 10 dias de férias, para pagamento no mês 09/2014.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 20 de setembro de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

### Portaria 3221

PORTARIA N.º 3221/2014

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

#### RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Ailson Gomes, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 10 dias de férias, no período de 08/09/2014 a 27/09/2014, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de setembro de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.420.873/0001-03

MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

Nota Fiscal nº. 231 R\$ 116,07

Valor Total: R\$ 116,07

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de peças para revisão de veículo pertencente ao Conselho Tutelar. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 29 de setembro de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 154/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2014**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para a Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados na área de informática para licença de uso de software para a Gestão da Prestação de Serviços Assistenciais e de Saúde do PLASSMA - Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais de Mafra - SC, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/10/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 26 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

**Marema****PREFEITURA****Portaria Nº 156/2014**

Portaria nº 156/2014

De 15/09/2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr PAULO TONINI CRM/SC-18.867, dando conta na necessidade do afastamento do referido servidor.

**D E C I D E**

Art. 1º - Concede licença para tratamento de doença ao Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO, por um período de 5 dias a contar a partir de 15 de setembro de 2014 a 20 setembro de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**PORTARIA Nº 157/2014**

Portaria nº 157/2014

De 15/09/2014

ALTERA DATA DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IARA MENDES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr ALEX MAGADIEL KLAUS CRM/SC 11945, dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora. CONSIDERANDO o indeferimento do pedido exposto pelo INSS. CONSIDERANDO atestado de saúde ocupacional do Dr. Lenoir Tissiani Jr. Médico do Trabalho CRM-SC 13709.

**D E C I D E**

Art. 1º - Altera data de licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal IARA MENDES DOS SANTOS, por um período a contar a partir de 14 de julho de 2014 a 11 de outubro de 2014, para um período de 14 de julho de 2014 a 15 de setembro de 2014, conforme laudo pericial.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de julho de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

#### **PORTARIA Nº 158/2014**

Portaria nº158/2014

De 22/09/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGILENA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pela servidora.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal REGILENA CERATTO, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 20 dias a contar de 10/10/2014 a 29/10/2014.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 01/10/2014 a 09/10/2014.

§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento da servidora.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 03 de julho de 2013 a 02 de julho de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

#### **Portaria Nº 159/2014**

Portaria nº159/2014

De 22/09/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDEMAR JOSE NADAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDEMAR JOSE NADAL por um período de 30 dias, de 01 de outubro a 30 de outubro de 2014.

Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01 de outubro de 2012 a 09 de fevereiro de 2014.

Parágrafo Único - O período de gozo remodelado em 131 (cento e trinta e um ) dias devido Licença para tratamento de interesse particular conforme Portaria 282/2013 de 16/09/2013.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

#### **DECRETO Nº 135 /2014**

DECRETO Nº 135 /2014

De 15/09/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, na ordem de recursos com valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais ).

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

REDUZIDO 108

Código	Secretaria/departamento
0801	DEPARTAMENTO DE INFRA EESTRUTURA

funcional	Proj./ativ.	descrição
08.126.782	2.045	MANUTENÇÃO ATIVIDADES RODOVIÁRIAS
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	03.00	50.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

### Decreto Nº 136 /2014

DECRETO Nº 0136 /2014

De 15/09/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE Nº 2014TR0003159 REF. AO PROCESSO SDR 05 - 00004943/2014 no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 14.999,10 (Quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e dez centavos).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 113

Código	Secretaria/departamento	
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
06.181.0601	2050	MANUTENÇÃO DO FUNDO M. DEFESA CIVIL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	01.24	14.999,10

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

### Decreto Nº 137 /2014

DECRETO Nº 0137 /2014

De 15/09/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei Municipal 1.030/2013 de 04 de dezembro de 2013 e Lei 1049/2014 de 08 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado dotações orçamentárias no valor de R\$ 81.440,00 (Oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 05

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.002	Manutenção das atividades da Administração
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	42.000,00
4.4.90.00.00	01.00	3.440,00
3.3.90.00.00	01.00	3.000,00
3.3.90.00.00	01.00	3.000,00

Reduzido 17

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.035	Manutenção das atividades do Ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.01	5.000,00
3.3.90.00.00	01.01	10.000,00
3.3.90.00.00	01.01	4.000,00

Reduzido 64

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	2.045	Manutenção das Atividades Rodoviárias
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	6.000,00
3.3.90.00.00	01.00	5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 72

Código	Secretaria/departamento	
09.01	Departamento de Desenvolvimento Comunitário	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.024	Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Comunitário
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.50.00.00	01.00	42.000.00

## Reduzido 03

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0401	1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	3.440,00

## Reduzido 11

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	1.006	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA EDUCAÇÃO
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.01	5.000,00

## Reduzido 13

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	
funcional	Proj./ativ.	descrição
12.361.1201	1.007	Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.01	10.000,00

## Reduzido 33

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de Agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.605.1003	1.005	Incentivo a Produção Vegetal
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	3.000,00

## Reduzido 35

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de Agricultura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
18.541.1801	2.042	Ampliação do Sistema de água potável
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	3.000,00

## Reduzido 39

Código	Secretaria/departamento	
07.01	Departamento de Desenvolvimento Econômico	
funcional	Proj./ativ.	descrição
22.661.2201	1.014	Promoção da Indústria e Comércio
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	4.000,00

## Reduzido 61

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de Infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	1.016	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	Fonte	Dotação

4.4.90.00.00	01.00	6.000,00
--------------	-------	----------

## Reduzido 78

Código	Secretaria/departamento	
09.02	Departamento de Desenvolvimento Comunitário	
funcional	Proj./ativ.	descrição
16.482.1601	1.011	Apoio ao Sistema Habitacional
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

**Decreto Nº 138/2014**

Decreto nº 138/2014

De 15/09/2014

TRANSFERE VEICULOS DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o patrimônio do Município às finalidades da Administração.

## DECRETA

Art. 1º - A transferência dos seguintes veículos de departamento:

- Veículo CITROEN/JUMPER placas MJZ-7228 do Departamento Municipal de Saúde para o Departamento de Educação;

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

**DECRETO Nº 139 /2014**

DECRETO Nº 0139 /2014

De 15/09/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE - NASF - (NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE), no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 32.000,00 ( Trinta e dois mil reais )

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 38 - NASF

Código	Secretaria/departamento			
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA			
funcional	Proj./ativ.	descrição		
10.301.1001	2028	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
31.90000	01.64	Detalhe esp.	68	32.000,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

**Decreto Nº 140 /2014**

DECRETO Nº 0140 /2014

De 22/09/2014

DECRETA TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao Art. 64 VI da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido, a partir de 13 de outubro de 2014, turno único de atendimento ao público, junto a Prefeitura Municipal e respectivas secretarias, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min.

I - Excetua-se do horário descrito no "caput" a Secretaria Municipal de Saúde, CRAS, PETI e Secretaria Municipal de Educação que atenderá de acordo com o Calendário Escolar.

a) O Programa CRAS atenderá das 07:30min às 11:30min e das 13:30min às 17:30min.

b)O Programa PETI atenderá das 07:30min às 11:30min e das 13:00min às 17:00min.

c)A Secretaria Municipal de Saúde atenderá das 07:30min às 11:30min e das 13:00min às 17:00min.

II - As aulas escolares e o transporte escolar terão o horário definido pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Calendário Escolar, de maneira que não venha prejudicar os alunos;

III - Fica a cargo do Departamento de Recursos Humanos em conjunto com cada Secretária, através de comunicação interna a regulamentação e ajuste de horários dos servidores municipais para o cumprimento da jornada de trabalho e atendimento de emergência e urgência, serviços de atendimento da forma de plantões ou escala de trabalho.

Art. 2º - Os serviços emergenciais e urgentes não sofrerão prejuízos no seu atendimento, tendo preferência, quando necessários serão atendidos em regime de plantão.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 24 de setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Func. Designado

**Contrato Nº: 066/2014.**

MINUTA

Contrato nº: 66/2014.

Contratante: Município de Marema

Contratada: FERRONATO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA CNPJ/MF n.07.262.047/0001-72

Finalidade: Aquisição de Patrulha Agrícola

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2014 - P.Pnº 018/2014

Valor Total: R\$ 53.850,00 (cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta reais)

Prazo de Entrega: até 10(dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 15 de Setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

**CONTRATO Nº: 067/2014.**

MINUTA

Contrato nº: 67/2014.

Contratante: Município de Marema

Contratada: NORMA SEIBERT ME

CNPJ/MF n.16.831.322/0001-12

Finalidade: Aquisição de Patrulha Agrícola

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2014 - P.Pnº 018/2014

Valor Total: R\$ 27.460,00 (vinte e sete mil quatrocentos e sessenta reais)

Prazo de Entrega: até 10(dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 15 de Setembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

**CONTRATO Nº: 068/2014.**

MINUTA

Contrato nº: 068/2014.

Contratante: Município de Marema

Contratada: COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA

CNPJ/MF n. 05797.417/0001-40

Finalidade: Aquisição de Patrulha Agrícola

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 034/2014 - P.P nº. 018/2014

Valor total: R\$31.700,00 (trinta e um mil e setecentos reais)

Prazo de Entrega: Até 10(dez) dias corridos, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

**CONTRATO Nº: 069/2014.**

Minuta

Contrato nº: 069/2014.

Contratante: Município de Marema

Contratada: CTR ALIMENTOS LTDA,

CNPJ/MF n. 74.156.159/0001-36

Finalidade: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 035/2014 - P.P nº 019/2014

Valor Total: R\$ 2.520,75 (Reais).

Validade: 31 de dezembro de 2014

Foro: da Comarca da cidade de Xaxim - SC

Marema - SC 15 de setembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

**Massaranduba****PREFEITURA****Decreto Nº 2974 de 25 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 2974 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.060,00(Dez mil e sessenta reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12218 - Transferências Munic. FUNDEB 60%  
..... R\$ 10.060,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.060,00 (Dez mil e sessenta reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Munic. FUNDEB 40%  
..... R\$ 10.060,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 25 de Setembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

**FASS - CO 6.2014 - INSTRUTORA DE TEATRO E DANÇA - STELA C. G. SILVA**

Termo de contrato nº. 6 /2014, que entre si celebram O FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL DE MASSARANDUBA e STELA CRISTINA GOMES SILVA.

Pelo presente instrumento que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob o no 01.743.462/0001-61, situado na Rua 11 de Novembro, nº. 2998, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais Sra. SUZANE E. F. REINKE e pelo Prefeito, o Senhor MÁRIO FERNANDO REINKE, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a STELA CRISTINA GOMES SILVA., inscrita no CPF sob o no 078.333.609-88 e inscrição Estadual nº. ISENTA, estabelecida na RUA 25 DE JULHO, 1633, BAIRRO VILA NOVA, município de JARAGUÁ DO SUL, Estado de SANTA

CATARINA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do processo de Edital de Chamamento Público nº. 6/2014-FASS, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO, E DESCRIÇÃO:**

1.1. O objeto do presente contrato consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR(A) DE TEATRO E DANÇA (30 HORAS SEMANAIS) PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENCIADAS AO CRAS COM O OBJETIVO DE AMPLIAR O UNIVERSO INFORMACIONAL, ARTÍSTICO E CULTURAL DOS JOVENS, BEM COMO O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES FÍSICAS E MENTAIS, ESTIMULAR POTENCIALIDADES E TALENTOS, PROPICIANDO SUA FORMAÇÃO CIDADÃ.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:**

2.1. A CONTRATADA compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, a prestar os serviços licitados, conforme necessidade da CONTRATANTE, conforme prazos e locais determinados pela administração, devendo ser expedida a Nota Fiscal mensalmente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:**

3.1. Fazem parte deste contrato, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial nº. 6/2014, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO:**

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor global da proposta de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento, sendo 04 parcelas com o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Parágrafo único: O objeto licitado não poderá sofrer reajuste durante a vigência do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:**

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida até o final do mês será pago no dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços.

5.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E RECURSOS:**

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária prevista para o exercício vigente:

07.00 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL.

07.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL.

2091 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS

33903699 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA

15200 - Outras Transf. do Fundo de Assistência Social

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES:**

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, à critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez)

dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação

**CLÁUSULA OITAVA - DA FORÇA MAIOR:**

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:**

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula sétima deste instrumento contratual;

9.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:**

10.1. A proponente vencedora obriga-se a:

10.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.3. Os serviços ofertados pela licitante, deverão atender os padrões de qualidade disponíveis no mercado.

10.1.4. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas no edital, entregando periodicamente cópia

das negativas vencidas para atualização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

11.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula quinta deste contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Este contrato e o Edital de Pregão Presencial nº. 6/2014 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

14.1. O prazo de vigência do presente contrato é a partir da data de sua assinatura (22-09-2014), com termo final em 31 de Dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito, com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

4.2.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos itens ganhos até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, mediante a elaboração de termo aditivo de contrato.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaran-					
duba SC	22	de	Setembro	de	2014

PREFEITURA DE MASSARANDUBA		FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO FERNANDO REINKE		SUZANE E. F. REINKE
Prefeito		Gestora

STELA CRISTINA GOMES SILVA.

CPF: 078.333.609/88

Contratada

Testemunhas:

ESTELA LAIZ NONES	ANNA KARINE REINKE FRANZ
CPF: 053.380.869-30	CPF: 005.246.769-41

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria N.º 370/2014

PORTARIA n.º 370/2014

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 351/2014.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

#### R E V O G A R

Artigo 1.º A Portaria nº 351/2014, de 23 de Setembro de 2014, que contrata a Professora Act, CINARA MOTA DA BOIT.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/09/2014.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 351/2014.

Meleiro, 26 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA N.º 371/2014

PORTARIA n.º 371/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 87 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal ANDRÉIA ROCHA GONÇALVES - matrícula nº 358, ocupante do cargo de Professora Efetiva, a Licença por Motivo de Doença da Família, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, a partir de 29 de Setembro de 2014, conforme parecer social e atestados médicos apresentados.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA N.º 372/2014**

PORTARIA n.º 372/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DE-TERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 338/2014 da servidora CINARA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Andréia Rocha Gonçalves, em virtude de Licença Por Doença na Família.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**LEI Nº 1659/2014**

LEI nº 1659/2014

AUTORIZA A DOAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar a doação dos imóveis com as suas edificações situados no loteamento Pôr-do-Sol, sob qualquer título (posse, cessão de direitos, etc.), preenchidos alguns requisitos, nos termos da lei 1421/2010, no prazo de 120 (cento e vinte dias).

Art. 2º Os casos omissos desta Lei serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 26 de setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**LEI N.º 1660/2014**

LEI N.º 1660/2014

ACRESCE O PARÁGRAFO 4º AO ART. 80 DA LEI MUNICIPAL Nº 809/2000 E INSERE O ART. 80-A NA MESMA LEI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º O art. 80 da Lei Municipal nº 809/2000 - Estatuto dos Servidores Públicos de Meleiro, passa vigorar acrescida do parágrafo 4º, com a seguinte redação:

"Art. 80 - (...)

§ 4º - Em se tratando de serviço aos domingos e feriados oficiais, previstos na legislação municipal, estadual ou federal, as horas trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação a hora normal de trabalho."

Art. 2.º Fica inserido na Lei Municipal nº 809/2000, o artigo 80-A, com a seguinte redação:

"Art. 80-A - Em casos excepcionais, comprovado o interesse público, o Município poderá adotar a jornada em escala de 12 X 36, que correspondem a 12 (doze) horas trabalhadas e 36 (trinta e seis) horas de folga.

§ 1º - A jornada de trabalho que coincidir com feriados oficiais, previstos em Lei Federal, Lei Estadual ou Lei Municipal, será remunerada em dobro, nos termos do artigo 8º da Lei Federal 605/49."

§ 2º - Poderá ser adotado o regime de plantão com escala de 24 X 72, que correspondem a 24 (doze) horas em regime laboral e de plantão permanente e 72 (setenta e duas) horas de folga, exclusivamente para os profissionais que atuam no SAMU - Serviços de Atendimento Médico de Urgência.

Art. 3.º Ficam convalidadas as despesas com horas extras com adicional de 100% ocorridas até a presente data.

Art. 4.º Revogadas às disposições em contrário, esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Meleiro/SC, 26 de setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### Errata do Edital de Registro de Preço 101/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de Registro de Preço 101/2014. CONCESSÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENHIDOS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, conforme anexo. Altera-se o texto dos itens:

12.4 - Deverá possuir sede no Município de Morro da Fumaça. Com no mínimo de 8000 m<sup>2</sup>

12.5 Deverá atender a demanda de veículos recolhidos por mês, em 2013 foram apreendidos 441 veículos;

12.6 A quantidade mínima de guinchos que o pátio deverá disponibilizar para execução do serviço será de no mínimo 01 guincho para veículos de 4 rodas( Automóveis) com capacidade de no mínimo 02 veículos no mesmo guincho (Plataforma). Outro veículo guincho para veículo de 02 Rodas (Motocicletas).

12.7 O passivo de veículos recolhidos até o momento deverá se absorvido pelo novo pátio. Atualmente encontram-se no pátio 1200 veículos entre carros e motos.

. Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Finanças.

### LEI Nº 1671/2014

LEI nº 1671/2014

"DENOMINA RUA SANTO AFONSINHO MORONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal de Morro da Fumaça. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Santo Afonso Morona, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua C, situada no Loteamento Floresta, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Prefeito Auxílio Frasson, 26 de Setembro de 2014.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### Lei Nº 1669/2014

LEI nº 1669/2014

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal de Morro da Fumaça. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Morro da Fumaça, o Programa Municipal de Assistência no atendimento a pessoa carente, nas situações e condições que dispuser esta lei, a saber:

I - Programa Municipal de Assistência Alimentar;

II - Programa Municipal de Assistência Funeral;

III - Programa Municipal de Assistência à Passagem;

IV - Programa Municipal de Assistência à Fralda;

Art. 2º O Programa Municipal de Assistência Alimentar atende pessoas ou famílias consideradas carentes em alimentação, por possuir renda pessoal ou familiar insuficiente ao atendimento das despesas básicas de subsistência.

§ 1º O Município de Morro de Fumaça, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social fornecerá, cesta básica às pessoas ou famílias residentes no seu território que, por problemas de desemprego, saúde ou qualquer outro relevante, necessitem de auxílio para a subsistência.

§ 2º A composição dos itens que compõe a cesta básica será definido por ato do poder executivo. Podendo ser instituído mais de um tipo de cesta básica, sempre levando em consideração a necessidade do município atendido pelo programa.

Art. 3º O Programa Municipal de Assistência Funeral, visa complementar através de auxílio financeiro, as despesas com funeral.

§1º - O Município, através da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, concederá auxílio funeral ao esposo(a), companheiro(a) ou herdeiros do(a) "de cujus", no valor de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), atualizado anualmente pela variação do INPC acumulado no período, desde que comprovadas as seguintes condições:"

a) residir, o(a) "de cujus" no território do município;

b) ter, o(a) "de cujus" ou seu responsável legal, renda mensal familiar inferior a 4 (quatro) salários mínimos.

§2º - O quantum a ser concedido para o município será definido por ato do poder executivo, não podendo ultrapassar o limite definido no caput do art. 3º, sempre precedido de estudo sócio econômico do beneficiado.

§3º Ao município que for declarado em estudo sócio econômico em situação social de extrema pobreza, ou seja, que esta impedido de arcar com as despesas funerárias sob pena de comprometimento da sua subsistência e da sua família, pode o município arcar com a integralidade das despesas funerárias, limitado ao montante de 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), atualizados conforme o índice do parágrafo primeiro.

Art. 4º O Programa de Assistência a Passagem visa suprir através do Fundo Municipal de Assistência Social, as necessidades do município carente, assim declarado pelo serviço de assistência social, com passagem em transporte coletivo intermunicipal, estadual e interestadual, observados os seguintes requisitos:

I - ter prévio cadastro no setor responsável pela assistência social;

II- ter o beneficiado renda familiar inferior a dois salários mínimos;

III - residência comprovada do beneficiado no município de Morro

da Fumaça;  
IV - para tratamento de saúde encaminhados pela Secretaria de Saúde;  
V - outras necessidades declaradas pelo serviço de assistência social.

Art. 5º O Programa Municipal de Assistência a Fraldas atende pessoas carentes.

Parágrafo único. O Município de Morro da Fumaça, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social fornecerá, ao munícipe declarado carente por ato do seu serviço de assistência social, fraldas, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) ter prévio cadastro no setor responsável pela assistência social;  
b) ter, o beneficiado, renda familiar inferior a três salários mínimos;  
c) residência comprovada do beneficiado no município de Morro da Fumaça;

Art. 6º. Pode o município promover estudo sócio econômico dos beneficiários dos programas elencados nos incisos I ao VI do artigo primeiro, para elevar a renda familiar em até 100% (cem por cento) e o valor do benefício em 50% (cinquenta por cento) do previsto nesta lei, levando em consideração as condições pessoais do beneficiado e seus familiares, o número de pessoas que coabitam a mesma residência, a urgência ou gravidade das necessidades do beneficiário.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 8. Fica o chefe do Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente lei, no que couber, através de decreto.

Art. 9. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, em especial fica revogado a lei nº 878 de 14 de junho de 1996.

Paço Prefeito Auzilio Frasson, 26 de Setembro de 2014.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## **Lei Nº 1670/2014**

LEI nº 1670/2014

"DENOMINA RUA DUVELINA SORATO FRATONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito municipal de Morro da Fumaça. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º - Passa a denominar-se Rua Duvelina Sorato Fratoni, a via pública deste Município, atualmente denominada Rua B, situada no Loteamento Floresta, localidade de Vila Rica, Distrito de Estação Cocal, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Prefeito Auzilio Frasson, 26 de Setembro de 2014.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## **Lei Complementar Nº 034 /2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 034 /2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À FORÇA JOVEM FUMACENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Morro da Fumaça, AGNALDO DAVID MACCARI, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto de lei, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso do imóvel constante no art. 2º desta lei, à FORÇA JOVEM FUMACENSE.

Parágrafo único. A beneficiária de que trata o caput deste artigo, é pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Morro da Fumaça, inscrita no CNPJ sob o nº 04.441.635/0001-85, sediada nesta cidade de Morro da Fumaça/SC.

Art. 2º O imóvel objeto da concessão de direito real de uso de que trata a presente lei, pertence à municipalidade, sendo descrito da seguinte forma, conforme memorial descritivo e levantamento topográfico elaborados e arquivados na Secretaria Municipal de Obras: um lote de terras MATRÍCULA DO C.R.I. DE URUSSANGA sob nº 26.495, na Rua Projetada A, esquina com a Rua Projetada B, locado sob a designação de ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA, na Quadra C do Loteamento Nona Angelina, com área de 817,50m2, com 30 m (trinta metros) de frente por 27,25 m de frente aos fundos, com as seguintes características e confrontações á frente ao NORTE com a Rua Projetada A aos fundos - ao Sul com terras de Narciso Maccari ao LESTE com a área verde e ao OESTE com a Rua Projetada B.

Art. 3º A concessão de direito real de uso objeto desta Lei, destina-se à construção e implantação de unidade da concessionária.

Art. 4º Fica desafetada de área para equipamento público, o imóvel descrito nesta Lei, para fins de efetivação da Concessão de Direito Real de Uso.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da construção de que trata o caput deste artigo deverão ser arcadas pela Concessionária.

Art. 5º As condições da concessão deverão estar previstas no termo/escritura pública de concessão, sendo indispensáveis em seu conteúdo:

I - a vinculação de uso, que somente poderá ser o previsto no art. 3º desta lei, e pela concessionária descrita no art. 1º;

II - o prazo de concessão, que deverá ser de 20 (vinte) anos, a contar da lavratura da Escritura Pública de Concessão;

III - a obrigação da Concessionária de manter o terreno e realizar as benfeitorias e acessões necessárias para cumprimento da finalidade da concessão,;

IV - a obrigação da Concessionária de responder, a partir da lavratura da Escritura Pública de Concessão, por todos os encargos civis, administrativos, ambientais e tributáveis que vierem a incidir sobre o imóvel objeto da concessão;

V - a previsão de que o Direito Real de Uso a ser concedido poderá ser rescindido, total ou parcialmente, pelo Município Concedente, na hipótese de não utilização do imóvel pela Concessionária, bem como por razões administrativas e de interesse ou necessidade pública ou social;

VII - a previsão de que a alteração da destinação do imóvel, sem prévia e expressa autorização do Município Concedente, implicará na rescisão da concessão independentemente de notificação; e

Art. 6º Ao final da concessão, seja por término do prazo concedido ou por rescisão administrativa motivada, as benfeitorias que restarem incorporadas ao imóvel objeto da presente concessão, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização ou ato formalizador.

Art. 7º A concessionária se responsabilizará pelo uso do imóvel ora cedido, em conformidade com esta lei, com as demais leis municipais, estaduais e federais e, se necessário, pelo cumprimento das exigências dos órgãos ambientais.

Parágrafo único. A concessionária deverá providenciar as licenças necessárias, inclusive, quando exigido, o estudo de impacto ambiental.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzilio Frasson, em 26 de setembro de 2014.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2014

"ALTERA OS ARTIGOS 19, 52 E 57 DA LEI COMPLEMENTAR 020/2014 - LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação da alínea "c" do inciso VI do artigo 19 da Lei Complementar 020/2014, passando a vigorar:

"c) coleta e interligação à rede pública de esgoto existente/ETE. Nos locais onde não existe rede pública, deverá adotar-se o sistema de tratamento de esgoto individual, de acordo com as normas vigentes da ABNT".

Art. 2º - Suprimido.

Art. 3º - Fica alterada a redação do inciso I, alíneas "a" e "b" do artigo 52 da Lei Complementar 020/2014, passando a vigorar:

"I - (...)

a) Áreas verdes públicas deverão ser iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) da área loteável, no mínimo.

b) As áreas destinadas à implantação de equipamentos públicos e comunitários deverão ser iguais ou superiores a 7% (sete por cento), da área loteável, no mínimo."

Art. 4º - Fica alterada a redação do artigo 57 da Lei Complementar 020/2014, passando a vigorar:

"Artigo 57: O comprimento das quadras dos loteamentos residenciais não poderá ser superior a 180,00 m (cento e oitenta metros) e inferior a 30,00 m (trinta metros), devendo o arruamento ser compatível com as ruas existentes e projetadas em seu entorno, exceto no prolongamento dos sistemas viários existentes, onde será permitido quadras com até 220 m (duzentos e vinte metros de comprimento".

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 26 de Setembro de 2014.  
AGNALDO DAVID MACCARI  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI  
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Portarias de Licença Maternidade 2801-2894/2014

PORTARIA Nº. 2801 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

#### RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ISABELA MONTE CRISTO LOPES, matrícula nº. 3655/02, que exerce a função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 24/08/2014 a 19/02/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/08/2014 a 19/02/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2802 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

#### RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ISABELA MONTE CRISTO LOPES, matrícula nº. 3655/11, que exerce a função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 26/09/2014 a 24/03/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 26/09/2014 a 24/03/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 26 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2850 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

#### RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. SHIRLEI FRANCISCO LISBOA, matrícula nº. 3230/04, que exerce a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, pelo período de 30/08/2014 a 25/02/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 30/08/2014 a 25/02/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 30 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2894 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

#### RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANA DA LUZ SILVA REIS, matrícula nº. 62090/04, que exerce a função de Professora

de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 15/09/2014 a 13/03/2015 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15/09/2014 a 13/03/2015, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de setembro 2014.

#### **Portarias de Licença Premio 2783-2901/2014**

PORTARIA Nº. 2783 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. JULIANA CRISTINA JUTTEL, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2014 a 29/11/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2014 a 29 de novembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 01 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2823 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. TATIANA DE MELLO BORGES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 15/09/2014 a 13/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de setembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 05 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2853 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANE RONCALIO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 07/10/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 07 de outubro de 2014. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias. Restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2854 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ANA ROSA PERES RIBEIRO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2855 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELIDIANE TAMAGNO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2856 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. VERONI ESPINDOLA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2857 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. ROSA APARECIDA DE SOUZA GALVEZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2858 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. NEUSA NASCIMENTO DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2859 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. FABIANA FRANCISCO BOLSONI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2860 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. ROSIMERI ROLIM DE MOURA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2014 a 06/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2014 a 06 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2861 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CENIR SUELI BETTEGA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2870 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELISANDRA PINHEIRO VARGAS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na

função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2871 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DEISE CARDOSO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2872 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. SANDRA ROSELI DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa).

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

**PORTARIA Nº. 2873 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. TEREZINHA APARECIDA BADAIA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa).

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

**PORTARIA Nº. 2874 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr<sup>a</sup>. SELMA SUZETE CIPRIANO ROMAO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.**

**ROBERTO CARLOS DE SOUZA**  
**PREFEITO**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

**PORTARIA Nº. 2875 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

**"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"**

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, o Sr. LUDGERO JOAO DOS SANTOS JUNIOR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos

90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2876 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MIRIAN REGINA SANTIAGO GALVEZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 09/10/2014, referente ao serviço público prestado entre 2004/2009.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 09 de outubro de 2014. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias. Restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2877 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSI CLEIA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2878 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. REGINA AMARO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2879 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ELIANA APARECIDA LORENÇO ALVES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2880 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSA MARIA DUARTE AMORIM, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2014 a 08/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2014 a 08 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2890 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, o Sr. JOSE ROBERTO FERREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 15/09/2014 a 13/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2000/2005.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de setembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 12 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2901 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSIMERE ALVES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 15/09/2014 a 13/12/2014, referente ao serviço público prestado entre 2004/2009.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de setembro de 2014 a 13 de dezembro de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa).

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE SETEMBRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 16 de setembro de 2014.

## **Ata II - Pregão Presencial 35/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Pregão 35/2014 FMS

ATA II ABERTURA ENVELOPES DE HABILITAÇÃO REINICIADA A SESSÃO AS 09:00 H CONFORME AGENDADO/PUBLICADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES A.P. TORTELLI COM.PROD. MED.HOSP. E LICITANTE PKB PROD. QUÍMICOS LTDA, necessária a abertura pois na época da primeira sessão estas não foram abertas pois não haviam ganho nenhum item, com a reprovação de amostras de outras licitantes se fez necessária a abertura da habilitação. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO E A EQUIPE ABRIRAM OS ENVELOPES E CONSTATARAM QUE AMBAS LICITANTES ATENDERAM COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO QUE ENCERRA A SESSÃO. MESMO COM A PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO NÃO COMPARECERAM LICITANTES INTERESSADOS NA SESSÃO.

Pregoeiro  
E equipe de apoio

NAVEGANTES 26 DE SETEMBRO DE 2014

## **PORTARIAS DE LICENÇA SAÚDE 2793-2932/2014**

PORTARIA Nº. 2793 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUZANA REGINA CUNHA, sob matrícula nº 1812/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 29/05/2014 à 08/08/2014 e 18/08/2014 à 22/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29 de maio de 2014 à 08 de agosto de 2014 e 18 de agosto de 2014 à 22 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo

seus efeitos retroativos a partir de 29 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2799 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ISABELA MONTE CRISTO LOPES, sob matrícula nº 3655/02, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 02/05/2014 à 23/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2014 à 23 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2800 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ISABELA MONTE CRISTO LOPES, sob matrícula nº 3655/11, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período

de 02/05/2014 à 25/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2014 à 25 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2803 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a VIVIANE PIERRE DOS PASSOS, sob matrícula nº 1439/08, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/07/2014 à 29/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de julho de 2014 à 29 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de julho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2818 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a DANIELA ANTONIO PEREIRA, sob matrícula nº 2856/10, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/08/2014 à 02/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24 de agosto de 2014 à 02 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2819 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALBERTINA MEDEIROS RANGHETTI, sob matrícula nº 207/01, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 27/08/2014 à 29/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 27 de agosto de 2014 à 29 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 27 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2820 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA, sob matrícula nº 4617/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 27/08/2014 à 29/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 27 de agosto de 2014 à 29 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 27 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2849 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a VERONICA DE MENEZES DA SILVA, sob matrícula nº 3501/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 08/07/2014 à 05/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de julho de 2014 à 05 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 08 de julho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2864 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALBERTINA MEDEIROS RANGHETTI, sob matrícula nº 207/01, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 03/09/2014 à 05/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de setembro de 2014 à 05 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2865 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARZILETE JORGE CHIAMULERA, sob matrícula nº 2349/02, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 02/08/2014 à 10/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de agosto de 2014 à 10 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2881 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUZANA REGINA CUNHA, sob matrícula nº 1812/01, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/09/2014 à 06/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de setembro de 2014 à 06 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2882 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CLAUDIA MARIA APOLINARIA, sob matrícula nº 19852/02, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 23/08/2014 à 30/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 23 de agosto de 2014 à 30 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 23 de agosto de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2887 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ROSA MARIA DUARTE AMORIM, sob matrícula nº 16746/01, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/03/2014 à 05/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 à 05 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2891 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a WILSA DE SOUZA DE BORBA, sob matrícula nº 2359/03, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/07/2014 à 15/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de julho de 2014 à 15 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de julho de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2892 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANDREIA DOS SANTOS, sob matrícula nº 20001/06, no cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 20/05/2014 à 12/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20 de maio de 2014 à 12 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de maio de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2893 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALZIRA DA SILVA, sob matrícula nº 3580/05, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 01/09/2014 à 15/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de

setembro de 2014 à 15 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2904 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a NILSA TEREZINHA ANTUNES DA COSTA, sob matrícula nº 708/03, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 04/12/2013 à 12/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de dezembro de 2013 à 12 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de dezembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2911 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALBERTINA MEDEIROS RANGHETTI, sob matrícula nº 207/01, no cargo de

Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12/09/2014 à 19/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de setembro de 2014 à 19 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2922 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANGELA MARIA EMILIO, sob matrícula nº 1725/01, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/07/2013 à 18/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de julho de 2013 à 18 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de julho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2923 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de

20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANGELA MARIA EMILIO, sob matrícula nº 1725/06, no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/07/2013 à 18/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de julho de 2013 à 18 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de julho de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2924 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SALMA SANDRA CONCEIÇÃO MOREIRA, sob matrícula nº 3126/05, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/04/2014 à 22/08/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de abril de 2014 à 22 de agosto de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 18 de abril de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2930 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a TANIA DO ROCIO FERREIRA, sob matrícula nº 14937/04, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 06/09/2013 à 11/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de setembro de 2013 à 11 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de setembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2931 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a OLINDA HETZER BRISTOTTI, sob matrícula nº 2382/02, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 21/03/2014 à 13/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 21 de março de 2014 à 13 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21 de março de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2932 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SANDRA REGINA DOS SANTOS, sob matrícula nº 4016/03, no cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10/12/2013 à 19/09/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de dezembro de 2013 à 19 de setembro de 2014.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 10 de dezembro de 2013, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

**Progressão Funcional por Tempo de Serviço 2827-2927/2014**

PORTARIA Nº. 2827 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

**"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"**

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

**RESOLVE:**

I - Promover, a Srª. CLAUDIE MARI DE SOUZA SALATA, sob matrícula nº 2729/02 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2828 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JOSIMARI DA COSTA DO AMARAL, sob matrícula nº 2809/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2829 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. CARMEN DEA GAYA, sob matrícula nº 2807/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as

disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2830 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANGELA TREVISANI CABRAL, sob matrícula nº 2801/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “D”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2831 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ANDREA ROVER, sob matrícula nº 2798/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil,

posicionando-se na Referência "E", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2832 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARISA DE SOUZA DOS SANTOS, sob matrícula nº 2805/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "D", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2833 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ALINE SIMONE NARDES, sob matrícula nº 2808/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "D", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2834 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. JANETE BENTO DA SILVA, sob matrícula nº 1953/02 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2835 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELISANDRA PINHEIRO VARGAS, sob matrícula nº 2246/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2836 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SILAMARA DIAS, sob matrícula nº 2363/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2837 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SANDRA APARECIDA BECHER, sob matrícula nº 2283/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2838 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARLI TEREZINHA VIESSELI CECHERLO, sob matrícula nº 2702/02 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2839 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARI CRIS CORDOVA, sob matrícula nº 1245/04 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2840 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. SILVIA MARI RODRIGUES OLIVEIRA, sob matrícula nº 2802/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2841 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ROSANE BODENMULLER ROMAO, sob matrícula nº 2263/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência “F”, referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2842 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

“PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO”

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. ELIZANDRA IVONETE PEREIRA, sob matrícula nº 2377/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais

por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2843 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. PATRICIA DA SILVA EMILIO, sob matrícula nº 2266/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2844 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MARA RUBIA NUNES, sob matrícula nº 2346/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2845 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. KELEN SAGAS DE BORBA, sob matrícula nº 2803/01 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "F", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data  
Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº. 2927 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.  
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003.

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. VANESSA REGINA DOS SANTOS, sob matrícula nº 2422/03 no quadro geral dos Servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "E", referente ao período trabalhado de 2012/2014.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

### **Portarias de Readaptação 2673-2848/2014**

PORTARIA Nº 2673 DE 07 DE AGOSTO DE 2014.  
"READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido o servidor Srª. SUZANA REGINA CUNHA, que exerce o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 25 de agosto de 2014 até 25 de agosto de 2015.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 25 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2014 .  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de agosto de 2014.

PORTARIA Nº 2718 DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

"READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido o servidor Srª. IVONETE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, que exerce o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 05 de agosto de 2014 até 05 de agosto de 2015.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de agosto de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE AGOSTO DE 2014 .

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2014.

PORTARIA Nº 2847 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. MARIZA MARIA AMORIM, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 05 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 05 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014 .

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde PerÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº 2848 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"READAPTA A PEDIDO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar a pedido a servidora Srª. MARIZA MARIA AMORIM, que exerce o cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 05 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 05 de setembro de 2014 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2014 .

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

Benilde PerÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de setembro de 2014.

## **Portaria de Retorno da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares 2806/2014**

PORTARIA Nº 2806 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 21/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Srª. DENISE TEREZINHA ZENI, que exerce função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 04 de setembro de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 04 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de setembro de 2014.

## **Ata de Julgamento de Impugnação de Edital Referente Pregão Presencial Nº 189/2014 PMN**

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2014 PMN

Aos 26 dias de setembro de 2014, às 11:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital do Pregão Presencial nº 189/2014 PMN, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, protocoladas pela empresa DETETIZADORA BARROS LTDA - CNPJ: 86838547/0001-86, em 22/09/2014.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

"Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo

dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

#### DAS IMPUGNAÇÕES:

Em síntese, manifesta-se a empresa DEDETIZADORA BARROS LTDA arguindo o que segue e ao final requer seja dado provimento à IMPUGNAÇÃO:

#### DO REQUERIMENTO

1- Requer a retificação/inclusão dos itens abaixo conforme os seguintes motivos:

a- Alvará de Transporte de produtos e equipamentos para controle de pragas;

b- Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Química (conforme Decreto Federal 85877/81[...])

c- Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Regional de Química, no qual conste atestado de capacidade técnica em serviço de controle de vetores e pragas, desinsetização e Limpeza de Reservatórios de água;

d- A.F.T/ A.R.T. discriminando profissional responsável técnico (químico) devidamente habilitado para o exercício das funções[...].

e- Cópia da CTPS paginas de identificação e contrato de trabalho, e da ficha de registro na empresa no caso de funcionário da licitante; ou copia do ato constitutivo, Estatuto, Contrato Social no caso de sócio, ou copia de contrato de prestação de serviços [...]

f- Cópia dos treinamentos obrigatórios NR33 (trabalho em espaço confinado) , NR 35 (trabalho em altura) de no mínimo 2 funcionários para realização da limpeza dos reservatórios de água;

g- Contrato de prestação de serviços fornecido por pessoa jurídica de direito público, acostado de NF [...] comprovando que o licitante já prestou serviços semelhantes [...]com valor no mínimo 70% do valor referencial deste edital.

h- Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito publico, com registro no CRQ, contendo nome, numero do C.N.P.J da contratante e da contratada, tipo do serviço prestado, com data, assinatura e carimbo, preferencialmente em papel timbrado.

i- Comprovação de registro no M.S dos produtos que serão utilizados nos serviços, ou documento de isenção, fornecido pela AN-VISA;

j- Indicação da empresa que faz coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos resíduos gerados através de certificado de destinação final de resíduos, acostada por licença ambiental de operação da mesma.

#### DA DECISÃO:

1 - Em consulta a secretaria solicitante foi acordado o seguinte:

a- INDEFERIDO, entretanto o edital será retificado devendo ser Apresentado declaração se responsabilizando e, informando que atende todas as exigências seção IV da RDC 52/2009.

b- DEFERIDO, O decreto citado dispõe sobre o exercício da profissão de químico, não requer certificado de registro da empresa junto a conselho, todavia o edital já atende o Decreto 85877/81 solicitando comprovação de possuir responsável técnico habilitado item 5.4.3, 5.4.3.1; tendo em vista a RDC 52/2009 necessário se faz a exigência de APRESENTAÇÃO DE REGISTRO JUNTO AO CONSELHO PROFISSIONAL DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO §2º ART 8º.

c- INDEFERIDO, a solicitação do impugnante já consta no edital, item 5.4.3. Quanto à menção de atestado de capacidade técnica o mesmo também já é solicitado para a empresa, item 5.4.1.

d- DEFERIDO, deverá ser apresentado A.F.T ( anotação de função técnica ) compatível com o objeto licitado.

e- INDEFERIDO, a solicitação do impugnante já consta no edital, item 5.4.3.2

f- DEFERIDO, deverá ser apresentado cópias do comprovante de treinamento das NR's 33 (trabalho em espaço confinado) e 35 (trabalho em altura) de no mínimo 02 funcionários (devidamente comprovado que são funcionários, um treinamento para cada ). Art. 30, IV lei 8666/93

g- INDEFERIDO, a administração não pode exigir documentos além dos previstos no Art.30 da lei 8666/93.

h- INDEFERIDO, o atestado de capacidade técnica já é solicitado no edital, item 5.4.1. Caso necessário a comissão abre diligencia para complementar possíveis omissões;

i- INDEFERIDO, o edital já exige a declaração de que os produtos utilizados possuem registro no MS, lembrando que caso não seja fornecidos produtos em conformidade com a RDC 52/2009 a empresa responderá administrativamente.

j- INDEFERIDO, entretanto o edital será retificado devendo ser Apresentado declaração se responsabilizando e, informando que atende todas as exigências seção IV da RDC 52/2009.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 26 de setembro de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

RATIFICANDO

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração.

#### Ata Verificação de Amostras Pregão Presencial Nº 20/2014 F.M.V.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 F.M.V.

AOS 17 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2014 REUNIRAM-SE OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº20/2014 F.M.V. 2º SGT PM 920960-3 CLAUDINO SCHULLER AUXILIAR DO P-4 DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, O QUAL VERIFICOU A APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO REFERENTE A LICITANTE CONFORME SEGUE:

SULVILLE ART MILIT- WILSON A. PEREIRA CALÇADOS-ME

ITENS APROVADOS:3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 E 25

DEFENCER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

ITENS REPROVADOS: 23 E 24 NÃO FORAM APRESENTADAS

UNIFORMES GERAIS LTDA - EPP

ITENS APROVADOS:1, 2, 4, E 18

FICAM DESDE JÁ INTIMADO DO PRESENTE.

2º SGT PM 920960-3 CLAUDINO SCHULLER AUXILIAR DO P-4 DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

## CHAMAMENTO 2º COLOCADO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 20/2014 F.M.V.

CHAMAMENTO 2º COLOCADO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 20/2014 F.M.V.

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostras conforme segue, uma vez que as primeiras não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra.

ITENS	LICITANTES 2º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
23	WILSON ANTONIO PEREIRA CALÇADOS - EPP
24	WILSON ANTONIO PEREIRA CALÇADOS - EPP

As licitantes anunciadas deverão apresentar as amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações. Prazo contado a partir da publicação deste.

Navegantes 26 de setembro de 2014  
Pregoeiro e equipe de apoio

## Aviso de Licitação Pregão Presencial 189/2014 PMN (Ret)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2014 PMN  
----retificado----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 09/10/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 09/10/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 26 de setembro de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

## PARECER II AMOSTRAS APROVADAS/REPROVADAS 35/2014 FMS - DECISÃO RECURSO

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | DECISÃO DE RECURSOS.

Aos 23 dias do mês de setembro de 2014 reuniram-se os responsáveis pela análise das segundas amostras referente o pregão nº35/2014 FMS.

Enfermeiros responsáveis da Secretaria da Saúde os srs; Gisele Rocha Braga, Charlene Deitos, Ana Lucia Moreira, Helena dos Santos Soares, Fabiano Comarella de Souza, Jeferson Belotto, os quais verificaram a aprovação/reprovação referente a licitante conforme segue:

DIMACI

itens aprovados: 120,140.

itens reprovados:

161 não está acondicionado em caixa tipo dispenser box.

COINTER

itens aprovados: 06,79

PRODUVALE

itens aprovados: 131

Itens reprovados:

38 sem fio radiopaco, 112 não especifica lubrificação, 172 não atende o volume exigido

PKB

Itens aprovados: 17

OLIMED

itens aprovados: 94, 159, 184, 136, 180

Itens reprovados:

45 a capacidade é de 100 ml e o edital solicita 150ml, 82 não é hipoalérgico, 133 não tem numeração na embalagem, 40 não é hidrofibra, 132 não tem numeração na embalagem.

CIRURGICA BELA VISTA

Itens Reprovados -

07,21,69,107,108,134,147 itens reprovados pois não foi atendido o prazo de apresentação estipulado no edital, no edital exigia amostra no prazo de 05 dias corridos, a convocação foi publicada no DOM em 15/09/14 a licitante deveria apresentar a amostra até dia 22/09/14 ENTRETANTO apresentou só dia 25/09/2014 as 10:30h.

Após foram verificados os Recursos conforme segue:

EFETIVE

Item 115 - o edital solicita que o preservativo seja confeccionado em borracha nitrilica e a marca ofertada pela starmed são confeccionadas em látex não sendo antialérgico - decisão recurso perdeu o objeto uma vez que a empresa starmed não apresentou a amostra.

COINTER

Item 160 - A licitante COINTER faz alusão de que os segundos (dimaci) e terceiros colocados nos itens por ela recorrido também não atendem ao solicitado ao edital, entretanto foi convocada a licitante dimaci para apresentar a amostra e a mesma não apresentou, quanto a terceira faz-se necessário a aprovação ou reprovação dos técnicos (prazo ainda em aberto).

OLIMED

Itens 95,96,97,98

A recorrente não concorda com a reprovação de suas amostras, argumenta que as luvas de procedimento Nugard atendem ao edital, pois possuem um baixo teor de proteína do látex e baixo teor de pó, e por este motivo pode ser considerada hipoalérgicas - INDEFERIDO conforme parecer anterior as luvas NÃO são hipoalérgicas.

GISELE ROCHA BRAGA

CHARLENE DEITOS

ANA LUCIA MOREIRA

HELENA DOS SANTOS SOARES

FABIANO COMARELLA DE SOUZA

JEFERSON BELOTTO

### CHAMAMENTO 3º COLOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 35/2014 FMS

CHAMAMENTO 3º COLOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 35/2014 FMS

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostras conforme segue, uma vez que as segundas não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra no prazo estipulado.

ITENS	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRAS NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	PRODUVALE
03	LM FARMA
07	EFETIVE
13	SEM LICITANTE
14	SEM LICITANTE
15	SEM LICITANTE
16	SEM LICITANTE
18	STARMED
20	STARMED
21	STARMED
22	PLASMEDIC
23	EFETIVE
24	DIMACI
26	SEM LICITANTE
28	SEM LICITANTE
29	COINTER
30	COINTER
36	OLIMED
38	AP TORTELLI
39	BELA VISTA
40	COINTER
41	OLIMED
42	SEM LICITANTE
43	EFETIVE
44	PRODUVALE
45	SEM LICITANTE
52	AP TORTELLI
53	PLASMEDIC
54	DIMACI
55	EFETIVE
56	EFETIVE
57	PLASMEDIC
61	ALTERMED
62	ALTERMED
63	NÃO
64	NÃO
65	NÃO
66	NÃO
67	SEM LICITANTE
68	SEM LICITANTE
69	PRODUVALE

72	BELA VISTA
73	SEM LICITANTE
82	ALTERMED
95	DIMACI
96	DIMACI
97	DIMACI
98	DIMACI
107	DIMACI
108	DIMACI
109	PRODUVALE
112	ALTERMED
113	SEM LICITANTE
114	COINTER
115	EFETIVE
116	DIMACI
118	COINTER
127	ALTERMED
132	SEM LICITANTE
133	SEM LICITANTE
134	STARMED
137	DIMACI
138	DIMACI
139	DIMACI
140	STARMED
141	DIMACI
142	ALTERMED
143	OLIMED
144	ALTERMED
145	ALTERMED
146	BELA VISTA
147	STARMED
149	BELA VISTA
158	SEM LICITANTE
160	EFETIVE ( já está na ADM, falta verific.)
161	ALTERMED
162	SEM LICITANTE
163	SEM LICITANTE
164	SEM LICITANTE
171	SEM LICITANTE
172	ALTERMED
174	SEM LICITANTE
175	BELA VISTA
176	SEM LICITANTE
179	EFETIVE

As licitantes anunciadas deverão apresentar as amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações. Prazo contado a partir da publicação deste.

Navegantes 26 de setembro de 2014  
Douglas Lemos  
Pregoeiro

**Primeira Errata do Edital 001/2014**

Ato 001/PNN/ED1/14-ADM

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO  
(ADMINISTRAÇÃO GERAL)

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

**1.DOS HORÁRIOS DAS PROVAS**

a)Onde se lê: "7.3.1. Os horários e locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação. "

Leia-se:

**7.3.1. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PORVAS**

7.3.1.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.1.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Nível Fundamental e Nível Médio (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h
Nível Alfabetizado e Nível Superior (vespertino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequencia início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	15 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	17 h

b)Fica excluído o item 7.3.3.

**2.Do cargo de Fiscal de Defesa do Consumidor**

a)Fica excluído dos pré-requisitos, no anexo I deste edital a exigência de registro no respectivo Conselho de Classe.

b)O conteúdo do cargo passa a ter o seguinte teor:

**FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR:**

Direito Administrativo e Direito Constitucional. Contratos: disposições gerais; extinção; espécies. Responsabilidade civil. Conceito de produto. Conceito de serviço. Conhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Fiscalização no mercado de consumo para controle de qualidade, de preço e consumo. Conhecimento da política nacional das obrigações do mercado de materiais e imateriais. Conhecimento da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Efeitos do ato jurídico: nulidade; atos ilícitos; abuso de direito; fraude à lei. Prescrição e decadência. Extinção das obrigações: pagamento - objeto e prova, lugar e tempo de pagamento; mora; compensação, novação, transação; direito de retenção. Funções do Fiscal. Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do consumidor. Atividades ligadas à área de atendimento e encaminhamento de demandas dos consumidores. Qualidade no atendimento e sua importância na realização dos serviços. O ambiente das Organizações. Autoridade e responsabilidade. Delegação e descentralização. Legislação sobre Vigilância Sanitária, legislação Municipal e Estadual. Ética profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Lei Complementar Nº 83 de 16 de Julho de 2010; Dispõe Sobre A Organização Do Sistema Municipal de defesa Do Consumidor - SMDC - Institui A Procuradoria Municipal de defesa Do Consumidor - PROCON, A Comissão Municipal Permanente de Normatização - CMPM, O Conselho Municipal de defesa Do Consumidor - CONDECON, O Fundo Municipal de defesa Dos Direitos Difusos - FMDD, E Dá Outras Providências. Lei Nº 2272 de 26 de Fevereiro de 2010; Dispõe Sobre Serviço de Captura, depósito e Guarda de Animais de Grande Porte Apreendidos na Circunscrição do Município de Navegantes e dá Outras Providências. Lei Complementar Nº 189 de 19 de Novembro de 2013, Dispõe Sobre A Realização Do Serviço de Inspeção Sanitária Em Estabelecimentos Que Produzam Produtos de Origem Animal No Município de Navegantes; Lei Complementar Nº 148 de 23 de Fevereiro de 2012. Institui Normas de Saúde Em Vigilância Sanitária, Estabelece Penalidades, Cria A Taxa Dos Atos de Vigilância Municipal de Saúde e dá Outras Providências.

**3. Do cargo de Nutricionista**

c) No conteúdo programático onde se lê: "Compete ao Nutricionista pesquisar, elaborar, coordenar e controlar os programas e serviços de nutrição nas diversas unidades da Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Ibaiti - FACAÍ e da população em geral, além das seguintes atribuições:"

d) Leia-se: Compete ao Nutricionista pesquisar, elaborar, coordenar e controlar os programas e serviços de nutrição nas diversas unidades da administração municipal e da população em geral, além das seguintes atribuições:"

**4. Do cargo de Psicólogo**

a) No conteúdo programático onde se lê: "da Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Ibaiti - FACAÍ; realizar pesquisas nas diversas unidades da Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Ibaiti - FACAÍ,:"

Leia-se: "do município; realizar pesquisas nas diversas unidades do Município Navegantes,;"

5. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Navegantes, 26 de Setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO - II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | DECISÃO  
DE RECURSOS.**

RETIFICAÇÃO - II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | DECISÃO DE RECURSOS.

Aos 23 dias do mês de setembro de 2014 reuniram-se os responsáveis pela análise das segundas amostras referente o pregão nº35/2014 FMS.

Enfermeiros responsáveis da Secretaria da Saúde os srs; Gisele Rocha Braga, Charlene Deitos, Ana Lucia Moreira, Helena dos Santos Soares, Fabiano Comarella de Souza, Jeferson Belotto, os quais verificaram a aprovação/reprovação referente a licitante conforme segue:

Referente a licitante Dimaci a mesma foi convocada para apresentar a 2º amostra ref. o item 140, ENTRETANTO houve um equívoco pois quem deveria apresentar a 2º amostra era a licitante STAR-MED, desta forma:

Onde se lê:

DIMACI

itens aprovados:

120,140.

LEIA-SE:

DIMACI

itens aprovados:

120,140. (este item a licitante Starmed será convocada para apresentar sua amostra, caso não apresente ou a amostra seja reprovada o item será adjudicado para a DIMACI que já foi verificado sua amostra)

Navegantes, 26 de setembro de 2014.

Douglas Lemos

Pregoeiro

**Extrato Contratual Nº 245/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº/..: 245/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: ENGEMAS CONSTRUTORA LTDA EPP.

Vigência ..... : Início: 26/09/2014 Término: 25/12/2014.

Licitação ..... : Concorrência Pública nº 99/2012.

Recursos ..... : Dotação: 1.044 - 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE Nº 96/2012, CONCORRÊNCIA Nº 99/2012, REFERENTE À OBRA DE REMODELAGEM DO PASSEIO PÚBLICO DA AVENIDA JOÃO SACAEM, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ENGEMAS CONSTRUTORA LTDA EPP.

Navegantes, 26 de setembro de 2014.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 246/2014.**

Extrato Contratual PMN Nº 246/2014.

Contrato Nº..: 246/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Vigência ..... : Início: 26/09/2014 Término: 24/01/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 079/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.019.4490.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 144/2014, referente à Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia (com fornecimento de material) para execução da obra de construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Municipal Professora Badia de Faria, localizada no Bairro Hugo de Almeida, através da Tomada de Preço nº 079/2014.

Navegantes, 26 de setembro de 2014.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2014.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 171/2014

PROCESSO: DL171/2014.

Órgão: Prefeitura Municipal de Navegantes.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA PARA ATENDIMENTO À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Empresa: EVERALDO APARÍCIO DE CASTRO MEI.

CNPJ: 12.522.095/0001-92.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Fundamento: Art. 24, inciso I, Lei 8.666/93.

Navegantes, 25 de setembro de 2014.

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2014.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 179/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 179/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 179/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BOBINAS TÉRMICAS PARA SUPRIMENTO DOS PONTOS BIOMÉTRICOS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: Elmo Papelaria Ltda.

CNPJ: 03.999.762/0001-31

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Vigência: 25/09/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 25 de setembro de 2014.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Decreto Nº 170/2014

DECRETO Nº 170 / 2014

Declara Pontos Facultativos para os órgãos da administração direta e autárquica (SAMAE) do Poder Executivo Municipal.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados Pontos Facultativos para os órgãos da administração direta e autárquica (SAMAE) do Poder Executivo Municipal:

- dia 15 de outubro, quarta feira, em comemoração ao Dia do Professor;

- dia 27 de outubro, segunda feira, em comemoração ao Dia do Funcionário Público, que é comemorado no dia 28 de outubro;

Parágrafo Único - No dia 15 de outubro, os servidores municipais, ligados diretamente aos órgãos da administração direta e autárquica, cumprirão horário normal de trabalho e igualmente, no dia 27 de outubro, os servidores municipais em atividades nos Núcleos Escolares, Creches e órgãos ligados a Secretaria Municipal da Educação e Esportes.

Art. 2º Nas datas fixadas no art. 1º deste Decreto, os serviços públicos considerados de natureza essenciais devem garantir o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 23 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças.

### Portaria Nº 804/2014 "A"

PORTARIA Nº 804/ 2014 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 "Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento",

#### RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, a Servidora Pública Municipal LUCIA VILL SUMIK, matrícula nº 192, concursada no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2009 a 01/02/2014, a ser pago no mês de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
15 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 800/2014 "A"

PORTARIA Nº 800/ 2014 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

#### RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, matrícula nº 6477, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 11 de setembro de 2014 a 9 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 11 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## CONTRATO SP//2014

## CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e a Senhora VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Carlos Tridapalli, nº 31, Ap. 02, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 030.472.269-38, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 871,44 (oitocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 11 de setembro de 2014 a 9 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

## CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Valdineia dos Santos Rosa Raiser

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 805/2014**

PORTARIA Nº 805/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

## RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, matrícula nº 5317, atuante no cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 10 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,

15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 819/2014**

PORTARIA Nº 819/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre o Município e o Ministério Público (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), MARCIA ROOS, matrícula nº 6475, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora MARCIA ROOS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Estrela Dalva, nº 72, Bairro Perequê, Município de Porto Belo, portadora do CPF nº 487.509.480-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de setembro de 2014 a 27 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;  
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;  
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Marcia Roos  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 822/2014**

PORTARIA Nº 822/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, matrícula nº 6476, para exercer o cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 11 de setembro de 2014 a 9 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e a Senhora ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua dos Imigrantes, nº 369, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 060.933.669-01, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.943,97 (um mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 11 de setembro de 2014 a 9 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Ana Claudia Alexandre Brasil  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 824/2014 "A"**

PORTARIA Nº 824/ 2014 "A"

Designa Servidor Para Substituição Remunerada

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88,

**RESOLVE:**

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal GENICI TOMASI, matrícula 3077, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Gerente de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07 (sete) dias, a contar de 22 de setembro de 2014 a 28 de setembro de 2014, para substituição remunerada do Servidor Juliano Gulini, que estará em gozo de férias, conforme o art. 61 e 62 do Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 825/2014**

PORTARIA Nº 825/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

**RESOLVE:**

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 169/2014, ELISANGELA GONÇALVES RIBEIRO, matrícula nº 6478, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de setembro de 2014 a 20 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de setembro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora ELISANGELA GONÇALVES RIBEIRO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Amaro Damasio, nº 110, BL 02, Ap. 14, Bairro Bom Viver, Município de Biguaçu, portadora do CPF nº 949.468.842-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.943,97 (um mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 22 de setembro de 2014 a 20 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini                      Elisângela Gonçalves Ribeiro  
Prefeito Municipal                              Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 830/2014**

PORTARIA Nº 830/ 2014  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, matrícula nº 6432, atuante no cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 22 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
23 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 834/2014**

PORTARIA Nº 834/ 2014  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LUCIANO KOTARSKY, matrícula nº 6220, atuante no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 23 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
23 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Orleans

## PREFEITURA

### Errata do Edital Processo Seletivo Nº012/2014

ERRATA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ACT Nº 012/2014

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital de Processo Seletivo Nº 012/2014, para nele fazer constar que:

#### ONDE SE LÊ:

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público e em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença. As vagas serão para o cargo de Professor com atuação na Educação Básica (nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental), nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Tecnologia Educacional e Informática, Plantão de Creche e para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil com atuação na Educação Infantil e Plantão de Creche da rede pública do Município de Orleans SC, durante o ano de 2015, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

#### LEIA-SE:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ACT Nº 012/2014

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público, por demanda de matrícula e em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença. As vagas serão para o cargo de Professor com atuação na Educação Básica (nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental), nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Tecnologia Educacional e Informática, Plantão de Creche e para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil com atuação na Educação Infantil e Plantão de Creche da rede pública do Município de Orleans SC, durante o ano de 2015, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

ORLEANS (SC), 26 de setembro de 2014.

ELIETE BIANCO ZANINI DAMAZIO  
Secretária Municipal de Educação

### EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR EM AUXÍLIO DOENÇA DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº010/2013, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 010/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº010/2013 (disponível no sítio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 010/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 38860128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
EVERALDO JUNIOR GOULART	VIGIA	40

Orleans, 26 de setembro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### Lei Complementar 053/2014

Fixa o piso salarial para o cargo de agente comunitário de saúde e de pessoal para o combate às endemias conforme previsto na Lei Federal nº. 12.994, de 17 de junho de 2014 e dá outras providências.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado, a teor do disposto na Lei Federal nº. 12.994, de 17 de junho de 2014, em R\$ 1.014,00 (um mil, e quatorze reais) o piso salarial profissional dos agentes comunitários de saúde de que trata a Lei Complementar Municipal n. 023/2005 e de pessoal para o combate às endemias de que trata a Lei Complementar Municipal n. 019/2005.

Art. 2º. Fica Criado nível de 161 a 165 no anexo III da tabela de Vencimentos Cargos de Provimento Efetivo, I - Agente de Serviços Gerais da Lei Complementar 023/2005, no que tange o Cargo de Agente Comunitária de Saúde, conforme anexo que faz parte desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e futuras.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da folha de pagamento do mês subsequente a aprovação desta Lei, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, 23 de setembro de 2014.  
ROSANE MINETTO SELIG  
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

## ANEXO III

### TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

#### I - AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
161	1.014,00	1.024,14	1.034,38	1.044,73	1.055,17	1.065,72	- Agente Comunitário de Saúde.
162	1.076,38	1.087,15	1.098,02	1.109,00	1.120,09	1.131,29	
163	1.142,60	1.154,03	1.165,57	1.177,22	1.188,99	1.200,88	
164	1.212,89	1.225,02	1.237,27	1.249,65	1.262,14	1.274,76	
165	1.287,51	1.300,39	1.313,39	1.326,52	1.339,79	1.353,19	

# Palhoça

## PREFEITURA

### Tomada de Preços 190-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 190/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 190/2014, no dia 16 de outubro de 2014, às 14h-00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº 190/2014 tem como objeto a contratação de empresa especializada para construção de calçada e quadra poliesportiva coberta com vestiário na Escola Adriana Weingartner, localizada no Bairro Caminho Novo - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 26 de setembro de 2014.  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### PORTARIA Nº. 2643/2014.

PORTARIA Nº. 2643/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA ANGELICA FERREIRA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/08/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### PORTARIA Nº. 2652/2014.

PORTARIA Nº. 2652/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

CONTRATAR MARIANA DUARTE KARASIAK, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Imagem Pessoal e Customização, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 04/08/2014 à 15/12/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS  
Diretor Executivo

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

### Portaria Nº. 2653/2014.

PORTARIA Nº. 2653/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RAFAELA MARIA FREITAS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/08/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2663/2014.**

PORTARIA Nº. 2663/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Designar para fins de implementação do programa de Pavimentação em Parceria entre a Prefeitura de Palhoça e a Comunidade, que as entregas de materiais deverão ocorrer com o acompanhamento de Técnico da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura que fará a entrega e coletará a assinatura e conferência de fiel depositário.

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**Portaria Nº. 2664/2014.**

PORTARIA Nº. 2664/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adilio Xavier Rosa Junior	Professor	10	25/06/14	I - M 54-1
Adriana Campos	Professor	15	14/08/14	I - Z 76-3
Adriana da Silva	ASG	180	03/07/14	I - Z 33
Adriane S. Ribas Abreu	Técnico em Enfermagem	05	08/05/14	I - M 76-3
Alexandra Bianca de Souza	Merendeira	30	01/07/14	I - M 65-9, II - M 25-5
Aline Izabel Gonçalves	ACS	12	11/08/14	I - M 25-5
	Técnico em Enfermagem	04	06/07/14	I - I 15-9
Amanda Arlene Farias	ASO	30	25/06/14	I -
Ana Caroline Narcizo Nazareth	ASG	90	05/05/14	I - M 54-4
Andressa Daiana Loch Farias	ACS	10	30/05/14	I -
Andressa Daiana Loch Farias	ACS	09	06/07/14	I -
Andreza Demetrio	ASO	07	25/06/14	I - J 18-9
Arlene Apoliana dos Santos Padoim	ASG	90	08/07/14	I - F 33-2
Bernadete Petry de Ávila	Professor	180	18/06/14	I -

Bianca Luchi Bartuchski	Fiscal de Vigilância Sanitário	60	08/05/14	I - F 32-1
Bianca Luchi Bartuchski	Fiscal de Vigilância Sanitário	90	03/07/14	I - F 32-1
Bianca Melo Farias	Pedagoga	15	06/06/14	I - F 43-0
Bianca Melo Farias	Pedagoga	180	23/06/14	I - F 43-0
Carla dos Santos	Monitor	05	06/08/14	I - H 10
Carolina Pereira Botelho	Farmacêutica	03	04/08/14	I - Z 76-3
Catia Regina Martins	Professor	90	14/04/14	I -
Clarete Kreuch	Professor	07	13/08/14	I - Z 54
Cleide Maria de Souza	Professor	15	26/08/14	I - Z 76-3
Cleide Maria de Souza Campos	Professor	15	12/08/14	I - Z 76-3, II - M 75-4
Cleomar Aparecida Gonçalves	Merendeira	120	01/07/14	I - M 54-4, II - M 52-1
Cleude Eliza Detofol Marcio	ACS	60	04/07/14	I - M 23
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	06	10/06/14	I - M 25-4
Cristina dos Santos Gonçalves	ACS	03	07/07/14	I - M 25-4
Dalvania Valdesia Barbosa	Fisioterapeuta	30	25/06/14	I - C 73
Daniela Rodrigues	Merendeira	15	07/06/14	I - M 54-5
Daniela Rodrigues	Merendeira	06	02/05/14	I - S 20-9
Denise Machado Santiago	ASO	15	13/06/14	I - M 54-2, II - M 54-5
Edson Ronei da Silveira Junior	Professor	40	09/06/14	I - F 31
Eleomar Paes	Psicólogo	03	02/07/14	I - 76-3
Eli Regina Fernandes	ASG	120	23/06/14	I - C 25
				I - H 13-1, II - S 86, III - S 93-4
Eliane dos Santos	ASG	90	18/06/14	
Elizabeth Pflieger dos Santos	ASO	60	25/06/14	I - M 75-5, II - H 75-1
Eronei Benedetti Machado	ASO	04	08/08/14	I - J 03-9
Fabiana dos Anjos R. da Rosa	Assistente Administrativo	10	10/07/14	
Fabiola Marega de Valgas	Professor	23	18/06/14	I - M 25-9
Fernanda Julia dos Santos	ASG	180	18/08/14	I - M 54, II - J 32
Fernanda Pierri Sebastião	Professor	180	05/07/14	I -
Fernanda Rodrigues	Enfermeira	07	11/07/14	I - S 22-3
Fernanda Rodrigues	Enfermeira	08	17/07/14	I - S 22-3
Fernanda Tasca Gonçalves	Bioquímica	06	27/06/14	I - N 84-0
				I - M 51, II - M 54-1, III - M 54-5
Flavia Cristina Grah da Silva	Professor	60	27/06/14	
Fontaine Demetrius dos Passos	Artifice	08	20/06/14	I - M 54-4
Gabriel Fagundes	Motorista	05	24/06/14	I - N 47
Greice Juliane R. Bessa	Assistente Social	05	15/08/14	I - S 90-3
				I - C 18, II - K 59-1, III - E 44
Guida Maria Losso	Psicóloga	180	04/08/14	

Helena Maria Rosar	Professor	60	28/05/14	I - M 51-0, II - M 54-5, III - G 56-0
Hellen Maria	Professor	180	07/07/14	I -
Ilson Ferreira da Silva	Professor	30	04/08/14	I - B 24
Isabel Cristina Silveira Gonçalves	ASG	05	30/06/14	I - M 54-5
Jane L. A. Santos	ASG	21	14/07/14	I - M 25-5, II - M 65, III - M 77
Jane L. A. Santos	ASG	30	04/08/14	I - M 25-5, II - M 65, III - M 77
João Batista dos Santos	Técnico em Enfermagem	08	27/06/14	I - M 75-5, II - M 75-1
Joice Alzira Rodrigues	ASO	02	26/06/14	I - Z 63-6
Jucelia dos Santos Schiesse	Enfermeiro	05	18/06/14	II - R 51
Juliana Gracielle Belke	Técnico em Enfermagem	15	12/07/14	I - Z 54-0
Juliana Pereira	Socorrista	40	15/07/14	I - R 10, II - S 63-6
Kamila Campos da Silveira	Técnico em Enfermagem	180	10/08/14	I - O 62-0
Karla de Souza	ASG	06	21/07/14	I - F 32, II - R 52-1
Karla de Souza	ASG	10	28/07/14	I - F 32, II - R 52-1
Karla Steinmetz Spricigo	Professor	60	24/06/14	I -
Karolina Linhares Araujo	ACS	03	11/06/14	I - Z 76
Leoni Terezinha Silveira	ASG	22	27/06/14	I - S 93-4
Letícia Lamperte Horta Gonçalves	Professor	180	02/05/14	I - Z 44-8
Luana Terezinha Farias	Merendeira	15	12/08/14	I - S 90-0
Luciana Alice Francisco	Professor	30	23/06/14	I - F 32-9
Luciane Carla Telo Swinden	Assessor	30	09/07/14	I - R 49-
Luciane Maria da Silva	ASG	14	08/08/14	I - N 93
Luiz Fernando S. Silva	Técnico em Enfermagem	15	28/05/14	I - S 93-4
Luiz Ismael Junkes Pereira	Socorrista	02	27/06/14	
Luiz Ismael Junkes Pereira	Socorrista	07	02/07/14	
Magda dos Santos Maria	Merendeira	60	27/06/14	I - M 79, II - M 75-5
Márcia Bruggmann Spricigo	Professor	60	24/06/14	I - M 50-1
Márcia Regina da Conceição	ASG	60	10/07/14	I - F 32, II - F 43
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	10	25/06/14	I - Z 54-0, II - F 43-0
Marcio Osvaldo Moreira	ACS	60	02/07/14	I - Z 54-0, II - F 43-0
Marcos Aurelio Henrique	Cirurgião Dentista	02	12/08/14	I - Z 20-9
Marcos Luiz Keyckj	Dentista	64	23/06/14	I - M 65-1
Maria Cristina de Souza	ASG	120	02/05/14	I - G 56-0

Maria das Graças Matos Freitas	Professor	60	14/07/14	I - G 56-0, II - M 79-6
Maria Elizabete Duarte Eloster	Merendeira	60	08/07/14	I -
Maria Eni Valente Silva	ASG	60	01/07/14	I - I 25
Maria Gorete Rosa dos Santos	Merendeira	90	30/06/14	I - J 48
Maria Laurentina Leal	Merendeira	60	30/06/14	I - M 75-1, II - M 54-2
Maria Rosania Marcos Medeiros	ASG	30	03/07/14	I - Z 76-5
Maria Siluandra Rodrigues	Professor	30	11/07/14	I - Z 54-0
Maria Souza da Silva	ASG	02	21/05/14	
Mariana de Souza Boianovicky	Assistente Administrativo	03	16/06/14	I - Z 54-4, II - M 52-1, III A 08
Mariana de Souza Boianovicky	Assistente Administrativo	02	24/06/14	I - Z 54-4, II - M 52-1, III A 08
Mariana de Souza Boianovicky	Assistente Administrativo	30	04/06/14	I - Z 54-4, II - M 52-1, III A 08
Mariana de Souza Boianovicky	Assistente Administrativo	30	04/07/14	I - Z 54-4, II - M 52-1, III A 08
Mariana Mendonça Porto	ACS	10	06/07/14	I -
Maristela Joaquina da Rosa	ASG	20	07/07/14	I - F 43-0
Marlete Vargas Portela	ASO	30	14/07/14	I - S 83-0
Martila da Silva	Enfermeiro	05	07/07/14	I -
Mauricio Vaz Franco	Medico	20	11/06/14	I - I 20
Milena Aparecida Koch	Assistente Administrativo	10	13/08/14	I - T 88-9
Milton Jose Pacheco	ASG	60	01/07/14	I - M 17-0
Mirelle Bechtold	Assistente Administrativo	11	30/06/14	I - M 25-5
Mirian Regina dos S. Quadros	Professor	90	11/06/14	I - Z 54-0
Natalia de Medeiros Borges	Dentista	02	29/05/14	I - H 67-0
Nelsa Helena Mayer	ASO	15	04/07/14	I - S 25, II - Z 54-0
Nilceia Aparecida Vingla	Professor	60	30/06/14	I - M 51-0, II - M 15-0
Noara Claudemi da Silva	Assistente Social	06	02/07/14	I -
Osmar S. Vieira Filho	ACE	07	24/06/14	I - J 18-9
Osvaldo de Souza	ASG	07	14/08/14	I - M 54-5
Patrícia Regina de Goes	Técnico em Enfermagem	14	30/07/14	I - S 93-4
Patrícia Regina de Goes	Técnico em Enfermagem	25	17/08/14	I - S 93-4
Reginalda Pinho Cardoso	Professor	30	26/06/14	I - Z 54-4
Renata de Souza Fagundes	Cirurgiã Dentista	04	07/07/14	I - M 75-5
Rosa Maria Ferreira	ACD	30	25/06/14	I - I 83-9
Roseli Alves de Oliveira Rosar	ASO	09	09/07/14	I - M 15-5
Rosemeri Aparecida Farias	Professor	180	01/07/14	I -

Rosicleia Maria Azevedo	Professor	15	07/07/14	I -
	Agente Administrativo			
Rosima Cílesia Nack	Auxiliar	14	07/08/14	I - N 60-0
Rosineia Marli Martins	ACS	08	14/08/14	I - M 54
Rosita Márcia da Silveira	ASO	30	10/07/14	I - M 16-9, M 25-5
				I - F 32-3, II - R 52
Rozelia Nilma Martins	Merendeira	60	02/07/14	
Sandra Albino Borges	ACD	15	09/06/14	I - F 43
Sandra Ap. Resende Dalmaso	Psicóloga	07	09/05/14	I - O 26-8
Sandra Ap. Resende Damasco	Psicóloga	15	02/07/14	I -
Sandra Ap. Resende Damasco	Psicóloga	180	28/07/14	I -
Scheyla Jaqueline Conceição	Gerente	180	02/07/14	
Silmara Maria Macedo	Merendeira	07	07/07/14	I -
				I - M 65-9, II - M 75-5, III - M 25-5
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	45	01/07/14	
Silvana Regina Cabral de Oliveira	Professor	180	03/06/14	I -
Silvia Regina Citadim	Professor	10	30/07/14	I - T 07
Simone Duarte C. Gonçalves	Assistente Administrativo	05	30/06/14	I -
Simone Duarte C. Gonçalves	Assistente Administrativo	10	17/07/14	I -
Simone Duarte C. Gonçalves	Assistente Administrativo	180	28/07/14	I -
Sirlene Isaurina Wagner	Professor	60	01/07/14	I - M 16-9
Suzana Martins da Rosa	ACS	12	10/08/14	I - S 01-2
Suzeti Angélica Silva	Merendeira	30	30/04/14	I - Z 54-0
Teresa Rosa de Quadros	Técnico em Enfermagem	60	09/07/14	I - M 77-0
	Agente Administrativo			
Terezinha Florinda de Brito	Auxiliar	30	01/07/14	I - F 32-1
				I - H 77-8, II - M 65-9, III - D 25
Terezinha Maria da Silva	Merendeira	60	08/07/14	
				I - M 37-0, II - M 26-4
Valdete Maria Pinho	ASG	10	17/06/14	
	Cirurgiã Dentista			
Vanessa Becker		04	07/07/14	I -
	Cirurgiã Dentista			
Vanessa Becker		03	21/07/14	I -
Virginia Bombazar	Merendeira	90	25/06/14	I - F 20-0
	Agente de Saúde Pública			I - M 25-5, II - M 79-6
Zeneide Alves		14	25/06/14	
	Agente de Saúde Pública			I - M 25-5, II - M 79-6
Zeneide Alves		02	28/06/14	

Palhoça, SC, em 11 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

## PORTARIA Nº. 2276/2014.

PORTARIA Nº. 2276/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

### RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EDUARDO PEDRO DE SOUZA, titular do cargo de Colaborador, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 25 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

## LEI Nº 4.107, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.107, de 26 de setembro de 2014.

ORÇAMENTO. Abre crédito especial no orçamento do IPPA para o exercício de 2014, e inclui previsão na LDO de 2014 e PPA quadriênio 2014/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3933, de 26 de dezembro de 2013, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.947.645,59 (três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

19.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
19.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
2.194 - Pagto de Inativos e Pensionistas - Fundo Financeiro R\$ 3.797.645,59  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.680.979,92  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 2.116.665,67  
2.195 - Pagto de Inativos e Pensionistas - Fdo Previd.Capitalização R\$ 150.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

19.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
19.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
2.063 - Functo e Manutenção do IPPA - Gerenc.de Recursos R\$ 700.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00  
2.072 - Pagamentos dos Inativos e Pensionistas R\$ 3.247.645,59  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.680.979,92  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 1.566.665,67

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Palhoça, em 26 de setembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.711, de 26 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 1.711, de 26 de SETEMBRO de 2014.

ORÇAMENTO. Abre crédito especial no orçamento do IPPA para o exercício de 2014, e inclui previsão na LDO de 2014 e PPA quadriênio 2014/2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013 e a Lei nº 4.107, de 26 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.947.645,59 (três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

19.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
19.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
2.194 - Pagto de Inativos e Pensionistas - Fundo Financeiro  
R\$ 3.797.645,59  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.680.979,92  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.116.665,67  
2.195 - Pagto de Inativos e Pensionistas - Fdo Previd.Capitalização  
R\$ 150.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

19.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
19.01 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA  
2.063 - Funct e Manutenção do IPPA - Gerenc.de Recursos  
R\$ 700.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00  
2.072 - Pagamentos dos Inativos e Pensionistas R\$ 3.247.645,59  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.680.979,92  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0069 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.566.665,67

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 26 de setembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## Palmitos

### PREFEITURA

**Processo 112/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 112/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E AULAS DE MÚSICA. CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 09/10/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 09/10/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 26 de Setembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### 1º Termo de Retificação - Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 114/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014.

Objeto: Aquisição de 01 veículo, novo, zero quilômetro, tipo Pick up cabine simples, com tração 4x4, para posterior transformação em veículo tipo Auto Socorro de Urgência (ASU) para o uso do Corpo de Bombeiros Militares de Papanduva. Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 09 de outubro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 09/10/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 26 de setembro de 2014

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação - Tomada de Preços Nº 118/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 118/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Estudos, Diagnóstico Técnico e Análise para avaliar o Potencial da Produção de Leite e Piscicultura no Município de Papanduva/SC e a realização de 03 seminários com os produtores interessados, visando o debate, avaliação e qualificação dos agricultores do Município nas áreas de produção de leite e piscicultura Tipo: Menor preço global; Entrega dos envelopes: Até o dia 14/10/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 14/10/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 26 de setembro de 2014

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 093/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 093/2014, Referente à Dispensa de Licitação nº 117/2014. Objeto: Locação de um imóvel para uso da Vigilância Sanitária. Contratada: ELIAS GRESCZUK, totalizando o montante de R\$ 2.316,80 (dois mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos), sendo R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais) mensais. Vigência: A contagem do prazo deste contrato terá início no dia 25 de setembro de 2014 e termino no dia 31 de dezembro de 2014.

Papanduva/SC, 25 de setembro de 2014

Marlis dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Passos Maia****PREFEITURA****Extrato Contrato Nº. 0090/2014**

EXTRATO DE CONTRATO nº 0090/2014

Contrato de prestação de serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Passos Maia e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Vigência: O presente contrato entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2015, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia - SC, 26 de setembro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Portaria Nº 350/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 350/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de D para E, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, brasileiro, Adenor Osvaldo Nascimento, portador do CPF nº 800.269.409-06 matrícula nº 104 a disposição na Secretaria Municipal de Obras.

Município de Paulo Lopes - SC,

em 22 de Setembro 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Luceni Fermينو Silvano Fermiano

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 351/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 351/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de H para I, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, brasileira, Valdileia Valdete Gonçalves, portadora do CPF nº 035.029.069-55 matrícula nº 746 a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC,

em 22 de Setembro 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Luceni Fermينو Silvano Fermiano

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 352/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 352/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Adelaide Maria Soares, brasileira, portadora do CPF nº 927.569.139-87, matrícula nº 34 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 22/09/2014 à 06/10/2014, Encaminhando a pericia no (16º) sexto dia conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 22 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Luceni Firmino Silvano Fermiano  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 353/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 353/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Adriane Luzia Costa, brasileira, portadora do CPF nº 789.919.279-04, matrícula nº 658 ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 19/09/2014 à 03/10/2014,. Encaminhando a pericia no (16º) sexto dia conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC,  
em 24 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Luceni Firmino Silvano Fermiano  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 354/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº354/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Manoel de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 522.189.709-10, matrícula nº 11048, ocupante do Cargo de Motorista, nomeado pela portaria nº 342/2014, a disposição na Secretaria Municipal de Educação, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC,  
em 24 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Luceni Firmino Silvano Fermiano  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### Contrato Nº 162/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 162/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 85/2014 PMP - Carta Convite 16/2014 PMP

CONTRATADA: INFINITY ASSESSORIA PEDAGOGICA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração, organização, aplicação, correção e demais tramites pertinentes ao Concurso Público da administração municipal, destinado ao preenchimento de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 01/05 e suas alterações, sendo 18 (dezoito) cargos Nível Superior, 06 (seis) cargos Nível Técnico, 05 (cinco) cargos Nível Médio, 15 (quinze) cargos Nível Operacional e cadastro de reserva, para 44 Provas Objetivas, Provas de Títulos (conforme cargo), prova prática (conforme o cargo), na forma e especificações do Anexo I do Edital de Carta Convite nº. 16/2014 - PMP, independentemente de transcrição.

VALOR TOTAL: R\$ 73.800,00 (setenta e três mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2014

Penha, 25 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 061/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 061/2014 AO CONTRATO Nº005/2012FMS

Contratado (A) MARIZETE CLEIN, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 062/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 062/2014 AO CONTRATO Nº040/2012FMS

Contratado (A) SANDRA LUCIA BENTO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 063/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 063/2014 AO CONTRATO Nº078/2012FMS

Contratado (A) MARIA ROSA PRESTES REMPEL, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 064/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 064/2014 AO CONTRATO Nº081/2012FMS

Contratado (A) MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 065/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 065/2014 AO CONTRATO Nº079/2012FMS

Contratado (A) FABIANA OLIVEIRA SILVA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 066/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 066/2014 AO CONTRATO Nº093/2012FMS

Contratado (A) RENATA PEREIRA DE SOUZA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº 067/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 067/2014 AO CONTRATO Nº095/2012FMS

Contratado (A) CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA NUNES, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 068/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 068/2014 AO CONTRATO Nº100/2012FMS  
Contratado (A) CAMILA FA COSTA, fica prorrogado até 02/02/2015,  
a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 069/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 069/2014 AO CONTRATO Nº107/2012FMS  
Contratado (A) CHRISTIAN DE MELLO FERREIRA, fica prorrogado  
até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 070/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 070/2014 AO CONTRATO Nº115/2012FMS  
Contratado (A) NILZA MARIA DOS SANTOS, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 071/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 071/2014 AO CONTRATO Nº125/2012FMS  
Contratado (A) HENRIQUE ROVARIS, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 072/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 072/2014 AO CONTRATO Nº127/2012FMS  
Contratado (A) ROSANGELA BOGO GALINDO, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 073/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 073/2014 AO CONTRATO Nº132/2012FMS  
Contratado (A) GERALDO GALINDO FILHO, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 074/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 074/2014 AO CONTRATO Nº133/2012FMS  
Contratado (A) GUILHERME OKU FERNANDES, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 075/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 075/2014 AO CONTRATO Nº134/2012FMS  
Contratado (A) ELITE DE OLIVEIRA DOMECIANO, fica prorrogado  
até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 076/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 076/2014 AO CONTRATO Nº146/2012FMS  
Contratado (A) WALDEMIR ZACARIAS CUSTÓDIO, fica prorrogado  
até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 077/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 077/2014 AO CONTRATO Nº148/2012FMS  
Contratado (A) DANIELA CASSIANA PEREIRA, fica prorrogado até  
02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 078/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 078/2014 AO CONTRATO Nº145/2012FMS  
Contratado (A) OSVALDINO FRANCISCO RIBEIRO, fica prorrogado  
até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 079/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 079/2014 AO CONTRATO Nº142/2012FMS  
Contratado (A) ANDRESSA CAROLINE DA SILVA, fica prorrogado  
até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Aditivo Nº 163/2014 Pmp**

1º TERMO ADITIVO Nº 163/2014 PMP

AO CONTRATO Nº 111/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 52/2014 -PMP, modalidade  
Pregão Presencial nº. 22/2014 -PMP

OBJETO: Fornecer pães para a PREFEITURA, por meio da SECRE-  
TARIA DE EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento de 1º Termo aditivo nº 163/2014 ao Contrato Administrativo nº 111/2014, para fornecimento de pães, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VALDIR PEDRO PEREIRA ME, com sede na cidade de Penha/SC, na Avenida São João, nº 1138, no bairro Armação, Cep 88385-000, telefone 47-91352841, inscrita no CNPJ sob o nº 02.369.420/0001-75, neste ato representada Valdir Pedro Pereira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA**

Fica realizado o reequilíbrio econômico de 15.05% dos itens presentes na cláusula primeira do contrato administrativo nº 111/2014 PMP, conforme tabela:

Programa de Trabalho / Atividade				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UN.
01	Pão tipo Hot Dog Integral (Unidade contendo 50g e pacote com 10 unidades), contendo 20% da formulação de farinha de trigo integral e 80% de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, com etiqueta c/ CNPJ, data de fabricação e validade. Apresentar Amostra.	Pacote	3.500	5,70
02	Pão Francês - (Unidade contendo 50g e pacote com 10 unidades), contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, com etiqueta c/ CNPJ, data de fabricação e validade. Apresentar Amostra.	Pacote	4.000	4,50
03	Pão de Forma (contendo em média 500g com 20 fatias cada pacote), contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, com etiqueta c/ CNPJ, data de fabricação e validade. Apresentar Amostra.	Pacote	4.000	4,72
04	Pão tipo Hot Dog - (Unidade contendo 50 g e pacote com 10 unidades), contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, com etiqueta c/ CNPJ, data de fabricação e validade. Apresentar Amostra	Pacote	4.000	5,11

**CLAUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome: Josiane Bento  
CPF: 053.867.439-37

\_\_\_\_\_  
Nome:

DE ACORDO:

\_\_\_\_\_  
RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

**TERMO ADITIVO Nº 080/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 080/2014 AO CONTRATO Nº192/2012FMS  
Contratado (A) IANA CARLA PINTO DOS SANTOS, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 081/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 081/2014 AO CONTRATO Nº154/2012FMS  
Contratado (A) EDUARDO DOS SANTOS, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 082/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 082/2014 AO CONTRATO Nº151/2012FMS  
Contratado (A) WALTER LUIZ VARGAS JUNIOR, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 083/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 083/2014 AO CONTRATO Nº169/2012FMS  
Contratado (A) ADEMIR CARVALHO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 084/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 084/2014 AO CONTRATO Nº158/2012FMS  
Contratado (A) VIVIANE MARIA DA COSTA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 085/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 085/2014 AO CONTRATO Nº171/2012FMS  
Contratado (A) FERNANDO CESAR BUCHEN, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 086/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 086/2014 AO CONTRATO Nº173/2012FMS  
Contratado (A) FERNANDA LAIS CARDOSO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 087/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 087/2014 AO CONTRATO Nº162/2012FMS  
Contratado (A) SOLANGE NEUSA MARTIN, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 088/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 088/2014 AO CONTRATO Nº164/2012FMS  
Contratado (A) ANDREZA GERALDO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 089/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO ADITIVO Nº 089/2014 AO CONTRATO Nº001/2013FMS  
Contratado (A) LÍLIAN DE MELLO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.  
Evandro Eredos dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 090/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 090/2014 AO CONTRATO Nº002/2013FMS

Contratado (A) MARIÂNGELA TEODORO, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 091/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 091/2014 AO CONTRATO Nº004/2013FMS

Contratado (A) CELSO MOYA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 092/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 092/2014 AO CONTRATO Nº007/2013FMS

Contratado (A) DAVI HOLANDA LANDIM, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 093/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 093/2014 AO CONTRATO Nº015/2013FMS

Contratado (A) SIMONE SOUZA GAYA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 094/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 094/2014 AO CONTRATO Nº013/2013FMS

Contratado (A) CRISTIANE APARECIDA DE ALENCAR VIANA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 095/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 095/2014 AO CONTRATO Nº012/2013FMS

Contratado (A) LIDIANE VELOSO TEIXEIRA DE SOUZA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 096/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 096/2014 AO CONTRATO Nº011/2013FMS

Contratado (A) ELAINE CRISTINA DA COSTA, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 097/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 097/2014 AO CONTRATO Nº086/2013FMS

Contratado (A) ALESSANDRA MARIA PROVESI, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 098/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 098/2014 AO CONTRATO Nº003/2014FMS

Contratado (A) ELAINE CRISTINA GOULART, fica prorrogado até 02/02/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 099/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 099/2014 AO CONTRATO Nº145/2013 FMS

Contratado (A) ANA CAROLINA DE SOUZA KUHN, fica prorrogado até 10/01/2015, a contar de 30/09/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 100/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 100/2014 AO CONTRATO Nº178/2012 FMS  
Contratado (A) JORGE ROBERTO REBELLO, fica prorrogado até  
10/01/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 101/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 101/2014 AO CONTRATO Nº006/2013 FMS  
Contratado (A) CLEUMA SILVA NUNES WESTPHAL, fica prorrogado  
até 10/01/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 102/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 102/2014 AO CONTRATO Nº008/2013 FMS  
Contratado (A) LEANDRO BITTENCOURT BRASIL, fica prorrogado  
até 10/01/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo Nº 103/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 103/2014 AO CONTRATO Nº018/2013 FMS  
Contratado (A) ANDERSON COUTO ESTEVES, fica prorrogado até  
10/01/2015, a contar de 01/10/2014.

Penha/SC, 26 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****Contrato Administrativo N.º 264/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 264/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de CONTRATAÇÃO  
DE INSTRUTOR PARA OFICINA DE DECORAÇÃO, SECRETARIA DE  
SAUDE E BEM ESTAR,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 170/2014.

EMPRESA CONTRATADA: CLECI DO CARGO NORA CHIARANI

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor  
de R\$ 2.664,00 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

DATA DO CONTRATO: 12 DE SETEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 263/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 263/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de MOTIVAÇÃO-  
PALESTRA SHOW MOTIVACIONAL( AUTO ESTIMA PESSOAL),

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 169/2014.

EMPRESA CONTRATADA: ALB SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor  
de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 12 DE SETEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecei

# Pomerode

## PREFEITURA

### Lei Ordinária Nº 2.659, de 24 de Setembro de 2014

LEI ORDINÁRIA Nº 2.659, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.  
DENOMINA GINÁSIO DE ESPORTES HARROLD RADKE A QUADRA DE ESPORTES COBERTA DA EEBM PROF. CURT BRANDES.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de "GINÁSIO DE ESPORTES HARROLD RADKE", a quadra de esportes coberta localizada na Escola de Educação Básica Municipal Dr. Curt Brandes, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 24 de setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA Nº 2.660, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.660, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - COLÉGIO SINODAL DOUTOR BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a conceder subvenção social, no exercício financeiro de 2014, à Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Colégio Sinodal Doutor Blumenau, inscrito no CNPJ sob nº 85.461.093/0004-57, com sede em Pomerode / SC, na importância de R\$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas apresentadas no Projeto definido como "Uma escola para todos: Aprendizagem e convivência na escola inclusiva", objetivando o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 2º A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Colégio Sinodal Doutor Blumenau, para recebimento dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor, devendo apresentar à Administração Municipal e ao Poder Legislativo a respectiva prestação de contas detalhada, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento do ano em que recebeu os recursos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 24 de setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### Lei Ordinária Nº 2.661, de 24 de Setembro de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.661, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A EMPRESA KYLY INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA E SALÉZIO JOSÉ MARTINS, REQUEREREM OS CANCELAMENTOS DAS GARANTIAS JUNTO AO OFÍCIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS DA COMARCA DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a empresa KYLY INDÚSTRIA TÊXTIL, nos imóveis matriculados sob nº 2490, 2491 e 8158, a requerer o cancelamento da garantia instituída pela Lei nº 1988 de 26 de junho de 2007, em razão do cancelamento da hipoteca no imóvel sob matrícula 8720, conforme AV.14.8720.

Art. 2º Autoriza SALÉZIO JOSÉ MARTINS a requerer o cancelamento da garantia instituída pela Lei nº 1988 de 26 de junho de 2007 no imóvel matriculado sob nº 11027, em razão do cancelamento da hipoteca no imóvel sob matrícula 8720, conforme AV.14.8720.

Art. 3º Todos os imóveis mencionados estão matriculados no Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Pomerode e as despesas e emolumentos correrão por conta de cada proprietário dos respectivos imóveis.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 24 de setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### Lei Ordinária Nº 2.662, de 24 de Setembro de 2014

LEI ORDINÁRIA Nº 2.662, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA A EXTENSÃO E PONTO FINAL DA VIA PÚBLICA DENOMINADA RUA GUARAMIRIM, NA LOCALIDADE CENTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o ponto final da Rua Guaramirim, via pública localizada de forma transversal a Rua Luiz Abry, possuindo as seguintes coordenadas geográficas (S) 26º 43' 16,41" (W) 49º 10' 10,88", com 10,00m (dez metros) de gabarito total, partindo do lado ímpar da Rua Luiz Abry, adentrando no Loteamento Residencial Shalom, aprovado pelo Decreto 2683 de 29 de junho de 2012, passando a ter uma extensão de 313,00 m (trezentos e treze metros).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente lei, inclusive, a instalação de placas indicativas e de sinalização e demais providências.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o artigo 3º da Lei 1986 de 26 de junho de 2007.

Município de Pomerode, 24 de setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### Retifica 002

RETIFICA 02 AO PROCESSO LICITATÓRIO 028/2014  
PREGÃO PRESENCIAL 020/2014

O Município de Ponte Serrada, torna público a seguinte retifica:

Onde se Lê:

Dessa maneira, o Recebimento de Envelopes: será até as 08h50min do dia 02/10/2014. Abertura: às 08h00min horas do dia 02/10/2014.

Leia-se:

Dessa maneira, o Recebimento de Envelopes: será até as 08h50min do dia 02/10/2014. Abertura: às 09h00min horas do dia 02/10/2014.

Onde se Lê:

10.2 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Órgão 08: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada  
Proj/Ativ. 2.030 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde  
Despesa: 19- 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos

Leia-se:

10.2 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Órgão 08: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada  
Proj/Ativ. 2.030 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde  
Despesa: 26- 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos

Onde se Lê:

4.2. A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do(s), objeto deste Contrato, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Órgão 08: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada  
Proj/Ativ. 2.030 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde  
Despesa: 19- 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos

Leia-se:

4.2. A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do(s), objeto deste Contrato, correrão à conta da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014:

Órgão 08: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada  
Proj/Ativ. 2.030 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde  
Despesa: 26- 4.4.90.52.48.00.00.00 - Veículos Diversos

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Ponte Serrada, 27 de setembro de 2014  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Modalidade de Licitação: Carta Convite - 003/2014 Fumtur

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Carta Convite - 003/2014 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança/vigilância desarmada para atender as necessidades da Fundação de Turismo de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Convite.

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 06/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:01 horas do dia 06/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de setembro de 2014.

VILSON JOÃO JAQUES

Presidente da Fundação Municipal de Turismo

#### MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO - 024/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - 024/2014 FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor global;

Objeto: Contratação de empresa especializada na elaboração de processo seletivo para o preenchimento de vagas em caráter temporário, para atendimento de verão 2014/2015 e início do ano letivo de 2015, em unidades educacionais da rede Municipal de ensino de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (Termo de Referência) deste edital

Recebimento das Propostas: Até 09:00 horas do dia 09/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 09/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 26 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

# Porto União

## PREFEITURA

### Retificação de Edital de Pregão Presencial 023/2014 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 038/2014 - Educação

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 023/2014 - Educação

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 038/2014 - Educação, conforme consta a seguir, em virtude das alterações ocorridas no edital, altera - se a data de abertura para o dia 13 de Outubro de 2014, às 14: 00 horas. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 25 de Setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 540/2014

DECRETO Nº 540, de 19 de setembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 74.151,91 (Setenta e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e um centavos):

ÓRGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1003 - Construção de Centros de Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 - 170 - Aplicações Diretas	51	74.151,91
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		74.151,91

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Convênio com a União, PAR Nº 201400543 FNDE/MEC, na Fonte 170, conforme Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.200, de 02 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Decreto Nº 543/2014

DECRETO Nº 543, de 23 de setembro de 2014.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO JUCÉLIA ABEL DA CRUZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Tributação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 545/2014

DECRETO Nº 545, de 26 de setembro de 2014.

Prorroga por mais 15 (quinze) dias o Decreto nº 516, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre o horário e a respectiva jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 15 (quinze) dias o Decreto nº 516, de 13 de agosto de 2014, que alterou o horário e a respectiva jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de outubro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Decreto Nº 541/2014**

DECRETO Nº 541, de 19 de setembro de 2014.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO ALESSANDRA APARECIDA DO PRADO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Cultural, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Decreto Nº 542/2014**

DECRETO Nº 542, de 22 de setembro de 2014.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

## DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ALESSANDRA APARECIDA DO PRADO, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Rio do Sul****PREFEITURA****3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 202/2014**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) PATRICIA ELISANGELA BOGO portador(a) do CPF nº 040.861.259-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 202/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

## Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA ELISANGELA BOGO

Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

**Portaria Nº 1047/RH**

PORTARIA N. 1047/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

## RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ROLF RUDI KUSTERKO, matrícula n. 89796/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de setembro de 2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**DECRETO Nº 4321, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4321, de 26 de setembro de 2014.

“ALTERA O DECRETO Nº 4182, DE 10 DE JULHO DE 2014, QUE INSTITUI TURNO ÚNICO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal e Art. 48, §§ 2º e 3º da Lei Complementar 207/2010, e

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterado o inciso VI do Art. 2º, do Decreto nº 4182, de 10 de julho de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º - (...)

VI - As unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação prestarão atendimento conforme segue:

- a) Centro Integrado de Atenção à Comunidade - CONVIVA - 7h30min às 16h30min;
- b) Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - 7h30 às 15h30;
- c) Centro de Convivência da Terceira Idade - 7H30min às 11h30min e 13h às 17h;
- d) Padaria Escola - (2ª, 4ª e 6ª) 7h30 às 13h30; Até 17/10/2014 - (3ª e 5ª) das 7h30min às 11h30min e 13h às 17h; posterior a esta data, todos os dias de segunda a sexta-feira das 7h30min às 13h30min;
- e) Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS - 7h30 às 15h30min;
- f) Centro de Atendimento Social ao Cidadão - CASC - 7h30min às 15h30min;
- g) Centro Pop - 7h30min às 15h30min.” (NR).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

## Salto Veloso

### PREFEITURA

**Extrato do Edital de Concurso Público 001/2014**

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Edital de Concurso Público 001/2014

do município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Salto Veloso, com inscrições abertas no período de 29/09/2014 a 28/10/2014 e provas previstas para o dia 09/11/2014, para os cargos de nível alfabetizado: Auxiliar de Limpeza Urbana (gari), Operário Braçal, Operador de Máquinas Classe II, Operador de Bobcat, Motorista Classe III; nível fundamental: Motorista Classe II, Auxiliar de Limpeza; nível médio: Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Técnico em Compras e Licitações; nível superior: Enfermeiro, Assistente Social, Médico. Maiores informações contam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no mural oficial e site [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br), da Prefeitura Municipal e no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

Salto Veloso, 26 de setembro de 2014.

Pedro Sezi Silva

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 002/2014**

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Edital de Processo Seletivo 002/2014

O município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas de emprego público do quadro único de pessoal da administração direta do município de Salto Veloso, com inscrições abertas no período de 29/09/2014 a 28/10/2014 e provas previstas para o dia 09/11/2014, para os cargos de nível fundamental: Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias. Maiores informações contam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no mural oficial e site [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br), da Prefeitura Municipal e no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br)

Salto Veloso, 26 de setembro de 2014.

PEDRO SEZI SILVA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 132/2014

PORTARIA Nº 132/2014

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA ASSINAR PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a funcionária pública municipal Sra. SIMONI ROZANA KOPSEL, ocupante do cargo de Gerente de Administração, matrícula 1264/5 lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Designada para assinar interinamente todos os documentos e solicitações de compra da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC,

26 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

#### REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 259/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 259/2014  
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 30 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: VISANDO A ESCOLHA DE PERMISSONÁRIA PARA OUTORGA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1007 DE 10 DE AGOSTO DE 2004 ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2973 DE 06 DE MARÇO DE 2012.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 17h00min ou no site [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

#### PORTARIAS/SEMED Nº 1068 A 1102/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1068, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Milton Hurpia da Rocha. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1069, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Maria Margarete Tschoeke dos Santos. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1070, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Ines Schipietz Stal. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1071, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Sirlei de Fátima Alves de Oliveira Souza. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1072, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Lizionete Pedroso do Amaral Beppler. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1073, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Cirlene Torneaux. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1074, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Simone Aparecida Sluminski Correa. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1075, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Marisete Lourenço da Silva Liebl. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1076, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Margarete Gonçalves Padilha. Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 1077, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Soeli Aparecida Belarmino Junckes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1078, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Viviani Ribeiro Ribas Santos. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1079, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Marcia Fridrichsen. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1080, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Patricia Tartas Sestren. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1081, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Margarete do Carmo Silva Tischner. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1082, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Rosane Levandoski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1083, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Celene Karla Tiehm Mielke. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 1084, de 05 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Cleide Leticia Neundorff Kautnick. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1085, de 05 de setembro de 2014. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Fernanda Cristina Piontkiewicz Gonschorovski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1086, de 15 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Wagner Portela Oliveira. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1087, de 15 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Maíse Maria Schreiner Pokriwieski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1088, de 15 de setembro de 2014. Prorroga Readaptação Funcional. Leida Teresinha Morvan. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1089, de 15 de setembro de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Anthony Schukosky. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1090, de 15 de setembro de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Ana Suffez. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1091, de 15 de setembro de 2014. Concede Auxílio Doença - INSS. Deucleia Kovalski da Silva. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1092, de 15 de setembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Charlene Mara Grande. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1093, de 15 de setembro de 2014. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Charlene Mara Grande. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1094, de 15 de setembro de 2014. Concede Licença Maternidade. Luciane Link da Silva. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1095, de 15 de setembro de 2014. Revoga Portaria/SEMED nº 0947, de 25 de junho de 2014, que concede Prorrogação de Licença Maternidade. Rosane Levandoski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1096, de 15 de setembro de 2014. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Bernadete Maria Hubner. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1097, de 15 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Sueli Streit Cubas. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1098, de 17 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Solange Natali Borges. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1099, de 17 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Danielle Dienes Albertuni. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1100, de 17 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio. Roseli Staffen Habeck. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1101, de 17 de setembro de 2014. Concede Gozo de Férias. Adrieli Maria de Almeida. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1102, de 17 de setembro de 2014. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares.

Salete de Fátima Cordeiro. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## Extrato de Termo Aditivo Nº 252/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 252/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel e Terreno para Abrigar a Secretaria de Agricultura de nº 039/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GFB - GRUPO FRANCO BRASILEIRO DE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS, em 27 de JANEIRO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 21/2014 de 23 de JANEIRO de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 039/2014, que consiste na locação de imóvel e terreno para abrigar a Secretaria de Agricultura - Casa em alvenaria térrea, com uma área construída aproximada de 132,75 m2, com aproveitamento do sótão em um terreno com área de 4.190,00 m2 localizado na Rua Antonio Kaesemodel, nº 2112, Bairro Boehmerwald, nesta cidade de São Bento do Sul - SC, conforme matrícula nº R.2-29.082 registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca;

Considerando que o prazo de vigência no referido Contrato foi colocado em desacordo com o solicitado na Dispensa de Licitação 21/2014, faz-se necessário retificar a Cláusula Primeira - do Objeto e Prazo;

Considerando a necessidade de a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente permanecer onde já está instalada, e o imóvel mostrar-se vantajoso devido ao espaço físico e localização, próximo a Secretaria de Obras;

Considerado os motivos descritos acima, faz-se necessário retificar e prorrogar o referido Contrato nos seguintes termos:

Fica retificada a Cláusula Primeira - do Objeto e Prazo, do Contrato nº 039/2014, para que onde se lê: "O LOCADOR aluga ao LOCATÁRIO, o imóvel acima descrito pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2014 e com término em 31 de dezembro de 2014, data em que o LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel locado em perfeitas condições e totalmente desocupado, ou podendo ser prorrogado por igual período, se for de interesse de ambas as partes"; leia-se: "O LOCADOR aluga ao LOCATÁRIO, o imóvel acima descrito pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2014 e com término em 30 de junho de 2014, data em que o LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel locado em perfeitas condições e totalmente desocupado, ou podendo ser prorrogado por igual período, se for de interesse de ambas as partes".

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 3 (três) meses, a contar de 01 de julho de 2014 e com término em 30 de setembro de 2014.

Permanece o valor mensal em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), totalizando o valor em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2014.

Ass: ROBERTO SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

GFB - GRUPO FRANCO BRASILEIRO DE COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MÓVEIS, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 262/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 262/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Sanitária referente a Coleta Convencional e Seletiva, Locação de Contêineres, Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares, Destinação Final, Operação e Manutenção do Aterro Sanitário de nº 217/2009, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, em 24 de agosto de 2009, conforme Edital de Concorrência Pública nº 156/2009.

Considerando o objeto do Contrato nº 217/2009, que consiste na prestação de serviços de engenharia sanitária referente coleta convencional e seletiva de lixo, transbordo e transporte de resíduos sólidos domiciliares, locação de contêineres e serviços de operação e manutenção de aterro sanitário;

Considerando que a vigência do referido instrumento, consoante previsão da Cláusula 1ª do Termo Aditivo nº 390/2013, expira em 31 de agosto de 2014, completando ao todo sessenta meses de contratação, com amparo no inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93, por se tratar-se de serviços de natureza contínua;

Considerando que um novo processo licitatório para a contratação dos serviços referidos encontra-se em desenvolvimento no SAMAE, estando atualmente em sua fase interna, mais precisamente na finalização do projeto básico, instrumento que, é sabido, define em detalhes todas as características das obras e/ou serviços necessários à satisfação do interesse público, resguardadas todas as peculiaridades do serviço, inclusive com o levantamento/atualização dos custos necessários para a execução dos serviços;

Considerando a justificativa em anexo ao Termo Aditivo que fica fazendo parte integrante deste como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito, leva a conclusão lógica de que a melhor - senão a única - alternativa viável para a manutenção dos serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos em nosso município, repousa na prorrogação excepcional do Contrato nº 217/2009, até 31 de dezembro de 2014, com base na faculdade prevista no § 4º do Art. 57 da Lei de Regência das Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando, tratando-se da ocorrência da hipótese autorizada pela Lei Federal nº 8.666/93, fica justificada, para todos os fins e efeitos legais, a necessidade de prorrogação do Contrato nº 217/2009, em caráter excepcional, por quatro meses (de 01/09/2014 a 31/12/2014), com fulcro no §4º do Art. 57 da Lei de Licitações e Contratos, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 01 de setembro de 2014 e com término em 31 de dezembro de 2014.

Permanecem os valores contratados para o período prorrogado, nos seguintes termos:

- Coleta Convencional de Lixo - R\$ 124,37 por tonelada;
- Coleta Seletiva de Lixo - R\$ 15.711,31 por equipe mês;
- Locação de Contêineres - R\$ 265,06 por unidade;
- Serviço de Manutenção do Aterro Sanitário - R\$ 15.249,47 por equipe mês;
- Serviço de Operação do Aterro Sanitário - R\$ 56,60 por tonelada;
- Serviço de Transbordo e Transporte - R\$ 52,32 por tonelada;
- Serviço de Destinação Final - R\$ 103,52 por tonelada.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

**Portaria Nº 6522/2014**

PORTARIA Nº 6522, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 25 de setembro de 2014, CINANDRA CEHELERO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil - Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**Decreto Nº 0680/2014**

DECRETO Nº 0680, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

ALTERA DENOMINAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR "ESCOLA BÁSICA VEREADOR ALEXANDRE ALFREDO GARCIA" PARA PRÉ-ESCOLA MUNICIPAL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que foi cessado, a partir do início do ano letivo de 2014, o Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Escola Básica Vereador Alexandre Alfredo Garcia;

Considerando que o Estabelecimento de Ensino continua com a oferta da Educação Infantil, Pré-Escola:

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a denominação da Escola Básica Vereador Alexandre Alfredo Garcia para "Pré-Escola Municipal Vereador Alexandre Alfredo Garcia", localizada na Rua Raulino Guido Hastreiter, n. 111, Bairro Boehmerwald, neste município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0682/2014**

DECRETO Nº 0682, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

## DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.826,00 (dezoito mil e oitocentos e vinte e seis reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (286) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo

R\$ 12.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria Munc. de Desenvolvimento Econômico (334) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações

R\$ 6.826,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 10.000,00

(290) 3.3.90.47.00.00.00 152 - Obrigações Tributárias

R\$ 2.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 2.016 - Gestão da Secretaria Munc. de Desenvolvimento Econômico (322) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais

R\$ 6.826,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0683/2014**

DECRETO Nº 0683, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ALTERA DENOMINAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL SOSSEGO DA MAMÃE" PARA PRÉ-ESCOLA MUNICIPAL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que foi cessada, a partir do início do ano letivo de 2014, por reordenação de faixa etária, a creche do Centro de Educação Infantil Municipal Sossego da Mamãe;

Considerando que o Estabelecimento de Ensino continua com a oferta da Educação Infantil, Pré-Escolar:

## DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a denominação do Centro de Educação Infantil Municipal Sossego da Mamãe para "Pré-Escola Municipal Sossego da Mamãe", localizada na Rua Carlos Rueckl, n. 96, Bairro Serra Alta, neste município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 0684/2014**

DECRETO Nº 0684, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

## DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(81) 3.3.90.39.00.00.00.00.0200 - Outros Serviços Terc. PJ

R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 - SANEAMENTO GERAL

Atividade: 2.066 - Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(86) 3.3.90.36.00.00.00.00.0200 - Outros Serviços Terc. PF

R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3423/2014**

LEI Nº 3423, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

cria e denomina Centro de Educação Infantil Berçário Magia do Bebê

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado e denominado de "CEIM Berçário Magia do Bebê" o Centro de Educação Infantil Municipal localizado na Rua Wenzel Kahlofer, nº 70, Centro, no município de São Bento do Sul - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3424/2014**

LEI Nº 3424, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

cria e denomina Escola Básica Municipal Annelize Beckhauser Mallon

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada e denominada de "EBM Annelize Beckhauser Mallon" a Escola Básica Municipal localizada na Rua Hans Dieter Schmidt, nº 115, Bairro Centenário, no município de São Bento do Sul - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **EDITAL Nº 002/2014 - COMDE**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL - COMDE

EDITAL Nº 002/2014

NOMINAR AS ENTIDADES CANDIDATAS PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bento do Sul, com base no artigo 4º do Edital 001/2014 do referido conselho, torna público a relação das entidades candidatas para participarem do Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMDE, que segue, por ordem alfabética, sendo:

I - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

II - Associação Renal do Planalto Norte - ARPLAN;

III - Centro de Educação do Planalto Norte - CEPLAN

IV - Fundação Pró Rim;

V - Hospital Maternidade Sagrada Família; e

VI - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis.

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014

Marília Crispi de Moraes

Presidente da Comissão Eleitoral

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 283/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 283/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 14 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS NOS ATENDIMENTOS DO PAEFI, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

### **CONVÊNIO Nº 027/2014**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 027/2014

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE BASQUETE, associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.196.469/0001-97, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco, 374, sala 33, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente João Roberto Friedrich, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 778.048-6, CPF/MF nº 311.288.589-91, residente e domiciliado à Rua Dr Cominese, 56, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, nos termos da Lei nº 3422, de 17 de setembro de 2014 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013

e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Basquete com custeio das despesas referentes a anuidade e demais despesas burocráticas junto a Federação Catarinense de Basquete; manutenção da sede da associação, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, arbitragem, uniformes, materiais esportivos e vale transporte para atletas, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 4534/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 16.500,00 (dezesesse mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 4 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do termo de convênio autorizado pela respectiva lei.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 3.201-7 a favor da Associação São Bentense de Basquete.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as

dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 24 de setembro de 2014.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOÃO ROBERTO FRIEDRICH

Presidente da Associação São Bentense de Basquete

TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA

CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA

CPF 791.399.579-34

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 254/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 254/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 104/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 31 de MAIO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 104/2014.

Considerando objeto do Contrato nº 104/2014, que consiste na contratação de empresa especializada para Revitalização dos Mirantes de Rio Natal, no Município de São Bento do Sul - SC; Considerando os problemas enfrentados pela empresa em função de furtos e deslizamentos ocorridos devido às chuvas, conforme Justificativa Técnica e Boletim de Ocorrência, anexos a este Termo Aditivo, cuja apuração da responsabilidade se dará ao final do Contrato;

Considerando também que a madeira utilizada não é de uso comum, sendo necessário maior tempo para início da obra devido a necessidade de aguardar o tempo de secagem para proceder ao corte e novo processo de secagem em autoclave para tratar a madeira;

Considerando os motivos descritos acima, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços e a vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 07 de setembro de 2014 até 06 de novembro de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 01 de outubro de 2014 até 30 de novembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 18 de agosto de 2014.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

#### **Extrato de Termo Aditivo Nº 271/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 271/2014

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 330/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 07 de OUTUBRO de 2013, conforme Edital de Concorrência Pública nº 229/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 330/2013, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária para pavimentação asfáltica da Rua Belém, Bairro Serra Alta, conforme Memorial Descritivo, Projetos e Contrato de Empréstimo entre Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC / Prefeitura Municipal de São Bento do Sul nº 2011008600;

Considerando que devido a trechos em que houve a impossibilidade da execução de toda estrutura necessária para executar a calçada pela topografia do terreno não ser ideal, faz-se necessário suprimir o referido Contrato, conforme Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 10.743,63 (dez mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2014

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>259.074.890,69</b>	<b>259.074.890,69</b>	<b>41.612.758,50</b>	<b>16,06</b>	<b>153.385.160,63</b>	<b>59,20</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>218.867.666,89</b>	<b>218.867.666,89</b>	<b>39.971.140,06</b>	<b>18,26</b>	<b>150.456.529,48</b>	<b>68,74</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.102.079,83	32.102.079,83	3.839.998,21	11,96	21.003.776,14	65,43
IMPOSTOS	27.427.649,77	27.427.649,77	3.165.568,29	11,54	18.255.734,53	66,56
TAXAS	4.658.133,64	4.658.133,64	673.877,16	14,47	2.745.619,30	58,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	16.296,42	16.296,42	552,76	3,39	2.422,31	14,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.776.675,42	8.776.675,42	1.386.129,41	15,79	5.451.779,67	62,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	6.098.318,58	6.098.318,58	942.484,67	15,45	3.760.411,56	61,66
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.678.356,84	2.678.356,84	443.644,74	16,56	1.691.368,11	63,15
RECEITA PATRIMONIAL	24.503.315,79	24.503.315,79	10.106.527,74	41,25	26.712.908,35	109,02
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	113.288,63	113.288,63	27.321,25	24,12	74.751,03	65,98
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.377.527,16	24.377.527,16	6.553.185,49	26,88	23.108.458,17	94,79
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.500,00	12.500,00	1.021,00	8,17	4.699,15	37,59
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	3.525.000,00	0,00	3.525.000,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.015.317,86	16.015.317,86	2.535.568,86	15,83	9.986.228,14	62,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.471.709,10	124.471.709,10	20.715.618,36	16,64	83.299.335,90	66,92
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	124.077.301,34	124.077.301,34	20.361.676,76	16,41	82.724.091,75	66,67
Transf. de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	17.071,78	11,38	38.563,62	25,71
Transf. de Pessoas	22.907,38	22.907,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	166.500,38	166.500,38	336.869,82	202,32	536.680,53	322,33
Transferências para o Combate à Fome	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.998.568,89	12.998.568,89	1.387.297,48	10,67	4.002.501,28	30,79
Multas e Juros de Mora	3.421.065,49	3.421.065,49	515.508,92	15,07	1.795.771,82	52,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	749.179,73	749.179,73	621.113,77	82,91	1.096.225,14	146,32
RECEITA DA DIVIDATIVA	8.199.009,35	8.199.009,35	177.865,97	2,17	837.888,66	10,22
RECEITAS DIVERSAS	629.314,32	629.314,32	72.808,82	11,57	272.615,66	43,32
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>40.207.223,80</b>	<b>40.207.223,80</b>	<b>1.641.618,44</b>	<b>4,08</b>	<b>2.928.631,15</b>	<b>7,28</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.343.518,62	16.343.518,62	72.386,06	0,44	178.571,37	1,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	16.343.518,62	16.343.518,62	72.386,06	0,44	178.571,37	1,09
ALIEAÇÃO DE BENS	1.562.095,32	1.562.095,32	0,00	0,00	199.350,00	12,76
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	672.095,32	672.095,32	0,00	0,00	199.350,00	29,66
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	890.000,00	890.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	74.500,00	74.500,00	8.660,99	11,63	39.978,68	53,66
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.227.109,86	22.227.109,86	1.560.571,39	7,02	2.510.731,10	11,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.797.543,96	19.797.543,96	40.000,42	0,20	990.160,13	5,00
Transf. de Instituições Privadas	170.000,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.259.565,90	2.259.565,90	1.520.570,97	67,29	1.520.570,97	67,29
<b>105.689.730,06</b>						
<b>68.411.137,41</b>						
11.098.303,69						
9.171.915,24						
1.912.514,34						
13.874,11						
3.324.895,75						
2.337.907,02						
986.988,73						
-2.209.592,56						
38.537,60						
1.269.068,99						
7.800,85						
-3.525.000,00						
6.029.089,72						
41.172.373,20						
41.353.209,59						
111.436,38						
22.907,38						
-370.180,15						
55.000,00						
8.996.067,61						
1.625.293,67						
-347.045,41						
7.361.120,69						
356.698,66						
<b>37.278.592,65</b>						
16.164.947,25						
16.164.947,25						
1.362.745,32						
472.745,32						
890.000,00						
34.521,32						
19.716.378,76						
18.807.383,83						
170.000,00						
738.994,93						

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>12.245.184,17</b>	<b>12.245.184,17</b>	<b>1.886.110,06</b>	<b>15,40</b>	<b>8.350.628,93</b>	<b>68,20</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.200.184,17</b>	<b>12.200.184,17</b>	<b>1.878.610,06</b>	<b>15,40</b>	<b>8.320.628,93</b>	<b>68,20</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	1.833.456,34	15,42	7.956.128,46	66,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.892.599,45	11.892.599,45	1.833.456,34	15,42	7.956.128,46	66,90
Transferências dos Municípios	88.549,40	88.549,40	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	195.035,32	195.035,32	28.114,27	14,41	90.908,70	46,61
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	24.000,00	24.000,00	17.039,45	71,00	273.591,77	139,97
Multas e Juros de Mora	24.000,00	24.000,00	17.039,45	71,00	67.503,10	281,26
RECEITA DE DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	206.088,67	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>45.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>7.500,00</b>	<b>16,67</b>	<b>30.000,00</b>	<b>66,67</b>
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	7.500,00	16,67	30.000,00	66,67
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>43.498.868,56</b>	<b>16,03</b>	<b>161.735.789,56</b>	<b>59,61</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>43.498.868,56</b>	<b>16,03</b>	<b>161.735.789,56</b>	<b>59,61</b>
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	271.320.074,86	271.320.074,86	43.498.868,56	16,03	161.735.789,56	59,61
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.319.566,40	—	—	1.738.004,30	—
Superávit Financeiro	—	7.319.566,40	—	—	1.738.004,30	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>259.089.791,01</b>	<b>11.603.949,96</b>	<b>270.693.740,97</b>	<b>30.758.627,60</b>	<b>137.115.899,23</b>	<b>34.009.948,76</b>	<b>113.839.347,41</b>	<b>42,05</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>170.905.517,10</b>	<b>6.824.488,37</b>	<b>177.730.005,47</b>	<b>28.151.502,12</b>	<b>117.493.536,53</b>	<b>31.672.710,91</b>	<b>106.150.026,64</b>	<b>59,73</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	102.577.503,91	1.027.961,64	103.605.465,55	18.857.882,76	63.351.249,66	19.162.089,15	63.029.294,55	60,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.403.000,00	-244.766,90	2.158.233,10	348.623,75	1.318.060,32	348.623,75	1.318.060,32	61,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.925.013,19	6.041.293,63	71.966.306,82	8.944.995,61	52.824.226,55	12.161.998,01	41.802.673,77	58,09
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>59.165.051,95</b>	<b>4.979.461,59</b>	<b>64.144.513,54</b>	<b>2.607.125,48</b>	<b>19.622.362,70</b>	<b>2.337.237,85</b>	<b>7.689.318,77</b>	<b>11,99</b>
INVESTIMENTOS	52.971.074,03	5.531.461,59	58.502.535,62	1.688.571,97	15.953.014,36	1.418.684,34	4.019.970,43	6,87
INVERSOES FINANCEIRAS	740.700,00	-552.000,00	188.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.453.277,92	0,00	5.453.277,92	918.553,51	3.669.348,34	918.553,51	3.669.348,34	67,29
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>300.000,00</b>	<b>-200.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA LEGAL DO RPPS</b>	<b>28.719.221,96</b>	<b>0,00</b>	<b>28.719.221,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>12.230.283,85</b>	<b>313.422,90</b>	<b>12.543.706,75</b>	<b>1.855.015,26</b>	<b>7.370.506,05</b>	<b>1.902.635,83</b>	<b>7.286.585,82</b>	<b>58,09</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.476.312,37	73.056,00	11.549.368,37	1.733.354,71	6.730.661,61	1.745.624,93	6.705.897,54	58,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	67.000,00	91.000,00	17.458,66	49.274,83	17.458,66	49.274,83	54,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	268.249,40	-4.400,00	263.849,40	5.818,97	197.037,93	41.169,32	137.881,77	52,26
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	461.722,08	177.766,90	639.488,98	98.382,92	393.531,68	98.382,92	393.531,68	61,54
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>11.917.372,86</b>	<b>283.237.447,72</b>	<b>32.613.642,86</b>	<b>144.486.405,28</b>	<b>35.912.584,59</b>	<b>121.125.933,23</b>	<b>42,76</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>11.917.372,86</b>	<b>283.237.447,72</b>	<b>32.613.642,86</b>	<b>144.486.405,28</b>	<b>35.912.584,59</b>	<b>121.125.933,23</b>	<b>42,76</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>40.609.856,33</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>271.320.074,86</b>	<b>11.917.372,86</b>	<b>283.237.447,72</b>	<b>32.613.642,86</b>	<b>144.486.405,28</b>	<b>35.912.584,59</b>	<b>161.735.789,56</b>	<b>57,10</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 26.619.826,73

FONTE:

Continua 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

SAO BENTO DO SUL, 16/09/2014

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO O INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	259.088.791,01	270.693.740,97	30.758.627,60	137.115.889,23	34.009.948,76	113.839.347,41	93,98	156.854.393,56
Ação Legislativa	2.552.500,00	2.567.500,00	394.196,15	2.043.849,06	492.014,41	1.552.485,55	1,28	1.015.014,45
Essencial à Justiça	2.552.500,00	2.567.500,00	394.196,15	2.043.849,06	492.014,41	1.552.485,55	1,28	1.015.014,45
Representação Judicial e Extrajudicial	2.250.420,00	1.480.420,00	239.634,79	1.038.308,33	242.484,98	1.030.669,96	0,85	449.750,04
Administração	2.250.420,00	1.480.420,00	239.634,79	1.038.308,33	242.484,98	1.030.669,96	0,85	449.750,04
Administração Geral	12.236.780,00	12.063.032,75	1.323.628,41	8.078.524,88	1.980.657,47	6.867.798,03	5,67	5.195.234,72
Administração Financeira	9.392.050,00	9.135.450,00	1.030.599,09	6.066.638,19	1.445.910,16	5.333.523,16	4,40	3.801.926,84
Normalização e Fiscalização	1.592.730,00	1.592.730,00	275.991,12	982.192,47	283.956,40	969.969,07	0,80	622.760,93
Tecnologia da Informação	18.000,00	18.000,00	210,00	9.107,85	2.154,51	7.883,65	0,01	10.116,35
Formação de Recursos Humanos	23.500,00	23.500,00	11.753,25	11.954,25	9.609,25	9.690,45	0,01	13.809,55
Administração de Receitas	7.000,00	7.000,00	20,00	1.049,50	0,00	811,50	0,00	6.188,50
Administração de Concessões	198.000,00	238.000,00	18.302,00	198.602,12	38.090,76	167.020,24	0,14	70.979,76
Comunicação Social	8.500,00	8.500,00	828,00	828,00	828,00	828,00	0,00	7.672,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	932.000,00	932.000,00	-50.722,63	763.785,55	190.785,61	362.821,81	0,30	569.178,19
Segurança Pública	65.000,00	107.852,75	36.647,58	44.366,95	9.322,78	15.250,15	0,01	92.602,60
Policiamento	1.400.879,10	2.533.094,30	633.101,03	1.161.207,01	167.441,98	552.945,79	0,46	1.980.148,51
Defesa Civil	753.585,96	1.319.055,70	205.463,03	428.986,15	66.640,20	210.717,21	0,17	1.108.338,49
Assistência Social	647.293,14	1.214.038,60	427.638,00	732.220,86	100.801,78	342.228,58	0,28	871.810,02
Administração Geral	6.434.416,54	7.434.230,33	976.347,38	4.336.408,55	996.266,65	3.363.390,05	2,78	4.070.840,28
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.000.710,00	4.120.573,86	711.593,44	2.660.405,20	721.871,94	2.481.154,57	2,05	1.639.419,29
Assistência Comunitária	1.179.021,42	1.175.041,99	10.527,21	913.063,80	119.708,82	476.645,01	0,39	698.396,98
Previdência Social	1.254.685,12	2.138.614,48	254.226,73	762.939,55	154.685,89	405.590,47	0,33	1.733.024,01
Administração Geral	16.016.900,57	16.027.900,57	2.614.064,91	8.651.866,12	2.757.190,91	8.590.037,09	7,09	7.437.863,48
Previdência do Regime Estatutário	1.347.700,57	1.347.700,57	118.058,87	511.598,86	139.943,66	449.881,90	0,37	897.818,67
Saúde	14.669.200,00	14.680.200,00	2.496.006,04	8.140.267,26	2.617.247,25	8.140.155,19	6,72	6.540.044,81
Atenção Básica	46.398.472,02	47.600.002,02	7.970.785,96	30.739.328,85	8.147.069,88	29.015.115,63	23,95	18.584.886,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.567.327,02	32.228.857,02	5.548.773,89	20.555.508,65	5.582.516,80	19.208.154,90	15,86	13.018.702,12
Vigilância Sanitária	14.277.870,00	14.509.870,00	2.380.648,85	9.839.616,55	2.510.262,47	9.517.199,08	7,86	4.992.670,92
Vigilância Epidemiológica	51.000,00	51.000,00	5.688,65	19.161,76	6.371,78	18.904,89	0,02	32.095,11
Educação	502.275,00	812.275,00	35.694,57	325.041,89	47.918,83	270.856,76	0,22	541.418,24
Alimentação e Nutrição	50.375.788,43	53.206.903,56	8.886.418,58	32.936.976,45	9.662.400,41	30.062.955,64	24,82	23.143.947,92
Ensino Fundamental	1.718.268,93	1.720.707,70	-7.359,63	1.636.949,25	320.662,77	1.073.909,07	0,89	646.798,63
Ensino Médio	27.387.847,85	28.478.483,57	5.313.402,94	17.481.649,38	5.123.613,77	16.214.908,91	13,39	12.263.574,66
	148.435,00	148.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.435,00
								Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO O INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	259.089.791,01	270.693.740,97	30.758.627,60	137.115.889,23	34.009.948,76	113.839.347,41	93,98	156.854.393,56
Ensino Superior	50.375.788,43	53.206.903,56	8.886.418,58	32.936.976,45	9.662.400,41	30.062.955,64	24,82	23.143.947,92
Educação Infantil	96.800,00	96.800,00	0,00	96.800,00	16.133,32	16.133,32	0,01	80.666,68
Educação Básica	17.853.591,27	19.171.631,91	3.523.901,86	11.151.986,92	3.499.351,76	10.783.940,05	8,90	8.387.691,86
Cultura	3.170.845,38	3.590.845,38	56.473,41	2.569.590,90	702.638,79	1.974.064,29	1,63	1.616.781,09
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.567.137,00	2.717.145,76	418.215,14	1.349.446,99	388.424,50	1.199.619,78	0,99	1.517.525,98
Difusão Cultural	926.000,00	927.828,74	84.040,98	159.461,85	56.480,60	83.373,50	0,07	844.455,24
Direitos da Cidadania	1.641.137,00	1.789.317,02	334.174,16	1.189.985,14	331.943,90	1.116.246,28	0,92	673.070,74
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	37.750,00	87.750,00	49.263,16	55.109,41	7.245,56	9.605,91	0,01	78.144,09
Urbanismo	37.750,00	87.750,00	49.263,16	55.109,41	7.245,56	9.605,91	0,01	78.144,09
Administração Geral	43.988.552,16	39.586.209,92	1.829.856,01	16.881.060,40	3.273.661,73	11.531.542,52	9,52	28.053.667,40
Infra-Estrutura Urbana	1.960.200,00	1.983.500,00	348.681,27	1.265.728,61	355.733,71	1.184.167,21	0,98	799.332,79
Serviços Urbanos	32.557.852,16	27.510.509,92	324.260,51	7.743.189,01	777.493,48	2.755.872,38	2,28	24.754.637,54
Habituação	9.450.500,00	10.091.200,00	1.156.914,23	7.872.142,78	2.140.434,54	7.591.502,93	6,27	2.499.697,07
Administração Geral	8.269.211,00	8.858.211,00	202.483,53	1.184.929,46	174.092,99	687.502,68	0,57	8.168.708,32
Habituação Urbana	991.711,00	991.711,00	196.957,10	676.447,12	168.566,56	635.389,17	0,52	356.321,83
SANEAMENTO	7.277.500,00	7.864.500,00	5.526,43	508.482,34	5.526,43	52.113,51	0,04	7.812.386,49
Administração Geral	14.381.237,83	19.009.072,80	2.197.012,63	10.416.152,85	2.251.485,63	7.683.492,73	6,34	11.325.580,07
Saneamento Básico Urbano	2.806.944,46	3.126.944,46	440.695,24	2.192.285,36	573.376,29	1.789.368,54	1,48	1.337.575,92
Gestão Ambiental	11.574.293,37	15.882.128,34	1.756.317,39	8.223.867,49	1.678.109,34	5.894.124,19	4,87	9.988.004,15
Preservação e Conservação Ambiental	350.300,00	437.800,00	61.708,12	218.615,75	63.815,31	193.638,44	0,16	244.161,56
Agricultura	350.300,00	437.800,00	61.708,12	218.615,75	63.815,31	193.638,44	0,16	244.161,56
Recursos Hídricos	2.519.700,00	2.583.466,00	321.109,80	956.116,48	308.180,53	913.835,68	0,75	1.669.630,32
Extensão Rural	100.000,00	103.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.366,00
Indústria	2.419.700,00	2.480.100,00	321.109,80	956.116,48	308.180,53	913.835,68	0,75	1.566.264,32
Promoção Industrial	1.380.500,00	7.333.135,00	213.755,04	6.550.550,67	434.337,74	1.041.371,72	0,86	6.291.763,28
Comércio e Serviços	1.380.500,00	7.333.135,00	213.755,04	6.550.550,67	434.337,74	1.041.371,72	0,86	6.291.763,28
Turismo	1.609.506,10	1.288.730,55	143.156,22	787.773,27	188.860,00	330.923,95	0,27	957.806,60
Energia	1.609.506,10	1.288.730,55	143.156,22	787.773,27	188.860,00	330.923,95	0,27	957.806,60
Serviços Urbanos	2.793.032,28	3.121.432,30	425.472,30	1.591.089,07	419.045,49	1.510.822,15	1,25	1.610.610,15
Desporto e Lazer	2.793.032,28	3.121.432,30	425.472,30	1.591.089,07	419.045,49	1.510.822,15	1,25	1.610.610,15
Administração Geral	4.008.602,00	4.110.194,60	312.275,87	1.712.046,08	413.796,76	1.467.685,08	1,21	2.642.509,52
Desporto de Rendimento	1.308.602,00	1.384.764,98	175.377,87	946.374,93	231.990,72	801.390,14	0,66	583.374,84
	1.043.000,00	998.604,00	136.898,00	741.722,57	181.806,04	642.346,36	0,53	356.257,64

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	259.088.791,01	270.693.740,97	30.758.627,60	137.115.889,23	34.009.948,76	113.839.347,41	93,98	156.854.393,56
Desporto e Lazer	4.008.602,00	4.110.194,60	312.275,87	1.712.046,08	413.796,76	1.467.685,08	1,21	2.642.509,52
Desporto Comunitário	1.657.000,00	1.726.825,62	0,00	23.948,58	0,00	23.948,58	0,02	1.702.877,04
Encargos Especiais	10.518.884,02	9.831.287,55	1.546.142,57	6.426.539,55	1.641.475,83	6.233.909,03	5,15	3.597.378,52
Serviço da Dívida Interna	7.856.277,92	7.611.511,02	1.267.177,26	4.987.408,66	1.267.177,26	4.987.408,66	4,12	2.624.102,36
Outras Transferências	1.124.000,00	681.170,43	8.728,50	508.869,48	104.061,76	316.238,96	0,26	364.931,47
Outros Encargos Especiais	1.538.606,10	1.538.606,10	270.236,81	930.261,41	270.236,81	930.261,41	0,77	608.344,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	28.719.221,96	28.719.221,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.719.221,96
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	12.230.283,85	12.543.706,75	1.855.015,26	7.370.506,05	1.902.635,83	7.286.585,82	6,02	5.257.120,93
Legislativa	90.000,00	75.000,00	0,00	61.000,00	14.648,68	37.832,86	0,03	37.167,14
Ação Legislativa	90.000,00	75.000,00	0,00	61.000,00	14.648,68	37.832,86	0,03	37.167,14
Essencial à Justiça	26.610,00	26.610,00	3.494,76	13.764,77	3.494,76	13.764,77	0,01	12.845,23
Representação Judicial e Extrajudicial	26.610,00	26.610,00	3.494,76	13.764,77	3.494,76	13.764,77	0,01	12.845,23
Administração	1.020.520,00	1.019.520,00	143.727,62	586.841,33	148.740,76	577.380,35	0,48	442.139,65
Administração Geral	820.300,00	819.300,00	113.474,44	467.817,69	118.487,58	458.356,71	0,38	360.943,29
Administração Financeira	200.220,00	200.220,00	30.253,18	119.023,64	30.253,18	119.023,64	0,10	81.196,36
Assistência Social	447.875,00	440.875,00	64.825,65	260.582,94	66.308,08	256.175,74	0,21	184.699,26
Administração Geral	439.400,00	432.400,00	64.825,65	260.582,94	66.308,08	256.175,74	0,21	176.224,26
Assistência Comunitária	8.475,00	8.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.475,00
Previdência Social	51.000,00	51.000,00	6.926,10	18.196,87	4.617,40	15.888,17	0,01	35.111,83
Administração Geral	51.000,00	51.000,00	6.926,10	18.196,87	4.617,40	15.888,17	0,01	35.111,83
Saúde	2.951.000,00	2.951.000,00	442.320,93	1.719.332,30	442.320,93	1.719.332,30	1,42	1.231.667,70
Atenção Básica	2.910.000,00	2.910.000,00	436.837,12	1.698.156,85	436.837,12	1.698.156,85	1,40	1.211.843,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	35.000,00	5.092,42	19.576,85	5.092,42	19.576,85	0,02	15.423,15
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	3.000,00	391,39	1.598,60	391,39	1.598,60	0,00	1.401,40
Educação	5.023.570,00	5.115.570,00	779.410,56	3.079.660,96	803.696,24	3.043.336,69	2,51	2.072.233,31
Ensino Fundamental	2.961.570,00	2.984.570,00	453.338,91	1.796.405,99	463.653,78	1.778.411,05	1,47	1.206.158,95
Educação Infantil	2.062.000,00	2.131.000,00	326.071,65	1.283.254,97	340.042,46	1.264.925,64	1,04	866.074,36
Cultura	156.615,00	156.615,00	25.571,18	96.118,22	25.571,18	96.118,22	0,08	60.882,80
Difusão Cultural	156.615,00	156.615,00	25.571,18	96.118,22	25.571,18	96.118,22	0,08	60.882,80

Continua 3/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	12.230.283,85	12.543.706,75	1.855.015,26	7.370.506,05	1.902.635,83	7.286.585,92	6,02	58,09
Urbanismo	918.300,00	903.800,00	131.302,68	533.709,47	133.140,68	527.240,16	0,44	58,34
Administração Geral	245.000,00	231.000,00	36.321,69	136.488,15	36.321,69	136.488,15	0,11	59,09
Infra-Estrutura Urbana	55.800,00	50.800,00	8.150,26	29.665,19	7.037,05	28.076,12	0,02	55,27
Serviços Urbanos	617.500,00	622.000,00	86.830,73	367.556,13	91.781,94	362.675,89	0,30	58,31
Habitação	64.623,00	64.623,00	9.967,55	38.284,83	9.967,55	38.284,83	0,03	59,24
Administração Geral	64.623,00	64.623,00	9.967,55	38.284,83	9.967,55	38.284,83	0,03	59,24
<b>SANEAMENTO</b>	705.505,40	705.505,40	87.895,62	352.272,45	87.895,62	352.272,45	0,29	49,93
Administração Geral	228.377,00	228.377,00	30.564,26	121.685,75	30.564,26	121.685,75	0,10	53,28
Saneamento Básico Urbano	477.128,40	477.128,40	57.331,36	230.586,70	57.331,36	230.586,70	0,19	48,33
Gestão Ambiental	38.500,00	38.500,00	4.309,94	16.023,04	4.345,52	15.816,43	0,01	41,08
Preservação e Conservação Ambiental	38.500,00	38.500,00	4.309,94	16.023,04	4.345,52	15.816,43	0,01	41,08
Agricultura	101.000,00	104.000,00	15.176,57	61.424,32	15.402,33	60.796,80	0,05	58,46
Extensão Rural	101.000,00	104.000,00	15.176,57	61.424,32	15.402,33	60.796,80	0,05	58,46
Indústria	93.500,00	97.500,00	15.128,69	56.864,72	15.205,35	56.663,82	0,05	58,12
Promoção Industrial	93.500,00	97.500,00	15.128,69	56.864,72	15.205,35	56.663,82	0,05	58,12
Comércio e Serviços	8.200,00	8.200,00	1.008,44	4.701,20	1.130,71	4.339,62	0,00	52,92
Turismo	8.200,00	8.200,00	1.008,44	4.701,20	1.130,71	4.339,62	0,00	52,92
Energia	6.149,37	6.149,37	783,38	3.027,76	783,38	3.027,76	0,00	49,24
Serviços Urbanos	6.149,37	6.149,37	783,38	3.027,76	783,38	3.027,76	0,00	49,24
Desporto e Lazer	41.594,00	48.750,00	7.324,01	25.894,36	7.324,01	25.894,36	0,02	53,12
Administração Geral	41.594,00	48.750,00	7.324,01	25.894,36	7.324,01	25.894,36	0,02	53,12
Encargos Especiais	485.722,08	730.488,98	115.841,58	442.806,51	115.841,58	442.806,51	0,37	60,62
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	730.488,98	115.841,58	442.806,51	115.841,58	442.806,51	0,37	60,62

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	12.230.283,85	12.543.706,75	1.855.015,26	7.370.506,05		1.902.635,83	7.286.585,82	6,02	58,09
Encargos Especiais	485.722,08	730.488,98	115.841,58	442.806,51		115.841,58	442.806,51	0,37	60,62
Serviço da Dívida Interna	485.722,08	730.488,98	115.841,58	442.806,51		115.841,58	442.806,51	0,37	60,62
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	271.320.074,86	283.237.447,72	32.613.642,86	144.486.405,28		35.912.584,59	121.125.933,23	100,00	42,76

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 16/09/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Sem/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ANUAL/2014		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>17.088.776,64</b>	<b>16.009.168,61</b>	<b>15.663.170,84</b>	<b>19.231.178,69</b>	<b>16.116.659,66</b>	<b>20.801.189,89</b>	<b>17.634.009,65</b>	<b>25.642.324,34</b>	<b>21.367.900,62</b>	<b>16.888.926,31</b>	<b>21.205.718,94</b>	<b>21.126.623,28</b>	<b>228.765.717,17</b>	<b>234.134.621,88</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.861.133,43	1.917.935,11	1.963.291,09	2.210.868,92	1.020.371,33	1.597.833,79	2.598.317,03	7.789.455,39	2.302.004,44	1.976.155,95	1.880.019,10	1.979.979,11	28.957.624,69	32.102.079,83
I.P.T.U.		289.860,72	313.940,78	285.286,89	136.834,91	6.323,64	1.139,55	893.266,99	6.314.631,30	362.247,05	364.557,55	315.781,77	288.104,67	9.621.871,02	9.070.847,34
I.R.R.F.		257.757,91	190.259,68	148.623,99	494.754,86	21.683,03	61.645,41	326.176,65	69.856,94	333.442,02	285.988,89	192.268,01	197.831,08	2.581.586,47	3.301.649,44
I.L.S.		792.827,95	862.372,48	888.700,25	855.907,19	751.501,00	741.063,08	828.231,88	896.895,90	981.897,59	842.981,33	885.131,82	10.174.762,46	12.352.160,99	12.352.160,99
I.T.B.I.		187.819,94	225.429,53	254.204,82	144.199,06	112.798,84	97.054,31	131.228,00	148.457,35	253.892,34	135.470,93	144.841,75	232.068,84	2.117.793,71	2.395.853,04
Outras Receitas Tributárias		323.466,91	325.932,64	336.465,14	559.102,90	128.684,82	666.381,44	327.413,51	360.033,90	350.535,44	348.460,25	359.679,38	376.204,70	4.461.811,03	4.991.569,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		623.763,72	531.333,07	903.945,40	698.310,85	842.194,96	630.562,52	636.201,86	639.628,75	641.241,14	676.021,03	687.624,78	698.604,63	8.209.132,71	8.776.675,42
RECEITA PATRIMONIAL		1.576.497,55	791.338,97	-549.995,20	2.022.725,56	264.970,55	5.574.140,33	1.563.213,68	3.222.132,17	4.658.802,93	1.333.121,05	5.507.514,07	4.599.013,67	30.554.375,23	24.503.315,79
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.189.366,30	1.244.203,91	1.177.691,37	1.322.620,89	1.255.526,76	1.174.981,69	1.349.013,14	1.246.244,60	1.179.893,72	1.245.299,37	1.330.277,85	1.205.191,01	14.920.110,61	16.015.317,86
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		11.061.816,86	10.758.118,60	11.758.405,51	12.522.890,05	12.367.624,08	11.527.724,01	11.144.549,94	11.925.677,38	12.210.874,69	11.273.298,49	11.494.088,71	11.672.701,81	139.717.540,13	139.738.664,09
Cota-Parte do F.P.M.		1.528.337,21	1.528.309,14	2.125.673,75	3.207.962,71	2.577.623,04	2.752.867,19	1.863.533,12	2.483.426,48	1.862.379,95	1.599.548,74	1.943.179,57	25.104.611,81	25.898.851,92	25.898.851,92
Cota-Parte do I.C.M.S.		3.521.143,48	3.441.954,84	3.814.340,86	3.798.166,31	3.793.323,63	3.609.412,76	3.662.150,68	3.568.140,77	3.626.897,97	3.665.191,62	3.419.469,77	3.616.287,83	43.537.060,52	42.104.604,08
Cota-Parte do I.P.V.A.		621.435,07	550.146,77	343.470,04	222.385,84	402.389,96	531.459,68	660.488,52	713.882,19	753.389,09	749.521,44	784.540,56	739.932,42	7.072.622,58	7.236.919,81
Cota-Parte do ITR.		4.321,87	17.910,12	1.926,17	1.455,24	1.705,89	121,06	130,55	105,39	35,64	258,45	373,87	116,36	28.460,61	29.168,63
Outras Transferências Correntes		2.544.421,29	2.452.643,25	2.360.795,76	2.193.460,96	2.395.720,19	1.520.498,72	2.326.843,36	2.876.629,23	2.174.169,75	1.992.122,43	2.901.721,63	2.393.822,43	28.133.039,00	28.503.888,77
Transferências da LC 61/1989		50.619,07	54.112,16	60.024,43	64.153,18	60.783,26	51.460,99	51.104,16	55.141,79	59.975,75	57.123,71	58.883,83	60.490,08	683.872,01	694.941,09
Transferências da LC 87/1996		15.788,02	15.788,02	15.788,02	15.788,02	16.029,79	16.029,79	0,00	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	16.029,79	175.360,61	220.289,79
Transferências do FUNDEB		2.775.750,85	2.697.254,30	3.036.186,48	3.020.617,79	3.120.888,32	3.045.283,22	2.811.051,76	2.832.305,10	3.096.870,22	2.930.671,10	2.713.710,52	2.902.843,33	34.900.000,00	34.900.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		785.598,68	766.058,85	399.142,67	453.832,32	365.971,98	326.497,55	443.014,10	719.706,05	375.283,70	384.730,42	416.884,43	971.033,05	6.406.933,80	12.998.568,89
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>1.943.381,60</b>	<b>1.586.180,05</b>	<b>1.816.790,49</b>	<b>1.785.479,89</b>	<b>1.990.377,42</b>	<b>1.821.175,21</b>	<b>1.636.200,19</b>	<b>1.997.002,38</b>	<b>1.863.397,00</b>	<b>1.777.314,11</b>	<b>1.685.006,75</b>	<b>2.301.893,47</b>	<b>22.205.498,56</b>	<b>21.885.273,57</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdencia		386.424,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	325.867,07	38.103,11	39.148,19	38.113,64	555.449,75	1.362.806,31	520.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		428.246,82	464.518,78	544.359,65	526.862,52	620.457,70	429.216,92	434.625,20	428.228,89	437.333,03	468.065,15	471.018,61	471.018,61	5.724.099,33	6.098.318,58
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		1.148.710,23	1.121.661,27	1.272.330,84	1.258.917,37	1.370.419,72	1.392.458,29	1.201.574,99	1.243.206,42	1.367.960,86	1.270.100,77	1.175.727,05	1.275.425,11	15.118.592,92	15.266.954,99
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>15.155.394,94</b>	<b>14.423.008,46</b>	<b>13.856.380,35</b>	<b>17.445.698,70</b>	<b>14.125.882,24</b>	<b>18.979.514,68</b>	<b>15.998.109,46</b>	<b>23.545.321,96</b>	<b>19.504.403,62</b>	<b>15.111.312,20</b>	<b>19.610.462,19</b>	<b>18.824.629,81</b>	<b>206.560.218,61</b>	<b>212.249.348,31</b>
FONTE:															
SAO BENTO DO SUL, 16/09/2014															

RICARDO ANTONIO HOMECHEM  
Contador CRC/SC 0298370-5

AURIENE ROEKE  
SECRETARIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEM  
Contador CRC/SC 0298370-5



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 25/09/2014

\_\_\_\_\_  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1.00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	36.361.510,98	36.361.510,98	19.178.858,34	52,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.070.847,34	9.070.847,34	8.565.647,72	94,43
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	1.256.140,36	52,65
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.352.160,99	12.352.160,99	6.774.954,59	54,85
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	1.658.991,86	45,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	193.532,28	193.532,28	61.005,91	31,52
Dívida Ativa dos Impostos	8.018.166,24	8.018.166,24	641.916,06	8,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	722.162,69	722.162,69	220.201,84	30,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	76.334.775,32	76.334.775,32	51.581.487,80	67,57
Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	16.715.029,00	64,54
Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	2.847,21	9,76
Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	5.335.184,86	73,12
Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	28.961.455,03	68,64
Cota-Parte IPI-Exportação	694.941,09	694.941,09	454.763,17	65,44
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	220.289,79	220.289,79	112.208,53	50,94
Desoneração ICMS (LC 87/96)	220.289,79	220.289,79	112.208,53	50,94
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>112.696.286,30</b>	<b>112.696.286,30</b>	<b>70.760.346,14</b>	<b>62,79</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	21.909.595,00	21.909.595,00	13.061.621,81	59,62
Provenientes da União	18.747.845,00	18.747.845,00	11.121.131,62	59,32
Provenientes dos Estados	3.161.750,00	3.161.750,00	1.940.490,19	61,37
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	353.000,00	353.000,00	245.573,45	69,57
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>22.262.595,00</b>	<b>22.262.595,00</b>	<b>13.307.195,26</b>	<b>59,77</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	46.893.722,02	47.378.074,77	31.960.742,89	67,46	30.403.521,24	64,17
Pessoal e Encargos Sociais	22.088.500,00	22.088.500,00	13.735.808,34	62,19	13.735.808,34	62,19
Outras Despesas Correntes	24.805.222,02	25.289.574,77	18.224.934,55	72,07	16.667.712,90	65,91

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		47.378.074,77	31.960.742,89	67,46	30.403.521,24	64,17
DESPESAS DE CAPITAL	2.520.750,00	3.280.780,00	542.285,21	16,53	346.176,84	10,55
Investimentos	2.520.750,00	3.280.780,00	542.285,21	16,53	346.176,84	10,55
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	49.414.472,02	50.658.854,77	32.503.028,10	64,16	30.749.698,08	60,70
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>%</b>
			Até o Bimestre (h)	(h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	22.262.595,00	23.506.977,75	14.107.863,69	43,40	13.265.910,44	43,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	21.909.595,00	23.153.977,75	13.870.662,31	42,67	13.054.806,05	42,46
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	353.000,00	353.000,00	237.201,38	0,73	211.104,39	0,69
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	22.262.595,00	23.506.977,75	14.107.863,69	43,40	13.265.910,44	43,14
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	27.151.877,02	27.151.877,02	18.395.164,41	20,76	17.483.787,64	17,56
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VI%) = (VI / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						24,71
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIb)/100] 6</b>						6.869.735,72

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	60.000,00	0,00	2.555,63	57.444,37	0,00	
TOTAL	60.000,00	0,00	2.555,63	57.444,37	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00		0,00		
	0,00	0,00		0,00		
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	34.477.327,02	35.136.857,02	22.253.665,50	68,47	20.906.311,75	67,99
	14.377.870,00	14.652.722,75	9.903.560,35	30,47	9.552.026,08	31,06
	54.000,00	54.000,00	19.161,76	0,06	18.904,89	0,06
505.275,00	815.275,00	326.640,49	1,00	272.455,36	0,89	
TOTAL	49.414.472,02	50.658.854,77	32.503.028,10	100,00	30.749.698,08	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+1)] - (15 \times IIIb)/100]$

SAO BENTO DO SUL, 25/09/2014

FERNANDO TURECK PREFEITO MUNICIPAL	AURIENE ROEPKE SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMECHEN Contador CRC/SC 029937/O-5
---------------------------------------	--	--

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	36.361.510,98	36.361.510,98	3.386.854,82	19.178.858,34	52,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.985.620,26	16.985.620,26	779.431,51	9.307.985,63	54,80
1.1.1- IPTU	9.104.215,45	9.104.215,45	605.083,46	8.571.421,50	94,15
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.567,96	25.567,96	10.725,98	27.740,42	108,50
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.318.166,24	7.318.166,24	122.070,86	535.298,49	7,31
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	571.038,72	571.038,72	43.151,23	179.299,00	31,40
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(33.368,11)	(33.368,11)	(1.600,02)	(5.773,78)	17,30
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.385.853,04	2.385.853,04	378.235,21	1.257.992,85	52,73
1.2.1- ITBI	2.414.197,52	2.414.197,52	377.548,59	1.264.754,35	52,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	686,62	1.852,49	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(28.344,48)	(28.344,48)	0,00	(8.613,99)	30,39
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	13.371.249,28	13.371.249,28	1.777.636,85	6.953.888,00	52,01
1.3.1- ISS	12.523.272,48	12.523.272,48	1.733.569,62	6.777.729,21	54,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	167.964,32	167.964,32	9.411,28	31.413,00	18,70
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	700.000,00	700.000,00	24.578,51	106.617,57	15,23
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	151.123,97	151.123,97	10.662,05	40.902,84	27,07
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(171.111,49)	(171.111,49)	(584,61)	(2.774,62)	1,62
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	451.551,25	1.658.991,86	45,84
1.4.1- IRRF	3.618.788,40	3.618.788,40	451.551,25	1.658.991,86	45,84
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	76.334.775,32	76.334.775,32	12.254.672,61	51.581.487,80	67,57
2.1- Cota-Parte FPM	25.898.851,92	25.898.851,92	3.542.728,31	16.715.029,00	64,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.898.851,92	25.898.851,92	3.542.728,31	16.715.029,00	64,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	42.194.604,08	42.194.604,08	7.035.747,60	28.961.455,03	68,64
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	220.289,79	220.289,79	32.059,58	112.208,53	50,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	694.941,09	694.941,09	119.173,91	454.763,17	65,44
2.5- Cota-Parte ITR	29.168,63	29.168,63	490,23	2.847,21	9,76
2.6- Cota-Parte IPVA	7.296.919,81	7.296.919,81	1.524.472,98	5.335.184,86	73,12
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>112.696.286,30</b>	<b>112.696.286,30</b>	<b>15.641.527,43</b>	<b>70.760.346,14</b>	<b>62,79</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	85.587,58	85.587,58	27.238,39	75.776,00	88,54
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	4.410.601,58	4.410.601,58	831.370,57	3.217.730,05	72,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.110.341,95	3.110.341,95	569.846,30	2.431.172,68	78,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.010.043,22	1.010.043,22	223.264,00	670.416,00	66,37
5.4- Transferências Diretas - PNAE	108.128,89	108.128,89	16.071,32	40.178,30	37,16
5.5- Outras Transferências do FNDE	110.441,12	110.441,12	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	71.646,40	71.646,40	22.188,95	75.963,07	106,02
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	989.153,97	989.153,97	33.739,07	33.739,07	3,41
6.1- Transferências de Convênios	989.153,97	989.153,97	33.739,07	33.739,07	3,41
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	476.789,05	476.789,05	124.173,54	372.768,75	78,18
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>5.962.132,18</b>	<b>5.962.132,18</b>	<b>1.016.521,57</b>	<b>3.700.013,87</b>	<b>62,06</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	15.266.954,99	15.266.954,99	2.451.152,16	10.316.873,21	67,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.179.770,38	5.179.770,38	708.545,62	3.342.980,68	64,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	8.438.920,82	8.438.920,82	1.407.367,41	5.792.508,38	68,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	44.057,88	44.057,88	6.411,90	22.441,65	50,94
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	138.988,22	138.988,22	23.834,78	91.050,67	65,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.833,73	5.833,73	98,03	569,37	9,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.459.383,96	1.459.383,96	304.894,42	1.067.322,46	73,14
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	34.995.000,00	34.995.000,00	5.648.866,91	23.587.223,01	67,40
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	34.900.000,00	34.900.000,00	5.616.553,85	23.453.003,57	67,20
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	95.000,00	95.000,00	32.313,06	134.219,44	141,28
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>19.633.045,01</b>	<b>19.633.045,01</b>	<b>3.165.401,69</b>	<b>13.136.130,36</b>	<b>66,91</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.504.000,00	27.024.335,30	5.113.320,01	16.464.436,35	60,92
13.1- Com Educação Infantil	9.131.800,00	9.085.800,00	1.744.838,27	5.459.574,71	60,09
13.2- Com Ensino Fundamental	17.372.200,00	17.938.535,30	3.368.481,74	11.004.861,64	61,35
14- OUTRAS DESPESAS	8.503.000,00	9.616.012,26	1.891.396,99	6.426.494,51	66,83
14.1- Com Educação Infantil	5.103.000,00	5.807.712,26	1.052.073,76	3.708.227,58	63,85
14.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.808.300,00	839.323,23	2.718.266,93	71,38
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	35.007.000,00	36.640.347,56	7.004.717,00	22.890.930,86	62,47
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					22.890.930,86
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					69,80
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					27,25
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					2,95
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					482.247,56
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					482.247,56
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	28.174.071,58	28.174.071,58	3.910.381,86	17.690.086,54	62,79
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.641.400,00	19.201.112,26	3.661.514,55	11.720.722,02	61,04
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	29.904.895,85	30.978.531,15	5.548.088,50	17.954.140,91	57,96
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	20.772.200,00	21.746.835,30	4.207.804,97	13.723.128,57	63,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.132.695,85	9.231.695,85	1.340.283,53	4.231.012,34	45,83
25- ENSINO MÉDIO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	48.556.295,85	50.189.643,41	9.209.603,05	29.674.862,93	59,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					13.136.130,36
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					134.219,44
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					482.247,56
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					5.018,68
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					13.757.616,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					15.917.246,89
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,49

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.170.845,38	3.770.845,38	702.638,79	1.974.064,29	52,35
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.875.417,20	3.565.184,77	332.547,34	923.534,92	25,90
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.046.262,58	7.336.030,15	1.035.186,13	2.897.599,21	39,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	54.602.558,43	57.525.673,56	10.244.789,18	32.572.462,14	56,62

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	236.429,93	5.018,68
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	236.429,93	5.018,68
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
		FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.729.675,72
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		23.453.003,57
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		23.448.385,11
49.1 Orçamento do Exercício		22.765.048,41
49.2 Restos a Pagar		683.336,70
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		134.219,44
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.868.513,62

SAO BENTO DO SUL, 25/09/2014

FERNANDO TURECK	AURIENE ROEPKE	RICARDO ANTONIO HOMECHEN
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIA DE FINANÇAS	Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 482.247,56, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				Até o Bimestre/2013
RECEITAS CORRENTES				
Receta de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil	30.025.323,08	30.025.323,08	8.050.750,60	26.968.031,76
	30.025.323,08	30.025.323,08	8.079.564,76	10.192.884,20
	6.098.318,58	6.098.318,58	942.484,67	3.569.238,48
	6.098.318,58	6.098.318,58	942.484,67	3.569.238,48
Ativo	6.073.584,74	6.073.584,74	937.370,33	3.744.673,82
	9.754,60	9.754,60	2.850,04	5.250,92
Inativo	14.979,24	14.979,24	2.264,30	8.157,52
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Imobiliária	23.400.000,00	23.400.000,00	6.538.575,81	5.155.302,11
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	23.400.000,00	23.400.000,00	6.198.105,81	5.155.302,11
Receta de Serviços	0,00	0,00	340.470,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	527.004,50	527.004,50	598.504,28	1.468.343,61
Demais Recetas Correntes	520.000,00	520.000,00	593.563,39	1.468.261,60
RECEITAS DE CAPITAL	7.004,50	7.004,50	4.940,89	82,01
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	-28.814,16	-3.164.247,37
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.961.599,45	11.961.599,45	1.857.995,79	6.833.634,09
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	41.986.922,53	41.986.922,53	9.908.746,39	13.862.270,92
DESPESAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	16.016.900,57	16.027.900,57	2.757.190,91	8.590.037,09
Despesas de Capital	476.700,57	366.700,57	1.986,44	732.283,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	715.668,90
Pessoal Civil	476.700,57	366.700,57	1.986,44	16.614,35
Aposentadorias	15.540.200,00	15.661.200,00	2.755.204,47	6.970.006,85
Pensões	14.049.200,00	14.060.200,00	2.499.147,38	6.969.263,66
Outros Benefícios Previdenciários	8.969.000,00	9.163.000,00	1.665.751,70	4.695.633,08
Pessoal Militar	2.574.000,00	2.641.000,00	493.142,38	1.467.716,02
	2.506.200,00	2.256.200,00	340.253,30	805.914,56
	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3				

Continuação 2/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.491.000,00	1.601.000,00	256.057,09	851.801,54
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	100.000,00	100.000,00	224,14	948,17
Demais Despesas Previdenciárias	1.391.000,00	1.501.000,00	255.832,95	850.853,37
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	51.000,00	51.000,00	4.617,40	15.888,17
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>16.067.900,57</b>	<b>16.078.900,57</b>	<b>2.761.808,31</b>	<b>8.605.925,26</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>25.919.021,96</b>	<b>25.908.021,96</b>	<b>7.146.938,08</b>	<b>26.619.826,73</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	537.805,88	1.739.676,86
Plano Financeiro	0,00	0,00	537.805,88	1.739.676,86
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	537.805,88	1.739.676,86
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor				28.719.221,96

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	347.307,13	72.234,90	6.580,99
Investimentos	178.929.448,76	184.515.023,51	157.097.402,28

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.961.599,45	11.961.599,45	1.857.995,79	8.259.720,23
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.916.599,45	11.916.599,45	1.850.495,79	8.229.720,23
Receta de Contribuições Patronais	9.181.049,90	9.181.049,90	1.224.558,30	5.931.832,72
Pessoal Civil	9.181.049,90	9.181.049,90	1.224.558,30	5.931.832,72
Ativo	9.181.049,90	9.181.049,90	1.224.558,30	5.931.832,72
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	2.294.827,47	2.294.827,47	518.015,14	1.660.764,13
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	416.722,08	416.722,08	90.882,90	363.531,61
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	24.000,00	24.000,00	17.039,45	273.591,77
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	45.000,00	45.000,00	7.500,00	30.000,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	45.000,00	45.000,00	7.500,00	30.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	11.961.599,45	11.961.599,45	1.857.995,79	8.259.720,23
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	51.000,00	51.000,00	4.617,40	15.888,17
ADMINISTRAÇÃO	51.000,00	51.000,00	4.617,40	15.888,17
Despesas Correntes	51.000,00	51.000,00	4.617,40	15.888,17
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	51.000,00	51.000,00	4.617,40	15.888,17
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (XI) - TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)				6.833.834,09

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 17/09/2014

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029837/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>206.690.434,69</b>	<b>35.296.564,63</b>	<b>135.668.723,80</b>	<b>120.609.157,14</b>
Receita Tributária	32.102.079,83	3.839.998,21	21.003.776,14	20.024.649,90
I.P.T.U.	9.070.847,34	603.483,44	8.565.647,72	7.911.569,89
I.S.S.	12.352.160,99	1.732.985,01	6.774.954,59	6.452.492,68
I.T.B.I.	2.385.853,04	377.548,59	1.256.140,36	1.550.741,05
I.R.R.F.	3.618.788,40	451.551,25	1.658.991,86	1.494.104,62
Outras Receitas Tributárias	4.674.430,06	674.429,92	2.748.041,61	2.615.741,66
Receita de Contribuição	20.757.824,27	3.219.585,75	13.407.908,13	11.923.232,52
Receitas Previdenciárias	17.990.918,03	2.775.941,01	11.716.540,02	10.346.768,63
Outras Contribuições	2.766.906,24	443.644,74	1.691.368,11	1.576.463,89
Receita Patrimonial Líquida	125.899,42	3.553.342,25	3.604.473,74	75.036,22
Receita Patrimonial	24.503.315,79	10.106.527,74	26.712.908,35	3.506.773,19
(-) Aplicações Financeiras	24.377.416,37	6.553.185,49	23.108.434,61	3.431.736,97
Transferências Correntes	124.471.709,10	20.715.618,36	83.299.335,90	74.993.500,93
F.P.M.	20.719.081,54	2.834.182,69	13.372.048,32	12.386.140,89
I.C.M.S.	33.755.683,26	5.628.380,19	23.168.946,65	20.800.962,09
Convênios	166.500,38	336.869,82	536.680,53	332.199,92
Outras Transferências Correntes	69.830.443,92	11.916.185,66	46.221.660,40	41.474.198,03
Demais Receitas Correntes	29.232.922,07	3.968.020,06	14.353.229,89	13.592.737,57
Dívida Ativa	8.199.009,35	177.865,97	1.043.977,33	929.514,50
Diversas Receitas Correntes	21.033.912,72	3.790.154,09	13.309.252,56	12.663.223,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>40.252.223,80</b>	<b>1.649.118,44</b>	<b>2.958.631,15</b>	<b>4.081.669,81</b>
Operações de Crédito (III)	16.343.518,62	72.386,06	178.571,37	2.005.005,88
Amortização de Empréstimos (IV)	119.500,00	16.160,99	69.978,68	84.819,21
Alienação de Ativos (V)	1.562.095,32	0,00	199.350,00	0,00
Transferências de Capital	22.227.109,86	1.560.571,39	2.510.731,10	1.991.844,72
Convênios	2.259.565,90	1.520.570,97	1.520.570,97	91.955,54
Outras Transferências de Capital	19.967.543,96	40.000,42	990.160,13	1.899.889,18
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>22.227.109,86</b>	<b>1.560.571,39</b>	<b>2.510.731,10</b>	<b>1.991.844,72</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>228.917.544,55</b>	<b>36.857.136,02</b>	<b>138.179.454,90</b>	<b>122.601.001,86</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>189.634.223,24</b>	<b>33.476.963,82</b>	<b>113.043.082,78</b>	<b>101.793.306,79</b>
Pessoal e Encargos Sociais	115.154.833,92	20.907.714,08	69.735.192,09	63.462.532,47
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.249.233,10	366.082,41	1.367.335,15	1.689.255,30
Outras Despesas Correntes	72.230.156,22	12.203.167,33	41.940.555,54	36.641.519,02
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>187.384.990,14</b>	<b>33.110.881,41</b>	<b>111.675.747,63</b>	<b>100.104.051,49</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>64.784.002,52</b>	<b>2.435.620,77</b>	<b>8.082.850,45</b>	<b>7.808.477,09</b>
Investimentos	58.502.535,62	1.418.684,34	4.019.970,43	3.928.262,08
Inversões Financeiras	188.700,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	150.000,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	38.700,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.092.766,90	1.016.936,43	4.062.880,02	3.880.215,01
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>58.541.235,62</b>	<b>1.418.684,34</b>	<b>4.019.970,43</b>	<b>3.928.262,08</b>

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	28.719.221,96	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>274.745.447,72</b>	<b>34.529.565,75</b>	<b>115.695.718,06</b>	<b>104.032.313,57</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-45.827.903,17</b>	<b>2.327.570,27</b>	<b>22.483.736,84</b>	<b>18.568.688,29</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.738.004,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.738.004,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-32.924.195,93</b>

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 17/09/2014

\_\_\_\_\_  
 FERNANDO TURECK  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 AURIENE ROEPKE  
 SECRETÁRIA DE FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
 RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
 Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RPNÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>								
<b>EXECUTIVO</b>	126,20	1.152,516,36	1.083,806,15	56,409,54	732,676,32	5,660,163,13	4,335,137,80	4,296,940,74
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	126,20	726,457,47	687,817,93	56,409,54	515,677,20	4,450,729,10	3,517,013,01	3,495,288,16
Encargos Gerais do Município	0,00	108,956,10	108,956,10	0,00	1,626,66	120,725,62	78,529,73	78,529,73
Gabinete do Prefeito	0,00	19,503,76	19,503,76	0,00	0,00	261,443,45	266,125,05	266,125,05
Procuradoria	0,00	6,662,73	6,662,73	0,00	0,00	380,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	99,459,10	0,00	53,043,23	53,043,23
Secretaria de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	1,500,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	132,359,25	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Educação	126,20	0,00	0,00	126,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	280,732,19	0,00	112,588,81	112,588,81
Secretaria Municipal de Administração	0,00	5,470,81	5,470,81	0,00	0,00	1,167,18	661,51	661,51
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	7,600,32	7,600,32	0,00	0,00	4,914,58	534,22	534,22
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	40,669,19	38,459,19	0,00	0,00	672,967,85	396,942,37	391,483,61
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	9,064,80	9,064,80	0,00	0,00	2,838,32	2,070,62	2,070,62
Secretaria Municipal de Educação	0,00	223,333,82	223,333,82	0,00	0,00	2,387,406,73	1,828,331,31	1,812,045,22
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	3,040,86	3,040,86	0,00	0,00	2,727,56	2,725,19	2,725,19
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	151,083,40	151,083,40	0,00	0,00	441,208,41	340,647,82	340,647,82
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	151,031,68	94,622,14	0,00	0,00	554,948,40	444,823,15	444,823,15
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	6,861,40	6,861,40	0,00	0,00	71,883,39	64,869,58	64,869,58
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACAO	0,00	6,861,40	6,861,40	0,00	0,00	71,883,39	64,869,58	64,869,58
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	13,649,13	13,649,13	0,00	0,00	6,242,25	5,319,01	5,165,15
Fundacao Cultural de São Bento de Sul	0,00	13,649,13	13,649,13	0,00	0,00	6,242,25	5,319,01	5,165,15
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	17,822,68	17,822,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto	0,00	17,822,68	17,822,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	182,589,53	182,589,53	0,00	0,00	273,277,66	242,027,41	226,298,45
Fundo Municipal de Saúde	0,00	182,589,53	182,589,53	0,00	0,00	273,277,66	242,027,41	226,298,45
IPRESS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO S	0,00	894,09	823,42	0,00	0,00	16,059,10	8,907,48	8,338,09
IPRESS	0,00	894,09	823,42	0,00	0,00	16,059,10	8,907,48	8,338,09
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	204,241,06	204,241,06	0,00	0,00	838,881,63	493,911,31	493,911,31
SERVIC/AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	204,241,06	204,241,06	0,00	0,00	838,881,63	493,911,31	493,911,31
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,090,00	3,090,00	3,090,00
Órgão 01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,090,00	3,090,00	3,090,00
<b>RESTOS A PAGAR (MTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	1,976,986,24	1,976,986,24	-	-	3,769,56	3,279,43	-
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1,060,963,11	1,060,963,11	0,00	0,00	3,769,56	3,279,43	3,279,43
Encargos Gerais do Município	0,00	2,665,87	2,665,87	0,00	0,00	790,46	488,59	488,59
Gabinete do Prefeito	0,00	9,769,97	9,769,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Procuradoria	0,00	3,757,99	3,757,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Administração	0,00	96,011,37	96,011,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Agricultura	0,00	17,975,87	17,975,87	0,00	0,00	83,21	54,76	54,76
Secretaria Municipal de Assistência Social	0,00	59,664,99	59,664,99	0,00	0,00	278,87	270,77	270,77
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	13,646,61	13,646,61	0,00	0,00	70,96	54,45	54,45
Secretaria Municipal de Educação	0,00	703,246,78	703,246,78	0,00	0,00	2,016,57	1,904,29	1,904,29
Secretaria Municipal de Finanças	0,00	29,118,14	29,118,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	0,00	85,101,45	85,101,45	0,00	0,00	245,36	238,46	238,46
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	0,00	40,004,07	40,004,07	0,00	0,00	284,13	16,02	16,02
EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO	0,00	4,584,18	4,584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA MUNICIPAL DE HABITACAO	0,00	4,584,18	4,584,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL	0,00	11,198,05	11,198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundacao Cultural de São Bento de Sul	0,00	11,198,05	11,198,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	3,243,47	3,243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundação Municipal de Desporto	0,00	3,243,47	3,243,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	817,652,60	817,652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	817,652,60	817,652,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVICO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79,344,83	79,344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIC/AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79,344,83	79,344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	1.976.986,24	-	-	-	3.279,43	490,13	-
EXECUTIVO	0,00	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE	0,00	79.344,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):	125,20	3.129.501,60	56.409,54	2.426,87	732.676,32	5.663.932,69	523.272,54	1.573.116,30

FONTE:

SAO BENTO DO SUL - 17/09/2014

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE  
SECRETARIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMIECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—	—	271.320.074,86	
Previsão Atualizada	—	—	271.320.074,86	
Receitas Realizadas		43.498.868,56	161.735.789,56	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.738.004,30	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	271.320.074,86	
Créditos Adicionais		—	11.917.372,86	
Dotação Atualizada		—	283.237.447,72	
Despesas Empenhadas		32.613.642,86	144.486.405,28	
Despesas Liquidadas		35.912.584,59	121.125.933,23	
Superavit Orçamentário		—	40.609.856,33	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		32.613.642,86	144.486.405,28	
Despesas Liquidadas		35.912.584,59	121.125.933,23	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			206.560.218,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		9.908.746,39	35.225.751,99	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		2.761.808,31	8.605.925,26	
Liquidadas		2.761.808,31	8.605.925,26	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		7.146.938,08	26.619.826,73	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.807.487,37	-13.278.054,00	472,95
Resultado Primário		-32.924.195,93	22.483.736,84	-68,29
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.392.839,45	522.782,41	4.296.940,74	1.573.116,30
EXECUTIVO	5.657.073,13	509.844,07	4.123.917,00	1.023.312,06
LEGISLATIVO	3.090,00	0,00	3.090,00	0,00
EXECUTIVO	732.676,32	12.938,34	169.933,74	549.804,24
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.152.641,56	56.409,54	1.093.805,15	2.426,87
EXECUTIVO	1.152.641,56	56.409,54	1.093.805,15	2.426,87
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.769,56	490,13	3.279,43	0,00
EXECUTIVO	3.769,56	490,13	3.279,43	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.976.986,24	0,00	1.976.986,24	0,00
EXECUTIVO	1.976.986,24	0,00	1.976.986,24	0,00
TOTAL:	9.526.236,81	579.682,08	7.371.011,56	1.575.543,17

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		15.917.246,89	25%	22,49
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		16.464.436,35	60%	69,80
Liquidadas		16.464.436,35		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			178.571,37	16.164.947,25
Despesa de Capital Líquida			8.082.850,45	56.701.152,07
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			199.350,00	1.362.745,32
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	684.069,82
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		17.483.787,64	15,00	24,71
Liquidadas		17.483.787,64		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO BENTO DO SUL, 17/09/2014

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20.201.262,73	17.325.792,17	16.402.671,04
DEDUÇÕES (II)	15.273.020,04	24.952.386,97	24.752.482,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.397.739,29	26.293.581,94	26.964.674,17
Demais Haveres Financeiros	4.014,46	988.963,91	958.258,52
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.128.733,71	2.330.158,88	3.170.450,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.928.242,69	-7.626.594,80	-8.349.811,31
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>4.928.242,69</b>	<b>-7.626.594,80</b>	<b>-8.349.811,31</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-723.216,51</b>	<b>-13.278.054,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-2.807.487,37</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
Passivo Atuarial	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24
DEDUÇÕES (VIII)	162.241.298,41	176.906.637,63	184.586.618,35
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.509,40	16.873,92	72.234,90
Investimentos	162.186.683,10	176.890.403,77	184.515.023,51
Demais Haveres Financeiros	45.000,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	894,09	640,06	640,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-406.696,17	-15.072.035,39	-22.752.016,11
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-406.696,17</b>	<b>-15.072.035,39</b>	<b>-22.752.016,11</b>

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 16/09/2014

FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

**RELATÓRIO RESUMIDO GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	104.278.672,97	589.479,49
Pessoal Ativo	92.353.824,32	589.479,49
Pessoal Inativo e Pensionista	11.891.771,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	33.076,73	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.190.988,91	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.190.988,91	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	95.087.684,06	589.479,49
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	95.677.163,55	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	206.560.218,61	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,32	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	111.542.518,05	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	105.965.392,15	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	100.388.266,24	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>20.201.262,73</b>	<b>18.214.286,82</b>	<b>16.402.671,04</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	19.253.364,89	17.420.296,34	15.762.587,92	0,00
Interna	19.253.364,89	17.420.296,34	15.762.587,92	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	947.897,84	793.990,48	640.083,12	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>15.273.020,04</b>	<b>25.684.958,73</b>	<b>24.752.482,35</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.397.739,29	27.433.704,45	26.964.674,17	0,00
Demais Haveres Financeiros	4.014,46	798.969,47	958.258,52	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.128.733,71	2.547.715,19	3.170.450,34	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>4.928.242,69</b>	<b>-7.470.671,91</b>	<b>-8.349.811,31</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>172.987.626,23</b>	<b>187.642.643,04</b>	<b>206.560.218,61</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>11,68%</b>	<b>9,71%</b>	<b>7,94%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>2,85%</b>	<b>-3,98%</b>	<b>-4,04%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>207.585.151,48</b>	<b>225.171.171,65</b>	<b>247.872.262,33</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>186.826.636,33</b>	<b>202.654.054,48</b>	<b>223.085.036,10</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	19.253.364,89	17.420.296,34	15.762.587,92	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	253.861,68	194.129,52	134.397,36	0,00
De Tributos	253.861,68	194.129,52	134.397,36	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	18.999.503,21	17.226.166,82	15.628.190,56	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.164.942,65	1.261.061,79	1.711.737,29	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.380.549,91	21.700.460,21	24.828.553,03	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>161.834.602,24</b>	<b>161.834.602,24</b>	<b>161.834.602,24</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	161.834.602,24	161.834.602,24	161.834.602,24	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>162.241.298,41</b>	<b>170.072.068,30</b>	<b>184.586.618,35</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.509,40	146.870,13	72.234,90	0,00
Investimentos	162.186.683,10	169.925.268,84	184.515.023,51	0,00
Demais Haveres Financeiros	45.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	894,09	70,67	640,06	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>17.246,70</b>	<b>103.938,35</b>	<b>69.716,05</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-406.696,17</b>	<b>-8.237.466,06</b>	<b>-22.752.016,11</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>172.987.626,23</b>	<b>187.642.643,04</b>	<b>206.560.218,61</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>38.057.277,77</b>	<b>41.281.381,47</b>	<b>45.443.248,09</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>34.251.549,99</b>	<b>37.153.243,32</b>	<b>40.898.923,28</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>178.571,37</b>	<b>178.571,37</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	178.571,37	178.571,37
Interna	178.571,37	178.571,37
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	178.571,37	178.571,37
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>206.560.218,61</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)</b> <b>= (Ia + III)</b>	<b>178.571,37</b>	<b>0,09</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>33.049.634,98</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>29.744.671,48</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>14.459.215,30</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)</b> <b>= (IV + IIa)</b>	<b>178.571,37</b>	<b>0,09</b>

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

SAO BENTO DO SUL, 17/09/2014

---

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

MUNICÍPIO DE SAO BENTO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	95.677.163,55	46,32
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	111.542.518,05	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	105.965.392,15	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.349.811,31	-4,04
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	247.872.262,33	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	45.443.248,09	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	178.571,37	0,09
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	33.049.634,98	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	14.459.215,30	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	21.699.369,84	24.718.900,25

FONTE:

**IPRESBS****Portaria IPRESBS Nº 339/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 339/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº313/2014, à servidora ELIANE PREISLER PIRES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/09/2014 em virtude de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/09/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 340/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 340/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2014 a 31/01/2015, concedido a servidora ROSELI SOUZA XAVIER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 167/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 341/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 341/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/09/2014 a 10/10/2014, a servidora ADRIANA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/08/2014 a 11/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/09/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 342/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 342/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/09/2014 a 31/10/2014, a servidora ZENILDA DE FÁTIMA PINHEIRO GUIMARAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/09/2014 a 29/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/09/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 343/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 343/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 19/09/2014 a 10/10/2014, concedido a servidora MARISE INES KOHLBECK BECKERT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 299/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/09/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 344/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 344/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/10/2014 a 31/12/2014, concedido ao servidor LIBINO ANTONIO DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 303/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/10/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 345/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 345/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2014 a 31/01/2015, concedido ao servidor FELIPE RUDA ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 398/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 346/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 346/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/09/2014 a 17/10/2014, concedido a servidora MARCIANA STIEGLER FRANKENBERGER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 283/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/09/2014.

São Bento do Sul, 25/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**Aviso de Licitação Nº 66/2014**

Pregão Eletrônico nº 66/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 66/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 66/2014, o envio das propostas será das 17:00hrs do dia 26/09/2014 até as 08:00hrs do dia 13/10/2014 pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 13/10/2014 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: Aquisição de reagentes e materiais para os laboratórios físico-químico e bacteriológico de esgoto e peças de reposição para os equipamentos dos laboratórios físico-químicos de água e esgoto.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2014****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014**

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Senhor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 08.06.94 e Lei nº 9.648 de 27.05.98 que autorizou INEXIGIR licitação para aquisição/contratação de SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UM ELEVADOR SOCIAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme justificativa: a empresa contratada se justifica por já possuir um elevador instalado na sede deste poder e não pode prescindir dos serviços de manutenção e prevenção que, anteriormente, foram contratadas pela empresa em questão, o serviço não pode ser paralisado pois, certamente, resultaria em danos ao equipamento aludido que, para garantir a segurança de seus usuários, deve estar sempre funcionando em perfeitas condições. Contratado: CIDEL COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADORES LTDA.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.  
CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - OBJETO: Serviços de conservação e manutenção preventiva de um elevador social.

II - CONTRATADO: Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.

III - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93(1) e se justifica pela empresa contratada já possuir um elevador instalado na sede deste poder e não pode prescindir dos serviços de manutenção e prevenção que, anteriormente, foram contratadas pela empresa em questão, o serviço não pode ser paralisado pois, certamente, resultaria em danos ao equipamento aludido que, para garantir a segurança de seus usuários, deve estar sempre funcionando em perfeitas condições.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: A conservação e manutenção preventiva do elevador já instalado prescindi da empresa em questão por ser a única na região que presta serviços de manutenção a elevadores da marca Cidel e, considerando-se o atendimento aos princípios da economicidade e legalidade.

V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado de R de R\$ 5.037,12 (cinco mil e trinta e sete reais e doze centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 419,76 (Quatrocentos e dezanove reais e setenta e seis centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereador Cesar Augusto Accorsi de Godoy, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Giancarlo Grossi

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Portaria nº 036/2013

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Informativo Municipal em, no máximo, 5 dias.

CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY  
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2014****EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2014**

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.

DO OBJETO: Contrato de prestação de serviços nº 013/2014, referente serviços de conservação e manutenção preventiva de um elevador social.

DO VALOR: R\$ de R\$ 5.037,12 (cinco mil trinta e sete reais e doze centavos).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 15 de setembro de 2014 a 14 de setembro de 2015.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.

CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

WILSON ZAMIGNANI

pela Empresa Contratada

## São Domingos

### PREFEITURA

#### **Dec 1714 de 23 09 14 Conselho Municipal de Segurança Alimentar**

DECRETO Nº 1714, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Municipal nº 1.314, de 08/09/03, alterada pela Lei nº 1.666, de 08/07/2011, pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08;

- Considerando o encerramento do mandato dos membros que fazem parte da atual composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA, os seguintes membros:

#### I - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

b) Secretaria Municipal de Saúde - Gilmar Brandalize;

c) Secretaria Municipal de Assistência Social - Sandra Maria Fiorese;

d) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - Vianeí Ferrarini Meoti;

#### II - ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR:

a) Grupos de Mulheres Organizadas - Simone Zarembski;

b) Clubes de Serviço - Giovana Picoli;

c) Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Jorge Alves Walendorff;

d) Cooperativas existentes no Município - Márcio Trichês;

e) Igrejas existentes no Município - Delfina Meotti Araldi;

f) Movimentos populares - Giovane Pantano;

g) Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE - Patrícia Merlin.

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º Os membros do conselho não receberão qualquer remuneração, sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 2º Os membros da diretoria serão eleitos pelos seus pares, em reunião plenária cujo quorum mínimo será de 2/3 (dois terços), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo a mesma composta de um presidente, um vice-presidente e um secretário.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 770, de 19 de julho de 2011.

São Domingos (SC), 23 de setembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº. 123 de 06 de Agosto de 2014.**

PORTARIA Nº. 123 DE 06 DE AGOSTO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul.

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço para Servidor JEAN CARLOS LAUREANO, ocupante do cargo de Motorista II, Amplitude de Referência Bc, para Amplitude de Referência Bd.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
06 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

#### **Portaria Nº. 124 de 06 de Agosto de 2014.**

PORTARIA Nº. 124 DE 06 DE AGOSTO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul.

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço para a Servidora CARLA PEREIRA, ocupante do cargo de Oficial de Tributação, Amplitude de Referência Dg, para Amplitude de Referência Dh.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
06 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº. 125 de 06 de Agosto de 2014.**

PORTARIA Nº. 125 DE 06 DE AGOSTO DE 2014.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul.

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por tempo de serviço para a Servidora GEDI DA ROSA MATOS RAUPP, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Amplitude de Referência Dd, para Amplitude de Referência De.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
06 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato dos Contratos Administrativos de Serviço Temporário do Mês de Agosto de 2014**

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO  
TEMPORÁRIO  
DO MÊS DE DE AGOSTO DE 2014

**CONTRATO Nº 171/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: ANDREIA DOS SANTOS DA SILVA DA ROSA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 05/07/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 366,79  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

**CONTRATO Nº 165/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: SIMONE CHAVES MAGNUS BAUER  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora nas EEB. Caetano Lummertz e Vila VelhaII da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 05/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 458,48  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 05 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 173/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: NELIZANDRA SCARIOT DA ROCHA OLIVEIRA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 06/08/2014 a 22 /12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 366,79  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 06 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 174/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MICHELE RAMOS MATOS CARDOSO  
OBJETO: Prestação de serviços na função Professora no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 30h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 11/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 1.100,38  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 11 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 175/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA INEZ DA SILVA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 11/08/2014 a 21/08/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 733,29  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 11 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 176/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: LUCIANE LUMMERTZ AGUIAR  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 18/08/2014 a 22/12//2014  
VALOR MENSAL: R\$: 849,04  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 18 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 177/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARLENE DE VARGAS ALVES  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino nas EEB. Vila Velha II e EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 18/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 1.698,09  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 18 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 178/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: ELIZETE BORGES HOMEM  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Ensino nas EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 18/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 849,04  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 18 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 179/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: MARIA APARECIDA SABINO SCUSSEL  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEI Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 19/08/2014 a 04/09//2014  
VALOR MENSAL: R\$: 1.833,04  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 19 de agosto de 2014.

**CONTRATO Nº 180/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: SIMONI PEREIRA LUMMERTZ  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na Classe de Recursos DA (deficiência auditiva) da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 19/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 458,48  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 19 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 181/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: DAIANA ANDREIA DA SILVA DE SOUZA  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Auxiliar de Serviços Gerais na EEB Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 21/08/2014 a 04/09//2014  
VALOR MENSAL: R\$: 733,29  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 21 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 182/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: BRUNO ROSA CONSTANTE  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 25/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 458,48  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 25 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

**CONTRATO Nº 183/2014**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: CARLA CARDOSO NICHELE  
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor no CEJA Vereadora Rita Quadros da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 10h/semanais.  
VIGÊNCIA: de 25/08/2014 a 22/12/2014  
VALOR MENSAL: R\$: 458,48  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 25 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretário Municipal de Administração.

# São José

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3229/2014

DECRETO Nº 3229/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.2.143 - Funcionamento e Manutenção, Visa e Ambiental - FMS

61 - 4.4.90.52.00.00.0042 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios - Saúde R\$ 85.000,00

Total desta Atividade R\$ 85.000,00

25.01.10.305.0102.2.144 - Funcionamento e Manutenção, Vig. Epidemiológica - FMS

77 - 4.4.90.52.00.00.00339 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos PPI - FMS - ECD - MS R\$ 230.000,00

Total desta Atividade R\$ 230.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

148 - 4.4.90.52.00.00.00334 - Equipamentos e Material Permanente

Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 70.000,00

Total desta Atividade R\$ 385.000,00

Total do Órgão R\$ 385.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 385.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.2.143 - Funcionamento e Manutenção, Visa e Ambiental - FMS

56 - 3.3.90.33.00.00.0042 - Passagens e Despesas co Locomoção, Recurso Próprio - Saúde R\$ 15.000,00

57 - 3.3.90.36.00.00.0042 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Recurso Próprio - Saúde R\$ 30.000,00

59 - 3.3.90.39.00.00.0042 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recurso Próprio - Saúde R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 85.000,00

25.01.10.305.0102.2.144 - Funcionamento e Manutenção, Vig.

Epidemiológica - FMS

67 - 3.3.90.32.00.00.00339 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos PPI - FMS - ECD - MS R\$ 20.000,00

70 - 3.3.90.35.00.00.00339 - Serviços de Consultoria, Recursos PPI - FMS - ECD - MS R\$ 10.000,00

75 - 4.4.90.51.00.00.00339 - Obras e Instalações, Recursos PPI - FMS - ECD - MS R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 230.000,00

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outras

246 - 3.3.90.32.00.00.00334 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos do PAB FIXO - FMS R\$ 70.000,00

Total desta Atividade R\$ 70.000,00

Total do Órgão R\$ 385.000,00

Total da Anulação R\$ 385.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### Decreto Nº 3237/2014

DECRETO Nº 3237/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 32 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 835.310,66 (oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e sessenta e seis centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

105 - 3.1.90.04.00.00.00082 - Contratação por Tempo Determinado Recursos Ordinários - Saúde R\$ 835.310,66

Total desta Atividade R\$ 835.310,66

Total do Órgão R\$ 835.310,66

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 835.310,66

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 835.310,66 (oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e sessenta e seis centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.025 - Contratação de Unidade de Pronto

## Atendimento (UPA) FMS

1 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 18.999,98  
3 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 290.835,66  
Total deste Projeto R\$ 309.835,64

## 25.01.10.302.0102.1.177 - Construção CAPS e Saúde Mental - FMS

7 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 85.475,02  
10 - 4.4.90.61.00.00.0082 - Aquisição de Imóveis,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 100.000,00  
Total deste Projeto R\$ 185.475,02

## 25.01.10.301.0102.1.178 - Construção dos NASF - FMS

11 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.000,00  
14 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanentes,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.000,00  
15 - 4.4.90.61.00.00.0082 - Aquisição de Imóveis,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.000,00  
Total deste Projeto R\$ 30.000,00

25.01.10.301.0102.1.219 - Const. Unid. Saúde - Campinas / Kobarzol /  
Ceniro Martins / Áreas

20 - 3.3.90.30.00.00.0082 - Material de Consumo,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 50.000,00  
21 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 100.000,00  
25 - 4.4.90.52.00.00.0082 - Equipamentos e Material Permanentes,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 150.000,00  
26 - 4.4.90.61.00.00.0082 - Aquisição de Imóveis,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 10.000,00  
Total deste Projeto R\$ 310.000,00  
Total do Órgão R\$ 835.310,66  
Total da Anulação R\$ 835.310,66

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Decreto Nº 3238/2014**

DECRETO Nº 3238/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 32 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.620.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil reais),

referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

106 - 3.1.90.04.00.00.0336 - Contratação por Tempo Determinado Recursos do PACS - FM - MS R\$ 400.000,00  
111 - 3.1.90.11.00.00.0082 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 1.000.000,00  
120 - 3.1.91.13.00.00.0082 - Obrigações Patronais - Op. Infra - Orçamentárias,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 220.000,00  
Total desta Atividade R\$ 1.620.000,00  
Total do Órgão R\$ 1.620.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.620.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.620.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

112 - 3.1.90.11.00.00.0336 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos do PACS - FM - MS R\$ 400.000,00  
116 - 3.1.90.16.00.00.0082 - Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 200.000,00  
121 - 3.3.90.05.00.00.0082 - Outros Benefícios Previdenciários,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 100.000,00  
133 - 3.3.90.35.00.00.0082 - Serviços de Consultoria,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 20.000,00  
142 - 3.3.90.46.00.00.0082 - Auxílio - Alimentação,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 100.000,00  
Total desta Atividade R\$ 820.000,00

25.01.10.301.0102.2.246 - Contratualização de Serviços Complementares - FMS  
215 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 800.000,00  
Total desta Atividade R\$ 800.000,00  
Total do Órgão R\$ 1.620.000,00  
Total da Anulação R\$ 1.620.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Decreto Nº 3240/2014**

DECRETO Nº 3240/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 314.700,00 (trezentos e quatorze mil e setecentos reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Serv. Proteção, Atendimento Integral à

Família (PAIF)

128 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 96.700,00  
Total desta Atividade R\$ 96.700,00

28.01.08.243.0111.2.186 - PSEMC - Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - CREAS

254 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 68.400,00  
Total desta Atividade R\$ 68.400,00

28.01.08.244.0111.2.084 - PSEAC - Serv. Acolh. Institucional para Pessoas / Situação de Rua

15 - 3.3.90.30.00.00.0022 - Material de Consumo,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 149.600,00  
Total desta Atividade R\$ 149.600,00  
Total do Órgão R\$ 314.700,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 314.700,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 314.700,00 (trezentos e quatorze mil e setecentos reais), das dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.171 - PSB - Serv. Proteção, Atendimento Integral à

Família (PAIF)

137 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 96.700,00  
Total desta Atividade R\$ 96.700,00

28.01.08.243.0111.2.184 - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento

De Vínculos

248 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

28.01.08.243.0111.2.186 - PSEMC - Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) -

**CREAS**

263 - 4.4.90.51.00.00.0022 - Obras e Instalações,  
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social R\$ 148.400,00  
Total desta Atividade R\$ 148.400,00

28.01.08.244.0111.2.281 - Cadastro Único - Instrumento de Gestão

161 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 19.600,00  
Total desta Atividade R\$ 19.600,00  
Total do Órgão R\$ 314.700,00  
Total da Anulação R\$ 314.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**Decreto Nº 3241/2014**

DECRETO Nº 3241/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.405 - Promoção, Apoio, Patrocínio, Eventos Esportivos e Lazer - FUNESJ

41 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios R\$ 23.260,00  
Total desta Atividade R\$ 23.260,00

18.01.27.812.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa

Desportos Comunit. Rendimentos - FUNESJ

34 - 3.3.90.48.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,  
Recursos Próprios R\$ 16.740,00  
Total desta Atividade R\$ 16.740,00  
Total do Órgão R\$ 40.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), das dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

**18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

18.01.27.812.0104.1.051 - Construção, Reforma do Ginásio de Esportes,  
Quadras, Equipamentos Esportivos  
45 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanentes,  
Recursos Próprios R\$ 10.000,00  
Total deste Projeto R\$ 10.000,00

18.01.27.812.0104.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação  
Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ  
8 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,  
Recursos Próprios R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade R\$ 5.000,00

18.01.27.812.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa  
Desportos Comunit. Rendimentos - FUNESJ  
30 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 20.000,00  
31 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,  
Recursos Próprios R\$ 5.000,00  
Total desta Atividade R\$ 25.000,00  
Total do Órgão R\$ 40.000,00  
Total da Anulação R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Decreto Nº 3242/2014**

DECRETO Nº 3242/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 - PAC - Poligonal II

704 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios R\$ 22.000,00  
Total desta Atividade R\$ 22.000,00  
Total do Órgão R\$ 22.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º

deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 - PAC - Poligonal II

700 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,  
Recursos Próprios R\$ 16.500,00

701 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios R\$ 5.500,00  
Total desta Atividade R\$ 22.000,00  
Total do Órgão R\$ 22.000,00  
Total da Anulação R\$ 22.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

**Decreto Nº 3245/2014**

DECRETO Nº 3245/2014

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 4º, 29 e 36 da Lei Municipal nº 5.375/2013, redação dada pela Lei Municipal nº 5.398/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento do exercício de 2014 na seguinte Unidade Orçamentária pertencente ao Orçamento do Município de São José:

1 - No Órgão e Unidade Orçamentária:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 - Na Funcional Programática - Projeto:

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

1.1.1 - O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

4.4.90.39.00.00.0330 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Recursos do Convênio com Governo Estadual - FUNDAM

Art. 2º Em atendimento a autorização disposta no artigo 1º deste Decreto, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, até a importância de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), referente

à suplementação da dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

4.4.90.39.00.00.0330 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos do Convênio com Governo Estadual - FUNDAM ..... R\$ 126.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 126.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 126.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 126.000,00

Art. 3º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, autorizado na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta do Convênio 2014TR002882 firmado entre Estado de Santa Catarina e o Município de São José.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), aos 24 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

### Edital Nº 044/2014/Fundesj

EDITAL Nº 044/2014/FUNDESJ  
RETIFICA O EDITAL Nº 043/2014/FUNDESJ - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVEM.

1. Retificar o item 1.1 do Edital nº 043/2014/FUNDESJ:  
Onde se lê: Período de Inscrição: 25/09/14 a 30/09/2014. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período. Passa-se a ler: Período de Inscrição: 25/09/14 a 29/09/2014. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.  
2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 25 de setembro de 2014.  
Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann  
Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha  
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

### Portaria Nº 20/2014

PORTARIA Nº 020, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.  
Autoriza os veículos de aluguel - Taxi convencional, registrado sob os números 03001, 03018, 03063, 03078, 03083, 03010 e 03086

a prestar em pontos diversos.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 14/2004 e Decreto nº 27.179/2008,

Considerando a necessidade de reestruturação do sistema operacional do serviço de taxi em São José e suas melhorias, visando um melhor atendimento a população, após estudo de planejamento elaborado pelo Setor de Transporte,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os veículos de transporte individual de passageiros - Taxi Convencional, registrados sob os nº 03001, 03018, 03063, 03078, 03083, 03010 e 03086, a prestarem serviços locados, respectivamente nos Pontos 01, 02, 06, 08, 09, 17 e 27, diariamente no período entre às 23:00 horas e 08:00 horas do dias subsequente.

Parágrafo Único. O Autorizatório que descumprir do horário previsto no caput estará sujeito às penas previstas na legislação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### Decreto Nº 3.233/2014

DECRETO Nº 3.233/2014  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

#### DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
JOSE ALDOIR TABORDA	Professor - H	18 horas aulas	17/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### Decreto Nº 3.234/2014

DECRETO Nº 3.234/2014

**DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
MARIA MADALENA CARDOSO	Professor - M	20 horas	18/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 3.235/2014**

DECRETO Nº 3.235/2014

**DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

**DECRETA:**

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ANA PAULA FILISBINO	Professor - M	20 horas	22/09/2014
IONE MARIA BITTENCOURT MARTINS	Professor - M	40 horas	22/09/2014
VERONICA SILVEIRA NAU	Professor - M	20 horas	22/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Decreto Nº 3.236/2014**

DECRETO Nº 3.236/2014

**DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Adão Regis Pereira	Professor - H	01/09/2014
Aldely Araujo Rocha	Professor - M	16/09/2014
Ironi Aparecida Ribeiro de Souza	Professor - M	11/09/2014
Joice Graziela Justen Souza	Professor - M	22/09/2014
Luciano Alves da Rocha	Professor - H	15/09/2014
Priscilla Amorim Ferreira	Professor - M	17/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**Edital de Credenciamento Nº 003/2013/SMS/Pmsj**

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, considerando o edital de credenciamento nº 003/2013/SMS/PMSJ - seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos clínicos - Grupo 03, Sub-Grupo 02 - Fisioterapia, englobando os prestadores públicos, filantrópicos, e privados sem e com fins lucrativos, torna pública a habilitação da empresa Clínica de Reabilitação Nossa Senhora Aparecida LTDA - ME no referido processo.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (48) 3281-6816/ Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Luis Antonio Silva  
Secretário de Saúde

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### Extrato Pregão Presencial N.103/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº103/2014  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 103/2014, Edital de Pregão Nº 103/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliários em geral, eletrodomésticos, eletrônicos e equipamentos de informática para uso nos setores do fundo municipal de assistência social e aquisição de um desfibrilador para uso do fundo de reequipamento de bombeiros de São José do Cedro. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 10/10/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 08:00 horas do dia 13/10/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

### Extrato Pregão Presencial N.105/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2014  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 105/2014, Edital de Pregão Nº 105/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis para uso nos veículos e caminhões do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUNREBOM) de São José do Cedro. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 08:00 horas do dia 09/10/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 08:00 horas do dia 09/10/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

### Extrato Pregão Presencial N.106/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº106/2014  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 106/2014, Edital de Pregão Nº 106/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para realização de transporte coletivo municipal, intermunicipal e interestadual, para utilização em atividades afins e necessárias a municipalidade. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 16:00 horas do dia 09/10/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 16:00 horas do dia 09/10/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### 1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 007/2014, Modalidade Pregão Presencial Nº 005/2014

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sr. Ilvo Gabriel Ioris, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.271.292 e inscrito no CPF sob nº 430.796.449-72, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa SILIPRANDI & ZANCANARO CONSTRUTORA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua José Leonardi, nº 225, Bairro Aeroporto, no Município de Pato Branco - PR, CEP: 85.503-300, inscrita no CNPJ sob o nº 06.907.354/0001-09, neste ato representada por seu representante legal, Guilherme Elias Piassa, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 046.967.169-61 e portador da Cédula de Identidade sob nº 7.144.527-5, residente e domiciliado no Município de Pato Branco - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 007/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em função da dificuldade na estimativa das quantidades para este tipo de serviço. Além disso, não é possível estimar com precisão a quantidade de buracos que serão consertados durante o ano, portanto não é possível precisar também a quantidade de CBUQ que será utilizada.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 26.187,50 (vinte e seis mil e cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 007/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2014, que trata da AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), A SER UTILIZADO NA REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.:

Contratada: SILIPRANDI & ZANCANARO CONSTRUTORA ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE	125 ton.	R\$ 209,50	R\$ 26.187,50
TOTAL				R\$ 26.187,50

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 26.187,50 (vinte e seis mil e cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO	GUILHERME ELIAS PIASSA
Prefeito Municipal	Siliprandi & Zancanaro Construtora Me
ILVO GABRIEL IORIS	
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	

### 1º Termo Aditivo ao Processo Licitatório Nº 053/2014, Modalidade Pregão Presencial Nº 032/2014

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Sr. Ilvo Gabriel Ioris, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.271.292 e inscrito no CPF sob nº 430.796.449-72, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa NOIMAR DALL AGNOL ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Linha Campinas, s/n, Bairro Interior, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.855.624/0001-44, neste ato representada por seu representante legal, Noimar Dall Agnol, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 734.192.909-00 e portador da Cédula de Identidade sob nº 12R-1.786.400, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 053/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 032/2014, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 22,96% (vinte e dois vírgula noventa e seis por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário devido à utilização de 612,11 m2 de grama na obra de construção da Creche Cora Coralina, onde o projeto inicial contemplava uma área menor de implantação para a edificação. Devido à alteração, é necessário o plantio da grama, para a proteção do solo e por questões funcionais. Além disso, se faz necessário mais 122,55m2 de grama para o plantio no Parque de Máquinas e em três rotatórias do Município.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 6.979,27 (seis mil e novecentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos) o que perfaz 22,96% (vinte e dois vírgula noventa e seis por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993

em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 053/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 032/2014, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA, COM PLANTIO, PARA OS CANTEIROS CENTRAIS DA AVENIDA BRASIL, ROTATÓRIAS E TREVO DO BAIRRO SANTA CATARINA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.:

Contratada: NOIMAR DALL AGNOL ME:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	GRAMA ESMERALDA EM LEIVAS COM PLANTIO	734,66	R\$ 9,50	R\$ 6.979,27
TOTAL				R\$ 6.979,27

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 6.979,27 (seis mil e novecentos e setenta e nove reais e vinte e sete centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 22 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	NOIMAR DALL AGNOL Noimar Dall Agnol Me
ILVO GABRIEL IORIS Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	

### **Decreto Nº 4.954, de 25 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4.954, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029 .4.4				
.9.0.00.00.00.00.0.				
1.0000	169	Aplicação Direta	R\$ 2.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
08.244.4509.2.029				
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	159	Aplicação Direta	R\$ 2.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.955, de 25 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4.955, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019			Transf. Cons.	R\$
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002	10	Publ.		80.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019			Aplicação	R\$
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	08	Direta		80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação TP 93.2014

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 93/2014 MODALIDADE: Tomada de Preços - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (art. 10, II, "a", da Lei n.º 8.666/1993).

OBJETO: A contratação de uma empresa especializada para a Pavimentação em lajotas de concreto, drenagem e sinalização da Rua Nossa Senhora de Fátima e João Domingos da Cunha, Situada no Bairro de Boa Parada neste Município, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos do Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES e CREDENCIAMENTO: 15/10/2014 às 09:00h RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 26/09/2014

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

## Schroeder

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº. 15/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 15/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 15/2014-FAS

Pregão Presencial nº. 07/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.912.788/0001-62, estabelecida na Rua Escoiteiros, nº 30, Chico de Paula, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-730.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de brinquedos e jogos para atender as necessidades da Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Brinquedo que funciona como gangorra, com dois lugares, formato variados (cavalo, jacaré, moto...) podendo ser nas cores: amarelo, azul, vermelho, verde. Material em polietileno de alta resistência, com alta durabilidade da coloração, e ausência de cantos vivos. Idade recomendada: até 6 anos Descrição Técnica: Fabricado em uma única peça Detalhes do formato em alto relevo Dimensões (metros): Comprimento: 0,83cm. Largura: 30,27cm Altura: 0,50cm.	3	Unidade	129,99	389,97
10	Brinquedo que funciona como gangorra, com um lugar, formato variados (cavalo, jacaré, moto...) podendo ser nas cores: amarelo, azul, vermelho, verde. Material em polietileno de alta resistência, com alta durabilidade da coloração, e ausência de cantos vivos. Idade recomendada: até 6 anos Descrição Técnica: Fabricado em uma única peça Detalhes do formato em alto relevo Dimensões (metros): Comprimento: 0,83cm. Largura: 30,27cm Altura: 0,50cm.	2	Unidade	139,99	279,98
12	Bambolê em plástico, 80 cm de diâmetro, cores sortidas,	30	Unidade	2,99	89,70
13	Encaixe de formas geométricas para crianças de 0 a 3, em plástico em formato de bixos com no mínimo 5 peças para encaixe, lavável, atóxico, cores vibrantes, unissex.	3	Unidade	39,99	119,97
29	Blocos de madeira para empilhar, tinta atóxica, peças sem nenhum modelo de encaixe, com dimensão base de cubo 40mm, as demais devem ser proporcionais, jogo com no mínimo 150 peças (Engenheiro)	2	Unidade	26,99	53,98
TOTAL R\$					933,60

Valor do contrato: R\$ 933,60 (novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 26/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Termo Aditivo Nº. A43/2014 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A43/2014 - PMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.370/0001-20, estabelecida na Rua Princesa Isabel, nº 225, sala 601, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89201-270, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Marcelo Benvenuti, inscrito no CPF sob o nº. 024.368.779-63, portador da carteira de identidade nº. 2/R.4.017.012-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 64/2012-PMS, celebrado em 18 de maio de 2012, Modalidade Tomada de Preço nº. 06/2012-PMS, Processo nº. 43/2012-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da pavimentação asfáltica da Rua Candido Tomasseli, localizada no Bairro Rancho Bom, no município de Schroeder/SC, compreendendo o trecho 01, com área de 4.800m², e o trecho 02 com área de 2.441m², de acordo com os Contratos de Repasse nº 367.785-49/2011 e nº 364.490-13/2011, com o Ministério das Cidades, projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação da vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2014, em função de haver pendência impeditiva ao desbloqueio para pagamento referente aos contratos de repasse nº 756925 e 759821 em função da Caixa Econômica Federal solicitar alterações junto ao sistema SICONV e esclarecimentos sobre movimentações bancárias realizadas nas contas bancárias.

Enquadra-se nos termos do artigo 57 II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1 do contrato nº 64/2012-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 64/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 26 de setembro de 2014.  
CONTRATADA:

EMPREENTEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA  
Marcelo Benvenuti  
CPF nº. 024.368.779-63  
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

#### Extrato do Contrato Nº. 204/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 204/2014-PMS  
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 76/2014-PMS  
Processo nº. 162/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 50, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

1.1. Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Secretaria Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto de pneu veículo - Aro 13 a 18	40	Unidades	24,95	998,00
02	Conserto de pneu veículo - microônibus	10	Unidades	32,95	329,50
03	Conserto de pneu trator agrícola	20	Unidades	109,95	2.199,00
04	Conserto de pneu - caminhão - Aro 20	120	Unidades	54,95	6.594,00

05	Conserto pneu retro-escavadeira	25	Unidades	119,95	2.998,75
06	Conserto de pneu moto niveladora	20	Unidades	119,95	2.399,00
07	Conserto de pneu Carregadeira	10	Unidades	119,95	1.199,50
08	Montagem pneu veículo - aro 13 a 18	80	Unidades	19,95	1.596,00
09	Montagem pneu veículo - microônibus	30	Unidades	24,95	748,50
10	Montagem pneu caminhão - aro 20	120	Unidades	47,95	5.754,00
11	Montagem pneu trator agrícola	10	Unidades	94,95	949,50
12	Montagem pneu carregadeira	10	Unidades	111,95	1.119,50
13	Montagem pneu moto niveladora	20	Unidade	89,95	1.799,00
14	Montagem pneu retroescavadeira	25	Unidade	89,95	2.248,75
15	Serviço de balanceamento - aro 13 a 18 (roda)	80	Unidade	14,95	1.196,00
16	Serviço de Geometria - aro 13 a 18 (roda)	80	Unidade	18,95	1.516,00
17	Serviço de Cambagem - 13 a 18 (roda)	30	Unidade	48,95	1.468,50
18	Serviço de balanceamento - microônibus (roda)	20	Unidade	69,95	1.399,00
19	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	20	Unidade	79,95	1.599,00
20	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	20	Unidade	119,95	2.399,00
21	Câmara de ar 1000 X 20	80	Unidade	119,95	9.596,00
22	Protetor para pneu 1000 X 20	80	Unidade	59,95	4.796,00
TOTAL R\$					54.902,50

Valor do contrato: R\$ 54.902,50 (cinquenta e quatro mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 26/09/2014 - Vigência: 26/09/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 5.735/2014, de 26 de Setembro de 2014**  
PORTARIA No5.735/2014, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

#### RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 009/2014, de 26 de setembro de 2014, os servidores Senhores Franciele Salete Mella, Tiago Rafael Muchalski Petry e Walter Egidio Mukai, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariada pelo segundo, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº047/2014-SPGF, de 12 de junho de 2014 e seus anexos, emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, através do qual relata as pendências

quanto ao pagamento de serviços realizados em exercícios anteriores relacionados a Tomada de Preços nº08/2011 - Construção de Estação de Tratamento, realizada pela empresa Engevale Construtora Ltda., à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 26 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.090/2014 de 22 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.090/2014 de 22 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder  
3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuições R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.091/2014 de 22 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.091/2014 de 22 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 699,99 (seiscentos e noventa e nove reais e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 699,99

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 699,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.092/2014 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.092/2014 de 23 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 13.381,65 (treze mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.01 - UNID DE AGRICULTURA  
07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.664,10

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.320 - Manutenção do Procon  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.717,55

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000. R\$ 13.381,65

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Decreto Nº 3.093/2014 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.093/2014 de 23 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Decreto Nº 3.094/2014 de 23 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.094/2014 de 23 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0224 - Material de Consumo R\$ 22.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0224. R\$ 22.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Decreto Nº 3.095/2014 de 24 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.095/2014 de 24 de setembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.705,00 (cinco mil setecentos e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$. 5.640,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.04 - UNIDADE DE TURISMO  
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo  
3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 65,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.640,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.04 - UNIDADE DE TURISMO  
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo  
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 65,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 85/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014-PMS  
PROCESSO Nº. 185/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição e instalação de condicionador de ar para suprir as necessidades do PROCON do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de outubro de 2014 às 14h.  
Abertura do Processo: 10 de outubro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 29 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial registro de Preços Nº. 87/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 87/2014-PMS

PROCESSO Nº. 187/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de saibro (macadame do morro) para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de outubro de 2014 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 13 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 29 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Convocação Concurso Público Nº. 001/2012-ESF/NASF**

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JANICE BEATRIZ STURMER VEIT, inscrita no CPF sob nº. 969.439.120-20, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de NUTRICIONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 06 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência

da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 11.8.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ARLETE DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 515.685.199-15, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA C - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 06 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVANE LEU, inscrita no CPF sob nº. 009.396.659-80, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 06 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCILENE PEREIRA, inscrita no CPF sob nº. 083.581.309-61, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 06 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. NOEMI SILVANA RIEDEL VARGAS, inscrita no CPF sob nº. 073.627.369-75, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 06 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de setembro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**RGF - 2º Quadrimestre**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.585.780,35	0,00
Pessoal Ativo	18.513.464,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	26.466,33	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	45.849,67	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>18.585.780,35</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>18.585.780,35</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>35.960.299,00</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>51,68</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%</b>	<b>21.576.179,40</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%</b>	<b>20.497.370,43</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%</b>	<b>19.418.561,46</b>	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SCHROEDER, 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.994.863,35</b>	<b>1.575.342,75</b>	<b>1.176.655,48</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.994.863,35	1.575.342,75	1.176.655,48	0,00
Interna	1.994.863,35	1.575.342,75	1.176.655,48	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.989.462,65</b>	<b>7.159.389,25</b>	<b>7.394.549,71</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.046.573,69	7.745.730,89	7.905.442,80	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	3,29	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	57.111,04	586.341,64	510.896,38	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.994.599,30</b>	<b>-5.584.046,50</b>	<b>-6.217.894,23</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>32.583.623,42</b>	<b>34.581.098,22</b>	<b>35.960.299,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>6,12%</b>	<b>4,56%</b>	<b>3,27%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-6,12%</b>	<b>-16,15%</b>	<b>-17,29%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>39.100.348,10</b>	<b>41.497.317,86</b>	<b>43.152.358,80</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>35.190.313,29</b>	<b>37.347.586,08</b>	<b>38.837.122,92</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.994.863,35	1.575.342,75	1.176.655,48	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	1.994.863,35	1.575.342,75	1.176.655,48	0,00
Interna	1.994.863,35	1.575.342,75	1.176.655,48	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	953,86	327.108,21	261.571,81	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	684.868,28	2.932.292,13	3.075.088,31	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planej, Gestão e Finanças

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

FONTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>32.583.623,42</b>	<b>34.581.098,22</b>	<b>35.960.299,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22<sup>o</sup></b>	<b>7.168.397,15</b>	<b>7.607.841,61</b>	<b>7.911.265,78</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>6.451.557,44</b>	<b>6.847.057,45</b>	<b>7.120.139,20</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planej, Gestão e Finanças

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>35.960.299,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>5.753.647,84</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>5.178.283,06</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.517.220,93</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planej. Gestão e FinançasHERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SCPAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alimentação de Bens Dest a Outros Progr	5.615,44	0,00	5.615,44
Alimentação de Bens Destinados a Programas de Saúde	5.320,74	0,00	5.320,74
Assistência Farmaceutica Básica	3.358,70	3.233,95	124,75
Atenção Básica	17.071,78	50.821,16	(33.749,38)
Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	41.629,61	4,28	41.625,33
Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública - COSIP	139.415,51	0,00	139.415,51
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	9.337,92	0,00	9.337,92
Convênio de Trânsito - Civil	12.817,64	0,00	12.817,64
Convênio de Trânsito - Civil - Ex. Anterior	44.527,12	0,00	44.527,12
Convênio Trânsito - Militar	14.994,88	0,00	14.994,88
Convênio Trânsito - Prefeitura	4.720,58	191,04	4.529,54
ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO)	25.996,60	240,00	25.756,60
ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO) Exercício Anterior	18.203,23	0,00	18.203,23
FIA Demais Recursos	2.401,57	(353,27)	2.754,84
FIA Demais Recursos - Exercício Anterior	(25.598,87)	1.597,15	(27.196,02)
FIA Imposto de Renda	50.194,74	0,00	50.194,74
FIA Imposto de Renda - Superávit	684,96	0,00	684,96
Fundo Especial do Petróleo	35.156,37	8.051,56	27.104,81
NASF ESTADUAL	15.000,00	0,00	15.000,00
NASF FEDERAL	38.575,70	3.554,90	35.020,80
Outras Especificações	21.154,21	0,00	21.154,21
Outras Receitas Não Primária	154,96	154,96	0,00
Outras Transferências de Rec.FNAS - Ex. Ant	12.205,88	0,00	12.205,88
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	2.236,80	320,00	1.916,80
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	178.291,47	0,00	178.291,47
Piso Básico Fixo	10.017,21	0,00	10.017,21
Piso Básico Fixo - Ex. Anterior	(9.258,04)	0,00	(9.258,04)
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2,51	0,00	2,51
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Ex. Ant.	61,14	0,00	61,14
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	20.882,08	9.332,53	11.549,55
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3.302,68	0,00	3.302,68
Programa Sentinela	62.215,33	(286,91)	62.502,24
Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Educação	55.075,68	47.329,00	7.746,68
Receitas Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	113.824,06	0,00	113.824,06
Recurso Federal - ACS	88.632,07	0,00	88.632,07
Recurso Federal - ESF	142.600,00	0,00	142.600,00
Recurso Federal - SB	17.840,00	0,00	17.840,00
Salário Educação	414.673,25	8.698,24	405.975,01
Sistemas de Aguas do Município	670.815,68	28.835,71	641.979,97
Transf. de Conv. - Outros (não relacionados á educação/saúde/assistência soci	282.206,39	6.218,23	275.988,16
Transf. FUNDEB/FUNDEF - 60% (Magistério) - Ex. Anterior	(2,14)	0,00	(2,14)
Transferências de Convênios - Educação	66.022,96	1.376,47	64.646,49
Transferências de Convênios - Educação - Ex. Ant.	52.264,21	0,00	52.264,21
Transferências de Convênios - Outros - Ex. Ant.	116.930,95	0,00	116.930,95
Transferências de Convênios - Saúde	39.543,86	0,00	39.543,86
Transferências do Estado para Assistência Social - Ex. Ant.	187,32	0,00	187,32
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 40% (aplicação em outras despesas da	1.393.994,31	0,00	1.393.994,31
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 60% (aplicação na remuneração dos pr	(1.122.501,94)	199.636,11	(1.322.138,05)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Vigilância em Saúde	81.831,88	8.075,23	73.756,65
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>3.174.628,99</b>	<b>377.030,34</b>	<b>2.797.598,65</b>
Apoio a Pessoa Idosa - API	28.978,89	0,00	28.978,89
Bolsa Família	4.258,15	0,00	4.258,15
Companhia de Águas	455.570,28	0,00	455.570,28
Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública - COSIP	225.257,02	0,00	225.257,02
Fundo Especial do Petróleo	16.305,93	0,00	16.305,93
Programa de Atenção a Criança - PAC	(25.090,87)	0,00	(25.090,87)
Receitas de Impostos e Transf.de Impostos - Educação	13.641,35	0,00	13.641,35
Receitas Impostos - ACS	(21.736,05)	8.548,07	(30.284,12)
Receitas Impostos - ESF	(344.634,87)	69.618,65	(414.253,52)
Receitas Impostos - SB	(16.016,05)	3.794,63	(19.810,68)
Receitas Impostos e Transf.de Impostos - Saúde	674.548,09	75.741,79	598.806,30
Recursos Ordinários	2.587.828,85	219.614,07	2.368.214,78
Recursos Ordinários - Ex. Anterior	1.086.988,59	20.296,94	1.066.691,65
Taxa de Coleta de Lixo	44.914,50	3.268,07	41.646,43
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>4.730.813,81</b>	<b>400.882,22</b>	<b>4.329.931,59</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>7.905.442,80</b>	<b>777.912,56</b>	<b>7.127.530,24</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SCHROEDER, 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planej, Gestão e Finanças

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")							R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alimentação de Bens Dest a Outros Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	5.615,44	0,00	
Alimentação de Bens Destinados a Programas de	0,00	0,00	0,00	0,00	5.320,74	0,00	
Assistência Farmaceutica Básica	0,00	0,00	3.233,95	875,94	124,75	0,00	
Atenção Básica	0,00	47.900,00	2.529,97	25.048,88	(33.749,38)	0,00	
Atenção de Alta e Média Complexidade Ambulató	0,00	0,00	0,00	0,00	41.625,33	0,00	
Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pl	0,00	0,00	0,00	42.938,90	139.415,51	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	9.337,92	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	12.817,64	0,00	
Convênio de Trânsito - Civil - Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	44.527,12	0,00	
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	2,34	14.994,88	0,00	
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	1.770,60	4.529,54	0,00	
ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO) Exercício	0,00	240,00	0,00	909,60	25.756,60	0,00	
ESF ESTADUAL (CO-FINANCIAMENTO) Exercício	0,00	0,00	0,00	17.398,80	18.203,23	0,00	
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	2.754,84	0,00	
FIA Demais Recursos - Exercício Anterior	0,00	733,25	0,00	940,00	(27.196,02)	0,00	
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	50.194,74	0,00	
FIA Imposto de Renda - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	684,96	0,00	
Fundo Especial do Petróleo	0,00	7.616,94	0,00	8.015,84	27.104,81	0,00	
NASF ESTADUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
NASF FEDERAL	0,00	2.554,18	0,00	0,00	35.020,80	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	9.910,20	21.154,21	0,00	
Outras Transferências de Rec.FNAs - Ex. Ant	0,00	0,00	0,00	9.400,00	12.205,88	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo c	0,00	320,00	0,00	3.322,00	1.916,80	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenv	0,00	0,00	0,00	0,00	178.291,47	0,00	
Piso Básico Fixo	0,00	0,00	0,00	2.482,92	10.017,21	0,00	
Piso Básico Fixo - Ex. Anterior	0,00	0,00	0,00	1.426,53	(9.258,04)	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	2,51	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - E	0,00	0,00	0,00	0,00	61,14	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	9.070,23	0,00	4.988,16	11.549,55	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	1.209,49	3.302,68	0,00	
Programa Sentinela	0,00	37,50	0,00	22.251,39	62.502,24	0,00	

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				R\$ 1,00	
		Liquidadados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidadados			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde		0,00	25.978,93	0,00	79.938,99	7.746,68	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	113.824,06	0,00
Recurso Federal - ACS		0,00	0,00	0,00	0,00	88.632,07	0,00
Recurso Federal - ESF		0,00	0,00	0,00	0,00	142.600,00	0,00
Recurso Federal - SB		0,00	0,00	0,00	0,00	17.840,00	0,00
Salário Educação		0,00	3.975,65	4.687,59	39.673,14	405.975,01	0,00
Sistemas de Águas do Município		0,00	20.656,99	0,00	128.888,26	641.979,97	0,00
Transf. de Conv. - Outros (não relacionados à educação)		0,00	6.218,23	0,00	239.872,39	275.988,16	0,00
Transf. FUNDEB/FUNDEF - 60% (Magistério) - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	(2,14)	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Ex. Ant.		0,00	1.376,47	0,00	29.166,36	64.646,49	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Ex. Ant.		0,00	0,00	0,00	0,00	52.264,21	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Ex. Ant.		0,00	0,00	0,00	0,00	116.930,95	0,00
Transferências de Convênios - Saúde		0,00	0,00	0,00	119.163,23	39.543,86	0,00
Transferências do Estado para Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	187,32	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 40% (aplicação em Saúde)		0,00	0,00	0,00	0,00	1.393.994,31	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - 60% (aplicação em Saúde)		0,00	111.919,82	0,00	0,00	(1.322.138,05)	0,00
Vigilância em Saúde		0,00	7.946,77	0,00	13.326,09	73.756,65	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)</b>		<b>0,00</b>	<b>246.544,96</b>	<b>10.451,51</b>	<b>802.920,05</b>	<b>2.797.598,65</b>	<b>0,00</b>
Apoio a Pessoa Idosa - API		0,00	0,00	0,00	0,00	28.978,89	0,00
Bolsa Família		0,00	0,00	0,00	246,50	4.258,15	0,00
Companhia de Águas		0,00	0,00	0,00	0,00	455.570,28	0,00
Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública		0,00	0,00	0,00	0,00	225.257,02	0,00
Fundo Especial do Petróleo		0,00	0,00	0,00	0,00	16.305,93	0,00
Programa de Atenção à Criança - PAC		0,00	0,00	0,00	0,00	(25.090,87)	0,00
Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	13.641,35	0,00
Receitas Impostos - ACS		0,00	5.441,68	0,00	0,00	(30.284,12)	0,00
Receitas Impostos - ESF		0,00	39.098,04	0,00	0,00	(414.253,52)	0,00
Receitas Impostos - SB		0,00	2.360,34	0,00	0,00	(19.810,68)	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde		0,00	40.792,06	8.302,76	388.325,45	598.806,30	0,00
Recursos Ordinários		212,59	157.089,73	3.022,25	510.849,17	2.368.214,78	0,00

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alinea "b")		RESTOS A PAGAR					R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários - Ex. Anterior		17.791,12	1.565,86	285,13	224.053,21	1.066.691,65	0,00
Taxa de Coleta de Lixo		0,00	0,00	0,00	77.709,50	41.646,43	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)		18.003,71	246.347,71	11.610,14	1.201.183,83	4.329.931,59	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		18.003,71	492.892,67	22.061,65	2.004.103,88	7.127.530,24	0,00

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	MARCOS DELLAGIUSTINA Secretário de Planej, Gestão e Finanças	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC
PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal		

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.585.780,35	51,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	21.576.179,40	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	20.497.370,43	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.217.894,23	-17,29
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.152.358,80	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.911.265,78	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.753.647,84	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.517.220,93	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.004.103,88	7.127.530,24

FONTE:

SCHROEDER, 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário de Planej. Gestão e Finanças

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

RREO - 4º Bimestre

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>5.785.086,40</b>	<b>14,41</b>	<b>25.169.770,93</b>	<b>62,69</b>	<b>14.977.195,07</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.525.966,00</b>	<b>35.525.966,00</b>	<b>5.743.069,43</b>	<b>16,17</b>	<b>24.634.631,46</b>	<b>69,34</b>	<b>10.891.334,54</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.942.500,00	4.942.500,00	583.387,53	11,80	3.284.873,49	66,46	1.657.626,51
IMPOSTOS	3.532.500,00	3.532.500,00	472.786,16	13,38	2.313.226,25	65,48	1.219.273,75
TAXAS	1.010.000,00	1.010.000,00	106.902,02	10,58	925.836,09	91,67	84.163,91
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	3.699,35	0,92	45.811,15	11,45	354.188,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	700.000,00	700.000,00	108.773,71	15,54	436.934,93	62,42	263.065,07
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	700.000,00	700.000,00	108.773,71	15,54	436.934,93	62,42	263.065,07
RECEITA PATRIMONIAL	50.300,00	50.300,00	82.859,34	164,73	291.364,24	579,25	-241.064,24
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.300,00	50.300,00	82.859,34	164,73	291.364,24	579,25	-241.064,24
RECEITA AGROPECUÁRIA	60.000,00	60.000,00	20.427,25	34,05	68.139,01	113,57	-8.139,01
Outras Receitas Agropecuárias	60.000,00	60.000,00	20.427,25	34,05	68.139,01	113,57	-8.139,01
RECEITA DE SERVIÇOS	1.900.000,00	1.900.000,00	362.824,82	19,10	1.493.177,59	78,59	406.822,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.001.166,00	27.001.166,00	4.404.801,63	16,31	18.547.526,30	68,69	8.453.639,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.460.166,00	26.460.166,00	4.312.152,84	16,30	18.299.242,04	69,16	8.160.923,96
Transf. de Instituições Privadas	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	41.000,00	21,58	149.000,00
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	8.033,56	80,34	8.033,56	80,34	1.966,44
Transf. de Conv.	341.000,00	341.000,00	84.615,23	24,81	199.250,70	58,43	141.749,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	872.000,00	872.000,00	179.995,15	20,64	512.615,90	58,79	359.384,10
Multas e Juros de Mora	232.000,00	232.000,00	56.216,28	24,23	169.963,29	73,26	62.036,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	10.118,73	12,65	21.540,01	26,93	58.459,99
RECEITA DA DIVIDATIVA	510.000,00	510.000,00	83.960,79	16,46	258.334,19	50,65	251.665,81
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	29.699,35	59,40	62.778,41	125,56	-12.778,41
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>42.016,97</b>	<b>0,91</b>	<b>535.139,47</b>	<b>11,58</b>	<b>4.085.860,53</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.561.000,00	3.561.000,00	42.016,97	1,18	535.139,47	15,03	3.025.860,53
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.561.000,00	3.561.000,00	42.016,97	1,18	535.139,47	15,03	3.025.860,53
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>5.785.086,40</b>	<b>14,41</b>	<b>25.169.770,93</b>	<b>62,69</b>	<b>14.977.195,07</b>

Continua 1/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>5.785.086,40</b>	<b>14,41</b>	<b>25.169.770,93</b>	<b>62,69</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.146.966,00	40.146.966,00	5.785.086,40	14,41	25.169.770,93	62,69
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.704.271,95	—	—	862.147,57	—
Superávit Financeiro	—	1.704.271,95	—	—	862.147,57	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.101.508,11</b>	<b>42.248.474,11</b>	<b>5.824.896,22</b>	<b>24.419.697,62</b>	<b>5.734.316,03</b>	<b>21.366.670,96</b>	<b>50,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>31.541.052,65</b>	<b>1.338.807,66</b>	<b>32.879.860,31</b>	<b>5.126.727,45</b>	<b>21.275.720,60</b>	<b>5.070.057,59</b>	<b>19.087.532,85</b>	<b>58,05</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.577.058,00	-130.766,87	19.446.291,13	2.916.959,15	12.339.033,15	3.079.572,60	11.922.147,10	61,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	190.000,00	0,00	190.000,00	29.213,97	142.475,58	29.213,97	142.475,58	74,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.773.994,65	1.469.574,53	13.243.569,18	2.180.554,33	8.794.211,87	1.961.271,02	7.022.910,17	53,03
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.448.850,00</b>	<b>762.700,45</b>	<b>9.211.550,45</b>	<b>698.168,77</b>	<b>3.143.977,02</b>	<b>664.258,44</b>	<b>2.279.138,11</b>	<b>24,74</b>
INVESTIMENTOS	7.293.850,00	762.700,45	8.056.550,45	509.241,80	2.325.769,15	475.331,47	1.460.930,24	18,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.155.000,00	0,00	1.155.000,00	188.926,97	818.207,87	188.926,97	818.207,87	70,84
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>157.063,35</b>	<b>0,00</b>	<b>157.063,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>22.990,00</b>	<b>22.990,00</b>	<b>2.976,57</b>	<b>12.441,51</b>	<b>2.976,57</b>	<b>12.441,51</b>	<b>54,12</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	22.990,00	22.990,00	2.976,57	12.441,51	2.976,57	12.441,51	54,12
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.124.498,11</b>	<b>42.271.464,11</b>	<b>5.827.872,79</b>	<b>24.432.139,13</b>	<b>5.737.292,60</b>	<b>21.379.112,47</b>	<b>50,58</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.124.498,11</b>	<b>42.271.464,11</b>	<b>5.827.872,79</b>	<b>24.432.139,13</b>	<b>5.737.292,60</b>	<b>21.379.112,47</b>	<b>20.892.351,64</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.790.658,46	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	40.146.966,00	2.124.498,11	42.271.464,11	5.827.872,79	24.432.139,13	5.737.292,60	25.169.770,93	20.892.351,64

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PETRUKA JUNIOR  
Controlador Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>42.248.474,11</b>	<b>5.824.896,22</b>	<b>24.419.697,62</b>	<b>5.734.316,03</b>	<b>21.366.670,96</b>	<b>99,94</b>	<b>50,57</b>
Legislativa	1.830.000,00	1.830.000,00	54.031,45	1.593.362,33	361.117,52	989.187,97	4,63	54,05
Ação Legislativa	1.830.000,00	1.830.000,00	54.031,45	1.593.362,33	361.117,52	989.187,97	4,63	54,05
Administração	3.499.023,20	3.536.388,15	503.580,29	2.497.030,60	534.041,08	2.340.191,82	10,95	66,17
Administração Geral	3.499.023,20	3.536.388,15	503.580,29	2.497.030,60	534.041,08	2.340.191,82	10,95	66,17
Segurança Pública	136.000,00	142.820,09	20.245,26	75.826,50	19.083,50	67.971,81	0,32	47,59
Policimento	59.000,00	60.407,67	8.811,93	29.517,40	7.650,17	21.662,71	0,10	35,86
Defesa Civil	77.000,00	82.412,42	11.433,33	46.309,10	11.433,33	46.309,10	0,22	56,19
Assistência Social	1.729.000,00	1.889.196,34	223.496,07	943.579,91	225.581,21	798.878,36	3,74	42,29
Assistência à Criança e ao Adolescente	310.000,00	359.315,75	39.689,59	136.747,25	34.916,65	122.595,82	0,57	34,12
Assistência Comunitária	1.419.000,00	1.529.880,59	183.806,48	806.832,66	190.664,56	676.282,54	3,16	44,20
Saúde	10.580.053,00	10.757.172,66	1.599.019,71	5.446.129,49	1.456.392,40	4.799.921,86	22,45	44,62
Administração Geral	608.100,00	413.500,03	51.708,41	204.183,25	51.688,91	203.542,75	0,95	49,22
Atenção Básica	9.289.253,00	9.301.417,28	1.119.728,84	4.605.227,83	1.214.639,57	4.236.819,28	19,82	45,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	929.423,95	401.160,97	582.309,98	175.482,41	324.704,65	1,52	34,94
Vigilância Sanitária	18.000,00	27.500,00	9.191,10	14.967,66	9.257,72	11.202,56	0,05	40,74
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	17.230,39	39.440,77	5.323,79	23.662,62	0,11	27,72
Educação	10.477.750,00	10.872.868,71	1.655.378,32	6.970.262,30	1.656.844,21	6.700.918,26	31,34	61,63
Administração Geral	135.500,00	164.400,00	47.101,88	126.280,98	26.540,80	101.144,72	0,47	61,52
Ensino Fundamental	5.194.000,00	5.200.142,57	839.208,34	3.514.405,86	815.184,53	3.420.388,66	16,00	65,77
Ensino Médio	145.000,00	139.274,36	31.288,79	82.545,98	15.645,57	66.902,76	0,31	48,04
Ensino Profissional	130.000,00	129.100,00	-7.693,80	93.442,25	6.069,72	59.542,25	0,28	46,12
Ensino Superior	165.000,00	165.000,00	24.431,33	89.569,77	24.431,33	89.569,77	0,42	54,28
Educação Infantil	4.315.250,00	4.610.408,07	678.618,72	2.770.277,30	697.015,16	2.689.064,08	12,58	58,33
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	528,75	2.940,51	528,75	2.940,51	0,01	19,60
Educação Especial	233.000,00	259.996,00	35.895,96	149.421,20	37.257,86	148.260,20	0,69	57,02
Educação Básica	145.000,00	189.547,71	5.998,35	141.378,45	34.170,49	123.105,31	0,58	64,95
Cultura	469.227,25	449.227,25	56.188,02	198.208,10	56.557,85	187.394,20	0,88	41,71
Diffusão Cultural	469.227,25	449.227,25	56.188,02	198.208,10	56.557,85	187.394,20	0,88	41,71

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	40.146.966,00	42.248.474,11	5.824.896,22	24.419.697,62	5.734.316,03	21.366.670,96	99,94	20.881.803,15
Infra-Estrutura Urbana	4.450.962,66	5.809.012,74	611.772,11	2.068.979,56	362.122,87	1.479.818,46	6,92	4.329.194,28
Habituação	4.450.962,66	5.809.012,74	611.772,11	2.068.979,56	362.122,87	1.479.818,46	6,92	4.329.194,28
Habituação Urbana	121.500,00	121.500,00	363,14	3.035,16	1.952,76	3.035,16	0,01	118.464,84
Habituação Urbana	121.500,00	121.500,00	363,14	3.035,16	1.952,76	3.035,16	0,01	118.464,84
Saneamento	1.900.000,00	1.956.222,69	355.929,85	1.461.938,22	262.873,36	1.062.933,97	4,97	893.288,72
Saneamento Básico Urbano	1.900.000,00	1.956.222,69	355.929,85	1.461.938,22	262.873,36	1.062.933,97	4,97	893.288,72
Gestão Ambiental	821.500,00	826.600,00	141.118,66	703.304,65	172.202,46	625.595,15	2,93	201.004,85
Infra-Estrutura Urbana	41.500,00	46.600,00	4.850,58	33.442,49	4.850,58	33.442,49	0,16	13.157,51
Serviços Urbanos	680.000,00	680.000,00	136.268,08	669.862,16	167.351,88	592.152,66	2,77	87.847,34
Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Agricultura	547.500,00	724.925,00	128.438,11	522.656,59	128.556,46	489.619,59	2,29	235.305,41
Extensão Rural	547.500,00	724.925,00	128.438,11	522.656,59	128.556,46	489.619,59	2,29	235.305,41
Indústria	271.136,54	275.409,54	40.535,77	84.674,47	32.765,63	75.126,57	0,35	200.282,97
Promoção Industrial	271.136,54	275.409,54	40.535,77	84.674,47	32.765,63	75.126,57	0,35	200.282,97
Comércio e Serviços	143.000,00	98.000,03	16.794,37	61.131,80	19.218,72	57.277,15	0,27	40.722,88
Turismo	143.000,00	98.000,03	16.794,37	61.131,80	19.218,72	57.277,15	0,27	40.722,88
Energia	700.000,00	700.000,00	105.230,36	351.724,59	88.211,46	308.785,69	1,44	391.214,31
Energia Elétrica	700.000,00	700.000,00	105.230,36	351.724,59	88.211,46	308.785,69	1,44	391.214,31
Desporto e Lazer	968.250,00	757.067,56	94.633,79	477.169,90	138.653,60	419.331,49	1,96	337.736,07
Desporto Comunitário	968.250,00	757.067,56	94.633,79	477.169,90	138.653,60	419.331,49	1,96	337.736,07
Encargos Especiais	1.345.000,00	1.345.000,00	218.140,94	960.683,45	218.140,94	960.683,45	4,49	384.316,55
Serviço da Dívida Interna	1.345.000,00	1.345.000,00	218.140,94	960.683,45	218.140,94	960.683,45	4,49	384.316,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	157.063,35	157.063,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.063,35
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Administração	-	22.990,00	2.976,57	12.441,51	2.976,57	12.441,51	0,06	10.548,49
Administração Geral	0,00	1.000,00	116,84	467,36	116,84	467,36	0,00	532,64
Administração Geral	0,00	1.000,00	116,84	467,36	116,84	467,36	0,00	532,64
Assistência Social	0,00	300,00	15,58	77,86	15,58	77,86	0,00	222,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	300,00	15,58	77,86	15,58	77,86	0,00	222,14
Educação	0,00	10.390,00	1.147,23	5.447,92	1.147,23	5.447,92	0,03	4.942,08
Administração Geral	0,00	1.200,00	27,24	451,76	27,24	451,76	0,00	748,24

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	-	22.990,00	2.976,57	12.441,51	2.976,57	12.441,51	0,06	54,12
Educação	0,00	10.390,00	1.147,23	5.447,92	1.147,23	5.447,92	0,03	52,43
Ensino Fundamental	0,00	5.000,00	712,75	2.815,79	712,75	2.815,79	0,01	56,32
Ensino Profissional	0,00	900,00	-83,46	166,92	-83,46	166,92	0,00	18,55
Educação Infantil	0,00	3.290,00	490,70	2.013,45	490,70	2.013,45	0,01	61,20
Cultura	0,00	1.000,00	38,94	307,67	38,94	307,67	0,00	30,77
Difusão Cultural	0,00	1.000,00	38,94	307,67	38,94	307,67	0,00	30,77
Urbanismo	0,00	1.800,00	408,94	1.234,63	408,94	1.234,63	0,01	68,59
Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.800,00	408,94	1.234,63	408,94	1.234,63	0,01	68,59
Saneamento	0,00	6.000,00	915,20	3.719,29	915,20	3.719,29	0,02	61,99
Saneamento Básico Urbano	0,00	6.000,00	915,20	3.719,29	915,20	3.719,29	0,02	61,99
Agricultura	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	2.200,00	333,84	1.186,78	333,84	1.186,78	0,01	53,94
Desporto Comunitário	0,00	2.200,00	333,84	1.186,78	333,84	1.186,78	0,01	53,94
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>42.271.464,11</b>	<b>5.827.872,79</b>	<b>24.432.139,13</b>	<b>5.737.292,60</b>	<b>21.379.112,47</b>	<b>100,00</b>	<b>50,58</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RECEITAS CORRENTES (I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
ESPECIFICAÇÃO		Sel/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	R\$ 1,00
2.948.970.34	2.959.163.91	2.969.163.91	3.130.620.51	3.130.620.51	3.642.999.23	3.379.428.49	3.223.633.61	3.452.764.94	4.524.987.49	3.515.972.47	3.022.692.79	3.075.464.95	3.334.654.63	40.209.253.96	39.643.966.00
RECEITA TRIBUTÁRIA		180.435.98	256.643.90	198.176.81	276.313.58	102.524.76	137.843.38	573.149.68	1.402.230.79	291.682.02	194.055.33	300.343.92	283.043.61	4.196.445.76	4.942.500.00
I.P.T.U.		8.772.38	9.775.94	11.460.20	12.122.38	1.313.52	730.85	191.877.84	788.931.70	34.756.57	27.274.79	31.556.05	35.321.89	1.153.936.11	1.630.000.00
IRR.F		6.006.86	77.305.91	43.106.17	107.029.35	2.522.50	2.759.49	68.900.90	3.409.93	79.753.18	2.797.65	96.948.32	51.501.89	541.943.15	320.000.00
I.S.S.		57.324.38	67.928.97	68.860.81	83.972.16	66.172.42	61.771.16	72.996.15	58.412.80	86.826.98	77.956.68	91.665.12	93.673.19	887.560.82	1.132.500.00
I.T.B.I.		20.133.42	42.157.74	30.020.82	14.647.51	19.504.14	33.650.36	22.800.48	85.938.38	23.336.99	26.592.63	22.636.66	49.480.04	390.351.17	450.000.00
Outras Receitas Tributárias		88.198.94	59.475.34	44.730.81	55.542.18	13.012.18	38.931.52	216.574.31	486.077.98	67.006.30	59.443.58	57.534.77	53.066.60	1.222.594.51	1.410.000.00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		91.796.72	51.464.05	50.796.42	108.881.62	52.463.25	45.50	63.595.24	93.706.81	61.852.89	58.497.53	54.205.74	54.567.97	739.876.74	700.000.00
RECEITA PATRIMONIAL		24.579.22	28.968.29	38.414.05	38.097.25	21.808.63	31.146.62	35.906.88	37.961.54	39.297.61	42.383.62	41.679.60	41.179.74	421.423.05	50.300.00
RECEITA AGROPECUÁRIA		11.832.26	12.832.71	13.529.25	13.377.00	3.834.42	4.526.94	8.419.72	9.205.66	12.977.30	8.747.72	8.314.86	12.112.39	119.810.23	60.000.00
RECEITA INDUSTRIAL		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA DE SERVIÇOS		146.281.90	177.216.11	177.609.73	211.154.41	96.382.09	223.127.07	222.734.41	200.024.55	198.770.82	189.313.63	188.286.79	174.538.03	2.205.441.74	1.900.000.00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.416.498.78	2.368.128.71	2.591.083.72	2.892.518.49	3.071.223.68	2.776.630.60	2.497.503.96	2.721.888.40	2.841.295.53	2.459.900.26	2.413.383.85	2.658.467.93	31.716.623.91	31.019.166.00
Cota-Parte do F.P.M.		598.930.21	606.673.11	817.626.44	1.233.456.67	1.189.682.73	1.267.385.79	753.596.58	853.932.19	1.146.178.61	859.559.97	738.253.26	896.832.12	10.941.266.68	9.800.000.00
Cota-Parte do I.C.M.S.		758.257.09	816.908.31	821.395.36	817.912.28	753.379.05	715.303.39	726.657.90	707.309.32	719.177.85	729.623.48	678.026.10	705.110.51	8.948.262.64	9.000.000.00
Cota-Parte do I.P.V.A.		104.508.14	121.893.27	69.367.21	46.232.48	62.400.28	66.130.74	121.906.37	116.815.86	132.602.87	114.018.01	142.257.85	144.883.92	1.246.817.00	1.100.000.00
Cota-Parte do ITR.		1.533.18	5.329.29	223.86	318.26	113.59	31.05	106.38	90.66	0.00	71.58	10.84	109.55	7.938.24	10.000.00
Outras Transferências Correntes		510.665.81	366.754.20	355.095.76	286.655.46	500.274.85	173.403.70	389.682.52	520.284.09	281.249.16	224.463.13	360.694.86	383.623.35	4.354.767.89	5.120.166.00
Transferências da LC 61/1989		10.791.50	11.536.19	12.796.63	13.677.44	12.019.90	10.176.34	9.943.61	10.824.45	11.773.37	11.213.51	11.519.78	11.874.34	138.147.06	140.000.00
Transferências da LC 87/1996		3.399.85	3.399.85	3.399.85	3.400.85	3.176.30	3.176.30	0.00	3.176.30	3.176.30	3.176.30	3.176.30	3.176.30	35.833.50	40.000.00
Transferências do FUNDEB		458.413.00	435.634.49	511.238.61	498.836.05	550.196.98	538.023.29	496.640.80	590.395.53	547.137.37	517.774.28	479.442.86	512.857.84	6.046.590.90	5.800.000.00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		77.448.08	63.908.14	61.005.53	92.656.88	31.191.66	50.313.50	51.455.05	59.869.74	70.096.30	69.694.50	69.250.19	110.744.96	807.632.53	872.000.00
DEDUÇÕES (II)		356.778.23	306.374.31	344.962.21	344.972.30	404.070.15	413.720.52	327.494.13	334.418.94	402.581.64	343.532.38	314.648.99	352.401.16	4.248.354.96	4.018.000.00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		356.778.23	306.374.31	344.962.21	344.972.30	404.070.15	413.720.52	327.494.13	334.418.94	402.581.64	343.532.38	314.648.99	352.401.16	4.248.354.96	4.018.000.00
RECETA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.892.192.71	2.649.789.60	2.785.658.30	3.298.026.93	2.975.358.34	2.809.913.09	3.125.270.81	4.190.568.55	3.113.390.83	2.677.060.41	2.760.815.96	2.982.253.47	35.960.299.00	35.525.966.00

FONTE:

SCHROEDER - 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-0343450-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.994.863,35	1.365.582,45	1.176.655,48
DEDUÇÕES (II)	3.989.462,65	7.996.037,10	7.887.442,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.046.573,69	7.995.372,55	7.905.442,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	664,55	3,29
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	57.111,04	0,00	18.003,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.994.599,30	-6.630.454,65	-6.710.786,90
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.994.599,30</b>	<b>-6.630.454,65</b>	<b>-6.710.786,90</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-80.332,25</b>	<b>-4.716.187,60</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-1.873.761,44</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>35.475.666,00</b>	<b>5.660.210,09</b>	<b>24.343.267,22</b>	<b>21.129.910,15</b>
Receita Tributária	4.942.500,00	583.387,53	3.284.873,49	3.251.072,44
I.P.T.U.	1.630.000,00	66.977,94	1.111.865,21	1.039.309,82
I.S.S.	1.132.500,00	185.338,31	609.474,50	543.561,48
I.T.B.I.	450.000,00	72.118,70	283.391,68	326.406,53
I.R.R.F.	320.000,00	148.351,21	308.494,86	237.400,01
Outras Receitas Tributárias	1.410.000,00	110.601,37	971.647,24	1.104.394,60
Receita de Contribuição	700.000,00	108.773,71	436.934,93	339.921,94
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	700.000,00	108.773,71	436.934,93	339.921,94
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	50.300,00	82.859,34	291.364,24	128.045,73
(-) Aplicações Financeiras	50.300,00	82.859,34	291.364,24	128.045,73
Transferências Correntes	27.001.166,00	4.404.801,63	18.547.526,30	15.856.395,93
F.P.M.	7.840.000,00	1.308.064,35	6.171.637,19	4.763.852,65
I.C.M.S.	7.200.000,00	1.106.511,08	4.587.032,38	4.527.250,05
Convênios	341.000,00	84.615,23	199.250,70	242.324,13
Outras Transferências Correntes	11.620.166,00	1.905.610,97	7.589.606,03	6.322.969,10
Demais Receitas Correntes	2.832.000,00	563.247,22	2.073.932,50	1.682.519,84
Dívida Ativa	510.000,00	83.960,79	258.334,19	219.470,34
Diversas Receitas Correntes	2.322.000,00	479.286,43	1.815.598,31	1.463.049,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>42.016,97</b>	<b>535.139,47</b>	<b>948.170,89</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	464.212,21
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.561.000,00	42.016,97	535.139,47	483.958,68
Convênios	3.561.000,00	42.016,97	535.139,47	483.958,68
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>3.561.000,00</b>	<b>42.016,97</b>	<b>535.139,47</b>	<b>483.958,68</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>39.036.666,00</b>	<b>5.702.227,06</b>	<b>24.878.406,69</b>	<b>21.613.868,83</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>32.902.850,31</b>	<b>5.073.034,16</b>	<b>19.099.974,36</b>	<b>17.327.623,28</b>
Pessoal e Encargos Sociais	19.446.291,13	3.079.572,60	11.922.147,10	11.120.943,83
Juros e Encargos da Dívida (IX)	190.000,00	29.213,97	142.475,58	222.693,23
Outras Despesas Correntes	13.266.559,18	1.964.247,59	7.035.351,68	5.983.986,22
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>32.712.850,31</b>	<b>5.043.820,19</b>	<b>18.957.498,78</b>	<b>17.104.930,05</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>9.211.550,45</b>	<b>664.258,44</b>	<b>2.279.138,11</b>	<b>1.979.882,45</b>
Investimentos	8.056.550,45	475.331,47	1.460.930,24	1.205.940,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.155.000,00	188.926,97	818.207,87	773.942,26
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>8.056.550,45</b>	<b>475.331,47</b>	<b>1.460.930,24</b>	<b>1.205.940,19</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>157.063,35</b>	-	-	-

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	157.063,35	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>40.926.464,11</b>	<b>5.519.151,66</b>	<b>20.418.429,02</b>	<b>18.310.870,24</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.889.798,11</b>	<b>183.075,40</b>	<b>4.459.977,67</b>	<b>3.302.998,59</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	862.147,57	0,00
Superávit Financeiro	-	-	862.147,57	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-59.600,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos
		Em 31 de Dezembro de 2013					Em 31 de Dezembro de 2013	
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	57.111,04	57.111,04	-	-	-	684.868,28	644.802,92
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	57.111,04	57.111,04	0,00	0,00	0,00	684.868,28	644.802,92
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.410,48	234.410,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE	0,00	1.773,78	1.773,78	0,00	0,00	0,00	114.708,11	110.020,52
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	45.000,05	45.000,05	0,00	0,00	0,00	251.794,70	230.708,61
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FIN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.472,50	1.247,50
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	10.337,21	10.337,21	0,00	0,00	0,00	82.482,49	68.415,81
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>57.111,04</b>	<b>57.111,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>684.868,28</b>	<b>644.802,92</b>

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.805.000,00	3.805.000,00	530.450,76	2.492.252,23	65,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.863.000,00	1.863.000,00	100.502,11	1.236.252,69	66,36
1.1.1- IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	67.051,61	1.113.560,77	68,32
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	1.441,98	2.631,76	32,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	21.599,51	80.947,11	62,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	10.409,01	39.113,05	41,17
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	453.500,00	453.500,00	74.638,70	301.898,37	66,57
1.2.1- ITBI	450.000,00	450.000,00	74.518,70	299.791,68	66,62
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	120,00	389,72	77,94
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	2.000,00	2.000,00	0,00	1.429,95	71,50
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	287,02	28,70
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.168.500,00	1.168.500,00	206.958,74	645.606,31	55,25
1.3.1- ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	185.338,31	609.585,37	53,83
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	955,38	3.699,27	46,24
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	16.547,37	24.710,38	123,55
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	4.117,68	7.611,29	95,14
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	148.351,21	308.494,86	96,40
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	148.351,21	308.494,86	96,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.090.000,00	20.090.000,00	3.335.232,87	14.464.327,52	72,00
2.1- Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	1.635.085,38	7.714.551,25	78,72
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.800.000,00	9.800.000,00	1.635.085,38	7.714.551,25	78,72
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.383.138,61	5.733.789,60	63,71
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.352,60	22.234,10	55,59
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	23.394,12	89.345,30	63,82
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	120,39	533,65	5,34
2.6- Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	287.141,77	903.873,62	82,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>3.865.683,63</b>	<b>16.956.579,75</b>	<b>70,96</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	600.000,00	600.000,00	114.723,71	597.728,33	99,62
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	107.991,27	453.798,36	75,63
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	121.574,18	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	6.732,44	22.355,79	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	90.000,00	90.000,00	16.254,00	54.276,84	60,31
6.1- Transferências de Convênios	90.000,00	90.000,00	16.254,00	54.276,84	60,31
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	561.000,00	561.000,00	132.229,75	360.089,07	64,19
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.251.000,00</b>	<b>1.251.000,00</b>	<b>263.207,46</b>	<b>1.012.094,24</b>	<b>80,90</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.018.000,00	4.018.000,00	667.050,15	2.892.867,91	72,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.960.000,00	1.960.000,00	327.021,03	1.542.914,06	78,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	276.627,53	1.146.757,22	63,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.270,52	4.446,82	55,59
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	4.678,83	17.869,06	63,82
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	24,06	106,68	5,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	220.000,00	220.000,00	57.428,18	180.774,07	82,17
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.800.000,00	5.800.000,00	995.185,36	4.153.566,66	71,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	992.300,70	4.142.468,75	71,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	2.884,66	11.097,91	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>1.782.000,00</b>	<b>1.782.000,00</b>	<b>325.250,55</b>	<b>1.249.600,84</b>	<b>70,12</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.590.000,00	5.440.446,97	738.934,54	3.814.281,83	70,11
13.1- Com Educação Infantil	3.160.000,00	3.115.000,00	474.515,23	1.874.208,38	60,17
13.2- Com Ensino Fundamental	2.430.000,00	2.325.446,97	264.419,31	1.940.073,45	83,43
14- OUTRAS DESPESAS	210.000,00	359.555,17	63.070,95	267.434,49	74,38
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	215.000,00	42.052,83	140.958,87	65,56
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	144.555,17	21.018,12	126.475,62	87,49
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.800.000,00	5.800.002,14	802.005,49	4.081.716,32	70,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.081.716,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					91,83
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					6,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.973.750,00	5.973.750,00	966.420,91	4.239.144,94	70,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.109.250,00	4.143.690,00	622.591,39	2.479.242,22	59,83
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.563.000,00	4.432.566,15	760.339,17	3.248.953,44	73,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.430.000,00	2.470.002,14	285.437,43	2.066.549,07	83,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.133.000,00	1.962.564,01	474.901,74	1.182.404,37	60,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	233.000,00	259.996,00	37.257,86	148.260,20	57,02
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.905.250,00	8.836.252,15	1.420.188,42	5.876.455,86	66,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.249.600,84
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.097,91
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.260.698,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.467.496,91
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,35
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	600.000,00	600.000,00	71.032,81	167.375,37	27,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	777.500,00	1.203.068,71	142.729,52	515.399,05	42,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.377.500,00	1.803.068,71	213.762,33	682.774,42	37,87
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.282.750,00	10.639.320,86	1.633.950,75	6.559.230,28	61,65

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.142.468,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.881.642,05	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.881.642,05	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.097,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	271.926,75	0,00

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR	PAULO ROBERTO FERREIRA
Prefeito Municipal	Contador PR-034345/O-3 S-SC	Controlador Municipal

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.000.000,00	0,00		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	9.211.550,45	2.279.138,11	0,00	6.932.412,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.211.550,45	2.279.138,11	0,00	6.932.412,34
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.211.550,45	-2.279.138,11		-5.932.412,34

FONTE:

SCHROEDER, 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

---

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

---

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

---

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	0,00	60.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL</b>	60.000,00	0,00	60.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00
Investimentos	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL</b>	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	5.200,00	-17.900,00	-12.700,00

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/12012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.805.000,00	3.805.000,00	2.492.252,23	65,50
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	1.113.560,77	68,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	450.000,00	450.000,00	299.791,68	66,62
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	609.585,37	53,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	308.494,86	96,40
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.500,00	16.500,00	6.720,75	40,73
Dívida Ativa dos Impostos	152.000,00	152.000,00	107.087,44	70,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	104.000,00	104.000,00	47.011,36	45,20
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.090.000,00	20.090.000,00	14.464.327,52	72,00
Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	7.714.551,25	78,72
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	533,65	5,34
Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	903.873,62	82,17
Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	5.733.789,60	63,71
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	89.345,30	63,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	22.234,10	55,59
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	22.234,10	55,59
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>16.956.579,75</b>	<b>70,96</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.148.466,00	3.148.466,00	1.261.664,25	40,07
Provenientes da União	3.052.466,00	3.052.466,00	1.246.664,25	40,84
Provenientes dos Estados	96.000,00	96.000,00	15.000,00	15,63
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	930.000,00	930.000,00	244.800,00	26,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	10.386,01	16,49
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>4.141.466,00</b>	<b>4.141.466,00</b>	<b>1.516.850,26</b>	<b>36,63</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.968.453,00	8.852.980,29	4.439.829,43	50,15	4.164.950,78	47,05
Pessoal e Encargos Sociais	6.128.003,00	5.924.662,10	2.998.048,90	50,60	2.991.878,69	50,50
Outras Despesas Correntes	2.840.450,00	2.928.318,19	1.441.780,53	49,24	1.173.072,09	40,06

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.481.600,00	1.542.792,34	676.300,06	43,84	529.971,08	34,35
Investimentos	1.481.600,00	1.542.792,34	676.300,06	43,84	529.971,08	34,35
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	10.450.053,00	10.395.772,63	5.116.129,49	49,21	4.694.921,86	45,16
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>%</b>
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.231.166,00	4.442.002,83	1.760.336,20	34,41	1.555.190,04	33,12
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.231.166,00	4.442.002,83	1.760.336,20	34,41	1.555.190,04	33,12
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	4.231.166,00	4.442.002,83	1.760.336,20	34,41	1.555.190,04	33,12
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	6.218.887,00	5.953.769,80	3.355.793,29	14,81	3.139.731,82	12,04
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						
	596.244,86					

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	19.160,92	-19.160,92	0,00		
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19.160,92</b>	<b>-19.160,92</b>	<b>0,00</b>		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	(l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.289.253,00	9.301.417,28	4.605.227,83	90,01	4.236.819,28	90,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	599.423,95	252.309,98	4,93	219.704,65	4,68
Vigilância Sanitária	18.000,00	27.500,00	14.967,66	0,29	11.202,56	0,24
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	39.440,77	0,77	23.652,62	0,50
Outras Subfunções	488.100,00	392.100,00	204.183,25	3,99	203.542,75	4,34
<b>TOTAL</b>	<b>10.460.053,00</b>	<b>10.405.772,63</b>	<b>5.116.129,49</b>	<b>100,00</b>	<b>4.694.921,86</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V/(h+i)$  - (15 x IIIb)/100]

SCHROEDER, 25/09/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SCHROEDER , 25/09/2014

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	40.146.966,00
Previsão Atualizada		—	40.146.966,00
Receitas Realizadas		5.785.086,40	25.169.770,93
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	862.147,57
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	40.146.966,00
Créditos Adicionais		—	2.124.498,11
Dotação Atualizada		—	42.271.464,11
Despesas Empenhadas		5.827.872,79	24.432.139,13
Despesas Liquidadas		5.737.292,60	21.379.112,47
Superavit Orçamentário		—	3.790.658,46
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		5.827.872,79	24.432.139,13
Despesas Liquidadas		5.737.292,60	21.379.112,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			35.960.299,00
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.873.761,44	-4.716.187,60
Resultado Primário		-59.600,00	4.459.977,67
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		684.868,28	0,00
EXECUTIVO		684.868,28	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		57.111,04	0,00
EXECUTIVO		57.111,04	0,00
TOTAL:		741.979,32	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.467.496,91	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.814.281,83	60%
Liquidadas		3.814.281,83	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		2.279.138,11	6.932.412,34

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	60.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			17.900,00	60.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.139.731,82		15,00	18,52
Liquidadas	3.139.731,82			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER , 25/09/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 76/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 57/2014			Data do Registro: 26/09/2014		Válido até: 26/09/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto de pneu veículo - Aro 13 a 18	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24,9500	1
2	Conserto de pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	32,9500	1
3	Conserto de pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	109,9500	1
4	Conserto de pneu - caminhão - Aro 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	54,9500	1
5	CONCERTO PNEU RETROSCAVALADEIRA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	119,9500	1
6	Conserto de pneu moto niveladora	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	119,9500	1
7	Conserto de pneu carregadeira	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	119,9500	1
8	Montagem pneu veículo - aro 13 a 18	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	19,9500	1
9	Montagem pneu veículo - microônibus	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24,9500	1
10	Montagem pneu caminhão - aro 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	47,9500	1
11	Montagem pneu trator agrícola	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	94,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2014

Número do Registro de Preços: 57/2014		Data do Registro: 26/09/2014		Válido até: 26/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	MONTAGEM PNEU CARREGADEIRA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	111,9500	1
13	MONTAGEM PNEU MOTO NIVELADORA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	89,9500	1
14	MONTAGEM PNEU RETROESCAVADEIRA	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	89,9500	1
15	Serviço de balanceamento - aro 13 a 18 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	14,9500	1
16	Serviço de Geometria - aro 13 a 18 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	18,9500	1
17	Serviço de Cambagem - 13 a 18 (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	48,9500	1
18	Serviço de balanceamento - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	69,9500	1
19	Serviço de Geometria - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	79,9500	1
20	Serviço de Cambagem - microônibus (roda)	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	119,9500	1
21	Câmara de ar 1000 X 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	119,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 57/2014			Data do Registro: 26/09/2014		Válido até: 26/09/2015	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria d						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
22	Protetor para pneu 1000 X 20	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	59,9500
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 57/2014		Data do Registro: 26/09/2014		Válido até: 26/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para conserto, montagem, balanceamento, geometria, cambagem e aquisição de câmaras e protetores para atender as Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2014  
PROCESSO Nº 162/2014

(9801) - RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA - ME

Schroeder, 26 de Setembro de 2014.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Extrato Pregão Presencial 57/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

Tipo: Menor Preço/Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso à internet, com fornecimento e suporte técnico de link de interligação via fibra ótica das secretarias, escolas e demais prédios pertencentes a municipalidade, considerando a crescente demanda por acesso aos recursos de Internet que é sinônimo de eficiência e praticidade na vida moderna.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de Outubro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de Outubro de 2014.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 24 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

### Instrução Normativa - Controladoria Nº. 003/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 003/2014 de 26/09/2014

Estabelece normas e procedimentos para concessão de ADIANTAMENTO, e critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento no Município de Serra Alta - SC.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e Considerando a Lei Municipal nº. 599/2003, de 14/10/2003, que dispõe sobre o regime de adiantamento e dá outras providências; Considerando a Resolução N.TC-016/1994 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que disciplina a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e atos de pessoal exercida pelo Tribunal de Contas do Estado nos Municípios; Considerando a Instrução Normativa N.TC-14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado. § 1º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Responsável:

- a) a autoridade administrativa titular da competência para a concessão dos recursos e do correspondente dever de exigir a prestação de contas;
- b) a pessoa física beneficiária de recursos públicos e o representante legal de pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;
- c) a pessoa jurídica de direito privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;
- d) os demais agentes públicos envolvidos no processo de concessão e na fiscalização da aplicação dos recursos concedidos.

II - Recursos concedidos:

- a) os adiantamentos a agentes públicos visando atender necessidades da Administração mediante a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, conforme definido em lei;

§ 2º Os responsáveis indicados no § 1º, inciso I, bem como outros que tenham concorrido para o dano, respondem solidariamente por prejuízo causado ao erário na aplicação dos recursos concedidos a título de adiantamento.

Art. 2º A organização da prestação de contas de recursos concedidos compreende as fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 3º Na concessão de recursos públicos a título de adiantamento, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades previstas nesta Instrução Normativa, imprescindíveis para a verificação, pelo Sistema de Controle Interno do Município e pelo Tribunal de Contas do Estado, do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

CAPÍTULO II

DOS ADIANTAMENTOS

Seção I

Da Concessão de Recursos para Realização de Despesas do Regime de Adiantamento

Art. 4º Entende-se por adiantamento a entrega de numerário a servidor, sempre procedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas, nos casos expressamente definidos na legislação vigente, que por sua natureza não possam ou não convém, subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

Art. 5º Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento instituído pela Lei Municipal 599/2003 de 14/10/2003 restringir-se aos casos previstos nessa Instrução Normativa e sempre em caráter de exceção.

Art. 6º Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos das seguintes espécies de despesa:

I - material de consumo;

II - serviço de terceiros;

III - diárias e ajuda de custo;

IV - transporte em geral;

V - extraordinária e urgente, cuja realização não permite delongas;

VI - que tenha de ser efetuada em lugar distante da sede da Administração Municipal, ou em outro Município;

VII - miúda e de pronto pagamento;

VIII - alimentação em estabelecimento de assistência ou de educação quando as circunstâncias não permitem o regime comum de fornecimento;

IX - de diligência administrativa.

Art. 7º A autoridade administrativa deve designar, em ato formal, o servidor responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento (ANEXO I).

Parágrafo Único. Preferencialmente, o adiantamento será concedido à ocupante de cargo efetivo ou emprego público que demonstre capacidade técnica, probidade e zelo para o desempenho da função.

Art. 8º O repasse dos recursos para atender a despesas pelo regime de adiantamento deve ser autorizado pela autoridade administrativa competente, mediante ofício requisitório ao Chefe do Poder

Executivo contendo as seguintes informações (ANEXO II):

I - nome, matrícula, cargo ou emprego do responsável pelo adiantamento;

II - indicação do valor a ser concedido e da finalidade;

III - fundamentação legal;

IV - indicação da dotação orçamentária;

V - assinatura do responsável.

VI - roteiro de viagem;

VII - identificação da espécie da despesa mencionando o inciso do artigo 6º no qual se classifica;

VIII - destino, motivo do deslocamento;

IX - prazo de aplicação.

Parágrafo único. Na hipótese de adiantamento único, o ofício requisitório deverá esclarecer esse fato e fixar o prazo de aplicação.

Art. 9º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

I - a responsável por dois adiantamentos;

II - a servidor responsável pela guarda ou pela utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim no órgão ou entidade;

III - para despesas já realizadas e para despesas maiores do que as quantias adiantadas;

IV - a servidor em alcance;

V - a responsável que:

a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;

b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;

c) tenha dado causa a perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;

d) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;

e) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas.

Art. 10. As despesas realizadas no regime de adiantamento sujeitam-se à legislação vigente sobre licitação e contratos administrativos.

## Seção II

Da Tramitação dos Processos de Adiantamento e da Movimentação dos Recursos

Art. 11. O ofício requisitório será autuado e protocolado seguindo diretamente ao Gabinete do Prefeito para a competente autorização.

Art. 12. Os processos de adiantamento terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 13. Autorizada, a despesa será empenhada e os recursos serão depositados em conta bancária específica vinculada e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

§ 1º A conta bancária deverá ser identificada com o nome da unidade concedente, acrescido da expressão "Adiantamento" e, sempre que possível, do nome do responsável pelos recursos.

§ 2º A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor e a realização de saques para pagamentos em espécie serão admitidos apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

§ 3º Decorrido o prazo de aplicação, os recursos de adiantamentos ou saldos destes não aplicados no objeto, serão imediatamente recolhidos à conta bancária de origem juntamente com as eventuais rendas de aplicações financeiras.

§ 4º A conta bancária que deixar de ser movimentada deve ser imediatamente encerrada, sendo vedada a sua reutilização para outros fins ou sua movimentação por outro servidor.

Art. 14. No caso de adiantamento em duodécimo a despesa será empenhada globalmente, pelo total do período, e mensalmente far-se-á o pagamento correspondente. Neste caso todos os pagamentos ocorrerão pelo mesmo processo.

Art. 15. Cabe ao Setor de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Contando algum defeito processual, não dará prosseguimento ao processo, devendo devolvê-lo informando para

os reparos que se fizerem necessários.

Art. 16. Efetuado o pagamento, o Setor de Contabilidade inscreverá o nome do responsável em conta denominada responsáveis por adiantamento subordinada ao ativo compensado.

## Seção III

Das Normas de Aplicação do Adiantamento e dos Documentos Comprobatórios da Despesa Realizada

Art. 17. Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado para gerir os recursos.

Art. 18. O responsável por adiantamento não pode utilizar os recursos correspondentes para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender a despesas distintas de suas finalidades.

Art. 19. Constituem comprovantes regulares da despesa pública no regime de adiantamento os documentos fiscais, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

§ 1º Para cada pagamento efetuado o responsável deverá exigir o correspondente comprovante de despesa.

§ 2º O documento fiscal, para fins de comprovação da despesa, deve indicar:

I - a data de emissão, o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do destinatário, conforme o caso;

II - a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;

III - os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

§ 3º Quando o documento fiscal não discriminar adequadamente os bens ou os serviços, o responsável deve elaborar termo complementando as informações, para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do adiantamento.

§ 4º Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Art. 20. Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 21. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade, não sendo admitidas em hipótese alguma, segundas vias, ou outras vias, cópias, ou qualquer outra espécie de reprodução.

Art. 22. Os documentos comprobatórios de despesas realizadas pelo regime de adiantamento devem ser nominais ao órgão ou entidade (Município de Serra Alta ou Fundo Municipal de Saúde) a que pertencer os recursos, observando-se os requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação fiscal.

Art. 23. Os comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestação de serviços devem conter o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Art. 24. Cada pagamento será convenientemente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço e outras informações que possam melhor explicar a necessidade da operação.

## Seção IV

Do Saldo Remanescente dos Adiantamentos

Art. 25. O saldo de adiantamento não utilizado deverá ser depositado em conta bancária do Município, fornecida pela Tesouraria, onde deverá constar o nome do responsável e a identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 26. O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de 10 (dez) dias úteis, a contar do termo final do período de aplicação.

Art. 27. O Setor Financeiro classificará o valor do saldo recebido, quando no mesmo exercício, como ingresso mediante emissão de Nota de Anulação de Empenho.

Art. 28. O Setor de Contabilidade à vista da guia de recolhimento emitirá a Nota de Anulação correspondente, juntando uma via ao processo, e registrará a anulação nos Sistemas de Livros de Contabilidade adotados.

Art. 29. No mês de dezembro todos dos saldos do adiantamento serão incontinentemente recolhidos à Tesouraria até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

Art. 30. Se, eventualmente e de maneira justificada, algum saldo de adiantamento for recolhido no exercício seguinte, o valor será classificado como receitas diversas do exercício em que se efetuou o recolhimento.

#### Seção V

##### Da Prestação de Contas dos Adiantamentos

Art. 31. No prazo de 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

Parágrafo Único. A cada adiantamento corresponderá uma prestação de contas.

Art. 32. A prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento deverá ser entregue no Setor de Contabilidade, contendo no mínimo os seguintes documentos:

I - documentos de requisição;

II - balancete de prestação de contas (ANEXO III);

III - relação de todos os documentos de despesa incluindo: número e data do documento, espécie do documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação à soma da despesa realizada (ANEXO IV);

IV - nota de empenho, nota de liquidação e nota de anulação de empenho, se houver;

V - cópia da guia de recolhimento do saldo não utilizado, se houver;

VI - documentos comprobatórios da despesa realizada, dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência da relação mencionada no inciso III;

VII - extrato da conta bancária com a movimentação completa do período;

VIII - comprovantes de transações bancárias ou fotocópia dos cheques;

IX - relatório detalhado da utilização dos recursos com justificativa fundamentada da necessidade de utilização de cheques ou do pagamento de despesa em espécie;

§ 1º Os documentos mencionados no inciso VI, se forem de medidas reduzidas serão colocados em folhas brancas tamanho ofício, em cada folha poderão ser colocados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns nos outros.

§ 2º Em cada documento constarão, obrigatoriamente, atestado de recebimento do material ou da prestação de serviço; a finalidade da despesa; o destino do material e outros esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita caracterização da despesa.

#### Seção VI

##### Da Organização e do Exame da Regularidade da Prestação de Contas dos Adiantamentos pelo Concedente

Art. 33. Os documentos que compõe a prestação de contas de recursos concedidos a título de adiantamento serão autuados, constituindo processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica.

Art. 34. A prestação de contas será organizada de forma individualizada por empenho ou nota de liquidação e corresponderá ao valor integral do recurso recebido.

Art. 35. Recebida a prestação de contas o Setor de Contabilidade do município verificará se as disposições da presente Instrução Normativa foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias.

Art. 36. Constatada a AUSÊNCIA da prestação de contas, serão adotadas providências administrativas visando regularizar a situação.

I - No primeiro dia imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o Setor de Contabilidade oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 03 (três) dias para fazê-lo.

Parágrafo Único. Em via original do ofício o responsável assinará o recebimento, colocando de próprio punho a data do recebimento.

II - Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente instaurará Tomada de Contas Especial na forma de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

Art. 37. O detentor de adiantamento que, injustificadamente, apresentar a prestação de contas fora do prazo estabelecido, fica sujeito ao pagamento da atualização monetária calculada sobre o eventual montante não utilizado após o período de aplicação.

Parágrafo único. A atualização monetária tomará por base os índices de atualização dos créditos tributários do Município.

Art. 38. As prestações de contas de recursos concedidos a título de adiantamento serão analisadas pelo Setor de Contabilidade, que emitirá parecer técnico fundamentado (ANEXO V).

§ 1º O Parecer de que trata o caput, concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

I - a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;

II - a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares;

III - a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

IV - devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

§ 2º No caso de irregularidade na prestação de contas, o responsável pelo parecer de que trata o caput deverá fazer a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Art. 39. Após analisadas na forma do artigo anterior, as prestações de contas, se constatada REGULAR, o Setor de Contabilidade do município certificará o fato no local apropriado do documento mencionado no artigo 38, e encaminhará ao órgão de controle interno para elaboração de parecer (ANEXO VI) e, posteriormente, à autoridade administrativa competente para pronunciamento.

Parágrafo Único. Para os fins do caput, considera-se:

a) parecer do controle interno: o documento pelo qual o órgão se manifesta acerca do exame da prestação de contas, dos procedimentos utilizados para esta finalidade e das intercorrências no processo, manifestando-se sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares, indicando eventuais irregularidades ou ilegalidades constatadas, devendo manifestar a sua concordância ou não com a conclusão da análise feita pelo Setor de Contabilidade;

b) pronunciamento da autoridade administrativa: o documento pelo qual o dirigente máximo da entidade ou autoridade de nível hierárquico equivalente, atesta haver tomado conhecimento dos fatos apurados e indica as medidas adotadas para o saneamento das deficiências e irregularidades constatadas.

Art. 40. As prestações de contas consideradas regulares, com o parecer do controle interno e o pronunciamento da autoridade administrativa, retornarão ao Setor de Contabilidade do município para as seguintes providências:

I - baixar a responsabilidade escrita na conta por adiantamento do ativo compensado;

II - Convidar o responsável para tomar ciência, no próprio processo;

III - Arquivar o processo de prestação de contas apenso ao processo que autorizou o adiantamento, em local seguro onde ficará a disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 41. Constatada IRREGULAR a prestação de contas, na forma do artigo 38, o Setor de Contabilidade adotará providências administrativas visando regularizar a situação.

I - dará ciência diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 03 (três) dias úteis para sanar as irregularidades apontadas.

Parágrafo Único. Em via original do ofício o responsável assinará o recebimento, colocando de próprio punho a data do recebimento.

II - providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

III - sanada as exigências adotar as medidas do artigo anterior;

II - persistindo a irregularidade da prestação de contas, após o prazo final estabelecido, o Setor de Contabilidade remeterá a autoridade administrativa competente, que sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma de desta Instrução Normativa e da Instrução Normativa N.TC-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 42. As prestações de contas de adiantamentos consideradas irregulares e com valor do dano igual ou superior à quantia fixada anualmente pelo Tribunal de Contas para efeito de julgamento de Tomada de Contas Especial, serão encaminhadas ao Tribunal para julgamento.

Art. 43. Fica dispensado o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal e autorizado o seu arquivamento no órgão ou entidade de origem nas hipóteses de:

I - recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente;

II - valor do dano, atualizado monetariamente, inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial;

III - descaracterização do débito.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II do caput, a autoridade administrativa deve providenciar o lançamento contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que lhe deu causa e a inclusão do nome do responsável em cadastro informativo de débitos não quitados, se houver, na forma da legislação em vigor.

§ 2º Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor mencionado no inciso II do caput, a autoridade administrativa competente deve encaminhar os respectivos processos ao Tribunal de Contas.

§ 3º O disposto no inciso II deste artigo não exime a autoridade da adoção de medidas administrativas e/ou judiciais para a reparação do erário, sob pena de responsabilidade solidária.

#### Seção VII

Da Remessa de Informações ao Tribunal de Contas

Art. 44. As unidades jurisdicionadas da Administração Municipal remeterão ao Tribunal em meio eletrônico:

I - informações sobre os recursos concedidos e sobre as prestações de contas;

II - as conclusões das análises das prestações de contas, anexando arquivo eletrônico do parecer técnico do Setor de Contabilidade referido no art. 38 e do parecer do órgão de controle interno mencionado no art. 39 desta Instrução Normativa.

§ 1º As informações serão remetidas da seguinte forma:

a) no caso do inciso I, na primeira remessa de informações do Sistema e-Sfinge posterior ao prazo em que deveriam ter sido apresentadas as contas;

b) no caso do inciso II, com a primeira remessa do Sistema e-Sfinge depois de transcorridos 120 (cento e vinte dias) do prazo em que forem apresentadas as contas.

§ 2º As informações relativas à prestação de contas de cada parcela repassada serão vinculadas ao processo de concessão e ao empenho que originou o repasse.

§ 3º No caso de apresentação da prestação de contas após o prazo estabelecido, mas antes de instaurada a tomada de contas especial, o prazo previsto no inciso II para encaminhamento das informações ao Tribunal, conta-se da data em que deveriam ter sido apresentadas as contas.

Art. 45. Os processos de prestação de contas de adiantamento

poderão, a critério do Tribunal, ser remetidos por meio informatizado.

Art. 46. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 26 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH CLEITON ALGAYER

Prefeito Municipal Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### DECRETO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA PERCEPÇÃO DE ADIANTAMENTO

DECRETO Nº xxx/20xx, de xx de xxxxxxxxxx de 20xx.

"DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO e dá outras providências."

(NOME DO PREFEITO), Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, combinado com o art. 4º e 5º da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

#### DECRETA :

Art. 1º Fica(m) designado(s) para realização de despesas sob o regime de adiantamento, o(s) servidor(es) público(s) municipais abaixo mencionados, nos termos da Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, destinado a custear despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor:	
Matrícula:	
Cargo/Função/Emprego:	

Art. 2º O responsável pelo adiantamento deverá apresentar prestação de contas à administração, em até 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, combinado com a Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 5º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, xx de xxxxxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

## NOME E ASSINATURA

Secretário Municipal de Administração

## ANEXO II

## SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA PERCEPÇÃO DE ADIANTAMENTO

## SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA PERCEPÇÃO DE ADIANTAMENTO

DE:	
PARA:	NOME DO PREFEITO
ASSUNTO:	SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DESPESAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO

Em cumprimento aos art. 5º da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, e art. 8º da Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014 formalizo a solicitação para realização de despesas pelo regime de adiantamento que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação..

Servidor:	
Matrícula:	
Cargo/Função:	
Lotação:	

## DADOS DO DESLOCAMENTO - ROTEIRO DE VIAGEM

Período:		Prazo de Aplicação:	
Destino:			
Objetivo da Viagem:			
Meio de Transporte Utilizado:			
Veículo Incluído no Adiantamento?			

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL IDENTIFICAÇÃO DA ESPÉCIE DA DESPESA

Dispositivo Legal:		Data da Lei:	
Identificação da Espécie da Despesa (art. 5º da Lei 599/2003):			

## DADOS DO ADIANTAMENTO

Finalidade do Adiantamento:			
Valor R\$:		Dotação Orçamentária:	
Banco:		Agência:	
		Conta Corrente:	
Adiantamento Único?		Quantidade Meses:	

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	-------------------------	--

## AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO

Eu, (NOME DO PREFEITO), Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao art. 5º da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, e art. 8º da Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014 AUTORIZO o pedido e o pagamento de adiantamento no valor acima.

Os recursos públicos concedidos para realização de despesas pelo regime de adiantamento serão aplicados diretamente pelo servidor formalmente designado/autorizado para gerir os recursos e, não poderão ser utilizados para cobrir despesas realizadas fora do prazo de aplicação, bem como para atender despesas distintas da finalidade que foram concedidas.

O responsável prestará contas até 10 (dez) dias após o término do prazo de aplicação.

Serra Alta, SC, xxx de xxxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Prefeito Municipal

NOME E ASSINATURA

Secretário de Administração

**ANEXO III**  
**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO**

Servidor Responsável:			
Ato de Designação:			
<b>DADOS DO DESLOCAMENTO - ROTEIRO DE VIAGEM</b>			
Período:		Prazo de Aplicação:	
Prazo para Prestação de Contas:			
<b>DADOS DO ADIANTAMENTO</b>			
Finalidade do Adiantamento:			
Valor R\$:		Dotação Orçamentária:	
Banco:		Agência:	Conta Corrente:
Nº Empenho:		Valor do Empenho:	
Nº Ordem de Pagamento:		Valor Ordem Pagamento:	

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	-------------------------	--

HISTÓRICO	RECEITAS (R\$)	DESPESAS (R\$)
TOTAL		

**RECEBIDO PELA CONTABILIDADE**

Atesto o recebimento da presente prestação de contas em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

NOME E ASSINATURA

Contador

**CERTIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Certificamos haver examinado a presente prestação de contas, e a aplicação dos recursos repassados a título de adiantamento foi julgada: ( ) Regular ( ) Irregular

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

diantamento)agamento

NOME E ASSINATURA

Contador

**ANEXO IV**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS / RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE DESPESA DE ADIANTAMENTO**

Servidor Responsável:			
Ato de Designação:			
Período:		Prazo de Aplicação:	

[illegible]

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	----------------------------	--

## ANEXO V

EXAME DE REGULARIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE ADIANTAMENTO - CONTABILIDADE

PARECER N°. XXX/20XX

Servidor Responsável:	
Cargo:	
Matrícula:	
Ato de Designação:	
Valor Concedido:	
Prazo de Aplicação:	
Prazo de Prestação de Contas:	

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente (Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, Instrução Normativa N.TC-14/2012 TCE-SC e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014).

Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam:

1. A regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;
2. A observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da

legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares;

3. A regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;

4. A devolução, ao concedente, do saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicação financeiras (quando houver).

Sendo assim, considera-se REGULAR em forma e conteúdo a presente prestação de contas.

Sendo estas as considerações, submetem-se os autos à apreciação Do Controle Interno.

OU, quando irregular:

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe, após diligência ao responsável, constatou-se a falta de alguns elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente (Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, Instrução Normativa N.TC-14/2012 TCE-SC e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014) e restaram as seguintes impropriedades:

1. Não aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas ou fora do prazo de aplicação; OU

2. Não observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares; OU

3. Não regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas; OU

4. Não devolução, ao concedente, do saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicação financeiras (quando houver).

Diante das restrições apontadas, verifica-se a ocorrência de irregularidades que configuram prejuízo ao erário, sendo assim, considera-se IRREGULAR a presente prestação de contas, motivo pelo qual deverão ser adotadas providências visando à recomposição do erário pela via administrativa ou mediante Tomada de Contas Especial.

Sendo estas as considerações, submetem-se os autos à apreciação Do Controle Interno.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Contador

## ANEXO VI

EXAME DE REGULARIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE ADIANTAMENTO - CONTROLADOR INTERNO

PARECER N°. XXX/20XX

Servidor Responsável:	
Cargo:	
Matrícula:	
Ato de Designação:	
Valor Concedido:	
Prazo de Aplicação:	
Prazo de Prestação de Contas:	

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente (Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, Instrução Normativa N.TC-14/2012 TCE-SC e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014).

Quanto aos documentos apresentados, entende-se que os mesmos comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização

do objeto.

Dessa forma, concorda-se ou não concorda-se com a conclusão da análise feita pela contabilidade, conforme Parecer nº. XXX/20XX de XX de XXXXXX de 20XX, na forma do disposto no Art. 47 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do TCE/SC.

Sendo assim, considera-se REGULAR a presente prestação de contas.

Sendo estas as considerações, submetem-se os autos à apreciação De Vossa Senhoria.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Controlador Interno

Matrícula nº. XXX

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA

ATESTO ter tomado conhecimento dos fatos apurados na análise da prestação de contas do referido adiantamento, e encaminhe-se para baixa da responsabilidade e posterior arquivamento.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Prefeito Municipal

OU, quando irregular:

Da análise do processo de prestação de contas em epígrafe, após diligência ao responsável, constatou-se a falta de alguns elementos e formalidades exigidos pela legislação vigente (Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, Instrução Normativa N.TC-14/2012 TCE-SC e Instrução Normativa - Controladoria nº. 003/2014) e restaram as seguintes impropriedades:

1. Não aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas ou fora do prazo de aplicação; OU

2. Não observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares; OU

3. Não regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas; OU

4. Não devolução, ao concedente, do saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicação financeiras (quando houver).

Diante das restrições apontadas, verifica-se a ocorrência de irregularidades que configuram prejuízo ao erário. Dessa forma, concorda-se ou não concorda-se com a conclusão da análise feita pela contabilidade, conforme Parecer nº. XXX/20XX de XX de XXXXXX de 20XX, na forma do disposto no Art. 47 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do TCE/SC.

Sendo assim, diante das impropriedades apontadas acima, considera-se IRREGULAR a presente prestação de contas, motivo pelo qual deverão ser adotadas providências visando à recomposição do erário pela via administrativa ou mediante Tomada de Contas Especial.

Sendo estas as considerações, submetem-se os autos à apreciação Do Controle Interno.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Controlador Interno

Matrícula nº. XXX

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA

ATESTO ter tomado conhecimento dos fatos apurados na análise da prestação de contas do referido adiantamento, e determino a adoção das seguintes medidas para o saneamento das deficiências

e irregularidades constatadas:

I. Adotar providências administrativas para a reparação do erário e, ou;

II. Instaurar processo de Tomada de Contas Especial, para recolhimento do débito no âmbito interno, atualizado monetariamente; Caso o valor do dano, atualizado monetariamente, for inferior ao limite fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial, determino o lançamento contábil do valor do dano à responsabilidade da pessoa que lhe deu causa e a inclusão do nome do responsável em cadastro informativo de débitos não quitados, se houver, na forma da legislação em vigor.

Quando o somatório dos diversos débitos de um mesmo responsável perante um mesmo órgão ou entidade exceder o valor fixado pelo Tribunal para encaminhamento de Tomada de Contas Especial, determino que seja encaminhado os respectivos processos ao Tribunal de Contas do Estado.

OBS: O disposto no inciso II não exime a autoridade da adoção de medidas administrativas e/ou judiciais para a reparação do erário, sob pena de responsabilidade solidária.

Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA

Prefeito Municipal

### **Instrução Normativa - Controladoria Nº. 004/2014**

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 004/2014 de 26/09/2014

Estabelece normas e procedimentos para concessão de DIÁRIAS, e critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a título de diárias no Município de Serra Alta - SC.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e Considerando a Lei Municipal nº. 833/2010, de 13/04/2010, que dispõe sobre a fixação de diárias do Prefeito, Vice-Prefeito e Servidores Municipais e dá outras providências;

Considerando a Resolução N.TC-016/1994 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que disciplina a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e atos de pessoal exercida pelo Tribunal de Contas do Estado nos Municípios; Considerando a Instrução Normativa N.TC-14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento,

RESOLVE:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O responsável pela gestão de dinheiro público deve demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 58 da Constituição do Estado. § 1º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Responsável:

a) a autoridade administrativa titular da competência para a concessão dos recursos e do correspondente dever de exigir a prestação de contas;

b) a pessoa física beneficiária de recursos públicos e o representante legal de pessoa jurídica de direito público ou privado que tenha recebido recurso público sujeito à prestação de contas;

c) os demais agentes públicos envolvidos no processo de concessão e na fiscalização da aplicação dos recursos concedidos.

II - Recursos concedidos:

a) os valores transferidos a agentes públicos a título de diárias.

Art. 2º A organização da prestação de contas de recursos concedidos compreende as fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 3º Na concessão de recursos públicos a título de diárias, e na organização das respectivas prestações de contas, a autoridade administrativa deve observar as formalidades previstas nesta Instrução Normativa, imprescindíveis para a verificação, pelo Sistema de Controle Interno do Município e pelo Tribunal de Contas do Estado, do cumprimento das leis e regulamentos, da probidade e da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

## CAPÍTULO II DAS DIÁRIAS

### Seção I

#### Da Concessão de Diárias

Art. 4º As diárias são um auxílio pecuniário concedido a título de indenização de despesas decorrentes com alimentação e hospedagem quando do deslocamento temporário, para fora do território municipal, em objeto de serviço ou em atividade de interesse do Município.

Art. 5º A diária será concedida por dia de deslocamento, assim entendido o período de vinte e quatro horas contadas da partida do servidor.

§ 1º Considera-se uma diária o período de afastamento igual ou superior a vinte e quatro horas, e meia diária o período de afastamento superior a quatro horas e inferior a vinte e quatro horas;

§ 2º Os servidores municipais não poderão receber diárias inferior a quarenta por cento da diária do Secretário Municipal;

Art. 6º As diárias são devidas quando do deslocamento do Prefeito, Vice-Prefeito e Servidores Municipais para fora do território municipal conforme descrição do roteiro de viagem, nas seguintes hipóteses:

I - Representar o Município;

II - Por estrita necessidade do serviço;

III - Para participar em cursos, palestras, congresso, seminários ou eventos similares, visando o aperfeiçoamento técnico, cultural, científico ou artístico;

IV - Para participar de treinamento inerente ao cargo;

V - Por convocação para prestar depoimento fora da sede do município, na condição de testemunha, denunciado ou indicado em processo administrativo disciplinar, desde que em função do cargo ocupado.

Art. 7º As diárias não são devidas nas seguintes hipóteses:

I - O servidor não estiver no efetivo exercício de seu respectivo cargo ou função;

II - Se o deslocamento da sede do serviço constituir exigência permanente do exercício do cargo ou função;

III - Se o servidor se deslocar dentro do mesmo município.

Art. 8º Os valores das diárias são fixados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, que levará em consideração:

I - O cargo ou função ocupado pelo servidor;

II - Remuneração ou subsídio do servidor;

III - A cidade de destino, no caso de viagem no território nacional;

IV - O país de destino, no caso de viagem internacional.

Art. 9º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 10. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização da solicitação (ANEXO I) que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

§ 1º A diária será paga antes do início da viagem, de uma só vez, preferencialmente por empenho.

§ 2º Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pela autoridade competente.

§ 3º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar

acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente, devendo o servidor:

a) Solicitar complementação das diárias, utilizando um novo formulário justificando tal necessidade (ANEXO I);

b) Anexar documentos comprobatórios;

§ 4º As despesas com pousada, alimentação e locomoção de servidor que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

### Seção II

#### Dos Documentos Comprobatórios de Despesas com Diárias

Art. 11. Os documentos para a comprovação da diária deverão ser nominais ao servidor beneficiado, sem rasuras, borrões, de leitura legível e em vias originais (no caso de notas fiscais, recibos);

Art. 12. O beneficiário deverá apresentar como comprovante, um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

#### I - Do deslocamento:

a) Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) Bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

#### II - Da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

a) Nota fiscal de hospedagem;

b) Nota fiscal de alimentação;

c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;

d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

#### III - Do cumprimento do objetivo da viagem:

a) Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;

b) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

c) Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;

d) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Art. 13. O beneficiário é obrigado a restituir, no prazo de dois dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno ou da não realização da viagem, quando:

I - As diárias foram consideradas indevidas, restituir integralmente, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades;

II - No caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias.

### Seção III

#### Da Prestação de Contas de Diárias

Art. 14. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas em formulário próprio (ANEXO II) contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - Identificação: nome, matrícula, cargo, emprego ou função;

II - Deslocamento: data e hora de saída do local de origem e de chegada ao local de destino;

III - Meio de transporte utilizado;

IV - Descrição sucinta do objetivo da viagem;

V - Número de diárias e o montante creditado.

Art. 15. O beneficiário deverá prestar contas dos recursos recebidos a título de diárias, para comprovação da efetiva realização da viagem, a estada no local de destino e o cumprimento do objetivo da viagem, com ao menos um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

#### I - Do deslocamento:

a) Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) Bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte

aéreo;

II - Da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

- a) Nota fiscal de hospedagem;
- b) Nota fiscal de alimentação;
- c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
- d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - Do cumprimento do objetivo da viagem:

- a) Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;
- b) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;
- c) Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
- d) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Art. 16. O beneficiário prestará contas das diárias recebidas, no prazo de dois dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno.

Art. 17. Os comprovantes de despesa deverão conter o carimbo e assinatura de certificado de recebimento do serviço.

Art. 18. A prestação de contas das diárias com os documentos comprobatórios da despesa deverão ser entregues no Setor de Contabilidade do município.

Art. 19. Recebida a prestação de contas o Setor de Contabilidade do município verificará se as disposições da presente Instrução Normativa foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias.

Art. 20. Constatada REGULAR a prestação de contas o Setor de Contabilidade do município certificará o fato no local apropriado do ANEXO II, e arquivará o processo de prestação de contas em local seguro onde ficará a disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 21. Constatada IRREGULAR a prestação de contas e/ou a ausência da prestação de contas, o Setor de Contabilidade deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação, como:

I - Dar ciência ao responsável concedendo-lhe o prazo de cinco dias úteis para sanar as irregularidades apontas e/ou apresentar a prestação de contas.

Parágrafo único. Em via original do ofício o responsável assinará o recebimento, colocando de próprio punho a data do recebimento.

II - Providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

III - Sanada as exigências adotar as medidas do artigo anterior.

IV - Persistindo a irregularidade e/ou a ausência da prestação de contas, após o prazo final estabelecido, o Setor de Contabilidade remeterá a autoridade administrativa competente, que sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma desta Instrução Normativa e da Instrução Normativa N.TC-13/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 26 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH      CLEITON ALGAYER  
Prefeito Municipal      Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário Municipal de Administração

## ANEXO I

### SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIA

#### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIA

DE:	
PARA:	NOME DO PREFEITO
ASSUNTO:	SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIA

Em cumprimento aos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 833/2010 de 13/04/2010, e Instrução Normativa - Controladoria nº. 004/2014 de 26/09/2014 formalizo o pedido de autorização de deslocamento e diária.

Servidor:			
Matrícula:			
Cargo/Função:			
Lotação:			
Data da Saída:		Horário Previsto:	
Data do Retorno:		Horário Previsto:	
Destino:			
Objetivo da Viagem:			
Meio de Transporte Utilizado:			

Base de Cálculo:	Valor da Diária:	
Nº. de Diárias:	Total a Receber:	

Data:	Assinatura do Servidor:	
-------	-------------------------	--

#### AUTORIZAÇÃO PARA DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Eu, (NOME DO PREFEITO), Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, em cumprimento aos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 833/2010 de 13/04/2010, e Instrução Normativa - Controladoria nº. 004/2014 de 26/09/2014 AUTORIZO o pedido de deslocamento e o pagamento de diárias no valor acima.

Dotação Orçamentária:

Projeto Atividade: xxxxxxxxxxxxxxxx

Elemento de Despesa: 3.3.90.00 Fonte de Recurso: 0.1.00

O beneficiário deve comprovar a efetiva realização da viagem, estada no local de destino e o cumprimento dos objetivos, mediante apresentação dos documentos comprobatórios, constantes no art. 19 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC e art. 57 da Instrução Normativa nº. 004/2014, no prazo de 02 (dois) dias úteis subsequentes ao seu retorno.

O beneficiário é obrigado a restituir integralmente as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração da responsabilidade no caso de retorno antecipado ou se, por qualquer circunstância, não tiver sido realizada a viagem, o beneficiário restituirá o saldo ou a totalidade das diárias no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do dia subsequente ao retorno ou da não realização da viagem.

Serra Alta, SC, xxx de xxxxxxxx de 20xx.

NOME E ASSINATURA      NOME E ASSINATURA  
Prefeito Municipal      Secretário de Administração

De acordo,  
NOME E ASSINATURA  
Servidor Requerente

**ANEXO II**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE DIÁRIA****PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS CONCEDIDOS A TÍTULO DE DIÁRIA**

DE:	
PARA:	NOME DO PREFEITO
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIA

Em cumprimento aos arts. 41 e 42 da Instrução Normativa nº. 14/2012 do TCE/SC, Lei Municipal nº. 833/2010 de 13/04/2010, e art. 14 da Instrução Normativa nº. 004/2014 de 26/09/2014 formalizo a prestação de contas de diária.

Servidor:			
Matrícula:			
Cargo/Função:			
Lotação:			
Data da Saída:		Horário Previsto:	
Data do Retorno:		Horário Previsto:	
Destino:			
Objetivo da Viagem:			
Meio de Transporte Utilizado:			

Base de Cálculo:		Valor da Diária:	
Nº. de Diárias:		Total a Receber:	

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS QUE ACOMPANHAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

I	COMPROVANTES DE DESLOCAMENTO:
	Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;
	Bilhete de passagem se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;
	Comprovante de embarque em se tratando de transporte aéreo.
II	COMPROVANTE DE ESTADA NO LOCAL:
	Nota fiscal de hospedagem;
	Nota fiscal de alimentação;
	Nota fiscal de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;
	Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.
III	COMPROVANTES DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DA VIAGEM:
	Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria e similares;
	Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento, atividades de capacitação ou formação profissional;
	Declaração de agente público, quando se tratar de visita a entidades e órgãos públicos;
	Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Data:		Assinatura do Servidor:	
-------	--	-------------------------	--

**RECEBIDO PELA CONTABILIDADE**

Atesto o recebimento da presente prestação de contas em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

NOME E ASSINATURA  
Contador

**CERTIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Certificamos haver examinado a presente prestação de contas, e a aplicação dos recursos repassados a título de DIÁRIA foi julgada: ( ) Regular  
( ) Irregular

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

diantamento)agamento

NOME E ASSINATURA  
Contador

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto 166/2014

DECRETO Nº. 166, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 4.160,00 (quatro mil e cento e sessenta reais):

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(131) - Aplicações Diretas R\$ 4.160,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(132) - Aplicações Diretas R\$ 4.160,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 25 de Setembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

## Timbó

### PREFEITURA

#### Portaria NºSEMFA-D0814, de 01 de Agosto de 2014.

PORTARIA NºSEMFA-D0814, de 01 de Agosto de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Sandra Regina Cunha de Moura.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SANDRA REGINA CUNHA DE MOURA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29.07.2014 a 02.10.2014, por Sessenta e seis (66) dias, conforme Processo RH02-a1022;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### Portaria NºSEMFA-D0815, de 01 de Agosto de 2014

PORTARIA NºSEMFA-D0815, de 01 de Agosto de 2014.  
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Andréa Fernandes Gramm.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ANDRÉA FERNANDES GRAMM, ocupante do cargo de Professor A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02.08.2014 a 24.08.2014, por vinte e três (23) dias, conforme Processo RH14-0149;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0816, de 01 de Agosto de 2014.**

PORTARIA NºSEMFA-D0816, de 01 de Agosto de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 12.07.2014 à 21.08.2014, por quarenta e um (41) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0817, de 01 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0817, de 01 de Agosto de 2014

Concede Licença sem vencimentos à servidora Ana Claudia Schuster Araujo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

**RESOLVE:**

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à servidora, ANA CLAUDIA SCHUSTER ARAUJO, ocupante do cargo de Professor D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Oitenta e Cinco Dias, a contar de 25 de setembro de 2014 (período 25/09/2014 à 18/12/2014), conforme processo RH14-0158.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani.

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº Semfa\_d0818, de 01 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA\_D0818, de 01 de Agosto de 2014

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total à servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, a ser pago junto à Rescisão Competência Maio/2014, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Muryel Cristine Dallabrida Vargas	RH14-0153	01.07.2009/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0819 de 04 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0819 de 04 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Vivian Weege Meyer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora VIVIAN WEEGE MEYER, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por trinta e quatro (34) dias, a contar de 06/08 a 08/09/2014, conforme Processo RH06-00382;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 22/07 à 05/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 06/08 à 08/09/2014 (34 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0820, de 04 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0820, de 04 de Agosto de 2014.

Concede Licença Prêmio ao servidor Celio Boede.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor CELIO BOEDE, ocupante do cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (11.08 à 09.09.2014), conforme Processo RH02-224.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0821 de 08 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0821 de 08 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marize Campestrini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARIZE CAMPESTRINI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por quarenta e oito (48) dias, a contar de 19.08 a 05.10.2014, conforme Processo RH04-0280;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 04.08 à 18.08.2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19.08 à 05.10.2014 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0822 de 11 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0822 de 11 de Agosto de 2014

Concede Auxílio Escolar às servidoras da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 2º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- às servidoras da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Segundo semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Priscila Aparecida Parri Zaminiani	Enfermagem - 10º semestre - FAMEBLU	80%	RH10-0023
Dirce Oliva Peyerl	Serviço Social - 5º semestre - UNIASSELVI - EAD	40%	RH12-0143
Lourena Pinotti	Enfermagem - 8º semestre - FAMEBLU	80%	RH11-0017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0823 de 11 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0823 de 11 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Claudemir Schule.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor CLAUDEMIR SCHULE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por três (03) dias, a contar de 15.08 a 17.08.2014, conforme Processo RH13-0034;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 31.07 à 14.08.2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 15.08 à 17.08.2014 (03 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0824 de 14 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0824 de 14 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Silvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SILVIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Vinte (20) dias, a contar de 12/08 a 31/08/2014, conforme Processo RH14-0159;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 28/07 à 03/08/2014 (07 dias) - 04/08 à 06/08/2014 (03 dias) - 07/08 à 11/08/2014 (05 dias) somando 15 dias e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 12/08 à 31/08/2014 (20 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0825 de 15 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0825 de 15 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Juliane Duwe Rangel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora JULIANE DUWE RANGEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por quarenta e dois (42) dias, a contar de 20.08 a 30.09.2014, conforme Processo RH14-0160;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período

de 05.08 à 19.08.2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 20.08 à 30.09.2014 (42 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0826 de 18 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0826 de 18 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sueli Thrum Caetano.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SUELI THRUM CAETANO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Vinte e seis (26) dias, a contar de 20/08 a 14/09/2014, conforme Processo RH10-0006;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 05/08 à 11/08/2014 (07 dias) - 12/08 à 19/08/2014 (08 dias) somando 15 dias e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 20/08 à 14/09/2014 (26 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0827, de 20 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0827, de 20 de Agosto de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de

Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 21.08.2014 à 24.09.2014, por Trinta e cinco (35) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0828, de 20 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0828, de 20 de Agosto de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Lucia Marlene Simeoni Hoffmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora LUCIA MARLENE SIMEONI HOFFMANN, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21.08.2014 à 19.09.2014, por Trinta (30) dias, conforme Processo RH11-0363;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0829, de 21 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0829, de 21 de Agosto de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 22.08.2014 à 29.09.2014, por Trinta e nove (39) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0830 de 22 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0830 de 22 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Maria Silvia Gonçalves Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARIA SILVIA GONÇALVES RIBEIRO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Quarenta e três (43) dias, a contar de 19/08 a 30/09/2014, conforme Processo RH08-0219;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 28/07 à 03/08/2014 (07 dias) e 11/08 à 18/08/2014 (08 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19/08 à 30/09/2014 (43 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0831 de 25 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0831 de 25 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Neide Maria Pasquali Valcanaia.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora NEIDE MARIA PASQUALI VALCANAIA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH11-0264;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de

12/08 à 26/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 27/08 à 14/09/2014 (19 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0832 de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0832 de 27 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Tereza Cristina Longo Lenzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora TEREZA CRISTINA LONGO LENZI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH14-0161;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 14/08 à 28/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 29/08 à 15/10/2014 (48 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0833 de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0833 de 27 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sirlei Gonçalves de Oliveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SIRLEI GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por

Vinte e dois (22) dias, a contar de 24/08 a 14/09/2014, conforme Processo RH06-0147;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 08/07 à 12/07/2014 (05 dias) e 14/08 à 23/08/2014 (10 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 24/08 à 14/09/2014 (22 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0834 de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0834 de 27 de Agosto de 2014.

Concede Abono de Permanência à servidora Carlota Scoz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

##### **RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência à servidora Carlota Scoz, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 12.07.2014, conforme Processo RH13-0051.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0835, de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0835, de 27 de Agosto de 2014.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sílvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SÍLVIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01.09.2014 à 14.09.2014, por Quatorze (14) dias, conforme Processo RH14-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0836 de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0836 de 27 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mara Rúbia Longo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARA RÚBIA LONGO, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH13-0071;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 19/08 à 02/09/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 03/09 à 01/10/2014 (29 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0837 de 27 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0837 de 27 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Silvana Vicente Roepke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SILVANA VICENTE ROEPKE, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por Trinta e seis (36) dias, a contar de 28/08 a 02/10/2014, conforme Processo RH08-0184;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/08 à 27/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo

a remuneração também equivalente a de contribuição 28/08 à 02/10/2014 (36 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria NºSEMFA-D0838 de 29 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0838 de 29 de Agosto de 2014.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Deyse Aparecida Londres.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DEYSE APARECIDA LONDRES, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH14-0166;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06/08 à 20/08/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 21/08 à 21/11/2014 (93 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **Portaria No SEMFA-D0839, de 29 de Agosto de 2014**

PORTARIA No SEMFA-D0839, DE 29 DE Agosto DE 2014

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

##### **RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ - SEMED

NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Cleusa Hellmann	Educadora Infantil	CINCO (05) dias	21/07/2014	RH14-0109
Cleusa Hellmann	Educadora Infantil	SETE (07) dias	04/08/2014	RH14-0109
Daiana Luiza da Silva Rahn	Auxiliar Recreação Infantil	HUM (01) dia	21/07/2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Auxiliar Recreação Infantil	QUATRO (04) dias	22/07/2014	RH14-0155
Daiana Luiza da Silva Rahn	Auxiliar Recreação Infantil	HUM (01) dia	08/08/2014	RH14-0155
Débora Mariane Peyerl Florencio	Educadora Infantil	HUM (01) dia	08/07/2014	RH11-0062
Eliseth Bucher Franz	Educadora Infantil	HUM (01) dia	17/07/2014	RH06-0016
Fernanda Figurski Osti	Professor	HUM (01) dia	07/08/2014	RH11-0177
Luciane Maria Vailatti	Educadora Infantil	HUM (01) dia	25/07/2014	RH14-0154
Marilde Maria Busarello Klohn	Educadora Infantil	HUM (01) dia	06/08/2014	RH11-0177
Raquel Rufino	Auxiliar Recreação Infantil	HUM (01) dia	13/08/2014	RH14-0162
Rita Fiamoncin Valcanaia	Professor	DOIS (02) dias	17/07/2014	RH04-0083
Talita Ribeiro Candido Godinho	Auxiliar Operacional	HUM (01) dia	11/08/2014	RH14-0163
Tânia Regina Janke Weiss	Educadora Infantil	TRÊS (03) dias	28/07/2014	RH14-0122
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	TRÊS (03) dias	15/07/2014	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0840 de 29 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0840 de 29 de Agosto de 2014  
Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao 2º semestre de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

**RESOLVE**

- Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

Art. 1º Conceder Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, referente ao Segundo semestre de 2014 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Bruna de Andrade	Direito - 10º semestre - UNIASSELVI	80%	RH10-0025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0841 de 29 de Agosto de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0841 de 29 de Agosto de 2014.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Claudio Haubricht.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor CLAUDIO HAUBRICHT, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH05-0074;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 26/08 à 09/09/2014 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 10/09 à 05/10/2014 (26 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0842, de 29 de Agosto de 2014**

PORTARIA No SEMFA-D0842, DE 29 DE Agosto DE 2014  
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidora ocupante de cargo estatutário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Timbó, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Alessandra Gessner Prade Xavier	Enfermeira	MEIO (1/2) dia	13/08/2014	RH14-0164

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0843, de 29 de Agosto de 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0843, de 29 de Agosto de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Arlete Anastácio Lira	C-21	C-22	16/07/2014	RH11-0309
Beate Elisabeth Kruger	A-29	A-30	16/07/2014	RH08-0230
Cristiane Bona	D-37	D-38	16/07/2014	RH02-772a
Rosane Konell Latauczski	D-37	D-38	16/07/2014	RH02-777a
Simone Nolli	C-37	C-38	23/07/2014	RH02-311

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2.014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0844, de 29 de Agosto de 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0844, de 29 de Agosto de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Schirley Suely Hochleitner Kremer	GA-43	GA-44	16/07/2014	RH09-0048

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2.014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0845, de 29 de Agosto de 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0845, de 29 de Agosto de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidora da Secretaria Municipal da Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal da Educação, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Adelina Valcaína Florêncio	SG-22	SG-23	23/07/2014	RH02-630

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2.014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0846, de 29 de Agosto de 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0846, de 29 de Agosto de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98,

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Cintia Volani	GA-48	GA-49	07/07/2014	RH05-0412
Hannalisa Maas Bender	SP-32	SP-33	17/07/2014	RH00-078
Helenir Nunes Zanon	GA-28	GA-29	07/07/2014	RH10-0076
Jacqueline Formigari	GP-69	GP-74	17/07/2014	RH08-0191
Odila Stolf	SP-27	SP-28	09/07/2014	RH14-0157
Yara Neli da Veiga	GA-31	GA-32	31/07/2014	RH08-0240

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2.014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria No SEMFA-D0847, de 29 de Agosto de 2.014**

PORTARIA No SEMFA-D0847, de 29 de Agosto de 2.014

Concede Promoção por Qualificação para Professor do Ensino Fundamental e Pré - Escola.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental e Pré - Escola, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Claudio Hau-bricht	D-19	D-20	21/07/2014	RH06-0390
Jung Hi Rodenbeck	D-17	D-18	11/07/2014	RH06-0271

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Agosto de 2.014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**Portaria NºSEMFA-D0848 de 01 de Setembro de 2014**

PORTARIA NºSEMFA-D0848 de 01 de Setembro de 2014.

Concede Abono de Permanência ao servidor Lourival Anacleto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor Lourival Anacleto, ocupante do cargo de Pintor, lotado no Fundo Municipal de Trânsito, a contar de 21.07.2014, conforme Processo TIMBOPREV 034/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**Portaria Nº SEMFA-D0849, de 01 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº SEMFA-D0849, de 01 de Setembro de 2014

Concede Promoção por Desempenho à servidora lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 116, de 19 de Julho de 2000, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores, resolve:

- Art.1º Conceder Promoção Por Desempenho, à servidora, ocupante de cargo efetivo, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

Nome do (a) Servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Carla Tatiana Raduenz Geisler	Auxiliar Serv. Administrativos	38	39	RH11-0233

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro

de 2010

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### Portaria No 1293, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1293, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Designa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionados:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Dirce Beiger Cipriano	Técnico em Enfermagem	20/08/2014
Jorge Schlichting Neto	Médico - 40h/s	18/08/2014
Nicole Luize Bremer	Médico - 40h/s	20/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 1308, de 29 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1308, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ademir Valt	1166, de 30/06/2014	30/09/2014
Angelina Muniz Schneider	1166, de 30/06/2014	30/09/2014

Andréa Hahnebach Kurth	1166, de 30/06/2014	30/09/2014
Carlos Augusto Valandro	1166, de 30/06/2014	17/12/2014
Marcos Felippi	1166, de 30/06/2014	17/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 1309, de 29 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1309, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Airton José Dallagnolo	1164, de 30/06/2014	02/09/2014
Íngelore Schuster Butzke	1164, de 30/06/2014	31/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### Portaria Nº 1310, de 29 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1310, DE 29 DE AGOSTO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Edegar Lombardi	1267/2014	01/11/2014
Elias Miguel Simas	1253/2014	01/11/2014
Evaldo Lombardi	1291/2014	01/11/2014
Giovanni Iaginski	1291/2014	01/11/2014
Marino Darui	1253/2014	01/11/2014
Renato Lombardi	1276/2014	01/11/2014
Rolando Gessner	1267/2014	01/11/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **Divulga Julgamento dos Recursos Contra A Aplicação do Teste de Aptidão Física do Concurso Público N.º 001/2014**

ATO 010/iobv/FCT/01/14

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A APLICAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 1038/2014, torna público o que segue:

1. As decisões dos recursos contra a aplicação do teste de aptidão física dos cargos de Auxiliar Operacional I, seguem nos quadros abaixo:

**Parecer 001**

Inscrição	Cargo	Alegação
0011		Em síntese, pretende nova oportunidade de prova de aptidão física, alegando com profunda tristeza que utilizou tempo demasiado para amarrar seus tênis, por três vezes e restou inabilitado, eis que esgotou o tempo sem completar o percurso. Para justificar tal pleito junta laudos e relatórios de avaliações psicopedagógicas e neurológico, cita sua intenção de impetração de Ação na Justiça Comum, tentando demonstrar a necessidade de ter seu recurso provido.
Leonardo Ferreira Povoas	Auxiliar Operacional I Edital Fundação Cultural	Ocorre que para a realização da prova de aptidão física que realizou, o candidato apresentou o atestado médico que lhe garantiu aqueles exercícios. Além disso, descuidou-se no momento de inscrição, para solicitar, na forma do edital, condição especial para realização desta prova de aptidão física, só o fazendo quando percebeu que já estava eliminado e considerado inapto. E ainda o edital é claro quando diz: 6.5.2. O teste de aptidão física ocorrerá em local, dia e horário a serem afixados no mural de publicações da Prefeitura de Timbó, no sitio <a href="http://www.timbo.sc.gov.br">www.timbo.sc.gov.br</a> e no site <a href="http://www.iobv.com.br">www.iobv.com.br</a> , onde constará a relação dos candidatos inscritos com a designação do local dessa etapa do Concurso e a indicação do número de inscrição dos mesmos. 6.5.3. Essa etapa do Concurso não acontecerá fora dos locais indicados na lista publicada e nem em datas e/ou horários diferentes.
Decisão INDEFERIDO		Recurso INDEFERIDO, na forma do edital.

Timbó (SC), 26 de Setembro de 2014.

JORGE REVELINO FERREIRA

Presidente da Fundação de Cultura de Timbó

### **Ata Habilitação Concorrência N.º 08 2014 Fct**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº. 08/2014 - FCT

Às nove horas, do vigésimo quinto dia, do mês de setembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa RD COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME., o senhor Eduardo Renzetti Muller, para abertura dos envelopes de habilitação do processo licitatório Concorrência nº 08/2014 - FCT conforme segue: Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa: RD COMERCIO VAREJISTA

DE BEBIDAS LTDA - ME. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Na sequência, apesar da licitante ter apresentado o documento Balanço Patrimonial, verificou-se que o mesmo não possui o registro no órgão competente, nesse sentido, de acordo com o que estabelece o item nº 5.1.2, letra "b", a Presidente suspendeu a sessão para realização de análise do referido documento junto ao Setor Contábil e/ou Jurídico, no que diz respeito a necessidade do registro. O envelope de PROPOSTA deverá permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

RD COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS LTDA - ME.

#### **Aviso de Interposição de Recursos Pregão Presencial N.º 26 2014 SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 - SAMAE  
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que recebeu recurso no Pregão Presencial nº. 26/2014, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DO CHORUME GERADO NO ATERRO SANITÁRIO DE TIMBÓ, PELO PERÍODO DE 30 DIAS ÚTEIS contra a habilitação da empresa declarada vencedora pelo Pregoeiro e sua equipe. Ficam intimadas as demais empresas a apresentar contra recursos a contar da publicação deste extrato. A íntegra do recurso está disponível na Central de Licitações da Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, 700 Centro, Timbó/SC.

TIMBÓ(SC), 26 DE SETEMBRO DE 2014  
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS  
Pregoeiro Oficial

#### **Aviso Nova Etapa de Lances Item 02 Pregão Presencial N.º 112 2014 PMT**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE NOVA ETAPA DE LANCES  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de materiais de desgaste (lâminas/unhas/cortadores e afins) de maquinário para utilização em atividades diárias da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que devido ao equívoco na etapa de lances no item 02, diante da desclassificação errônea da empresa BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA EPP, ficam convocados os demais participantes do

referido processo licitatório a participar de nova etapa de lances que acontecerá no dia 03/10/2014 às 14h30min no auditório da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC.

Timbó, 26 de setembro de 2014  
JEAN M. R. VARGAS  
Pregoeiro Oficial

#### **Aviso Pregão Presencial N.º 29 2014 FMS - Aquisição de Itens Diversos**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 29/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de itens diversos (toalhas, potes de vidro, organizadores e garrafas térmicas) para adequação nas Unidades de Saúde do Município ao protocolo de esterilização. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 13 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 13 de outubro de 2014 às 10h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 26/09/2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

#### **Aviso Pregão Presencial N.º 122 2014 PMT - Aquisição de Madeiras Tratadas**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 122/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de madeiras tratadas, destinadas à manutenção/conserto da ponte localizada no Parque Jardim Botânico Franz Damm. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 10 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 10/10/2014 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 25/09/2014  
MÁRCIA DA ROCHA  
Secretária de Desenvolvimento Econômico

#### **Aviso Pregão Presencial N.º 123 2014 PMT - Aquisição E Instalação de Cobertura de Policarbonato**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 123/2014 - PMT

OBJETO: Aquisição, instalação de cobertura em policarbonato destinado a manutenção do Núcleo de Educação Infantil Vida de Criança. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 13 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 13 de outubro de 2014 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 26/09/2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**Aviso Pregão Presencial N.º 124 2014 PMT - Aquisição de Dispositivo de Armazenamento Móvel (Pen Drive)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 124/2014 - PMT

OBJETO: Aquisição de dispositivos de armazenamento móvel (pen drive) destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino Fundamental. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 13 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 13 de outubro de 2014 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 26/09/2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**Aviso Pregão Presencial N.º 125 2014 PMT - Aquisição de Parque Infantil**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 125/2014 - PMT

OBJETO: Aquisição e instalação de parque infantil colorido de "madeira plástica" para a Escola Municipal Professor Nestor Margarida. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 13 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 13 de outubro de 2014 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 26/09/2014  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**Ata Habilitação Carta Convite Nº 05 2014 - FME**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 05/2014 - FME

Às quinze horas e dez minutos, do vigésimo quinto dia, do mês de setembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa TECNOPONTO LTDA - ME., o senhor Maicon Bagatoli, para abertura dos envelopes de habilitação do processo licitatório Carta Convite nº 05/2014 - FME conforme segue: Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas: TECNOPONTO LTDA - ME., MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME, TECNOLAR REFRIGERAÇÃO LTDA., L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA

ME, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, e METALÚRGICA KOEHLER LTDA ME. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos. Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para realização de análise dos documentos de habilitação. Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

TECNOPONTO LTDA - ME

**Três Barras****PREFEITURA****Extrato de Credenciamento - Inex. 37/2012**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: EDSON CASKOSKI KOBREN - ME - CNPJ 21.011.744/0001-81.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.

FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

Data do Credenciamento: 26 de setembro de 2014.

Data da Contratação: 26 de setembro de 2014.

**Treze Tílias****PREFEITURA****Portaria Nº100**

PORTARIA Nº 100/14 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. RAFAEL CHEDIAK TROST, CPF nº 087.187.759-77, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo comissionado de GERENTE DE MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL, conforme portaria de nomeação nº 071/14 de 01 de julho de 2014.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. RAFAEL CHEDIAK TROST, CPF nº 087.187.759-77, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, para o cargo comissionado de GERENTE SUPORTE ÀS AÇÕES DE SAÚDE.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 26 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº101**

PORTARIA Nº 101/14 DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. SANTINO ALVES, CPF nº 183.235.029-00, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de GERENTE DE MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 26 DE SETEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### **Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo N.º 42/2014**

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 42/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLISE A EMPRESA FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA

Aos 28 dias do mês de Agosto do ano de 2014 (dois mil e catorze), nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina/SC, a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, estabelecida na Rua João Castilho, nº 111, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, aqui representada por seu Prefeito ENOI SCHERER; há por bem rescindir amigavelmente o Contrato Administrativo Nº 42/2014, que foi firmado pela citada PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS com a empresa FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 13.483.729/0001-08, em 03 de abril de 2014, tendo por objeto contratação de empresa de prestação de serviços para auxílio na captação de recurso e acompanhamento de processos e projetos de interesse do município de Tunápolis para o exercício de 2014, decorrente do Processo Licitatório nº 50/2014 e Pregão Presencial nº 36/2014 da operando-se tal rescisão pelos fundamentos seguintes e gerando os efeitos a seguir fixados.

#### **PRIMEIRO**

Fica neste ato amigavelmente rescindido o CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 42/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, originalmente celebrado entre as partes identificadas, em razão da empresa FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA não atingir o resultado esperado pelo Município e também pela contenção de despesas visando o fechamento do exercício de 2014, dando motivação suficiente para que esta Prefeitura e a Empresa rescindissem o referido contrato de forma amigável.

#### **SEGUNDO**

A rescisão contratual ora operada funda-se na autorização constante do art. 77, combinado com o inciso I do art. 78, sendo operada unilateralmente pela Administração, conforme previsto no inciso II do art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo Prefeito Municipal de Tunápolis.

Tunápolis, 28 de Agosto de 2014.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

A Ilmo. Sr. Laédio De Marco

Administrador da empresa FOCO PESQUISA & SERVIÇOS LTDA

## Videira

### PREFEITURA

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0317/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0317/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI MARTINI

CPF: 048.221.199-71

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE, transitoriamente afastada de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades no setor administrativo" para "em substituição à servidora LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE em gozo de licença prêmio, conforme portaria n. 0650/14"

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0462/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0462/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA MARIA GALDINO

CPF: 721.734.759-91

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2014 até 05 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0469/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EONICE DE BRITO DE OLIVEIRA

CPF: 468.340.289-00

VIGÊNCIA: de 19 de maio de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato do Termo Aditivo N. 0693/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0693/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA BEATRIZ DOS SANTOS

CPF: 059.916.469-70

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2013 até 31 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### **Portaria Nº 1313/14**

PORTARIA nº 1313/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora TATIANA SUELI BACK, Psicólogo, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2013 até 1º de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1312/14**

PORTARIA nº 1312/14  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SÔNIA TEREZINHA MARTINAZZO, Auxiliar Administrativo, da referência "N" para a referência "O", relativa ao período de avaliação de 1º de fevereiro de 2013 até 1º de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1311/14**

PORTARIA nº 1311/14  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora SILVANA CARNEIRO BORGES, Técnico de Enfermagem, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 05 de março de 2013 até 05 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1310/14**

PORTARIA nº 1310/14  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor SANDRO DE SOUZA FERNANDES, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 16 de março de 2013 até 16 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1309/14**

PORTARIA nº 1309/14  
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, Agente Administrativo II, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 23 de março de 2013 até 23 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1307/14**

PORTARIA nº 1307/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MAURI WILSON RODRIGUES JUNIOR, Profissional de Educação Física, da referência "B" para a referência "C", relativa ao período de avaliação de 26 de março de 2013 até 26 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 26 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1308/14**

PORTARIA nº 1308/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MILTO ZANCANELLI, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 11 de março de 2013 até 11 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1314/14**

PORTARIA nº 1314/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora TATIANE CARDOSO MACHADO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 12 de março de 2013 até 12 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1294/14**

PORTARIA nº 1294/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 16200/2014;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 13 de outubro de 2014 até 13 de janeiro de 2015, referente ao quinquênio de 1º de junho de 2007 até 31 de maio de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1289/14**

PORTARIA nº 1289/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12, no Processo Administrativo nº 14.711/2014;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JAIR CELSO CHE-ROBIN, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, de 01 de novembro de 2014 até 01 de fevereiro de 2015, referente ao quinquênio de 03 de junho de 1998 até 02 de junho de 2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2014.

Videira, 23 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1291/14**

PORTARIA nº 1.291/14

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

**RESOLVE**

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 18 de setembro de 2014, que passa a ser a seguinte:

PATRÍCIA MARQUES DE LIMA- Presidente  
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA - Chefe  
LUCÉLIA FEDRIGO - Membro  
DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO - Membro

Art. 2º Aos integrantes da Comissão, ocupantes de cargo efetivo, fica assegurado o direito à percepção das funções gratificadas previstas em Lei.

Art. 3º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de setembro de 2014, revogados as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 971/14.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1299/14**

PORTARIA nº 1299/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CRISSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA BAVARESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2013 até 02 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1298/14**

PORTARIA nº 1298/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora CARISE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA, Técnica de Enfermagem, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 08 de março de 2013 até 08 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1302/14**

PORTARIA nº 1302/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ENI SAUTHIER CONTI, Agente Operacional de Vigilância, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2013 até 02 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1301/14**

PORTARIA nº 1301/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor EMERSON RUFINO, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2013 até 1º de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1303/14**

PORTARIA nº 1303/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei

Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor FRANCO DANIEL BRUSKI, Agente Operacional de Vigilância, da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2013 até 02 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1304/14**

PORTARIA nº 1304/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MARCELO PERIN, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2013 até 1º de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1293/14**

PORTARIA nº 1293/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

**RESOLVE**

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora SIMONE TORMEN ZAGO, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 08 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1292/14**

PORTARIA nº 1292/14

Concede Promoção Horizontal por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 33 e seguintes, da Lei Complementar nº 122, de 04 de abril de 2012,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção Horizontal por Merecimento, à servidora NERCI NEVES DE MORAES, Professora, do nível C-01 para o nível C-02, relativa ao período de avaliação de 01 de agosto de 2011 até 03 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1297/14**

PORTARIA nº 1297/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora BERNADETE MELO ZENERE, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 10 de março de 2013 até 10 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1296/14**

PORTARIA nº 1296/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora ANA PAULA MENDES, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "E" para a referência "F", relativa ao período de avaliação de 19 de março de 2013 até 19 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1295/14**

PORTARIA nº 1295/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

#### **RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor ADRIANO ZUFFO, Analista de Sistemas, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 02 de março de 2013 até 02 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 1305/14**

PORTARIA nº 1305/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora MARIZA DE FATIMA MIOTTO, Técnica de Enfermagem, da referência "C" para a referência "D", relativa ao período de avaliação de 04 de janeiro de 2013 até 04 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de julho de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1306/14**

PORTARIA nº 1300/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor DANIEL FERREIRA TIDRE, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2013 até 21 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1300/14**

PORTARIA nº 1300/14

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011,

**RESOLVE**

Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor DANIEL FERREIRA TIDRE, Auxiliar Operacional, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 1º de março de 2013 até 21 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2014.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.279/14**

DECRETO Nº 11.279/14, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Designa servidora para exercer as funções de Tesoureira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XII, da Lei Orgânica do Município, e a vista da comunicação interna da Secretaria de Finanças, datada de 23 de setembro de 2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica designada a servidora SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, para exercer as funções de Tesoureira, em substituição a servidora CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, durante o seu período de férias, de 1º de outubro a 30 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.280/14**

DECRETO Nº 11.280/14, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.063 - Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064.	
9 - Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	20.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 1318/14**

PORTARIA Nº 1318/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00030/05-0, nos assentos funcionais da servidora MARIA MARGARETE RIBEIRO, detentora da matrícula funcional nº 5122, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16.624/2014,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora MARIA MARGARETE RIBEIRO, detentora da matrícula nº 5122 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00030/05-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto N.º 056/2014

DECRETO Nº 056/2014

PROMOVE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e com base na Lei Municipal nº 0862, de 30/09/2013, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2014. CONSIDERANDO que as receitas previstas até o 4º bimestre não atingiram o valor previsto nas metas bimestrais de arrecadação definidas para o exercício de 2014, nos termos do art. 13 da LRF; CONSIDERANDO a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da LRF; CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município. DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a Limitação de Empenho, bloqueando-se nos valores abaixo especificados, as seguintes dotações orçamentárias:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar	
330000.00 - Outras Despesas Correntes	
339000.00 - Aplicações Diretas	
0.1.2255 - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar .....	R\$ 47.836,98

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar	
330000.00 - Outras Despesas Correntes	
339000.00 - Aplicações Diretas	
0.1.6100 - Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar .....	R\$ 40.748,78

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
31900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.7010 - Gestão do SUS - ESF R\$ 20.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
31900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.7011 - Gestão do SUS - Saúde Bucal R\$ 4.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.6401 - Atenção Básica - Especificidades Regionais R\$ 20.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.6701 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado R\$ 3.500,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 10.000,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica  
44000000.00 - Investimentos  
44000000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 3.482,10

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.241.009.2017 - Integração da Terceira Idade  
33000000.00 - Outras Despesas Correntes  
33900000.00 - Aplicações Diretas  
0.1.5204 - PBV - Piso Básico Variável R\$ 8.000,00

Art. 2º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujo empenho foi limitado dar-se-á mediante ato próprio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), em 26 de Setembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## Xavantina

### PREFEITURA

**PP 58/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de brita para reparar vias públicas municipais, conforme especificações constantes no anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 09/10/2014.

Abertura: dia 09/10/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 29 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

**TP 07/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para prestar serviços de roçadas e limpeza de sarjetas ao longo das margens direita e esquerda da Rodovia SC 155, dentro do perímetro urbano e rural do Município de Xavantina, conforme a necessidade, neste Município de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global.

Prazo para protocolo dos envelopes: 14/10/2014, às 08:30 horas.

Abertura da licitação: dia 14/10/2014, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 29 de setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

## Xaxim

### PREFEITURA

**Aviso Para Contrarrazões Concorrencial 05**

O departamento de Licitações recebeu no dia de hoje, recurso formal apresentado pelo licitante CARLINHO BARP. Informamos que o presente recurso encontra-se disponível no site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br). Ficam as demais licitantes informadas que poderão apresentar as contrarrazões no prazo de cinco dias úteis, conforme art. 109 da Lei 8.666/93.

Xaxim - SC, 26 de setembro de 2014.

Veridiana I. C. Busatta

## Associações

### EGEM

#### **Aditivo Edital Nº 56.2014 - Chamamento\_ encerramento do Exercício**

ADITIVO AO EDITAL Nº 56/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO SOBRE

O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E

NOVOS PROCEDIMENTOS PARA 2015

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração do local e da data de realização do Curso Sobre O Encerramento do Exercício de 2014 e

Novos Procedimentos para 2015, edição Florianópolis e o cancelamento da edição programada para Tubarão de acordo com o edital nº 56/2014 publicado em 11/09/2014.

Cidade/Local	Florianópolis / SC Auditório do CRCSC CRCSC - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA Av Osvaldo Rodrigues Cabral, 1900 Centro - Florianópolis - SC CEP: 88015-710
Período das inscrições	De 12/09 à 28/10/2014
Vencimento do boleto de cobrança	28/10/2014
Homologação das inscrições	04/11/2014
Período de realização	17 e 18/11/2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	70 vagas

Cidade/Local	Tubarão / SC Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco, 067, bairro Vila Moema CEP: 88705-160
Período de realização	27 e 28/11/2014
SITUAÇÃO	CANCELADO

Florianópolis, 26 de setembro de 2014.

## Consórcios

### CIGA

#### **Local da Prova - Edital 003/2014 - Concurso Público**

Fundação Carlos Joffre

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

EDITAL - 003/2014 - Concurso Público

#### LOCAL DA PROVA

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, Edital nº 003/2014, no uso de suas atribuições legais, torna público o local da prova:

Instituto Estadual de Educação - IEE

Av. Mauro Ramos, 275 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-301

Florianópolis, 26 de setembro de 2014.

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

### CIS/AMURES

#### **Ofício de Convocação Emprego Público**

Of. Nº 371/2014

Lages, 29 de Setembro de 2014.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 2º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 06 de Outubro, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvanio Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 - Centro - CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço a cima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO

Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.

ANGELA WALTRICK

Rua Professor Simplicio, 533

Bairro São Pedro - CEP 88.505-126

Lages - SC

## ANEXO I

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

- 1)- Carteira de trabalho.
  - 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
  - 3)- Certificado de reservista.
  - 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
  - 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
  - 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
  - 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
  - 8)- Comprovante de endereço.
  - 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
  - 10)- Registro no conselho de classe competente.
  - 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.
  - 12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.
  - 13)- 2 (duas) fotos 3X4.
  - 14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na<sup>+</sup>; K<sup>+</sup>; citologia oncológica (para mulheres).
  - 15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.
  - 16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.
  - 17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica - declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.
  - 18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.
- Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

**Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 01/2014 - CIS/AMURES**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: WINGS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA -EPP, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor R\$ 30,00 (Trinta reais) por Consulta médica especializada e R\$ 58,43 (Cinquenta e oito reais e quarenta e três centavos) por procedimentos de infiltração.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 26 de Setembro de 2014.

Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Presidente Comissão Licitação (Pregoeira).